

«A melhor obra de história
escrita em língua inglesa.»

John Julius Norwich

Edward Gibbon História do Declínio e Queda do Império Romano

VOLUME I

Edição preparada por D. M. Low



Edward Gibbon
História do Declínio e
Queda do Império Romano

VOLUME I

Título original: *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*

© Índice onomástico: David Womersley

Mapa 1 Mapa da Europa (criado por Karl von Spruner em 1865) representando o Império Romano na época de Constantino, a maior extensão do Império unificado.

© CPC Collection / Alamy Stock Photo

Mapa 2 Mapa da Europa (1831) representando as fronteiras territoriais no ano da queda do Império Romano do Oriente, 1453.

© Science History Images / Alamy Stock Photo

Tradução: Maria Emília Ferros de Moura

Revisão: Helder Guégués

Conversão para ebook: www.arinos.in

Todos os direitos para língua portuguesa reservados para esta edição por Bookbuilders / Letras Errantes, Lda.

Bookbuilders é uma chancela editorial de

Letras Errantes, Lda.

Rua Oceano Atlântico, 5

2560-510 Silveira

www.bookbuilders.net

info@bookbuilders.net

1.^a edição, digital, Julho de 2022

ISBN 978-989-8973-51-1

Edward Gibbon
História do Declínio e
Queda do Império Romano

VOLUME I

Edição preparada por D. M. Low

Traduzido do inglês (Inglaterra) por

Maria Emília Ferros de Moura



EUROPE,
in the Year 1453.



Sumário

INTRODUÇÃO

AGRADECIMENTOS

HISTÓRIA DO DECLÍNIO E QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

O SÉCULO ÁUREO DOS ANTONINOS

Prólogo (Extracto do Capítulo 3)

Capítulo 1

A extensão e o conceito geral do Império Romano

Conceito geral do Império Romano

Capítulo 2

A união e a prosperidade interna do Império Romano. As províncias e os monumentos. O incremento da agricultura

As províncias

Monumentos romanos

O incremento da agricultura

Capítulo 3

A constituição do Império Romano. Conceito geral do sistema imperial

Conceito geral do sistema imperial

O DESAFIO AO ANTIGO REGIME

Capítulo 4 (180-192 d. C.)

O reinado de Cómodo

O DESENVOLVIMENTO DA AUTOCRACIA MILITAR E O INFLUXO DO ORIENTALISMO

Capítulo 5 (193-197 d. C.)

A venda do império pelos pretorianos. A ascensão de Sétimo Severo

Sétimo Severo

Capítulo 6 (211-235 d. C.)

A dinastia de Severo. Caracala e Geta; Heliogábalo; Alexandre Severo. O crescimento da influência feminina na corte

Caracala e Geta

Heliogábalo

Subida ao trono de Alexandre Severo

O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO

Capítulo 7 (235-248 d. C.)

Um imperador bárbaro. Os Gordianos. Filipe, o Árabe

Os Gordianos

Filipe, o Árabe

Capítulo 10 (253-268 d. C.)

Infortúnios gerais dos reinados de Valeriano e Galieno. Incursões dos Godos. A invasão persa da Arménia e o cativo de Valeriano

Incursões dos Godos

A invasão persa da Arménia e o cativo de Valeriano

A MUDANÇA DE CURSO

Capítulo 11 (268-275 d. C.)

Zenóbia e o reino de Palmira. Triunfo e morte de Aureliano

Triunfo e morte de Aureliano

O NOVO SISTEMA IMPERIAL

Capítulo 13 (285-313 d. C.)

O reinado de Diocleciano e dos seus três colegas. O seu triunfo e a nova ordem. O desenvolvimento do cerimonial da corte. Abdicação e morte de Diocleciano. Declínio das artes

Triunfo e nova ordem de Diocleciano

O desenvolvimento do cerimonial da corte

Abdicação e morte de Diocleciano

Declínio das artes

Capítulo 14 (312 d. C.)

Constantino em Roma. As suas reformas legais

Constantino em Roma

Reformas legais de Constantino

O AVANÇO DO CRISTIANISMO

Capítulo 15

Cinco causas da evolução do cristianismo. Condições favoráveis aos seus progressos. O número e a condição dos primitivos cristãos

O zelo inflexível dos cristãos herdado dos Judeus

A doutrina de uma vida futura

Poderes milagrosos da Igreja primitiva

Morais austeras dos primeiros cristãos

A evolução do governo da Igreja

Condições favoráveis aos progressos do cristianismo

O número e a condição dos primitivos cristãos

Capítulo 16 (258-313 d. C.)

A conduta do governo romano para com os cristãos. A atitude dos imperadores. O martírio de Cipriano. Políticas várias de perseguição. A

Igreja sob Diocleciano e os seus sucessores. O edicto de tolerância de Galério

A atitude dos imperadores para com os cristãos

O martírio de Cipriano

Políticas várias de perseguição

A Igreja sob Diocleciano e os seus sucessores

O edicto de tolerância de Galério

O MOVIMENTO PARA O ORIENTE

Capítulo 17 (324-334 d. C.)

A Nova Roma. A fundação e consagração de Constantinopla. Divisões de cargo na nova ordem de governo. Primórdios da polícia de Estado

A fundação da cidade

A consagração da cidade

A nova ordem de governo

Os cônsules e os patrícios

Os prefeitos, procônsules e governadores

Os sete ministros do palácio

Primórdios da polícia de Estado

Capítulo 18 (324-337 d. C.)

O carácter de Constantino. A sua família. A sua morte. A ascensão da Pérsia sob Sapor II

A família de Constantino

A morte de Constantino

A ascensão da Pérsia sob Sapor II

Capítulo 19 (355-359 d. C.)

A elevação de Juliano. A sua administração civil na Gália. O seu amor à cidade de Paris

Administração civil de Juliano na Gália

Juliano e a cidade de Paris

O RECONHECIMENTO DO CRISTIANISMO OS COMEÇOS DA HERESIA

Capítulo 20 (306-337 d. C.)

A conversão de Constantino. O seu edicto de tolerância. A sua visão e o seu baptismo. O estabelecimento legal do cristianismo. Distinção entre poderes espirituais e temporais

O edicto de tolerância

A visão de Constantino

O baptismo de Constantino

O estabelecimento legal do cristianismo

Distinção entre os poderes espiritual e temporal

Capítulo 21 (312-361 d. C.)

Arianismo. O concílio de Niceia e o *homoousion*. Os imperadores e a controvérsia ariana. O carácter e as aventuras de Atanásio. Os concílios de Arles e de Milão. O carácter geral das seitas cristãs

O concílio de Niceia e o Homoousion

Os imperadores e a controvérsia ariana

O carácter e as aventuras de Atanásio

Os concílios de Arles e de Milão

O carácter geral das seitas cristãs

A CONTRA-REFORMA PAGÃ

Capítulo 22 (361-363 d. C.)

A sucessão de Juliano. O seu carácter

A sucessão de Juliano

O carácter de Juliano

Capítulo 23 (361-363 d. C.)

A religião de Juliano. O seu fanatismo. A sua restauração e reforma do paganismo. O seu comportamento para com os Judeus. A sua opressão dos cristãos. O templo e o bosque sagrado de Dafne. São Jorge. Juliano e Atanásio

O fanatismo de Juliano

A restauração e a reforma do paganismo por Juliano

Juliano e os Judeus

A opressão dos cristãos por Juliano

O templo e o bosque sagrado de Dafne

São Jorge
Juliano e Atanásio

Capítulo 24 (363 d. C.)

Eleição de Joviano. Reflexões sobre a morte de Juliano

A eleição de Joviano

Reflexões sobre a morte de Juliano

O REGRESSO DO CRISTIANISMO ÀS BOAS GRAÇAS

Capítulo 25 (363-384 d. C.)

Os cristãos sob Joviano

Capítulo 27 (374-397 d. C.)

Ambrósio, arcebispo de Milão. Virtudes e defeitos de Teodósio. A sedição de Antioquia e a chacina de Tessalonica. A penitência de Teodósio. A personalidade e a morte de Valentiniano. A morte de Teodósio

Ambrósio, arcebispo de Milão

As virtudes e os defeitos de Teodósio

A sedição de Antioquia

A chacina de Tessalonica

A penitência de Teodósio

A personalidade e a morte de Valentiniano

A morte de Teodósio

Capítulo 28 (378-420 d. C.)

O fim do paganismo. A destruição do templo de Serápis. A proibição dos ritos pagãos. Culto dos mártires cristãos e ressurgimento de práticas politeístas

A destruição do templo de Serápis

A proibição de ritos pagãos

Culto dos mártires cristãos e ressurgimento de práticas politeístas

Introdução

Esta versão abreviada de *A História do Declínio e Queda do Império Romano* foi elaborada na esperança de ganhar novos leitores e de oferecer algo de sucinto aos mais familiarizados com uma obra que raramente pode obter-se em menos de seis volumes, e muitas vezes ascende a mais.

O Império Romano e o seu declínio e queda continuam a ser, ainda hoje, o evento histórico dominante da Europa e do Médio Oriente, e nenhuma outra obra proporciona um relato do desenrolar dos acontecimentos que suplante o de Gibbon. É um lugar-comum afirmar que o seu livro representa um misto de erudição, muito poucas vezes igualada, e de incomparável talento literário. Mas já não o é tanto reconhecer até que ponto estas duas qualidades se sustentam mutuamente. Embora a obra de Gibbon tenha sido escrita há muito tempo, e muita coisa se haja descoberto e divulgado desde então, todos são unânimes em concordar que ela mantém o seu lugar de sempre e é a mais aliciante devido ao seu primor artístico. Se o *Declínio e Queda* tivesse perdido o valor histórico, seria inútil esperar que fosse lido meramente por causa do seu estilo, salvo por um punhado de analistas literários. Uma selecção deveria, por conseguinte, ter por objectivo o realce destas duas qualidades. Qualquer método de corte e colagem de excertos pelo seu mero valor factual prejudicaria esta magnífica obra e ocultaria a sua verdadeira genialidade aos olhos de quem a lesse. Esta obra tem de ser encarada como um todo e houve que ponderar a questão de reduzir o seu tamanho, tanto quanto possível, sem lesar a impressão que ela dá de uma entidade orgânica.

M.^{me} Necker foi a primeira a descrever o *Declínio e Queda* como uma ponte que nos faz passar do mundo antigo ao moderno. O próprio Gibbon sustentava ter narrado o triunfo da barbárie e da religião. Esta afirmação dificilmente poderá ser contestada, independentemente da visão ou crença de cada um. No ponto mais recuado da sua ponte, Gibbon montou cuidadosamente o cenário e enunciou os seus temas em três soberbos capítulos de análise. Estes foram incluídos com escassas omissões, dado que, sem eles, se torna impossível compreender os propósitos e conclusões de Gibbon. Entre estas omissões contam-se, por exemplo, alguns excertos sobre as províncias romanas e as forças armadas, matérias especializadas e susceptíveis de uma melhor abordagem em trabalhos modernos. Depois de montado o cenário, segue-se a narrativa, ao longo das principais flutuações e desenvolvimentos do governo imperial até à dissolução final do Império Romano do Ocidente, cerca de 476. Neste transcurso, procedeu-se à omissão de capítulos inteiros e à substituição de trechos de uma particularmente emaranhada narrativa por breves súmulas.

Na segunda metade da obra, conta-se a história de aproximadamente mil anos, contrastando com o período muito mais curto situado entre 180 e 476. O relato de Gibbon é inevitavelmente apressado e frequentemente sumário, e há muito que as limitações do seu conhecimento e apreciação da história bizantina têm sido apontadas. Apesar de tudo, é imprescindível lembrar que uma grande parte da sua escrita mais sumptuosa se situa nesta segunda metade e que o seu tratamento do tema central relacionado com a queda de Constantinopla não tem rival. A nossa versão aderiu a este tema central em detrimento dos tópicos tributários, cujo essencial foi no entanto respeitado. Incluiu-se, por exemplo, a ascensão do Islão, mas o mesmo não aconteceu relativamente à extensão da conquista e civilização árabes até um lugar tão remoto a Ocidente como a Espanha que, nessa época, se situava para lá dos confins do império. Um critério semelhante determinou a exclusão ou o abreviamento dos relatos do desenvolvimento das modernas nações europeias e da evolução do Sacro Império Romano. As principais invasões da Itália e os saques de Roma que se seguiram à queda do Império do Ocidente foram, por outro lado, mantidos com poucos cortes. Roma jamais poderia deixar de ser por completo uma cidade imperial e as suas conturbações nunca permaneceram durante muito tempo ausentes do pensamento de Gibbon.

Esta percepção da imanência de Roma constitui um dos indeléveis méritos de Gibbon como historiador. Teve consciência da entidade singular do Império Romano, com uma certeza que não se aplica a todos os escritores que se lhe seguiram. Mesmo quando os territórios imperiais foram divididos entre os governos do Ocidente e do Oriente, continuou a existir um império e não dois, e embora o uso do latim se extinguisse em Constantinopla, os cidadãos gregos consideravam-se, justamente, romanos e apelidavam a sua língua de «romaico», tal como até hoje se tem designado coloquialmente o grego moderno. Quando, por conseguinte, em 1453, o conquistador Mahomet II entrou em Constantinopla, não se deu somente a queda desta cidade; o Império Romano, cujo início pode, apropriadamente, datar-se de 27 a. C., chegara, por fim, a uma completa extinção. A história de Gibbon não termina, no entanto, aqui.

Ele falou-nos, num célebre excerto, de como lhe surgiu o momento de inspiração para escrever o *Declínio e Queda*. Referiu, igualmente, que o seu plano original «se circunscrevia mais à decadência da cidade que à do império». Passou algum tempo antes de ser elaborado o plano que, afinal, acabou por levar a bom termo. Este primeiro rasgo de inspiração nunca foi esquecido. Ao longo da obra, ele recorre de vez em quando à descrição da gradual decadência da cidade e, após a queda final da Nova Roma ter sido narrada de uma forma emocionante e aparatosa, deu a pincelada final na sua obra-prima adicionando um sereno epílogo, no qual narra o estado da Roma medieval e quinhentista que, no traçado geral, pouco diferia do cenário por ele observado tão em pormenor no decurso da sua inesquecível visita. Ao escrever estes capítulos elegíacos, os seus pensamentos recuaram, sem dúvida, a essa antiga época, enquanto, ao mesmo tempo, os leitores são transportados de novo aos capítulos iniciais, onde o cenário e o tema tinham sido tão cuidadosamente estabelecidos. O *Declínio e Queda* assemelha-se, na realidade, a uma longa e meditativa sinfonia, na qual os *motivos* inicialmente anunciados são retomados e resolvidos numa reflexão final sobre a terrível queda ocorrida, sobre a qual, no entanto, já cintilam alguns raios provindos do alvorecer do Renascimento e desse mundo moderno onde o historiador iria viver e trabalhar. A vida e obra deste homem estão, pois, intimamente ligadas.

Dado que nem todos os leitores que começaram o *Declínio e Queda* foram até ao fim e podem, assim, não ter chegado a inteirar-se da

concretização do seu plano, espera-se que um dos méritos deste resumo consista em englobar o começo e o fim em dois volumes(*).

Os famosos capítulos 15 e 16, que descrevem a ascensão do cristianismo, foram inseridos na íntegra. Sentiu-se que quaisquer supressões poderiam, de alguma maneira, causar a impressão de que o editor estaria a colocar o seu próprio juízo entre Gibbon e o leitor nesta parte vital da narrativa. Desde a publicação, em 1776, do primeiro volume *in-quarto*, no qual estes capítulos constituíam o clímax habilmente esboçado, eles têm permanecido a parte mais célebre da abordagem do cristianismo por Gibbon e, para muitos, na realidade, a única parte conhecida. Este facto era lamentável. Por conseguinte, incluíram-se largos trechos dos capítulos posteriores, relativos a evoluções nos campos técnicos e eclesiásticos. A história das invasões bárbaras e a história interna do Império do Oriente apenas se podem compreender mercê da referência ao progresso do arianismo, das doutrinas da Trindade e da Encarnação. Torna-se oportuno lembrar, neste ponto, a pesarosa observação do cardeal Newman de ter sido Gibbon o único historiador eclesiástico inglês. O tempo e o labor remediam esta circunstância. No entanto, os mais conceituados historiadores das Igrejas estão, de facto, de acordo com Gibbon na denúncia da credulidade cega, da superstição infundada e da fraude deliberada, bem como na mágoa de assistirem ao distanciamento dos primitivos ideais em benefício das ambições mundanas, que marca uma tão grande parte de toda a história religiosa. Gibbon foi o primeiro a fazer um estudo secular da história da religião. A maioria dos seus sucessores somente se diferenciou dele na óptica e no tom utilizados. É preciso dizer algo aqui sobre este ponto. É uma atitude corrente em alguns escritores aludir à antipatia de Gibbon pelo cristianismo. Não há dúvida de que ele escreveu com uma certa ligeireza sobre assuntos que Gilbert Murray, já nos nossos dias, rejeitou como «disparates perniciosos». No entanto, Gibbon jamais ataca «os puros e simples preceitos do Evangelho». Nunca desafia a moral cristã, contrariamente ao que alguns agnósticos mais recentes fizeram. Respeita sempre a sinceridade e o corajoso apego aos ideais. Atente-se no seu tratamento de Cipriano, Atanásio e João Crisóstomo. Atente-se, também, na ironia que não raro aplicou, de forma imparcial, às concepções e práticas religiosas de Juliano, o *Apóstata*. De qualquer maneira, seria estultícia dizer que Gibbon nutria especial simpatia pela vida religiosa. A sua mente tinha amadurecido no meio dos *philosophes* do continente, a respeito dos quais

Lytton Strachey escreveu no seu ensaio sobre M.^{me} du Deffand que «o cepticismo desta geração foi o mais inabalável que o mundo conheceu; por isso nem sequer se dava ao trabalho de negar; limitava-se, simplesmente, a ignorar. Erguia um muro de perfeita indiferença tanto em relação aos mistérios do Universo como às soluções dos mesmos». Embora, com o decorrer do tempo, o uso constante por Gibbon da «grave e temperada ironia», que aprendeu em Pascal, se torne um tanto cansativa, devemos lembrar, na esteira de J. B. Bury, que uma abordagem enviesada era uma precaução necessária no século XVIII, quando a Igreja passou a ser espicaçada no seu pesado torpor e iniciou uma perseguição por blasfêmia.

Os eclesiásticos da sua época e, ainda mais, vários leigos não entenderam, nem podiam ter entendido, o que Gibbon estava a fazer. Não o tentaram. Sentiram-se irritados pelo que consideravam um ataque a uma instituição que se encontrava ligada à ordem estabelecida das coisas. Na falta de melhor argumento, seguiram o clássico método de pessoalizar a questão. O alvo era, à primeira vista, fácil. Gibbon era corpulento e peralvilho — uma combinação que a mentalidade inglesa, por regra, não perdoa. Ao longo de um século, gerou-se o hábito de fazer acompanhar a troça à sua pessoa de um permanente denegrir do seu carácter. Desde então, alguns juízos mais sóbrios acerca das suas qualidades têm demonstrado aos que se dão ao trabalho de escutar que, embora as bizarras do indivíduo ainda possam provocar-nos o riso — seria presunçoso não o fazer —, devemos concordar que Gibbon era um homem moral e intelectualmente íntegro. Era uma pessoa de uma calorosa humanidade, como foi admitido pelos amigos mais íntimos e estas qualidades reflectem-se na sua narrativa.

O estabelecimento de comparações entre o curso do Império Romano e o da moderna história da Europa é uma atitude natural. Dentro do espírito complacente de há sessenta anos, Lorde Bryce traçou um interessante paralelo entre o império fundado por Augusto e o Império Britânico. Aqueles que, nos nossos dias, sentem estar a viver numa civilização em vias de desmoronamento, podem encontrar muitos termos de comparação na história do declínio do Império Romano. Os leitores podem dedicar-se a este trabalho por sua própria iniciativa. Um ou dois comentários sobre a atitude de Gibbon relativamente a este tema específico talvez não sejam, no entanto, descabidos.

Gibbon iniciou a sua obra após uma juventude e um começo da idade adulta consagrados ao estudo da literatura clássica, sobretudo ao dos autores

latinos, e a sua perspectiva foi condicionada pelos padrões que neles descobriu. Ao longo de praticamente toda a sua obra, escreve como se fosse um douto senador dos melhores tempos do império. O seu conceito de declínio e queda seria natural aos olhos de um desses senadores, na suposição de que o século dos Antoninos foi realmente áureo, e uma tal suposição não seria abalada pelo facto de, como pesquisas mais tardias revelaram, a estabilidade económica ser ilusória. Imbuído ele próprio desta teoria de declínio não só da prosperidade, mas igualmente dos padrões literários e filosóficos clássicos, Gibbon prossegue o seu relato, pelo menos até à queda do Império do Ocidente, sem notória inconsistência. As suas queixas convencionais sobre a perda da liberdade política não o impedem de referir, com grande discernimento, muitas das criações políticas e administrativas, desde o principado de Augusto às organizações de Diocleciano e Constantino. De resto, o seu desagrado pelo cerimonial de corte que, originário da Ásia, foi adoptado por Diocleciano e seus sucessores, e mais tarde se espalhou por toda a Europa, surge tão vincado como a sua indiferença pela religião.

Dentro da sua atitude senatorial ou romana, Gibbon encara naturalmente a invasão dos bárbaros como vagas destrutivas, se bem que pequenas. Partindo de uma visão diferente, como no caso de Bury, torna-se possível entender que os invasores nem sempre procuravam destruir, mas integrar-se nos aprazíveis domínios da civilização antiga. Esta diversidade de pontos de vista deve modificar o nosso entendimento sobre, por exemplo, a instalação dos povos germânicos dentro das fronteiras imperiais. Estes povos, além disso, trouxeram consigo muitos inventos que contribuíram para o conforto da vida europeia e que o mundo greco-romano não havia ainda descoberto.

No entanto, acima de tudo, a teoria do declínio à qual Gibbon tinha aderido fá-lo laborar em erro quanto à história da civilização bizantina. Neste ponto, devem utilizar-se os autores modernos como antídoto. O leitor pode fazer a si mesmo uma pergunta. Qual é a lógica de se afirmar que Constantinopla se encontra numa situação de contínuo desmoronamento, quando afinal sobrevive como um baluarte da Europa durante mais de mil anos?

É, contudo, inegável que o Império do Ocidente e o do Oriente findaram. Historiadores posteriores preocuparam-se mais em descobrir as causas desta queda do que em narrá-la simplesmente. Não se manifesta uma verdadeira unanimidade entre estes investigadores. Podemos analisar as frias

observações de Gibbon sobre a extinção do Império do Ocidente. Verificaremos então que não é tão grande a sua procura das causas da queda como a sua surpresa pelo facto de uma organização tão complexa se ter mantido coesa ao longo de tantos séculos. Nós, que assistimos à desintegração, no espaço de anos, de sistemas imperiais considerados mais fortes, estamos em posição de aplaudir a sabedoria de Gibbon e partilhar do seu espanto.

Bem vistas as coisas, o facto de Gibbon se ter posicionado no mundo romano para fazer a narração surge afinal como mérito e não como falha. Ele conduz-nos ao âmago deste mundo e proporciona-nos um relato fiel, à luz das autoridades antigas, com uma riqueza de pormenor jamais atingida em qualquer outra obra moderna. Por último, a obra de Gibbon transcende as particularidades do Império Romano. Trata-se de uma épica em prosa, como foi geralmente admitido, na qual toda a experiência histórica é revista a uma escala universal, e se ele encarou a História somente como «o registo dos crimes, loucuras e infortúnios da humanidade», o certo é que a sua ampla visão, cheia de compaixão, o coloca num lugar quase tão alto como o dos grandes poetas.

Ressalvando uma excepção de monta, esta versão abreviada segue a ordem do texto de Gibbon. A excepção reside no trecho de abertura intitulada *Prólogo*. Este foi, como se refere, extraído do fim do Capítulo 3. Constituíra, ao que parece, uma melhor abertura do que o começo do Capítulo 1, e o espaço disponível impossibilitava a escolha dos dois textos. Assim, e sem nenhuma presunção de nos sobrelevarmos ao juízo do autor, resolvemos fazer esta única alteração da ordem do texto. Na medida em que cada um dos capítulos representa uma peça cuidadosamente concebida e executada — um movimento igual ao que mais atrás se descreveu como uma grande sinfonia, e dado que estes movimentos conduzem, por regra, a um final definido e impressionante — procurámos incluir, tanto quanto possível, capítulos integrais. A necessária compensação reside no subsequente corte de capítulos inteiros. Os capítulos incluídos trazem os números que lhes foram atribuídos na obra global. O leitor pode, assim, reportar-se com facilidade aos capítulos completos. Os números dos capítulos omitidos foram apontados. Sempre que se procedeu à inclusão de capítulos inteiros, pareceram-nos inúteis quaisquer indicações adicionais. No entanto, o propósito de incluir capítulos inteiros sofreu necessariamente

bastantes alterações. Nos casos em que se procedeu a supressões de partes, utilizaram-se dois meios de referência. Quando tais trechos eram relativamente insignificantes para a continuidade da narrativa, empregou-se uma linha de asteriscos. Nos casos de lacunas mais amplas, intercalou-se um breve sumário em itálico. Estes sumários obedecem a um critério de abreviação compatível com o fornecimento da informação necessária. Devido aos vários cortes no texto, tornou-se impossível conservar os títulos originais dos capítulos. Outros foram substituídos. A economia tipográfica motivou ainda a eliminação dos cabeçalhos marginais de Gibbon a separar os parágrafos. Em seu lugar e dentro de certos limites, introduziram-se alguns subtítulos no texto, a fim de amputar trechos demasiado longos e de guiar o leitor. Em muitos casos, eles permanecem iguais ou quase aos cabeçalhos dos parágrafos originais.

Estas frases externas constituem a única interferência no que Gibbon escreveu. Em nenhum lado se procedeu a alterações ou manipulações do texto original no intuito de ligar os extractos. O princípio consistiu em publicar exactamente as palavras de Gibbon, exceptuando a modernização da sua grafia, o que desde há muito se vem praticando. O presente texto foi retirado da fixação feita pelo Dr. William Smith da edição de Dean Milman, dada à estampa pela primeira vez em 1854-1855. É considerado, globalmente, o texto mais credível. Nas edições publicadas em vida de Gibbon apareceram óbvias gralhas tipográficas. Algumas mantiveram-se em edições modernas, nas quais, por vezes, surgiram novas variantes. É improvável que exista uma edição com um texto realmente fidedigno de o *Declínio e Queda*(^{*}). No presente texto incorporaram-se tacitamente várias correcções e só uma delas é referida numa nota de rodapé. A modernização da grafia tem vindo a ser aplicada, mas algumas formas obsoletas que transportam consigo um sabor a século xviii não foram sacrificadas a uma consistência ideal.

Existem resumos e colectâneas anteriores de o *Declínio e Queda*. Nenhum deles incluiu as notas de rodapé ou, pelo menos, uma tão vasta recolha como a que se encontra neste volume. Apenas se incluíram as que foram consideradas de interesse geral e que, na sua maior parte, expurgámos das citações latinas e gregas. Surgem tal como Gibbon as escreveu, apenas se tendo procedido à eliminação das referências às suas fontes, que são evidentemente citadas a partir de edições obsoletas ou de obras cujo acesso se tornou difícil. Estas notas não servem apenas para

elucidar o texto. Reflectem todas as facetas da personalidade do autor e podiam ter sido coligidas à maneira de uma simples conversa à mesa. Informaram, divertiram e, ocasionalmente, pelo que se ouve dizer, chocaram gerações de leitores. O cunho pessoal que marca o *Declínio e Queda* no seu todo teria sido de qualquer maneira afectado sem um acompanhamento adequado das notas de rodapé.

D. M. LOW

Agradecimentos

Muitos foram os amigos que me aconselharam prodigamente sobre esta versão abreviada, e o zelo com que me incentivaram nunca desfaleceu. No caso de todas as suas sugestões terem sido aceites, ver-nos-íamos perante um texto quase completo de o *Declínio e Queda*. O Sr. Frank V. Morley merece um lugar prioritário na minha gratidão, não só pelo seu perspicaz encorajamento, mas também pela prontidão e incansável desvelo com que se entregou ao magno labor de revisão das provas. A ajuda da minha esposa nesta mesma tarefa foi igualmente preciosa. É com a maior satisfação que agradeço o entusiasmo e sagacidade dedicados pelo Sr. Colin Haycraft à revisão final da selecção efectuada e à sua preparação para o prelo. É também ele o responsável por algumas correcções nos sumários e títulos intermédios. Esta obra ter-se-ia muito provavelmente apresentado demasiado pesada sem a sua ajuda. Devo ainda os mais calorosos agradecimentos aos colaboradores da Chatto and Windus Ltd., pelo interesse e consideração testemunhados em cada uma das fases de elaboração de uma obra de tão difícil edição como esta, à semelhança de outras de muitos anos a esta parte.

D. M. L.
Craven Hill
Páscoa de 1960

HISTÓRIA DO DECLÍNIO E QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

O SÉCULO ÁUREO DOS ANTONINOS

Prólogo

(Extracto do Capítulo 3)

Se pedissem a alguém que designasse o período da História do mundo em que a condição da raça humana foi mais feliz e próspera, a escolha recairia, sem hesitações, no que decorreu desde a morte de Domiciano até à entronização de Cómodo. A vasta extensão do Império Romano era governada por um poder absoluto, sob a égide da virtude e da sabedoria. Os exércitos foram contidos pela mão firme, mas suave, de quatro imperadores sucessivos, cujo carácter e autoridade impunham um respeito instintivo. As formas da administração civil foram cuidadosamente preservadas por Nerva, Trajano, Adriano e os Antoninos, que cultivaram a imagem da liberdade e se glorificavam de ser os ministros responsáveis pelo cumprimento das leis. Estes príncipes teriam sido dignos de restaurar a República, se os Romanos do seu tempo fossem capazes de usufruir de uma liberdade racional.

Os esforços destes monarcas foram bem recompensados pela imensa paga que sempre acompanhava o seu êxito; pelo genuíno orgulho da virtude e pela requintada satisfação de contemplarem o bem-estar de que eram autores. Um justo, mas triste pensamento, perturbava contudo os mais nobres prazeres humanos. Eles devem ter meditado frequentemente na

instabilidade de uma felicidade que dependia do carácter de um único homem. Talvez se aproximasse o momento fatal em que um jovem desregrado ou qualquer tirano cioso abusasse, até o destruir, do poder absoluto que eles tinham exercido em benefício do seu povo. O freio ideal do Senado e das leis podia servir para desenvolver as virtudes do imperador, mas jamais corrigiria os seus vícios. O poder militar constituía um cego e irresistível instrumento de opressão; e a corrupção dos costumes romanos iria sempre originar aduladores, ansiosos por aplaudir, e ministros dispostos a servir o medo ou a avareza, a volúpia ou a crueldade, dos seus soberanos.

Estas sombrias apreensões já haviam sido justificadas pela experiência dos Romanos. Os anais dos imperadores revelam um variado e enérgico retrato da natureza humana, que em vão procuraríamos entre as desconhecidas e dúbias personagens da história moderna. A conduta destes monarcas dá-nos um quadro das linhas extremas do vício e da virtude; a mais elevada perfeição e a mais vil degradação da nossa própria espécie. A idade de ouro de Trajano e dos Antoninos fora antecedida de uma idade do ferro. Quase se torna supérfluo enumerar os indignos sucessores de Augusto. Os seus vícios sem paralelo e o grandioso cenário em que actuaram salvaram-nos do esquecimento. O sombrio e impiedoso Tibério, o colérico Calígula, o fraco Cláudio, o devasso e cruel Nero, o brutal Vitélio e o timorato e desumano Domiciano estão condenados a uma eterna ignomínia. Ao longo de oitenta anos (exceptuando apenas a breve e incerta trégua do reinado de Vespasiano), Roma gemeu sob uma permanente tirania que exterminou as antigas famílias da República e se revelou fatal a quase todas as virtudes e talentos que surgiram em tão desafortunado período.

Durante o reinado destes monstros, a servidão dos Romanos fez-se acompanhar de duas circunstâncias especiais, sendo a primeira a recordação da sua antiga liberdade, e a outra as suas imensas conquistas, que tornaram a sua situação mais desditosa que a das vítimas da tirania em qualquer outra época ou país. Estas causas ocasionaram: 1) A aguda sensibilidade dos sofredores; e 2) A impossibilidade de escapar ao jugo do opressor.

I. Quando a Pérsia era governada pelos descendentes de Sefi, uma raça de príncipes cuja caprichosa crueldade lhes manchava frequentemente os coxins, as mesas e as camas com o sangue dos seus favoritos, contava-se o dito de um jovem que assegurava nunca sair da presença do sultão sem se certificar de que a sua cabeça continuava em cima dos ombros. A experiência diária quase justificava o cepticismo de Rustan. No entanto, a

espada fatal, suspensa por um simples fio sobre a sua cabeça, não perturbava aparentemente o sono nem alterava a tranquilidade do persa. Ele tinha perfeita consciência de que o franzir de sobrolho do monarca bastaria para o reduzir a pó; mas o cair de um raio ou um ataque de apoplexia poderiam igualmente ser fatais; e o papel de um homem sábio consistia em esquecer as inevitáveis calamidades da vida humana na fruição das horas fugazes. Sentia-se dignificado com o qualificativo de escravo do rei; talvez tivesse sido comprado a uns pais obscuros, numa terra que nunca chegara a conhecer; e, desde a infância, fora exercitado dentro da rigorosa disciplina do serrallo. O seu nome, a sua riqueza e as suas honras eram a dádiva de um amo que poderia, sem injustiça, retirar o que oferecera. Os conhecimentos de Rustan, se é que possuía alguns, apenas poderiam servir para confirmar os seus hábitos mercê de preconceitos. A sua linguagem não lhe proporcionava palavras para qualquer forma de governo que não fosse a monarquia absoluta. A História do Oriente informava-o de que sempre havia sido esta a condição da humanidade(*). O Alcorão e os comentadores deste divino livro inculcavam-lhe a noção de que o sultão era descendente do profeta e representante dos céus; que a paciência era a primeira virtude de um muçulmano, e a obediência ilimitada o grande dever de um súbdito.

As mentes dos Romanos estavam preparadas de uma forma muito diferente para a servidão. Oprimidos sob o peso da sua própria corrupção e da violência militar, eles preservaram durante muito tempo os sentimentos ou, pelo menos, as ideias dos seus antepassados nascidos em liberdade. A educação de Helvídio e de Trásea, de Tácito e de Plínio foi idêntica à de Catão e de Cícero. Tinham bebido na filosofia grega as noções mais justas e liberais da dignidade da natureza humana e da origem da sociedade civil. A história do seu próprio país havia-os ensinado a venerar uma república livre, virtuosa e vitoriosa; a abominar os crimes bem-sucedidos de César e de Augusto; e a desprezar intimamente esses tiranos que eles idolatravam com a mais abjecta lisonja. Como magistrados e senadores, eram admitidos no grande conselho que outrora ditara a lei na Terra, cujo nome continuava a sancionar os decretos do monarca e cuja autoridade se prostituía tão frequentemente aos mais vis propósitos de tirania. Tibério e os imperadores que adoptaram as regras de conduta dele tentaram dissimular os seus crimes sob as formalidades da justiça, e talvez sentissem um secreto prazer em fazer do Senado simultaneamente seu cúmplice e sua vítima. Foi esta assembleia que condenou os últimos dos Romanos por crimes imaginários e

reais virtudes. Os seus infames acusadores usavam a linguagem de patriotas independentes que fizessem comparecer um perigoso cidadão diante do tribunal do seu país; e o serviço público era recompensado por riquezas e honrarias. Os servis juízes declaravam defender a majestade da República, violada na pessoa do seu primeiro magistrado, cuja clemência tanto mais aplaudiam quanto temiam a sua inexorável e iminente crueldade. O tirano encarava a vileza deles com justo desprezo e respondia aos seus secretos sentimentos de aversão com um ódio sincero e aberto a todo o corpo do Senado.

II. A divisão da Europa numa série de Estados independentes, embora ligados uns aos outros por uma semelhança geral de religião, língua e costumes, originou as mais benéficas consequências para a liberdade da humanidade. Um tirano moderno que não encontrasse resistência no seu próprio íntimo ou no seu povo não tardaria a experimentar uma branda restrição vinda do exemplo dos seus iguais, do receio da coeva censura, do alvitre dos aliados e do temor dos inimigos. Ao transpor os estreitos limites do seu domínio, um súbdito perseguido pela sua cólera conseguiria facilmente, num ambiente mais feliz, um refúgio seguro, uma nova sorte adequada ao seu valor, a liberdade de reivindicar e, talvez, os meios de vingança. O império dos Romanos, contudo, enchia o mundo, e, quando este império caiu nas mãos de uma só pessoa, o mundo tornou-se uma segura e temível prisão para os seus inimigos. O escravo do despotismo imperial, quer fosse condenado a arrastar as suas correntes douradas em Roma e no Senado, ou a levar uma vida de exílio nos áridos rochedos de Serifo ou nas margens geladas do Danúbio, aguardava o seu destino com silencioso desespero(*). Resistir era fatal, e fugir algo impossível. Via-se rodeado, por todos os lados, de uma vasta extensão de mar e terra que jamais poderia esperar atravessar sem ser descoberto, preso e devolvido ao seu irritado amo. Para lá das fronteiras, o seu olhar ansioso nada mais divisava, excepto o oceano, desertos inóspitos, tribos hostis de bárbaros, com usos ferozes e uma língua desconhecida, ou reis dependentes, que de bom grado comprariam a protecção do imperador mediante o sacrifício de um indesejável fugitivo(**). «Onde quer que estejas», disse Cícero ao exilado Marcelo, «lembra-te de que estás também ao alcance do braço do conquistador.»

Capítulo 1

A extensão e o conceito geral do Império Romano

As principais conquistas dos Romanos foram realizadas sob a República; e a maioria dos imperadores contentou-se em preservar estes domínios que tinham sido adquiridos graças à política do Senado, à emulação activa dos cônsules e ao entusiasmo guerreiro do povo. Os sete séculos iniciais caracterizaram-se por uma rápida sucessão de triunfos; mas estava reservado a Augusto desistir do ambicioso desígnio de submeter o mundo inteiro e introduzir um espírito de moderação nos conselhos públicos. Propenso à paz por temperamento e condição, não teve dificuldade em concluir que Roma, na sua presente e engrandecida situação, tinha muito menos a esperar do que a temer da sorte das armas; e que, com a continuação de guerras longínquas, o empreendimento se complicava de dia para dia, o êxito se tornava mais duvidoso, e a posse mais precária e menos benéfica. A experiência de Augusto veio dar peso a estas salutares reflexões e convenceu-o realmente de que, por meio do prudente vigor das suas deliberações, seria fácil obter dos mais temíveis bárbaros quaisquer concessões exigidas pela segurança ou dignidade de Roma. Em vez de expor a sua pessoa e as suas legiões às setas dos Partos, conseguiu, por meio de um honroso tratado, a restituição das insígnias e dos prisioneiros que tinham sido capturados após a derrota de Crasso.

No início do seu reinado, os seus generais tentaram subjugar a Etiópia e a Arábia Feliz. Avançaram cerca de trezentas léguas a sul do trópico; mas o clima abrasador depressa repeliu os invasores e protegeu os pacíficos nativos daquelas regiões distantes. As zonas setentrionais da Europa quase

não mereciam as despesas e o esforço da conquista. As florestas e pântanos da Germânia fervilhavam de uma corajosa raça de bárbaros que desprezavam a vida quando estava separada da liberdade; e embora, no primeiro ataque, parecessem ceder ao peso do poderio romano, não tardaram, mercê de um assinalável acto de desespero, a recuperar a independência e a recordar a Augusto as vicissitudes da sorte. Por ocasião da morte deste imperador, o seu testamento foi lido publicamente no Senado. Deixou como valioso legado aos seus sucessores o alvitre de confinarem o império aos limites que a Natureza parecia ter traçado como permanentes baluartes e fronteiras: a ocidente, o oceano Atlântico; o Reno e Danúbio, a norte; o Eufrates, a oriente; e, na direcção do sul, os desertos arenosos da Arábia e de África.

Felizmente, para sossego da humanidade, o sistema de moderação recomendado pela sabedoria de Augusto foi adoptado pelos receios e vícios dos seus sucessores imediatos. Empenhados na busca do prazer ou no exercício da tirania, os primeiros Césares raras vezes se mostraram aos seus exércitos ou nas províncias; tão-pouco estavam dispostos a consentir que os triunfos que a indolência deles negligenciava fossem usurpados pela conduta e o valor dos seus lugar-tenentes. A fama militar de um súbdito era considerada um insolente atentado à prerrogativa imperial; e passou a fazer parte do dever, mas também do interesse de todos os generais romanos, defender as fronteiras confiadas aos seus cuidados, sem aspirações a conquistas que talvez se revelassem não menos fatais a si próprios do que aos bárbaros vencidos.

Durante o primeiro século da era cristã, a única aquisição recebida pelo Império Romano foi a província da Bretanha. Tratou-se do único caso em que os sucessores de César e de Augusto se sentiram levados a preferir o exemplo do primeiro às prescrições do último. A proximidade a que ela se achava da costa da Gália parecia um convite às armas; a notícia agradável, embora duvidosa, de uma pescaria de pérolas instigou-lhes a cobiça; e, dado a Bretanha ser encarada como um mundo distinto e isolado, a conquista quase não constituía uma excepção ao sistema geral de medidas adoptadas para o continente. Após uma guerra de cerca de quarenta anos, iniciada pelo mais estúpido, mantida pelo mais dissoluto e terminada pelo mais timorato de todos os imperadores, a maior parte da ilha submeteu-se ao jugo romano. As várias tribos de bretões possuíam valor sem chefia, e amor à liberdade sem espírito de união. Pegaram em armas com um ardor selvagem;

depuseram-nas ou viraram-nas uns contra os outros, com uma enorme inconstância; e, enquanto lutavam separadamente, foram submetidos uns após outros. Nem a bravura de Carátaco, o desespero de Boadiceia ou o fanatismo dos druidas conseguiram afastar a escravidão do seu país ou resistir ao constante avanço dos generais imperiais, que preservavam a glória nacional quando o trono era envilecido pelo mais fraco ou mais depravado do género humano. Na mesma altura em que Domiciano, fechado no seu palácio, sentia o terror que inspirava, as suas legiões, sob o comando do virtuoso Agrícola, derrotaram as forças reunidas dos Caledónios no sopé dos montes Grampianos; e as suas armadas, aventurando-se a enfrentar uma desconhecida e perigosa navegação, puseram os exércitos romanos em volta de toda a ilha. A conquista da Bretanha era já considerada um facto consumado; e o objectivo de Agrícola consistiu em completar e assegurar este êxito mediante a fácil submissão da Irlanda, para o que, em seu entender, bastavam uma legião e algumas tropas auxiliares. Esta ilha ocidental poderia ser transformada numa valiosa possessão e os Bretões carregariam as suas correntes com menos relutância se o panorama e o exemplo da liberdade lhes fossem apartados do olhar em todo o lado.

No entanto, o mérito superior de Agrícola depressa ocasionou o seu afastamento do governo da Bretanha; e assim se frustrou para sempre este racional, ainda que dilatado, plano de conquista. Antes da sua partida, o prudente general tinha zelado pela segurança e bem assim pela soberania. Observara que a ilha se encontrava quase dividida em duas partes desiguais por golfos opostos ou, como agora se designam, pelos Estuários da Escócia. Através do estreito intervalo de cerca de quarenta milhas, ele traçou uma linha de postos militares, que foi mais tarde fortificada, no reino de Antonino Pio por um muro de turfa erguido sobre alicerces de pedra. Esta muralha de Antonino, situada um pouco para lá das modernas cidades de Edimburgo e de Glasgow, foi fixada como limite da província romana. Na extremidade setentrional da ilha, os nativos Caledónios preservaram a sua indómita independência, que não deviam menos à sua pobreza do que à sua coragem. As incursões deles foram muitas vezes repelidas e punidas, mas o seu país nunca se submeteu. Os soberanos dos mais amenos e férteis climas do globo desviavam desdenhosamente o olhar dos montes sombrios açoitados pelas tempestades de Inverno, dos lagos envoltos numa névoa

azulada e das frias e isoladas charnecas, onde os veados da floresta eram perseguidos por um bando de bárbaros nus.

Tais eram o estado das fronteiras romanas e os preceitos da política imperial desde a morte de Augusto até à subida de Trajano ao trono. Este virtuoso e dinâmico príncipe recebera a educação de um soldado e possuía os talentos de um general. O sistema pacífico dos seus antecessores foi interrompido por episódios de guerra e de conquista; e as legiões, após um longo intervalo, viam agora um imperador militar a chefiá-las. Os primeiros feitos de Trajano realizaram-se contra os Dácios, os mais bélicos dos homens, que habitavam para lá do Danúbio e que, durante o reino de Domiciano, haviam ofendido impunemente a majestade de Roma. À força e à intrepidez dos bárbaros vinha juntar-se um desapego à vida, resultante de uma inabalável crença na imortalidade e na transmigração da alma. Decébalos, o rei dácio, revelou-se um adversário à altura de Trajano; só desesperou da sua sorte e da fortuna da sua nação depois de, segundo confessaram os próprios inimigos, ter esgotado todos os recursos da coragem e da política. Esta guerra memorável, com uma escassa suspensão das hostilidades, prolongou-se por cinco anos; e, dado que o imperador pôde utilizar a seu bel-prazer toda a força do Estado, ela terminou com uma rendição absoluta dos bárbaros. A nova província da Dácia, que constituiu uma segunda excepção ao preceito de Augusto, media cerca de quatrocentas léguas de perímetro. As suas fronteiras naturais eram o Dniestre, o Tisza ou Tibisco, o Baixo Danúbio e o Ponto Euxino. Os vestígios de uma estrada militar ainda hoje se podem distinguir desde as margens do Danúbio às redondezas de Benderis, lugar famoso na História moderna e actual fronteira dos impérios turco e russo.

Trajano ambicionava a fama; e enquanto a humanidade continuar a tributar aplausos mais pródigos aos seus destruidores do que aos seus benfeitores, a sede de glória militar será sempre o vício dos caracteres mais elevados. Os louvores de Alexandre, transmitidos por uma série de poetas e historiadores, haviam despertado uma perigosa emulação no espírito de Trajano. Tal como ele, também o imperador romano empreendeu uma expedição contra as nações do Oriente; mas lamentou suspirosamente que a sua idade avançada pouca esperança lhe deixasse de igualar o renome do filho de Filipe. No entanto, o êxito de Trajano, ainda que transitório, foi rápido e estrondoso. Os Partos, degenerados e enfraquecidos por discórdias intestinas, fugiram à frente dos seus exércitos. Ele desceu triunfante o rio

Tigre, desde as montanhas da Arménia ao golfo Pérsico. Desfrutou da honra de ser o primeiro, bem como o último dos generais romanos que alguma vez navegou neste mar remoto. As suas armadas devastaram as costas da Arábia; e Trajano já se ufanava de estar a aproximar-se das fronteiras da Índia. O surpreendido Senado recebia diariamente a informação de novos nomes e novas nações que reconheciam a sua soberania. Soube-se que os reis do Bósforo, Cólquida, Ibéria, Albânia, Osdroena e até o próprio monarca dos Partos haviam aceite os seus diademas das mãos do imperador; que as tribos independentes dos montes Medos e Carducos haviam implorado a sua protecção; e que as ricas regiões da Arménia, Mesopotâmia e Assíria se encontravam reduzidas ao estado de províncias. A morte de Trajano, no entanto, depressa obscureceu o esplêndido panorama; e temia-se, com razão, que nações tão afastadas se desfizessem do inacostumado jugo quando deixassem de estar refreadas pela mão poderosa que lho impusera.

Reza uma antiga tradição que, quando o Capitólio foi fundado por um dos reis romanos, o deus Termo (que protegia os limites e era representado, segundo o uso dessa época, por um grande marco de pedra) foi o único, entre todas as divindades inferiores, que recusou ceder o seu lugar ao próprio Júpiter. Inferiu-se algo de bom da sua obstinação, que foi interpretada pelos áugures como um presságio seguro de que as fronteiras do poder romano jamais recuariam. Durante muitos séculos, como acontece frequentemente, a predição contribuiu para a sua própria consumação. Mas, embora tivesse resistido à majestade de Júpiter, Termo submeteu-se à autoridade do imperador Adriano. A primeira medida do seu reinado foi a renúncia a todas as conquistas realizadas no Oriente por Trajano. Devolveu aos Partos o direito de elegerem um soberano independente; retirou as guarnições romanas das províncias da Arménia, Mesopotâmia e Assíria; e, em conformidade com o preceito de Augusto, voltou a estabelecer o Eufrates como fronteira do império. A censura, que estigmatiza as acções públicas e os móveis privados dos príncipes, atribuiu à inveja uma conduta que podia ser fruto da prudência e moderação de Adriano. A personalidade multiforme deste imperador, sucessivamente capaz dos mais mesquinhos e dos mais generosos sentimentos, pode dar um certo fundamento à suspeita. No entanto, dificilmente ele conseguiria emprestar mais realce à superioridade do seu antecessor do que confessando-se a si próprio incapaz da tarefa de defender as conquistas de Trajano.

O espírito marcial e ambicioso de Trajano fez um contraste muito singular com a moderação do seu sucessor. A actividade incansável de Adriano não foi menos notável, se comparada com a suave tranquilidade de Antonino Pio. A vida do primeiro foi quase uma constante viagem; e, sendo dotado dos variados talentos do soldado, do estadista e do letrado, satisfez os seus gastos no cumprimento do dever. Insensível à diferença de estações e de climas, caminhou a pé e de cabeça descoberta sobre as neves da Caledónia e as abrasadoras planícies do Alto Egipto; e também não houve uma só província do império que, no decurso do seu reinado, não fosse honrada com a presença do monarca. Pelo contrário, a vida tranquila de Antonino Pio decorreu no seio de Itália; e, ao longo dos vinte e três anos em que dirigiu a administração pública, as viagens mais longas deste amável príncipe não ultrapassaram a distância do seu palácio em Roma ao retiro da sua vila em Lanúvio.

Apesar desta diferença de comportamento pessoal, o sistema geral de Augusto foi também adoptado e uniformemente continuado por Adriano e pelos dois Antoninos. Todos persistiram no objectivo de manter a dignidade do império, sem tentar expandir as suas fronteiras. Serviram-se de todos os expedientes honrosos para atrair a amizade dos bárbaros; e esforçaram-se por convencer a humanidade de que o poder romano, erguendo-se acima da tentação da conquista, era apenas movido pelo amor da ordem e da justiça. Durante um longo período de quarenta e três anos, os seus virtuosos labores coroaram-se de êxito; e, se exceptuarmos um pequeno número de ligeiras hostilidades que serviram para exercitar as legiões da fronteira, os reinados de Adriano e Antonino Pio oferecem uma bela perspectiva de paz universal. O nome romano foi venerado entre as mais remotas nações da Terra. Os mais ferozes bárbaros submeteram muitas vezes os seus diferendos à arbitragem do imperador; e somos informados por um historiador contemporâneo de que vira embaixadores vindos solicitar a honra da incorporação na categoria de súbditos e a quem tal fora recusado.

Suprimiu-se, neste ponto, um quadro das forças armadas e das províncias.

Conceito geral do Império Romano

Esta longa enumeração de províncias, cujos pedaços fragmentados constituíram tantos reinos poderosos, quase poderia levar-nos a perdoar a vanglória ou a ignorância dos Antigos. Ofuscados pela imensa dominação, pela força irresistível e pela verdadeira ou fingida moderação dos imperadores, eles deram-se ao luxo de desprezar, e algumas vezes esquecer, os países longínquos que haviam ficado entregues ao gozo de uma independência bárbara; e foram-se arrogando gradualmente a licença de confundir a monarquia romana com o globo terrestre. Mas a têmpera e também o saber de um historiador moderno exige uma linguagem mais sóbria e cuidadosa. Pode fornecer uma imagem mais justa da grandeza de Roma mencionando que o império tinha mais de duas mil milhas de largura, desde a muralha de Antonino e as fronteiras setentrionais da Dácia, até ao monte Atlas e ao trópico de Câncer; que ele possuía um comprimento de mais de três mil milhas, desde o oceano Ocidental ao Eufrates; que se situava na melhor parte da zona temperada, entre os vinte e quatro e cinquenta e seis graus de latitude norte; se avaliava a sua superfície em seiscentas mil milhas quadradas, na sua maioria de terra fértil e bem cultivada.

Capítulo 2

A união e a prosperidade interna do Império Romano. As províncias e os monumentos. O incremento da agricultura

A grandeza de Roma não deve apenas avaliar-se pela rapidez ou expansão da conquista. O soberano dos desertos russos chefia uma parte mais vasta do globo terrestre. No sétimo Verão após a sua travessia do Helesponto, Alexandre erigiu os troféus macedónicos nas margens do Hífasis. Em menos de um século, o irresistível Gengiscão e os príncipes mogóis, dele descendentes, estenderam as suas cruéis devastações e o seu império transitório desde o mar da China aos confins do Egipto e da Germânia. Mas o sólido edifício do poder romano foi erguido e preservado pela sabedoria de vários séculos. As províncias submissas a Trajano e aos Antoninos estavam unidas pelas leis e embelezadas pelas artes. Poderiam, ocasionalmente, sofrer o abuso parcial da autoridade delegada; mas o princípio geral de governo era sábio, simples e benéfico. Todos seguiam placidamente a religião dos seus antepassados, enquanto no campo das honras civis e das vantagens eram elevados, em justo grau, a uma igualdade com os seus conquistadores.

I. A política dos imperadores e do Senado, no tocante à religião, foi felizmente secundada pelas reflexões dos seus súbditos esclarecidos e pelos hábitos de superstição dos outros. As várias formas de culto que prevaleciam no mundo romano eram todas consideradas pelo povo como igualmente verdadeiras; pelos filósofos, como igualmente falsas; e pelos

magistrados, como igualmente úteis. E a tolerância originou, por conseguinte, não só uma indulgência mútua, mas também uma concórdia religiosa.

A superstição do povo não foi irritada por nenhuma mescla de rancor teológico; nem tão-pouco tolhida pelas correntes de um sistema especulativo. O devoto politeísta, embora credulamente ligado aos seus ritos nacionais, admitia com uma fé implícita as diferentes religiões do mundo. O medo, a gratidão e a curiosidade, um sonho ou um presságio, um distúrbio singular ou uma viagem a um lugar distante predispunham-no continuamente a multiplicar os artigos da sua fé e a alargar a lista dos seus deuses tutelares. A tênue textura da mitologia pagã compunha-se de vários, mas não discordantes, materiais. Desde que se permitiu que sábios e heróis, que tinham vivido ou morrido em benefício da sua pátria, fossem elevados a um plano de poder e imortalidade, admitiu-se universalmente que eles mereciam, senão a adoração, pelo menos o respeito de toda a humanidade. As divindades de milhares de bosques e de milhares de rios desfrutavam em paz da sua respectiva influência local; e tão-pouco os romanos que esconjuravam a ira do Tibre podiam troçar dos egípcios que apresentavam as suas oferendas ao génio benéfico do Nilo. Os visíveis poderes da Natureza, os planetas e os elementos eram os mesmos em todo o Universo. Os governantes invisíveis do mundo moral eram inevitavelmente vazados num molde semelhante de ficção e alegoria. Todas as virtudes e todos os vícios adquiriam o seu representante divino; e todas as artes e profissões, o seu patrono, cujos atributos, nos séculos e nos países mais remotos, derivavam uniformemente do carácter dos seus particulares devotos. Uma república de deuses com temperamentos e interesses tão opostos necessitava, em todos os sistemas, da mão moderadora de um supremo magistrado, o qual, devido à evolução dos conhecimentos e da adulação, foi sendo gradualmente investido das sublimes perfeições de um Pai Eterno e de um Monarca Onnipotente. Era tal o suave espírito da Antiguidade, que as nações se mostravam mais atentas à semelhança do que à diferença do seu culto religioso. Quando o Grego, o Romano e o Bárbaro se cruzavam diante dos seus respectivos altares, facilmente se convenciam de que, sob vários nomes e com vários rituais, todos adoravam as mesmas divindades. A graciosa mitologia de Homero deu uma forma bela e quase regular ao politeísmo do mundo antigo.

Os filósofos da Grécia deduziam os seus conceitos morais da natureza do homem e não tanto da de Deus. No entanto, meditavam na Natureza Divina, tornando-a objecto de uma curiosíssima e importante especulação; e, nessa profunda indagação, alardearam a força e a fraqueza do entendimento humano. De entre as quatro escolas mais famosas, foram os estóicos e os platónicos que se esforçaram por conciliar os interesses divergentes da razão e da devoção. Legaram-nos as provas mais sublimes da existência e das perfeições da causa primeira; mas, na impossibilidade de conceberem a criação da matéria, o obreiro, na filosofia estóica, não se distinguia sobejamente da obra; enquanto, pelo contrário, o Deus Espiritual de Platão e dos seus discípulos se assemelhava mais a uma ideia do que a uma substância. As opiniões dos académicos e dos epicúrios eram de teor menos religioso; mas, enquanto a modesta ciência dos primeiros os levava a duvidar, a ignorância categórica dos segundos fê-los negar a providência de um Supremo Regulador. O espírito de indagação, incentivado pela emulação e apoiado pela liberdade, dividira os professores públicos de filosofia numa série de seitas rivais; mas a juventude ingénua que, vinda de todos os lugares, acorria a Atenas e a outros centros de aprendizagem do Império Romano foi unanimemente ensinada em todas as escolas a rejeitar e a desprezar a religião das massas. De facto, como era possível que um filósofo aceitasse como verdades divinas as pueris narrativas dos poetas e as tradições incoerentes da Antiguidade? Ou que adorasse como deuses esses seres imperfeitos que teria desprezado como homens? Contra tão indignos adversários, Cícero condescendeu em utilizar as armas da razão e da eloquência; no entanto, a sátira de Luciano constituiu uma arma muito mais adequada e eficaz. Podemos estar certos de que um escritor conhecedor do mundo jamais teria ousado expor os deuses do seu país à troça pública, caso os mesmos não tivessem sido já objecto de um secreto desprezo entre as camadas instruídas e esclarecidas da sociedade.

Apesar da moda de irreligiosidade que prevaleceu no século dos Antoninos, tanto o interesse dos sacerdotes como a credulidade do povo foram bastante respeitadas. Nos seus escritos e diálogos, os filósofos da Antiguidade defendiam a independente dignidade da razão; mas submetiam as suas acções ao império da lei e do costume. Encarando com um sorriso de compaixão e indulgência os diversos erros do comum dos homens, eles praticavam diligentemente as cerimónias dos seus antepassados, frequentavam piedosamente os templos dos deuses e, condescendendo por

vezes em representar um papel no teatro da superstição, dissimulavam os sentimentos de um ateu sob as vestes sacerdotais. Pensadores desta têmpera dificilmente se predispunham a debater os seus respectivos modos de fé ou de culto. Era-lhes indiferente o tipo de loucura que a multidão podia optar por seguir; e aproximavam-se, com o mesmo desprezo interior e a mesma reverência exterior, dos altares do Júpiter L bio, Olímpico ou Capitolino.

Torna-se difícil entender por que motivo o espírito de persegui o se infiltrou nos conselhos romanos. Os magistrados não poderiam ter sido movidos por um cego, embora honesto fanatismo, na medida em que eles próprios eram filósofos; e as escolas de Atenas haviam dado leis ao Senado. Não poderiam ser impelidos pela ambi o ou a avareza, dado os poderes temporal e eclesiástico se encontrarem reunidos nas mesmas mãos. Os pontífices eram escolhidos entre os mais ilustres dos senadores; e o cargo de grande pontífice era constantemente exercido pelos próprios imperadores. Eles conheciam e avaliavam as vantagens da religião, em virtude da sua liga o ao governo civil. Encorajavam as festas públicas, que humanizam os costumes do povo. Manejavam as artes da adivinha o como um instrumento útil   política; e respeitavam, como o vínculo mais sólido da sociedade, a benéfica convic o de que, nesta ou numa vida futura, o crime de perjúrio   com toda a certeza punido pelos deuses vingadores. Mas, embora reconhecessem as vantagens gerais da religião, estavam convencidos de que os diversos modos de culto contribuíam identicamente para os mesmos propósitos salutar s; e que, em todos os países, a forma de supersti o que tinha recebido a san o do tempo e da experiência era a que melhor se adaptava ao clima e aos seus habitantes. A cobiça e o gosto pela beleza despojavam frequentemente as na es vencidas das elegantes estátuas dos deuses e dos ricos ornamentos dos seus templos; mas, no exercício da religião que haviam herdado dos antepassados, estas mesmas na es usufruíam da indulgência e até mesmo da protec o dos conquistadores romanos. A província da Gália constituiu na aparência, e de facto só na apar ncia, uma excep o a esta toler ncia universal. Com o capcioso pretexto de abolir os sacrifícios humanos, os imperadores Tibério e Cláudio suprimiram o perigoso poder dos druidas; no entanto, os próprios sacerdotes, os seus deuses e os seus altares subsistiram, numa pacífica obscuridade, até   destrui o final do paganismo.

Roma, a capital de uma grande monarquia, era permanentemente invadida por súbditos e estrangeiros de todas as partes do mundo, que nela

introduziam e praticavam as superstições favoritas dos seus países natais. Todas as cidades do império tinham permissão para conservar a pureza das suas cerimónias ancestrais; e o Senado romano, lançando mão do privilégio comum, interferia algumas vezes para restringir esta invasão de ritos estrangeiros. A superstição egípcia, que era de todas a mais desprezável e abjecta, sofreu frequentes proibições; os templos de Serápis e Ísis foram demolidos e os seus adoradores banidos de Roma e de Itália. No entanto, o zelo do fanatismo triunfou dos frios e débeis esforços da política. Os exilados regressaram, os prosélitos multiplicaram-se, os templos foram restaurados com crescente esplendor, e Ísis e Serápis ocuparam por fim o seu lugar entre as divindades romanas. Mas nem esta indulgência era um desvio das velhas máximas do governo. Nos séculos mais puros da República, Cibele e Esculápio haviam sido convidados por embaixadas solenes; e era usual aliciar os deuses tutelares de cidades sitiadas com a promessa de honras mais distintas do que aquelas de que gozavam no seu país de origem. Roma tornou-se gradualmente o templo comum dos seus súbditos; e o direito de cidade era atribuído a todos os deuses da humanidade.

II. A acanhada política de preservar, sem nenhuma mistura estrangeira, o puro sangue dos antigos cidadãos obstara à fortuna e apressara a ruína de Atenas e de Esparta. O génio empreendedor de Roma sacrificou a vaidade à ambição e considerou mais prudente, e bem assim mais honroso, adoptar a virtude e o mérito como coisa sua, onde quer que os encontrasse, entre escravos ou estrangeiros, inimigos ou bárbaros. Durante a época mais florescente da República ateniense, o número de cidadãos diminuiu a pouco e pouco de cerca de trinta mil para vinte e um mil. Se, pelo contrário, analisarmos o crescimento da República Romana, poderemos concluir que, apesar das permanentes sangrias ditadas pelas guerras e pelas colónias, os cidadãos, que no primeiro censo de Sérvio Túlio não ultrapassavam os oitenta e três mil, se multiplicaram antes do começo da Guerra dos Aliados, atingindo a cifra de quatrocentos e setenta e três mil homens capazes de pegar em armas ao serviço da pátria. Quando os aliados de Roma reivindicaram uma distribuição igual de honras e privilégios, o Senado preferiu efectivamente a sorte das armas a uma vergonhosa concessão. Os Samnitas e os Lucanos sofreram um severo castigo pela sua temeridade; mas o resto dos Estados italianos, à medida que regressavam sucessivamente ao cumprimento do dever, foram admitidos no seio da

República e depressa contribuíram para a ruína da liberdade pública. Num governo democrático, os cidadãos exercem os poderes de soberania; e tais poderes serão primeiramente usados de forma abusiva e depois perdidos, caso sejam cedidos a uma multidão desmedida. Quando, porém, as assembleias populares foram abolidas pela administração dos imperadores, os conquistadores somente se diferenciavam das nações vencidas por formarem a primeira e mais honrosa categoria de súbditos; e o seu aumento, por mais rápido que fosse, já não se fazia acompanhar dos mesmos perigos. No entanto, os príncipes mais sábios, que adoptaram as máximas de Augusto, preservaram com meticuloso cuidado a dignidade do nome romano e difundiram o direito de cidade com prudente liberalidade.

Até os privilégios dos Romanos serem progressivamente alargados a todos os habitantes do império, manteve-se uma significativa distinção entre a Itália e as outras províncias. A primeira era considerada o centro da unidade pública e a sólida base da Constituição. A Itália exigia ser o berço, ou pelo menos a residência, dos imperadores e do Senado. As terras dos Italianos estavam isentas de impostos, e as suas pessoas da arbitrária jurisdição dos governadores. Aos seus municípios, constituídos segundo o modelo perfeito da capital, era confiada, sob a inspecção imediata do supremo poder, a execução das leis. Desde o sopé dos Alpes à extremidade da Calábria, todos os naturais de Itália nasciam cidadãos de Roma. As suas diferenças parciais foram esquecidas e eles coligaram-se imperceptivelmente numa grande nação, unida pela língua, os costumes e as instituições civis, com um peso idêntico ao de um poderoso império. A República gloriava-se da sua política generosa e era frequentemente recompensada pelo mérito e os serviços dos seus filhos adoptivos. Se houvesse sempre restringido a distinção de romanos às famílias antigas adentro dos muros da cidade, este nome imortal teria sido privado de alguns dos seus mais nobres ornamentos. Virgílio era natural de Mântua; Horácio tendia a duvidar se deveria intitular-se apuliense ou lucano; foi em Pádua que se encontrou um historiador digno de registar a série majestosa das vitórias romanas. A patriótica família dos Catões era oriunda de Túsculo; e a cidadezinha de Arpino reivindicou a dupla honra de dar ao mundo Mário e Cícero, o primeiro dos quais mereceu a honra, depois de Rómulo e Remo, de ser chamado o Terceiro Fundador de Roma; e o segundo, depois de ter salvo o seu país dos intentos de Catilina, permitiu-lhe disputar a Atenas a palma da eloquência.

As províncias

As províncias do império (conforme foram descritas no capítulo anterior) eram destituídas de qualquer força pública ou liberdade constitucional. Na Etrúria, na Grécia e na Gália, o Senado cuidou, antes de mais, de dissolver essas perigosas confederações capazes de ensinar à humanidade que, tal como as armas romanas prevaleceram pela divisão, se poderia resistir-lhes pela união. Os príncipes, cujo alarde de gratidão ou generosidade lhes permitia empunhar um precário ceptro durante algum tempo, eram afastados do trono assim que haviam terminado a tarefa que lhes fora imposta de moldar o jugo das nações vencidas. Os Estados livres e as cidades que haviam aderido à causa de Roma eram recompensados com uma aliança nominal e mergulhavam insensivelmente numa verdadeira servidão. A autoridade pública exercia-se em todo o lado por intermédio dos ministros do Senado e dos imperadores, e esta autoridade era absoluta e sem limites. No entanto, as mesmas máximas salutares de governo, que tinham garantido a paz e a obediência da Itália, estenderam-se às mais distantes conquistas. Uma nação de romanos estabeleceu-se gradualmente nas províncias pelo duplo expediente de aí instalar colónias e de conceder aos mais fiéis e merecedores dos provinciais o direito de cidadania romana.

«Onde quer que o romano conquiste, ele habita», é uma observação muito acertada de Séneca, confirmada pela História e pela experiência. Os nativos de Itália, atraídos pelo prazer ou pelo interesse, apressaram-se a usufruir das vantagens da vitória; e podemos notar que, cerca de quarenta anos após a sujeição da Ásia, oitenta mil romanos foram chacinados num só dia por ordem cruel de Mitrídates. Estes exilados voluntários dedicavam-se, na maioria, às fainas do comércio, da agricultura e à arrecadação das receitas públicas. Mas, depois de as legiões terem sido tornadas permanentes pelos imperadores, as províncias foram povoadas por uma estirpe de soldados; e os veteranos, quer recebessem a recompensa pelos seus serviços em terras ou em dinheiro, instalavam-se geralmente com as famílias no país onde tinham passado honrosamente a sua juventude. Por todo o império, mas em especial nas regiões ocidentais, os distritos mais férteis e as posições mais vantajosas eram reservados ao estabelecimento de colónias; algumas delas eram de natureza civil e outras de cunho militar. No tocante a costumes e a política interna, as colónias formavam uma perfeita

imagem da mãe-pátria; e na medida em que não tardavam a unir-se por laços de amizade e de aliança aos nativos, elas difundiram realmente o respeito pelo nome romano e o desejo raras vezes frustrado de, na devida altura, se compartilhar das suas honras e vantagens. As cidades municipais alcançaram imperceptivelmente a categoria e o esplendor das colônias; e no reinado de Adriano discutia-se se era preferível a condição das sociedades que haviam brotado do seio de Roma ou a das que nele tinham sido recebidas. O direito de Lácio, como se lhe chamava, proporcionava um favor mais parcial nas cidades a que fora concedido. Só os magistrados, quando expirava o seu mandato, recebiam a qualidade de cidadãos romanos; mas, dado estes cargos serem anuais, ao fim de poucos anos já por eles tinham passado as famílias mais importantes. Os provinciais a quem se permitia usar armas nas legiões; os que exerciam qualquer cargo civil; em resumo, todos os que desempenhavam qualquer serviço público ou exibiam talentos pessoais viam-se recompensados com um presente, cujo valor era continuamente reduzido pela crescente liberalidade dos imperadores. No entanto, e mesmo no século dos Antoninos quando o direito da cidade havia sido conferido ao maior número dos seus súbditos, esta regalia continuava a fazer-se acompanhar de reais vantagens. O grosso da população adquiria com este título o benefício das leis romanas, em particular nos interessantes capítulos do casamento, dos testamentos e das heranças; e o caminho da fortuna ficava aberto àqueles cujas pretensões eram secundadas pelo favor ou pelo mérito. Os netos dos gauleses que tinham cercado Júlio César em Alésia comandavam legiões, governavam províncias e eram admitidos no Senado de Roma. A sua ambição, em vez de perturbar a tranquilidade do Estado, estava intimamente ligada à segurança e grandeza dele.

Os Romanos eram tão sensíveis à influência da língua nos costumes nacionais, que cuidaram acima de tudo de difundir o uso da língua latina conforme as suas conquistas avançavam. Os antigos dialectos de Itália, o sabino, o etrusco e o venético, caíram no esquecimento; mas, nas províncias, o Oriente mostrou-se menos dócil do que o Ocidente à voz dos seus vitoriosos preceptores. Esta nítida diferença marcou as duas partes do império com uma distinção de tonalidades que, embora se tivesse esbatido, em certa medida, ao longo do claro esplendor da prosperidade, se foi tornando mais visível quando as sombras da noite desceram a pouco e pouco sobre o mundo romano. As regiões ocidentais foram civilizadas pelas mesmas mãos que as tinham submetido. Mal os bárbaros se dispuseram à

obediência, as suas mentes abriram-se a quaisquer novos dados do conhecimento e da civilidade. A linguagem de Virgílio e Cícero, embora com uma certa mistura inevitável de corruptela, foi tão universalmente adoptada em África, Espanha, Gália, Bretanha e Panónia, que os leves vestígios dos idiomas púnico ou céltico apenas se conservaram nas montanhas ou entre os camponeses. A educação e o estudo incutiram a pouco e pouco os sentimentos dos Romanos nos nativos destas regiões; e a Itália forneceu os usos, bem como as leis, aos seus provinciais latinos. Eles solicitaram com mais fervor, e obtiveram com mais facilidade, a cidadania e as honras do Estado; sustentaram a dignidade nacional nas Letras e nas armas; e, por fim, na pessoa de Trajano, produziram um imperador que os Cipião não teriam negado como seu compatriota. A situação dos Gregos era muito diferente da dos bárbaros. Há muito tempo que os primeiros tinham sido civilizados e corrompidos. Possuíam demasiado gosto para renunciar à sua língua e demasiada vaidade para adoptar quaisquer instituições estrangeiras. Tendo continuado a cultivar os preconceitos, depois de haverem perdido as virtudes dos seus antepassados, fizeram gala de desprezar os modos rudes dos conquistadores romanos, ao passo que se sentiam obrigados a respeitar a sua maior sabedoria e poder(*). Mas a influência da língua e dos sentimentos gregos não se restringia aos estreitos limites desse país outrora celebrado. A ascensão das colónias e das conquistas difundira o ascendente deles desde o Adriático ao Eufrates e ao Nilo. A Ásia pululava de cidades gregas e o longo reinado dos reis macedónios tinha introduzido uma revolução silenciosa na Síria e no Egipto. Nas suas pomposas cortes, estes príncipes aliavam a elegância de Atenas ao luxo do Oriente, e o exemplo da corte era imitado, a uma humilde distância, pelos estratos mais elevados dos seus súbditos. Tal era a divisão geral do Império Romano relativamente às línguas latina e grega. A estas podemos juntar um terceiro grupo constituído pela massa dos nativos da Síria e, em particular, do Egipto. O uso dos seus antigos dialectos, excluindo-os do comércio com a humanidade, impediu o progresso destes bárbaros. A vida indolente e efeminada dos primeiros expunha-os ao desprezo, e a sombria ferocidade dos últimos provocava a aversão dos conquistadores. Estas nações tinham-se submetido ao poder romano, mas raras vezes desejavam ou mereciam o direito de cidadania; e houve quem notasse que mais de duzentos e trinta anos decorreram após a queda dos Ptolemeus até um egípcio ser admitido no Senado de Roma.

É justa, embora banal, a observação de que a Roma vitoriosa foi subjugada pelas artes da Grécia. Estes escritores imortais, que continuam a suscitar a admiração da moderna Europa, depressa se tornaram o objecto de estudo e de imitação favorito em Itália e nas províncias ocidentais. No entanto, os requintados ócios dos Romanos não tiveram nenhuma interferência nas suas profundas máximas políticas. Embora reconhecendo os encantos do grego, eles afirmaram a dignidade da língua latina, e o uso exclusivo dela foi mantido inflexivelmente na administração dos governos civil e militar. As duas línguas exerciam em simultâneo uma jurisdição separada em todo o império: a primeira, como o idioma natural das ciências; a segunda, como o dialecto oficial das transacções públicas. Aqueles que aliavam as letras e os negócios eram igualmente versados nas duas; e tornava-se quase impossível encontrar, em qualquer província, um súbdito romano, de educação liberal, que desconhecesse simultaneamente a língua grega e a latina.

Estas instituições é que levaram paulatinamente as nações do império a fundir-se no nome e no povo romanos. Todavia, no centro de todas as províncias e no seio de todas as famílias permanecia ainda uma classe desafortunada de homens que suportavam os encargos da sociedade sem partilharem dos seus benefícios. Nos Estados livres da Antiguidade, os escravos domésticos encontravam-se sujeitos à caprichosa severidade do despotismo. O estabelecimento completo do Império Romano foi antecedido de séculos de violência e de saque. Os escravos eram, na sua maioria, constituídos por cativos bárbaros sujeitados aos milhares pela sorte da guerra, comprados por baixo preço, acostumados a uma vida de independência e impacientes por quebrar as grilhetas e vingar-se. Os regulamentos mais severos e o tratamento mais cruel contra tais inimigos internos, cujas desesperadas revoltas tinham mais de uma vez levado a República à beira da destruição, pareciam quase justificados pela suprema lei da autoconservação. Quando, porém, as principais nações da Europa, da Ásia e da África se uniram sob as leis de um único soberano, as fontes de abastecimento estrangeiras fluíam com muito menos abundância e os Romanos viram-se compelidos ao método mais suave, mas mais lento, da reprodução. Passaram a encorajar o casamento dos escravos nas suas numerosas famílias e, em especial, nas suas herdades. Os sentimentos da natureza, os hábitos educacionais e a posse de uma espécie de propriedade dependente contribuíram para minorar as tribulações da servidão. A

existência de um escravo tornou-se um objecto de maior valor; e embora a sua felicidade ainda derivasse do carácter e posição do amo, a clemência deste último, em vez de restringida pelo medo, era encorajada pela noção do seu interesse pessoal. O progresso dos costumes era incentivado pela virtude ou pela política dos imperadores; e a protecção das leis estendeu-se à parte mais miserável da humanidade mediante os edictos de Adriano e dos Antoninos. O direito de vida e de morte sobre os escravos, um poder durante muito tempo praticado e frequentemente exagerado, foi subtraído às mãos dos privados e reservado apenas aos magistrados. As prisões subterrâneas foram abolidas; e no caso de uma queixa justa de tratamento cruel, o escravo molestado obtinha a libertação ou um amo menos feroz.

A esperança, o melhor consolo da nossa condição imperfeita, não era negada ao escravo romano; e sempre que ele tinha oportunidade de se tornar útil ou agradável, podia, com toda a naturalidade, esperar que o zelo e a fidelidade de alguns anos merecessem a recompensa da inestimável dádiva da liberdade. A benevolência do amo era tão frequentemente movida pelos mesquinhos móveis da ostentação e avareza, que as leis consideraram mais necessário limitar do que encorajar uma profusa e indistinta liberalidade, a qual podia degenerar num perigoso abuso. A antiga jurisprudência defendia o princípio de que um escravo não tinha um país seu; graças à manumissão, ele alcançava o ingresso na sociedade política de que o seu protector era membro. As consequências deste princípio teriam diluído os privilégios da dignidade de cidadão numa turba abjecta e promíscua. Estabeleceram-se, assim, várias excepções sensatas; e a honrosa distinção foi conferida apenas aos escravos que, por justas causas e com a aprovação do magistrado, recebessem uma solene e legal alforria. No entanto, até mesmo estes libertos seleccionados nada mais obtinham do que os direitos privados dos cidadãos e eram rigorosamente excluídos de honras civis ou militares. E qualquer que pudesse ser o mérito ou a sorte dos seus filhos, também eles eram considerados inaptos para ocupar um lugar no Senado; os traços de uma origem servil só eram tidos por inteiramente apagados na terceira ou quarta geração. Sem anular a diferenciação de categorias, oferecia-se assim uma remota perspectiva de liberdade e honrarias, até mesmo àqueles que o orgulho e o preconceito quase se negavam a incluir no seio da espécie humana. Propôs-se, a dada altura, distinguir os escravos por meio de um traje especial, mas percebeu-se justamente que seria até certo ponto um risco dar-lhes conhecimento do seu

número. Sem interpretar no sentido mais rigoroso as latas designações de legiões e miríades, podemos aventurar-nos a afirmar que a percentagem de escravos encarados como propriedade era mais considerável que a dos criados, os quais somente podem ser avaliados como uma despesa. Os jovens com faculdades prometedoras eram instruídos nas artes e nas ciências, e o seu preço ajustado segundo o grau das suas capacidades e talentos. Na casa de um senador abastado, podiam encontrar-se quase todas as profissões, tanto liberais como mecânicas. Os artífices de objectos de pompa e sensualidade multiplicaram-se muito além do luxo moderno. O mercador ou o fabricante tinham mais interesse em comprar do que em alugar os seus obreiros; e, no campo, os escravos eram utilizados como os mais baratos e os mais laboriosos instrumentos da agricultura. Poderíamos enumerar uma série de exemplos particulares para confirmar estas observações gerais e dar uma ideia da multidão de escravos. Numa triste ocorrência, descobriu-se que um só palácio de Roma encerrava quatrocentos escravos. O mesmo número de quatrocentos pertencia a uma herdade que uma viúva africana, de situação pouco elevada, doou ao filho, ao mesmo tempo que reservava para uso próprio uma parte muito maior dos seus bens. Um liberto, sob o reinado de Augusto, apesar de a sua fortuna ter sofrido grandes perdas nas guerras civis, deixou por sua morte três mil e seiscentas juntas de bois, duzentas e cinquenta mil cabeças de gado miúdo e, o que era quase incluído no rol do gado, quatro mil cento e dezasseis escravos.

O número de súbditos que reconheciam as leis de Roma, cidadãos, provinciais e escravos, não pode actualmente ser determinado com a exactidão requerida pela importância da questão. Sabemos que, quando o imperador Cláudio exerceu o cargo de censor, se fez o recenseamento de seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil cidadãos romanos que, incluindo as mulheres e crianças, deveriam totalizar cerca de vinte milhões de almas. O número de súbditos de categoria inferior era incerto e flutuante. No entanto, após uma cuidada análise de cada factor que poderia ter pesado na balança, parece provável que, na época de Cláudio, existissem aproximadamente duas vezes mais provinciais do que cidadãos, de ambos os sexos e de todas as idades; e que os escravos igualassem, pelo menos, a quantidade dos habitantes livres do mundo romano. A soma total deste cálculo imperfeito deveria ascender a cerca de cento e vinte milhões de pessoas: uma cifra populacional que possivelmente supera a da Europa

moderna e constituiu a sociedade mais numerosa que alguma vez esteve unida sob o mesmo sistema de governo.

A paz e a união internas eram as consequências naturais da política de moderação e entendimento adoptada pelos Romanos. Se voltarmos o olhar na direcção das monarquias da Ásia, descortinaremos despotismo no centro e fraqueza nas extremidades; a cobrança das receitas ou a administração da justiça sustentadas pela presença de um exército; bárbaros hostis instalados no coração do país, sátrapas hereditários usurpando o domínio das províncias e súbditos propensos à rebelião, embora incapazes de gozar de liberdade. Contudo, a obediência reinante no mundo romano era uniforme, voluntária e constante. As nações vencidas, fundidas num único e grande povo, abdicavam da esperança e até mesmo do desejo de recobrar a independência, e quase não consideravam a sua própria existência como distinta da existência de Roma. A autoridade estabelecida dos imperadores penetrava, sem esforço, na vasta extensão dos seus domínios e exercia-se com a mesma facilidade nas margens do Tamisa ou do Nilo que nas do Tibre. As legiões tinham por missão actuar contra o inimigo público, e os magistrados civis raramente necessitavam da ajuda de uma força militar. Nesta situação de segurança geral, os lares e as riquezas, tanto do príncipe como do povo, eram dedicados a aperfeiçoar e embelezar o Império Romano.

Monumentos romanos

Entre os inúmeros monumentos arquitectónicos construídos pelos Romanos, quantos escaparam ao registo da História, quão poucos resistiram à devastação do tempo e da barbárie! E, no entanto, até mesmo as ruínas majestosas que ainda se encontram esparsas pela Itália e pelas províncias bastariam para provar que estas regiões foram outrora a sede de um ilustre e poderoso império. A sua grandeza ou a sua beleza seriam suficientes para merecer a nossa atenção; mas o seu interesse é acrescido por duas importantes circunstâncias, que aliam a aprazível história das artes à história mais útil dos costumes humanos. Muitas destas obras foram construídas a expensas de particulares e quase todas se destinavam ao benefício público.

Torna-se natural a suposição de que a maioria, bem como os mais notáveis dos edifícios romanos, foram erguidos pelos imperadores, que possuíam tão ilimitados recursos em homens e dinheiro. Augusto tinha por hábito vangloriar-se de que encontrara a sua capital de tijolo e a legava de mármore. A severa economia de Vespasiano foi a fonte da sua magnificência. As obras de Trajano exibem o cunho do seu génio. Os monumentos públicos com que Adriano adornou todas as províncias do império foram executados não só por sua ordem, mas sob a sua inspecção. Era ele próprio um artista; e amava as artes na medida em que conduziam à glória do monarca. Elas foram fomentadas pelos Antoninos, pois contribuía para a felicidade do povo. Mas sendo embora os primeiros, os imperadores não foram os únicos architectos dos seus domínios. O seu exemplo foi universalmente imitado pelos súbditos principais, que não recearam proclamar diante do mundo que tinham engenho para conceber e riqueza para concretizar os mais nobres empreendimentos. A altiva estrutura do Coliseu ainda mal acabara de ser dedicada a Roma, quando alguns edifícios, em verdade de mais pequena escala, mas segundo o mesmo plano, e feitos com os mesmos materiais, foram erguidos para utilização, e a expensas, das cidades de Cápuia e de Verona. A inscrição da admirável ponte de Alcântara demonstra que foi lançada sobre o Tejo à custa de algumas comunidades lusitanas. Quando Plínio foi nomeado governador da Bitínia e do Ponto, províncias que não eram de forma alguma as mais ricas ou as mais notáveis do império, deu-se conta de que as cidades sob a sua jurisdição competiam entre si no tocante a obras úteis e ornamentais, susceptíveis de merecer a curiosidade dos estrangeiros ou a gratidão dos seus cidadãos. O procônsul tinha a obrigação de suprir as falhas delas, orientar o gosto e, por vezes, moderar-lhes a emulação. Os opulentos senadores de Roma e das províncias consideravam uma honra, e quase uma obrigação, adornar de esplendor a sua época e o seu país; e a influência da moda compensava, muitas vezes, a falta de gosto ou de generosidade. Entre o grande número destes benfeitores particulares, podemos distinguir Herodes Ático, um cidadão ateniense que viveu na época dos Antoninos. Qualquer que tenha sido o motivo do seu comportamento, a sua magnificência era digna dos maiores reis.

A família de Herodes, pelo menos depois de ter sido bafejada pela fortuna, descendia em linha recta de Címon e Milcíades, Teseu e Cécropo, Éaco e Júpiter. Mas a posteridade de tantos deuses e heróis havia caído na

mais abjecta condição. O avô sofrera às mãos da justiça, e Júlio Ático, o pai, acabaria provavelmente a vida no meio da miséria e do desprezo, se não tivesse descoberto um imenso tesouro enterrado debaixo de uma velha casa, o último resto do seu património. Segundo o rigor da lei, o imperador poderia ter reclamado o seu quinhão, e assim, ao fazer uma livre confissão, o prudente Ático impediu o zelo dos informadores. No entanto, o justo Nerva, que ocupava então o trono, recusou aceitar qualquer parte e ordenou-lhe que desfrutasse, sem escrúpulo, daquele presente da sorte. O cauteloso ateniense continuou a insistir que o tesouro era demasiado avultado para um só súbdito e que não sabia como *usá-lo*. «*Abusa* então dele», replicou o monarca com bondosa impaciência, «pois que é teu.» Muitos acharão que Ático obedeceu literalmente às últimas instruções do imperador, porquanto gastou a maior parte da sua fortuna, a qual foi muito aumentada por um vantajoso casamento, ao serviço do público. Ático tinha obtido para o seu filho Herodes a prefeitura das cidades livres da Ásia; e o jovem magistrado, verificando que a de Tróade tinha um fornecimento irregular de água, conseguiu, mercê da generosidade de Adriano, trezentos miríades de dracmas (cerca de cem mil libras) para a construção de um novo aqueduto. Porém, na execução da obra, as despesas atingiram mais do dobro da estimativa, e os funcionários da fazenda pública começaram a murmurar entre dentes, até que o generoso Ático lhes silenciou as queixas solicitando autorização para tomar a seu cargo todas as despesas adicionais.

Os mais competentes preceptores da Grécia e da Ásia haviam sido convidados, mediante generosas compensações, para dirigir a educação do jovem Herodes. O seu aluno depressa se transformou num famoso orador, segundo a vã retórica desta época, que, confinada às escolas, desdenhava estar presente no Fórum ou no Senado. Foi distinguido com a honra do consulado em Roma; no entanto, passou a maior parte da vida num retiro filosófico em Atenas e nas suas vilas dos arredores; rodeado permanentemente por sofistas, que reconheciam de bom grado a superioridade de um rico e generoso rival. Os monumentos do seu génio desapareceram; algumas notáveis ruínas conservam ainda a fama do seu gosto e prodigalidade: viajantes modernos mediram os restos do estádio que ele mandou construir em Atenas. Tinha seiscentos pés de comprimento, era inteiramente feito de mármore branco e podia conter toda a população, tendo sido acabado em quatro anos, na altura em que Herodes era presidente dos jogos atenienses. À memória da sua mulher Regila, dedicou

um teatro que dificilmente encontrava igual no império; a única madeira usada em todo o edifício foi a de cedro, curiosamente lavrada. O Odeão, que Péricles destinou a concertos de música e ao ensaio de novas tragédias, constituía um troféu da vitória das artes sobre a grandeza asiática, pois as madeiras utilizadas na construção provinham essencialmente dos mastros de navios persas. Apesar das reparações efectuadas no antigo edifício por um rei da Capadócia, ele caíra de novo em ruína. Herodes devolveu-lhe a beleza e o esplendor de outrora. A liberalidade deste ilustre cidadão não se circunscreve às muralhas de Atenas. Os mais maravilhosos ornamentos feitos no templo de Neptuno no Istmo, um teatro em Corinto, um estádio em Delfos, umas termas nas Termópilas e um aqueduto em Canúsio, na Itália, não chegaram para esgotar os seus tesouros. As populações do Epiro, da Tessália, da Eubeia, da Beócia e do Peloponeso partilharam dos seus favores; e muitas inscrições das cidades da Grécia e da Ásia proclamam com gratidão Herodes Ático como seu patrono e benfeitor.

Nas repúblicas de Atenas e Roma, a modesta simplicidade das casas particulares anunciava a igual condição de liberdade, ao mesmo tempo que a soberania do povo era representada por imponentes edifícios destinados a uso público; tão-pouco este espírito republicano se extinguiu totalmente com a introdução da riqueza e o advento da monarquia. Os mais virtuosos imperadores optaram por ostentar a sua magnificência em obras de glória e utilidade nacionais. O palácio dourado de Nero suscitou uma justa indignação, mas a vasta extensão de terreno usurpada pelo seu luxo egoísta foi mais nobremente preenchida nos reinados seguintes, graças ao Coliseu, aos banhos de Tito, ao pórtico Claudiano e aos templos dedicados à deusa da Paz e ao génio de Roma. Estes monumentos arquitectónicos, propriedade do povo romano, foram adornados com as mais belas produções da pintura e escultura grega; e no templo da Paz foi aberta uma biblioteca muito curiosa(*), acessível à curiosidade dos eruditos. A uma pequena distância deste lugar situava-se o Fórum de Trajano. Era rodeado por um elevado pórtico em forma de quadrângulo, onde quatro arcos de triunfo formavam entradas nobres e espaçosas; no centro erguia-se uma coluna de mármore cuja altura, de cento e dez pés, assinalava a elevação da colina que fora terraplenada. Esta coluna, que ainda subsiste em toda a sua antiga beleza, exhibia uma exacta representação das vitórias dácias do seu fundador. O soldado veterano contemplava a história das suas próprias campanhas e, através de uma fácil ilusão de vaidade nacional, o pacífico cidadão

associava-se às honras do triunfo. Todos os restantes bairros da capital, e todas as províncias do império, foram embelezados pelo mesmo espírito liberal de magnificência pública e enchidos de anfiteatros, teatros, templos, pórticos, arcos de triunfo, termas e aquedutos, cada qual com seu uso e destinados à saúde, à devoção ou aos prazeres do mais humilde dos cidadãos. Os edifícios mencionados em último lugar merecem a nossa atenção especial. O arrojo do empreendimento, a solidez da execução e as utilizações que lhes eram dadas põem os aquedutos entre os mais nobres monumentos do génio e do poder romanos. Os aquedutos da capital justificam uma clara preeminência; mas o viajante curioso que, sem luzes históricas, examinasse os de Espoleto, Metz ou de Segóvia, chegaria muito naturalmente à conclusão de que estas cidades de província foram noutro tempo as residências de qualquer poderoso monarca. Os ermos da Ásia e da África estavam outrora cobertos de cidades prósperas, cuja abundante população, e até mesmo a própria existência, resultavam destes provimentos artificiais de uma contínua corrente de água fresca.

Procedemos ao cômputo dos habitantes e contemplámos as obras públicas do Império Romano. A análise do número e da grandeza das suas cidades servirá para confirmar o primeiro ponto e multiplicar as observações sobre o segundo. Talvez se torne agradável reunir alguns exemplos dispersos relativos a este tema, sem esquecer, contudo, que, dada a vaidade das nações e a pobreza da língua, a vaga designação de cidade foi indistintamente aplicada a Roma e a Laurento. I. Consta que a *antiga* Itália englobava onze mil cento e noventa e sete cidades; e, independentemente da época da Antiguidade a que a expressão se refira, não há motivo para acreditar que o país fosse menos populoso no século dos Antoninos do que no tempo de Rómulo. Os pequenos Estados do Lácio foram incluídos na metrópole do império, por cuja superior influência haviam sido atraídos. Estas regiões da Itália, que durante tanto tempo estirolaram sob a indolente tirania de padres e vice-reis, somente haviam sofrido então as calamidades mais suportáveis da guerra; e os primeiros sintomas de decadência que elas revelaram foram largamente compensados pelos rápidos progressos da Gália Cisalpina. O esplendor de Verona pode ler-se nas suas ruínas; no entanto, Verona era menos celebrada do que Aquileia ou Pádua, Milão ou Ravena. II. O espírito de melhoramento transpusera os Alpes e repercutira-se nos próprios bosques da Bretanha, que foram gradualmente desbravados para se abrir espaço livre a cómodas e elegantes habitações. Iorque era a

sede de governo; Londres já estava enriquecida pelo comércio; e Bath era famosa pelo efeito salutar das suas águas medicinais. A Gália podia gabar-se das suas mil e duzentas cidades; e embora, nas regiões setentrionais, muitas delas, sem mesmo exceptuar Paris, pouco mais fossem do que rudes e imperfeitos lugares de reunião de um povo nascente, as províncias do Sul igualavam a riqueza e a elegância de Itália. Foram muitas as cidades da Gália — Marselha, Arles, Nîmes, Narbona, Tolosa, Bordéus, Autun, Viena, Lião, Langres e Tréveros — cuja condição na Antiguidade pode ser posta em pé de igualdade e talvez mesmo levar a melhor na comparação com o estado presente. No que se refere a Espanha, este país floresceu como província e entrou em declínio como reino. Exausta pelo abuso da própria força, pela América e pela superstição, o seu orgulho poderia talvez ficar ferido se lhe pedíssemos uma lista como a das trezentas e sessenta cidades que Plínio citou sob o reinado de Vespasiano. III. Trezentas cidades africanas tinham reconhecido outrora a autoridade de Cartago e não é provável que o seu número diminuísse sob a administração dos imperadores: a própria Cartago renasceu das cinzas com um novo esplendor; e esta capital, tal como Cápuia e Corinto, não tardou a recuperar todas as vantagens que não requerem uma soberania independente. IV. As províncias do Oriente apresentam o contraste da magnificência romana com a barbárie turca. As ruínas da Antiguidade, dispersas ao longo de campos incultos e atribuídas pela ignorância ao poder da magia, dificilmente proporcionam um abrigo ao camponês oprimido ou ao árabe errante. Sob o reinado dos Césares, a Ásia propriamente dita continha só por si quinhentas cidades populosas, enriquecidas por todos os dons da Natureza e ornadas com todos os requintes da arte. Onze cidades da Ásia haviam disputado outrora a honra de consagrar um templo a Tibério, e o Senado analisara os seus respectivos méritos. Quatro delas foram de imediato rejeitadas como inaptas para suportar o encargo; e entre estas contava-se Laodiceia, cujo esplendor as suas ruínas ainda patenteiam. Laodiceia tirava proventos assaz consideráveis dos seus rebanhos de carneiros, famosos pela finura da lã, e recebera, um pouco antes da disputa, um legado de cerca de quatrocentas mil libras por testamento de um cidadão generoso. Se tal era a pobreza de Laodiceia, qual não seria a dessas cidades cuja pretensão pareceu preferível, e sobretudo a de Pérgamo, de Esmirna e de Éfeso que durante tanto tempo disputaram entre si a primazia nominal da Ásia? As capitais da Síria e do Egipto detinham uma posição ainda superior no império; Antioquia e

Alexandria olhavam com desdém uma multidão de cidades dependentes, e só com relutância admitiam a majestade da própria Roma.

Todas estas cidades comunicavam entre si e com a capital através das vias públicas que, partindo do Fórum de Roma, atravessavam a Itália, penetravam nas províncias e apenas terminavam nas fronteiras do império. Se traçarmos cuidadosamente a distância da muralha de Antonino a Roma, e daí a Jerusalém, verificar-se-á que a grande cadeia de comunicação, desde o noroeste ao extremo sudeste do império, se prolongava por quatro mil e oitenta milhas romanas. As estradas públicas estavam exactamente divididas por marcos miliários, e estendiam-se em linha recta de uma cidade a outra, pouco respeitando os obstáculos quer da Natureza quer da propriedade privada. Perfuravam-se montanhas e lançavam-se arrojados arcos sobre os mais largos e rápidos rios. A parte central da estrada, erguida em terraço acima dos campos adjacentes, compunha-se de várias camadas de areia, cascalho e cimento, e era pavimentada com largas pedras ou, em alguns sítios próximos da capital, com granito. Era esta a sólida construção das vias romanas, cuja resistência não cedeu inteiramente à passagem de quinze séculos. Uniam os súbditos das mais distantes províncias por meio de uma acessível e familiar rede; mas o seu principal objectivo fora o de facilitar a marcha das legiões; e nenhum país era considerado como totalmente subjugado até se ter tornado permeável, por todos os lados, às armas e à autoridade do conquistador. A vantagem de receber as mais recentes informações e transmitir as suas ordens com rapidez levou os imperadores a promover o estabelecimento regular de estações de muda através dos seus vastos domínios. Em todos os sítios se ergueram casas, distando somente cinco ou seis milhas umas das outras; cada uma delas dispunha permanentemente de quarenta cavalos e, com a ajuda destas mudas, tornava-se fácil viajar cem milhas por dia ao longo das estradas romanas. O uso das postas era permitido aos que o solicitassem por ordem imperial; mas embora inicialmente destinadas ao serviço público, elas abriam-se por vezes ao negócio ou à conveniência de cidadãos particulares. A comunicação no Império Romano não era menos livre nem aberta por mar do que por terra. As províncias rodeavam e fechavam o Mediterrâneo; e a Itália, com a forma de um imenso promontório, avançava até ao meio deste grande lago. As costas da Itália são, regra geral, destituídas de abrigos seguros, mas a indústria humana corrigira as falhas da Natureza; e o porto artificial de Óstia, em particular, situado na foz do Tibre e mandado escavar

pelo imperador Cláudio, era um útil monumento da grandeza romana. A partir deste porto, que distava somente dezasseis milhas da capital, uma brisa favorável impelia frequentemente os navios, em sete dias, até às colunas de Hércules, e em nove ou dez até Alexandria, no Egipto.

O incremento da agricultura

Quaisquer que sejam os males atribuídos pela razão ou pela declamação aos impérios demasiado extensos, o poder de Roma trouxe algumas consequências benéficas à humanidade; e a mesma liberdade de comunicações que propagou os vícios também difundiu as melhorias da vida social. Nas épocas mais remotas da Antiguidade, o mundo apresentava-se desigualmente dividido. O Oriente estava na posse imemorial das artes e do luxo, enquanto o Ocidente era habitado por rudes e belicosos bárbaros, que ou desdenhavam ou ignoravam por completo a agricultura. Sob a protecção de um governo estabelecido, foram a pouco e pouco introduzidos nas regiões ocidentais da Europa os produtos de climas mais amenos e a indústria de nações mais civilizadas; e, mediante um livre e rentável comércio, os nativos foram incentivados a multiplicar os primeiros, bem como a aperfeiçoar a segunda. Seria quase impossível enumerar todos os artigos, quer do reino animal quer do vegetal, que foram gradualmente importados pela Europa, vindos da Ásia e do Egipto; não seria contudo impróprio da dignidade, e muito menos da utilidade de uma obra histórica, referir alguns dos principais. 1) Praticamente todas as flores, ervas e frutos que crescem nos nossos jardins europeus são de origem estrangeira, o que, em muitos casos, transparece nos próprios nomes: a maçã era uma produção natural da Itália; e depois de os Romanos terem provado o sabor mais gostoso do alperce, do pêssago, da romã, do limão e da laranja, contentaram-se em aplicar a todos estes novos frutos a designação comum de maçã, distinguindo-os entre si por meio do epíteto adicional do país de origem. 2) No tempo de Homero, a vinha crescia sem cultivo na ilha da Sicília e, com toda a probabilidade, no continente vizinho; não era, contudo, melhorada pelo engenho, nem proporcionava uma bebida agradável ao gosto dos habitantes primitivos. Mil anos depois, a Itália podia gabar-se de que, dos oitenta vinhos mais generosos e afamados, mais de

dois terços eram produzidos no seu solo. A bênção propagou-se rapidamente à província narbonense da Gália; mas o frio, a norte das Cevenas, era tão intenso que, na era de Estrabão, se achava impossível o amadurecimento das uvas nestas zonas da Gália. No entanto, tal dificuldade foi a pouco e pouco superada; e há motivo para acreditar que as vinhas da Burgúndia remontam ao século dos Antoninos. 3) No mundo ocidental, a oliveira acompanhou os progressos da paz, da qual era considerada símbolo. Dois séculos após a fundação de Roma, tanto a Itália como a África desconheciam esta árvore tão útil; acabou por ser aclimatada em tais regiões e, finalmente, foi levada para o interior da Espanha e da Gália. Os apreensivos erros dos Antigos, segundo os quais ela precisava de um certo grau de calor e apenas florescia na proximidade do mar, foram gradualmente eliminados pela indústria e pela experiência. 4) O cultivo do linho foi levado do Egipto para a Gália e enriqueceu todo o país, embora possa ter empobrecido as terras particulares onde era plantado. 5) O uso de prados artificiais tornou-se familiar aos lavradores da Itália e das províncias, especialmente a luzerna, cujo nome e origem remontam à Média. A garantia de fornecimento de uma saudável e abundante comida para o gado, durante o Inverno, multiplicou a quantidade de rebanhos e manadas que, por sua vez, contribuíram para a fertilidade do solo. A todos estes progressos podemos adicionar uma constante atenção às minas e às pessoas que, mediante o emprego de uma abundante e laboriosa mão-de-obra, serviram para aumentar os prazeres do rico e a subsistência do pobre. O elegante tratado de Columela descreve a florescente situação da agricultura espanhola sob o reinado de Tibério; e pode observar-se que as fomes, que tão frequentemente assolaram a nascente República, raramente ou nunca foram experimentadas pelo vasto império de Roma. A ocasional penúria em qualquer província era imediatamente remediada pela fartura dos vizinhos mais afortunados.

A agricultura é a base das manufacturas, na medida em que os produtos da Natureza são os materiais da arte. Sob o Império Romano, o labor de um povo esforçado e engenhoso foi de milhentas maneiras, mas incessantemente, utilizado ao serviço dos ricos. Nos trajes, à mesa, nas casas e no mobiliário, os eleitos da sorte aliavam todos os requintes da comodidade, da elegância e do esplendor, tudo o que pudesse lisonjear o orgulho ou satisfazer a sensualidade. Estes requintes, designados pelo odioso nome de luxo, foram severamente criticados pelos moralistas de

todas as épocas; e talvez se pudesse alcançar mais virtude e felicidade no mundo, se porventura todos possuíssem o necessário e ninguém gozasse do supérfluo da vida. Mas no estado imperfeito da sociedade presente, o luxo, embora possa provir do vício ou da loucura, é aparentemente o único meio capaz de corrigir a desigual partilha dos bens. O diligente obreiro e o habilidoso artista, que não obtiveram qualquer quinhão na divisão da terra, recebem um imposto voluntário por parte dos donos da gleba; e estes últimos são impelidos, no seu próprio interesse, a melhorar estas herdades, cujo produto lhes permite o desfrute de prazeres complementares. Esta operação, cujos efeitos particulares se fazem sentir em todas as sociedades, actuou com muito mais impacto no mundo romano. As províncias depressa teriam ficado esgotadas da sua riqueza, caso as manufacturas e o comércio do luxo não devolvessem gradualmente aos laboriosos súbditos as quantias que lhes eram arrancadas pelas armas e autoridade de Roma. Enquanto a circulação se manteve confinada às fronteiras do império, ela imprimiu à máquina política um novo grau de actividade, e as suas consequências, por vezes benéficas, jamais chegaram a tornar-se perniciosas.

Não se trata, porém, de uma tarefa fácil restringir o luxo aos limites de um império. As mais remotas regiões do mundo antigo foram saqueadas para garantir a pompa e o fasto de Roma. As florestas da Cítia proporcionaram algumas peles valiosas. O âmbar era trazido, por terra, das margens do Báltico até ao Danúbio; e os bárbaros surpreendiam-se com o preço que recebiam em troca de um produto tão inútil. Havia uma considerável procura de tapetes da Babilónia e outros artefactos do Oriente; mas o mais significativo e impopular ramo de comércio estrangeiro efectuava-se com a Arábia e a Índia. Todos os anos, por altura do solstício de Verão, uma armada de cento e vinte navios levantava ferro de Mios-Hormos, um porto egípcio no mar Vermelho. Ajudados pela periodicidade das monções, atravessavam o oceano em cerca de quarenta dias. A costa do Malabar ou a ilha de Ceilão constituíam o termo usual da sua rota e era nestes mercados que os negociantes das mais distantes regiões da Ásia esperavam a sua chegada. O regresso da armada ao Egipto estava marcado para os meses de Dezembro ou Janeiro; e mal a rica carga havia sido transportada no dorso dos camelos desde o mar Vermelho ao Nilo, descendo o rio até Alexandria, ela invadia sem demora a capital do império. Os objectos do tráfico oriental eram esplêndidos e frívolos: seda, cujo peso de uma libra era considerado não inferior a uma mesma quantidade de ouro;

pedras preciosas, entre as quais a pérola disputava o primeiro lugar a seguir ao diamante(*); e uma variedade de arómatos que eram consumidos no culto religioso e nas pompas fúnebres. O esforço e o risco da viagem eram recompensados com um lucro quase inconcebível; no entanto, este obtinha-se sobre súbditos romanos, e um punhado de indivíduos enriqueceram à custa do público. Dado os nativos da Arábia e da Índia se contentarem com as produções e mercadorias do seu próprio país, a prata era, do lado dos Romanos, o principal ou mesmo o único instrumento de comércio. Constituía uma queixa digna da ponderação do Senado o facto de, na compra de enfeites femininos, a riqueza do Estado ser irrecuperavelmente abandonada a nações estrangeiras e hostis. O prejuízo anual é calculado, por um escritor de índole inquiridora mas censória, em mais de oitocentas mil libras esterlinas. Era este género de descontentamento que se gerava em torno da sombria perspectiva de uma pobreza iminente. E, no entanto, se compararmos a proporção entre o ouro e a prata existente no tempo de Plínio com aquela que se determinou no reinado de Constantino, verificaremos um aumento muito significativo neste último período. Não existe a mínima razão para supor que o ouro estivesse a escassear; é então evidente que a prata se tornara mais comum; que, quaisquer que fossem as quantias exportadas para a Índia e a Arábia, elas estavam longe de esgotar a riqueza do mundo romano; e que o produto das minas satisfazia abundantemente as exigências do comércio.

Apesar da propensão dos homens para exaltar o passado e depreciar o presente, a tranquila e próspera situação do império foi vivamente sentida e honestamente admitida tanto pelos habitantes das províncias como pelos Romanos. «Eles reconhecem que os princípios verdadeiros da vida social, as leis, a agricultura e as ciências, originariamente inventados pela sabedoria de Atenas, são agora estabelecidos com firmeza pelo poder de Roma, sob cuja auspiciosa influência os bárbaros mais ferozes se uniram mercê de um mesmo governo e de uma língua comum. Afirmam que, com o progresso das artes, a espécie humana se multiplicou visivelmente. Celebram o esplendor acrescido das cidades, o belo aspecto do campo, cultivado e adornado à semelhança de um imenso jardim; e a imensa festa da paz usufruída por tantas nações, esquecidas das suas antigas animosidades e libertas da apreensão do perigo futuro.» Sejam quais forem as suspeitas que possa suscitar o tom retórico e declamatório que parece

dominar nestes excertos, o seu conteúdo encontra-se em perfeita conformidade com a verdade histórica.

Seria quase impossível que os olhos dos contemporâneos discernissem na felicidade pública as causas latentes da decadência e da corrupção. Esta longa paz e o governo uniforme dos Romanos introduziu um lento e secreto veneno nos centros vitais do império. As almas humanas reduziram-se gradualmente ao mesmo nível, o fogo do génio extinguiu-se e o próprio espírito militar desvaneceu-se. Os nativos da Europa eram bravos e robustos. A Espanha, a Gália, a Bretanha e a Ilíria forneceram excelentes soldados às legiões e constituíam a força real da monarquia. O seu valor pessoal mantinha-se, mas já não possuíam essa coragem pública que é alimentada pelo amor à independência, o sentido da honra nacional, a presença do perigo e o hábito do comando. Recebiam leis e governadores por vontade do soberano e confiavam num exército mercenário para os defender. Os descendentes dos seus chefes mais ousados contentavam-se com a categoria de cidadãos e súbditos. Os espíritos mais ambiciosos afluíam à corte ou seguiam o modelo dos imperadores; e as províncias desertas, privadas de força política ou união, afundaram-se aos poucos na lânguida indiferença da vida privada.

O amor às letras, quase inseparável da paz e do requinte, estava em voga entre os súbditos de Adriano e dos Antoninos, eles próprios homens cheios de erudição e curiosidade. Difundiu-se assim por toda a extensão do império; as tribos mais setentrionais da Bretanha tinham adquirido um certo gosto pela retórica; Homero e também Virgílio eram transcritos e estudados nas margens do Reno e do Danúbio; além disso, pródigas recompensas eram atribuídas aos mais vagos vislumbres de mérito literário. As ciências médicas e a astronomia foram cultivadas com êxito pelos Gregos; as observações de Ptolemeu e os escritos de Galeno são estudados pelos que aperfeiçoaram as suas descobertas e corrigiram os seus erros; mas, com excepção para o inimitável Luciano, este século de indolência decorreu sem ter produzido um único escritor de génio original ou que se tivesse destacado nas artes da elegante composição. A autoridade de Platão e Aristóteles, de Zenão e Epicuro continuava a reinar nas escolas; e os seus sistemas, transmitidos com cega deferência ao longo de gerações de discípulos, impediam todas as bem-intencionadas tentativas de exercitar os poderes ou dilatar os limites do espírito humano. As belezas dos poetas e oradores, em vez de atear um fogo igual ao deles, somente inspiraram

frias e servis imitações; ou, sempre que alguém se aventurava a desviar-se destes modelos, desviava-se ao mesmo tempo do bom senso e do decoro. Por ocasião do renascimento das letras, o juvenil vigor da imaginação, após um longo repouso, a emulação nacional, uma nova religião, novas línguas e um novo mundo estimularam o génio da Europa. Mas os habitantes das províncias de Roma, adestradas por uma uniforme e artificial educação estrangeira, empenharam-se numa competição muito desigual com esses arrojados antigos que, ao expressarem os seus genuínos sentimentos no seu idioma nativo, já haviam ocupado todos os lugares de honra. O nome de Poeta estava praticamente esquecido; o de Orador fora usurpado pelos sofistas. Uma nuvem de críticos, de compiladores e de comentadores ensombrou a face do conhecimento e, ao declínio do génio, não tardou a seguir-se a corrupção do gosto.

O sublime Longino que, num período um pouco mais tardio e na corte de uma rainha síria, preservou o espírito da velha Atenas, observa e lamenta esta degradação dos seus contemporâneos, a qual lhes envilecia os sentimentos, amolecia a coragem e sufocava os talentos. «Da mesma maneira que», afirma ele, «algumas crianças se manterão sempre pigmeias, dado os seus membros infantis terem sido demasiado comprimidos, também os nossos espíritos frouxos, agrilhoados pelos preconceitos e hábitos de uma justa servidão, são incapazes de se expandir ou de atingir aquela grandeza equilibrada que admiramos nos antigos que, vivendo sob um governo popular, escreviam com a mesma liberdade que os movia nas suas acções(*).» Esta diminuta estatura de humanidade, se prosseguirmos a metáfora, descia diariamente abaixo dos velhos padrões, e o mundo romano estava efectivamente povoado por uma raça de pigmeus, no próprio momento em que os ferozes gigantes do Norte avassalaram e morigeraram a insignificante gente. Eles restauraram um espírito másculo de liberdade; e, após uma revolução de dez séculos, a liberdade engendrou ditosamente o gosto e a ciência.

Capítulo 3

A constituição do Império Romano. Conceito geral do sistema imperial

A definição óbvia de uma monarquia é, ao que parece, a de um Estado em que uma única pessoa, seja qual for o nome que se lhe atribua, é incumbida da execução das leis, da gestão dos rendimentos e do comando do exército. No entanto, salvo se a liberdade pública é protegida por intrépidos e vigilantes guardiões, a autoridade de um magistrado tão poderoso degenerará rapidamente em despotismo. A influência do clero, numa época de superstição, poderia ser utilizada benéficamente para garantir os direitos da humanidade; mas a ligação entre o trono e o altar é tão íntima, que o estandarte da Igreja raras vezes foi visto ao lado do povo. Uma nobreza marcial e municípios obstinados, possuidores de armas, ciosos dos seus bens e reunidos em assembleias constitucionais, compõem o único equilíbrio capaz de defender uma constituição livre contra os tentames de um príncipe empreendedor.

Todas as barreiras da constituição romana haviam sido derrubadas pela imensa ambição do ditador; todos os resguardos haviam sido arrancados pela mão cruel do triúnviro. Depois da vitória de Ácio, o destino do mundo romano ficou dependente da vontade de Octávio, apelidado de César em virtude da adopção do seu tio, e mais tarde de Augusto pela adulação do Senado. O conquistador estava à cabeça de quarenta e quatro legiões de veteranos, conscientes da sua própria força e da fraqueza da constituição, habituados, ao longo de vinte anos de guerra civil, a todos os actos

sanguinários e violentos e apaixonadamente devotados à casa de César, de todas a única da qual haviam recebido e ainda esperavam as mais pródigas recompensas. As províncias, durante muito tempo oprimidas pelos ministros da República, ansiavam pelo governo de uma só pessoa que fosse o amo e não o cúmplice daqueles pequenos tiranos. O povo de Roma, encarando com um secreto prazer a humilhação da aristocracia, apenas exigia pão e espectáculos públicos, sendo-lhe ambas as coisas proporcionadas pela mão liberal de Augusto. Os ricos e cultos italianos, que tinham na sua quase totalidade adoptado a filosofia de Epicuro, usufruíam das actuais bênçãos do conforto e da tranquilidade e não toleravam que o agradável sonho fosse interrompido pela recordação da sua antiga e tumultuosa liberdade. De par com o poder, o Senado perdera a sua dignidade; muitas das mais nobres famílias estavam extintas. Os republicanos dotados de brilho e aptidão haviam perecido no campo de batalha ou no exílio. A porta da assembleia tinha sido propositadamente deixada aberta a uma multidão variegada de mais de mil pessoas, que inculcavam desonra na sua categoria, em vez de tirarem honra dela. A reforma do Senado foi uma das primeiras medidas pela qual Augusto afastou de si o papel de tirano e se declarou o pai da pátria. Elegeram-no censor; e, em conjunto com o seu fiel Agripa, examinou a lista dos senadores, banuiu alguns membros cujos vícios ou teimosia requeriam um exemplo público, convenceu cerca de duzentos a evitarem a vergonha da expulsão por meio de uma reforma voluntária, elevou os requisitos exigidos aos senadores para aproximadamente dez mil libras, criou uma quantidade suficiente de famílias patrícias e aceitou para si próprio o honroso título de Príncipe do Senado, que tinha sido sempre atribuído pelos censores ao cidadão mais ilustre devido às suas honras e serviços. Mas, enquanto restaurava assim a dignidade, destruía ao mesmo tempo a independência do Senado. Os princípios de uma constituição livre perdem-se irrecuperavelmente quando o poder legislativo é nomeado pelo executivo.

Diante de uma assembleia assim formada e preparada, Augusto pronunciou um discurso estudado, que alardeava o seu patriotismo e dissimulava a sua ambição. «Ele lamentou, e contudo desculpou, o seu comportamento passado. A piedade filial exigira que se encarregasse da vingança do assassinio do pai; a humanidade da sua natureza cedera por vezes às rígidas leis da necessidade e a uma união forçada com dois colegas indignos: enquanto António vivera, a República proibira-o de abandonar a

um romano degenerado e a uma rainha bárbara. Tinha agora liberdade para cumprir o seu dever e a sua inclinação. Devolvia solenemente todos os antigos direitos ao Senado e ao povo; e apenas desejava misturar-se com a multidão dos seus concidadãos e partilhar dos benefícios que obtivera para o seu país.»

Teria sido necessária a pena de Tácito (caso Tácito houvesse assistido a esta assembleia) para descrever as várias emoções do Senado; as que foram reprimidas e as que foram fingidas. Tornava-se perigoso confiar na sinceridade de Augusto; mas dar mostras de desconfiança era ainda mais perigoso. As respectivas vantagens da monarquia e de uma república têm dividido frequentemente os investigadores especulativos; nessa altura, a grandeza do Estado romano, a degenerescência dos costumes e a licenciosidade dos soldados forneciam novos argumentos aos defensores da monarquia; e estas perspectivas gerais de governo voltaram a ser deformadas pelas esperanças e receios de cada indivíduo. No meio de tamanha confusão de sentimentos, a reacção do Senado mostrou-se unânime e decisiva. Todos recusaram aceitar a resignação de Augusto; imploraram-lhe que não abandonasse a República, que ele tinha salvo. Após um decente intervalo de resistência, o arguto tirano acedeu às ordens do Senado; e consentiu em receber o governo das províncias e o comando geral dos exércitos romanos, sob os bem conhecidos nomes de Procônsul e Imperador. No entanto, somente os aceitaria por dez anos. Era sua esperança que, ainda antes do fim deste prazo, as feridas da discórdia civil estivessem completamente saradas; e que a República, devolvida à sua antiga saúde e vigor, pudesse dispensar a perigosa interposição de um tão especial magistrado. A recordação desta comédia, repetida por várias vezes ao longo da vida de Augusto, foi preservada até aos últimos tempos do Império mediante a peculiar pompa com que os monarcas perpétuos de Roma sempre celebraram o décimo aniversário do seu reinado.

Sem violação alguma dos princípios da constituição, o general dos exércitos romanos podia receber e exercer uma autoridade quase despótica sobre os soldados, os inimigos e os súbditos da República. Relativamente aos soldados, a ânsia de liberdade dera lugar, já desde os primórdios de Roma, a esperanças de conquista e a um justo sentido de disciplina militar. O ditador ou o cônsul tinham o direito de ordenar o serviço da juventude romana; e de punir uma teimosa ou cobarde desobediência por meio dos mais severos e ignóbeis castigos, eliminando o transgressor da lista dos

cidadãos, confiscando-lhe os bens e vendendo-o como escravo. Os mais sagrados direitos de liberdade, confirmados pelas leis Pórcia e Semprónia, eram suspensas pelo recrutamento militar. No seu campo, o general exercia um poder absoluto de vida e de morte; a sua jurisdição não se encontrava limitada por qualquer forma legal ou por regras de procedimento, e a execução da sentença era imediata e sem apelo. A escolha dos inimigos de Roma era regularmente decidida pela autoridade legislativa. As resoluções mais importantes da paz e da guerra eram seriamente discutidas no Senado e ratificadas solenemente pelo povo. Mas sempre que as armas das legiões eram levadas para muito longe de Itália, os generais tomavam a liberdade de as dirigir contra qualquer povo e usando os métodos que considerassem mais vantajosos para o bem público. Esperavam as honras do triunfo apostando no êxito e não na justiça dos seus empreendimentos. Quando vitoriosos, especialmente depois de já não estarem sob a inspecção dos comissários do Senado, exerciam o mais absoluto despotismo. Quando governou no Oriente, Pompeu recompensou os seus soldados e aliados, destronou príncipes, dividiu reinos, fundou colónias e distribuiu os tesouros de Mitridates. Ao regressar a Roma, e graças a um acto único do Senado e do povo, obteve a ratificação geral de todos os seus procedimentos. Tal era o poder sobre os soldados e sobre os inimigos de Roma que os generais da República recebiam por direito ou assumiam pessoalmente. Eles eram, a um tempo, os governadores, ou antes, os monarcas das províncias conquistadas, juntavam a autoridade civil à militar, administravam a justiça e também as finanças e exerciam o poder executivo e legislativo do Estado.

A partir do que já se referiu no primeiro capítulo desta obra, torna-se possível ter uma certa noção dos exércitos e das províncias assim entregues ao mando de Augusto. Mas, dada a impossibilidade de poder chefiar pessoalmente as legiões de tantas fronteiras distantes, ele recebeu do Senado, tal como já acontecera com Pompeu, a permissão de delegar a execução das suas eminentes funções num número suficiente de lugares-tenentes. Estes oficiais não eram, segundo parece, inferiores em hierarquia e autoridade aos antigos procônsules; mas possuíam um estatuto dependente e precário. Recebiam e desempenhavam as suas comissões a bel-prazer de um superior, a cuja *auspiciosa* influência o mérito das suas acções era legalmente atribuído. Eles não passavam dos representantes do imperador. Só este era o general da República, e a sua jurisdição, tanto civil como militar, estendia-se a todas as conquistas de Roma. No entanto, o Senado

sentia uma certa satisfação por ele transferir sempre o poder para os membros do seu corpo. Os lugar-tenentes imperiais possuíam dignidade consular ou pretória; as legiões eram comandadas por senadores; e a prefeitura do Egito era o único cargo importante concedido a um cavaleiro romano.

Seis dias depois de Augusto ter sido compelido a aceitar uma tão pródiga mercê, ele resolveu satisfazer o orgulho do Senado mediante um fácil sacrifício. Declarou-lhes que tinham alargado o poder imperial para lá do grau requerido pela sombria condição dos tempos. Não lhe haviam permitido recusar o árduo comando dos exércitos e das fronteiras; mas via-se forçado a insistir para que lhe consentissem reintegrar as províncias mais pacíficas e seguras na amena administração do magistrado civil. Ao efectuar a divisão das províncias, Augusto atendeu ao seu próprio poder e à dignidade da República. Os procônsoles do Senado, especialmente os da Ásia, Grécia e África, desfrutavam de mais honrosa distinção do que os lugar-tenentes do imperador, que comandavam na Gália ou na Síria. Os primeiros eram assistidos por lictores, os segundos por soldados. Uma lei decretou, porém, que sempre que o imperador estivesse presente, a sua incumbência especial substituiria a jurisdição ordinária do governador; adoptou-se o hábito de que as novas conquistas pertenciam ao património imperial; e concluiu-se rapidamente que a autoridade do *Príncipe*, o epíteto favorito de Augusto, era a mesma em todas as partes do império.

Em troca desta concessão imaginária, Augusto obteve um importante privilégio que o tornou senhor de Roma e de Itália. Mediante uma perigosa excepção às antigas máximas, foi autorizado a conservar o seu comando militar, apoiado por um numeroso corpo de guardas, mesmo em tempo de paz e no centro da capital. O seu comando limitava-se, na realidade, aos cidadãos que estavam alistados no serviço pelo juramento militar; mas a tendência dos Romanos para a servidão era tal que o juramento foi voluntariamente prestado pelos magistrados, pelos senadores e pela ordem equestre, até a homenagem da lisonja se ter convertido, insensivelmente, num protesto anual e solene de fidelidade.

Embora Augusto visse na força militar o mais sólido sustentáculo, rejeitou-a sabiamente como um instrumento assaz odioso de governo. Era mais agradável ao seu temperamento, e também à sua política, reinar sob os nomes respeitados da antiga magistratura e reunir habilmente na sua pessoa todos os raios esparsos da jurisdição civil. Nesta perspectiva, deixou que o

Senado lhe conferisse, vitaliciamente, os poderes dos cargos consular e tribunício, que contemplaram de igual forma todos os seus sucessores. Os cônsules tinham sucedido aos reis de Roma e representavam a dignidade do Estado. Superintendiam nas cerimônias religiosas, recrutavam e comandavam as legiões, concediam audiência aos embaixadores estrangeiros e presidiam às assembleias tanto do Senado como do povo. A fiscalização geral das finanças encontrava-se sob a sua alçada; e, embora raramente tivessem vagar para administrar pessoalmente a justiça, eram considerados os guardiões supremos da lei, da equidade e da paz pública. Era esta a sua jurisdição ordinária; mas sempre que o Senado autorizava o primeiro magistrado a velar pela segurança da República, ele era elevado por esta decisão acima das leis e exercia um despotismo temporário em defesa da liberdade. A natureza dos tribunos era, em todos os aspectos, diversa da dos cônsules. Os primeiros tinham uma aparência modesta e humilde, mas as suas pessoas eram sagradas e invioláveis. A sua força assentava mais na oposição do que na acção. Foram instituídos para defender os oprimidos, perdoar ofensas, acusar os inimigos do povo e, sempre que o consideravam necessário, sustar com uma simples palavra toda a engrenagem do governo. Enquanto a República subsistiu, a perigosa influência que o cônsul ou o tribuno poderiam tirar das suas respectivas jurisdições era reduzida por várias importantes restrições. A sua autoridade expirava com o ano em que tinham sido eleitos; o primeiro cargo era partilhado por duas, e o segundo por dez pessoas; e, dado que, tanto por interesse público como privado, eles eram adversos entre si, os seus mútuos conflitos tendiam quase sempre a fortificar, mais do que a destruir, o equilíbrio da constituição. Mas quando os poderes consular e tribunício se juntaram, quando eles foram depositados numa só pessoa a título vitalício, quando o general do exército era, em simultâneo, o ministro do Senado e o representante do povo romano, tornou-se impossível resistir ao exercício da sua prerrogativa imperial, assim como não era fácil definir-lhe os limites.

A esta acumulação de honras, a política de Augusto depressa acrescentou as importantes e excelsas dignidades de grande pontífice e de censor. A primeira conferia-lhe a regência da religião, e a segunda uma inspecção legal dos costumes e das fortunas do povo romano. Se poderes tão distintos e independentes não se conjugassem exactamente entre si, a complacência do Senado estava pronta a suprir todas as deficiências através das mais vastas e extraordinárias concessões. Os imperadores, na qualidade de

primeiros-ministros da República, estavam isentos do cumprimento e da sanção de muitas leis incômodas; tinham autorização para convocar o Senado, propor várias moções no mesmo dia, recomendar candidatos às honras do Estado, alargar os limites da cidade, dispor das receitas à discrição, declarar a guerra e a paz, ratificar tratados; e, mediante uma cláusula mais extensa, foram autorizados a executar tudo o que considerassem vantajoso para o império e adequado à majestade das coisas privadas ou públicas, humanas ou divinas.

Quando todos os diversos poderes do governo executivo ficaram sob a alçada do *magistrado imperial*, os magistrados ordinários da República mergulharam na obscuridade, sem vigor e quase sem ocupação. Os nomes e formas da antiga administração foram preservados por Augusto com o mais atento cuidado. O número habitual de cônsules, pretores e tribunos era anualmente investido com as respectivas insígnias do cargo, e todos continuavam a desempenhar algumas das suas mais insignificantes funções. Estas honras atraíam a vã cobiça dos Romanos; e os próprios imperadores, embora investidos vitaliciamente dos poderes de consulado, aspiravam muitas vezes ao título desta dignidade anual, a qual condescendiam em partilhar com os mais ilustres dos seus concidadãos. No reinado de Augusto, por altura da eleição destes magistrados, foi permitido que o povo oferecesse o espectáculo de todas as desvantagens de uma turbulenta democracia. Em vez de manifestar o menor indício de impaciência, este ardiloso príncipe solicitava humildemente os sufrágios para si e para os seus amigos, e praticava escrupulosamente todos os deveres de um candidato vulgar. Podemos, no entanto, arriscar-nos a atribuir aos seus conselhos a primeira medida do reinado seguinte, em virtude da qual as eleições se transferiram para o Senado. As assembleias do povo foram abolidas para sempre e os imperadores ficaram libertos de uma perigosa multidão que, sem restaurar a liberdade, poderia ter perturbado, e talvez feito perigar, o governo estabelecido.

Ao declararem-se protectores do povo, Mário e César tinham subvertido a constituição do país. No entanto, logo que o Senado foi humilhado e desapossado da sua força, esta assembleia, composta de quinhentas ou seiscentas pessoas, passou a ser considerada um instrumento de domínio muito mais maleável e útil. Augusto e os seus sucessores fundaram o novo império na dignidade do Senado; e sempre fingiram, em todas as ocasiões, adoptar a linguagem e os princípios dos patrícios. Na administração dos

seus próprios poderes, consultaram frequentemente o grande conselho nacional e *pareceram* remeter à decisão dele as mais importantes questões da paz e da guerra. Roma, Itália e as províncias internas encontravam-se sujeitas à jurisdição directa do Senado. Este constituía o supremo tribunal de apelação no tocante aos assuntos civis; quanto às questões criminais, era um órgão designado para julgar todas as prevaricações cometidas por homens empossados em qualquer cargo público, ou que pudessem afectar a paz e a majestade do povo romano. O exercício do poder judicial tornou-se a ocupação mais assídua e relevante do Senado; e as causas importantes que lhe eram submetidas forneciam um último refúgio ao espírito da antiga eloquência. Como conselho de Estado e como tribunal de justiça, o Senado possuía muito consideráveis prerrogativas. Enquanto na sua competência legislativa, pela qual devia virtualmente representar o povo, os direitos de soberania residiam reconhecidamente nesta assembleia. Todos os poderes derivavam da sua autoridade e todas as leis eram ratificadas mediante a sua sanção. As suas reuniões periódicas realizavam-se em três dias fixos de cada mês: as calendas, as nonas e os idos. Os debates eram dirigidos com decorosa liberdade; e os próprios imperadores, que se gloriavam do nome de senadores, ocupavam o seu lugar, votavam e confundiam-se com os seus iguais.

Conceito geral do sistema imperial

Para resumir, em poucas palavras, o sistema do governo imperial, tal como foi constituído por Augusto e mantido pelos príncipes que entenderam os seus próprios interesses e os do povo, podemos defini-lo como uma monarquia absoluta disfarçada sob as vestes de uma república. Os senhores do mundo romano rodearam o seu trono de sombra, dissimularam a sua força irresistível e intitularam-se humildemente os cônscios ministros do Senado, cujos supremos decretos eles ditavam e cumpriam.

A aparência da corte correspondia às formas da administração. Os imperadores, se exceptuarmos os tiranos cujos caprichos violaram desvairadamente todas as leis da Natureza e da decência, desdenhavam a pompa e circunstância susceptíveis de escandalizar os seus concidadãos,

sem nada virem acrescentar ao seu poder real. Em todos os aspectos da vida, davam a impressão de emparceirar com os súbditos e mantinham com eles um equilibrado convívio feito de visitas e diversões. As suas vestes, o seu palácio e a sua mesa não iam além do nível de um senador abastado. A sua casa, embora numerosa e brilhante, compunha-se, na totalidade, dos seus escravos e libertos(*). Augusto ou Trajano teriam corado ante a ideia de empregar o último dos romanos nestes trabalhos domésticos que, na casa e nos aposentos de um monarca limitado, são tão avidamente solicitados pelos nobres mais orgulhosos da Grã-Bretanha.

A deificação dos imperadores constitui o único exemplo em que eles se afastaram da sua costumada prudência e modéstia. Os gregos asiáticos foram os primeiros inventores, e os sucessores de Alexandre os primeiros objectos deste servil e ímpio modo de adulação; transferiu-se facilmente dos reis para os governadores da Ásia, e os magistrados romanos eram muitas vezes adorados como divindades provinciais, com a pompa de altares e templos, de festivais e sacrifícios. Era natural que os imperadores não recusassem o que os procônsules tinham aceitado; e as honras divinas, que todos eles recebiam das províncias, atestavam mais o despotismo do que a servidão de Roma. No entanto, os conquistadores depressa imitaram as nações vencidas nas artes da lisonja; e o espírito imperioso do primeiro César consentiu demasiado facilmente em assumir, enquanto vivesse, um lugar entre as divindades tutelares de Roma. O temperamento mais brando do seu sucessor recusou uma tão perigosa ambição, que não voltou a ser despertada senão pela loucura de Calígula e Domiciano. Augusto permitiu, na realidade, que algumas das cidades de província erguessem templos em sua honra, com a condição de associarem o culto de Roma ao do soberano; tolerou a superstição privada que dele fazia objecto; mas satisfez-se em ser reverenciado pelo Senado e pelo povo na sua natureza humana, e deixou sabiamente ao seu sucessor o cuidado da sua deificação pública. Adoptou-se o hábito regular de, por ocasião do falecimento de todos os imperadores que não tivessem vivido nem morrido como tiranos, o Senado os colocar, por decreto solene, entre o número dos deuses; e as cerimónias da sua apoteose juntavam-se às do funeral. Esta profanação legal, mas que parece tão indevida e odiosa à luz dos nossos estritos princípios, não suscitou senão um leve murmúrio devido ao carácter condescendente do politeísmo; consideraram-na, porém, uma instituição da política e não da religião. Degradaríamos as virtudes dos Antoninos se as comparássemos aos vícios

de Hércules ou de Júpiter. Até as personalidades de César ou Augusto eram muito superiores às destas divindades populares. Os primeiros tiveram, contudo, o infortúnio de viver num século esclarecido, e as suas acções foram registadas com demasiada fidelidade para se admitir a mistura de fábula e mistério que a devoção do vulgo exige. Mas a sua divindade era estabelecida por lei, logo caía no esquecimento, sem contribuir para a sua fama pessoal ou para a dignidade dos príncipes seguintes.

Na análise do governo imperial, mencionámos frequentemente o seu hábil fundador sob o bem conhecido título de Augusto que, no entanto, apenas lhe foi atribuído quando o edifício já estava praticamente acabado. Recebeu o obscuro nome de Octávio de uma modesta família originária da cidadezinha de Arícia. Era um apelido maculado pelo sangue derramado nas proscricções; e, se fosse possível, ele desejaria apagar qualquer recordação ligada à sua antiga vida. Tinha escolhido o ilustre cognome de César, na qualidade de filho adoptivo do imperador; mas era demasiado sensato para esperar que o confundissem ou pretender ser comparado a este homem extraordinário. Propuseram no Senado dignificar o seu ministro com uma nova designação; e, após um debate muito sério, optou-se pela de Augusto, entre várias outras, como a que melhor expressava o carácter de paz e piedade que dele emanava constantemente. *Augusto* foi, assim, uma distinção pessoal, e *César* uma herança familiar. A primeira deveria, naturalmente, ter expirado com o príncipe à qual fora concedida; e, apesar de a última ter sido transmitida por adopção e linha feminina, Nero foi o último príncipe que pôde alegar o direito hereditário às honras da estirpe Júlia. No entanto, no momento da sua morte, a prática de um século ligara inseparavelmente estes títulos à dignidade imperial, e eles foram preservados por uma longa sucessão de imperadores — romanos, gregos, francos e germanos — desde a queda da República aos tempos modernos. Uma distinção não tardou, porém, a ser introduzida. O título sagrado de Augusto era sempre reservado ao monarca, enquanto o nome de César era mais livremente transmitido aos seus parentes; e, a partir do reinado de Adriano, pelo menos, aplicava-se à segunda individualidade do Estado, que era considerada o herdeiro presuntivo do império.

O delicado respeito de Augusto por uma constituição livre, que ele havia destruído, somente pode explicar-se por um exame aprofundado da personalidade deste tirano subtil. Uma cabeça fria, um coração insensível e uma índole timorata incitaram-no, aos dezanove anos, a pôr a máscara da

hipocrisia, a qual nunca mais voltou a pôr de lado. Foi com a mesma mão, e provavelmente dentro do mesmo espírito, que ele assinou a proscrição de Cícero e o perdão de Cina. As suas virtudes e até os seus vícios eram artificiais; e, segundo os vários ditames do seu interesse, foi primeiramente o inimigo e, por fim, o pai do mundo romano(*). Ao edificar o engenhoso sistema da autoridade imperial, a sua moderação foi inspirada pelos seus receios. Desejava iludir o povo por meio de uma sombra de liberdade civil, e lograr os exércitos através de uma imagem do governo civil.

I. A morte de César nunca lhe saía da lembrança. Ele cumulava de riquezas e honras os seus partidários; mas os amigos mais íntimos do tio contavam-se no número dos conspiradores. A fidelidade das legiões poderia defender a sua autoridade contra a rebelião aberta; mas a vigilância delas não conseguiria proteger a sua pessoa do punhal de um republicano decidido; e os Romanos, que veneravam a memória de Bruto, aplaudiriam a imitação da sua virtude. César provocara o seu destino, tanto pela ostentação do poder como pelo poder em si mesmo. O cônsul ou o tribuno talvez pudesse ter reinado em paz. O título de rei armara os Romanos contra a sua vida. Augusto era sensível ao facto de a humanidade se deixar governar por nomes; tão-pouco viu malogradas as suas expectativas de que o Senado e o povo se submeteriam à servidão, desde que lhes fosse respeitosamente garantido que continuavam a usufruir da sua antiga liberdade. Um Senado debilitado e um povo inquieto aceitaram de bom grado esta agradável ilusão, enquanto ela se baseou na virtude, ou mesmo na prudência, dos sucessores de Augusto. Foi um motivo de autodefesa, e não um princípio de liberdade, o que induziu os conspiradores contra Calígula, Nero e Domiciano. Atacaram a pessoa do tirano sem dirigir os seus golpes contra a autoridade do imperador.

Surgiu, de facto, uma ocasião memorável em que o Senado, após setenta anos de paciência, fez uma tentativa baldada para retomar os seus direitos esquecidos durante tanto tempo. Quando o trono ficou vago, após o assassinio de Calígula, os cônsules convocaram esta assembleia no Capitólio, condenaram a memória dos Césares e deram a palavra «liberdade» como santo-e-senha às poucas coortes que aderiram frouxamente ao seu estandarte, e durante quarenta e oito horas actuaram como os chefes independentes de uma república livre. Mas, enquanto deliberavam, os guardas pretorianos tinham tomado as suas decisões. O imbecil Cláudio, irmão de Germânico, já se encontrava no acampamento

deles, investido da dignidade imperial e preparado para defender a sua eleição pelas armas. O sonho de liberdade chegou ao fim; e o Senado despertou para todos os horrores da inevitável servidão. Abandonada pelo povo e ameaçada por uma força militar, esta débil assembleia viu-se obrigada a ratificar a escolha dos pretorianos e a aproveitar o ensejo de uma amnistia que Cláudio teve a prudência de oferecer e a generosidade de cumprir.

II. A insolência dos exércitos inspirava a Augusto receios de um teor ainda mais alarmante. O desespero dos cidadãos somente podia tentar aquilo que o poder dos soldados era, em qualquer altura, capaz de executar. Como se revelava precária a sua autoridade sobre homens que ele ensinara a violar todos os deveres sociais! Escutara os seus sediciosos clamores; temia os seus momentos mais calmos de reflexão. Uma revolução havia sido comprada com imensas recompensas; mas uma segunda revolução poderia duplicar estas recompensas. As tropas professavam o mais dedicado apego à casa de César; mas os apegos da multidão são caprichosos e inconstantes. Augusto reverteu em seu benefício o que restava de preconceitos romanos nestes espíritos indómitos; reforçou o rigor da disciplina com a sanção da lei; e, ao interpor a majestade do Senado entre o imperador e o exército, exigiu ousadamente a fidelidade devida ao primeiro magistrado da República que ele era.

Durante um longo período de duzentos e vinte anos, desde a instituição deste engenhoso sistema até à morte de Cómodo, os perigos inerentes a um governo militar foram, em grande parte, arredados. Os soldados raramente tiveram a fatal consciência da sua própria força e da fraqueza da autoridade civil, originadora, antes e depois, de tantas calamidades horríveis. Calígula e Domiciano foram assassinados no seu palácio pelos próprios servidores; as convulsões que agitaram Roma na altura da morte do primeiro confinaram-se às muralhas da cidade. Nero, porém, arrastou todo o império na sua ruína. No espaço de dezoito meses, quatro príncipes sucumbiram pelo gládio; e o mundo romano foi abalado pela fúria dos exércitos rivais. Exceptuando esta breve embora violenta erupção de desenfreamento militar, os dois séculos decorridos entre Augusto e Cómodo não assistiram ao derramamento de sangue civil nem foram perturbados por revoluções. O imperador era eleito *pela autoridade do Senado e o consentimento dos soldados*. As legiões respeitavam o seu juramento de fidelidade; e somente uma análise minuciosa dos anais romanos permite descobrir três revoltas

insignificantes, que foram todas elas reprimidas em poucos meses e sem sequer se chegar à contingência da batalha.

Nas monarquias electivas, a vacatura do trono constitui um momento pleno de risco e discórdia. Os imperadores romanos, desejosos de poupar às legiões este intervalo de incerteza e a tentação de uma escolha irregular, investiam o sucessor designado de uma tão larga dose de poder imediato que os tornava capazes, após o falecimento do monarca, de assumir o mando normal sem permitir que o império se desse conta da mudança de amo. Por conseguinte, Augusto, depois de ter visto ruir as suas mais queridas perspectivas devido a mortes prematuras, depositou as suas últimas esperanças em Tibério, obteve os poderes censórios e tribunícios para o seu filho adoptivo e decretou uma lei que investia o futuro príncipe de uma autoridade igual à sua sobre as províncias e os exércitos. E também foi assim que Vespasiano amansou o espírito generoso do seu filho mais velho. Tito era adorado pelas legiões do Oriente que, sob o seu comando, haviam recentemente concluído a conquista da Judeia. O seu poder era temido e, na medida em que a intemperança da juventude lhe encobria as virtudes, gerou-se a suspeita quanto aos seus desígnios. Em vez de dar ouvidos a tão ignominiosas suspeitas, o prudente monarca associou Tito aos plenos poderes da dignidade imperial; e o filho agradecido portou-se sempre como o humilde e fiel ministro de um pai tão indulgente. O bom senso de Vespasiano levou-o, na realidade, a adoptar todas as medidas susceptíveis de consolidar a sua recente e precária elevação. O juramento militar e a fidelidade das tropas tinham sido consagrados, pelos hábitos de um século, ao nome e à família dos Césares; e embora esta família somente tivesse subsistido graças ao ritual fictício da adopção, os Romanos ainda respeitaram, na pessoa de Nero, o neto de Germânico e o sucessor directo de Augusto. Os guardas pretorianos só relutantemente e cheios de remorsos tinham sido convencidos a abandonar a causa do tirano. A rápida queda de Galba, Otão e Vitélio ensinou os exércitos a considerar os imperadores como criaturas saídas da sua vontade e instrumentos da sua licenciosidade. A origem de Vespasiano era obscura; o avô fora soldado raso, e o pai um pequeno funcionário da fazenda pública que se elevara ao imperialato já em idade avançada e por mérito próprio; só que as suas qualidades tinham mais utilidade do que brilho e as suas virtudes foram desfavorecidas por uma rígida e até mesmo mesquinha parcimónia. Este príncipe tomou em conta os seus verdadeiros interesses associando a si um filho cuja personalidade

mais brilhante e amável poderia desviar as atenções públicas da origem modesta para as futuras glórias da casa Flaviana. Sob o brando governo de Tito, o mundo romano usufruiu de uma felicidade passageira, e a sua adorada recordação fez suportar, durante mais de quinze anos, os vícios do seu irmão Domiciano.

Nerva ainda mal tinha recebido a púrpura das mãos dos assassinos de Domiciano quando descobriu que a sua idade avançada não lhe permitia deter a torrente de distúrbios públicos que se haviam multiplicado sob a longa tirania do antecessor. A sua índole conciliadora foi respeitada pelos bons; mas os romanos degenerados necessitavam de um carácter mais firme, cuja justiça inspirasse terror aos culpados. Embora tivesse vários parentes, dirigiu a sua escolha para um estranho. Adoptou Trajano, que na altura andava pelos quarenta anos e comandava um poderoso exército na Baixa Germânia; e declarou-o de imediato, mediante um decreto do Senado, seu colega e sucessor no império. É verdadeiramente lamentável que, enquanto acabamos por nos cansar do repugnante relato dos crimes e loucuras de Nero, nos vejamos reduzidos a conhecer os actos de Trajano através dos vislumbres de um resumo ou à luz duvidosa de um panegírico. Existe, no entanto, um panegírico que se situa muito para lá da suspeita de lisonja. Decorridos mais de duzentos e cinquenta anos sobre a morte de Trajano, o Senado, ao expandir-se nas costumadas aclamações durante o advento de um novo imperador, desejou que ele conseguisse superar a felicidade de Augusto e a virtude de Trajano.

Não nos é difícil acreditar que o chefe extremoso do seu país hesitasse se devia depositar o poder soberano nas mãos do seu instável e ambíguo parente Adriano. Nos derradeiros momentos de vida, as artes da imperatriz Plotina ou desembaraçaram a indecisão de Trajano, ou fizeram supor ousadamente uma adopção fictícia; torna-se espinhoso apurar a verdade, e Adriano foi tranquilamente reconhecido como legítimo sucessor. Sob o reinado dele e como já se mencionou, o império floresceu num clima de paz e de prosperidade. Adriano promoveu as artes, reformou as leis, reforçou a disciplina militar e visitou pessoalmente todas as províncias. O seu vasto e activo génio abarcava igualmente as visões mais alargadas e os minuciosos pormenores da política civil. No entanto, as paixões dominantes da sua alma eram a curiosidade e a vaidade. Consoante elas prevaleciam e eram atraídas por vários objectos, Adriano revelava-se alternadamente um excelente príncipe, um sofista ridículo e um tirano cioso. O teor geral do

seu comportamento merece elogios devido à equidade e moderação que o caracterizou. No entanto, durante os primeiros dias do seu reinado, condenou à morte quatro senadores consulares, seus inimigos pessoais e homens que haviam sido julgados dignos do império; e o torpor de uma penosa doença tornou-o, por fim, irritável e cruel. O Senado hesitava entre elevá-lo à categoria de deus ou apodá-lo de tirano; e as honras decretadas em sua memória só foram concedidas ante as súplicas do piedoso Antonino.

O capricho de Adriano influenciou a sua escolha de um sucessor. Depois de haver pesado no seu espírito vários homens de reconhecido mérito, que ele apreciava e odiava, adoptou Élio Vero, um jovial e voluptuoso nobre recomendado ao amante de Antínoo pela sua invulgar beleza. Mas, enquanto Adriano se regozijava com o seu aplauso pessoal e a aclamação dos soldados, cujo consentimento fora assegurado por um imenso donativo, o novo César era arrebatado dos seus braços por uma morte prematura. Deixou um único filho. Adriano confiou o rapaz à gratidão dos Antoninos. Foi adoptado por Pio; e, por altura da entronização de Marco(*), investiram-no de uma igual quota-parte de poder soberano. Entre os muitos vícios deste mais jovem Vero, surgia uma virtude: uma respeitosa deferência pelo seu colega mais sábio, ao qual de bom grado abandonou os encargos árduos do império. O imperador filósofo encobriu as suas loucuras, lamentou a sua morte inesperada e lançou um véu de decência sobre a sua memória.

Assim que a paixão de Adriano ficou satisfeita ou desiludida, ele resolveu merecer o reconhecimento da posteridade colocando a mais eminente aptidão no trono romano. O seu olhar arguto descobriu facilmente um senador com cerca de cinquenta anos de idade, sem mácula em todos os aspectos da sua vida; e um jovem com cerca de dezassete anos, cuja precocidade abria risonhas perspectivas de todas as virtudes; o mais velho deles foi declarado filho e sucessor de Adriano, mas na condição de, por seu turno, adoptar imediatamente o mais novo. Os dois Antoninos (pois é deles que agora falamos) governaram o mundo romano durante quarenta e dois anos com o mesmo invariável espírito de sabedoria e virtude. Embora o Pio tivesse dois filhos, preferiu o bem-estar de Roma ao interesse da família, deu a sua filha Faustina em casamento ao jovem Marco, levou o Senado a conceder-lhe os poderes tribúncio e proconsular, e, com um nobre desdém, ou antes ignorância do ciúme, associou-o a todas as tarefas do governo. Por outro lado, Marco venerava a personalidade do seu benfeitor, amava-o como a um pai, obedecia-lhe como ao seu soberano e, quando ele cessou de

viver, regeu o seu próprio governo segundo o exemplo e as máximas do seu antecessor. Os seus dois reinados unidos são talvez o único período da História em que a felicidade de um grande povo constituiu o único objectivo do governo.

Tito Antonino Pio foi justamente denominado um segundo Numa. O mesmo amor à religião, justiça e paz era a principal característica dos dois príncipes. No entanto, a situação do último abria um campo muito mais largo ao exercício destas virtudes. Numa só conseguiu impedir algumas aldeias vizinhas de saquearem as colheitas umas das outras. Antonino difundiu ordem e tranquilidade pela maior parte da Terra. O seu reinado assinala-se pela rara vantagem de fornecer escasso material histórico; se entendermos por isto, na realidade, pouco mais do que o registo de crimes, loucuras e infortúnios da humanidade. Na vida privada, ele era um indivíduo afável e de bom fundo. A simplicidade nata da sua virtude desconhecia a vaidade ou o fingimento. Gozava com moderação das vantagens da sua fortuna e dos inocentes prazeres da sociedade; e a benevolência da sua alma espelhava-se num temperamento alegre e sereno.

A virtude de Marco Aurélio Antonino era de um tipo mais austero e elaborado. Tratava-se do bem merecido fruto de muitas prelecções eruditas, de muitas leituras pacientes e de muitas elucubrações nocturnas. Aos doze anos adoptou o rígido sistema dos estóicos, que lhe ensinou a submeter o corpo à mente, e as paixões à razão; a considerar a virtude o único bem, o vício o único mal, e todas as coisas exteriores como indiferentes. As suas *Meditações*, escritas na agitação dos acampamentos militares, chegaram até nós; e foi a ponto de condescender em dar lições de filosofia, de uma forma mais pública do que talvez fosse adequado à modéstia de um sábio ou à dignidade de um imperador. A sua vida constituiu, no entanto, o mais nobre comentário dos preceitos de Zenão. Foi severo para si próprio, indulgente ante as imperfeições dos outros, justo e beneficente para toda a humanidade. Lamentou que Avídio Cássio, que ateou uma revolta na Síria, o tivesse privado, mediante uma morte voluntária, do prazer de converter um inimigo num amigo; e justificou a sinceridade deste sentimento moderando o zelo do Senado contra os adeptos do traidor. Detestava a guerra, vendo nela a desgraça e a calamidade da natureza humana; mas quando a necessidade de uma defesa justa o forçou a pegar em armas, não hesitou em expor a sua pessoa a oito campanhas invernosas nas margens geladas do Danúbio, cujo rigor acabou por se revelar fatal à sua débil

constituição. A sua memória foi venerada por uma posteridade agradecida, e, mais de um século após a sua morte, muitas pessoas conservavam a imagem de Marco Aurélio Antonino entre as das suas divindades domésticas.

O DESAFIO AO ANTIGO REGIME

Capítulo 4

O reinado de Cómodo

A brandura de Marco, que a rígida disciplina dos estóicos foi incapaz de eliminar, constituía, em simultâneo, a faceta mais agradável e a única imperfeição do seu carácter. O seu excelente juízo era frequentemente iludido pela bondade confiante do seu coração. Homens ardilosos, que estudam as paixões dos príncipes e mascaram as suas, aproximaram-se dele sob o disfarce de uma filosófica santidade e adquiriram riquezas e honrarias, fingindo desprezá-las. A sua excessiva indulgência para com o irmão, a mulher e o filho ultrapassou os limites da virtude privada e tornou-se uma ofensa pública, devido ao exemplo e às consequências dos vícios deles.

Faustina, filha de Pio e mulher de Marco, tem sido muito celebrada tanto pelas suas galantarias como pela sua beleza. A grave simplicidade do filósofo era pouco indicada para conquistar a sua frívola leviandade, ou para combater aquela ilimitada paixão pela variedade que a levava, com frequência, a descobrir mérito pessoal no mais mesquinho dos seres humanos. O Cupido dos Antigos era, geralmente, uma divindade muito sensual; e os amores de uma imperatriz, ao obrigarem-na a tomar as iniciativas mais claras, são raramente susceptíveis de muito requinte

sentimental. Marco era o único homem do império que parecia ignorar ou ser insensível às faltas de Faustina; as quais, segundo os preconceitos de todas as épocas, lançaram alguma desonra sobre o marido enganado. Ele promoveu vários dos amantes dela a cargos de prestígio e riqueza e, durante uma ligação de trinta anos, deu-lhe provas incontestáveis da mais íntima confiança e de um respeito que não terminou com a morte dela. Nas *Meditações*, agradece aos deuses que lhe concederam uma mulher tão fiel, tão gentil e de uma tão maravilhosa simplicidade de costumes(*). Ante o seu empenhado pedido, o obsequioso Senado declarou-a deusa. Foi representada nos seus templos com os atributos de Juno, Vénus e Ceres; e decretou-se que, no dia do casamento deles, os jovens de ambos os sexos deporiam os seus votos diante do altar da sua casta padroeira.

Os monstruosos vícios do filho ensombraram a pureza das virtudes do pai. Marco foi criticado por sacrificar a felicidade de milhões a uma terna predilecção por um jovem sem valor; e por ter escolhido um sucessor na sua própria família, em vez de o fazer na República. No entanto, este pai ansioso e os homens de virtude e erudição que chamou em seu auxílio não se pouparam a esforços para dilatar o espírito estreito do jovem Cómodo, corrigir os seus vícios crescentes e torná-lo digno do trono para o qual estava designado. Mas o poder da instrução raramente se revela muito eficaz, excepto nessas ditosas têmperas em que ele é quase supérfluo. A desagradável lição de um grave filósofo era logo a seguir apagada pelo sussurro de um favorito devasso; e o próprio Marco destruiu os frutos desta laboriosa educação ao admitir o acesso do filho, aos catorze ou quinze anos de idade, a uma total participação no poder imperial. Somente viveu mais quatro anos; mas viveu o bastante para se arrepender de uma medida precipitada que elevou o impetuoso jovem acima do freio da razão e da autoridade.

A maioria dos crimes que perturbam a paz interna da sociedade são o resultado das restrições que as necessárias, mas desiguais leis da propriedade impuseram aos apetites da humanidade, restringindo a um punhado a posse de objectos cobiçados por muitos. De entre todas as nossas paixões e apetites, a sede de poder é a que mostra a mais imperiosa e insociável natureza, na medida em que o orgulho de um homem requer a submissão da multidão. No tumulto originado pela discórdia civil, as leis da sociedade perdem a força, e o seu lugar raramente é substituído pelas da benevolência. O ardor da luta, o orgulho da vitória, o desespero do êxito, a

memória de ofensas passadas e o receio de futuros perigos, tudo isto contribui para inflamar o espírito e silenciar a voz da compaixão. Por tais motivos quase todas as páginas da História se apresentam manchadas de sangue civil; mas estes motivos não justificam as crueldades gratuitas de Cómodo, que nada tinha a desejar e de tudo usufruía. O amado filho de Marco sucedeu ao pai por entre as aclamações do Senado e dos exércitos; e quando subiu ao trono, o afortunado jovem não se viu rodeado de um rival a afastar nem de inimigos a punir. Nestas calmas e altas circunstâncias, era decerto natural que preferisse o amor dos súbditos ao ódio deles, as doces glórias dos seus cinco antecessores ao destino ignominioso de Nero e Domiciano.

Cómodo não era, porém, como nos tem sido mostrado, um tigre nascido com uma sede insaciável de sangue humano e capaz, desde a infância, dos actos mais cruéis. A natureza dotara-o de temperamento mais fraco do que perverso. A sua simplicidade e timidez fizeram-no escravo dos cortesãos, que lhe foram gradualmente corrompendo o espírito. A sua crueldade, que inicialmente provinha dos ditames de outros, degenerou em hábito e acabou por tornar-se a paixão dominante da sua alma.

Por ocasião da morte do pai, Cómodo achou-se com o encargo de chefiar um grande exército e conduzir uma guerra difícil contra os Quados e os Marcomanos. Os jovens servis e libertinos que Marco havia banido não tardaram a recuperar a sua posição e a influência sobre o novo imperador. Exageraram as canseiras e perigos de uma campanha nas regiões selvagens para lá do Danúbio; e garantiram ao indolente príncipe que o terror do seu nome e as armas dos seus lugar-tenentes bastariam para consumir a conquista dos assustados bárbaros ou impor-lhes condições mais vantajosas do que uma conquista. Mediante um hábil apelo aos seus apetites sensuais, compararam a tranquilidade, o esplendor e os prazeres requintados de Roma ao tumulto de um acampamento panónio, que não proporcionava vagar nem matéria para o luxo. Cómodo escutou o agradável conselho; mas, enquanto hesitava entre as suas inclinações pessoais e o temor que ainda sentia pelos conselheiros do pai, o Verão passou insensivelmente e a sua entrada triunfal na capital foi protelada até ao Outono. A sua graça pessoal, o seu trato popular e as suas virtudes imaginadas granjearam o favor público; a paz honrosa que ele concedera recentemente aos bárbaros propagava uma alegria generalizada; a sua impaciência de visitar Roma foi ingenuamente

atribuída ao amor ao seu país; e a forma dissoluta como se divertia quase não era condenada num príncipe de dezanove anos.

Durante os primeiros três anos do seu reinado, os moldes e o próprio espírito da antiga administração foram mantidos por estes fiéis conselheiros a quem Marco tinha recomendado o filho, e por cuja sabedoria e integridade Cómodo ainda nutria uma relutante estima. O jovem príncipe e os seus favoritos devassos folgavam com toda a licença dada pelo poder soberano; mas ainda não tinham as mãos manchadas de sangue; e ele próprio dera mostras de uma generosidade de sentimentos que talvez pudesse encaminhar-se para uma sólida virtude. Um incidente fatal determinou o seu carácter instável.

Uma tarde, quando o imperador regressava ao palácio atravessando um escuro e estreito pórtico do anfiteatro, um assassino, que aguardava a sua passagem, precipitou-se na sua direcção de espada em punho, gritando em voz alta: «O *Senado envia-te isto!*» A ameaça impediu o golpe; o criminoso foi agarrado pelos guardas e revelou imediatamente os autores da conspiração. Esta tramara-se não no Estado, mas adentro das paredes do palácio. Lucila, irmã do imperador e viúva de Lúcio Vero, impaciente por causa da sua posição secundária e invejosa da imperatriz reinante, armara o assassino contra a vida do irmão. Não se tinha arriscado a comunicar o obscuro desígnio ao seu segundo marido, Cláudio Pompeiano, um senador de distinto mérito e inabalável lealdade; mas, entre a chusma dos seus amantes (pois imitava o comportamento de Faustina), descobriu homens de sina funesta e desmedida ambição que estavam dispostos a satisfazer tanto as suas mais violentas quanto mais ternas paixões. Os conspiradores sofreram o rigor da justiça e a princesa abandonada foi punida, primeiro com o exílio, e em seguida com a morte.

No entanto, as palavras do assassino imprimiram no espírito de Cómodo uma marca indelével de receio e ódio contra todo o corpo do Senado. Os que ele temera como ministros importunos surgiam agora aos seus olhos como inimigos secretos. Os delatores, uma raça de homens desencorajada e quase extinta nos reinados anteriores, voltaram a adquirir força assim que descobriram que o imperador estava desejoso de encontrar hostilidade e traição no Senado. Esta assembleia, que Marco sempre tinha considerado o grande conselho da nação, era constituída pelos mais ilustres romanos; e toda a espécie de distinções se tornou rapidamente criminosa. A posse da riqueza estimulava a diligência dos informadores; a rígida virtude passava

por uma censura tácita das irregularidades de Cómodo; cargos importantes significavam uma perigosa superioridade de mérito; e a amizade do pai era garante certo da aversão do filho. A suspeita equivalia a prova; o julgamento a condenação. A execução de um senador notável era acompanhada da morte de todos os que pudessem lamentar ou vingar o seu destino; e depois de ter provado o sabor do sangue humano, Cómodo tornou-se incapaz de compaixão ou remorso. Dentre todas estas vítimas inocentes da tirania, nenhuma morte foi mais lamentada que a dos dois irmãos da família Quintiliana, Máximo e Condiano, cujo amor fraterno salvou os seus nomes do esquecimento e tornou a sua memória querida à posteridade. Os seus estudos e ocupações, as suas carreiras e prazeres eram sempre os mesmos. Possuindo imensos bens, jamais admitiram o conceito de interesses separados; ainda existem alguns fragmentos de um tratado que elaboraram em conjunto; e em todos os actos da vida, verificava-se que os seus dois corpos eram animados por uma só alma. Os Antoninos, que prezavam as suas virtudes e apreciavam a sua união, nomearam-nos cônsules no mesmo ano; e, posteriormente, Marco confiou ao seu duplo cuidado a administração civil da Grécia, bem como um importante comando militar com o qual alcançaram uma vitória assinalável sobre os Germanos. A propícia crueldade de Cómodo uniu-os na morte.

Depois de ter derramado o mais nobre sangue do Senado, a raiva do tirano recaiu finalmente sobre o principal instrumento da sua crueldade. Enquanto Cómodo mergulhava no sangue e no luxo, os pormenores dos assuntos públicos estavam entregues a Perene, um ministro servil e ambicioso que obtivera o seu cargo mercê do assassinio do seu antecessor, mas que possuía uma apreciável dose de vigor e perspicácia. Acumulara um imenso tesouro através de actos de extorsão e de bens confiscados aos nobres, vítimas da sua avareza. Os guardas pretorianos encontravam-se sob a sua directa chefia; e o seu filho, que já dava provas de talento militar, estava à frente das legiões ilírias. Perene aspirava ao império; ou, o que aos olhos de Cómodo equivalia ao mesmo crime, era capaz de aspirar a ele, caso não tivesse sido impedido, surpreendido e condenado à morte. A queda de um ministro é um incidente de somenos na história geral do império; mas foi apressada por uma circunstância invulgar que provou até que ponto as fibras da disciplina já se encontravam lassas. As legiões da Bretanha, descontentes com a administração de Perene, formaram uma deputação de mil e quinhentos homens escolhidos, com instruções de marchar até Roma e

apresentar as suas queixas ao imperador. Estes peticionários militares, graças ao seu próprio comportamento determinado, entusiasmando as divisões de guardas, exagerando a força do exército britânico e suscitando os receios de Cómodo, exigiram e obtiveram a morte do ministro como única reparação dos seus agravos. Este comportamento audaz de um distante exército e a sua descoberta da fraqueza do governo era um seguro presságio das mais horríveis convulsões.

A negligência da administração pública transpareceu pouco depois através de um novo tumulto, o qual partiu de bases insignificantes. Um espírito de deserção começou a prevalecer entre as tropas, e os desertores, em vez de buscarem salvação na fuga ou no escondimento, infestaram as estradas. Materno, um soldado raso, dotado de uma audácia superior à sua posição, reuniu estes bandos de salteadores num pequeno exército, abriu as portas das prisões, incitou os escravos a reivindicar a liberdade e saqueou impunemente as ricas e indefesas cidades da Gália e de Espanha. Os governadores das províncias, que desde havia muito vinham sendo espectadores e talvez sócios das pilhagens, foram por fim arrancados à sua extrema indolência pelas ordens ameaçadoras do imperador. Materno tomou consciência de que estava cercado e previu que iria ser subjugado. Um grande e desesperado esforço era o seu último recurso. Ordenou aos seus sequazes que dispersassem, atravessassem os Alpes em pequenos grupos sob vários disfarces e se reunissem em Roma durante o licencioso tumulto da festa de Cibele. Assassinar Cómodo e subir ao trono vago não era ambição de um vulgar salteador. As suas medidas conjugaram-se tão habilmente, que as suas tropas, dissimuladas, já enchiam as ruas de Roma. A inveja de um cúmplice pôs a descoberto e arruinou este singular empreendimento no próprio instante em que estava prestes a ser executado.

Os príncipes desconfiados promovem muitas vezes a escória da humanidade, na vã convicção de que os que dependem apenas dos seus favores só têm laços com a pessoa do benfeitor. Cleandro, o sucessor de Perene, era natural da Frígia; de uma nação cujo carácter obstinado, mas servil, só podia ser dominado pela violência. Tinha sido enviado do seu país natal para Roma como escravo. Foi, pois, como escravo que entrou no palácio imperial, se tornou útil às paixões do seu amo e ascendeu rapidamente à posição mais elevada de que um súbdito podia desfrutar. A sua influência sobre o espírito de Cómodo foi muito mais marcada que a do seu antecessor, pois Cleandro não possuía nenhum talento ou virtude capaz

de suscitar a inveja ou a desconfiança do imperador. A avareza era a paixão dominante da sua alma e o grande princípio da sua administração. A dignidade de cônsul, de patrício ou de senador estavam sujeitas a venda pública; e teria sido considerado sinal de descontentamento se alguém se recusasse a comprar estas honras vagas e desprestigiadas com a maior parte da sua fortuna. Nos lucrativos cargos das províncias, o ministro partilhava os despojos do povo com o governador. A execução das leis era venal e arbitrária. Um criminoso abastado podia não só obter a anulação da sentença pela qual fora justamente condenado, mas também fazer recair o castigo que lhe aprouvesse sobre o acusador, as testemunhas e o juiz.

Estes meios permitiram que Cleandro, no espaço de três anos, acumulasse mais riquezas do que as alguma vez possuídas por um escravo liberto. Cómodo ficava inteiramente satisfeito com os magníficos presentes que o astuto cortesão depunha a seus pés nos momentos mais oportunos. A fim de afastar a inveja pública, Cleandro mandou erguer, em nome do imperador, banhos, pórticos e ginásios para uso do povo. Vangloriava-se de que os romanos, ofuscados e agradados por esta aparente liberalidade, se sentiriam menos afectados pelas cenas sangrentas que se verificavam diariamente; de que eles esqueceriam a morte de Birro, um senador a cujo mérito superior o falecido imperador concedera a mão de uma das filhas; e de que perdoariam a execução de Árrio Antonino, o derradeiro representante do nome e das virtudes dos Antoninos. O primeiro, com mais integridade do que prudência, tentara desmascarar a verdadeira personalidade de Cleandro aos olhos do cunhado. Uma sentença justa, pronunciada pelo segundo, quando era procônsul da Ásia, contra um dos indignos acólitos do favorito, foi-lhe fatal. Após a queda de Perene, os terrores de Cómodo haviam, durante um breve lapso de tempo, assumido a feição de um regresso à virtude. Revogou os mais odiosos dos seus actos, votou a memória dele à execração pública e atribuiu todos os erros da sua própria juventude inexperiente aos perniciosos conselhos desse malvado ministro. Mas o seu arrependimento durou somente trinta dias; e, sob a tirania de Cleandro, não foram poucas as saudades da administração de Perene.

A peste e a fome contribuíram para levar ao auge as calamidades de Roma. A primeira só podia ser imputada à justa indignação dos deuses; mas um monopólio dos cereais, apoiado pelas riquezas e o poder do ministro, foi considerado a causa imediata da segunda. O descontentamento popular,

depois de se ter manifestado durante largo tempo em sussurros, irrompeu no circo cheio de gente. As pessoas trocaram os seus divertimentos favoritos pelo prazer mais delicioso da vingança, precipitaram-se em massa na direcção de um palácio dos subúrbios, um dos retiros do imperador, e exigiram com gritos de cólera a cabeça do inimigo público. Cleandro, que comandava os guardas pretorianos, ordenou que um corpo de cavalaria fizesse uma investida e dispersasse a multidão amotinada. A multidão fugiu precipitadamente rumo à cidade; várias pessoas foram chacinadas e muitas mais mortalmente pisadas; mas quando a cavalaria entrou nas ruas, a sua perseguição foi detida por uma chuva de pedras e setas lançadas dos telhados e das janelas das casas. Os guardas a pé, que desde havia muito sentiam inveja das prerrogativas e insolência da cavalaria pretoriana, tomaram o partido do povo. O tumulto transformou-se em batalha e fez temer um massacre geral. Por fim, os pretorianos cederam, dominados pelo número; e a onda de raiva popular regressou com violência redobrada aos portões do palácio, onde Cómodo se encontrava mergulhado na luxúria e era o único a não ter conhecimento da guerra civil. Aproximar-se da sua pessoa com as desagradáveis notícias equivaleria à morte. Ele teria perecido nesta mole segurança, caso duas mulheres, a sua irmã mais velha, Fadila, e Márcia, a preferida das suas concubinas, não se tivessem arriscado a ir à sua presença. Banhadas em lágrimas e com os cabelos em desalinho, lançaram-se aos seus pés e, com a premente eloquência ditada pelo medo, revelaram ao amedrontado imperador os crimes do ministro, a raiva do povo e a iminente ruína que dentro em pouco atingiria o seu palácio e a sua pessoa. Cómodo despertou do seu sonho de prazer e ordenou que a cabeça de Cleandro fosse atirada ao povo. O desejado espectáculo apaziguou imediatamente o tumulto; e o filho de Marco poderia mesmo ter reconquistado o afecto e a confiança dos súbditos.

No entanto, o espírito de Cómodo já não albergava nenhum sentimento de virtude ou humanidade. Enquanto abandonava assim as rédeas do império a estes indignos favoritos, nada estimava no poder soberano, excepto a desenfreada liberdade de saciar os seus apetites sensuais. Passava a vida num serralho de trezentas belas mulheres e outros tantos rapazes, de todas as classes e províncias; e, sempre que as artes da sedução se mostravam ineficazes, este amante brutal recorria à violência. Os antigos historiadores alongaram-se sobre estas cenas vergonhosas de prostituição que desdenhavam todas as barreiras da Natureza ou do pudor; não seria

fácil, porém, traduzir as suas descrições demasiado fiéis para a decência da linguagem moderna. Os intervalos da lascívia eram preenchidos com as mais vis diversões. A influência de um século esclarecido e o labor de uma educação atenta jamais haviam sido capazes de inculcar o mais leve vestígio de saber na sua rude e brutal mente; e ele foi o primeiro dos imperadores romanos totalmente desprovido de gosto pelos prazeres do intelecto. O próprio Nero esmerou-se, ou fingiu esmerar-se, nas elegantes artes da música e da poesia; e tão-pouco desprezariamos as suas tentativas, caso não tivesse transformado o agradável esparecimento de uma hora de lazer num assunto sério e na ambição da sua vida. No entanto, Cómodo, desde a mais tenra infância, demonstrou aversão por tudo o que era racional ou liberal e um enorme apego às diversões da população — os jogos do circo e do anfiteatro, os combates de gladiadores e a caça aos animais selvagens. Os mestres em todos os ramos do saber, que Marco arranjava para o filho, eram escutados com distração e relutância; ao passo que os mouros e partos que o ensinaram a arremessar o dardo e a atirar ao arco encontraram um discípulo aplicado e que não tardou a igualar o mais hábil dos seus instrutores no golpe de vista e na destreza da mão.

A turba servil, cuja sorte dependia dos vícios do seu senhor, aplaudia estes feitos ignóbeis. A voz pérfida da lisonja recordava-lhe que, mediante proezas do mesmo género, pela derrota do leão de Nemeia e a morte do javali de Erimanto, o grego Hércules alcançara um lugar entre os deuses e uma reputação imortal entre os homens. Apenas se esqueceram de observar que, nos primórdios da sociedade, quando os mais selvagens animais disputam frequentemente com o homem a posse de um país despovoado, uma guerra triunfante contra estas feras constitui um dos mais inocentes e benéficos trabalhos do heroísmo. No estado civilizado do Império Romano, as feras havia muito que tinham sido arredadas da face do homem e das redondezas de cidades populosas. Surpreendê-las nos seus refúgios solitários e transportá-las para Roma, a fim de que pudessem ser pomposamente abatidas pela mão de um imperador, era uma empresa tão ridícula para o príncipe quanto opressiva para o povo(*). Desconhecedor destas diferenças, Cómodo adoptou avidamente a gloriosa semelhança e intitulou-se (como ainda lemos nas suas medalhas) o *Hércules Romano*. A maça e a pele de leão foram colocadas junto do trono entre as insígnias da soberania; e erigiram-se estátuas que representavam Cómodo na atitude e

com os atributos desse deus cujo valor e destreza ele se esforçava por imitar no decurso das suas cruéis diversões diárias.

Inebriado por estas lisonjas que apagaram gradualmente o sentimento inato da vergonha, Cómodo resolveu exhibir diante dos olhos do povo romano os exercícios que, até então, ele circunscrevera decentemente aos muros do seu palácio e à presença de alguns favoritos. No dia aprazado, uma incontável multidão de espectadores compareceu no anfiteatro pelos variados motivos da lisonja, do medo e da curiosidade; e não poucos aplausos foram merecidamente dedicados à destreza invulgar do imperial executante. Quer fizesse pontaria à cabeça ou ao coração do animal, o golpe era igualmente certo e mortal. Utilizando setas com a ponta talhada em forma de crescente, Cómodo interceptava muitas vezes a rápida corrida e cortava ao meio o longo e ossudo pescoço da avestruz. Uma pantera era solta; e o arqueiro esperava até o animal se atirar a um trémulo malfeitor. Nesse mesmo instante, a seta voava, a fera caía morta e o homem nem uma beliscadura sofria. Os subterrâneos do anfiteatro despejavam de enfiada uma centena de leões; com setas disparadas pela mão certa de Cómodo deitavam-nos mortos por terra enquanto corriam enraivecidos à volta da arena. Tão-pouco a imensa corpulência do elefante ou a pele couraçada do rinoceronte conseguiam defendê-los do ataque. A Etiópia e a Índia forneceram os seus mais extraordinários produtos; e chacinaram-se vários animais no anfiteatro onde até então só tinham sido vistas representações da arte, ou talvez da fantasia(*). Em todas estas exhibições tomavam-se as mais seguras precauções para proteger a pessoa do Hércules Romano da investida desesperada de qualquer fera que pudesse desdenhar a dignidade do imperador e a santidade do deus.

No entanto, até a arraia-miúda sentia vergonha e indignação ao ver o seu soberano entrar na liça como gladiador e glorificar-se de uma profissão que as leis e costumes dos Romanos haviam estigmatizado com o justíssimo labéu da infâmia. Optou pelas vestes e armas do secutor, cujo combate com o reciário constituía uma das cenas mais vivas dos jogos sangrentos praticados no anfiteatro. O secutor apresentava-se armado de capacete, espada e escudo; o seu antagonista, nu, dispunha apenas de uma grande rede e de um tridente; com a primeira tentava envolver, e com o segundo liquidar o inimigo. Se falhasse o primeiro arremesso, via-se obrigado a furtar-se à perseguição do secutor até ter preparado a rede para um outro golpe. O imperador combateu nesta qualidade setecentas e trinta e cinco

vezes. Estes feitos gloriosos foram cuidadosamente registados nos fastos do império; e para não fugir à mínima circunstância infamante, recebia do fundo comum dos gladiadores um estipêndio tão exorbitante que se transformou num novo e vergonhoso imposto sobre o povo romano. Pode facilmente supor-se que em todas estas pugnas o senhor do mundo saía sempre vencedor; no anfiteatro, as suas vitórias não foram muitas vezes sanguinárias; mas quando exercitava a perícia na escola dos gladiadores, ou no seu próprio palácio, os infortunados antagonistas eram frequentemente honrados com uma ferida mortal pelas mãos de Cómodo e obrigados a selar a sua adulação com o próprio sangue. A dada altura, ele passou a desdenhar a designação de Hércules. O nome de Paulo, um célebre secutor, era o único que lhe soava bem aos ouvidos. Foi então inscrito nas suas estátuas colossais e repetido nas redobradas aclamações do consternado Senado, que o aplaudia. Cláudio Pompeiano, o virtuoso marido de Lucila, foi o único senador que fez jus à dignidade do seu cargo. Como pai, permitiu aos filhos que buscassem a segurança, estando presentes no anfiteatro. Como romano, afirmou que a sua vida estava nas mãos do imperador, mas que jamais assistiria à prostituição que o filho de Marco fazia da sua pessoa e dignidade. Apesar desta viril resolução, Pompeiano escapou ao ressentimento do tirano e, juntamente com a honra, teve a boa sorte de preservar a vida.

Cómodo atingira agora o auge do vício e da infâmia. No meio das aclamações de uma corte adulatora, era incapaz de dissimular a si próprio que merecera o desdém e o ódio de todos os homens de senso e virtude do império. O seu espírito feroz ficou irritado por tomar consciência deste ódio, por invejar todos os géneros de mérito, por recear justamente o perigo e pelo hábito de matar que ele havia adquirido nas suas diversões quotidianas. A História deixou-nos uma longa lista de senadores consulares sacrificados à sua cruel desconfiança, a qual procurava com peculiar ansiedade as infelizes pessoas relacionadas, ainda que remotamente, com a família dos Antoninos, sem mesmo poupar os ministros aos seus crimes ou prazeres. A crueldade acabou por revelar-se fatal à sua pessoa. Derramara impunemente o mais nobre sangue de Roma: morreu assim que passou a ser temido pelos seus servidores. Márcia, a sua concubina favorita, Eclecto, o seu camareiro, e Leto, o seu prefeito do pretório, alarmados com o destino dos companheiros e antecessores, resolveram impedir a destruição que pendia permanentemente sobre as suas cabeças, quer devido aos loucos

caprichos do tirano, quer pela súbita indignação do povo. Márcia aproveitou a ocasião para oferecer uma taça de vinho ao seu amante, depois de ele se ter fatigado na caça às feras. Cómodo retirou-se para os seus aposentos a fim de dormir; mas enquanto arfava sob os efeitos do veneno e da embriaguez, um robusto jovem, lutador de profissão, entrou no quarto e estrangulou-o sem encontrar resistência. O corpo foi transportado em segredo para fora do palácio, antes que a mínima suspeita circulasse na cidade, ou mesmo na corte, sobre a morte do imperador. Foi este o destino do filho de Marco, e afinal fácil se tornou eliminar um tirano odiado que, pelos meios artificiais do governo, oprimira durante treze anos tantos milhões de súbditos, todos eles iguais ao seu amo em força física e talentos pessoais.

Neste relato de Cómodo, Gibbon baseia-se nos intriguistas conservadores que se mostravam ultrajados devido ao comportamento do imperador. Cómodo não partilhava das concepções romanas e desafiava as ideias tradicionais de liberdade. Iniciou a destituição de Roma da sua preeminência central. Na qualidade de Hércules Romano e de Sol Nascente, transcendeu e unificou os velhos cultos nacionais e abriu caminho à Casa de Severo. Os seus assassinos representavam forças reaccionárias. Estes conspiradores ofereceram o principado a Pertinax, um velho senador conservador. Depois de algumas tentativas de reforma, Pertinax foi assassinado pelos pretorianos. O seu reinado durou oitenta e seis dias.

O DESENVOLVIMENTO DA AUTOCRACIA MILITAR E O INFLUXO DO ORIENTALISMO

Capítulo 5

A venda do império pelos pretorianos. A ascensão de Sétimo Severo

O poder do gládio sente-se de uma forma mais palpável numa extensa monarquia do que numa pequena comunidade. Os políticos mais hábeis calcularam que nenhum Estado pode manter, sem se esgotar rapidamente, mais da centésima parte dos seus membros armados e inactivos. Mas, embora esta proporção relativa possa ser uniforme, a influência do exército sobre o resto da sociedade variará segundo o grau da sua força positiva. As vantagens da ciência militar e da disciplina só podem ser concretizadas se um número adequado de soldados estiver unido num único corpo e actuar movido por uma única alma. Com um punhado de homens, tal união seria ineficaz; com uma hoste desmedida, seria impraticável; e os poderes da máquina seriam igualmente destruídos pela extrema minúcia ou pelo peso excessivo das suas engrenagens. Para ilustrar esta afirmação, basta pensar que não existe uma superioridade da força natural, das armas artificiais ou da destreza adquirida capazes de permitir que um homem mantenha em submissão permanente uma centena dos seus semelhantes; o tirano de uma

única cidade ou de um pequeno distrito não tardaria a descobrir que cem adeptos armados constituem uma frágil defesa contra dez mil camponeses ou cidadãos; no entanto, cem mil soldados bem disciplinados comandarão, com poder despótico, dez milhões de súbditos; e um corpo de dez ou quinze mil guardas espalharão o terror entre a mais numerosa população que alguma vez encheu as ruas de uma enorme capital.

As tropas pretorianas, cuja fúria licenciada foi o primeiro sintoma e causa do declínio do Império Romano, dificilmente ascendiam ao último número mencionado. A sua instituição remontava a Augusto. Este astucioso tirano, consciente de que as leis podiam disfarçar, mas que somente as armas manteriam o seu domínio usurpador, tinha formado a pouco e pouco este poderoso corpo de guardas, sempre pronto a defender a sua pessoa, a atemorizar o Senado e a prevenir ou esmagar os primeiros indícios de rebelião. Distinguia estas favorecidas tropas mediante um salário duplo e privilégios superiores; na medida, porém, em que o seu aspecto formidável teria imediatamente alarmado e irritado o povo romano, apenas três coortes estavam colocadas na capital, ao passo que as restantes se mantinham dispersas pelas cidades circunvizinhas de Itália. Mas, após cinquenta anos de paz e servidão, Tibério arriscou-se a tomar uma medida decisiva, a qual agrilhoou para sempre o seu país. A pretexto de libertar a Itália do pesado encargo dos quartelamentos militares e de introduzir uma disciplina mais rigorosa entre os guardas, reuniu-os em Roma num acampamento permanente, que foi fortificado com especial cuidado e instalado numa posição dominante.

Estes temíveis servidores são sempre necessários, mas muitas vezes fatais ao trono do despotismo. Ao introduzirem desta maneira os guardas pretorianos no palácio e no Senado, os imperadores ensinaram-nos a tomar consciência da sua própria força e da fraqueza do governo civil; a encarar os vícios dos seus senhores com um desprezo familiar e a pôr de lado o temor reverencial que somente a distância e o mistério conseguem preservar para com um poder imaginário. Na indolência luxuosa de uma cidade opulenta, o seu orgulho foi alimentado pela noção do seu peso irresistível; tão-pouco era possível ocultar-lhes que a pessoa do soberano, a autoridade do Senado, o tesouro público e a sede do império se encontravam totalmente nas suas mãos. A fim de desviar os grupos pretorianos destas perigosas reflexões, os mais firmes e bem estabelecidos príncipes viam-se forçados a misturar lisonjas com ordens, recompensas com castigos, a

incensar-lhes o orgulho, a satisfazer os seus prazeres, a mostrar-se coniventes com as suas irregularidades e a comprar-lhes a precária fidelidade por meio de um generoso donativo; o qual, desde a entronização de Cláudio, foi exigido como direito legal por ocasião da subida ao trono de cada novo imperador.

Os adeptos dos guardas esforçavam-se por justificar, por meio de argumentos, o poder que eles reclamavam à custa das armas; e por sustentar que, segundo os princípios mais puros da constituição, o consentimento deles era essencialmente necessário à nomeação de um imperador. A eleição de cônsules, de generais e de magistrados, embora tivesse sido recentemente usurpada pelo Senado, era um antigo e indiscutível direito do povo romano. Mas onde se encontrava o povo romano? Não certamente na multidão variegada de escravos e estrangeiros que enchia as ruas de Roma; uma população servil, tão vazia de espírito, como desprovida de bens. Os defensores do Estado, seleccionados entre a fina flor da juventude italiana e treinados no exercício das armas e da virtude, eram os genuínos representantes do povo e os mais indigitados para eleger o chefe militar da República. Estas alegações, embora falhas de razão, tornaram-se irresponsáveis quando os ferozes pretorianos aumentaram o seu peso ao lançar a espada na balança, como o fizera o bárbaro conquistador de Roma.

Os pretorianos tinham violado a santidade do trono com o atroz homicídio de Pertinax; desonraram a majestade dele com a sua conduta subsequente. O acampamento estava agora sem chefe, pois até o prefeito Leto, que desencadeara a tempestade, se esquivou prudentemente à indignação pública. No meio da violenta confusão, Sulpiciano, o sogro do imperador e governador da cidade, que tinha sido enviado para o acampamento ao primeiro sinal de motim, esforçava-se por acalmar a fúria da multidão, quando foi silenciado pelo clamoroso regresso dos assassinos, transportando na ponta de uma lança a cabeça de Pertinax. Embora a História nos tenha habituado a assistir ao sufocamento de todos os princípios e de todas as paixões pelos imperiosos ditames da ambição, é-nos difícil acreditar que, nestes momentos de horror, Sulpiciano tenha aspirado a ascender a um trono manchado com o sangue recente de um familiar tão chegado e de um príncipe tão meritório. Ele já começara a utilizar o único argumento eficaz e a negociar a dignidade imperial; no entanto, os pretorianos mais prudentes, receosos de que, neste contrato privado, não obtivessem um preço justo em troca de uma coisa tão valiosa, correram para

o alto das muralhas e proclamaram, com grandes gritos, que o mundo romano ficaria à disposição da melhor oferta em hasta pública.

Esta infame oferta, o mais insolente abuso por parte dos militares, provocou dor, vergonha e indignação em toda a cidade. Ela chegou, por fim, aos ouvidos de Dídio Juliano, um senador abastado que, indiferente às calamidades públicas, se entregava aos prazeres da mesa. A mulher e a filha, mais os seus libertos e os seus parasitas, não tiveram dificuldade em convencê-lo de que merecia o trono e incitaram-no vivamente a aproveitar uma oportunidade tão favorável. O fútil e idoso homem dirigiu-se a toda a pressa ao acampamento pretoriano, onde Sulpiciano ainda se encontrava em negociações com os guardas, e começou a licitar contra ele junto à muralha. O indigno trato era levado a cabo por fiéis emissários que passavam alternadamente de um a outro candidato, informando-os das ofertas do rival. Sulpiciano já prometera um donativo de cinco mil dracmas (mais de cento e sessenta libras) a cada soldado, quando Juliano, ávido do prêmio, subiu logo a seguir para a soma de seis mil duzentos e cinquenta dracmas, ou mais de duzentas libras esterlinas. Os portões do campo abriram-se imediatamente ao comprador; ele foi declarado imperador e recebeu um juramento de fidelidade dos soldados, que conservaram humanidade bastante para estipular que ele devia perdoar e esquecer a competição de Sulpiciano.

Competia agora aos pretorianos cumprir as condições da venda. Colocaram o novo soberano, a quem serviam e desprezavam, no centro das suas fileiras, rodearam-no por todos os lados com os escudos e conduziram-no, em cerrada formação de batalha, através das ruas desertas da cidade. O Senado recebeu ordens para se reunir; e aqueles que haviam sido notórios amigos de Pertinax ou inimigos pessoais de Juliano acharam por bem dar mostras de uma alegria acima do comum perante esta afortunada revolução. Depois de ter enchido a casa do Senado com soldados armados, Juliano discursou longamente sobre a liberdade da sua eleição, as suas eminentes virtudes pessoais e a sua plena certeza das simpatias do Senado. A obsequiosa assembleia congratulou-se com a sua felicidade e a do povo; prometeu fidelidade e outorgou-lhe todas as diversas modalidades do poder imperial. O mesmo cortejo militar acompanhou Juliano, desde o Senado, para ir tomar posse do palácio. Os primeiros objectos que se lhe depararam foram o tronco abandonado de Pertinax e uma ceia frugal preparada para si. Encarou o primeiro com indiferença, e a segunda com desprezo. Um

banquete magnífico foi confeccionado por sua ordem, e ele divertiu-se até altas horas da noite a jogar aos dados e a ver a exibição de Pílates, um famoso bailarino. Observou-se, porém, que, depois de a multidão de adutores se ter dispersado, abandonando-o ao escuro, à solidão e a terríveis pensamentos, ele passou uma noite de insónia; revolvendo no espírito, com toda a probabilidade, a sua temerária loucura, o destino do seu virtuoso antecessor e a duvidosa e perigosa posse de um império que não havia sido adquirido por mérito, mas comprado a troco de dinheiro.

Tinha motivos para sentir receio. No trono do mundo, ele achava-se sem um único amigo e até sem um adepto. Os próprios guardas envergonhavam-se do príncipe que haviam aceite por mera cobiça; tão-pouco existia um cidadão que não encarasse a sua entronização com horror, como o maior dos insultos ao nome romano. Os nobres, cuja situação preeminente e amplo património exigiam a máxima cautela, dissimularam os seus sentimentos e corresponderam à afectada civilidade do imperador com sorrisos de complacência e protestos de obediência. No entanto, o povo, seguro do seu número e da sua obscuridade, deu largas à cólera sentida. As ruas e praças públicas de Roma ecoavam com clamores e imprecações. A multidão enraivecida enfrentou a pessoa de Juliano, recusou a sua generosidade e, consciente da impotência do seu ressentimento, chamava aos gritos as legiões das fronteiras para que viessem defender a majestade violada do Império Romano.

Sétimo Severo havia sido proclamado imperador pelas legiões da Panónia e, ao atravessar os Alpes, foi reconhecido pelo Senado. Juliano viu-se condenado à morte. Severo derrotou então os pretendentes rivais, Pescénio Níger, governador da Síria, e Albino, governador da Bretanha.

Sétimo Severo

O verdadeiro interesse de um monarca absoluto coincide geralmente com o do seu povo. O número, a riqueza, a ordem e a segurança deste representam os melhores e os únicos alicerces da real grandeza do primeiro; e, caso ele fosse totalmente desprovido de virtude, a prudência poderia substituí-la e ditar a mesma regra de conduta. Severo considerava o Império

Romano como sua propriedade e, ainda mal havia garantido a posse dele, logo dispensou os maiores cuidados ao cultivo e à melhoria de uma aquisição tão valiosa. Leis salutares, executadas com inflexível firmeza, corrigiram rapidamente a maior parte dos abusos que, desde a morte de Marco, tinham contagiado todos os sectores do governo. Na administração da justiça, as decisões do imperador caracterizaram-se por atenção, discernimento e imparcialidade; e, sempre que se desviava da estrita linha da equidade, fazia-o geralmente a favor dos pobres e dos oprimidos; não tanto, de facto, por um qualquer sentido de humanidade, como pela propensão natural do déspota para humilhar o orgulho dos grandes e reduzir todos os súbditos ao mesmo nível comum de absoluta dependência. O seu gosto dispendioso pela construção civil, magníficos espectáculos e, sobretudo, uma permanente e liberal distribuição de trigo e provisões constituíam os meios mais seguros de conquistar a simpatia do povo romano. Os infortúnios da discórdia civil foram esquecidos. A calma da paz e da prosperidade voltou a ser sentida nas províncias; e muitas cidades, restauradas pela munificência de Severo, assumiram o título de suas colónias e demonstraram a maior gratidão e felicidade por meio de monumentos públicos. A fama dos exércitos romanos foi reavivada por este imperador marcial e bem-sucedido, o qual se gabava com justo orgulho de que, apesar de ter recebido o império devastado por guerras estrangeiras e internas, o deixava assente numa profunda, universal e honrosa paz.

Embora as feridas da guerra civil parecessem completamente cicatrizadas, o seu veneno mortal continuava enraizado nos pontos vitais da constituição. Severo possuía uma dose considerável de vigor e perícia; no entanto, o espírito ousado do primeiro César ou a profunda política de Augusto dificilmente estariam à altura da tarefa de domar a insolência das legiões vitoriosas. Movido por sentimentos de gratidão, por uma política mal conduzida e por uma necessidade aparente, Severo afrouxou os laços da disciplina. A vaidade dos seus soldados foi alimentada com a honra de usarem anéis de ouro; o conforto deles foi tido em conta pela permissão de viverem com as mulheres na ociosidade dos acampamentos. Aumentou-lhes o soldo mais do que alguma vez sucedera em épocas anteriores e ensinou-os a esperar, e em breve a reivindicar, donativos extraordinários em todas as ocasiões públicas de perigo ou festividade. Extasiados com o êxito, amolecidos pelo luxo e elevados acima dos súbditos comuns, graças aos seus perigosos privilégios, depressa se tornaram incapazes de fadiga militar,

opressivos para o país e impacientes perante uma justa subordinação. Os seus oficiais assinalaram a superioridade da patente através de um mais profuso e requintado luxo. Ainda existe uma carta de Severo lamentando o estado licencioso do exército e exortando um dos seus generais a começar a necessária reforma pelos próprios tribunos; na medida em que, segundo ele observa correctamente, o oficial que perdeu a estima dos soldados jamais conseguirá a obediência deles. Se o imperador tivesse seguido o encadeamento desta reflexão, descobriria que a causa primeira da corrupção geral podia atribuir-se, não realmente ao exemplo, mas, pelo menos, à perniciosa negligência do comandante supremo.

Os pretorianos, assassinos do seu imperador e vendilhões do império, tinham recebido o justo castigo da sua traição, no entanto, a necessária, se bem que perigosa, instituição dos guardas depressa foi restaurada segundo um novo modelo por Severo, e quadruplicada em efectivos relativamente ao número anterior. De início, estas tropas haviam sido recrutadas em Itália; e conforme as províncias circunvizinhas iam absorvendo as maneiras mais amenas de Roma, as levas estenderam-se à Macedónia, à Nórica e a Espanha. Em substituição destas tropas elegantes, mais adequadas à pompa das cortes do que aos usos da guerra, Severo estabeleceu que, dentre todas as legiões das fronteiras, os soldados que mais se distinguissem pela força, coragem e lealdade seriam ocasionalmente seleccionados e promovidos, a título de honra e recompensa, ao serviço mais distinto dos guardas. Esta nova instituição provocou o afastamento da juventude italiana do exercício das armas, e a capital ficou aterrorizada ante o estranho aspecto e as maneiras de uma turba de bárbaros. No entanto, Severo gabava-se de que as legiões considerariam estes escolhidos pretorianos como os representantes de toda a ordem militar; e de que uma tal ajuda de cinquenta mil homens, superior em armas e soldo a qualquer força que pudesse ser posta em campo contra eles, dissiparia para sempre as esperanças da rebelião e asseguraria a posse do império a si e aos seus sucessores.

O comando destas tropas favorecidas e temidas tornou-se rapidamente o cargo principal do império. Quando o governo degenerou em despotismo militar, o prefeito do pretório, que começara por ser um simples capitão dos guardas, foi colocado não só à cabeça do exército, mas das finanças e até mesmo da lei. Representava a pessoa e exercia a autoridade do imperador em todos os departamentos da administração. O primeiro prefeito que desfrutou e abusou deste imenso poder foi Plauciano, o ministro favorito de

Severo. O seu mando durou mais de dez anos, até ao casamento da sua filha com o filho mais velho do imperador; aquilo que parecia garantir a sua fortuna veio a revelar-se o motivo da sua ruína(*). As animosidades do palácio, ao excitarem a ambição e suscitarem os receios de Plauciano, ameaçaram desencadear uma revolução e obrigaram o imperador, que ainda o estimava, a consentir relutantemente na sua morte. Após a queda de Plauciano, um eminente jurisconsulto, o famoso Papiniano, foi nomeado para desempenhar o delicado cargo de prefeito do pretório.

Até ao reinado de Severo, a virtude e até mesmo o bom senso dos imperadores tinham-se distinguido pela sua verdadeira ou fingida reverência ante o Senado e por um atencioso respeito para com o refinado sistema de política civil instituído por Augusto. No entanto, a juventude de Severo fora educada na obediência cega dos acampamentos e, ao avançar em idade, ele só conhecera o despotismo do comando militar. O seu espírito ativo e inflexível não conseguia discernir, ou não reconhecia, a vantagem de preservar um poder intermédio, ainda que imaginário, entre o imperador e o exército. Desdenhava declarar-se servidor de uma assembleia que detestava a sua pessoa e estremecia quando ele franzia o sobrolho; ditava ordens mesmo quando o seu pedido se teria revelado eficaz; assumia a conduta e o estilo de um soberano e conquistador, e exercia, sem disfarce, tanto o poder legislativo como as funções executivas.

A vitória sobre o Senado foi fácil e inglória. Todos os olhares e paixões se dirigiram para o supremo magistrado, que detinha as armas e o tesouro do Estado; enquanto o Senado, que não era eleito pelo povo, nem protegido pela força militar, nem animado pelo espírito público, assentava a sua autoridade declinante na frágil e periclitante base da antiga opinião. A bela teoria de uma república desapareceu paulatinamente para ceder lugar aos sentimentos mais naturais e substanciais da monarquia. Conforme a liberdade e as honras de Roma se iam estendendo às províncias, nas quais o antigo governo fora desconhecido ou era agora recordado com aversão, a tradição das máximas republicanas apagou-se a pouco e pouco. Os historiadores gregos do século dos Antoninos observam com um prazer malicioso que, embora o soberano de Roma, em obediência a um preconceito obsoleto, se abstinhasse do nome de rei, detinha, não obstante, plenamente o poder régio. No reinado de Severo, o Senado abarrotava de escravos instruídos e eloquentes das províncias orientais, que justificavam a lisonja pessoal por meio de princípios especulativos de servidão. Estes

novos advogados da prerrogativa eram escutados com prazer pela corte, e com paciência pelo povo, quando inculcavam o dever da obediência passiva e dissertavam sobre os inevitáveis danos da liberdade. Os jurisconsultos e os historiadores estavam de acordo em ensinar que a autoridade imperial era detida não pela competência delegada, mas pela irrevogável resignação do Senado; que o imperador estava livre das restrições impostas pelas leis civis e podia decidir, por vontade arbitrária, das vidas e dos bens dos seus súbditos e dispor do império como de um património privado. Os mais eminentes jurisconsultos civis, e especialmente Papiniano, Paulo e Ulpiano, celebrizaram-se sob a égide da casa de Severo; e a jurisprudência romana, depois de se haver estreitamente ligado ao sistema da monarquia, pareceu atingir a plena maturidade e perfeição.

Os contemporâneos de Severo, gozando da paz e da glória do seu reinado, perdoaram as crueldades mercê das quais ele subira ao trono. A posteridade, que sofreu as consequências fatais das suas máximas e do seu exemplo, considerou-o justamente o principal autor do declínio do Império Romano.

Capítulo 6

A dinastia de Severo. Caracala e Geta; Heliogábalo; Alexandre Severo. O crescimento da influência feminina na corte

Acesso a grandeza, por mais árduo e perigoso que seja, pode aliciar um espírito activo com a consciência e o exercitamento dos seus próprios poderes; no entanto, até mesmo a posse de um trono jamais consegue proporcionar uma satisfação duradoura a uma alma ambiciosa. Esta triste verdade foi sentida e reconhecida por Severo. A fortuna e o mérito tinham-no elevado, de uma posição humilde, ao lugar cimeiro da humanidade. «Eu fui tudo», segundo as suas próprias palavras, «e tudo tinha tão pouco valor.» Absorvido pelo cuidado, não de adquirir, mas de preservar um império, afligido pela idade e pelas doenças, indiferente à fama e saciado de poder, já não lhe restavam nenhuns objectivos na vida. O desejo de perpetuar a grandeza da família era o único que lhe ficara da sua ambição e do seu afecto paternal.

À semelhança da maioria dos africanos, Severo dedicou-se apaixonadamente aos vãos estudos da magia e da adivinhação, sendo profundamente versado na interpretação de sonhos e presságios e perfeitamente familiarizado com a ciência da astrologia judicial que, em todas as épocas, ressaltando a presente, dominou o espírito humano. Tinha perdido a primeira mulher quando era governador da Gália Lionesa. Ao escolher a segunda, não quis unir-se senão a uma eleita da sorte; e ainda mal havia descoberto que uma jovem senhora de Émeso, na Síria, tinha um

nascimento régio, já pedia e obtinha a sua mão. Júlia Domna (pois era este o seu nome) merecia tudo o que as estrelas podiam prometer-lhe. Possuía, mesmo em idade avançada, os encantos da beleza e unia a uma viva imaginação uma firmeza de espírito e uma capacidade de juízo raramente concedidos ao seu sexo. As suas agradáveis qualidades nunca causaram profunda impressão na sombria e ciumenta personalidade do marido; mas, no reinado do filho, ela administrou os principais assuntos do império com uma prudência que reforçou a autoridade dele, e com uma moderação que, por vezes, corrigiu as suas loucas extravagâncias. Júlia cultivou as letras e a filosofia com algum êxito e larga reputação. Era patrona de todas as artes e amiga de todos os homens de génio. A grata lisonja dos letrados celebrou-lhe as virtudes; no entanto, se dermos crédito ao escândalo da história antiga, a castidade estava longe de ser a virtude mais acentuada da imperatriz Júlia.

Dois filhos, Caracala e Geta, foram o fruto deste casamento e os herdeiros presuntivos do império. As ilusórias esperanças do pai e do mundo romano foram rapidamente frustradas por estes jovens frívolos, que alardearam a indolente segurança de príncipes herdeiros e o convencimento de que a fortuna faria as vezes do mérito e da aplicação. Sem qualquer emulação de virtudes ou talentos, descobriram, quase desde a infância, uma constante e implacável antipatia um pelo outro.

A sua aversão, confirmada pelos anos e fomentada pelas artes dos seus interesseiros favoritos, revelou-se em competições pueris e, gradualmente, noutras de carácter mais sério; e acabariam por dividir o teatro, o circo e a corte em duas facções, induzidas pelas esperanças e o medo dos respectivos chefes. O prudente imperador esforçou-se, mediante todos os recursos do conselho e da autoridade, por reprimir esta crescente animosidade. A desafortunada discórdia entre os filhos ensombrava todos os seus projectos e ameaçava derrubar um trono erguido com tanto labor, cimentado com tanto sangue e guardado com todas as defesas facultadas pelas armas e pelo tesouro. Com mão imparcial, manteve entre ambos um equilíbrio perfeito de favores; conferiu aos dois o título de Augusto e o nome venerado de Antonino; e o mundo romano teve, pela primeira vez, três imperadores. No entanto, este comportamento equitativo apenas contribuiu para inflamar a contenda, pois o feroz Caracala reclamava o direito de primogenitura, enquanto o mais ameno Geta tentava granjear a afeição do povo e dos soldados. Atormentado pela angústia de um pai desiludido, Severo previu

que o mais fraco dos filhos seria sacrificado ao mais forte e que este, por seu turno, sofreria a perdição resultante dos seus próprios vícios.

Nestas circunstâncias, a notícia de uma guerra na Bretanha, e de uma invasão da província pelos bárbaros do Norte, foi recebida com agrado por Severo. Embora a vigilância dos seus lugar-tenentes pudesse ter bastado para repelir o inimigo distante, ele resolveu aproveitar o honroso pretexto para afastar os filhos do luxo de Roma, que lhes perturbava a mente e estimulava as paixões; e para acostumar a juventude deles aos trabalhos da guerra e do governo. Apesar da sua avançada idade (pois já tinha mais de sessenta anos) e da gota que o forçava a fazer-se transportar numa liteira, viajou pessoalmente até esta ilha remota acompanhado dos dois filhos, de toda a corte e de um formidável exército. Ultrapassou imediatamente as muralhas de Adriano e de Antonino, e entrou no país do inimigo com o desígnio de concluir a desde há muito almejada conquista da Bretanha. Atingiu o extremo norte da ilha sem encontrar um inimigo. No entanto, as emboscadas traiçoeiras dos Caledónios, que rondavam sem que ninguém os visse a retaguarda e os flancos do exército, o frio inclemente do clima e a dureza de uma marcha invernosa através dos montes e pântanos da Escócia custaram, ao que parece, mais de cinquenta mil homens aos Romanos. Os Caledónios cederam, por fim, ao poderoso e obstinado ataque, solicitaram a paz e entregaram uma parte das suas armas e uma larga porção de território. Mas a sua aparente submissão não durou mais tempo do que o momentâneo terror. Mal as legiões romanas se haviam retirado, eles retomaram a sua hostil rebeldia. O seu espírito indomável levou Severo a enviar um novo exército para a Caledónia, com as ordens mais sangrentas para não submeter, mas antes exterminar os nativos. Foram salvos devido à morte do seu implacável inimigo.

Esta guerra caledoniana, que não foi assinalada por acontecimentos decisivos nem se fez acompanhar de consequências significativas, pareceria não merecer a nossa atenção; supõe-se, no entanto, com um elevado grau de probabilidade, que a invasão de Severo está ligada ao período mais brilhante da história antiga ou da fábula britânica. Fingal, cuja fama, juntamente com a dos seus heróis e bardos, foi revivida na língua inglesa graças a uma recente publicação, comandou, ao que se diz, os Caledónios nesta memorável conjuntura, iludiu o poder de Severo e obteve uma vitória retumbante nas margens do Carun, na qual o filho do *Rei do Mundo*, Caracul, se pôs em fuga através dos campos do seu orgulho. Uma sombra

de dúvida continua a pairar sobre estas tradições escocesas, e nem sequer pode ser totalmente dissipada pelas mais engenhosas pesquisas da crítica moderna; no entanto, caso nos fosse possível alimentar com segurança a agradável suposição de que Fingal viveu e Ossian cantou, o vincado contraste da situação e costumes das nações em luta divertiria certamente um espírito filosófico. O paralelismo seria pouco vantajoso para o povo mais civilizado, se comparássemos a implacável vingança de Severo com a generosa clemência de Fingal; a tímida e brutal crueldade de Caracala com a bravura, a sensibilidade e o génio elegante de Ossian; os chefes mercenários que, por medo ou interesse, serviram sob o estandarte imperial com os guerreiros livres de nascença que empunharam as armas à simples voz do rei de Morven; se, em resumo, nos dedicássemos a contemplar os incultos Caledónios, irradiando as calorosas virtudes da Natureza, frente aos degenerados Romanos, maculados pelos ruins vícios da abundância e da servidão.

Caracala e Geta

A saúde declinante e a última doença de Severo inflamaram a selvagem ambição e as obscuras paixões da alma de Caracala. Impaciente perante qualquer demora ou divisão do império, ele tentou por mais de uma vez abreviar o pouco que restava dos dias do seu pai e esforçou-se, mas em vão, por suscitar um motim entre as tropas. O velho imperador tinha frequentemente censurado a descabida indulgência de Marco que, mediante um simples acto de justiça, poderia ter salvo os Romanos da tirania do seu indigno filho. Ao ver-se diante de uma situação idêntica, ele verificou a facilidade com que o rigor de um juiz é sufocado pela ternura de um pai. Deliberou, ameaçou, mas não era capaz de punir; e este último e isolado movimento de piedade revelou-se mais fatal para o império do que uma longa série de actos cruéis. A agitação da sua mente aumentou as dores do corpo; desejava a morte impacientemente e apressou o momento dela com a sua impaciência. Expirou em Iorque, aos sessenta e cinco anos, no décimo oitavo de um reinado glorioso e bem-sucedido. No derradeiro momento, recomendou concórdia aos filhos, e os filhos ao exército. Este saudável conselho nunca chegou ao coração, nem sequer ao entendimento, dos

impetuosos jovens; mas as tropas mais obedientes, lembradas do juramento de fidelidade e da autoridade do seu falecido senhor, resistiram às solicitações de Caracala e proclamaram os dois irmãos imperadores de Roma. Os novos príncipes abandonaram pouco depois a Caledônia em paz, regressaram à capital, celebraram o funeral do pai com honras divinas e foram alegremente reconhecidos como legítimos soberanos pelo Senado, o povo e as províncias. O irmão mais velho recebeu, ao que parece, uma preeminência de categoria; no entanto, ambos administraram o império com um poder igual e independente.

Esta forma partilhada de governo teria resultado numa fonte de discórdia, até mesmo entre os mais afectuosos irmãos. Era impossível que ela subsistisse muito tempo entre dois inimigos implacáveis, que não desejavam nem podiam confiar numa reconciliação. Era óbvio que somente um deles podia reinar e que o outro devia cair; e cada um deles, avaliando os desígnios do rival pelos seus próprios, protegia a vida com a mais ciosa vigilância contra os repetidos ataques do veneno ou da espada. A sua rápida viagem através da Gália e da Itália, durante a qual jamais comeram à mesma mesa nem dormiram na mesma casa, patenteou aos olhos das províncias o odioso espectáculo da discórdia fraterna. À sua chegada a Roma, logo dividiram o amplo espaço do palácio imperial. Não era permitida a mínima comunicação entre os respectivos aposentos; as portas e passagens foram diligentemente fortificadas, e os guardas vigiavam e rendiam-se uns aos outros com rigor igual ao de um lugar cercado. Os imperadores somente se encontravam em público e na presença da sua desgostosa mãe; e estando cada um deles rodeado por numeroso séquito de partidários armados. E até mesmo nestas ocasiões de cerimónia, a dissimulação cortesã mal disfarçava o rancor dos seus corações.

Esta guerra civil latente já estava a perturbar todo o governo, quando foi sugerido um esquema que parecia beneficiar mutuamente os dois hostis irmãos. Propôs-se que, dado ser impossível reconciliar-lhes os espíritos, eles deviam separar os seus interesses e dividir o império entre ambos. As condições do tratado já estavam redigidas com alguma exactidão. Combinou-se que Caracala, na qualidade de irmão mais velho, ficaria de posse da Europa e da África Ocidental, deixando a soberania da Ásia e do Egipto a Geta, o qual poderia fixar residência em Alexandria ou Antioquia, cidades pouco inferiores à própria Roma em riqueza e grandiosidade; que numerosos exércitos ficariam permanentemente acampados de cada lado do

Bósforo da Trácia para defender as fronteiras das monarquias rivais; e que os senadores de origem europeia reconheceriam a soberania de Roma, enquanto os nativos da Ásia seguiriam o imperador do Oriente. As lágrimas da imperatriz Júlia interromperam as negociações, cuja simples ideia enchera de surpresa e indignação o peito de todos os Romanos. A poderosa massa da conquista estava tão intimamente unida pelo efeito do tempo e da política, que se tornava necessária a maior das violências para a separar ao meio. Os Romanos tinham razão em temer que os membros desunidos não tardassem a ser reduzidos por uma guerra civil ao domínio de um único senhor; mas, caso a separação se mantivesse, a divisão das províncias deveria acarretar a dissolução de um império cuja unidade se conservara até então inviolável.

Se o tratado houvesse entrado em vigor, o soberano da Europa em breve poderia ter passado a conquistador da Ásia; mas Caracala obteve uma vitória mais fácil, embora mais culposa. Deu astuciosamente ouvidos às súplicas da mãe e consentiu em encontrar-se com o irmão nos aposentos dela, em termos de paz e de reconciliação. No meio da conversa, alguns centuriões, que tinham conseguido esconder-se, precipitaram-se de espada em punho sobre o infeliz Geta. A mãe, aflita, tentou defendê-lo nos próprios braços; mas, naquela luta vã, ficou ferida na mão e coberta pelo sangue do filho mais novo, enquanto via o mais velho instigar e coadjuvar a fúria dos assassinos. Mal o acto se consumou, Caracala, em passo rápido e com um ar amedrontado, correu na direcção do acampamento pretoriano, como seu único refúgio, e prosternou-se aos pés das estátuas dos deuses tutelares. Os soldados tentaram erguê-lo e confortá-lo. Em palavras desordenadas e entrecortadas, ele informou-os de um perigo iminente a que escapara por sorte; dando a entender que havia atalhado os desígnios do seu inimigo, declarou-se resolvido a viver e morrer com as suas tropas fiéis. Geta havia sido o preferido dos soldados; no entanto, as queixas e os lamentos eram inúteis e a vingança perigosa, além de que ainda respeitavam o filho de Severo. O seu descontentamento dissipou-se em inúteis murmúrios e Caracala não tardou a convencê-los da justiça da sua causa, distribuindo em generoso donativo os tesouros acumulados no reinado do pai. Os verdadeiros *sentimentos* dos soldados eram a única coisa que interessava ao seu poder ou à sua segurança. A declaração deles a seu favor determinou os protestos de obediência do Senado. A obsequiosa assembleia encontrava-se sempre preparada para ratificar a decisão do destino; mas, visto Caracala

pretender apaziguar as primeiras manifestações de indignação pública, o nome de Geta foi mencionado com decência e recebeu as honras fúnebres de um imperador romano. A posteridade, compadecida do seu infortúnio, lançou um véu sobre os seus vícios. Encaramos este jovem príncipe como a vítima inocente da ambição do irmão, sem nos lembrarmos de que ele próprio desejava o poder, não tanto por inclinação como para levar a cabo iguais tentativas de vingança e assassinio.

O crime não ficou impune. Os negócios, o prazer e a lisonja não bastaram para proteger Caracala das ferroadas de uma consciência pesada; e, sujeito à angústia de uma alma torturada, confessou que a sua imaginação perturbada via frequentemente o rosto zangado do pai e do irmão, que saíam do túmulo para o ameaçar e censurar. A noção do seu crime deveria tê-lo induzido a convencer o mundo, mediante as virtudes do seu reinado, de que o acto sanguinário havia sido a consequência involuntária de uma fatal necessidade. No entanto, o arrependimento de Caracala só o impeliu a remover da face da Terra tudo o que pudesse recordar-lhe a sua culpa ou reavivar a memória do irmão assassinado. Ao regressar do Senado ao palácio, encontrou a mãe, na companhia de algumas nobres matronas, chorando o destino intempestivo do filho mais novo. O ciumento imperador ameaçou-as com morte imediata; a sentença foi executada contra Fadila, a única filha viva do imperador Marco; e até mesmo a desgostosa Júlia se viu obrigada a silenciar os seus lamentos, a reprimir os suspiros e a receber o assassino com sorrisos de alegria e aprovação. Calculou-se que, sob o vago pretexto de serem amigos de Geta, mais de vinte mil pessoas de ambos os sexos foram mortas. Os seus guardas e libertos, os ministros dos seus assuntos mais sérios e os companheiros das suas horas de lazer, aqueles que, por sua indicação, haviam sido designados para cargos de chefia no exército ou nas províncias, juntamente com a enorme lista dos que dele dependiam, foram incluídos na proscrição, a qual tinha por objectivo atingir os que haviam mantido a menor ligação com Geta, lamentavam a sua morte ou até mesmo citavam o seu nome. Hélvio Pertinax, filho do príncipe com este nome, perdeu a vida devido a um dito inoportuno. Era crime suficiente, por parte de Trásea Prisco, descender de uma família cujo amor à liberdade parecia uma qualidade hereditária. Os motivos particulares da calúnia e da suspeita acabaram por se esgotar; e quando um senador era acusado de ser um inimigo secreto do governo, o imperador satisfazia-se com a comprovação generalizada de que ele era um homem de posses e virtuoso.

Deste princípio, assim fundamentado, Caracala retirava frequentemente as mais cruéis conclusões.

A execução de tantos cidadãos inocentes era chorada em segredo pelos amigos e famílias. A morte de Papiniano, o prefeito do pretório, foi lamentada como uma calamidade pública. Durante os últimos sete anos da vida de Severo, ele exercera os cargos mais importantes do Estado e, mediante a sua influência salutar, guiara os passos do imperador ao longo da senda da justiça e da moderação. Não duvidando da suas virtudes e capacidades, Severo pedira-lhe, no leito de morte, que zelasse pela prosperidade e união da família imperial. Os dignos esforços de Papiniano apenas serviram para incentivar o ódio que Caracala já nutria pelo ministro do pai. Após o assassinio de Geta, o prefeito recebeu ordens para empregar os poderes do seu talento e da sua eloquência numa apologia bem estudada deste horrível acto. O filósofo Séneca tinha acedido a compor uma epístola semelhante ao Senado, em nome do filho e assassino de Agripina. «É mais fácil cometer do que justificar um parricídio», foi a gloriosa resposta de Papiniano, que não hesitou entre a perda da vida e a da honra. Esta intrépida virtude, que escapara pura e sem mácula às intrigas da corte, aos hábitos dos negócios e às manhas da sua profissão, confere mais brilho à memória de Papiniano do que os seus altos cargos, os seus inúmeros escritos e a elevada reputação de homem de leis que preservou ao longo de todas as épocas da jurisprudência romana. Até então, os Romanos tinham desfrutado da especial felicidade ou, nos piores tempos, do conforto de a virtude dos imperadores ser activa, e os seus vícios indolentes. Augusto, Trajano, Adriano e Marco visitaram pessoalmente os seus vastos domínios, e a sua caminhada ficava assinalada por actos de sabedoria e beneficência. A tirania de Tibério, Nero e Domiciano, que residiam quase permanentemente em Roma ou nas vilas das redondezas, limitou-se às ordens senatorial e equestre. Caracala era, porém, o inimigo comum do género humano. Abandonou a capital (e nunca lá voltou) cerca de um ano depois do assassinio de Geta. O resto do seu reinado foi passado nas diversas províncias do império, especialmente nas do Oriente, e todas as províncias serviram sucessivamente de cenário aos seus actos de rapina e crueldade. Os senadores, compelidos por medo a acompanhar as suas caprichosas deslocações, eram obrigados a proporcionar-lhe diversões diárias muito dispendiosas que ele abandonava, com desdém, aos seus guardas; e também a erguer, em todas as cidades, magníficos palácios e teatros, que ele também

desdenhava visitar, ou então mandava que fossem logo demolidos. As famílias mais ricas ficaram arruinadas por multas parciais e confiscações injustas, e a maioria dos seus súbditos viu-se oprimida por engenhosos e pesados impostos. No meio da paz, e por uma pequena provocação, deu ordens em Alexandria, no Egito, para uma chacina geral. De um lugar seguro, no templo de Serápis, observou e dirigiu a carnificina de muitos milhares de cidadãos, bem como de estrangeiros, sem nenhuma distinção do nome ou da natureza do crime das vítimas, pois, segundo escreveu friamente ao Senado, todos os alexandrinos, os que haviam perecido e os que tinham escapado, eram igualmente culpados.

As sábias instruções de Severo nunca causaram nenhuma impressão duradoura no espírito do filho, que, embora não fosse destituído de imaginação e eloquência, era desprovido de capacidade de juízo e de humanidade. Uma perigosa máxima, digna de um tirano, era recordada e repetida a cada passo por Caracala. «Garantir a simpatia do exército e considerar o resto dos súbditos como de pouca importância.» A liberalidade do pai havia, contudo, sido restringida pela prudência, e a sua indulgência para com as tropas era temperada por firmeza e autoridade. A despreocupada prodigalidade do filho constituiu toda a política de um reinado, e a inevitável ruína tanto do exército como do império. O vigor dos soldados, em vez de ser consolidado pela severa disciplina dos acampamentos, dissipou-se no luxo das cidades. O excessivo aumento dos seus soldos e donativos exauriu o Estado para enriquecer a ordem militar, cuja modéstia em tempo de paz, e serviço na guerra, é melhor assegurada por uma honrosa pobreza. O comportamento de Caracala caracterizou-se pela arrogância e por um desmesurado orgulho; mas, junto das tropas, esquecia a própria dignidade imperial, encorajava a sua insolente familiaridade e negligenciava os deveres essenciais de um general, tentando imitar a forma de vestir e as maneiras de um vulgar soldado.

Era impossível que um carácter e um comportamento como os de Caracala pudessem inspirar amor ou estima; enquanto, porém, os seus vícios beneficiassem o exército, ele estava a salvo do perigo de rebelião. Uma secreta conspiração, resultante dos seus próprios ciúmes, revelou-se fatal ao tirano. A prefeitura do pretório estava dividida entre dois ministros. O departamento militar achava-se confiado a Advento, um oficial mais experiente do que hábil; e os assuntos civis eram da responsabilidade de Opílio Macrino, que, pelo seu engenho nos negócios, subira, de forma

honesto, a este elevado cargo. Os favores de que gozava, contudo, variavam segundo os caprichos do imperador, e a sua vida podia depender da mais leve suspeita ou das circunstâncias mais casuais. A malícia ou o fanatismo inspiraram a um africano, extraordinariamente versado no conhecimento do futuro, a perigosa profecia de que Macrino e o seu filho estavam destinados a reinar sobre o império. O rumor não tardou a espalhar-se pela província; e quando o homem foi enviado sob prisão a Roma, continuou a sustentar, na presença do prefeito da cidade, a verdade da sua profecia. Este magistrado, que tinha recebido as mais prementes instruções para se informar sobre os *sucessores* de Caracala, comunicou de imediato o resultado do interrogatório do africano à corte imperial, que nessa altura residia na Síria. Apesar da diligência dos mensageiros públicos, um amigo de Macrino descobriu uma maneira de o avisar do perigo iminente. O imperador recebeu as cartas de Roma; e, como estava ocupado a guiar uma quadriga, entregou-as, por abrir, ao prefeito do pretório, dando-lhe ordem para que despachasse os assuntos correntes e o informasse em seguida das questões mais relevantes que nelas viessem referidas. Macrino leu o seu destino e resolveu esconjurá-lo. Instigou o descontentamento de alguns oficiais subalternos e utilizou a mão de Marcial, um soldado capaz de tudo ao qual fora recusado o posto de centurião. A devoção de Caracala impeliu-o a fazer uma peregrinação de Edessa ao famoso templo da Lua, em Carras. Fez-se acompanhar de um corpo de cavalaria; mas, ao parar na estrada por qualquer necessidade ocasional, os seus guardas mantiveram uma distância respeitosa, e Marcial, aproximando-se dele a pretexto de um serviço, apunhalou-o. O audaz assassino foi imediatamente abatido por um arqueiro cita da guarda imperial. Eis como chegou ao fim dos seus dias um monstro cuja vida desonrou a natureza humana, e cujo reinado pôs a nu a paciência dos Romanos. Os agradecidos soldados esqueceram os vícios dele, recordando apenas a desigual prodigalidade, e obrigaram o Senado a prostituir a sua própria dignidade e a da religião, concedendo-lhe um lugar entre os deuses. Enquanto viveu cá na terra, Alexandre Magno foi o único herói que este deus julgou digno da sua admiração. Adoptou o nome e as insígnias de Alexandre, formou uma falange macedónia de guardas, perseguiu os discípulos de Aristóteles e alardeou, com um entusiasmo pueril, o único sentimento através do qual descobriu alguma estima pela virtude ou pela glória. Podemos aceitar sem custo que, após a Batalha de Narva e a conquista da Polónia, Carlos XII (embora ainda aspirasse às

qualidades mais amáveis do filho de Filipe) se vangloriasse de ter rivalizado com ele em valor e magnanimidade; mas Caracala nunca mostrou, em qualquer acto da sua vida, a mínima semelhança com o herói macedónio, a não ser no assassinio de um grande número dos seus próprios amigos e dos do pai.

Macrino foi então proclamado pelos pretorianos. As suas tentativas de reformar o exército tornaram-no impopular. Júlia Mesa, cunhada de Sétimo Severo, tornou público que o seu neto era filho de Caracala. Ele foi declarado imperador e adoptou o nome de Antonino. Macrino foi derrotado e morto, e Antonino mais a sua corte partiram para Roma.

Heliogábalo

Visto que a atenção do novo imperador foi desviada pelas mais frívolas diversões, ele gastou muitos meses num sumptuoso percurso da Síria a Itália, passou na Nicomédia o primeiro Inverno depois da sua vitória e adiou, até ao Verão seguinte, a entrada triunfal na capital. No entanto, um retrato fiel, que antecedeu a chegada e foi colocado por sua ordem pessoal sobre o altar da Vitória na casa do Senado, transmitiu aos Romanos a ideia exacta, mas vergonhosa, da sua pessoa e dos seus costumes. Foi pintado com as suas vestes sacerdotais de seda e ouro, feitas à maneira solta e ondulante dos Medos e dos Fenícios; tinha a cabeça coberta com uma imponente tiara, e os seus numerosos colares e pulseiras apresentavam-se enfeitados de gemas de valor incalculável. As sobancelhas estavam pintadas de negro, e as faces com uma mistura artificial vermelha e branca. Os graves senadores confessaram com um suspiro que, depois de ter sofrido durante tanto tempo a rígida tirania dos seus concidadãos, Roma se via, por fim, humilhada sob o luxo efeminado do despotismo oriental.

O Sol era adorado em Émeso, sob o nome de Heliogábalo e sob a forma de uma pedra cónica negra que, segundo se acreditava geralmente, caíra do céu naquele lugar sagrado. Antonino, não sem alguma razão, atribuiu a esta divindade protectora a sua ascensão ao trono. O alardeamento de uma supersticiosa gratidão foi o único assunto sério do seu reinado. O triunfo do deus de Émeso sobre todas as religiões da Terra constituiu o grande

objectivo do seu zelo e vaidade; e a designação de Heliogábalo (pois considerou-se pontífice e favorito ao adoptar este nome) era a seus olhos mais valiosa do que todos os títulos da grandeza imperial. Numa solene procissão através das ruas de Roma, o caminho estava coberto de pó dourado; a pedra negra, incrustada em gemas preciosas, fora colocada numa quadriga puxada por seis cavalos de brancura deslumbrante e ricamente ajaezados. O piedoso imperador segurava as rédeas e, amparado pelos seus ministros, inclinou-se devagar para trás a fim de poder fruir eternamente da felicidade da presença divina. Os sacrifícios do deus Heliogábalo eram celebrados com toda a pompa e circunstância num magnífico templo erguido no Monte Palatino. Os mais ricos vinhos, as mais extraordinárias vítimas e os mais raros arómatas eram profusamente consumidos no seu altar. À volta do altar, um coro de donzelas sírias executava danças voluptuosas ao som de música bárbara, enquanto as mais importantes personalidades do Estado e do exército, envoltas em longas túnicas fenícias, exerciam as funções inferiores do sacerdócio com fingido zelo e secreta indignação.

O fanático imperial tentou mudar para este templo, como centro comum do culto religioso, o Ancil, o Paládio e todos os penhores sagrados da fé de Numa. Uma multidão de divindades inferiores acompanhava, em vários sítios, a majestade do deus de Émeso; mas a sua corte manteve-se imperfeita até uma consorte de estirpe nobre ser admitida no seu leito. Palas havia sido escolhida primeiramente para sua esposa; mas como se receava que o seu ar guerreiro pudesse amedrontar a suave delicadeza de uma divindade síria, a Lua, adorada pelos Africanos sob o nome de Astarte, foi considerada uma companheira mais adequada para o Sol. A sua imagem, juntamente com as ricas oferendas do seu templo como dote de casamento, foi transportada com solene pompa de Cartago para Roma, e o dia destas místicas núpcias ficou assinalado por uma grandiosa festa na capital e em todo o império.

Um sensualista racional adere com invariável respeito aos temperados ditames da Natureza e melhora a satisfação dos sentidos mediante o relacionamento social, as ligações amáveis e os tons suaves do gosto e da imaginação. No entanto, Heliogábalo (refiro-me ao imperador com este nome), corrompido pela sua juventude, o seu país e a sua fortuna, abandonou-se aos mais grosseiros prazeres com uma fúria desenfreada e não tardou a experimentar repugnância e saciedade no meio das diversões.

Os poderes arrebatadores da arte foram chamados em seu auxílio: a confusa multidão de mulheres, vinhos e de iguarias, e a estudada variedade de meneios e molhos, contribuíram para reavivar os seus lânguidos apetites. Novas expressões e novos inventos nestas ciências, as únicas cultivadas e apadrinhadas pelo monarca(*), assinalaram o seu reinado e transmitiram a sua infâmia às épocas seguintes. Uma caprichosa prodigalidade supriu a falta de gosto e de elegância; e enquanto Heliogábalo esbanjava os tesouros do seu povo na mais desvairada extravagância, a sua própria voz e a dos seus aduladores aplaudia um espírito e uma magnificência ignorados pela insipidez dos seus antecessores. No número das suas diversões favoritas incluíam-se: confundir a ordem das estações e climas, brincar com as paixões e os preconceitos dos súbditos e subverter todas as leis da Natureza e da decência. Um vasto séquito de concubinas e uma rápida sucessão de mulheres, entre as quais se contou uma virgem vestal, arrancada pela força ao seu asilo sagrado, revelaram-se insuficientes para satisfazer a impotência das suas paixões. O senhor do mundo romano tendia a copiar a maneira de vestir e os hábitos do sexo feminino, preferia a roca ao ceptro e desonrava as dignidades mais importantes do império distribuindo-as pelos seus inúmeros amantes; um deles foi publicamente investido do título e da autoridade de imperador ou, segundo ele próprio se denominava mais acertadamente a si mesmo, de marido da imperatriz.

Pode parecer crível que os vícios e loucuras de Heliogábalo tenham sido exagerados pela fantasia e enegrecidos pelo preconceito. Mas se nos limitarmos às cenas públicas exibidas diante do povo romano e atestadas por graves e coevos historiadores, a sua indizível infâmia ultrapassa a de qualquer outra época ou país. A licenciosidade de um monarca oriental é dissimulada aos olhares curiosos pelas paredes inacessíveis do seu serralho. Os sentimentos de honra e de galanteria introduziram um requinte de prazer, uma preocupação com a decência e o respeito pela opinião pública nas modernas cortes da Europa; mas os corruptos e opulentos nobres romanos satisfaziam todos os vícios que podiam surgir da imensa confluência de nações e costumes. Seguros de impunidade e insensíveis à censura, eles viveram sem constrangimento na paciente e humilde sociedade dos seus escravos e parasitas. Por seu turno, o imperador, que encarava todas as categorias de súbditos com a mesma indiferença desdenhosa, exercia sem restrições o seu soberano privilégio de luxo e volúpia.

Os mais indignos seres humanos não temem condenar nos outros os mesmos distúrbios que permitem a si próprios; e conseguem descobrir prontamente qualquer subtil diferença de idade, personalidade, ou situação para justificar a distinção iníqua. Os soldados licenciosos, que haviam colocado no trono o dissoluto filho de Caracala, coravam ante a sua vergonhosa escolha, e, cheios de repugnância, desviavam a vista daquele monstro para contemplar com satisfação as virtudes nascentes do seu primo Alexandre, o filho de Mameia. A ardilosa Mesa, consciente de que o seu neto Heliogábalo acabaria inevitavelmente por se perder devido aos vícios, obtivera um outro e mais seguro amparo para a sua família. Aproveitando-se de um momento favorável de ternura e devoção, tinha convencido o jovem imperador a adoptar Alexandre e a investi-lo do título de César, para que as suas divinas ocupações deixassem de ser interrompidas pelos cuidados terrenos. Ao subir ao segundo lugar da hierarquia, este afável príncipe depressa conquistou a simpatia do povo e despertou o ciúme do tirano, que resolveu pôr termo à perigosa competição, corrompendo os costumes ou tirando a vida ao seu rival. As suas manobras mostraram-se infrutíferas; os seus vãos desígnios eram permanentemente descobertos pela sua louca indiscrição e frustrados pelos virtuosos e fiéis servidores que a prudência de Mameia havia colocado em redor da pessoa do filho. Num acesso de impetuosa paixão, Heliogábalo resolveu executar pela força o que fora incapaz de obter pela manha e, mediante uma sentença despótica, destituiu o primo da categoria e das honras de César. A mensagem foi recebida no Senado com silêncio, e no acampamento com raiva. Os guardas pretorianos juraram proteger Alexandre e vingar a majestade desonrada do trono. As lágrimas e promessas do trémulo Heliogábalo, que apenas lhes suplicava que poupassem a sua vida e não o desapossassem do seu amado Hiérocles, conteve a justa indignação deles; e contentaram-se em encarregar os prefeitos de zelar pela segurança de Alexandre e pelo comportamento do imperador.

Era impossível que esta reconciliação durasse, ou até que a alma vil de Heliogábalo pudesse reger um império em tão humilhantes condições de dependência. Não tardou a fazer uma perigosa experiência para sondar as disposições dos soldados. O rumor da morte de Alexandre, e a natural suspeita de que tinha sido assassinado, transformou as paixões deles em fúria e a tempestade do acampamento só foi apaziguada pela presença e autoridade do popular jovem. Irritado com esta nova prova do affecto deles

pelo primo, e do desdém pela sua pessoa, o imperador aventurou-se a punir alguns dos cabecilhas do motim. A sua severidade intempestiva revelou-se imediatamente fatal aos seus favoritos, à mãe e a si próprio. Heliogábalo foi chacinado pelos pretorianos indignados, e o seu corpo, mutilado, arrastado pelas ruas da cidade e atirado ao Tibre. A sua memória viu-se marcada com o ferrete de uma eterna infâmia pelo Senado; a justiça de semelhante decisão foi ratificada pela posteridade.

Subida ao trono de Alexandre Severo

No lugar de Heliogábalo, o seu primo Alexandre foi elevado ao trono pelos guardas pretorianos. O seu parentesco com a família de Severo, cujo nome adoptou, era a mesma que a do seu antecessor; as virtudes e os perigos incorridos já lhe haviam merecido a simpatia dos Romanos; e a ardente prodigalidade do Senado conferiu-lhe, num só dia, os vários títulos e poderes da dignidade imperial. No entanto, dado Alexandre ser um modesto e obediente jovem com apenas dezassete anos, as rédeas do governo estavam na mão de duas mulheres, a sua mãe Mameia e a sua avó Mesa. Após a morte da última, que pouco tempo sobreviveu à entronização de Alexandre, Mameia tornou-se a única regente do filho e do império.

Em todas as idades e países, o mais sábio ou, pelo menos, o mais forte dos dois sexos usurpou os poderes do Estado e restringiu o outro aos cuidados e prazeres da vida doméstica. Mas nas monarquias hereditárias, e especialmente nas da Europa moderna, o espírito galante da cavalaria e a lei da sucessão acostumaram-nos a admitir uma singular excepção; e uma mulher é frequentemente reconhecida como a soberana absoluta de um grande reino, no qual teria sido considerada incapaz de exercer o mínimo cargo, civil ou militar. No entanto, dado os imperadores romanos ainda serem encarados como os generais e magistrados da República, as suas mulheres e mães, embora recebendo a distinção do nome de Augusta, jamais eram associadas às suas honras pessoais; e um reinado feminino teria surgido como um prodígio inexplicável aos olhos destes primeiros romanos, que casavam sem amor ou amavam sem delicadeza e respeito. A soberba Agripina aspirava, na realidade, a partilhar das honras do império que propiciara ao filho; mas a sua louca ambição, repudiada por todos os

cidadãos que prezavam a dignidade de Roma, viu-se frustrada pela artilosa firmeza de Séneca e Burro. O bom senso ou a indiferença dos príncipes sucessores impediram-nos de ofender os preconceitos dos seus súbditos; e estava reservada ao libertino Heliogábalo acalcanhar os actos do Senado com o nome da sua mãe Soemias, que foi colocada ao lado dos cônsules e subscreveu, como membro regular, os decretos da assembleia legislativa. A irmã dela, Mameia, uma mulher mais prudente, declinou a odiosa e inútil prerrogativa, sendo promulgada uma lei solene que excluía para todo o sempre as mulheres do Senado e votava aos deuses infernais a cabeça da miserável que violasse esta sanção. O principal objectivo da ambição de Mameia residia na substância e não na simples imagem do poder. Exerceu uma influência absoluta e duradoura sobre o espírito do filho, e, no plano afectivo, a mãe jamais poderia tolerar rival. Alexandre desposou, com o seu consentimento, a filha de um patrício; no entanto, o respeito dele pelo sogro e o amor à imperatriz eram incompatíveis com a ternura ou interesse de Mameia. O patrício foi executado devido a uma expedita acusação de traição, e a mulher de Alexandre ignominiosamente expulsa do palácio e exilada para África.

Apesar deste acto de cruel ciúme, bem como de várias críticas de avareza que pesam sobre Mameia, o teor geral da sua administração visou igualmente o benefício do filho e do império. Com a aprovação do Senado, escolheu dezasseis dos mais sábios e virtuosos senadores para formar um conselho perpétuo do Estado, perante o qual se debatiam e resolviam todas as questões públicas do momento. O famoso Ulpiano, também celebrizado pelo seu conhecimento e respeito das leis romanas, era o chefe; e a prudente firmeza deste escol restaurou a ordem e a autoridade do governo. Depois de terem expurgado a cidade da superstição e do luxo estrangeiros, restos da caprichosa tirania de Heliogábalo, dedicaram-se a afastar os seus indignos sequazes de todos os departamentos da administração pública e a substituí-los nos respectivos cargos por homens de virtude e capacidade. O conhecimento e o amor da justiça tornaram-se o único requisito para os empregos civis; o valor e o amor da disciplina, as únicas qualificações para os cargos militares.

No entanto, a preocupação mais importante de Mameia e dos seus sábios conselheiros consistia em formar o carácter do jovem imperador, de cujas qualidades pessoais dependia a felicidade ou infortúnio do mundo romano. O solo fértil ajudou e chegou mesmo a dispensar o labor do cultivo. Uma

excelente compreensão não tardou a convencer Alexandre das vantagens da virtude, do prazer do conhecimento e da necessidade de esforço pessoal. Uma docilidade natural e um temperamento moderado preservaram-no dos ímpetos da paixão e das tentações do vício. A sua inalterável veneração pela mãe e a estima pelo sábio Ulpiano protegeram a sua juventude inexperiente do veneno da lisonja.

O simples registo das suas habituais ocupações diárias oferece um retrato agradável de um imperador consumado, e, com a devida concessão à diferença de costumes, merece a imitação dos príncipes modernos. Alexandre levantava-se cedo; os primeiros momentos do dia eram dedicados à devoção privada, e a sua capela particular estava cheia de imagens dos heróis que, por haverem melhorado ou reformado a vida humana, mereciam o respeito agradecido da posteridade. No entanto, dado considerar os serviços prestados à humanidade como o mais aceitável culto dos deuses, ele passava a maior parte da manhã junto do seu conselho, onde debatia os assuntos públicos e decidia as causas privadas com uma paciência e discrição acima da sua idade. A aridez dos negócios era compensada pelos encantos da literatura; e uma parte do seu tempo reservava-a ele aos seus estudos favoritos de poesia, História e filosofia. As obras de Virgílio e de Horácio, a República de Platão e a de Cícero, formaram o seu gosto, alargaram o seu entendimento e forneceram-lhe as mais nobres ideias sobre o homem e o governo. Os exercícios do corpo sucediam-se aos da mente; e Alexandre, que era alto, dinâmico e robusto, ultrapassava a maioria dos seus iguais na ginástica. Restaurado pelo banho e por um jantar leve, retomava com novo vigor os assuntos do dia; e até à hora da ceia, a refeição principal dos Romanos, era assistido pelos seus secretários, com os quais lia e respondia à enorme quantidade de cartas, memorandos e petições que eram necessariamente dirigidas ao senhor da maior parte do mundo. A sua mesa era servida com a mais frugal simplicidade; e sempre que tinha a liberdade de satisfazer as suas preferências pessoais, a companhia consistia em alguns amigos seleccionados, homens de saber e virtude, entre os quais Ulpiano era uma constante presença. A conversa travada era familiar e instrutiva; e as pausas ocasionalmente animadas pela recitação de qualquer composição agradável, que fazia as vezes dos bailarinos, comediantes e até mesmo gladiadores, tão frequentemente chamados para junto das mesas dos ricos e voluptuosos romanos. O vestuário de Alexandre primava pela simplicidade e modéstia, e

as suas maneiras eram corteses e afáveis; às horas apropriadas, o seu palácio ficava aberto a todos os súbditos, mas, à semelhança dos mistérios de Elêusis, ouvia-se a voz de um arauto que pronunciava o mesmo salutar aviso: «Que ninguém penetre neste recinto sagrado, a não ser que esteja certo de possuir uma mente pura e inocente.»

Este género uniforme de vida, que não deixava tempo para o vício ou a loucura, constitui melhor prova da sabedoria e justiça do governo de Alexandre do que todos os supérfluos pormenores preservados na compilação de Lamprídio. Desde a entronização de Cómodo que o mundo romano sofrera, ao longo de quarenta anos, os sucessivos e diversos vícios de quatro tiranos. A partir da morte de Heliogábalo, passa a gozar de uma auspiciosa tranquilidade de treze anos. As províncias, libertas dos pesados impostos engendrados por Caracala e pelo seu pretense filho, floresciam em paz e prosperidade sob a administração de magistrados a quem a experiência convencera de que merecer o amor dos súbditos constituía o melhor e único método de obter o favor do soberano. Enquanto se impunham algumas leves restrições ao inocente luxo do povo romano, o preço dos víveres e o juro do dinheiro eram reduzidos pelo cuidado paternal de Alexandre, cuja prudente liberalidade provia às necessidades e às diversões da população, sem prejudicar as classes industriais. A dignidade, a liberdade e a autoridade do Senado foram restauradas; e todos os senadores virtuosos podiam aproximar-se da pessoa do imperador sem corar nem temer.

O nome de Antonino, enobrecido pelas virtudes de Pio e de Marco, tinha sido transmitido por adopção ao dissoluto Vero, e por descendência ao cruel Cómodo. Ele tornou-se o honroso apelido dos filhos de Severo, foi concedido ao jovem Diadúmeno e, finalmente, prostituído pela infâmia do grão-sacerdote de Émeso. Alexandre, embora instado pela estudada, e talvez sincera, insistência do Senado, recusou nobremente o brilho emprestado de um nome; esforçando-se, por outro lado, por meio de todo o seu comportamento, por restaurar a glória e a felicidade do século dos genuínos Antoninos.

Embora o tradicional retrato de Alexandre Severo tenha sido idealizado, como Gibbon bem sabia, ele foi um governante moderado e consciencioso. As suas reformas tornaram-no impopular, e, com as crescentes ameaças nas frentes persa e germânica, perdeu todo o ascendente sobre o exército.

Gibbon conclui o Capítulo 6 com uma exposição sobre as finanças do império.

O DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO

Capítulo 7

Um imperador bárbaro. Os Gordianos. Filipe, o *Árabe*

De todas as diversas formas de governo que vigoraram no mundo, uma monarquia hereditária é a que parece prestar-se mais ao ridículo. Será possível relatar sem um sorriso de indignação que, por morte do pai, a posse de uma nação, à semelhança de uma manada de bois, passa para as mãos de um filho menor, ainda desconhecido da humanidade e à face de si mesmo, e que os mais bravos guerreiros e os mais sábios estadistas, abdicando do seu direito natural ao império, se abeiram do berço real, de joelho flectido e com protestos de inviolável fidelidade? A sátira e a declamação podem pintar com as cores mais berrantes estes temas óbvios, mas os nossos pensamentos mais sérios respeitarão um útil preconceito que estabelece uma regra de sucessão, independente das paixões humanas; e aplaudiremos de bom grado qualquer expediente que prive a multidão do perigoso, e contudo ideal, poder de se dotar de um chefe.

À fria luz do distanciamento, podemos conceber sem custo formas imagináveis de governo em que o ceptro seja permanentemente concedido ao mais digno, mediante o livre e incorruptível sufrágio de toda a comunidade. A experiência deita por terra estas divagações fantasiosas e

ensina-nos que, numa vasta sociedade, a eleição de um monarca jamais pode ser entregue à mais esclarecida nem à mais numerosa parte do povo. O exército é a única classe de homens suficientemente unidos para compartilharem dos mesmos sentimentos e com poder bastante para os inculcarem no resto dos seus compatriotas; no entanto, a índole dos soldados, habituados em simultâneo à violência e à servidão, transforma-os em guardiões inaptos de uma constituição legal, ou sequer civil. A justiça, a humanidade, ou a sabedoria política são qualidades a que estão demasiado pouco habituados para que possam apreciá-las nos outros. O valor ganhará a sua estima, e a liberalidade comprará o seu sufrágio; no entanto, o primeiro destes méritos encontra-se muitas vezes alojado nas almas mais selvagens; o último só pode exercer-se à custa do público; e ambos podem virar-se contra o detentor do trono devido à ambição de um rival ousado.

A prerrogativa superior do nascimento, depois de ter obtido a sanção do tempo e da opinião pública, constitui a mais simples e menos odiosa de todas as distinções entre a humanidade. O direito reconhecido elimina as esperanças da facção, e a segurança consciente desarma a crueldade do monarca. Devemos a sucessão pacífica e a administração amena das monarquias europeias à firme consolidação desta ideia. À sua ausência cumpre-nos atribuir as frequentes guerras civis pelas quais um déspota asiático se vê forçado a abrir caminho para subir ao trono dos seus avoengos. No entanto, mesmo no Oriente, a esfera da contenda limita-se, regra geral, aos príncipes da casa reinante e, mal o competidor mais afortunado afasta os seus irmãos pela espada e a corda do arco, deixa de acalentar suspeições contra os seus súbditos de categoria inferior. O Império Romano tornou-se, contudo, um vasto palco de confusão após a autoridade do Senado cair no desprezo geral. As famílias reais e até mesmo nobres das províncias há muito que tinham sido levadas em triunfo diante do carro dos soberbos republicanos. As famílias antigas de Roma tinham sido derrubadas, umas atrás das outras, sob a tirania dos Césares; e enquanto estes príncipes estivessem acorrentados pelas formas de uma república e desiludidos pelo repetido malogro de se verem renascer na sua posteridade, era impossível que qualquer ideia de sucessão hereditária pudesse criar raízes na mente dos seus súbditos. O direito ao trono, que ninguém podia reivindicar por nascimento, toda a gente julgou poder obtê-lo por mérito. Os ousados desígnios da ambição libertaram-se das salutares restrições da lei e do preconceito, e a mais ínfima das criaturas humanas podia acalentar

racionalmente a esperança de ascender, mercê do valor e da fortuna, a um cargo no exército, onde um simples crime a punha em condições de arrancar o ceptro do mundo ao seu fraco e impopular senhor. Após o homicídio de Alexandre Severo e a entronização de Maximino, nenhum imperador podia sentir-se seguro no trono, e todos os camponeses bárbaros da fronteira tinham motivos para aspirar a tão augusto, mas perigoso, cargo.

Cerca de trinta e dois anos antes deste acontecimento, o imperador Severo, ao regressar de uma expedição ao Oriente, deteve-se na Trácia para celebrar com jogos militares o aniversário do seu filho mais novo, Geta. O país afluiu em peso para contemplar o soberano, e um jovem bárbaro de gigantesca estatura solicitou convictamente, no seu rude dialecto, que lhe fosse dada permissão para disputar o prémio do combate. Visto que o brio da disciplina ficaria espezzinhado pela derrota de um soldado romano perante um camponês trácio, puseram-no a defrontar os mais robustos elementos do acampamento, dezasseis dos quais caíram sucessivamente por terra. A sua vitória foi recompensada com algumas dádivas insignificantes e a licença para se alistar nas tropas. No dia seguinte, o feliz bárbaro destacou-se no meio de um magote de recrutas, dançando e regozijando-se segundo o costume do seu país. Mal tomou consciência de que chamara a atenção do imperador, precipitou-se imediatamente até junto do seu cavalo, seguindo-o a pé sem o mínimo sinal de fadiga, e numa longa e rápida corrida. «Estás preparado para combater depois desta correria, trácio?», perguntou Severo, admirado. «Com muito gosto, senhor», respondeu o incansável jovem. E, quase de uma assentada, derrotou sete dos mais fortes soldados do exército. Um colar de ouro foi o prémio do seu inigualável vigor e dinamismo, tendo sido logo indigitado para servir na guarda a cavalo que acompanhava constantemente a pessoa do soberano.

Maximino, pois era esse o seu nome, embora nascido nos territórios do império, descendia de uma raça mestiça de bárbaros. O pai era godo e a mãe pertencia à nação dos Alanos. Em todas as ocasiões deu sempre provas de um valor igual à sua força, e a sua ferocidade nata não tardou a ser moderada ou dissimulada pelo conhecimento do mundo. No reinado de Severo e do filho, obteve o posto de centurião, com o favor e estima de ambos estes príncipes, o primeiro dos quais era um excelente juiz de méritos. A gratidão impediu Maximino de servir sob as ordens do assassino de Caracala. A honra ensinou-o a ignorar os insultos efeminados de Heliogábalo. Quando do advento de Alexandre, regressou à corte e foi

colocado por este príncipe numa posição útil ao serviço público e honrosa para si próprio. A quarta legião, para a qual foi nomeado tribuno, depressa se tornou, sob a sua tutela, na mais disciplinada de todo o exército. Com o aplauso geral dos soldados, que cognominaram o seu herói favorito com os nomes de Ajax e de Hércules, foi sendo sucessivamente promovido até ao supremo comando militar; e caso não tivesse mantido uma excessiva dose das suas origens selvagens, talvez o imperador houvesse concedido a sua própria irmã em casamento ao filho de Maximino. Em vez de fortalecerem a sua fidelidade, estes favores apenas contribuíram para exacerbar a ambição do camponês trácio, que considerava a sua sorte inadequada ao seu valor enquanto se visse obrigado a reconhecer um superior. Embora alheio à verdadeira sabedoria, não era desprovido de uma certa astúcia egoísta que o fez ver que o imperador perdera a simpatia do exército, e o ensinou a aproveitar o descontentamento dele em benefício próprio. É bastante fácil à facção e à calúnia lançarem o seu veneno sobre a administração do melhor dos príncipes e acusarem até mesmo as suas virtudes, confundindo-as arditamente com os vícios aos quais se ligam pela mais estreita afinidade. As tropas escutavam com prazer os emissários de Maximino. Coravam ante a sua vergonhosa paciência que, durante treze anos, suportava a vexatória disciplina imposta por um efeminado sírio, tímido escravo da mãe e do Senado. Chegara a altura, declaravam eles, de derrubar este inútil fantasma do poder civil e eleger, como seu príncipe e general, um verdadeiro soldado, educado nos acampamentos, exercitado na guerra, que firmasse a glória do império e distribuísse os respectivos tesouros pelos companheiros. Um imenso exército encontrava-se nessa altura reunido nas margens do Reno, sob o comando do próprio imperador que, quase imediatamente a seguir ao seu regresso da guerra da Pérsia, se vira obrigado a marchar contra os bárbaros da Germânia. A importante tarefa de treinar e passar em revista as novas levas foi confiada a Maximino. Um dia, ao entrar num campo de exercícios, as tropas, movidas por um repentino impulso ou por uma conspiração urdida, saudaram-no como imperador, silenciaram por meio de ruidosas aclamações a sua obstinada recusa e apressaram-se a consumir a revolta com o assassinio de Alexandre Severo.

As circunstâncias desta morte são relatadas de várias formas. Os escritores que supõem que ele morreu no desconhecimento da ingratidão e da ambição de Maximino afirmam que, depois de ter tomado uma frugal refeição diante do exército, ele se retirou para dormir; então, cerca da

sétima hora do dia, uma parte dos seus próprios guardas irrompeu na tenda imperial e, enchendo-o de feridas, mataram o seu virtuoso e confiante príncipe. Se dermos crédito a um outro, e na realidade mais provável relato, Maximino foi revestido da púrpura por um numeroso destacamento, a várias milhas do quartel-general, e ficou a dever o seu êxito mais aos secretos desejos do que às declarações públicas do grande exército. Alexandre dispôs de tempo bastante para despertar um leve sentimento de lealdade entre as suas tropas; mas os relutantes protestos de fidelidade delas dissiparam-se rapidamente ante o aparecimento de Maximino, que se declarou amigo e defensor da ordem militar e foi unanimemente reconhecido como imperador dos Romanos pelas legiões que o aplaudiam. O filho de Mameia, atraído e abandonado, recolheu à sua tenda, desejoso, pelo menos, de poupar o seu fim iminente aos insultos da multidão. Foi logo seguido por um tribuno e alguns centuriões, os ministros da morte; mas, em vez de receber com viril determinação o inevitável golpe, desonrou os últimos instantes de vida com inúteis gritos e súplicas, transformando em desdém a dose de justa piedade que a sua inocência e desgraça poderiam inspirar. A sua mãe, Mameia, cujo orgulho e avareza ele denunciou vigorosamente como causa da sua ruína, pereceu com o filho. Os mais fiéis dos seus amigos foram sacrificados ao primeiro ímpeto de raiva dos soldados. Outros ficaram reservados para a mais pensada crueldade do usurpador, e os que sofreram o tratamento mais brando viram-se desapossados das suas funções e ignominiosamente expulsos da corte e do exército.

Os primeiros tiranos, Calígula e Nero, Cómodo e Caracala, eram todos eles jovens dissolutos e inexperientes, educados no seio da púrpura e corrompidos pelo orgulho do império, o luxo de Roma e a voz pérfida da lisonja. A crueldade de Maximino tinha uma origem diversa, o medo do desdém. Embora dependesse do apego dos soldados, que o amavam por virtudes idênticas às deles, tinha consciência de que a sua origem obscura e bárbara, o aspecto bravio e a completa ignorância das artes e instituições da vida civil faziam um contraste muito desfavorável com as maneiras delicadas do infeliz Alexandre. Recordava-se de que, quando a sorte ainda não lhe sorria, esperara frequentemente diante da porta dos altivos nobres de Roma e havia sido impedido de entrar pela insolência dos escravos. Lembrava-se igualmente da amizade de um pequeno número que tinha minorado a sua pobreza e apoiado as suas nascentes esperanças. No entanto,

os que tinham desdenhado e os que tinham protegido o trácio eram culpados do mesmo crime: o conhecimento da sua origem humilde. Muitos foram condenados à morte por causa deste crime; e ao executar vários dos seus benfeitores, Maximino gravou, em caracteres sangrentos, a história indelével da sua baixeza e ingratidão.

A alma negra e sanguinária do tirano estava aberta a todas as suspeições contra os súbditos que mais se distinguiam por nascimento ou mérito. Sempre que um vislumbre de traição o alarmava, dava provas de uma crueldade ilimitada e implacável. Uma conspiração contra a sua vida foi descoberta ou imaginada, e Magno, um senador consular, apontado como o principal autor. Magno, juntamente com quatro mil dos seus supostos cúmplices, acabou supliciado sem uma só testemunha, sem julgamento e sem oportunidade de defesa. A Itália e todo o império ficaram infestados de inúmeros espiões e informadores. À mínima acusação, os mais importantes dos nobres romanos, que tinham governado províncias, comandado exércitos e ostentado as insígnias do consulado e do triunfo, foram acorrentados a carroças públicas e levados à presença do imperador. A confiscação, o exílio ou a simples morte foram considerados exemplos raros da sua indulgência. Ordenou que várias das infelizes vítimas fossem cosidas nas peles de animais abatidos, outras atiradas às feras, e outras ainda espancadas até à morte com maças. Durante os três anos do seu reinado, desdenhou visitar Roma ou a Itália. O seu acampamento, ocasionalmente transferido das margens do Reno para as do Danúbio, constituiu a sede do seu rígido despotismo, que acalcanhou todos os princípios de lei e justiça e se apoiou no poder declarado da espada. Não tolerava a seu lado nenhum homem de origem nobre, atributos cortesões ou conhecimento dos assuntos civis; e a corte de um imperador romano ressuscitava a imagem daqueles antigos chefes de escravos e gladiadores, cujo poder selvático deixara uma profunda impressão de terror e repulsa.

Enquanto a crueldade de Maximino se limitou aos ilustres senadores, ou mesmo aos ousados aventureiros que na corte ou no exército se expunham aos caprichos da sorte, o povo encarou os seus sofrimentos com indiferença ou talvez até com prazer. No entanto, a avareza do tirano, estimulada pelos desejos insaciáveis dos soldados, atacou por fim a propriedade pública. Todas as cidades do império possuíam uma receita independente, destinada a comprar trigo para a multidão e a cobrir as despesas dos jogos e espectáculos. Mediante um simples acto de autoridade, toda a riqueza

acumulada foi de repente confiscada para uso do tesouro imperial. Os templos foram despojados das suas mais valiosas oferendas de ouro e prata, e as estátuas de deuses, heróis e imperadores, fundidas e cunhadas em moeda. A execução destas ordens ímpias ficou, obviamente, ligada a tumultos e chacinas, pois em muitos lugares o povo preferia morrer em defesa dos seus altares a assistir, de braços caídos, à devastação das suas cidades pela rapina e crueldade da guerra. Os próprios soldados, pelos quais era distribuído este espólio sacrílego, recebiam-no com as faces ruborizadas; e, apesar de endurecidos pela violência, receavam as justas censuras dos seus amigos e parentes. Por todo o mundo romano elevou-se um clamor geral de indignação, implorando vingança contra o inimigo comum da espécie humana; e, finalmente, por causa de um acto particular de opressão, uma tranquila e desarmada província revoltou-se contra ele.

O procurador de África era o digno servidor de um tal amo que considerava as multas e as confiscações dos ricos uma das fontes mais frutíferas do rendimento imperial. Uma sentença injusta havia sido pronunciada contra alguns jovens opulentos desta região, cuja execução os teria espoliado da maior parte do seu património. Nesta situação aflitiva, tomaram uma resolução ditada pelo desespero e que poderia completar ou então evitar a sua ruína. Aproveitaram um adiamento de três dias, arrancado dificilmente ao ganancioso tesoureiro, para mandar vir das suas propriedades um elevado número de escravos e camponeses, cegamente obedientes às ordens dos seus senhores e munidos de rústicas maças e machados. Quando os chefes da conspiração lograram uma audiência do procurador, feriram-no com punhais escondidos sob a roupa e, ajudados pelo seu séquito amotinado, apoderaram-se da cidadezinha de Tisdro e içaram a bandeira da rebelião contra o soberano do Império Romano. Fundavam as suas esperanças no ódio de toda a gente a Maximino, e decidiram sensatamente opor a este detestado tirano um imperador cujas doces virtudes já haviam obtido o afecto e a estima dos Romanos e cuja autoridade sobre a província iria conferir peso e estabilidade ao empreendimento. Gordiano, seu procônsul e objecto da sua escolha, recusou com sincera relutância a perigosa honra e suplicou, por entre lágrimas, que o deixassem acabar em paz uma longa e inocente vida, sem manchar a sua avançada idade com sangue civil. As ameaças deles compeliram-no a aceitar a púrpura imperial, em verdade o único refúgio que lhe restava contra a invejosa crueldade de Maximino; isto porque,

segundo o raciocínio dos tiranos, os que foram considerados dignos do trono merecem a morte, e os que deliberam já se revoltaram.

Os Gordianos

A família de Gordiano era uma das mais ilustres do senado romano. Pelo lado do pai, descendia dos Gracos; pelo lado da mãe, do imperador Trajano. Um grande património permitia-lhe preservar a dignidade do nascimento, e no gozo dele deu mostras de um gosto elegante e de uma índole benéfica. O palácio que em Roma antigamente habitara o grande Pompeu estivera durante várias gerações na posse da família dos Gordianos. Distinguia-se por velhos troféus de vitórias navais e estava decorado com obras da pintura moderna. A sua vila, na estrada para Preneste, era famosa pelos banhos de rara beleza e vastidão, por três imponentes salões de cem pés de comprimento e por um magnífico pórtico, sustentado por duzentas colunas das quatro espécies mais raras e dispendiosas de mármore. Os jogos públicos, exibidos à sua custa e nos quais o povo se divertia com muitas centenas de feras e gladiadores, pareciam estar acima da fortuna de um súbdito; e, ao passo que a liberalidade dos outros magistrados se restringia a um pequeno número de festas solenes em Roma, a magnificência de Gordiano repetiu-se, enquanto foi edil, todos os meses do ano e estendeu-se durante o seu consulado às principais cidades de Itália. Foi nomeado duas vezes para esta última dignidade por Caracala e Alexandre, pois possuía o talento invulgar de obter a estima dos príncipes virtuosos sem suscitar a inveja dos tiranos. A sua longa vida decorreu inocentemente entre o estudo das letras e as calmas honras de Roma; e, até ser nomeado procônsul de África pela voz do Senado e a aprovação de Alexandre, recusou prudentemente, segundo parece, o comando dos exércitos e o governo das províncias. Enquanto este imperador viveu, a África conheceu a felicidade sob a administração do seu digno representante; depois de o bárbaro Maximino ter usurpado o trono, Gordiano minorou as desgraças que era incapaz de impedir. Quando aceitou, relutantemente, a púrpura imperial, tinha mais de oitenta anos; constituía um último e valioso vestígio do século afortunado dos Antoninos, cujas virtudes reviveu no seu comportamento pessoal e celebrou num belo poema de trinta livros. De par com o venerável

procônsul, o seu filho, que o acompanhara a África como lugar-tenente, foi igualmente proclamado imperador. Tinha hábitos menos puros, mas um carácter tão amável como o do pai. Vinte e duas concubinas reconhecidas e uma biblioteca de sessenta e dois mil volumes comprovavam a variedade dos seus gostos; e atendendo ao que dele nos ficou, parece que tanto as primeiras como a última se destinavam mais a uso do que a ostentação. O povo romano reconhecia uma semelhança com Cipião, *o Africano*, nas feições do jovem Gordiano, recordava com prazer que a mãe dele era neta de Antonino Pio e depositava públicas esperanças nas virtudes latentes que até então, como candidamente imaginava, se conservavam escondidas sob a luxuosa indolência da vida privada.

Ainda mal haviam apaziguado os primeiros tumultos de uma eleição popular, os Gordianos mudaram a sua corte para Cartago. Foram recebidos com as aclamações dos Africanos, que respeitavam as suas virtudes e, desde a visita de Adriano, nunca tinham contemplado a majestade de um imperador romano. No entanto, estas vãs aclamações não consolidaram nem confirmaram o título dos Gordianos. Foram induzidos por princípio, bem como por interesse, a solicitar a aprovação do Senado; e uma deputação dos mais nobres provinciais foi enviada sem demora a Roma para relatar e justificar o comportamento dos seus compatriotas que, depois de terem sofrido pacientemente durante um longo período, se mostravam, por fim, decididos a actuar com vigor. As cartas dos novos príncipes eram modestas e respeitosas, pedindo desculpa da necessidade que os obrigara a aceitar o título imperial, mas submetendo a sua eleição e o seu destino ao supremo julgamento do Senado.

As inclinações do Senado não eram ambíguas nem discordantes entre si. A origem e as alianças nobres dos Gordianos haviam-nos ligado estreitamente às mais ilustres casas de Roma. A sua riqueza criara muitos dependentes nesta assembleia e o seu mérito granjeara-lhes muitos amigos. A sua administração moderada abriu a fascinante perspectiva da restauração, não só do governo civil como do republicano. O terror da violência militar, que obrigara primeiramente o Senado a esquecer o homicídio de Alexandre e a ratificar a eleição de um camponês bárbaro, produzia agora um efeito contrário e levou-o a afirmar os direitos ultrajados da liberdade e da humanidade. O ódio de Maximino ao Senado era aberto e implacável; a mais dócil submissão não lhe apaziguava a fúria, a mais cautelosa inocência não afastaria as suspeitas dele; e a própria preocupação

com a sua segurança incitou o Senado a partilhar dos acasos de um empreendimento que (caso se malograsse) o tornaria sem dúvida a primeira vítima. Estas considerações e talvez outras de uma natureza mais privada foram debatidas numa conferência prévia de cônsules e magistrados. Assim que a sua resolução foi tomada, convocaram todo o corpo do Senado para o templo de Castor, segundo uma antiga forma de sigilo, calculada para lhe despertar a atenção e esconder os seus decretos. «Pais conscritos», disse o cônsul Silano, «os dois Gordianos, ambos de dignidade consular, um deles vosso procônsul, o outro vosso lugar-tenente, foram declarados imperadores com o consentimento geral de África. Agradeçamos», prosseguiu ele ousadamente, «à juventude de Tisdro; agradeçamos ao fiel povo de Cartago, nossos generosos libertadores de um monstro horrível. Porque me escutais com tanta frieza, tanta timidez? Porque trocáis esses olhares ansiosos? Porque hesitais? Maximino é um inimigo público! Que a sua inimizade não tarde a expirar com ele e nos seja dado desfrutar durante muito tempo da prudência e da felicidade de Gordiano pai; e do valor e da constância de Gordiano filho!» O nobre fervor do cônsul reanimou a apática disposição do Senado. A eleição dos Gordianos foi ratificada por um decreto unânime; Maximino, o filho e os seus adeptos foram declarados inimigos do país; e pródigas recompensas foram oferecidas a quem quer que tivesse a coragem e a boa sorte de os destruir.

Durante a ausência do imperador, um destacamento de guardas pretorianos manteve-se em Roma para proteger, ou melhor, comandar a capital. O prefeito Vitaliano assinalara a sua fidelidade a Maximino por meio da energia com que obedecera e até se antecipara aos cruéis ditames do tirano. Só a sua morte poderia salvar a autoridade do Senado e as vidas dos senadores numa situação de perigo e incerteza. Antes de as suas resoluções terem vindo a lume, um questor e alguns tribunos foram encarregados de lhe tirar a vida. Executaram a ordem com coragem e não menos êxito; e, com os punhais ensanguentados na mão, correram pelas ruas, anunciando ao povo e aos soldados a notícia da feliz revolução. O entusiasmo da liberdade foi secundado pela promessa de um generoso donativo em terras e dinheiro; as estátuas de Maximino foram derrubadas; a capital do império reconheceu em delírio a autoridade dos dois Gordianos e do Senado, e o resto de Itália seguiu o exemplo de Roma.

Um novo espírito animava esta assembleia, cuja prolongada paciência fora insultada por um arbitrário despotismo e por uma licenciosidade

militar. O Senado tomou as rédeas do governo e dispôs-se a defender pelas armas, com calmo arrojo, a causa da liberdade. Entre os senadores consulares, recomendados pelos seus méritos e serviços a favor do imperador Alexandre, não era custoso seleccionar vinte, aptos ao comando de um exército e à condução de uma guerra. A estes se confiou a defesa de Itália. Cada um deles foi nomeado para actuar no seu respectivo departamento, autorizado a recrutar e disciplinar a juventude italiana e incumbido de fortificar os portos e as estradas principais contra a iminente invasão de Maximino. Uma série de deputados, escolhidos entre as mais ilustres ordens senatorial e equestre, foram enviados do mesmo passo aos governadores das várias províncias, exortando-os instantemente a que acorressem em socorro do país e lembrassem às nações os seus antigos laços de amizade com o Senado e o povo romanos. O respeito geral com que estes delegados foram recebidos e o zelo de Itália e das províncias em favor do Senado constituem uma prova suficiente de que os súbditos de Maximino estavam reduzidos àquela singular desgraça em que o conjunto do povo tem mais a recear da opressão que da resistência. A tomada de consciência desta triste verdade inspira um grau de fúria obstinada, a qual raras vezes se encontra nas guerras civis que são artificialmente sustentadas para benefício de um punhado de chefes facciosos e intriguistas.

Enquanto a causa dos Gordianos era abraçada com um tão generalizado fervor, a verdade é que os próprios Gordianos já tinham morrido. A débil corte de Cartago estava assustada com a rápida aproximação de Capeliano, governador da Mauritânia, que, acompanhado de um pequeno grupo de veteranos e de uma feroz hoste de bárbaros, atacou uma leal mas pouco belicosa província. O mais jovem dos Gordianos avançou contra o inimigo à cabeça de alguns guardas e de uma numerosa e indisciplinada multidão, criada no pacífico luxo de Cartago. O seu inútil valor apenas serviu para lhe proporcionar uma morte honrosa no campo de batalha. O seu idoso pai, cujo reinado não fora além de trinta e seis dias, pôs termo à vida ao receber as primeiras notícias da derrota. Cartago, desprovida de qualquer protecção, abriu as portas ao conquistador, e a África ficou exposta à voraz crueldade de um escravo, forçado a satisfazer o seu implacável senhor com uma imensa quantidade de sangue e riquezas.

O Senado estava agora empenhado em resistir a Maximino, tendo procedido à eleição conjunta de dois imperadores, Pupieno (Máximo, no

texto de Gibbon) e Balbino. Maximino preparou-se para invadir a Itália de uma forma que nos dá uma antevisão das invasões bárbaras.

Enquanto, em Roma e África, as revoluções se sucediam com surpreendente rapidez, o espírito de Maximino era agitado pelas mais tumultuosas paixões. Consta que recebeu a notícia da rebelião dos Gordianos, e a do decreto do Senado contra a sua pessoa, não com a têmpera de um homem, mas com a raiva de uma fera; e que, dado não poder atingir o distante Senado, ameaçou a vida do filho, dos amigos e de todos os que dele ousavam aproximar-se. À grata notícia da morte dos Gordianos seguiu-se rapidamente a certeza de que o Senado, abandonadas todas as esperanças de perdão ou condescendência, os substituiria por dois imperadores cujo mérito ele bem conhecia. A vingança era a única consolação que restava a Maximino, e uma tal vingança só podia ser obtida pelas armas. A força das legiões fora congregada por Alexandre a partir de todas as partes do império. Três campanhas vitoriosas contra os Germanos e os Sármatas ampliara-lhes a fama, confirmara a sua disciplina e até acrescera o seu número, enchendo as fileiras com a flor da juventude bárbara. A vida de Maximino tinha sido passada na guerra, e a cândida severidade da História não pode recusar-lhe o valor de um soldado, nem tão-pouco a capacidade de um general experiente. Seria naturalmente de esperar que um príncipe desta têmpera, em vez de tolerar que a revolta adquirisse consistência com a delonga, avançasse de imediato das margens do Danúbio até às do Tibre e que o seu exército vitorioso, movido pelo desprezo para com o Senado e ansioso por se apoderar dos despojos de Itália, ardesse de impaciência por consumir a fácil e lucrativa conquista. Contudo, e tanto quanto nos é possível dar crédito à obscura cronologia deste período, parece que as operações de alguma guerra estrangeira protelaram a expedição italiana até à Primavera seguinte. Conhecedores da conduta prudente de Maximino, podemos concluir que os traços selváticos do seu carácter foram exagerados pelo espírito de partido; que as suas paixões, embora impetuosas, se submeteram à força da razão; e que o bárbaro possuía algo do espírito generoso de Sila, que subjuguou os inimigos de Roma antes de se dispor a vingar as suas ofensas particulares.

Quando as tropas de Maximino, avançando em boa ordem, chegaram ao sopé dos Alpes Julianos, ficaram aterrorizadas com o silêncio e desolação que reinavam nas fronteiras de Itália. As aldeias e cidades abertas tinham

sido abandonadas pouco antes da sua chegada pelos habitantes, o gado fora levado, as provisões transportadas ou destruídas, as pontes derrubadas, e nada ficara que pudesse oferecer refúgio ou subsistência a um invasor. Haviam sido estas as sábias ordens dos generais do Senado, cujo objectivo consistia em prolongar a guerra, arruinar o exército de Maximino mediante o lento ataque de fome e consumir as suas forças no cerco das principais cidades de Itália, que eles haviam apetrechado abundantemente com os homens e as provisões trazidas dos campos desertos. Aquileia recebeu e aguentou o primeiro ímpeto da invasão. Os rios que correm da nascente para o golfo Adriático, engrossados pela fusão das neves invernosas, opuseram uma barreira inesperada aos exércitos de Maximino. Por fim, através de uma estranha ponte, construída, hábil e custosamente com grandes barris, ele conduziu o exército até à outra margem, arrancou os belos vinhedos nas proximidades de Aquileia, demoliu os subúrbios e utilizou os vigamentos dos edificios na feitura dos engenhos e torres com que atacou a cidade por todos os lados. As muralhas, caídas em ruínas durante a tranquilidade de um longo período de paz, haviam sido rapidamente reconstruídas nesta situação de súbita emergência. No entanto, o mais firme baluarte de Aquileia consistiu na perseverança dos cidadãos; todos eles, em vez de ficarem abatidos, sentiram-se acicatados pelo extremo risco e pelo conhecimento da personalidade implacável do tirano. A sua coragem era animada e dirigida por Crispino e Menófilo, dois dos vinte lugar-tenentes do Senado que, juntamente com um pequeno corpo de tropas regulares, se haviam introduzido na praça cercada. O exército de Maximino foi repellido em sucessivos assaltos, as suas máquinas destruídas por jactos de fogo artificial; e o generoso entusiasmo dos Aquileus exacerbou-se até à certeza do êxito, devido à crença de que Béleno, a sua divindade tutelar, combatia pessoalmente em defesa dos aflitos adoradores.

O imperador Máximo, que avançara até Ravena a fim de cobrir esta importante praça e apressar os preparativos militares, ponderou o evento da guerra à luz dos mais precisos cânones da razão e da política. Estava consciente de que uma única cidade não conseguiria resistir aos esforços obstinados de um grande exército; e receava que o inimigo, cansado da perseverante resistência de Aquileia, desistisse de súbito do cerco inútil e marchasse directamente sobre Roma. O destino do império e a causa da liberdade ficariam assim sujeitos à sorte de uma batalha; e que exércitos poderiam opor-se às legiões veteranas do Reno e do Danúbio? Algumas

tropas recentemente recrutadas entre a ardorosa mas inexperiente juventude de Itália e um corpo de auxiliares germanos, de cuja firmeza, no auge da luta, se tornava arriscado depender. No meio destes justos temores, uma conspiração interna puniu os crimes de Maximino e livrou Roma e o Senado das calamidades que se teriam sem dúvida seguido à vitória de um bárbaro enraivecido.

A população de Aquileia quase não havia sofrido os infortúnios vulgarmente ligados a um cerco; os seus armazéns encontravam-se repletos e várias fontes no interior dos muros garantiam-lhes um inesgotável abastecimento de água fresca. Os soldados de Maximino estavam, pelo contrário, expostos à inclemência do tempo, ao contágio da doença e aos horrores da fome. Os campos em redor achavam-se assolados, os rios cheios de cadáveres e maculados de sangue. Uma atmosfera de desespero e descontentamento começou a propagar-se entre as tropas; e, dado estarem à míngua de quaisquer informações, acreditaram facilmente que todo o império havia aderido à causa do Senado e que lhes restava o papel de vítimas leais destinadas a perecer sob as muralhas inexpugnáveis de Aquileia. A índole feroz do tirano estava exasperada com os desaires, os quais atribuía à cobardia do exército; e a sua arbitrária e despropositada crueldade, em vez de espalhar o terror, somente inspirava o ódio e um justo desejo de vingança. Uma facção de guardas pretorianos, que recebavam pelas suas mulheres e filhos fechados no acampamento de Alba, próximo de Roma, executaram a sentença do Senado. Maximino, abandonado pelos guardas, foi assassinado na tenda juntamente com o filho (o qual associara às honras da púrpura imperial), o prefeito Anulino e os principais ministros da sua tirania. O espectáculo das cabeças deles, espetadas na ponta de lanças, convenceu os cidadãos de Aquileia de que o cerco tinha chegado ao fim; as portas da cidade foram abertas, pôs-se um pródigo mercado à disposição das tropas esfaimadas de Maximino e o exército inteiro uniu-se em solenes protestos de fidelidade ao Senado e ao povo de Roma, bem como aos legítimos imperadores Máximo e Balbino. Tal foi o merecido destino de um brutal selvagem, destituído, como geralmente tem sido representado, de todos os sentimentos que distinguem um ser civilizado ou tão-somente uma criatura humana. O corpo condizia com a alma. Maximino tinha uma estatura superior a oito pés e existem relatos quase inacreditáveis sobre a sua inigualável força e apetite. Se tivesse vivido numa época menos esclarecida, a tradição e a poesia talvez o houvessem descrito como um

desses gigantes monstruosos que exerciam constantemente o seu poder sobrenatural em vista da destruição da espécie humana.

Torna-se mais fácil imaginar do que descrever a alegria geral do mundo romano ante a queda do tirano, cuja notícia demorou, segundo consta, quatro dias a chegar de Aquileia a Roma. O regresso de Máximo constituiu um cortejo triunfal; o seu colega e o jovem Gordiano foram ao encontro dele, e os três príncipes entraram na capital escoltados pelos embaixadores de quase todas as cidades de Itália, acolhidos com as magníficas oferendas da gratidão e da superstição e recebidos pelas aclamações sinceras do Senado e do povo, os quais se convenceram de que uma idade de ouro se seguiria a uma idade de ferro. A conduta dos dois imperadores correspondeu a estas expectativas. Administravam a justiça em pessoa; e o rigor de um era temperado pela clemência do outro. Os pesados impostos que Maximino lançara sobre os direitos de herança e sucessão foram suprimidos ou, pelo menos, moderados. Restabeleceu-se a disciplina, e de acordo com o parecer do Senado, muitas leis sensatas foram promulgadas pelos ministros imperiais, que se esforçaram por erguer uma constituição civil sobre as ruínas da tirania militar. «Que recompensa podemos esperar por termos libertado Roma de um monstro?», perguntou Máximo num momento de liberdade e confiança. «O amor do Senado, do povo e de toda a humanidade», respondeu Balbino, sem hesitações. «Infelizmente», retorquiu o seu mais arguto colega, «infelizmente, temo o ódio dos soldados e as consequências fatais do seu ressentimento.» Os acontecimentos justificaram bem de mais a sua apreensão.

À morte de Maximino não tardou a seguir-se a chacina de Pupieno() e de Balbino pelos pretorianos. Após o breve reinado de Gordiano III, os votos dos soldados atribuíram o império a Filipe, «um árabe por nascimento, e conseqüentemente... um salteador de profissão».*

Filipe, o Árabe

No seu regresso do Oriente a Roma, Filipe, desejoso de apagar a memória dos seus crimes e de cativar a simpatia do povo, solenizou os jogos seculares com enorme pompa e circunstância. Desde a sua instituição

ou restabelecimento por Augusto, eles haviam sido celebrados por Cláudio, por Domiciano e por Severo, e eram agora renovados pela quinta vez, no perfazimento de um período completo de mil anos desde a fundação de Roma. Todas as facetas dos jogos seculares foram habilmente adaptadas, de molde a incutir uma profunda e solene veneração nas mentes supersticiosas. O longo intervalo entre eles excedia a duração da vida humana; e, dado nenhum dos espectadores alguma vez os ter observado, ninguém podia ufanar-se da possibilidade de a eles assistir uma segunda vez. Os sacrifícios místicos eram realizados, durante três noites, nas margens do Tibre; e o Campo de Marte ressoava de música e danças, iluminado com uma imensa quantidade de lampiões e tochas. Os escravos e estrangeiros estavam excluídos de qualquer participação nestas cerimónias nacionais. Um coro de vinte e sete jovens e outras tantas virgens, de famílias nobres, e cujos pais eram ambos vivos, imploravam aos deuses propícios que intercedessem em favor do presente e das esperanças da geração surgente; pediam, em hinos religiosos, que, segundo a fé dos seus antigos oráculos, continuassem a manter a virtude, a felicidade e o império do povo romano. A magnificência dos espectáculos e diversões oferecidas por Filipe deslumbrava os olhos da multidão. Os devotos estavam absorvidos nos ritos da superstição, enquanto os poucos que reflectiam iam revolvendo ansiosamente no seu espírito a História passada e o destino futuro do império.

Já haviam decorrido dez séculos desde que Rómulo se fortificara nas colinas próximo do Tibre com um pequeno bando de pastores e salteadores. Durante os quatro primeiros séculos, os Romanos tinham adquirido as virtudes da guerra e do governo na laboriosa escola da pobreza; mediante o vigoroso exercício destas virtudes, e ajudados pela sorte, eles haviam alcançado, durante os três séculos seguintes, um ascendente absoluto sobre muitos países da Europa, Ásia e África. Os últimos trezentos anos passaram-se em prosperidade aparente e em declínio interno. A nação de soldados, magistrados e legisladores, que compunham as trinta e cinco tribos do povo romano, dissolvera-se na massa comum da humanidade e confundira-se com os milhões de provinciais servis que haviam recebido o nome, sem lhe adoptarem o espírito, de romanos. Um exército mercenário, recrutado entre os súbditos e bárbaros das fronteiras, era a única espécie de homens que preservava e abusava da sua independência. Mercê da sua tumultuosa eleição, um sírio, um godo ou um árabe subiam ao trono de

Roma e eram investidos de poder despótico sobre as conquistas e a pátria dos Cipiões.

Os limites do Império Romano continuavam a estender-se do oceano Ocidental ao Tigre e do monte Atlas ao Reno e ao Danúbio. Aos olhos néscios do vulgo, Filipe surgia como um monarca não menos poderoso que Adriano ou Augusto. A forma mantinha-se a mesma, mas a saúde e o vigor vivificantes tinham desaparecido. A operosidade do povo achava-se desencorajada e exausta por uma longa série de opressões. A disciplina das legiões, que após a extinção de todas as restantes virtudes tinha sido a única a sustentar a grandeza do Estado, apresentava-se corrompida pela ambição ou afrouxada devido à fraqueza dos imperadores. A força das fronteiras, que sempre consistira mais nas armas do que nas fortificações, era gradualmente minada; e as mais belas províncias estavam expostas à capacidade ou à ambição dos bárbaros, que não tardaram a dar-se conta do declínio do Império Romano.

Ao passo que as guerras fronteiriças sempre tinham constituído uma preocupação constante do governo imperial, as grandes invasões bárbaras, agora iminentes, eram o resultado de causas recentes. No Oriente, o poder arsácida dos Partos acabara e a nova ameaça vinha da Pérsia. Nas fronteiras setentrionais, os povos germanos orientais, povos até então desconhecidos dos Romanos, estavam agora a reunir-se. Gibbon dedica dois capítulos (8 e 9) a estes temas.

Capítulo 10

Infertúnios gerais dos reinados de Valeriano e Galieno. Incursões dos Godos. A invasão persa da Arménia e o cativoiro de Valeriano

Filipe foi assassinado em 249 e sucedeu-lhe Décio, um homem cheio de capacidade. Lutou contra os Godos e tanto ele como o filho foram mortos na Batalha de Dobrudja. Seguiram-se, em rápida sequência, os reinados de Galo e Emiliano, e, em 253, Valeriano tornou-se imperador e em breve associou o seu filho Galieno. Gibbon faz-nos uma descrição sistematicamente depreciativa de Galieno. Críticos modernos reabilitaram amplamente a sua imagem. No entanto, Gibbon relatou com justeza os desastres dos reinados de Valeriano e Galieno.

Valeriano tinha cerca de sessenta anos de idade quando foi investido da púrpura imperial, não por capricho da população ou pelos clamores do exército, mas pela voz unânime do mundo romano. Ao longo da sua ascensão gradual às honras do Estado, merecera o favor dos príncipes virtuosos e declarara-se inimigo dos tiranos. A sua origem nobre, os seus costumes brandos mas puros, a sua sabedoria, prudência e experiência eram respeitados pelo Senado e pelo povo; e caso a espécie humana (segundo o comentário de um escritor antigo) houvesse tido a liberdade de escolher um amo, a sua opção decerto recairia em Valeriano. Talvez o mérito deste imperador não correspondesse à sua fama; talvez a sua aptidão, ou pelo menos a sua mente, se encontrasse afectada pelo langor e a frieza da

velhice. A consciência do seu declínio levou-o a partilhar o trono com um colega mais jovem e activo; as circunstâncias da época exigiam um general, não menos do que um príncipe; e é possível que a experiência do censor romano o tenha inspirado a conceder a dignidade imperial como recompensa do mérito militar. No entanto, em vez de proceder a uma escolha criteriosa, susceptível de lhe consolidar o reinado e tornar a sua memória querida à posteridade, Valeriano, consultando apenas os ditames do afecto ou da vaidade, investiu das supremas honras o seu filho Galieno, um jovem cujos vícios efeminados haviam sido até então dissimulados pela obscuridade de uma condição privada. O governo unido do pai e do filho prolongou-se por cerca de sete anos, e a administração exclusiva de Galieno durou cerca de mais oito. No entanto, todo este período se resumiu a uma série ininterrupta de confusão e calamidades. Dado que o Império Romano era simultaneamente atacado de todos os lados pela raiva cega dos invasores estrangeiros e pela cruel ambição dos usurpadores internos, respeitaremos, por uma questão de ordem e clareza, não tanto o duvidoso ordenamento das datas como a mais natural divisão dos assuntos. Os inimigos mais perigosos de Roma, durante os reinados de Valeriano e Galieno, eram: 1) Os Francos; 2) Os Alamanos; 3) Os Godos; e 4) Os Persas. Podemos incluir, sob estas designações gerais, as proezas de tribos menos importantes, cujos rudes e obscuros nomes só contribuiriam para sobrecarregar a memória e desviar a atenção do leitor.

I. Visto que a posteridade dos Francos compõe uma das maiores e mais esclarecidas nações da Europa, a descoberta dos seus iletrados antepassados foi intenso objecto dos poderes da erudição e do engenho. Aos contos da credulidade sucederam-se os sistemas da fantasia. Procedeu-se a uma análise minuciosa de todas as passagens e a uma observação de todos os locais susceptíveis de contribuir para a revelação de alguns leves traços da sua origem. Tem-se situado a origem desta famosa colónia de guerreiros na Panónia, na Gália e nas regiões setentrionais da Germânia. Por fim, os críticos mais racionais puseram de lado as emigrações fictícias de conquistadores imaginários e concordaram numa ideia cuja simplicidade nos convence da sua verdade. Supõem que, cerca do ano 240, os antigos habitantes do Baixo Reno e do Véser formaram uma nova confederação sob o nome de Francos. O actual círculo da Vestefália, o landgraviato de Hesse e os ducados de Brunsvique e Luneburgo foram a antiga sede dos Caucos que, nos seus pântanos inacessíveis, desafiaram os exércitos romanos; dos

Queruscos, orgulhosos da fama de Armínio; dos Catos, temíveis devido à sua firme e intrépida infantaria; e de várias outras tribos dotadas de poder e renome inferiores. O amor à liberdade era a paixão dominante destes germanos; o gozo dela representava a sua maior riqueza; a palavra que exprimia este gozo era a mais agradável aos seus ouvidos. Mereciam, assumiam e mantinham o honroso epíteto de Francos ou Homens Livres; o que escondia, embora não destruísse, os nomes particulares dos vários Estados da confederação. O tácito consentimento e as vantagens mútuas ditaram as primeiras leis da união; ela foi sendo a pouco e pouco cimentada pelo hábito e pela experiência. É viável uma certa comparação entre a liga dos Francos e o corpo Helvético, onde cada cantão, mantendo a sua soberania independente, concorre com os seus congéneres para a causa comum, sem reconhecer a autoridade de qualquer chefe supremo ou assembleia representativa. O princípio das duas confederações era, no entanto, extremamente diverso. Uma paz de duzentos anos recompensou a política sábia e honesta dos Suíços. Um espírito inconstante, a sede de rapina e a violação da maior parte dos tratados solenes desonrou o carácter dos Francos.

Os Romanos havia muito que tinham experimentado o valor audaz dos habitantes da Baixa Germânia. A união das suas forças ameaçava a Gália com uma invasão mais formidável e exigiu a presença de Galieno, o herdeiro e colega do poder imperial. Enquanto este príncipe e o seu filho ainda criança, Salonino, ostentavam a majestade do império na corte de Tréveros, os seus exércitos eram habilmente chefiados pelo general Póstumo que, embora mais tarde viesse a atraiçoar a família de Valeriano, se mostrou sempre fiel aos grandes interesses da monarquia. A linguagem pérfida dos panegíricos e das medalhas fala obscuramente de uma longa série de vitórias. Troféus e títulos comprovam (se é que semelhante testemunho é digno de crédito) a fama de Póstumo, que é repetidamente designado por O Conquistador dos Germanos e o Salvador da Gália.

No entanto, um simples facto, o único de que realmente temos seguro conhecimento, apaga em grande parte estes monumentos de vaidade e adulação. O Reno, embora honorificado com o título de Salvaguarda das Províncias, constituía uma barreira imperfeita frente ao arrojado espírito de conquista que animava os Francos. As suas rápidas devastações estendiam-se desde o rio ao sopé dos Pirenéus; nem sequer foram detidos por estas montanhas. A Espanha, que nunca as temera, foi incapaz de resistir às

incursões dos Germanos. Durante doze anos, a maior parte do reinado de Galieno, este opulento país tornou-se palco de esmagadoras e destrutivas hostilidades. Tarragona, a próspera capital de uma província tranquila, foi saqueada e praticamente assolada, e ainda na tardia época de Orósio, que escreveu no século v, miseráveis choupanas, espalhadas por entre as ruínas de cidades magníficas, recordavam a fúria dos bárbaros. Quando o país exausto deixou de oferecer qualquer espécie de despojo, os Francos apoderaram-se de alguns navios ancorados nos portos de Espanha e rumaram para a Mauritânia. A distante província foi surpreendida pela fúria destes bárbaros que pareciam sair de um mundo novo por causa dos seus nomes, maneiras e aparência, todos eles desconhecidos na costa de África.

II. Nesta parte da Alta Saxónia, para lá do Elba, que actualmente se designa por marquesado de Lusácia, existiu antigamente um bosque sagrado, a terrível sede da superstição dos Suevos. Ninguém tinha permissão de entrar no recinto venerado sem admitir, por servis liames e uma postura suplicante, a imediata presença da divindade soberana. O patriotismo, juntamente com a devoção, contribuiu para consagrar o Sonnenwald, ou bosque dos Sémnones. Era crença geral que a nação recebera a sua primeira existência neste lugar sagrado. Em épocas fixas, as numerosas tribos que se gloriavam de ter sangue suevo afluíam aqui por intermédio dos seus embaixadores; e a memória da sua origem comum era perpetuada por ritos bárbaros e sacrifícios humanos. O nome largamente difundido dos Suevos enchia as regiões interiores da Germânia, desde a margem do Óder às do Danúbio. Diferenciavam-se dos restantes germanos pela forma peculiar de arranjar o seu comprido cabelo, que usavam apanhado num tosco carrapito no alto da cabeça; e regozijavam-se com este ornamento que fazia parecer as suas fileiras mais altas e temíveis aos olhos do inimigo. Apesar da sua natureza ávida de renome militar, os Germanos admitiam sem excepção a superioridade dos Suevos; e as tribos dos Usípetes e dos Tencteros que, com um imenso exército, enfrentaram o ditador César, declararam não considerar uma vergonha ter fugido diante de um povo cujas armas os próprios deuses imortais não conseguiam suplantar. No reinado do imperador Caracala, uma multidão inumerável de Suevos apareceu nas margens do Meno e nas vizinhanças das províncias romanas, em busca de alimento, de pilhagem ou de glória. O improvisado exército de voluntários aglutinou-se aos poucos numa grande e permanente nação, e, dado compor-se de tantas tribos diferentes, adoptou o nome de Alamanos,

ou *Todos os Homens*, a fim de indicar ao mesmo tempo a sua linhagem variada e a sua bravura comum. Esta última depressa se fez sentir entre os Romanos através de muitas incursões hostis. Os Alamanos combatiam sobretudo a cavalo; no entanto, a sua cavalaria adquiria ainda mais potência devido a uma mistura de infantaria ligeira seleccionada entre os mais corajosos e dinâmicos dos jovens, cujo exercício frequente os habilitava a acompanhar os cavaleiros nas mais longas marchas, nas mais rápidas cargas ou nas mais precipitadas retiradas. Este bélico povo de germanos fora surpreendido pelos imensos preparativos de Alexandre Severo; ficara depois assustado ante as armas do seu sucessor, um bárbaro que a eles se igualava em valor e ferocidade. No entanto, ao rondarem junto das fronteiras do império, aumentaram a desordem geral que se seguiu à morte de Décio. Infligiram graves danos às ricas províncias da Gália; foram os primeiros a remover o véu que cobria a débil majestade da Itália. Um numeroso corpo de alamanos atravessou o Danúbio, penetrou pelos Alpes Réticos nas planícies da Lombardia, avançou até Ravena e exibiu os estandartes vitoriosos dos bárbaros já quase à vista de Roma. O insulto e o perigo reacenderam no Senado algumas centelhas da sua antiga virtude. Os dois imperadores estavam empenhados em guerras distantes, Valeriano no Oriente e Galieno no Reno. Os Romanos só podiam depositar esperanças em si mesmos e contar com os seus próprios recursos. Nesta situação de emergência, os senadores assumiram a defesa da República, formaram em ordem de batalha os guardas pretorianos que haviam ficado para guarnição da capital e completaram as suas fileiras alistando no serviço público os mais robustos e voluntariosos dos plebeus. Os Alamanos, apanhados de surpresa pelo súbito aparecimento de um exército superior ao seu, recuaram para a Germânia carregados de despojos; e a sua retirada foi considerada uma vitória pelos plácidos romanos.

Quando Galieno recebeu a notícia de que a sua capital estava liberta dos bárbaros, ficou mais alarmado do que satisfeito com a coragem do Senado, dado que este poderia, um dia, ser induzido a salvar a população da tirania interna, tal como o fizera perante a invasão estrangeira. A sua tibia ingratidão foi comunicada aos súbditos num edicto que proibia os senadores de exercer qualquer cargo militar e mesmo de se aproximarem dos acampamentos das legiões. Os seus receios eram, contudo, infundados. Os ricos e voluptuosos nobres, retomando o seu carácter nato, aceitaram como um favor esta vergonhosa isenção do serviço militar; e, já que não lhes era

retirado o desfrute dos banhos, dos teatros e das suas vilas, abandonaram com alegria as funções mais perigosas do império às mãos dos camponeses e soldados.

Uma outra invasão dos Alamanos, de feição mais temível, mas mais glorioso acontecimento, é mencionada por um escritor do Baixo Império. Diz-se que trezentos mil elementos deste povo bélico foram vencidos, numa batalha próximo de Milão, pelo próprio Galieno à cabeça de somente dez mil romanos. Podemos, todavia, com grande verosimilhança, atribuir esta inconcebível vitória quer à credulidade do historiador, quer a alguns feitos exagerados de um dos lugar-tenentes do imperador. Foi graças a armas de natureza muito diversa que Galieno tentou proteger a Itália da fúria dos Germanos. Desposou Pipa, a filha de um rei dos Marcomanos, uma tribo sueva que frequentemente se confundia com os Alamanos nas suas guerras e conquistas. Como preço da aliança, ele concedeu ao pai dela um amplo estabelecimento na Panónia. Os encantos naturais de uma beleza selvagem fixaram aparentemente na rapariga o afecto do inconstante imperador, e os laços da política ficaram mais estreitados pelos do amor. No entanto, os arrogantes preconceitos de Roma continuavam a recusar a designação de casamento à união profana de um cidadão com uma bárbara; e estigmatizaram assim a princesa germana com o título vexatório de concubina de Galieno.

Incursões dos Godos

III. Já traçámos a emigração dos Godos, desde a Escandinávia, ou pelo menos da Prússia, até à foz do Borístenes e seguimos as suas armas vitoriosas do Borístenes até ao Danúbio. Sob os reinados de Valeriano e Galieno, a fronteira deste último rio sofria constantes incursões dos Germanos e dos Sármatas; era, no entanto, defendida pelos Romanos com maior firmeza e êxito do que habitualmente. As províncias que constituíam o teatro da guerra forneciam aos exércitos de Roma uma inesgotável quantidade de valentes soldados; e mais de um destes camponeses ilírios atingiram a patente e demonstraram capacidades de general. Se bem que destacamentos móveis de bárbaros, que rondavam em permanência nas margens do Danúbio, chegassem por vezes aos confins da Itália e da

Macedónia, o seu avanço era geralmente impedido ou o seu regresso interceptado pelos lugar-tenentes imperiais. A grande corrente das hostilidades góticas foi, contudo, desviada para um curso muito diferente. Os Godos, instalados no seu novo estabelecimento da Ucrânia, depressa se assenhorearam da costa setentrional do Ponto Euxino; a sul deste mar interior situavam-se as amenas e ricas províncias da Ásia Menor, possuidoras de tudo o que era susceptível de atrair um conquistador bárbaro e de nada capaz de lhe resistir.

As margens do Borístenes situam-se apenas a vinte léguas da estreita entrada da península da Tartária-Crimeia, conhecida entre os Antigos pelo nome de Quersoneso Táurico. Eurípides, ao embelezar com requintada arte os contos antigos, situou nestas paragens inóspitas o cenário de uma das suas mais comoventes tragédias. Os sacrifícios sangrentos de Diana, a chegada de Orestes e de Pílates, bem como o triunfo da virtude e da religião sobre a ferocidade selvagem, servem para representar a verdade histórica de que os Tauros, os principais habitantes da península, foram de certa maneira arrancados aos seus costumes brutais pelo contacto gradual com as colónias gregas que se fixaram ao longo da costa marítima. O pequeno reino do Bósforo, cuja capital se situava no estreito através do qual o Meótis (mar de Azofé) comunica com o Ponto Euxino, compunha-se de gregos degenerados e bárbaros semicivilizados. Subsistiu como Estado independente desde a altura da guerra do Peloponeso e foi, por fim, tragado pela ambição de Mitrídates; juntamente com o resto dos seus domínios, cedeu depois sob o peso dos exércitos romanos. A partir do reinado de Augusto, os reis do Bósforo tornaram-se uns humildes, mas não inúteis, aliados do império. Por meio de presentes, armas e de uma ligeira fortificação erguida ao longo do istmo, eles defenderam eficazmente, contra os saqueadores nómadas da Sarmácia, o acesso a um país que, pela sua peculiar localização e portos vantajosos, dominava o Ponto Euxino e a Ásia Menor. Enquanto o ceptro esteve na posse de uma linha sucessória de reis, estes encarregaram-se da sua importante missão com vigilância e êxito. Facções internas, e os receios ou o interesse particular de obscuros usurpadores que se apoderaram do trono vago, introduziram os Godos no centro do Bósforo. Além da aquisição de áreas baldias de solo fértil, os conquistadores obtiveram o comando de uma força naval suficiente para transportar os seus exércitos até à costa da Ásia. Os barcos utilizados na navegação do Ponto Euxino obedeciam a uma construção muito curiosa.

Tratava-se de embarcações leves, de fundo chato, feitas somente de madeira, sem qualquer mistura de ferro, e ocasionalmente cobertas por um tejadilho inclinado sempre que se aproximava uma tempestade. Nestas casas flutuantes, os Godos entregavam-se despreocupadamente às contingências de um mar ignoto, sob a direcção de marinheiros recrutados à força e cuja aptidão e fidelidade eram igualmente suspeitas. As esperanças de saque haviam, no entanto, banido qualquer noção de perigo, e uma intrepidez nata supria nos seus espíritos a confiança mais racional que é o justo resultado do conhecimento e da experiência. Guerreiros assim tão ousados decerto se insurgiram frequentemente contra a cobardia dos guias que exigiam as mais fortes garantias de calma estável, antes de se aventurarem a embarcar, e mal se deixavam convencer a perder a terra de vista. É esta, pelo menos, a prática dos modernos Turcos; e eles não são provavelmente inferiores na arte da navegação aos antigos habitantes do Bósforo.

A armada dos Godos, deixando a costa da Circássia à esquerda, surgiram primeiro diante de Pito, o extremo limite das províncias romanas; uma cidade munida de um bom porto e protegida por uma sólida muralha. Encontraram aqui uma resistência mais perseverante do que esperariam por parte de uma fraca guarnição de uma remota fortaleza. Foram repelidos e o seu revés pareceu diminuir o terror do nome gótico. Enquanto Sucessiano, um oficial de patente e mérito superiores, defendeu esta fronteira, todos os esforços deles se revelaram infrutíferos; mas logo que Valeriano o promoveu a um posto mais honroso, embora menos importante, eles retomaram o ataque a Pito; e, mercê da destruição desta cidade, apagaram a recordação do seu primeiro malogro.

Contornando a extremidade oriental do Ponto Euxino, a navegação de Pito a Trebizonda é de cerca de trezentas milhas. A rota dos Godos transportou-os até diante das terras da Cólquida, tão famosa devido à expedição dos Argonautas; e foram a ponto de tentar, em vão, a pilhagem de um faustoso templo na foz do rio Fásis. Trebizonda, celebrada na retirada dos Dez Mil como uma antiga colónia dos Gregos, alcançara a sua riqueza e esplendor graças à munificência do imperador Adriano, que construíra um porto artificial numa costa que a Natureza não dotara de portos seguros. A cidade era grande e populosa; um duplo recinto de muralhas parecia desafiar a fúria dos Godos, e a guarnição usual havia sido reforçada por um destacamento de dez mil homens. Não existem, contudo,

vantagens capazes de suprir a ausência de disciplina e vigilância. A numerosa guarnição de Trebizonda, atolada em rixas e luxos, desdenhou a guarda das suas inexpugnáveis fortificações. Os Godos depressa se deram conta da extrema negligência dos sitiados, ergueram uma enorme pilha de faxinas, escalaram as muralhas no silêncio da noite e entraram na cidade indefesa, de espada em punho. Seguiu-se uma chacina geral da população, enquanto os soldados aterrorizados se escapavam pelas portas do lado oposto da cidade. Os templos mais sagrados e os mais importantes edifícios foram alvo de uma mesma destruição. Era imenso o despojo caído nas mãos dos Godos; a riqueza das regiões adjacentes tinha sido depositada em Trebizonda, na qualidade de seguro refúgio. O número de prisioneiros era prodigioso, pois os bárbaros vitoriosos atravessaram sem oposição a vasta província do Ponto. O rico espólio de Trebizonda encheu uma grande armada de navios que fora encontrada no porto. Os robustos jovens do litoral viram-se acorrentados aos remos; e os Godos, satisfeitos com o êxito da sua primeira expedição naval, regressaram triunfalmente aos seus novos estabelecimentos no reino do Bósforo.

A segunda expedição dos Godos foi empreendida com maiores recursos em homens e navios; tomaram, contudo, um rumo diverso e, desdenhando as províncias exauridas do Ponto, seguiram ao longo da costa ocidental do mar Negro, passaram diante das amplas embocaduras do Borístenes, do Dniestre e do Danúbio e, aumentando a sua armada com a captura de uma grande quantidade de barcos de pesca, aproximaram-se da estreita saída, através da qual as águas do Ponto Euxino desembocam no Mediterrâneo, separando os continentes da Europa e da Ásia. A guarnição da Calcedónia estava acampada próximo do templo de Júpiter Úrio, num promontório que dominava a entrada do estreito; e o temor aos bárbaros invasores era deveras injustificado, pois este corpo de tropas superava em número o exército gótico. No entanto, a superioridade ficava só pelo número, visto que se abandonou a toda a pressa a vantajosa posição, deixando a cidade de Calcedónia, abundantemente provida de armas e dinheiro, à discrição dos conquistadores. Enquanto estes hesitavam entre escolher o mar ou a terra, a Europa ou a Ásia, para palco das suas hostilidades, um pérfido fugitivo indicou Nicomédia, outrora a capital dos reis da Bitínia, como uma rica e fácil conquista. Guiou a marcha, que se prolongou por umas escassas sessenta milhas desde o acampamento da Calcedónia, dirigiu o ataque irresistível e partilhou do saque, pois os Godos tinham aprendido o

suficiente de política para compensar o traidor que detestavam. Niceia, Prusa, Apameia e Cio, cidades que por vezes tinham rivalizado ou imitado o esplendor de Nicomédia, viram-se mergulhadas na mesma calamidade que, em poucas semanas, devastou imparavelmente toda a província da Bitínia. Trezentos anos de paz, desfrutados pelos pacatos habitantes da Ásia, haviam abolido o exercício das armas e afastado o temor do perigo. As antigas muralhas caíam em ruínas e todo o rendimento das cidades mais faustosas era reservado à construção de banhos, templos e teatros.

Quando a cidade de Cízico resistiu aos estrénuos esforços de Mitrídates, notabilizava-se por sábias leis, uma força naval de duzentas galeras e três arsenais cheios de armas, engenhos de guerra e trigo. Era ainda o empório da riqueza e do luxo; mas da sua antiga força somente restava a situação numa pequena ilha da Propôntide, ligada ao continente asiático por duas simples pontes. Após a recente pilhagem de Prusa, os Godos avançaram dezoito milhas para lá da cidade, a qual haviam votado à destruição; a ruína de Cízico foi, contudo, retardada por um acidente fortuito. A estação era chuvosa e as águas do lago Apoloniates, o reservatório de todas as nascentes do Monte Olimpo, atingiram uma altura invulgar. O regato de Ríndaco, que sai do lago, transformou-se numa rápida e larga corrente e deteve o avanço dos Godos. A sua retirada para a cidade marítima de Heracleia, onde a armada ficara provavelmente ancorada, foi acompanhada por uma longa fila de carroças a abarrotar do espólio de Bitínia, sendo assinalada pelas chamas de Niceia e Nicomédia que eles incendiaram por capricho. Mencionam-se alguns obscuros indícios de um incerto combate que lhes protegeu a retirada. No entanto, até mesmo uma vitória completa de pouco lhes teria valido, pois a aproximação do equinócio de Outono incitou-os a apressar o regresso. A navegação no Ponto Euxino antes do mês de Maio, ou depois de Setembro, é considerada pelos modernos turcos como um perfeito exemplo de temeridade e loucura.

Ao sabermos que a terceira armada, equipada pelos Godos nos portos do Bósforo, se compunha de quinhentos navios à vela, a nossa pronta imaginação logo avalia e multiplica o espantoso armamento; mas, dado o judicioso Estrabão nos garantir que os barcos piratas utilizados pelos bárbaros de Ponto e da Pequena Cítia não tinham espaço para mais de vinte e cinco ou trinta homens, podemos afirmar com segurança que quinze mil guerreiros, no máximo, embarcaram nesta grande expedição. Impacientes por transpor os limites do Ponto Euxino, dirigiram a sua destruidora rota do

Bósforo Cimério para o Bósforo da Trácia. Quando já tinham chegado praticamente a meio do estreito, foram de súbito arrastados para a entrada dele; até que um vento favorável, soprando no dia seguinte, os transportou em poucas horas até ao mar sereno, ou melhor, ao lago da Propôntide. O seu desembarque na pequena ilha de Cízico fez-se acompanhar da destruição desta antiga e nobre cidade. Daqui, saindo novamente pela estreita passagem do Helesponto, prosseguiram a sua sinuosa navegação por entre as numerosas ilhas espalhadas pelo arquipélago ou mar Egeu. A ajuda dos prisioneiros e desertores deve ter-lhes sido absolutamente necessária para pilotar os seus navios e guiar as suas várias incursões, tanto na costa da Grécia como na da Ásia. Por fim, a armada goda ancorou no porto do Pireu, a cinco milhas de Atenas, que tinha tentado fazer alguns preparativos para uma vigorosa defesa. Cleódamo, um dos engenheiros contratados por ordem do imperador para fortificar as cidades marítimas contra os Godos, já tinha começado a reparar as antigas muralhas caídas em ruína desde a época de Sila. Os esforços do seu talento revelaram-se infrutíferos e os bárbaros apoderaram-se da pátria das musas e das artes. Mas, enquanto os conquistadores se abandonavam ao desregramento do saque e da intemperança, a sua armada, deixada com uma fraca guarda no porto do Pireu, foi inesperadamente atacada pelo corajoso Dexipo, que, tendo escapado na companhia do engenheiro Cleódamo ao saque de Atenas, reuniu um veloz bando de voluntários, tanto camponeses como soldados, e, em certa medida, vingou as calamidades do seu país.

Mas este feito, por muito brilho que pudesse ter lançado sobre aquela época declinante de Atenas, contribuiu mais para irritar do que para abater o espírito destemido dos invasores do Norte. Uma conflagração geral irrompeu ao mesmo tempo em todos os distritos da Grécia. Tebas e Argos, Corinto e Esparta, que haviam, outrora, desencadeado guerras tão memoráveis umas contra as outras, mostravam-se agora incapazes de pôr exércitos em campo, ou sequer de defender as suas fortificações arruinadas. A fúria da guerra, tanto por terra como por mar, estendeu-se desde o cabo oriental de Súnio à costa ocidental do Epiro. Os Godos já tinham avançado até ficarem ao alcance de vista da Itália, quando a aproximação deste perigo iminente arrancou o indolente Galieno ao seu sonho de prazer. O imperador surgiu armado e a sua presença parece ter refreado o ardor e dividido a força do inimigo. Naulóbato, chefe dos Hérulos, aceitou uma honrosa capitulação, ingressou com um numeroso corpo de homens ao serviço de

Roma e foi investido dos ornamentos da dignidade consular, que jamais haviam sido, até então, profanados pelas mãos de um bárbaro. Uma grande quantidade de godos, desgostados com os perigos e canseiras de uma viagem monótona, invadiram a Mésia na mira de abrir caminho à força, através do Danúbio, até aos seus estabelecimentos na Ucrânia. A temerária tentativa teria resultado numa inevitável destruição, caso a discórdia dos generais romanos não tivesse proporcionado aos bárbaros os meios de escaparem. Os poucos elementos restantes desta hoste destruidora regressaram a bordo dos seus navios e, percorrendo o caminho de volta através do Helesponto e do Bósforo, devastaram à passagem as margens de Tróia, cuja fama, imortalizada por Homero, sobreviverá provavelmente à memória das conquistas godas. Mal se viram em segurança na bacia do Ponto Euxino, desembarcaram em Anquíalo, na Trácia, próximo do sopé do monte Hemo, e, após toda a sua labuta, regalaram-se com a prática dos agradáveis e salutareos banhos quentes. Para terminar a viagem, só faltava uma breve e fácil navegação. Foi este o variado curso da terceira e mais importante das suas empresas navais. Pode parecer difícil imaginar como o corpo originário de quinze mil guerreiros conseguiu aguentar as perdas e divisões de uma tão arrojada aventura. Mas conforme o seu número ia diminuindo gradualmente, devido à espada, aos naufrágios e à influência de um clima quente, ele era permanentemente renovado pelas tropas de bandidos e desertores que acorriam ao saque e por uma multidão de escravos fugitivos, muitas vezes de naturalidade germânica ou sármata, que aproveitavam pressurosamente a gloriosa oportunidade de liberdade e de vingança. A nação goda reivindicou um quinhão superior de honra e perigo nestas expedições; no entanto, as tribos que combateram sob os estandartes góticos distinguem-se por vezes, e outras vezes fundem-se, nos anais imperfeitos da época; e dado que as armadas bárbaras parecem provir da foz do Tánais, a vaga mas familiar designação de Citas foi frequentemente aplicada a esta mesclada multidão.

No meio das calamidades gerais vividas pela espécie humana, a morte de um indivíduo, por mais ilustre que seja, ou a ruína de um edifício, mesmo o mais famoso, são encaradas com despreocupada indiferença. Não podemos, contudo, esquecer que o templo de Diana em Éfeso, depois de se ter reerguido com crescente esplendor de sete infortúnios sucessivos, acabou por ser queimado pelos Godos durante a sua terceira invasão naval. As artes da Grécia e a riqueza da Ásia tinham-se conjugado para erigir esta sagrada e

magnífica estrutura. Era sustentada por cento e vinte e sete colunas de mármore da ordem jónica; elas eram ofertas de monarcas devotos e cada uma media sessenta pés de altura. O altar apresentava-se adornado com as admiráveis esculturas de Praxíteles, que provavelmente escolhera, a partir das lendas favoritas do lugar, o nascimento dos divinos filhos de Latona, o retiro de Apolo após a carnificina dos Ciclopes e a clemência de Baco ante as Amazonas derrotadas. No entanto, o templo de Éfeso media somente quatrocentos e vinte e cinco pés de comprimento, cerca de dois terços da medida da Igreja de São Pedro em Roma. No tocante às outras dimensões, ficava ainda mais atrás deste sublime produto da arquitectura moderna. Os braços espaçosos de uma cruz cristã exigem uma largura muito maior do que os templos oblongos dos pagãos; e os mais ousados artistas da Antiguidade teriam ficado assustados com a perspectiva de erguerem no ar uma cúpula com o tamanho e as proporções do Panteão. O templo de Diana era, no entanto, admirado como uma das maravilhas do mundo. Sucessivos impérios, o persa, o macedónio e o romano, tinham venerado a sua santidade e acrescido o seu esplendor. Mas os rudes selvagens do Báltico eram desprovidos de gosto pelas artes requintadas e desprezavam os terrores ideais de uma superstição estrangeira.

Uma outra circunstância se relata a propósito destas invasões, a qual poderia merecer a nossa atenção se não fosse justamente suspeitada de não passar de uma opinião fantasiosa de um recente sofista. Somos informados de que, durante o saque de Atenas, os Godos reuniram todas as bibliotecas e estavam prestes a incendiar esta pilha funerária de sabedoria grega, se um dos seus chefes, dotado de um sentido político mais refinado que os compatriotas, não os tivesse dissuadido de tal desígnio com a profunda observação de que, enquanto os Gregos estivessem ocupados com o estudo dos livros, jamais se dedicariam ao exercício das armas. O sagaz conselheiro (caso se aceite a veracidade do facto) raciocinou como um bárbaro ignorante. Nas mais civilizadas e poderosas nações, génios de todos os géneros têm-se desenvolvido quase ao mesmo tempo, e a idade da razão foi, regra geral, a idade da virtude e do êxito militar.

A invasão persa da Arménia e o cativo de Valeriano

IV. Os novos soberanos da Pérsia, Artaxerxes e o seu filho Sapor, tinham triunfado (como já vimos) sobre a casa de Ársaces. Dentre os muitos príncipes desta antiga raça, Cósroes, rei da Arménia, fora o único a preservar a vida e a independência. Defendeu-se graças à força natural do seu país; ao constante socorro de fugitivos e descontentes; à aliança dos Romanos; e, sobretudo, à sua própria coragem. Invencível nas armas durante uma guerra de trinta anos, foi por fim assassinado pelos emissários de Sapor, rei da Pérsia. Os patrióticos sátrapas da Arménia, que garantiram a liberdade e dignidade da coroa, imploraram a protecção de Roma a favor de Tirídates, o herdeiro legítimo. No entanto, o filho de Cósroes era ainda criança, os aliados encontravam-se longe, e o monarca persa avançou na direcção da fronteira à cabeça de uma força irresistível. O jovem Tirídates, a futura esperança do seu país, foi salvo pela lealdade de um servidor e a Arménia manteve-se, durante mais de vinte e sete anos, uma província recalcitrante da grande monarquia da Pérsia. Arrebatado por esta fácil conquista e confiante nas aflições ou no abastardamento dos Romanos, Sapor obrigou as fortes guarnições de Carras e Nísibis a renderem-se e espalhou a devastação e o terror nas duas margens do Eufrates.

A perda de uma importante fronteira, a ruína de um fiel e natural aliado e o rápido triunfo da ambição de Sapor encheram Roma de um profundo sentido do insulto, e bem assim do perigo. Valeriano gloriava-se de que a vigilância dos seus lugar-tenentes conferia a segurança necessária ao Reno e ao Danúbio; mas, apesar da sua avançada idade, resolveu marchar pessoalmente para defender o Eufrates. Durante a sua deslocação através da Ásia Menor, os cometimentos navais dos Godos foram travados e a desventurada província gozou de uma calma transitória e enganadora. Ele transpôs o Eufrates e defrontou o monarca persa próximo das muralhas de Edessa, sendo derrotado e feito prisioneiro por Sapor. As particularidades deste importante acontecimento são obscura e imperfeitamente citadas; à luz do pouco que nos chegou, podemos, contudo, discernir uma longa série de imprudências, erros e merecidos infortúnios por parte do imperador romano. Depositou uma confiança cega em Macriano, o seu prefeito do pretório. Este indigno ministro tornou o seu amo uma figura temida apenas pelos súbditos oprimidos e desprezada pelos inimigos de Roma. Devido aos seus ineficientes ou pérfidos conselhos, o exército imperial achou-se numa situação em que tanto o valor como a perícia militar passavam a ser inúteis. A esforçada tentativa dos Romanos para abrir caminho através das hostes

persas foi repelida com uma enorme carnificina; e Sapor, que sitiou o acampamento com tropas superiores em número, aguardou pacientemente até a crescente onda de fome e peste lhe haver garantido a vitória. Os murmúrios sediciosos das legiões não tardaram a acusar Valeriano como causador das suas calamidades: elas exigiam, com revoltado clamor, uma imediata rendição. Uma imensa quantia em ouro foi oferecida para obter a permissão de uma vergonhosa retirada. Mas o persa, consciente da sua superioridade, recusou desdenhosamente o dinheiro; e, depois mandar prender os emissários, avançou em ordem de batalha até junto da fortificação romana e insistiu numa conferência pessoal com o imperador. Valeriano viu-se perante a necessidade de confiar a vida e a dignidade à boa-fé de um inimigo. O encontro terminou como seria de esperar. O imperador foi feito prisioneiro e as suas tropas, apanhadas de surpresa, depuseram as armas. Neste momento de triunfo, o orgulho e a política de Sapor incitaram-no a pôr no trono vago um sucessor completamente dependente do seu arbítrio. Ciríades, um obscuro fugitivo de Antioquia, manchado por todos os vícios, foi escolhido para desonrar a púrpura imperial; e a vontade do vitorioso persa foi obviamente ratificada pelas aclamações, embora relutantes, do exército cativo.

O escravo imperial estava ansioso por ganhar os favores do seu amo por meio de um acto de traição para com a sua terra natal. Conduziu Sapor através do Eufrates e pelo caminho de Cálcis, até chegarem à metrópole do Oriente. A cavalaria dos Persas actuou tão rapidamente que, se dermos crédito a um historiador muito judicioso, a cidade de Antioquia foi surpreendida no momento em que a indolente multidão assistia encantada a um espectáculo de teatro. Os magníficos edifícios de Antioquia, tanto os públicos como os privados, foram saqueados ou destruídos; e os numerosos habitantes acabaram mortos pela espada ou feitos cativos. A onda de devastação foi sustida momentaneamente por decisão do grão-sacerdote de Émeso. Envolto nas suas vestes sagradas, apareceu à cabeça de um numeroso grupo de camponeses fanáticos, armados apenas de fundas, e defendeu o seu deus e as suas propriedades das mãos sacrílegas dos adeptos de Zoroastro. No entanto, a ruína de Tarso e de muitas outras cidades dá-nos uma triste prova de que, exceptuando este caso único, a conquista da Síria e a da Cilícia mal interromperam o avanço do exército persa. Foram abandonadas as vantagens dos desfiladeiros do monte Tauro, onde um invasor cuja força principal residisse na cavalaria se veria envolvido num

combate muito desigual; e Sapor conseguiu pôr cerco a Cesareia, a capital da Capadócia; uma cidade que, embora de segunda categoria, devia conter, segundo se dizia, quatrocentos mil habitantes. Demóstenes comandava a praça, não tanto por ordem do imperador, como em defesa voluntária do seu país. Durante muito tempo adiou o desfecho fatal, e quando por fim Cesareia foi atraçoada devido à perfídia de um médico, ele abriu caminho pelo meio dos persas que haviam recebido ordens de não se pouparem a quaisquer esforços para o apanhar vivo. Este heróico chefe escapou ao poder de um inimigo que poderia ter honrado ou punido o seu obstinado valor; no entanto, muitos milhares dos seus concidadãos foram alvo de um massacre geral e Sapor é acusado de tratar os prisioneiros com desumana e impiedosa crueldade. Deve-se, naturalmente, tomar aqui em consideração a animosidade nacional, bem como o orgulho humilhado e a vingança impotente; mas, de modo geral, não há dúvidas de que o mesmo príncipe que, na Arménia, aparecera sob o benevolente aspecto de um legislador, se mostrou aos Romanos sob a rígida faceta de um conquistador. Desesperava de formar um estabelecimento permanente no império, e procurou apenas deixar atrás de si um inóspito deserto enquanto transportava para a Pérsia o povo e os tesouros das províncias.

Na altura em que o Oriente estremecia ante o nome de Sapor, este recebeu um presente digno dos maiores reis: uma imensa cáfila de camelos carregados com as mais raras e preciosas mercadorias. A rica dádiva vinha acompanhada de uma epístola, respeitosa mas não servil, de Odénato, um dos mais nobres e abastados senadores de Palmira. «Quem é este Odénato (disse o soberbo vencedor, ordenando em seguida que os presentes fossem lançados ao Eufrates) que tão insolentemente se atreve a escrever ao seu senhor? Se acalenta a esperança de mitigar o castigo, façam-no prosternar aos pés do nosso trono, com as mãos atadas atrás das costas. Se ele hesitar, uma pronta destruição cairá sobre a sua cabeça, sobre toda a sua raça e o seu país.» A situação desesperada a que este palmireno se via reduzido espicçou todas as forças latentes na sua alma. Foi ter com Sapor, mas fê-lo de armas em punho. Inculcando a sua própria coragem no espírito de um pequeno exército recrutado nas aldeias da Síria e nas tendas do deserto, rondou em torno das hostes persas, flagelou a sua retirada, apoderou-se de uma parte do tesouro e, o que era mais valioso do que qualquer riqueza, de várias mulheres do Grande Rei. Este viu-se, por fim, obrigado a atravessar de novo o Eufrates, com alguns sinais de pressa e confusão. Um tal feito

propiciou a Odénato as bases da sua futura celebridade e fortuna. A majestade de Roma, acalcanhada por um persa, foi protegida por um sírio ou árabe de Palmira.

A voz da História, que pouco mais é frequentemente do que o instrumento da lisonja ou do ódio, censura Sapor devido a um arrogante abuso dos direitos de conquista. Diz-se que Valeriano, acorrentado mas revestido da púrpura imperial, foi exposto à multidão num demorado espectáculo de grandeza derrubada; e que, sempre que o monarca persa montava a cavalo, apoiava o pé no pescoço de um imperador romano. Apesar de todas as advertências dos aliados, que repetidamente o aconselhavam a ter presente as vicissitudes da sorte, a temer o regressado poder de Roma e a fazer do seu ilustre prisioneiro o penhor da paz e não um objecto de insulto, Sapor manteve-se inflexível. Quando Valeriano sucumbiu ao peso da vergonha e da dor, a sua pele, empalhada e conservando uma forma humana, foi guardada durante séculos no mais famoso templo da Pérsia: um monumento mais autêntico de vitória do que os simulacros de troféus de bronze e mármore tantas vezes erigidos pela vaidade romana. O relato é moralista e patético, mas a sua veracidade pode ser justamente posta em causa. As cartas ainda existentes dos príncipes do Oriente a Sapor constituem manifestas falsificações, e tão-pouco é natural supor que um monarca tão cioso degradasse assim publicamente a majestade dos reis, mesmo na pessoa de um rival. Qualquer que tenha sido o tratamento sofrido pelo infeliz Valeriano na Pérsia, não restam dúvidas, pelo menos, de que o único imperador de Roma que alguma vez caiu nas mãos do inimigo amargou os seus últimos dias num desesperado cativo.

O imperador Galieno, que durante muito tempo suportara com impaciência a severidade censória do seu pai e colega, recebeu a notícia do infortúnio dele com um secreto prazer e uma clara indiferença. «Sabia que o meu pai era mortal», declarou, «e dado ter-se comportado como convém a um homem corajoso, sinto-me satisfeito.» Enquanto Roma lamentava o destino do seu soberano, a dura frieza do filho era louvada pelos servis cortesãos com a perfeita firmeza de um herói e de um estóico. Seria difícil caracterizar a personalidade ligeira, multiforme e inconstante de Galieno, que ele revelou sem constrangimento assim que se tornou o único senhor do império. Em todas as artes que cultivou, o seu espírito cheio de vivacidade trouxe-lhe êxito; e, dado o seu génio ser destituído da faculdade de juízo, experimentou todas as artes salvo as mais importantes, as da guerra e do

governo. Foi um mestre em várias e curiosas, mas inúteis ciências, um fluente orador, um elegante poeta, um hábil jardineiro, um excelente cozinheiro e o mais desprezível dos príncipes. Sempre que as grandes emergências do Estado exigiam a sua presença e atenção, encontrava-se absorto num diálogo com o filósofo Plotino, desperdiçando o tempo em prazeres frívolos ou licenciosos, preparando a sua iniciação nos mistérios gregos ou solicitando um lugar no Areópago de Atenas. A sua profusa magnificência constituía um insulto à pobreza geral; a solenidade ridícula dos seus triunfos agravava ainda mais a noção da desgraça pública. Acolhia as repetidas notícias de invasões, derrotas e rebeliões com um sorriso despreocupado; e ao escolher com fingido desdém qualquer produto peculiar de uma província perdida, perguntava negligentemente se Roma ficaria arruinada sem o fornecimento de linho do Egipto e o pano de Arras da Gália. Houve, contudo, alguns curtos momentos na vida de Galieno em que, exasperado por qualquer ofensa recente, ele se tornava, de súbito, o soldado intrépido e o tirano cruel; até que, saciado de sangue ou cansado pela resistência encontrada, soçobrava insensivelmente na moleza e na indolência características do seu carácter.

Não é de admirar que, numa época em que as rédeas do governo eram empunhadas por tão fracas mãos, uma chusma de usurpadores em todas as províncias do império comesse a erguer-se contra o filho de Valeriano. Foi provavelmente uma engenhosa fantasia a de comparar os trinta tiranos de Roma com os trinta tiranos de Atenas, que induziu os escritores da *História Augusta* a optar por este célebre número que, a pouco e pouco, recebeu a aceitação popular. No entanto, este paralelo é, sob todos os pontos de vista, despropositado e erróneo. Que semelhança poderemos encontrar entre um conselho de trinta pessoas, os opressores reunidos de uma só cidade, e uma lista incerta de rivais independentes que subiram ao trono e foram destronados numa sequência irregular ao longo de um vasto império? Nem sequer o número de trinta pode ficar completo, excepto se incluirmos na contagem as mulheres e crianças que foram honradas com o título imperial. O reinado de Galieno, no meio da conturbação que o definiu, originou apenas dezanove pretendentes ao trono: Ciriades, Macriano, Balista, Odénato e Zenóbia no Oriente; na Gália e nas províncias ocidentais, Póstuno, Loliano, Vitorino e sua mãe Vitória, Mário e Tétrico. Na Ilíria e nos confins do Danúbio, Ingénio, Regiliano e Auréolo; no Ponto, Saturnino; na Isáuria, Trebeliano; Pisão na Tessália; Valente na Acaia;

Emiliano no Egito; e Celso em África. A elucidação dos obscuros monumentos da vida e morte de cada um destes indivíduos revelar-se-ia uma tarefa laboriosa e também estéril de ensinamentos e deleite. Podemos contentar-nos em investigar algumas características gerais que assinalam, de forma mais vincada, a condição dos tempos e os costumes dos homens, as suas pretensões, os seus motivos, o seu destino e as consequências destrutivas da sua usurpação.

É sabido que a odiosa designação de *Tirano* era muitas vezes utilizada pelos Antigos para expressar a tomada ilegítima do poder supremo, sem nenhuma referência ao abuso do mesmo. Vários dos pretendentes que ergueram o estandarte da rebelião contra o imperador Galieno eram modelos reluzentes de virtude, e quase todos possuíam uma dose significativa de vigor e capacidade. O seu mérito atraía-lhes os favores de Valeriano e a gradual promoção aos cargos mais importantes do império. Os generais que assumiam o título de Augusto eram respeitados pelas suas tropas devido a uma hábil conduta e uma rígida disciplina, ou então admirados pela coragem e triunfo na guerra, ou, ainda, amados pela sua franqueza e generosidade. O campo da vitória constituía frequentemente o palco da sua eleição; e até mesmo o armeiro Mário, o mais desprezível de todos os candidatos ao manto imperial, se distinguia pela sua intrépida valentia, força insuperável e lhana honestidade. A sua medíocre e recente profissão lança, sem dúvida, um ar ridículo sobre a sua ascensão, mas a sua origem não podia ser mais obscura do que a da maioria dos rivais, filhos de camponeses e alistados no exército como soldados rasos. Em tempos confusos, todos os génios activos encontram o lugar que lhes é atribuído pela natureza; num estado de guerra generalizada, o mérito militar representa o caminho para a glória e a grandeza. Dos dezanove tiranos, somente Tétrico era senador; e apenas Pisão era nobre. O sangue de Numa, através de vinte e oito gerações sucessivas, corria nas veias de Calpúrnio Pisão, que, mercê de alianças femininas, reivindicava o direito de exibir na sua casa as imagens de Crasso e do grande Pompeu. Os seus antepassados tinham sido repetidamente dignificados com todas as honras que a República podia atribuir; e de todas as antigas famílias de Roma, apenas a Calpúrnia havia sobrevivido à tirania dos Césares. As qualidades pessoais de Pisão acrescentaram um novo lustre à sua estirpe. O usurpador Valente, por cuja ordem ele foi assassinado, confessou, com profundo remorso, que até mesmo o inimigo deveria ter respeitado a santidade de Pisão; e, embora

ele tivesse morrido de armas na mão contra Galieno, o Senado, com a generosa permissão do imperador, outorgou os ornamentos do triunfo à memória de um rebelde tão virtuoso.

Os lugar-tenentes de Valeriano estavam gratos ao pai e nutriam por ele um sentimento de estima. Desdenhavam servir a mole indolência do seu indigno filho. O trono do mundo romano não era sustentado por qualquer princípio de lealdade; e a traição contra um tal príncipe podia ser facilmente considerada como patriotismo perante o Estado. Se examinarmos, porém, com benevolência o comportamento destes usurpadores, dar-nos-emos conta de que eles eram levados à revolta muito mais pelo temor do que por motivos de ambição. Receavam as suspeitas cruéis de Galieno; e temiam igualmente a violência caprichosa das suas próprias tropas. Se a perigosa simpatia do exército os declarara apressadamente merecedores da púrpura, ficavam então votados a uma segura destruição; e até a prudência os aconselharia a assegurar por instantes a fruição do império e a tentar a sorte da guerra de preferência a esperar pela mão de um carrasco. Sempre que o clamor dos soldados empossava as relutantes vítimas com as insígnias da autoridade soberana, elas lamentavam por vezes, em segredo, o seu destino iminente. «Perdestes», declarou Saturnino no dia da sua entronização, «perdestes um útil comandante e escolhesteis um desditoso imperador.»

As apreensões de Saturnino eram justificadas pela repetida experiência das revoluções. Dos dezanove tiranos que surgiram no reinado de Galieno, nem um só levou uma vida de paz ou teve uma morte natural. Mal eram revestidos do sangrento manto imperial, inspiravam aos seus adeptos os mesmos temores e ambição que haviam motivado a sua revolta. Rodeados de conspirações internas, sedição militar e guerra civil, tremiam à beira do abismo no qual, após um prazo maior ou menor de ansiedade, iriam inevitavelmente cair. Estes precários monarcas recebiam, no entanto, as honras que a lisonja dos respectivos exércitos e províncias lhes podia conceder; mas as suas prerrogativas, baseadas na rebelião, jamais poderiam obter a sanção da lei ou da História. A Itália, Roma e o Senado aderiam constantemente à causa de Galieno, e só ele era considerado o soberano do império. Este príncipe acedeu, na realidade, a reconhecer as armas vitoriosas de Odénato, que mereceu a honrosa distinção devido à respeitosa conduta que sempre demonstrara para com o filho de Valeriano. Com a aprovação geral dos Romanos e o consentimento de Galieno, o Senado conferiu o título de Augusto ao bravo palmireno; e confiou-lhe, segundo

parece, o governo do Oriente que ele já detinha, em moldes tão independentes que, à semelhança de uma sucessão particular, ele o legou à sua ilustre viúva Zenóbia.

As rápidas e constantes passagens da choupana ao trono, e do trono à sepultura, poderiam ter servido para divertir um filósofo indiferente, caso fosse possível a um filósofo manter-se indiferente no meio das calamidades gerais da espécie humana. A eleição destes precários imperadores, o seu poder e a sua morte, foram igualmente funestos para os seus súbditos e partidários. O preço da sua fatal elevação era de imediato pago às tropas, mediante um imenso donativo arrancado às entranhas do povo exausto. Por mais virtuoso que fosse o seu carácter, por mais puras intenções que tivessem, viam-se reduzidos à dura necessidade de aguentar a sua usurpação por meio de frequentes actos de rapina e crueldade. Quando caíam, arrastavam exércitos e províncias na queda. Ainda existe um medonho mandato de Galieno a um dos seus ministros, após a eliminação de Ingénio, que assumira a púrpura imperial na Ilíria. «Não basta», afirma este mole mas desumano príncipe, «que extermineis os que pegaram em armas; a sorte da batalha pode vir a ser-me ainda mais útil. Há que extirpar o sexo masculino de todas as idades; desde que, na execução das crianças e dos velhos, encontreis maneira de salvar a nossa reputação. Que morram todos os que deixaram fugir uma expressão ou alimentaram um pensamento contra mim, contra *mim*, o filho de Valeriano, o pai e o irmão de tantos príncipes. Lembrai-vos de que Ingénio foi proclamado imperador; dilacerai, matai, despedaçai. Escrevo-vos pelo meu próprio punho e quero inspirar-vos os meus sentimentos.» Enquanto as forças públicas do Estado se dissipavam em querelas privadas, as províncias indefesas ficavam expostas a todos os invasores. Os mais corajosos usurpadores eram compelidos, ante a dificuldade da sua situação, a concluir tratados ignominiosos com o inimigo comum, a comprar por meio de tributos pesadíssimos a neutralidade ou os serviços dos bárbaros e a introduzir nações hostis e independentes no centro da monarquia romana.

Tais eram os bárbaros e tais eram os tiranos que, sob o reinado de Valeriano e de Galieno, desmembraram as províncias e reduziram o império ao grau mais baixo de desgraça e ruína, de onde parecia impossível ele poder sair algum dia. Tanto quanto nos permitia a escassez de materiais, tentámos delinear, com ordem e clareza, os acontecimentos gerais deste período calamitoso. Restam ainda alguns factos particulares — I. As

desordens da Sicília; II. Os tumultos de Alexandria; III. A rebelião dos Isáuricos — que podem contribuir para lançar uma viva luz sobre este horrível quadro.

I. Sempre que inúmeros grupos de bandidos, multiplicados pelo êxito e pela impunidade, desafiavam publicamente, em vez de a iludir, a justiça do seu país, podemos concluir seguramente que as camadas mais baixas da comunidade sentem e abusam da excessiva fraqueza do governo. A situação da Sicília preservava-a dos bárbaros; por outro lado, a província, desarmada, não poderia apoiar um usurpador. O sofrimento desta ilha, outrora próspera e ainda fértil, foi infligido por mãos mais vis. Uma multidão insubordinada de escravos e camponeses reinou durante uns tempos sobre o país saqueado e reavivou a memória das guerras servis de épocas mais remotas. Devastações, em que o lavrador desempenhava o papel de vítima ou de cúmplice, arruinaram muito provavelmente a agricultura da Sicília; e na medida em que as principais propriedades pertenciam aos opulentos senadores de Roma, que frequentemente juntavam numa herdade o território de uma antiga república, não custa a crer que esta afronta interna pudesse afectar mais profundamente a capital do que todas as conquistas dos Godos ou dos Persas.

II. A fundação de Alexandria foi um nobre desígnio, simultaneamente concebido e executado pelo filho de Filipe. O belo e ordenado plano desta grande cidade, apenas suplantada pela própria Roma, tinha um perímetro de quinze milhas; contava uma população de trezentos mil habitantes livres, além de, pelo menos, igual número de escravos. O lucrativo comércio da Arábia e da Índia afluía por intermédio do porto de Alexandria à capital e às províncias do império. Desconhecia-se a indolência. Alguns trabalhavam na manufactura do vidro, outros na tecelagem do linho, e outros ainda fabricavam o papiro. Indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades procuravam subsistir pela sua própria actividade, e tão-pouco faltava ocupação adequada à condição dos cegos ou dos coxos. No entanto, o povo de Alexandria, uma mistura variada de nações, aliava a vaidade e inconstância dos Gregos à superstição e teimosia dos Egípcios. O mais insignificante pretexto, uma penúria transitória de carne ou lentilhas, o esquecimento de uma saudação habitual, um erro de precedência nos banhos públicos, ou mesmo uma disputa religiosa, bastavam sempre para gerar um motim nesta vasta multidão, cujos ressentimentos eram furiosos e implacáveis. Depois de o cativo de Valeriano e a insolência do seu filho

terem relaxado a autoridade das leis, os Alexandrinos abandonaram-se à raiva desenfreada das suas paixões, e a sua desafortunada pátria serviu de palco a uma guerra civil que prosseguiu (com algumas breves e equívocas tréguas) durante mais de doze anos. Cortaram-se todas as comunicações entre os vários bairros da atribulada cidade, todas as ruas ficaram manchadas de sangue e todos os edifícios sólidos foram convertidos em cidadelas; e os tumultos só amainaram quando uma parte considerável de Alexandria ficou irreparavelmente destruída. O vasto e magnífico recinto de Bruquíon, com os seus palácios e o seu museu, residência dos reis e dos filósofos do Egipto, é descrito, um século depois, como já estando reduzido ao seu actual estado de terrível isolamento.

III. A obscura rebelião de Trebeliano, que assumiu a púrpura imperial na Isáuria, uma pequena província da Ásia Menor, teve estranhas e memoráveis consequências. Este arremedo de monarca não tardou a ser derrubado por um oficial de Galieno; no entanto, os seus seguidores, descrentes do perdão, resolveram abdicar da sua lealdade não só para com o imperador, mas para com o império, e retomaram subitamente os costumes selvagens aos quais nunca tinham sido deveras subtraídos. Uns escarpados rochedos, prolongamento da cadeia montanhosa do Tauro, protegiam o seu retiro inacessível. O cultivo de alguns vales férteis bastava-lhes para as necessidades da vida, e o hábito da rapina fornecia-lhes os objectos de luxo. Situados no centro da monarquia romana, os Isaúricos permaneceram por muito tempo uma nação de bárbaros indomáveis. Sucessivos príncipes, incapazes de os reduzir à obediência pelas armas ou pela política, viram-se forçados a admitir a sua fraqueza, rodeando o hostil e independente lugar de uma forte cadeia de fortificações que, muitas vezes, se revelaram insuficientes para deter as incursões destes inimigos internos. Os Isaúricos, que foram gradualmente alargando o seu território até ao litoral, dominavam a parte ocidental e montanhosa da Cilícia, outrora refúgio desses ousados piratas contra os quais a República se vira então obrigada a empregar todas as suas forças, sob a chefia do grande Pompeu.

Os nossos hábitos de pensar tendem de tal forma a ligar a ordem do Universo ao destino do homem, que este sombrio período da História foi pintado com inundações, terramotos, meteoros extraordinários, trevas sobrenaturais e uma série de prodígios fictícios ou exagerados. No entanto, uma prolongada fome geral representou uma calamidade de mais sério jaez. Tratou-se da inevitável consequência da rapina e da opressão, que

arrebataavam as produções do presente e destruíaam a esperança de colheitas futuras. A fome é quase sempre seguida de epidemias, resultado de uma comida escassa e insalubre. Outras causas devem, porém, ter contribuído para a terrível peste que, desde 250 a 265, flagelou ininterruptamente todas as cidades e quase todas as famílias do Império Romano. Durante algum tempo, cinco milhares de pessoas morreram diariamente em Roma, e muitas cidades que haviam escapado às mãos dos bárbaros ficaram inteiramente despovoadas.

Temos conhecimento de uma circunstância muito curiosa, e talvez de certa utilidade no estudo do triste somatório das calamidades humanas. Na cidade de Alexandria era mantido um registo exacto de todos os cidadãos com direito a receber a ração de trigo. Apurou-se que o número anterior dos que contavam entre quarenta e setenta anos igualava o conjunto de inscritos, dos catorze aos oitenta anos, que sobreviveram ao reinado de Galieno. Aplicando a este facto autêntico as tabelas mais correctas de mortalidade, prova-se obviamente que mais de metade da população de Alexandria tinha morrido; e, se nos arriscarmos a estender a analogia às outras províncias, poderemos suspeitar que a guerra, a peste e a fome haviam ceifado, em poucos anos, metade da espécie humana.

A MUDANÇA DE CURSO

Capítulo 11

Zenóbia e o reino de Palmira. Triunfo e morte de Aureliano

A Galieno sucedeu uma série de fortes imperadores que, segundo as palavras de Gibbon, «mereceram o glorioso título de Restauradores do Mundo Romano». O novo imperador, Cláudio, reformou o exército e obteve uma vitória estrondosa sobre os Godos. Aureliano, o seu sucessor, pôs termo à guerra gótica, confinando os Godos à província da Dácia e retirando tropas da fronteira dácica. Repeliu, em seguida, uma invasão dos Alamanos e derrubou o usurpador Tétrico, que assumira a autoridade sobre a Gália, a Espanha e a Bretanha. A derrota de Tétrico, que Gibbon situa em 271 d. C., é actualmente considerada como subsequente à queda de Zenóbia e ocorrida em 274.

Aureliano, logo que se apoderou da pessoa e das províncias de Tétrico, virou as suas armas contra Zenóbia, a famosa rainha de Palmira e do Oriente. A Europa moderna viu nascer várias mulheres célebres que sustentaram gloriosamente o fardo do império; tão-pouco a nossa época se apresenta destituída deste tipo de distintos caracteres. No entanto, se exceptuarmos os incertos feitos de Semíramis, Zenóbia é provavelmente a

única mulher cujo génio superior se furtou à servil indolência imposta ao seu sexo pelo clima e os costumes da Ásia. Afirmou descender dos reis macedónicos do Egipto, rivalizou em beleza com a sua antepassada Cleópatra e ultrapassou em muito esta princesa em castidade e mérito. Zenóbia foi considerada a mais formosa, bem como a mais heróica do seu sexo. Era de tez morena (pois, ao falar de uma senhora, estas ninharias adquirem importância). Tinha os dentes de uma brancura de pérola e os seus grandes olhos negros luziam com um brilho invulgar, temperado pela mais atraente doçura. A voz era forte e harmoniosa. O seu espírito enérgico foi tonificado e cultivado pelo estudo. Conhecia a língua latina, mas dominava igualmente na perfeição o grego, o siríaco e o idioma egípcio. Compusera para uso próprio um epítome de história oriental e comparava familiarmente as belezas de Homero e Platão sob a orientação do sublime Longino.

Esta mulher completa aceitou desposar Odénato, que, de uma condição privada, ascendeu ao domínio do Oriente. Zenóbia em breve se tornou amiga e companheira de um herói. Nos intervalos da guerra, Odénato dedicava-se apaixonadamente à prática da caça; perseguia com entusiasmo os animais selvagens do deserto, leões, panteras e ursos; e o ardor de Zenóbia nesta perigosa diversão igualava o dele. Endurecida fisicamente pela fadiga, ela rejeitava o uso de carros cobertos, aparecia em geral montada a cavalo, em traje militar, e caminhava por vezes à frente das tropas, várias léguas a pé. O êxito de Odénato foi atribuído em grande medida à sua incomparável prudência e valor. As admiráveis vitórias deles sobre o Grande Rei, a quem por duas vezes perseguiram até às portas de Ctesifonte, lançaram as bases da sua mútua celebridade e poder. Os exércitos que comandaram, e as províncias que tinham salvo, apenas reconheciam como soberanos os seus invencíveis chefes. O Senado e o povo de Roma veneravam um estrangeiro que vingara o seu imperador cativo, e o próprio filho insensível de Valeriano aceitou Odénato como seu legítimo colega.

Após uma expedição vitoriosa contra os saqueadores godos da Ásia, o príncipe palmireno regressou à cidade de Émeso, na Síria. Invencível na guerra, pereceu aqui vitimado por uma traição doméstica; a causa, ou pelo menos a ocasião da sua morte, consistiu na sua diversão favorita: a caça. O seu sobrinho Meónio atreveu-se a lançar o dardo antes do tio; e, embora admoestado pelo erro, repetiu a insolência. Provocado na qualidade de

monarca e de caçador, Odénato tirou-lhe o cavalo, sinal de ignomínia entre os bárbaros, e castigou o audacioso jovem com um breve encarceramento. A ofensa depressa caiu no esquecimento, mas tal não aconteceu com o castigo; e Meónio, ajudado por um punhado de ousados companheiros, assassinou o tio no meio de uma grande festa. Herodes, o filho de Odénato, embora não o fosse de Zenóbia, um jovem de temperamento brando e efeminado, foi morto juntamente com o pai. No entanto, Meónio não obteve senão o prazer da vingança com este acto sangrento. Mal teve tempo de assumir o título de Augusto antes de ser sacrificado por Zenóbia à memória do marido.

Assistida pelos amigos mais fiéis de Odénato, ela ocupou imediatamente o trono vago e governou, por meio de enérgicas deliberações, Palmira, a Síria e o Oriente, durante mais de cinco anos. Com a morte de Odénato, findou a autoridade que o Senado lhe concedera apenas como distinção pessoal; mas a sua marcial viúva, desdenhando igualmente o Senado e Galieno, compeliu um dos generais romanos, que fora enviado contra ela, a retirar-se para a Europa depois de ter perdido o exército e a reputação. Em vez dos fugazes arrebatamentos que tão frequentemente agitam o reinado de uma mulher, a firme administração de Zenóbia foi guiada pelas mais judiciosas máximas da política. Sempre que se tornava indicado perdoar, ela sabia aplacar o ressentimento; se era necessário castigar, impunha silêncio à voz da piedade. A sua rígida economia foi acusada de avareza; e, no entanto, sempre se mostrou magnificente e liberal nas devidas alturas. Os Estados vizinhos, Arábia, Arménia e Pérsia, receavam a sua inimizade e solicitaram a aliança dela. Aos domínios de Odénato, que se estendiam do Eufrates às fronteiras da Bitínia, a sua viúva acrescentou a herança dos antepassados, o populoso e fértil reino do Egipto. O imperador Cláudio reconheceu-lhe o mérito e acedeu, satisfeito, a que enquanto ele continuava a guerra gótica, ela assegurasse a dignidade do império no Oriente. No entanto, o comportamento de Zenóbia definiu-se por uma certa ambiguidade; é mesmo provável que tenha acalentado o desígnio de fundar uma monarquia independente e hostil. Aos costumes populares dos príncipes romanos, associou a pompa esplendorosa das cortes da Ásia e exigiu dos súbditos igual adoração à que era tributada aos sucessores de Ciro. Deu uma educação latina aos três filhos e exibiu-os frequentemente diante das tropas, revestidos do manto imperial. Para si própria, reservou o diadema com o magnífico, mas duvidoso título de Rainha do Oriente.

Quando Aureliano entrou na Ásia, armado contra um adversário cujo sexo bastava só por si para o tornar em objecto de desdém, a sua presença restabeleceu a obediência da província da Bitínia, já abalada pelos exércitos e intrigas de Zenóbia. Avançando à cabeça das suas legiões, aceitou a submissão de Ancira e conseguiu penetrar em Tíana, após um cerco obstinado, graças à ajuda de um pérfido cidadão. A personalidade generosa, embora feroz, de Aureliano entregou o traidor à fúria dos soldados: um respeito supersticioso induziu-o a tratar com clemência os compatriotas do filósofo Apolónio(*). Antioquia ficou deserta com a sua aproximação, até que o imperador, por meio dos seus edictos de saudação, chamou os fugitivos e garantiu um perdão geral a todos os que, mais por necessidade do que por opção, haviam sido recrutados para servir a rainha de Palmira. A brandura inesperada desta conduta conçoçou o espírito dos Sírios e, até às portas de Émeso, os votos de boa sorte do povo secundaram o terror das armas romanas.

Zenóbia não teria feito jus à sua reputação, caso houvesse permitido indolentemente que o imperador do Ocidente avançasse até cem milhas da sua capital. O destino do Oriente foi decidido em duas grandes batalhas; tão semelhantes em quase todos os aspectos, que somente nos é possível distingui-las pelo facto de a primeira se ter realizado próximo de Antioquia e a segunda nos arredores de Émeso. A rainha de Palmira animou as duas com a sua presença e confiou a execução das suas ordens a Zabdas, que já assinalara os seus talentos militares na conquista do Egipto. As inúmeras forças de Zenóbia compunham-se, na sua maior parte, de archeiros a pé e de uma cavalaria pesada revestida de armadura completa. Os esquadrões mouros e ilírios de Aureliano não conseguiram sustentar a violenta carga dos adversários. Fugiram numa desordem real ou simulada, atraíram os palmirenos para uma árdua perseguição, flagelaram-nos em combates dispersos e, por fim, desbarataram este impenetrável mas estático corpo de cavalaria. Entretanto a infantaria ligeira, depois de ter gasto as suas setas, ficou sem protecção contra um ataque mais próximo e expôs os flancos desarmados às espadas das legiões. Aureliano havia escolhido as tropas veteranas habitualmente acampadas no Alto Danúbio e cujo valor fora severamente posto à prova na guerra alamana. Após a derrota de Émeso, Zenóbia não conseguiu reunir um terceiro exército. Até à fronteira do Egipto, as nações sujeitas ao seu império tinham aderido ao estandarte do conquistador, que destacou Probo, o mais bravo dos seus generais, para se

apoderar das províncias egípcias. Palmira era o último recurso da viúva de Odénato. Ela retirou-se para o interior das muralhas da sua capital, fez todos os preparativos para uma vigorosa resistência e declarou, com a intrepidez de uma heroína, que o último momento do seu reinado deveria coincidir com o último momento da sua vida.

No meio dos desertos estéreis da Arábia, alguns lugares cultivados erguem-se semelhantes a ilhas espalhadas pelo oceano arenoso. Os próprios nomes de Tadmor ou Palmira, pelo seu significado em siríaco, bem como na língua latina, indicavam a quantidade de palmeiras que proporcionam sombra e verdura a esta região temperada. O ar era puro e o solo, regado por algumas nascentes preciosíssimas, produzia fruta e cereais. Um lugar dotado de tão especiais vantagens, e situado a uma distância conveniente entre o golfo Pérsico e o Mediterrâneo, não tardou a ser frequentado pelas caravanas que transportavam para as nações da Europa uma parte considerável das ricas mercadorias da Índia. Palmira transformou-se a pouco e pouco numa cidade opulenta e independente, e, ao ligar as monarquias romana e parta pelos mútuos benefícios do comércio, viu-se obrigada a observar uma humilde neutralidade até que, por fim, após as vitórias de Trajano, a pequena república foi absorvida por Roma e floresceu ao longo de mais de cento e cinquenta anos com o estatuto subordinado, embora honroso, de colónia. A julgar por um pequeno número de inscrições ainda existentes, foi neste período tranquilo que os abastados habitantes de Palmira construíram esses templos, palácios e pórticos de arquitectura grega, cujas ruínas, espalhadas ao longo de uma extensão de vários quilómetros, despertaram a curiosidade dos nossos viajantes. A elevação de Odénato e de Zenóbia projectou aparentemente um novo brilho sobre o seu país, e, durante uns tempos, Palmira mostrou-se a rival de Roma; a competição tornou-se, no entanto, fatal, e séculos de prosperidade foram sacrificados a um momento de glória.

Na sua marcha pelo deserto arenoso entre Émeso e Palmira, o imperador Aureliano foi constantemente molestado pelos Árabes; nem sempre conseguiu defender o seu exército, e particularmente a sua bagagem, desses bandos fugidios de salteadores activos e ousados que atacavam de surpresa e se esquivavam à lenta perseguição das legiões. O cerco de Palmira constituía um objectivo muito mais difícil e importante, e o imperador, que em constante actividade incitava pessoalmente os ataques, foi atingido por uma seta. «O povo romano», afirma Aureliano numa carta original, «refere-

se com desprezo à guerra que eu travo contra uma mulher. Ele desconhece o carácter e o poder de Zenóbia. É impossível enumerar os seus bélicos preparativos de pedras, setas e todo o tipo de armas de arremesso. Todas as partes das muralhas estão munidas de duas ou três balistas e os seus engenhos militares lançam fogos artificiais. O receio do castigo encheu-a de uma coragem desesperada. Confio ainda, todavia, na protecção das divindades de Roma, que até este momento se têm mantido favoráveis a todos os meus empreendimentos.» Duvidando, contudo, da protecção dos deuses e do êxito do cerco, Aureliano considerou mais prudente oferecer vantajosas condições de capitulação; à rainha, uma retirada brilhante; aos cidadãos, os seus antigos privilégios. As propostas dele foram rejeitadas obstinadamente, e a recusa acompanhada de insultos.

A firmeza de Zenóbia baseava-se na esperança de que, dentro de muito pouco tempo, a fome obrigaria os exércitos romanos a atravessar de novo o deserto; e na expectativa razoável de que os reis do Oriente, sobretudo o monarca persa, pegassem em armas para defesa do seu aliado mais natural. No entanto, a sorte e a perseverança de Aureliano superaram todos os obstáculos. A morte de Sapor, que ocorreu mais ou menos por esta altura, dividiu as deliberações na Pérsia, e o socorro insignificante que tentou salvar Palmira foi facilmente interceptado pelas armas ou pela liberalidade do imperador. De todas as partes da Síria chegou sem empeno um fluxo regular de abastecimentos ao acampamento, o qual se achou reforçado pelo regresso de Probo com as suas tropas vitoriosas, após a conquista do Egipto. Foi então que Zenóbia decidiu fugir. Montou no mais lesto dos seus dromedários e já havia atingido as margens do Eufrates, a cerca de sessenta milhas de Palmira, quando se viu alcançada pela cavalaria ligeira de Aureliano, presa e trazida cativa aos pés do imperador. A sua capital rendeu-se pouco depois e foi tratada com inesperada clemência. As armas, cavalos e camelos, juntamente com um imenso tesouro de ouro, prata, seda e pedras preciosas, foram entregues ao conquistador que, deixando no local uma simples guarnição de seiscentos arqueiros, regressou a Émeso e gastou algum tempo na distribuição de recompensas e castigos, no final de uma guerra tão memorável que restabeleceu a obediência a Roma nas províncias que haviam renegado a sua fidelidade desde o cativeiro de Valeriano.

Quando a rainha síria foi levada à presença de Aureliano, ele perguntou-lhe severamente como se atrevera a pegar em armas contra os imperadores de Roma. A resposta de Zenóbia foi uma prudente mescla de respeito e

firmeza. «Porque me recusei a considerar como imperadores romanos gente da laia de Auréolo ou Galieno. Sois o único que reconheço como meu conquistador e meu soberano.» A fortaleza feminina tem, contudo, as mais das vezes, algo de artificial, e raramente é estável ou consistente. A coragem de Zenóbia abandonou-a na hora de ser julgada; ela tremeu ante o raivoso clamor dos soldados que exigiam em voz alta a sua imediata execução, esqueceu o generoso desespero de Cleópatra, a quem tomara como modelo, e salvou vergonhosamente a vida a troco da sua fama e dos seus amigos. Atribuiu a culpa da obstinada resistência aos conselhos dos que governavam a fraqueza do seu sexo; foi para as cabeças deles que desviou a vingança do cruel Aureliano. A fama de Longino, incluído entre as inúmeras e provavelmente inocentes vítimas do seu medo, sobreviverá à da rainha que o traiçou ou à do tirano que o condenou. O génio e o saber não bastavam para comover um feroz e iletrado soldado, mas tinham servido para elevar e harmonizar a alma de Longino. Sem pronunciar uma queixa, seguiu calmamente o carrasco, lamentando a sua infeliz soberana e consolando os seus amigos afligidos.

No regresso da conquista do Oriente, Aureliano já tinha atravessado o estreito que separa a Europa da Ásia quando lhe chegou a informação de que os habitantes de Palmira haviam chacinado o governador e a guarnição que ele lá deixara, e erguido de novo o estandarte da revolta. Sem um momento de hesitação, deu meia-volta e dirigiu-se outra vez à Síria. Antioquia ficou alarmada com a sua rápida aproximação e a indefesa cidade de Palmira sentiu o irresistível peso do seu ressentimento. Possuímos uma carta do próprio Aureliano onde ele reconhece que velhos, crianças, mulheres e camponeses tinham sido envolvidos na horrível matança que deveria restringir-se à rebelião armada; e embora a sua preocupação primordial se haja centrado, ao que parece, no restauro de um templo do Sol, ele mostra alguma piedade pelos palmirenos sobreviventes, aos quais concede licença para reconstruírem e voltarem a habitar a sua cidade. Contudo, é mais fácil destruir do que reedificar. A sede do comércio, das artes e do renome de Zenóbia transformou-se, a pouco e pouco, numa cidade obscura, numa insignificante fortaleza, e por fim numa aldeia miserável. Os actuais cidadãos de Palmira, reduzidos a trinta ou quarenta famílias, ergueram as suas cabanas feitas de lama no átrio espaçoso de um magnífico templo.

Outro derradeiro trabalho aguardava ainda o incansável Aureliano: eliminar um perigoso, embora obscuro rebelde que, durante a revolta de Palmira, se insurgira nas margens do Nilo. Firmo, amigo e aliado, como ele próprio se intitulava orgulhosamente, de Odénato e Zenóbia, era apenas um abastado mercador do Egipto. No decurso do seu comércio com a Índia, estabelecera laços muito íntimos com os Sarracenos e os Blémies, cuja situação, em cada uma das margens costeiras do mar Vermelho, lhes proporcionava um fácil acesso ao Alto Egipto. Inflamou os Egípcios com a esperança da liberdade e, à cabeça desta multidão furiosa, invadiu a cidade de Alexandria, onde tomou o manto imperial, cunhou moeda, publicou edictos e formou um exército que, como ele se vangloriava, podia ser mantido à custa dos simples lucros do comércio de papel. Estas tropas ofereciam uma fraca defesa contra a aproximação de Aureliano; e quase parece desnecessário dizer que Firmo foi derrotado, aprisionado, torturado e condenado à morte. Aureliano podia agora saudar o Senado, o povo e a sua pessoa pelo facto de, em pouco mais de três anos, ter devolvido a paz universal e a ordem ao mundo romano.

Triunfo e morte de Aureliano

Desde a fundação de Roma, nenhum outro general fora mais digno de um triunfo do que Aureliano; nem qualquer outro triunfo havia sido celebrado com maior orgulho e fausto. A pompa foi iniciada com vinte elefantes, quatro tigres reais e para cima de duzentos dos mais raros animais de todas as regiões do Norte, do Oriente e do Sul. Eram seguidos por mil e seiscentos gladiadores, destinados à cruel diversão do anfiteatro. A riqueza da Ásia, as armas e as insígnias de tantas nações conquistadas e a magnífica baixela e o guarda-roupa da rainha síria estavam dispostos com a exacta simetria de uma desordem estudada. Os embaixadores das mais remotas partes do mundo, da Etiópia, Arábia, Pérsia, Bactriana, Índia e China, todos eles admiráveis pelas suas riquezas ou trajos singulares, homenageavam a fama e o poder do imperador romano, o qual expunha igualmente aos olhos do público os presentes que recebera e, em especial, uma grande quantidade de coroas de ouro, dádivas de cidades agradecidas. As vitórias de Aureliano eram comprovadas pelo longo cortejo de cativos que acompanhavam

relutantemente o seu triunfo — godos, vândalos, sármatas, alamanos, francos, gauleses, sírios e egípcios. Cada povo diferenciava-se por uma inscrição especial, e o título de Amazonas foi atribuído a dez marciais heroínas da nação goda que haviam sido feitas prisioneiras de armas na mão. No entanto, todos os olhares desdenhavam a multidão de cativos, pousando no imperador Tétrico e na rainha do Oriente. O primeiro, bem como o filho, a quem intitulara Augusto, estava vestido com calças gaulesas(*), uma túnica cor de açafrão e um manto de púrpura. A bela figura de Zenóbia achava-se apertada por correntes de ouro; um escravo segurava a cadeia dourada que lhe cingia o pescoço e ela quase se esvaía sob o peso insuportável das jóias. Antecedia, a pé, o belo carro no qual, outrora, esperava transpor as portas de Roma. Seguiam-na dois outros carros, ainda mais sumptuosos, o de Odénato e o do monarca persa. O carro triunfal de Aureliano (tinha sido anteriormente utilizado por um rei godo) era puxado, nesta ocasião memorável, por quatro veados ou por quatro elefantes. Os membros mais ilustres do Senado, do povo e do exército fechavam a solene procissão. Um sincero júbilo, o espanto e a gratidão vibravam nas aclamações da turba; mas a satisfação dos senadores foi ensombrada pelo aparecimento de Tétrico; e tão-pouco conseguiram reprimir crescentes murmúrios contra o facto de o altivo imperador expor desta forma à ignomínia pública a pessoa de um romano e de um magistrado.

No entanto, apesar de Aureliano dar largas ao orgulho no tratamento concedido aos seus infelizes rivais, usou para com eles de uma generosa clemência que raras vezes foi exercida pelos antigos conquistadores. Príncipes que debalde haviam defendido os seus tronos ou a sua liberdade eram frequentemente estrangulados na prisão, mal a pompa triunfal subia ao Capitólio. Estes usurpadores, cuja derrota lhes acarretara o crime de traição, tiveram licença para acabar a vida na abundância e num honroso repouso. O imperador presenteou Zenóbia com uma elegante vila em Tíbur, ou Tívoli, a cerca de vinte milhas da capital; a rainha síria acabou por se transformar paulatinamente numa matrona romana, as filhas casaram-se com nobres e a sua família ainda não se encontrava extinta no século v. Tétrico e o filho voltaram a ser investidos da sua anterior posição e fortuna. Ergueram um magnífico palácio no monte Célio e, logo que ele ficou pronto, convidaram Aureliano para cear. Ao entrar, este ficou agradavelmente surpreendido com um quadro que figurava a singular história deles. Eram representados a

entregar ao imperador uma coroa cívica e o ceptro da Gália, e a seguir recebendo das suas mãos os ornamentos da dignidade senatorial. O pai foi posteriormente incumbido do governo da Lucânia; e Aureliano, que em breve brindou o monarca deposto com sua amizade e conversa, perguntou-lhe num tom familiar se não era mais desejável administrar uma província da Itália do que reinar para lá dos Alpes. O filho manteve-se durante muito tempo um membro respeitado do Senado; e não existiu alguém entre a nobreza romana que fosse mais estimado por Aureliano e pelos seus sucessores.

A pompa do triunfo de Aureliano foi tão longa e variada que, embora iniciada ao romper do dia, a lenta majestade do cortejo só ascendeu ao Capitólio cerca da nona hora; e já escurecia quando o imperador regressou ao palácio. A festa prolongou-se com representações teatrais, jogos de circo, caçadas a animais selvagens, combates de gladiadores e batalhas navais. Pródigos donativos foram distribuídos pelo exército e pelo povo, e várias instituições, agradáveis ou úteis à cidade, contribuíram para perpetuar a glória de Aureliano. Uma porção significativa dos seus espólios orientais foi consagrada aos deuses de Roma; o Capitólio e todos os outros templos resplandeciam com as oferendas da sua ostentosa piedade; e o templo do Sol, por si só, recebeu mais de quinze mil libras de ouro. Este último era um imponente edifício erguido pelo imperador no flanco do monte Quirinal e dedicado, pouco depois do seu triunfo, à divindade que Aureliano venerava como fonte da sua vida e da sua fortuna. A mãe tinha sido simples sacerdotisa numa capela do Sol; uma devoção especial pelo deus da Luz foi um sentimento de que o afortunado camponês se imbuíu na infância; e cada passo da sua ascensão, cada vitória do seu reinado, fortaleceu a superstição por via do reconhecimento.

As tropas de Aureliano tinham vencido os inimigos estrangeiros e internos da República. Asseguram-nos que o seu saudável rigor removeu do mundo romano os crimes e as facções, as maquinações e uma convivência perniciosa, tudo o que de mau traz consigo um governo fraco e opressor. Mas se atentarmos até que ponto o aumento da corrupção é mais rápido do que a sua cura, e se nos lembrarmos de que os anos votados às desordens públicas superaram os meses abarcados pelo marcial reinado de Aureliano, ver-nos-emos forçados a admitir que alguns breves intervalos de paz não bastaram para a árdua tarefa da reforma. Até mesmo a sua tentativa de restaurar a integridade da moeda suscitou uma enorme sublevação. A

contrariedade do imperador reflecte-se numa das suas cartas particulares: «Os deuses decretaram indubitavelmente», escreve ele, «que a minha vida fosse um permanente combate. Um motim adentro de muros acaba de originar uma tremenda guerra civil. Os obreiros que cunham a moeda, instigados por Felicíssimo, um escravo a quem eu confiara um emprego nas finanças, revoltaram-se contra mim. Pudemos finalmente subjugar-los; no entanto, sete mil dos meus soldados foram chacinados na contenda, tropas cujo posto habitual é na Dácia e nos acampamentos ao longo do Danúbio.» Outros escritores, que confirmam o mesmo facto, também acrescentaram que isto aconteceu pouco depois da vitória de Aureliano; que o combate decisivo se travou no monte Célio; que os cunhadores tinham adulterado a moeda; e que o imperador recuperou o crédito público entregando dinheiro bom em troca do mau, o qual foi dada ordem ao povo para devolver ao erário.

Poderíamos contentar-nos em relatar esta surpreendente transacção, mas não podemos ignorar até que ponto, sob tal forma, ela nos parece inconsistente e inacreditável. A adulteração da moeda enquadra-se, de facto, na administração de Galieno; e é provável que os agentes da corrupção pudessem reear a justiça inflexível de Aureliano. No entanto, a culpa, bem como o proveito, devem ter-se restringido a um pequeno número; também não é fácil imaginar por que artes se poderia armar um povo, a quem se tinha prejudicado, contra um monarca a quem se havia atraído. Poderíamos naturalmente esperar que estes celerados partilhassem da repulsa do povo juntamente com os delatores e os outros ministros da opressão; e que a reforma da moeda se mostrasse uma acção tão popular como a destruição das antigas facturas que, por ordem do imperador, foram queimadas no fórum de Trajano. Numa época em que os princípios do comércio eram tão imperfeitamente entendidos, o objectivo mais desejado talvez se pudesse conseguir através do rigor e de meios pouco judiciosos; mas um agravo temporário desta natureza dificilmente pode desencadear e manter uma intensa guerra civil. A repetição de impostos intoleráveis, aplicados à terra ou às necessidades essenciais da vida, pode finalmente revoltar aqueles que não querem, ou não podem, abandonar o seu país. Mas o caso é muito diferente em todas as operações que, por quaisquer expedientes, restaurem o justo valor do dinheiro. O mal passageiro não tarda a ser apagado pelo benefício permanente; a perda é repartida pelas multidões; e se alguns indivíduos abastados experimentam

uma significativa redução da fortuna, perdem em simultâneo com a riqueza o peso e a influência que a posse dela lhes facultava. Por mais que Aureliano se esforçasse por mascarar a verdadeira causa da insurreição, a sua reforma da moeda somente poderia fornecer um fraco pretexto a um partido já poderoso e descontente. Roma, apesar de privada de liberdade, encontrava-se agitada pelas facções. O povo, pelo qual o imperador, ele próprio um plebeu, sempre demonstrou uma afeição especial, vivia em constante antagonismo com o Senado, a ordem equestre e os guardas pretorianos. Nada, além da firme, embora secreta, conspiração destas ordens, da autoridade da primeira, da riqueza da segunda e das armas da terceira, poderia ter desdobrado uma força capaz de lutar com as legiões veteranas do Danúbio que, sob a chefia de um soberano marcial, tinham concluído a conquista do Ocidente e do Oriente.

Qualquer que fosse o motivo ou a finalidade desta revolta, atribuída com tão pouca probabilidade aos cunhadores de moeda, Aureliano serviu-se da vitória com implacável rigor. Ele era naturalmente um homem de temperamento severo. O seu ânimo de camponês e soldado não cedia facilmente a impulsos de compaixão e podia suportar sem emoção o espectáculo das torturas e da morte. Treinado desde a mais tenra juventude no exercício das armas, atribuía pouco valor à vida de um cidadão, castigava com execução militar as mais leves ofensas e transferia a rígida disciplina do acampamento para a administração civil das leis. O seu amor à justiça transformava-se muitas vezes numa cega e enraivecida paixão; e sempre que considerava em perigo a sua própria segurança ou a do Estado, desdenhava as provas testemunhais e a proporção dos castigos. A rebelião infundada com que os Romanos recompensaram os seus serviços exasperou o seu espírito altivo. As mais nobres famílias da capital foram envolvidas na culpa ou na suspeita desta obscura conspiração. Um espírito apressado de vingança incitou à sangrenta perseguição e revelou-se fatal a um dos sobrinhos do imperador. Os carrascos (se é que podemos utilizar a expressão de um poeta contemporâneo) estavam fatigados, as prisões a deitar por fora e o infeliz Senado lamentava a morte ou ausência dos seus membros mais ilustres. O orgulho de Aureliano era tão ofensivo aos olhos desta assembleia quanto a sua crueldade. Por ignorância ou impaciência ante as restrições das instituições civis, ele recusou fundar o seu poder noutra fonte que não fosse a da espada, e governou por direito de conquista um império que salvara e subjugara.

Um dos mais sagazes príncipes romanos observou que os talentos do seu antecessor Aureliano se adequavam melhor ao comando de um exército do que ao governo de um império. Consciente das qualidades, fruto da natureza e da experiência, que o tornavam apto a sobressair, regressou ao campo de batalha poucos meses após o seu triunfo. Era conveniente exercitar a fibra inquieta das legiões em qualquer guerra estrangeira, e o monarca persa, exultante com a vergonha de Valeriano, continuava a desafiar impunemente a majestade ofendida de Roma. À cabeça de um exército, mais disciplinado e valoroso do que formidável pelo número, o imperador avançou até ao estreito que separa a Europa da Ásia. Percebeu ali que o poder mais absoluto é uma frágil defesa contra os efeitos do desespero. Ele ameaçara um dos seus secretários, acusado de extorsão, e sabia-se que raramente ameaçava em vão. Ao criminoso restava, como única esperança, envolver alguns dos principais oficiais do exército no seu perigo ou, pelo menos, nos seus temores. Imitando habilmente a caligrafia do imperador, mostrou-lhes uma longa e sangrenta lista, onde constavam os seus nomes para condenação à morte. Sem suspeitarem ou sem analisarem a fraude, eles resolveram proteger as suas vidas mercê do assassinio do imperador. Na marcha entre Bizâncio e Heracleia, Aureliano foi subitamente atacado pelos conspiradores, cujos postos lhes davam o direito de rodear a sua pessoa e, após uma curta resistência, ele caiu às mãos de Mucapor, um general ao qual sempre dedicara amizade e confiança. Morreu lamentado pelo exército e detestado pelo Senado, mas universalmente reconhecido como um príncipe guerreiro e afortunado, o útil, embora severo, reformador de um Estado degenerado.

Depois da morte de Aureliano, o Senado exerceu a sua autoridade pela última vez e elegeu M. Cláudio Tácito. O exército aceitou-o e ele empreendeu campanhas bem-sucedidas contra os Alanos. Depois do seu assassinio, o exército elegeu M. Aurélio Probo. Este obteve vitórias no Reno e no Danúbio, antes de ser assassinado em Esmirna. O seu sucessor, M. Aurélio Caro, faleceu misteriosamente no início de uma campanha contra a Pérsia. Sucederam-lhe os filhos. No entanto, um grupo de oficiais, em Calcedónia, elegeu C. Aurélio Valéria Diocleciano. Carino, o filho sobrevivente de Caro, governou durante algum tempo no Ocidente. Na Batalha de Margo (Moraoa), Diocleciano saiu vitorioso e passou a ser o

único senhor do mundo romano. Tudo isto se encontra narrado no Capítulo 12, omitido neste volume.

O NOVO SISTEMA IMPERIAL

Capítulo 13

O reinado de Diocleciano e dos seus três colegas. O seu triunfo e a nova ordem. O desenvolvimento do cerimonial da corte. Abdicação e morte de Diocleciano. Declínio das artes

Embora o reinado de Diocleciano tenha sido mais ilustre que o de qualquer dos seus antecessores, o seu nascimento era dos mais baixos e obscuros. Os fortes argumentos do mérito e da violência haviam frequentemente suplantado as prerrogativas ideais da nobreza; no entanto, subsistia uma linha de separação bem demarcada entre a parte livre e a servil da humanidade. Os pais de Diocleciano tinham sido escravos na casa de Anulino, um senador romano; tão-pouco se distinguiu ele por qualquer outro nome, a não ser pelo que recebeu de uma cidadezinha da Dalmácia, de onde a mãe era natural. É, contudo, provável que o pai tenha obtido a liberdade da família e conseguido rapidamente um emprego de escriba, ofício que era vulgarmente exercido por pessoas da sua condição. Oráculos favoráveis, ou melhor, a consciência de um mérito superior, incitaram o seu ambicioso filho a seguir a profissão das armas e as esperanças de fortuna; e seria extremamente curioso observar o encadeamento de aptidões e acasos

que, por fim, lhe permitiram concretizar aqueles oráculos e exhibir o seu mérito aos olhos do mundo. Diocleciano foi sucessivamente promovido ao governo da Mésia, às honras do consulado e ao importante comando das guardas do palácio. Deu prova das suas capacidades na guerra da Pérsia; e, após a morte de Numeriano, a confissão e o julgamento dos seus rivais declararam que o escravo era o mais digno do trono imperial. A malignidade do zelo religioso, se, por um lado, acusou a feroz crueldade do seu colega Maximiano, esforçou-se também por lançar suspeitas sobre a coragem pessoal do imperador Diocleciano. Seria difícil convencerem-nos da cobardia de um soldado de fortuna que conquistou e preservou o apreço das legiões, bem como o favor de tantos príncipes belicosos. No entanto, até a própria calúnia dispõe de sagacidade bastante para descobrir e atacar o lado mais vulnerável. O valor de Diocleciano jamais foi considerado inadequado ao dever ou às circunstâncias; mas não possuía, aparentemente, o ousado e generoso espírito de um herói que aspira ao perigo e à fama, desdenha o artifício e impõe corajosamente a subordinação dos seus iguais. As suas qualidades eram mais práticas do que brilhantes — um espírito forte, aperfeiçoado pela experiência e pelo estudo dos homens; destreza e afincos nos negócios; uma simbiose equilibrada de prodigalidade e economia, de suavidade e rigor; profunda dissimulação sob a máscara da franqueza militar; firmeza na realização dos objectivos; flexibilidade para variar os seus métodos; e, principalmente, a grande arte de submeter as suas paixões, bem como as dos outros, ao interesse da sua ambição, e de colorir a ambição com os mais especiosos pretextos de justiça e utilidade pública. À semelhança de Augusto, Diocleciano pode ser considerado o fundador de um novo império. Tal como o filho adoptivo de César, ele distinguiu-se mais como estadista do que como guerreiro; em verdade, nenhum destes príncipes empregou a força sempre que o seu propósito era viável por meio da política.

A vitória de Diocleciano assinalou-se pela sua singular brandura. Um povo habituado a aplaudir a clemência do conquistador, sempre que os usuais castigos da morte, do exílio e da confiscação eram aplicados com um certo grau de moderação e equidade, assistiu com agradável surpresa a uma guerra civil cujas chamas se extinguiram dentro do campo de batalha. Diocleciano escolheu para confidente Aristóbulo, o principal ministro da casa de Caro, respeitou as vidas, as fortunas e a dignidade dos seus adversários, e chegou ao ponto de manter nos respectivos cargos a maior

parte dos servidores de Carino. É provável que a prudência tenha inspirado a humanidade do ardiloso dálmata; muitos destes servidores haviam comprado o seu favor graças a uma traição secreta; quanto aos outros, ele apreciou a sua grata fidelidade a um amo atingido pela desgraça. O arguto bom senso de Aureliano, de Probo e de Caro preencheram os vários departamentos do Estado e do exército com titulares de mérito comprovado, cujo afastamento teria prejudicado os serviços públicos sem favorecer o interesse do sucessor. No entanto, um tal comportamento oferecia ao mundo romano as mais belas perspectivas do novo reinado, e o imperador cuidou de confirmar esta predisposição declarando que, de todas as virtudes dos seus antecessores, a sua maior ambição consistia em imitar a filosofia plena de humanidade de Marco Antonino(*).

A primeira acção importante do seu reinado pareceu comprovar a sua sinceridade, bem como a sua moderação. Seguindo o exemplo de Marco, escolheu um colega na pessoa de Maximiano, ao qual atribuiu primeiro o título de César e, em seguida, o de Augusto. No entanto, os motivos da sua conduta, e bem assim o objectivo da sua escolha, eram de natureza muito diversa dos do seu admirado antecessor. Ao revestir um voluptuoso jovem das honras da púrpura, Marco pagara uma dívida de gratidão pessoal, à custa, em realidade, da felicidade do Estado. Ao associar um amigo e companheiro de armas às tarefas governamentais, Diocleciano acautelou, numa época de perigo público, a defesa tanto do Oriente como do Ocidente. Maximiano nascera camponês, e, tal como Aureliano, no território de Esmirna. Iltrado e desinteressado das leis, a sua aparência e maneiras rudes continuavam a denunciar a sua baixa extracção, apesar da elevada posição que ocupava. A guerra era a única arte que ele professava. Numa longa carreira de serviços, distinguira-se em todas as fronteiras do império; e, embora fosse militarmente mais talhado para obedecer do que para comandar, embora talvez nunca tivesse adquirido a habilidade de um general consumado, o valor, a obstinação e a experiência tornavam-no capaz de executar as mais árduas empresas. E os próprios vícios de Maximiano eram úteis ao seu benfeitor. Insensível à piedade, sem receio das consequências, era o pronto instrumento de todos os actos cruéis que a política deste príncipe ardiloso podia, em simultâneo, sugerir e desaprovar. Sempre que um sacrifício sangrento vinha satisfazer a prudência ou a vingança, Diocleciano, mediante a sua oportuna intervenção, salvava os poucos que nunca tencionara punir, censurava brandamente a severidade do

seu impiedoso colega e usufruía da comparação entre uma idade de ouro e outra de ferro, que universalmente se applicava a máximas tão opostas de governo. Apesar da diferença de personalidade, os dois imperadores mantiveram no trono a mesma amizade que tinham contraído numa condição privada. O carácter arrogante e turbulento de Maximiano, que mais tarde lhe foi tão fatal a ele e à tranquilidade pública, estava acostumado a respeitar o génio de Diocleciano e admitia o ascendente da razão sobre a violência brutal. Por motivos de orgulho ou de superstição, os dois imperadores adoptaram os títulos, um de Jóvio e o outro de Hercúlio. Enquanto o curso do mundo (segundo a linguagem dos oradores venais) era mantido pela sabedoria clarividente de Júpiter, o braço invencível de Hércules expurgava a Terra de monstros e de tiranos.

No entanto, até mesmo a onipotência de Jóvio e de Hercúlio não bastava para aguentar o peso da administração pública. A prudência de Diocleciano descobriu que o império, atacado de todos os lados pelos bárbaros, necessitava por toda a parte da presença de um grande exército e de um imperador. Nesta ordem de ideias, resolveu dividir novamente o seu imenso poder e, com o título inferior de César, atribuir a dois generais de mérito comprovado uma porção igual da autoridade soberana. Galério, cognominado o Armentário devido à sua anterior profissão de pastor, e Constâncio, que em virtude da sua tez pálida recebera o epíteto de Cloro, foram as duas pessoas investidas das honras secundárias do poder imperial. Quando descrevemos a pátria, a extracção social e as maneiras de Hercúlio, já esboçámos as de Galério, o qual foi muitas vezes, e não sem razão, denominado Maximiano, *o Moço*, se bem que em muitas facetas, tanto de virtude como de engenho, parecesse deter uma manifesta superioridade sobre o mais antigo. O nascimento de Constâncio era menos obscuro que os dos seus colegas. Eutrópio, o pai, era um dos nobres mais considerados da Dardânia e a mãe era sobrinha do imperador Cláudio. Embora a juventude de Constâncio tivesse decorrido no meio dos militares, ele era dotado de uma índole branda e afectuosa, e a voz do povo há muito que o reconhecera digno da posição que finalmente atingiu. A fim de consolidar os laços da política através da união doméstica, cada um dos imperadores assumiu o papel de pai em relação a cada um dos Césares; Diocleciano de Galério, e Maximiano de Constâncio; e, obrigando-os a repudiar as antigas mulheres, cada um deles concedeu a mão da filha ao filho adoptivo. Estes quatro príncipes repartiram entre si a vasta extensão do Império Romano. A defesa

da Gália, Espanha e Bretanha foi confiada a Constâncio; Galério ficou acampado nas margens do Danúbio, como salvaguarda das províncias da Ilíria. A Itália e a África formaram o departamento de Maximiano; e para sua parcela pessoal, Diocleciano reservou a Trácia, o Egito e as ricas regiões da Ásia. Todos eles eram soberanos dentro da sua jurisdição; mas a sua autoridade conjunta estendia-se a toda a monarquia e cada qual estava preparado para ajudar os colegas, mediante os seus conselhos ou a sua presença. Os Césares, na sua elevada posição, veneravam a majestade dos imperadores, e os três príncipes mais jovens reconheciam invariavelmente, cheios de gratidão e obediência, o pai comum das suas fortunas. Nenhum acalentava dentro de si o ciúme suspeito do poder; e a rara felicidade da sua união tem sido comparada a um coro musical, cuja harmonia era regulada e mantida pela mão hábil do artista principal. Esta importante medida só foi executada cerca de seis anos após a associação de Maximiano, e em tal espaço de tempo decorreram alguns memoráveis incidentes. Preferimos, no entanto, por uma questão de clareza, descrever primeiramente a forma mais perfeita do governo de Diocleciano e relatar, em seguida, as acções do seu reinado, optando pela ordem natural dos acontecimentos e não pelas datas de uma muito duvidosa cronologia.

Maximiano jugulou uma revolta de camponeses na Gália. Ao apoderar-se da armada do canal, Caráusio assumiu a dignidade imperial na Bretanha, mas o seu assassinio levou à recuperação da Bretanha por Constâncio. Os dois Césares defenderam as fronteiras do Reno e do Danúbio. Depois de esmagar uma revolta no Egito, Diocleciano voltou a sua atenção para o Oriente. Instalou um príncipe amigo, Tirídates, na Arménia, cedeu à Pérsia as províncias situadas para lá do Tigre e concluiu uma paz que durou quarenta anos.

Triunfo e nova ordem de Diocleciano

Diocleciano, assim que entrou no vigésimo ano do seu reinado, celebrou esta data memorável, bem como o êxito das suas armas, com a pompa de um triunfo romano. Maximiano, o seu associado no poder em pé de igualdade, foi o único a participar da glória desse dia. Os dois Césares

tinham combatido e vencido, mas o mérito dos seus feitos era atribuído, segundo o rigor das antigas máximas, à auspiciosa influência dos seus respectivos pais e imperadores. O triunfo de Diocleciano e Maximiano talvez tenha sido menos esplendoroso que o de Aureliano e Probo, mas foi dignificado por várias circunstâncias de renome e fortuna superiores. A África e a Bretanha, o Reno, o Danúbio e o Nilo forneceram-lhes os respectivos troféus; mas o mais valioso ornamento foi de natureza mais singular, uma vitória persa seguida de uma importante conquista. As representações de rios, montanhas e províncias eram transportadas diante do carro imperial. As imagens das mulheres, irmãs e filhos do Grande Rei, todos cativos, forneceram um novo e grato espectáculo à vaidade popular. Aos olhos da posteridade, este triunfo ficou assinalado por um aspecto de teor menos honroso. Foi o último a que Roma assistiu. Pouco depois desta fase, os imperadores cessaram de vencer e Roma deixou de ser a capital do império.

O lugar da fundação de Roma tinha sido consagrado por cerimónias antigas e milagres imaginários. A presença de qualquer deus ou a memória de algum herói parecia animar todas as partes da cidade, e o império do mundo fora prometido ao Capitólio. Os habitantes de Roma sentiam e admitiam o poder desta agradável ilusão. Ela proviera dos seus antepassados, desenvolvera-se com os seus primeiros hábitos de vida e era, em certa medida, protegida pela ideia de utilidade política. A forma e a sede do governo encontravam-se intimamente ligadas, e ninguém julgava possível transferir uma sem destruir a outra. No entanto, a soberania da capital foi gradualmente aniquilada pela vastidão da conquista; as províncias elevaram-se ao mesmo nível e as nações vencidas adquiriram o nome e os privilégios dos Romanos, sem adoptarem os seus gostos parciais. Todavia, durante um longo período, os restos da antiga constituição e a influência dos costumes preservou a dignidade de Roma. Os imperadores, embora porventura de origem africana ou ilíria, respeitaram o seu país adoptivo como sede do poder e centro dos seus extensos domínios. As eventualidades da guerra exigiam, com grande frequência, a sua presença nas fronteiras; mas Diocleciano e Maximiano foram os primeiros príncipes romanos que fixaram, em tempo de paz, as suas residências habituais nas províncias; e a conduta deles, embora pudesse ter sido sugerida por motivos particulares, era justificada por especiosas considerações políticas. A corte do imperador do Ocidente foi, as mais das vezes, estabelecida em Milão,

cuja situação, no sopé dos Alpes, parecia muito mais vantajosa que a de Roma, tendo em vista o importante desígnio de vigiar os movimentos dos bárbaros da Germânia. Milão depressa adquiriu o esplendor de uma cidade imperial. As casas são-nos descritas como inumeráveis e de sólida construção; os costumes do povo, como educados e liberais. Um circo, um teatro, uma casa da moeda, um palácio e banhos que tinham o nome do seu fundador Maximiano; pórticos adornados de estátuas e um duplo recinto de muralhas contribuíam para a beleza da nova capital; tão-pouco parecia ela apoucada pela proximidade de Roma. E rivalizar com a imponência de Roma era também a ambição de Diocleciano, que colocou o seu lazer e a riqueza do Oriente ao serviço do embelezamento da Nicomédia, uma cidade situada no limiar da Europa e da Ásia, quase a igual distância entre o Danúbio e o Eufrates. No espaço de poucos anos, mercê do gosto do monarca e a expensas do povo, Nicomédia adquiriu um grau de magnificência que, aparentemente, teria requerido o esforço de séculos e somente era inferior a Roma, Alexandria e Antioquia em quantidade de população. A vida de Diocleciano e de Maximiano caracterizou-se pela acção, e grande parte dela foi passada em acampamentos ou em longas e frequentes marchas; mas sempre que os assuntos públicos lhes permitiam algum descanso, retiravam-se com prazer, segundo consta, para as suas residências favoritas da Nicomédia e de Milão. Até ter celebrado o seu triunfo romano no vigésimo ano de reinado, é extremamente duvidoso que Diocleciano haja alguma vez visitado a antiga capital do império. E mesmo nessa ocasião memorável, a sua estada não excedeu os dois meses. Desgostoso com a despudorada familiaridade do povo, abandonou Roma precipitadamente treze dias antes do seu esperado aparecimento no Senado, revestido das insígnias da dignidade de cônsul.

O desagrado manifestado por Diocleciano para com Roma e a liberdade romana não se devia a um capricho momentâneo, mas resultava da mais astuta política. Este hábil príncipe organizara um novo sistema de governo imperial, que foi em seguida completado pela família de Constantino; e na medida em que a imagem da antiga constituição era religiosamente mantida no Senado, ele resolveu privar esta ordem dos últimos resquícios de poder e consideração. Podemos aqui recordar a transitória grandeza e as ambiciosas esperanças do Senado romano cerca de oito anos antes da entronização de Diocleciano. Enquanto este entusiasmo prevaleceu, muito dos nobres alardearam imprudentemente o seu zelo pela causa da liberdade; e depois de

os sucessores de Probo terem retirado o apoio ao partido republicano, os senadores foram incapazes de dissimular o seu inútil ressentimento. Como soberano de Itália, Maximiano recebeu a incumbência de aniquilar este espírito mais perturbador do que perigoso, e uma tal tarefa adequava-se na perfeição ao seu temperamento cruel. Os mais ilustres membros do Senado, que Diocleciano sempre fingiu estimar, foram implicados pelo colega dele na acusação de conluíus imaginários; e a posse de uma elegante vila, ou de uma herdade bem cultivada, era interpretada como uma prova convincente de culpa. O acampamento dos pretorianos, que durante muito tempo oprimira a majestade de Roma, começou a protegê-la; e dado estas arrogantes tropas terem consciência do declínio do seu poder, elas mostraram-se naturalmente dispostas a unir a sua força à autoridade do Senado. Através das prudentes medidas de Diocleciano, o número de pretorianos foi sendo insensivelmente reduzido, os seus privilégios abolidos e o seu lugar substituído por duas fiéis legiões de Ilíria que, sob os novos títulos de Jovianos e Herculianos, receberam a incumbência de realizar o serviço dos guardas imperiais. No entanto, o golpe mais fatal, embora secreto, que o Senado sofreu das mãos de Diocleciano e Maximiano foi infligido pela inevitável operação da sua ausência. Enquanto os imperadores residiram em Roma, esta assembleia podia ser oprimida, mas dificilmente negligenciada. Os sucessores de Augusto exerciam o poder de ditar todas as leis que a sua sabedoria ou o seu capricho pudessem sugerir; mas estas leis eram ratificadas pela sanção do Senado. O modelo da antiga liberdade foi preservado nas suas deliberações e decretos; e sábios príncipes, que respeitavam os preconceitos do povo romano, viam-se em certa medida obrigados a adoptar a linguagem e o comportamento adequados ao general e primeiro magistrado da República. Nos exércitos e nas províncias, eles exibiam a dignidade de monarcas; e quando fixaram residência longe da capital, abandonaram para sempre a dissimulação que Augusto tinha recomendado aos seus sucessores. No exercício tanto do poder legislativo como do executivo, o soberano aconselhava-se com os ministros, em vez de consultar o grande conselho da nação. O nome do Senado foi mencionado honrosamente até ao último período do império; a vaidade dos seus membros continuou a ser lisonjeada por meio de honrosas distinções; mas a assembleia, que durante tanto tempo havia constituído a fonte e o instrumento do poder, foi respeitosamente condenada a cair no esquecimento. Ao perder todas as ligações com a corte imperial e a nova

constituição, o Senado permaneceu como um monumento venerável, mas inútil, de antiguidade no monte Capitolino.

Depois de os príncipes romanos terem perdido de vista o Senado e a sua antiga capital, facilmente esqueceram a origem e a natureza do seu poder legal. Os cargos civis de cônsul, de procônsul, de censor e de tribuno, mediante cuja união ele se constituía, denunciavam ao povo a sua origem republicana. Estes modestos títulos foram postos de lado; e embora os soberanos continuassem a distinguir a sua alta posição pela designação de imperador ou Imperator, esta palavra adquiriu um novo e mais alto sentido, deixando de indicar o general dos exércitos romanos, mas antes o soberano do mundo romano. O nome de imperador, que era inicialmente de natureza militar, foi associado a outro de cunho mais servil. O epíteto de Dominus, ou Senhor, no seu primitivo significado, não expressava a autoridade de um príncipe sobre os súbditos, ou de um comandante sobre os soldados, mas o poder despótico de um amo sobre os seus escravos domésticos. Encarado nesta odiosa perspectiva, ele fora rejeitado com aversão pelos primeiros Césares. A sua resistência enfraqueceu insensivelmente e o nome tornou-se menos odioso; até que, por fim, a fórmula de *nosso Senhor e Imperador* era não só conferida por lisonja, mas admitida regularmente nas leis e nos monumentos públicos. Estes grandiosos epítetos bastavam para exaltar e satisfazer a maior das vaidades; e, embora os sucessores de Diocleciano ainda declinassem o título de Rei, o facto deveu-se provavelmente mais a uma questão de delicadeza que de moderação. Onde quer que a língua latina fosse usada (e ela era o idioma do governo por todo o império), o título imperial, que lhes era específico, transmitia uma ideia muito mais respeitável do que o nome de rei, o qual deveriam partilhar com uma centena de chefes de tribos bárbaras; ou que, na melhor das hipóteses, somente podiam ir buscar a Rómulo ou Tarquínio. Os sentimentos do Oriente eram, contudo, muito diversos dos do Ocidente. Desde os primórdios da História que os soberanos da Ásia tinham sido glorificados na língua grega com o título de Basileus, ou Rei; e dado ser considerado a mais alta distinção entre os homens, depressa ele passou a ser empregado pelos servis provinciais do Oriente nos seus humildes requerimentos ao trono romano. Até mesmo os atributos, ou pelo menos os títulos, da divindade foram usurpados por Diocleciano e Maximiano, que os transmitiram a uma sucessão de imperadores cristãos. No entanto, estas extravagantes saudações em breve perderam a sua impiedade ao perderem o

significado; e depois de o ouvido se acostumar ao som, elas são escutadas com indiferença, enquanto vagas, embora excessivas, manifestações de respeito.

O desenvolvimento do cerimonial da corte

Desde a época de Augusto à de Diocleciano, os príncipes romanos, ao conversarem familiarmente com os concidadãos, eram saudados apenas com o mesmo respeito que se devia, regra geral, aos senadores e magistrados. A sua principal distinção residia no manto de púrpura imperial ou militar; enquanto o traje senatorial era assinalado por uma faixa larga, e o equestre por uma faixa estreita, ambas da mesma honrosa cor. O orgulho, ou melhor, a política de Diocleciano incitou este hábil príncipe a introduzir a faustosa magnificência da corte da Pérsia. Atreveu-se a cingir o diadema, um ornamento detestado pelos Romanos como a odiosa insígnia da realeza e cujo uso fora considerado como o acto mais desesperado da loucura de Calígula. Tratava-se de uma larga fita branca, com enfeites de pérolas, colocada em volta da cabeça do imperador. Os trajos sumptuosos de Diocleciano e dos seus sucessores eram de seda e ouro; e observa-se indignadamente que até os seus sapatos eram recobertos das mais preciosas gemas. O acesso às suas sagradas pessoas foi-se tornando de dia para dia mais difícil, devido à instituição de novas formas e cerimónias. As avenidas do palácio eram rigorosamente guardadas por várias *escolas*, conforme passaram a designar-se, de oficiais domésticos. Os aposentos interiores foram confiados à ciosa vigilância dos eunucos, cujo acréscimo de efectivos e influência representava o sintoma mais palpável do avanço do despotismo. Sempre que um súbdito conseguia, por fim, ser conduzido à presença imperial, era obrigado, independentemente da sua posição, a prosternar-se no solo e a adorar, segundo o costume oriental, a divindade do seu senhor e amo. Diocleciano era um homem sensato que, no decurso tanto da vida privada como da pública, formara uma ideia justa de si próprio e da humanidade; torna-se difícil conceber que, ao substituir os usos de Roma pelos da Pérsia, tenha sido movido por um princípio tão mesquinho como o da vaidade. Gabava-se de que uma ostentação de esplendor e luxo subjugaria a imaginação da multidão; de que o monarca ficaria menos

exposto à grosseira licenciosidade do povo e dos soldados, pois a sua pessoa achava-se resguardada dos olhares públicos; e de que os hábitos de submissão originariam a pouco e pouco sentimentos de veneração. Tal como a modéstia simulada por Augusto, também o fausto mantido por Diocleciano era uma representação teatral; devemos, no entanto, admitir que, das duas comédias, a primeira era de feição muito mais liberal e nobre do que a segunda. O objectivo de um deles consistia em disfarçar, e o outro em exhibir o poder ilimitado que os imperadores detinham sobre o mundo romano.

A ostentação era o primeiro princípio do novo sistema estabelecido por Diocleciano. O segundo era a divisão. Dividiu o império, as províncias e todos os ramos quer da administração civil, quer da militar. Multiplicou as engrenagens da máquina governamental e tornou o seu funcionamento mais lento, embora mais seguro. Fossem quais fossem as vantagens e defeitos resultantes destas inovações, há que atribuí-las, em grande parte, ao seu primeiro inovador; todavia, dado o novo arranjo da política ter sido gradualmente melhorado e completado pelos príncipes sucessores, será mais indicado adiar a sua análise até à época de plena maturidade e perfeição. Reservando, por conseguinte, para o reinado de Constantino uma descrição mais exacta do novo império, contentar-nos-emos em traçar as linhas principais e decisivas saídas da mão de Diocleciano. Ele associara três colegas ao exercício do poder supremo; e como estava convencido de que as capacidades de um só indivíduo não bastavam para a defesa pública, considerou a administração conjunta de quatro príncipes como uma lei fundamental da constituição, e não como um expediente temporário. Era sua intenção que os dois príncipes mais categorizados fossem distinguidos pelo uso do diadema e pelo título de Augustos; que, mediante uma opção motivada pelo afecto ou pela estima, eles chamassem regularmente para os ajudar dois colegas subordinados; e que os Césares, ascendendo por sua vez à primeira dignidade, facultassem uma ininterrupta sucessão de imperadores. O império foi dividido em quatro partes. O Oriente e a Itália eram os departamentos mais honrosos, e o Danúbio e o Reno os mais laboriosos. Os primeiros requeriam a presença dos Augustos, os últimos foram confiados à administração dos Césares. A força das legiões estava à disposição dos quatro associados da soberania, e a desesperança de vencer sucessivamente quatro poderosos rivais podia intimidar a ambição de um general empreendedor. No seu governo civil, os imperadores deveriam, em

princípio, exercer o poder indivisível do monarca, e os seus edictos, assinados conjuntamente por eles, eram recebidos em todas as províncias como emanações dos seus mútuos conselhos e autoridade. Apesar destas precauções, a união política do mundo romano foi-se dissolvendo a pouco e pouco e introduziu-se um começo de divisão que, no espaço de alguns anos, ocasionou a separação perpétua dos impérios do Oriente e do Ocidente.

O sistema de Diocleciano fez-se acompanhar de uma outra desvantagem de natureza bastante material e que nem mesmo hoje pode ser totalmente ignorada: um estabelecimento mais dispendioso e, por consequência, um aumento de impostos e a opressão do povo. Em vez de uma modesta família de escravos e libertos, que havia satisfeito a grandeza simples de Augusto e Trajano, três ou quatro cortes esplendorosas foram estabelecidas nas várias partes do império, e outros tantos *reis* romanos competiram entre si e com o monarca persa pela vã superioridade da pompa e do luxo. A quantidade de ministros, magistrados, funcionários e servidores que preenchiam as várias repartições do Estado multiplicou-se muito além do exemplo de tempos anteriores; e (se nos é lícito utilizar a sugestiva expressão de um contemporâneo) «quando a proporção dos que recebiam excedeu a proporção dos que contribuían, as províncias ficaram esmagadas sob o peso de tributos». Desde este período até à extinção do império, seria fácil depreender uma série ininterrupta de clamores e queixas. Cada escritor, de acordo com a sua religião e situação, opta por Diocleciano ou Constantino, ou Valente, ou Teodósio como alvo das suas invectivas; no entanto, todos concordam veementemente em apresentar o fardo das imposições públicas, e em especial o imposto sobre as terras e a capitação, como o insuportável e crescente agravo dos seus próprios tempos. Nesta ordem de ideias, qualquer historiador imparcial que seja forçado a extrair a verdade tanto da sátira como do panegírico sentir-se-á inclinado a repartir censuras pelos príncipes a quem se acusa, e a atribuir as suas exacções muito mais ao sistema uniforme da administração do que aos vícios pessoais. O imperador Diocleciano foi, na realidade, o autor deste sistema; mas, durante o seu reinado, o mal crescente ficou confinado dentro dos limites da modéstia e da discrição, merecendo muito mais a crítica por criar precedentes prejudiciais do que por exercer uma imediata opressão. Pode acrescentar-se que os seus réditos foram administrados com prudente economia; e que, após a liquidação de todas as despesas correntes, ainda restou no tesouro

imperial uma vasta provisão destinada a uma judiciosa liberalidade ou a qualquer emergência do Estado.

Abdicação e morte de Diocleciano

No vigésimo primeiro ano do seu reinado, Diocleciano consumou a memorável resolução de abdicar do império; um acto que, naturalmente, se esperaria antes do mais velho ou do mais novo Antonino(*) que de um príncipe que jamais aplicara as lições da filosofia, quer na obtenção quer no exercício do poder supremo. Diocleciano arrecadou a glória de dar ao mundo o primeiro exemplo de uma abdicação que não foi imitada com grande frequência pelos monarcas seguintes. No entanto, ocorrer-nos-á evidentemente o paralelo com Carlos V, não só porque a eloquência de um historiador moderno familiarizou qualquer leitor inglês com este nome, mas devido à flagrante semelhança entre as personalidades de dois imperadores cujos talentos políticos eram superiores ao seu génio militar, e cujas virtudes especiosas foram muito mais o efeito da arte que o da Natureza. A abdicação de Carlos parece ter sido apressada pelas vicissitudes da sorte; e o malogro dos seus projectos favoritos levaram-no a abandonar um poder que ele achava inadequado à sua ambição. O reinado de Diocleciano evoluíra, contudo, numa senda de êxitos ininterruptos; e foi somente depois de ter vencido todos os ministros e realizado todos os seus desígnios que, segundo parece, ele concebeu seriamente a ideia de resignar do império. Nem Carlos nem Diocleciano haviam chegado a um período muito avançado da vida, dado um ter apenas cinquenta e cinco e o outro não mais de cinquenta e nove anos; mas a vida activa destes príncipes, nas suas guerras e viagens, as preocupações da realeza e o empenho no negócio público debilitara-lhes a compleição e trouxera as enfermidades de uma velhice prematura.

Apesar do rigor de um gélido e chuvoso Inverno, Diocleciano abandonou a Itália pouco depois da cerimónia do seu triunfo e iniciou a caminhada para o Oriente, dando a volta pela província da Ilíria. Contraiu em breve uma doença de languidez devido à inclemência do tempo e à fadiga da viagem; e embora se deslocasse em curtas etapas e fosse, regra geral, transportado numa liteira fechada, o distúrbio tornara-se muito grave e alarmante antes

de ele chegar a Nicomédia, cerca do final do Verão. Passou todo o Inverno no interior do palácio; o seu estado inspirava uma preocupação generalizada e sincera, mas o povo somente ajuizava das várias alterações da sua saúde através da alegria ou da consternação discernida no semblante e nas atitudes dos cortesãos. O rumor da sua morte correu por todo o lado durante algum tempo, e atribuíam-se a ocultação dela ao desejo de evitar os tumultos que poderiam ocorrer na ausência do César Galério. Finalmente, porém, no dia 1 de Março, Diocleciano voltou a aparecer em público, mas tão pálido e macilento que só dificilmente podia ser reconhecido até mesmo pelos mais íntimos. Chegara a altura de pôr termo ao doloroso combate que ele travara durante mais de um ano, entre os cuidados com a saúde e os deveres do cargo. Os primeiros exigiam repouso e esparecimento, e os segundos compeliavam-no a dirigir, do seu leito de doente, a administração de um grande império. Decidiu passar o resto dos seus dias num honroso descanso, pôr a sua glória fora do alcance dos golpes da sorte e abandonar o palco do mundo aos seus mais jovens e activos colegas.

A cerimónia da sua abdicação realizou-se numa espaçosa planície, a umas três milhas da Nicomédia. O imperador subiu a um alto trono e, num discurso pleno de razão e dignidade, anunciou as suas intenções ao povo e aos soldados que se haviam reunido neste momento excepcional. Mal havia tirado o manto de púrpura, afastou-se da multidão pasmada e, atravessando a cidade num carro coberto, seguiu de imediato para o retiro predilecto que escolhera no seu país natal da Dalmácia. Nesse mesmo dia, que era o primeiro de Maio, Maximiano, como fora previamente acordado, fez a sua resignação do cargo imperial em Milão. Mesmo na apoteose do triunfo romano, Diocleciano ponderara no seu desígnio de abdicar do governo. Dado pretender garantir a obediência de Maximiano, exigiu-lhe o compromisso geral de que submeteria todas as acções à autoridade do seu benfeitor, ou então a promessa particular de que desceria do trono quando para tal recebesse conselho e exemplo. No entanto, este ajuste, embora confirmado pela solenidade de um juramento diante do altar do Júpiter Capitolino, revelar-se-ia um débil freio ao temperamento impetuoso de Maximiano, cuja paixão era o amor ao poder e que não aspirava à tranquilidade presente nem à reputação futura. Apesar de tudo, cedeu com relutância ao ascendente que o seu mais sábio colega adquirira sobre ele e retirou-se imediatamente após a sua abdicação para uma vila na Lucânia,

onde era quase impossível que um espírito tão impaciente como o dele pudesse encontrar uma tranquilidade duradoura.

Diocleciano, que se elevara de uma origem servil até ao trono, passou os últimos nove anos da sua vida numa condição privada. A razão, aliada segundo parece à satisfação, ditara o seu recolhimento, no qual usufruiu durante muito tempo do respeito dos príncipes aos quais entregara o ceptro do mundo. É muito raro que os espíritos exercitados nos negócios públicos adquiram hábitos de meditação pessoal, e ao perderem o poder, costumam padecer sobretudo da falta de ocupação. O entretenimento oferecido pelas letras e pela devoção, fonte de tantos recursos na solidão, foram incapazes de concentrar a atenção de Diocleciano; ele preservara, no entanto, ou pelo menos recuperara, o gosto pelos mais inocentes e naturais prazeres, e as suas horas de lazer eram passadas a construir, a plantar e a jardinar. A sua resposta a Maximiano tem sido merecidamente elogiada. Este velho inquieto solicitou-lhe que voltasse a assumir as rédeas do governo e o manto imperial. Mas ele recusou a tentação com um sorriso de compaixão, observando calmamente que, se pudesse mostrar a Maximiano as couves que plantara em Salona por suas próprias mãos, o outro cessaria decerto de o instar a trocar o desfrute da felicidade pela busca do poder. Nas conversas com os amigos, reconheceu muitas vezes que, de todas as artes, a mais difícil era a arte de reinar; e exprimia-se sobre este tema favorito com um calor que só podia resultar da experiência. «Quantas vezes», costumava ele dizer, «quatro ou cinco ministros se mostram interessados em combinações para enganar o seu soberano! Isolado da espécie humana pela sua elevada dignidade, a verdade é subtraída ao conhecimento deste; somente consegue ver através dos olhos deles e nada mais escuta do que as suas mistificações. Atribui os mais importantes cargos ao vício e à fraqueza, e desfavorece os mais virtuosos e merecedores dos seus súbditos. Mediante tais infames meios», acrescentava Diocleciano, «os melhores e mais sábios príncipes são vendidos à venal corrupção dos seus cortesãos.» Uma justa avaliação da grandeza e a certeza de um renome imortal aumentam o nosso gosto pelos prazeres do retiro; mas o imperador romano desempenhara um papel demasiado importante no mundo para que pudesse apreciar plenamente o conforto e a segurança de uma condição privada. Era impossível que ele permanecesse na ignorância das perturbações que afectaram o império após a sua abdicação. Era impossível que se mantivesse indiferente às consequências delas. O medo, a mágoa e o descontentamento perseguiam-

no por vezes na sua solidão de Salona. A sua ternura, ou pelo menos o seu orgulho, foram profundamente feridos pelos infortúnios da mulher e da filha; e os últimos momentos de Diocleciano foram amargurados por várias afrontas que Licínio e Constantino podiam ter poupado ao pai de tantos imperadores, e ao primeiro autor das suas próprias fortunas. Um relato, embora de natureza muito duvidosa, chegou à nossa época dando-nos a entender que ele se furtou prudentemente ao poder de ambos por meio de uma morte voluntária.

Antes de largarmos o quadro da vida e do carácter de Diocleciano, podemos lançar por momentos um olhar sobre o lugar do seu retiro. Salona, uma das cidades mais importantes da sua província natal da Dalmácia, situava-se a duzentas milhas romanas (segundo a medida das estradas públicas) de Aquileia e das fronteiras de Itália, e a cerca de duzentas e setenta de Esmirna, a residência habitual dos imperadores sempre que visitavam a fronteira da Ilíria. Uma aldeia miserável ainda conserva o nome de Salona; no entanto, ainda no século xvi, os restos de um teatro e um confuso panorama de arcos partidos e colunas de mármore continuavam a atestar o seu antigo esplendor. Diocleciano construiu um imponente palácio a umas seis ou sete milhas da cidade e a grandeza da obra leva-nos a julgar que havia muito tempo ele congeminava abdicar do império. A escolha de um lugar que aliava tudo o que podia contribuir para a saúde ou o luxo não exigia o apego dele à sua pátria. «O solo era seco e fértil, o ar puro e saudável, e embora extremamente quente durante os meses de Verão, este país raras vezes é atingido pelos sufocantes e nocivos ventos a que as costas da Ístria e algumas regiões da Itália se encontram expostas. A vista enxergada do palácio não é menos bela do que o solo e o clima é convidativo. A ocidente, situa-se a fértil costa que se estende ao longo do Adriático, onde uma série de pequenas ilhas se distribui de tal forma que dá a esta parte do mar a aparência de um grande lago. A norte, fica a baía que conduzia à antiga cidade de Salona; e toda a região avistada mais além forma um feliz contraste com a imensa paisagem aquática que o Adriático apresenta, quer ao sul, quer a leste. Mais a norte, o panorama culmina com elevadas e acidentadas montanhas, situadas a justa distância e cobertas, em muitos sítios, de aldeias, bosques e vinhedos(*).»

Embora Constantino, movido por um óbvio preconceito, insistisse em mencionar com desprezo o palácio de Diocleciano, um dos seus sucessores, que já só o pôde ver num estado de desleixo e destruição, celebra o seu

esplendor em termos da mais elevada admiração. Abrangia uma extensão de terreno equivalente a nove ou dez acres ingleses. Tinha uma forma quadrangular, flanqueada por dezasseis torres. Dois dos lados mediam perto de seiscentos pés de comprimento, e os outros dois cerca de setecentos. Toda a construção era de uma bela pedra de cantaria, extraída das vizinhas pedreiras de Trau, ou Tragúcio, e de qualidade quase igual à do próprio mármore. Quatro ruas, intersectadas entre si em ângulos rectos, dividiam as várias partes deste grande edifício, e o acesso ao aposento principal fazia-se por uma entrada magnífica que ainda hoje é chamada a Porta Dourada. O acesso terminava num peristilo de colunas de granito, onde se via de um lado o templo quadrado de Esculápio, e do outro o templo octogonal de Júpiter. Diocleciano venerava a última destas divindades como o patrono da sua fortuna, e a primeira como o protector da sua saúde. Comparando as presentes ruínas com os preceitos de Vitruvius, as várias partes do edifício, os banhos, o quarto de dormir, o átrio, a basílica e as salas cizicena, coríntia e egípcia foram descritos com um certo grau de precisão, ou pelo menos de probabilidade. Tinham formas variadas e proporções justas, mas todos apresentavam duas imperfeições, ambas detestáveis aos nossos conceitos modernos de gosto e conforto. Estes imponentes compartimentos não possuíam janelas nem chaminés. Eram iluminados de cima (pois, aparentemente, a construção tinha apenas um andar) e recebiam calor por intermédio de tubos que se encontravam dispostos ao longo das paredes. O conjunto dos aposentos principais estava protegido a sudoeste por um pórtico com quinhentos e dezassete pés de comprimento, que devia formar um nobre e encantador passeio quando as belezas da pintura e da escultura se achavam reunidas às da paisagem.

Declínio das artes

Se este magnífico edifício se situasse numa região solitária, ficaria exposto aos estragos do tempo; mas talvez pudesse ter escapado à rapace indústria do homem. A aldeia de Aspálato e, muito tempo depois, a cidade provincial de Espálatro, cresceram sobre as suas ruínas. A Porta Dourada abre-se agora para o mercado público. São João Baptista usurpou as honras de Esculápio; e o templo de Júpiter, sob a protecção da Virgem,

transformou-se em igreja catedral. Devemos esta descrição do palácio de Diocleciano, antes de mais ninguém, a um engenhoso artista inglês da nossa época, que viajou até ao coração da Dalmácia levado pela sua larga curiosidade. Há, no entanto, razão para suspeitar que a elegância dos seus desenhos e gravuras favoreceu um pouco os objectos que ele tencionava representar. Somos informados por um mais recente e assaz judicioso viajante de que as impressionantes ruínas de Espálatro são tão expressivas do declínio das artes como da grandiosidade do Império Romano na época de Diocleciano. Se era esta, realmente, a situação da arquitectura, devemos naturalmente acreditar que a pintura e a escultura ainda acusavam uma decadência mais acentuada. A prática da arquitectura é dirigida por algumas regras gerais e até mesmo mecânicas. No entanto, a escultura, e sobretudo a pintura, propõem a imitação não só das formas da Natureza, mas igualmente dos caracteres e paixões da alma humana. Nestas artes sublimes, a destreza da mão de pouco vale, excepto quando animada pela fantasia e guiada pelo mais esmerado gosto e correcta observação.

Torna-se quase desnecessário notar que as discórdias civis do império, a licenciosidade dos soldados, as incursões dos bárbaros e o avanço do despotismo se tinham revelado muito funestos ao génio e ao próprio saber. A sucessão de príncipes ilírios restaurou o império sem restaurar as ciências. A sua educação militar não se destinara a incutir neles o amor das letras; e o próprio espírito de Diocleciano, por mais activo e capaz que se mostrasse na governação, nem de longe havia sido cultivado pelo estudo ou pela especulação. As profissões da jurisprudência e da medicina são de uso tão comum e ganho certo que disporão sempre de uma quantidade suficiente de praticantes dotados de um grau razoável de capacidade e conhecimento; mas os estudantes destas duas disciplinas não recorrem, segundo parece, a quaisquer mestres famosos que tenham surgido naquele período. A voz da poesia não se fazia ouvir. A história estava reduzida a secos e confusos resumos, igualmente desprovidos de deleite e instrução. Uma lânguida e afectada eloquência ainda se mantinha a expensas e ao serviço dos imperadores, que apenas encorajaram as artes que contribuíam para a satisfação do seu orgulho e a defesa do seu poder.

Esta época de declínio do conhecimento e da humanidade surge, contudo, assinalada pelo advento e rápidos progressos dos neoplatónicos. A escola da Alexandria silenciou a de Atenas; e as antigas seitas colocaram-se sob a égide dos professores mais em voga, que apoiavam o seu sistema na

novidade do seu método e na austeridade do seu comportamento. Vários destes mestres — Amónio, Plotino, Amélio e Porfírio — eram homens de pensamento profundo e de intensa aplicação, mas ao interpretarem erradamente o verdadeiro objectivo da filosofia, os seus esforços contribuíram muito mais para corromper do que para aperfeiçoar o intelecto humano. Os neoplatónicos negligenciaram o conhecimento adequado à nossa situação e faculdades, todo o leque da ciência moral natural e matemática; entretanto, desperdiçavam energia nas disputas verbais sobre metafísica, tentavam explorar os segredos do mundo invisível e estudavam para conciliar Aristóteles e Platão, matérias estas em que eram tão ignorantes como o resto da humanidade. Ao consumirem a sua razão nestas profundas mas insubstanciais reflexões, as suas mentes ficavam expostas ao ilusório da fantasia. Vangloriavam-se de que possuíam o segredo de libertar a alma da sua prisão corporal; apregoavam um comércio familiar com demónios e espíritos; e, mediante uma estranhíssima revolução, converteram o estudo da filosofia no da magia. Os sábios antigos haviam escarnecido da superstição popular; depois de disfarçarem uma tal extravagância sob o ténue véu da alegoria, os discípulos de Plotino e de Porfírio tornaram-se os seus mais zelosos defensores. Visto que concordavam com os cristãos nalguns misteriosos pontos da fé, atacaram o resto do seu sistema teológico com a raiva das guerras civis. Os neoplatónicos dificilmente mereceriam um lugar na história da ciência, mas são com grande frequência mencionados na da Igreja.

Capítulo 14

Constantino em Roma. As suas reformas legais

A primeira e fatal falha na organização de Diocleciano consistiu no facto de que tanto Maximiano como Constâncio tiveram filhos, Maxêncio e Constantino, respectivamente. Os favores paternos anularam o sistema eleitoral. Galério tentou separar Constantino do pai. No entanto, o jovem juntou-se ao pai na Bretanha e, após a morte deste em Iorque, foi proclamado Augusto. Nesse mesmo ano, Maxêncio rompeu o pacto e saiu do seu retiro.

O fio principal no emaranhado de guerras e manobras políticas reside na exímia estratégia de Constantino. Ele administrava a Gália, enquanto Maxêncio exercia um domínio tirânico sobre a Itália e a África. Invadiu então a Itália. Maxêncio foi derrotado e morto na Ponte Milvia, nos arredores de Roma. Diz-se que antes desta batalha é que Constantino teve a visão que decidiu a sua conversão ao cristianismo.

Constantino em Roma

No aproveitamento da vitória, Constantino não mereceu o elogio de clemência nem se prestou à censura de um rigor imoderado. Aplicou o mesmo tratamento a que uma derrota teria exposto a sua pessoa e a família, condenou à morte os dois filhos do tirano e extirpou cuidadosamente toda a

sua raça. Seria de esperar que os mais notórios adeptos de Maxêncio partilhassem do seu destino, tal como haviam partilhado da sua prosperidade e dos seus crimes; mas quando o povo romano exigiu ruidosamente um maior número de vítimas, o conquistador resistiu, com firmeza e humanidade, a estes clamores servis que eram ditados pela lisonja e bem assim pelo ressentimento. Os delatores foram punidos e desencorajados; os inocentes que tinham sofrido com a recente tirania foram chamados do exílio e recuperaram os seus bens. Uma amnistia geral apaziguou os espíritos e assegurou o património do povo em Itália e na África. Da primeira vez que Constantino honrou o Senado com a sua presença, recapitulou os seus serviços e feitos num discurso modesto, exprimiu o seu sincero respeito por esta ilustre assembleia e prometeu devolver-lhe a sua antiga dignidade e privilégios. O agradecido Senado pagou estas ocas declarações mediante vãos títulos honoríficos que ainda tinha poder para atribuir; e, sem ter a presunção de ratificar a autoridade de Constantino, promulgou um decreto que lhe conferia a primazia entre os três Augustos que governavam o mundo romano. Jogos e festas foram instituídos para preservar a fama da sua vitória, e vários edifícios, construídos a expensas de Maxêncio, foram dedicados ao seu vitorioso rival. O arco de triunfo de Constantino ainda subsiste como uma triste prova do declínio das artes e um singular testemunho da mais baixa vaidade. Como não era possível encontrar na capital do império um escultor com capacidade para adornar este monumento público, o arco de Trajano, sem qualquer respeito pela memória dele ou pelas regras do decoro, foi despojado das suas mais elegantes figuras. Não se tomou em consideração a diferença de épocas e de pessoas, de acções e de caracteres. Os cativos partos aparecem prosternados aos pés de um príncipe que nunca pegou em armas para lá do Eufrates; e antiquários curiosos ainda podem descobrir a cabeça de Trajano sobre os troféus de Constantino. Os novos ornamentos que se tornava necessário introduzir nas lacunas da antiga escultura obedecem à mais tosca e desajeitada execução.

A abolição definitiva dos guardas pretorianos foi uma medida tão prudente quanto vingativa. Estas arrogantes tropas, cujo número e privilégios haviam sido restaurados e até mesmo acrescidos por Maxêncio, foram para todo o sempre suprimidas por Constantino. O seu acampamento fortificado foi destruído, e os poucos pretorianos que haviam escapado à fúria da espada viram-se dispersados pelas legiões e banidos para as

fronteiras do império, onde podiam ser úteis sem se tornarem de novo perigosos. Ao suprimir as tropas que habitualmente se encontravam estacionadas em Roma, Constantino desferiu o golpe final na dignidade do Senado e do povo, e a capital, desarmada, ficou exposta sem defesa aos insultos ou à indiferença do seu distante senhor. Podemos assinalar que, neste derradeiro esforço para preservar a sua liberdade agonizante, os Romanos, com receio de um tributo, tinham elevado Maxêncio ao trono. Este exigiu o mesmo tributo ao Senado sob o nome de uma dádiva voluntária. Eles imploraram então a assistência de Constantino, o qual venceu o tirano e transformou a dádiva voluntária em imposto perpétuo. Os senadores estavam divididos em várias classes, segundo a declaração a que eram forçados dos seus bens. A mais opulenta pagava anualmente oito libras de ouro, a classe seguinte pagava quatro, a última dois, e aqueles cuja pobreza poderia justificar uma isenção eram, mesmo assim, tributados em sete moedas em ouro. Além dos membros regulares do Senado, os seus filhos, os descendentes e os próprios parentes desfrutavam dos vãos privilégios e suportavam os pesados encargos da ordem senatorial; e já não nos causa surpresa o facto de Constantino se mostrar interessado em aumentar o número de pessoas que estavam abrangidas por um tão útil estatuto. Após a derrota de Maxêncio, o imperador vitorioso não permaneceu mais de dois ou três meses na cidade de Roma, a qual visitou duas vezes em todo o resto da sua vida, para celebrar as festas solenes do décimo e do vigésimo aniversário do seu reinado. Constantino encontrava-se quase sempre em movimento para exercitar as legiões ou inspeccionar o estado das províncias. Tréveros, Milão, Aquileia, Esmirna, Naísso e Tessalónica foram os seus ocasionais lugares de residência até fundar uma nova roma nos confins da Europa e da Ásia.

Primeiro, Constantino estabeleceu uma aliança com Licínio, e em seguida combateu contra ele. Reconciliaram-se após as batalhas de Cibalas e Mardia.

Reformas legais de Constantino

A reconciliação de Constantino e de Licínio, se bem que ensombrada pelo ressentimento e o ciúme, pela lembrança de recentes injúrias e a apreensão de perigos futuros, preservou apesar de tudo, durante mais de oito anos, a tranquilidade do mundo romano. Dado uma série muito regular de leis imperiais se iniciar por volta deste período, não seria difícil transcrever os regulamentos civis que ocupavam as horas vagas de Constantino. Mas as mais significativas das suas instituições relacionam-se intimamente com o novo sistema de política e de religião, o qual só ficou solidamente estabelecido nos últimos e calmos anos do seu reinado. Muitas das suas leis, na medida em que se referem aos direitos e às propriedades dos indivíduos e à prática forense, remetem mais para a jurisprudência privada do que para a administração pública do império; e ele publicou muitos edictos de natureza de tal modo local e temporária, que dificilmente mereceriam ser registados numa história universal. Há, no entanto, duas leis que podem ser salientadas no todo; uma pela sua importância, a outra pela sua singularidade; a primeira pela sua notável benevolência, a segunda pela sua excessiva severidade, 1) A terrível prática, tão vulgar entre os Antigos, de expor ou matar os filhos recém-nascidos tornou-se de dia para dia mais frequente nas províncias e, em especial, em Itália. Tratava-se do resultado da miséria; e a miséria era sobretudo originada pelo fardo insuportável dos impostos e pelas humilhações, bem como pelas implacáveis acções judiciais, dos funcionários do fisco contra os devedores insolventes. A parte menos opulenta ou industriosa da humanidade, em vez de se alegrar com o aumento da família, considerava um acto de ternura paternal libertar os filhos das aflições ameaçadoras de uma vida que eles próprios eram incapazes de suportar. O espírito generoso de Constantino, talvez movido por alguns recentes e inacreditáveis exemplos de desespero, levou-o a endereçar um edicto a todas as cidades de Itália, e em seguida de África, decretando um imediato e suficiente socorro aos pais que apresentassem diante dos magistrados os filhos que a sua pobreza não lhes permitia criar. A promessa era, no entanto, demasiado liberal, e os recursos demasiado vagos para produzirem qualquer benefício geral ou permanente. Embora a lei mereça algum louvor, ela serviu mais para realçar do que para minorar a pobreza pública. Vemo-la hoje como um autêntico monumento para confundir e contraditar os venais oradores que se encontravam demasiado satisfeitos com a sua própria situação para que pudessem deslindar qualquer vício ou miséria sob o governo de um pródigo soberano. 2) As leis de

Constantino contra os raptos foram ditadas com muito pouca indulgência pelas fraquezas mais desculpáveis da natureza humana, visto a descrição deste crime se aplicar não só à brutal violência que coagia, mas também à meiga sedução capaz de persuadir uma mulher solteira, com menos de vinte e cinco anos, a abandonar a casa dos pais. «O raptor bem-sucedido era punido com a morte; e, como se a simples morte fosse inadequada à imensidade da sua culpa, era queimado vivo ou despedaçado pelas feras no anfiteatro. A declaração da virgem de que fora levada com o seu próprio consentimento, em vez de salvar o amante, expunha-a a partilhar da sorte dele. O dever de instaurar um processo era imposto aos pais da culpada ou infeliz jovem; e sempre que os impulsos do coração prevaleciam, fazendo-os esconder a ofensa e reparar a honra da família mediante um casamento subsequente, eram punidos eles próprios com o exílio e a confiscação dos bens. Os escravos, de ambos os sexos, inculcados de favorecer o rapto ou a sedução eram queimados vivos ou supliciados por meio de requintada tortura, que consistia em enfiar-lhes na garganta uma certa quantidade de chumbo derretido. Visto tratar-se de um crime de natureza pública, a acusação era permitida até mesmo aos desconhecidos. O crime nunca prescrevia com a passagem dos anos e as consequências da sentença estendiam-se ao rebento inocente desta união ilegal.» Mas quando a ofensa inspira menos horror do que o castigo, o rigor da lei penal é forçado a ceder aos sentimentos comuns dos homens. As partes mais odiosas deste edicto foram suavizadas ou anuladas nos reinados seguintes; e o próprio Constantino mitigou frequentemente, mediante actos parciais de clemência, a rígida feição das suas instituições gerais. Tal era, na realidade, a índole singular deste imperador, que se mostrou tão indulgente, e mesmo negligente, na execução das leis, quanto severo, e até cruel, na promulgação delas. Seria muito difícil apontar um sintoma mais decisivo de fraqueza, quer na personalidade do príncipe, quer na constituição do governo.

Em 323, voltou a rebentar a guerra civil entre Constantino e Licínio. Depois das batalhas de Adrianópolis e de Crisópolis, e da morte de Licínio, Constantino obteve o domínio exclusivo sobre o império.

O AVANÇO DO CRISTIANISMO

Capítulo 15

Cinco causas da evolução do cristianismo. Condições favoráveis aos seus progressos. O número e a condição dos primitivos cristãos

Um exame imparcial, mas ponderado, dos progressos e estabelecimento do cristianismo pode ser considerado como uma parte essencial da História do Império Romano. Enquanto este imenso conjunto era invadido pela violência declarada ou minado por uma lenta decadência, uma religião pura e humilde insinuou-se suavemente no espírito dos homens, desenvolveu-se no meio do silêncio e da obscuridade, ganhou um novo vigor na oposição e, por fim, ergueu o estandarte vitorioso da Cruz sobre as ruínas do Capitólio. A influência do cristianismo tão-pouco se limitou ao período ou às fronteiras do Império Romano. Após uma revolução de treze ou catorze séculos, esta religião continua a ser professada pelas nações da Europa, a parte mais notável da humanidade no campo das artes e das ciências, bem como no das armas. Mercê do esforço e do zelo dos Europeus, ela foi amplamente difundida até às terras mais remotas da Ásia e da África; e, por intermédio das suas colônias, estabeleceu-se solidamente desde o Canadá até ao Chile, num mundo desconhecido pelos Antigos.

Mas este exame, ainda que muito útil ou interessante, depara com duas dificuldades específicas. Os materiais escassos e suspeitos da história eclesiástica raramente nos permitem dissipar as espessas nuvens que pairam sobre a primeira idade da Igreja. A grande lei da imparcialidade obriga-nos, demasiadas vezes, a revelar as imperfeições dos pregadores e crentes do Evangelho falhos de inspiração; e, aos olhos de um observador desatento, os seus erros talvez pareçam lançar uma sombra sobre a fé que eles professavam. No entanto, o escândalo do piedoso cristão e o triunfo ilusório do ímpio deviam cessar logo que eles relembram não só *por quem*, mas igualmente *a quem* foi concedida a Revelação Divina. O teólogo pode apreciar a agradável tarefa de descrever a religião, tal como ela desceu dos céus, imbuída da sua pureza original. Ao historiador impõe-se um dever mais triste. Cabe-lhe descobrir a inevitável mescla de erro e corrupção que ela contraiu durante uma longa permanência na terra, entre uma fraca e degenerada raça de criaturas.

A nossa curiosidade é naturalmente propensa a indagar por que meios a fé cristã obteve uma vitória tão assinalável sobre as religiões já estabelecidas no mundo. A esta interrogação pode dar-se uma óbvia mas satisfatória resposta; que tal se deveu à convincente evidência da própria doutrina e à imperante providência do seu grande Autor. No entanto, visto que a verdade e a razão raramente encontram um acolhimento tão favorável no mundo, que a sabedoria da Providência muitas vezes condescende em servir-se das paixões dos nossos corações e das circunstâncias gerais da humanidade como instrumentos de execução do seu desígnio, ainda nos pode ser permitido, embora com o devido respeito, perguntar, não de facto quais foram as primeiras, mas sim as causas secundárias do rápido crescimento da Igreja cristã. Concluir-se-á, porventura, que ela foi efectivamente muito favorecida e ajudada pelas cinco causas seguintes: I. O inflexível e, se é que podemos empregar tal expressão, intolerante zelo dos cristãos, resultante, é bem certo, da religião judaica, mas expurgado do espírito estreito e insociável que, em vez de convidar, demovera os gentios de abraçar a lei de Moisés. II. A doutrina de uma vida futura, aperfeiçoada por todas as circunstâncias adicionais e susceptíveis de conferir peso e eficácia a esta importante verdade. III. Os poderes milagrosos atribuídos à Igreja primitiva. IV. A pura e austera moral dos cristãos. V. A união e disciplina da comunidade cristã que, a pouco e pouco, constituiu um Estado independente e florescente no seio do Império Romano.

O zelo inflexível dos cristãos herdado dos Judeus

I. Já descrevemos a harmonia religiosa do mundo antigo e a facilidade com que as mais diversas, e até mesmo hostis nações abraçavam, ou pelo menos respeitavam, as mútuas superstições. Só um povo se negou a aderir à convivência geral da humanidade. Os Judeus, que sob as monarquias assíria e persa tinham definhado durante muitos séculos como os mais desprezíveis dos seus escravos, emergiram da obscuridade sob os sucessores de Alexandre; e, na medida que se foram multiplicando em grau surpreendente no Oriente, e depois no Ocidente, não tardaram a despertar a curiosidade e admiração das restantes nações. A invencível obstinação com que mantiveram os seus ritos peculiares e os seus costumes insociáveis pareciam indicá-los como uma espécie distinta de homens que professavam ousadamente, ou dissimulavam muito pouco, o seu ódio implacável ao resto da humanidade. Nem a violência de Antíoco nem os ardis de Herodes, ou sequer o exemplo das nações circunvizinhas, conseguiu alguma vez persuadir os Judeus a associar a elegante mitologia dos Gregos aos preceitos de Moisés. Segundo as máximas da tolerância universal, os Romanos protegiam uma superstição por eles desprezada. O urbano Augusto condescendeu em ordenar que se oferecessem sacrifícios pela sua prosperidade no templo de Jerusalém; ao passo que o último dos descendentes de Abraão, se acaso prestasse a mesma homenagem ao Júpiter do Capitólio, se tornaria um objecto de horror a seus olhos e ao dos seus irmãos. No entanto, a moderação dos conquistadores revelou-se insuficiente para apaziguar os ciosos preconceitos destes súbditos, os quais ficaram escandalizados e alarmados ante as insígnias do paganismo que necessariamente se introduziam numa província romana. A louca tentativa de Calígula de colocar a sua própria estátua no templo de Jerusalém foi contrariada pela unânime resolução de um povo que receava muito menos a morte do que uma tal profanação idólatra. O seu apego à lei de Moisés era igual à sua aversão às religiões estrangeiras. A corrente de zelo e devoção, apertada num estreito canal, correu com a força, e por vezes com a fúria, de uma torrente caudalosa.

Esta inflexível perseverança, que parecia tão odiosa ou ridícula ao mundo antigo, adquire uma feição mais grandiosa desde que a Providência se dignou revelar-nos a misteriosa história do povo eleito. No entanto, o

devoto e mesmo escrupuloso apego à religião mosaica, tão conspícuo entre os Judeus que viveram sob o segundo templo, ainda se torna mais surpreendente quando comparado com a pertinaz descrença dos seus antepassados. Quando a lei foi dada, por entre relâmpagos, no monte Sinai; quando as vagas do oceano e o curso dos planetas se suspenderam para conveniência dos Israelitas; e quando as recompensas e castigos temporários eram as consequências imediatas da sua piedade ou da sua desobediência, eles sempre se revoltaram contra a visível majestade do seu Divino Rei, colocando os ídolos das nações no santuário de Jeová e imitando todas as cerimónias fantásticas praticadas sob as tendas dos Árabes ou nas cidades da Fenícia. Conforme a protecção do Céu ia sendo merecidamente retirada à raça ingrata, a sua fé adquiria um grau proporcional de vigor e pureza. Os contemporâneos de Moisés e de Josué tinham encarado com despreocupada indiferença os mais surpreendentes milagres. Sob o peso de todas as calamidades, a crença nestes milagres preservou os Judeus que viviam num período mais tardio do contágio universal da idolatria; e, contrariamente a todos os princípios conhecidos do espírito humano, este povo singular parece ter dado uma mais forte e pronta anuência às tradições dos seus remotos antepassados do que à evidência dos seus próprios sentidos(*).

A religião judaica estava admiravelmente apetrechada para a defesa, mas nunca foi talhada para a conquista; e parece provável que o número de prosélitos nunca tenha excedido muito o dos apóstatas. As promessas divinas foram originalmente feitas a uma só família, e o rito distintivo da circuncisão só a ela prescrito. Depois de a posteridade de Abraão se ter multiplicado como as areias do mar, a Divindade, de cuja boca ela recebera um sistema de leis e cerimónias, declarou-se o Deus próprio e, por assim dizer, nacional de Israel; e, com o mais cioso cuidado, separou o seu povo favorito do resto da humanidade. A conquista da terra de Canaã fez-se acompanhar de tantas maravilhas e de tantas circunstâncias sangrentas, que os Judeus vitoriosos ficaram numa situação de irreconciliável hostilidade perante todos os seus vizinhos. Havia recebido ordens para eliminar algumas das tribos mais idólatras, e a execução da vontade divina raramente foi protelada pelas fraquezas da humanidade. Estavam proibidos de contrair casamento ou alianças com as outras nações; e a interdição de receber estrangeiros na congregação, que em alguns casos era perpétua, quase sempre se estendia à terceira, à sétima ou até mesmo à décima geração. A

obrigação de pregar aos gentios a fé de Moisés nunca tinha sido inculcada como um preceito da lei, nem os Judeus se mostravam dispostos a impô-la a si próprios como um dever voluntário.

No tocante à admissão de novos cidadãos, este povo insociável foi mais induzido pela vaidade egoísta dos Gregos do que pela política generosa de Roma. Os descendentes de Abraão sentiam-se lisonjeados pela opinião de que só eles eram os herdeiros da aliança e temiam diminuir o valor do seu património se o partilhassem demasiado facilmente com os estrangeiros da terra. Um relacionamento mais vasto com a espécie humana alargou os seus conhecimentos, sem lhes retirar os preconceitos; e sempre que o Deus de Israel adquiria novos adeptos, ficava muito mais a devê-lo ao humor instável do politeísmo do que ao activo zelo dos seus próprios missionários. A religião de Moisés parece ter sido instituída para uma região particular, e bem assim para uma única nação; e caso tivesse sido prestada uma rigorosa obediência ao preceito que mandava todos os varões apresentarem-se três vezes por ano diante do Senhor Jeová, seria impossível que os Judeus se espalhassem alguma vez para lá dos estreitos limites da terra prometida. Este obstáculo foi, na realidade, removido pela destruição do templo de Jerusalém: no entanto, a parte mais significativa da religião judaica acabou envolvida na sua destruição; e os pagãos, que durante muito tempo se tinham admirado do estranho rumor que circulava sobre um santuário vazio, não conseguiam descobrir qual podia ser o objecto ou quais os instrumentos de um culto que se apresentava destituído de templos e de altares, de sacerdotes e de sacrifícios. No entanto, até mesmo na sua situação perdida, os Judeus, continuando a reclamar os seus elevados e exclusivos privilégios, evitaram, em vez de cortejar, a sociedade dos estrangeiros. Ainda insistiam, com implacável rigor, nas partes da lei que estavam em condições de praticar. As suas peculiares distinções de dias, de alimentos, e uma série de observâncias triviais, embora penosas, eram outros tantos motivos de repugnância e de aversão para as outras nações, que possuíam hábitos e preconceitos diametralmente opostos. O doloroso e mesmo arriscado rito da circuncisão bastava só por si para arredar um converso voluntário da porta da sinagoga.

Nestas circunstâncias, o cristianismo apresentou-se ao mundo munido da força da lei mosaica e liberto do peso dos seus grilhões. Um zelo exclusivo em prol da verdade da religião e da unidade de Deus encontrava-se tão cuidadosamente inculcado ao novo, quanto no antigo sistema; e o quer que

fosse agora revelado à humanidade em relação à natureza e aos desígnios do Ente Supremo servia para aumentar a sua veneração por esta misteriosa doutrina. A autoridade divina de Moisés e dos profetas foi aceite, e inclusive estabelecida, como a mais sólida base do cristianismo. Desde o princípio do mundo que uma série ininterrupta de profecias anunciara e preparara a vinda, havia muito esperada, do Messias, o qual, segundo as grosseiras concepções dos Judeus, fora mais frequentemente representado sob o aspecto de um Rei e Conquistador que de um Profeta, Mártir e Filho de Deus. Graças ao seu sacrifício expiatório, os sacrifícios imperfeitos do templo foram ao mesmo tempo consumados e abolidos. À lei cerimonial, que consistia apenas em tipos e figuras, sucedeu um culto puro e espiritual, igualmente adaptado a todos os climas e a todas as condições do género humano; e a iniciação pelo sangue foi substituída por uma mais inofensiva iniciação pela água. A promessa do favor divino, em vez de se limitar parcialmente à posteridade de Abraão, foi universalmente feita ao homem livre e ao escravo, ao grego e ao bárbaro, ao judeu e ao gentio. Todos os privilégios susceptíveis de erguer o prosélito da terra aos céus, de exaltar a sua devoção, de garantir a sua felicidade ou mesmo de satisfazer esse secreto orgulho que, sob a capa da devoção, se insinua no coração humano, mantinham-se ainda reservados aos membros da Igreja cristã; mas, em simultâneo, toda a humanidade era autorizada, e até solicitada, a aceitar a gloriosa distinção, que não só se oferecia como favor, mas se impunha como uma obrigação. O dever mais sagrado de um novo convertido passou a ser o de difundir entre os amigos e familiares a preciosa bênção por ele recebida e preveni-los contra uma recusa que seria severamente punida como desobediência criminosa à vontade de um Deus benevolente mas onnipotente.

A emancipação da Igreja dos laços da sinagoga foi, no entanto, uma tarefa que demorou certo tempo e se revelou algo difícil. Os judeus convertidos, que reconheciam na pessoa de Jesus o Messias anunciado pelos antigos oráculos, respeitavam-no como um mestre profético da virtude e da religião; mas aderiam obstinadamente às cerimónias dos seus antepassados e desejavam impô-las aos gentios, os quais aumentavam constantemente o número de crentes. Estes cristãos judaizantes parecem ter argumentado com alguma plausibilidade invocando a origem divina da lei mosaica e as imutáveis perfeições do seu grande Autor. Afirmavam que, se o Ente que é o mesmo por toda a eternidade tivesse resolvido abolir esses

rituais sagrados que haviam servido para diferenciar o seu povo eleito, a revogação deles não teria sido menos clara e solene do que a sua primeira promulgação; *que*, em vez das frequentes declarações que pressupõem ou garantem a perpetuidade da religião mosaica, esta teria sido representada como um plano provisório destinado a durar somente até à vinda do Messias que ensinaria à humanidade um modo mais perfeito de fé e de culto; *que* o próprio Messias e os seus discípulos que conversaram com ele na terra, em vez de permitirem com o seu exemplo as mais minuciosas observâncias da lei mosaica, teriam anunciado ao mundo a abolição destas inúteis e obsoletas cerimónias, sem deixar que o cristianismo permanecesse durante tantos anos obscuramente confundido no meio das seitas da Igreja judaica. Argumentos deste tipo parece terem sido utilizados na defesa da causa agonizante da lei de Moisés; mas a diligência dos nossos eruditos teólogos explicou em pormenor a linguagem ambígua do Velho Testamento e o comportamento ambíguo dos pregadores apostólicos. Era conveniente expor a pouco e pouco o sistema do Evangelho e pronunciar com a máxima cautela e delicadeza uma sentença de condenação tão adversa às inclinações e preconceitos dos judeus convertidos.

A história da Igreja de Jerusalém fornece uma prova flagrante da necessidade destas precauções e da profunda impressão que a religião judaica tinha incutido na mente dos seus sectários. Os primeiros quinze bispos de Jerusalém foram todos judeus circuncidados; e a congregação à qual presidiam aliava a lei de Moisés à doutrina de Cristo. Era natural que a tradição primitiva de uma Igreja fundada apenas quarenta dias após a morte de Cristo e governada, durante quase o mesmo número de anos, sob a vigilância dos seus apóstolos, fosse recebida como o modelo da ortodoxia. As Igrejas distantes apelavam com muita frequência à autoridade da sua venerável Mãe e mitigavam as carências dela mediante um pródigo contributo de esmolas. Mas quando inúmeras e opulentas comunidades se estabeleceram nas grandes cidades do império, em Antioquia, Alexandria, Éfeso, Corinto e Roma, a veneração que Jerusalém havia inspirado a todas as colónias cristãs foi insensivelmente diminuindo. Os judeus convertidos ou, como mais tarde foram designados, os nazarenos, que tinham lançado os alicerces da Igreja, depressa se viram submersos pelas crescentes multidões que, oriundas de várias religiões do politeísmo, se alistaram sob a bandeira de Cristo; e os gentios que, mediante a aprovação do seu apóstolo particular, tinham rejeitado o peso intolerável das cerimónias mosaicas

recusaram por fim, aos seus mais escrupulosos irmãos, a mesma tolerância que tinham humildemente solicitado antes para a sua própria prática. A ruína do templo, da cidade e da religião pública dos Judeus foi profundamente sentida pelos nazarenos; nos seus costumes, embora não na fé, eles mantiveram uma íntima ligação com os seus ímpios compatriotas, cujas desgraças eram atribuídas pelos pagãos ao desprezo, ou à ira, como mais justamente imputavam os cristãos, da Suprema Divindade. Os nazarenos retiraram-se das ruínas de Jerusalém para a cidadezinha de Péla, do outro lado do Jordão, onde esta antiga Igreja estiolou mais de sessenta anos numa atmosfera de solidão e obscuridade. Continuavam a desfrutar do consolo de fazerem frequentes e devotas visitas à *Cidade Santa*, e a acalantar a esperança de voltarem um dia a ocupar os lugares que tanto a natureza como a religião os haviam ensinado a amar e a respeitar. Mas, finalmente, sob o reinado de Adriano, o fanatismo desesperado dos Judeus fez transbordar a medida das suas calamidades; e os Romanos, exasperados pelas repetidas revoltas deles, exerceram os direitos de vitória com invulgar rigor. O imperador fundou, sob o nome de Élia Capitolina, uma nova cidade no monte Sião, à qual concedeu os privilégios de uma colónia; e, ameaçando com os mais severos castigos contra os membros do povo judeu que se atrevessem a aproximar-se do seu recinto, colocou a vigilante guarnição de uma coorte romana para assegurar a execução das suas ordens. Os nazarenos só tinham uma maneira de escapar à proscrição geral, e a força da verdade foi, nesta conjuntura, ajudada pela influência das vantagens temporais. Elegeram, como seu bispo, Marco, um prelado da raça dos gentios e, muito provavelmente, oriundo de Itália ou de alguma das províncias latinas. Mercê da sua persuasão, a parte mais significativa da congregação renunciou à lei de Moisés, cuja prática haviam preservado durante mais de um século. Este sacrifício dos seus hábitos e preconceitos valeu-lhes o livre ingresso na colónia de Adriano e consolidou mais firmemente a sua união com a Igreja Católica.

Depois de o nome e as honras da Igreja de Jerusalém terem sido restabelecidos no monte Sião, os crimes de heresia e de cisma foram imputados aos obscuros restos de nazarenos que se recusaram a acompanhar o seu bispo latino. Continuaram a manter a sua primeira habitação de Péla, espalharam-se pelas aldeias próximas de Damasco e constituíram uma minúscula Igreja na cidade de Bereia ou, como actualmente se designa, de Alepo, na Síria. O nome de nazarenos pareceu

demasiado honroso para estes judeus cristãos, e eles não tardaram a receber, dada a suposta pobreza do seu intelecto, bem como da sua situação, o desdenhoso epíteto de ebionitas. Poucos anos após o regresso da Igreja de Jerusalém, tornou-se motivo de dúvida e de controvérsia se um homem que reconhecia sinceramente Jesus como o Messias, mas continuava a observar a lei de Moisés, podia ter esperança na salvação. A índole generosa de Justino, *o Mártir*, predispô-lo a responder a esta questão pela afirmativa; e embora se expressasse com a mais reservada modéstia, arriscou-se a decidir a favor de um cristão tão imperfeito, caso ele se contentasse em praticar as cerimónias mosaicas sem pretender apregoar o seu uso ou necessidade generalizados. Mas quando Justino foi instado a declarar o sentimento da Igreja, confessou que havia muitos cristãos ortodoxos que não só excluía os seus irmãos judaizantes da esperança de salvação, como também se negavam a lidar com eles nas comuns usanças da amizade, da hospitalidade e da vida social. A opinião mais rigorosa prevaleceu, como era de esperar, sobre a mais suave; e estabeleceu-se uma eterna linha de separação entre os discípulos de Moisés e os de Cristo. Os infelizes ebionitas, proscritos de uma religião como apóstatas e da outra como hereges, viram-se obrigados a assumir um carácter mais firme; e, embora alguns vestígios desta seita obsoleta ainda possam discernir-se numa época tão tardia como o século iv, ela fundiu-se insensivelmente com a igreja ou com a sinagoga.

Enquanto a Igreja ortodoxa preservou um justo meio-termo entre uma excessiva veneração e um desprezo inconveniente pela lei de Moisés, os vários heréticos caíram em extremos semelhantemente radicais, mas opostos, de erro e extravagância. Os ebionitas haviam concluído, a partir da verdade reconhecida da religião judaica, que ela jamais poderia ser abolida. Etribados nas suas supostas imperfeições, os gnósticos apressaram-se a inferir que ela nunca fora estabelecida pela sabedoria da Divindade. Existem algumas objecções contra a autoridade de Moisés e dos profetas que se apresentam demasiado facilmente ao espírito céptico, embora elas só possam resultar da nossa ignorância sobre uma antiguidade remota e da nossa incapacidade para formular um juízo adequado da economia divina. Estas objecções foram avidamente abraçadas e petulantemente frisadas pela vã ciência dos gnósticos. Dado estes heréticos se oporem, na sua maioria, aos prazeres dos sentidos, eles censuravam azedamente a poligamia dos patriarcas, as galantarias de David e o serralho de Salomão. Tinham dificuldade em conciliar a conquista da terra de Canaã e o extermínio dos

inocentes nativos com as noções comuns de humanidade e de justiça. Mas ao relembrares a sangrenta lista de assassinios, de execuções e de chacinas que mancham quase todas as páginas dos anais judaicos, eles admitiam que os bárbaros da Palestina haviam demonstrado tanta compaixão pelos seus inimigos idólatras como pelos seus amigos ou compatriotas. Passando dos sectários da lei à lei em si mesma, afirmaram que era impossível que uma religião apenas composta de sacrifícios sangrentos e de cerimónias fúteis, e cujas recompensas e castigos eram todos de natureza carnal e temporal, pudesse inspirar o amor da virtude ou refrear o ímpeto da paixão. A narrativa mosaica da criação e da queda do homem era tratada com profano escárnio pelos gnósticos, que se recusavam a dar ouvidos ao descanso da Divindade após seis dias de trabalho, à costela de Adão, ao jardim do Éden, às árvores da vida e da ciência, à serpente falante, ao fruto proibido e à condenação pronunciada contra o género humano pela ofensa venial dos seus primeiros progenitores. O Deus de Israel era impiedosamente representado pelos gnósticos como um ser sujeito à paixão e ao erro, caprichoso nos favores concedidos, implacavelmente vingativo, baixamente cioso do seu culto supersticioso e limitando a sua parcial providência a um único povo e a esta vida transitória. Nada havia nesta imagem que lhes permitisse discernir os traços do sábio e onnipotente Pai do Universo. Admitiam que a religião dos Judeus era um pouco menos criminosa do que a idolatria dos gentios; mas defendiam como doutrina fundamental que o Cristo que adoravam como a primeira e mais brilhante emanção da Divindade apareceu na terra para salvar a humanidade dos seus vários erros e para revelar um *novo* sistema de verdade e perfeição. Devido a uma singular condescendência, os mais sábios dos padres da Igreja aceitaram imprudentemente os sofismas dos gnósticos. Reconhecendo que o sentido literal repugna a todos os princípios da fé e da razão, eles julgavam-se seguros e invulneráveis por detrás do amplo véu da alegoria, o qual estendem cuidadosamente sobre todos os aspectos delicados do sistema mosaico.

Observou-se, com mais ingenuidade do que verdade, que a pureza virginal da Igreja nunca foi violada pelo cisma nem pela heresia antes dos reinados de Trajano ou de Adriano, cerca de cem anos após a morte de Cristo. Podemos afirmar com muito mais propriedade que, durante este período, os discípulos do Messias cultivaram uma desafogada latitude de fé e de prática, muito superior à que foi consentida nos séculos seguintes. À medida que os limites da comunhão se estreitavam paulatinamente e a

autoridade espiritual do partido predominante era exercida com crescente severidade, muitos dos seus mais respeitáveis adeptos, que se viam intimados a renunciar às suas opiniões privadas, eram levados a proclamá-las e a prolongar as consequências dos seus princípios errados, erguendo abertamente o estandarte da rebelião contra a unidade da Igreja. Os gnósticos distinguiram-se como os mais educados, mais eruditos e mais ricos de nome cristão; e essa designação geral, que expressava uma superioridade de conhecimento, foi assumida por uma questão de orgulho pessoal ou então ironicamente atribuída pela inveja dos seus adversários. Pertenciam, na quase totalidade, à raça dos gentios, e os seus principais fundadores foram, segundo parece, habitantes da Síria ou do Egito, onde o clima quente predispõe tanto o espírito como o corpo a uma indolente e contemplativa devoção. Os gnósticos misturavam a fé de Cristo com muitos dogmas sublimes, mas obscuros, os quais retiravam da filosofia oriental e até mesmo da religião de Zoroastro, relativos à eternidade da matéria, à existência de dois princípios e à misteriosa hierarquia do mundo invisível. Assim que mergulharam neste vasto abismo, tomaram por guia uma imaginação desenfreada; e porque os caminhos do erro são vários e infinitos, os gnósticos dividiram-se imperceptivelmente em mais de cinquenta seitas particulares, das quais as mais famosas parecem ter sido os basilidianos, os valentinianos, os marcionitas e, num período ainda mais tardio, os maniqueus. Cada uma destas seitas podia gabar-se dos seus bispos e congregações, dos seus doutores e mártires; e, em vez dos Quatro Evangelhos adoptados pela Igreja, os heréticos criaram uma série de histórias em que as acções e discursos de Cristo e dos seus apóstolos eram adaptados às suas respectivas doutrinas. O sucesso dos gnósticos foi rápido e difuso. Expandiram-se pela Ásia e o Egito, estabeleceram-se em Roma e penetraram não raro nas províncias do Ocidente. Despontaram, na sua maioria, no século ii, floresceram durante o século iii e foram suprimidos no século iv ou v, dada a predominância de controvérsias mais em voga e o superior ascendente do poder reinante. Embora perturbassem constantemente a paz e desacreditassem, com frequência, o nome da religião, contribuíram mais para favorecer do que retardar o avanço do cristianismo. Os gentios convertidos, cujas mais fortes objecções e preconceitos eram dirigidos contra a lei de Moisés, tinham acesso a muitas sociedades cristãs que não exigiam do seu espírito, ainda inculto, qualquer crença numa revelação anterior. A sua fé foi-se consolidando e dilatando

imperceptivelmente, e a Igreja acabou, ao fim e ao cabo, por colher benefícios das conquistas dos seus mais inveterados inimigos.

No entanto, independentemente da diferença de opinião que pudesse subsistir entre os ortodoxos, os ebionitas e os gnósticos quanto à divindade ou à obrigação da lei de Moisés, todos se encontravam animados pelo mesmo zelo exclusivo e mesma aversão à idolatria que distinguira os Judeus das restantes nações do mundo antigo. O filósofo, que considerava o sistema do politeísmo como um misto de fraude e erro humanos, podia simular um sorriso de desprezo sob a máscara da devoção, sem temer que a troça ou a complacência o expusessem ao ressentimento de alguma potestade invisível ou, na sua opinião, apenas imaginária. No entanto, as religiões estabelecidas do paganismo foram encaradas pelos primitivos cristãos a uma luz muito mais odiosa e tremenda. Tanto a Igreja como os heréticos partilhavam da impressão geral de que os demónios eram os autores, os patronos e os objectos de idolatria. Estes espíritos rebeldes, que haviam sido desalojados da condição de anjos e precipitados no abismo infernal, continuavam a ter permissão de vaguear pela terra a fim de atormentarem os corpos e seduzirem as almas dos pecadores. Os demónios não tardaram a descobrir e a abusar da propensão natural do coração humano para a devoção, e, desviando habilidosamente os homens da adoração devida ao seu Criador, usurparam o lugar e as honras da Divindade Suprema. Graças ao êxito das suas ardilosas maquinações, satisfizeram ao mesmo tempo a sua vaidade e a sua vingança pessoais, e obtiveram o único consolo que ainda lhes restava, ou seja, a esperança de envolver a espécie humana na partilha da sua culpa e da sua miséria. Foi reconhecido, ou pelo menos imaginado, que eles haviam distribuído entre si os papéis mais importantes do politeísmo, assumindo um demónio o nome e atributos de Júpiter, outro os de Esculápio, um terceiro os de Vénus e um quarto, talvez, os de Apolo; e que, dada a vantagem da sua longa experiência e natureza etérea, podiam desempenhar, com perícia e dignidade bastantes, os caracteres que tinham encarnado. Escondiam-se nos templos, instituíam festas e sacrifícios, inventavam fábulas, pronunciavam oráculos e dispunham, frequentemente, de licença para praticar milagres. Os cristãos, que podiam tão facilmente explicar todas as aparências sobrenaturais através da interposição de espíritos malignos, mostravam-se dispostos e mesmo desejosos de aceitar as mais extravagantes ficções da mitologia pagã. No entanto, a crença dos cristãos era mesclada de horror.

Considerava a mais pequena marca de respeito pelo culto nacional como uma directa homenagem prestada ao demónio e como um acto de rebelião contra a majestade de Deus.

Em resultado desta opinião, o primeiro mas árduo dever de um cristão consistia em manter-se puro e isento da prática da idolatria. A religião das nações não era meramente uma doutrina especulativa professada nas escolas ou pregada nos templos. As inumeráveis divindades e ritos do politeísmo encontravam-se em estreita ligação com todas as circunstâncias do negócio ou do prazer, da vida pública e privada; era aparentemente impossível escapar à sua observância, sem, ao mesmo tempo, renunciar à convivência com os homens e a todos os deveres e diversões da sociedade. As importantes praxes da paz e da guerra eram preparadas ou concluídas mediante sacrifícios solenes, em que o magistrado, o senador e o soldado se viam obrigados a presidir ou participar(*). Os espectáculos públicos constituíam uma parte essencial da alegre devoção dos pagãos e supunha-se que os deuses aceitavam, como a mais grata oferenda, os jogos que o príncipe e o povo celebravam em honra das suas respectivas festas(**). O cristão, que cheio de piedoso horror evitava a abominação do circo ou do teatro, via-se rodeado de ciladas infernais em todos os banquetes, sempre que os amigos, invocando as divindades hospitaleiras, faziam libações à felicidade recíproca. Quando a noiva, debatendo-se com simulada relutância, era forçada, com toda a pompa nupcial, a transpor o limiar do seu novo lar, ou quando o triste cortejo da morte avançava lentamente na direcção da pira funerária(*), o cristão, nestas magnas ocasiões, via-se compelido a abandonar a companhia dos que lhe eram mais queridos, de preferência a contrair a culpa inerente a tão ímpias cerimónias. Todas as artes e todos os ofícios que tivessem a mais pequena relação com a feitura ou a decoração de ídolos eram declarados poluídos com a mácula da idolatria; uma sentença severa, pois votava a eternos tormentos a maior parte da comunidade que se entrega ao exercício de profissões liberais ou mecânicas. Se passarmos o olhar pelos inúmeros vestígios da Antiguidade, verificaremos que, além da representação imediata dos deuses e dos instrumentos sagrados do seu culto, as formas elegantes e as agradáveis ficções consagradas pela imaginação dos Gregos foram introduzidas como os mais ricos ornamentos das casas, roupas e mobiliário dos pagãos. As próprias artes da música e da pintura, da eloquência e da poesia, tiveram a mesma origem impura. Na linguagem dos padres da Igreja, Apolo e as

Musas eram os órgãos do espírito infernal; Homero e Virgílio, os mais eminentes dos seus servidores; e a bela mitologia, que impregna e anima as composições do génio deles, destinava-se a celebrar a glória dos demónios. Até mesmo a língua vulgar da Grécia e de Roma abundava em expressões familiares, mas ímpias, que os cristãos imprudentes corriam o risco de proferir com excessivo desprendimento ou escutar com demasiada paciência(**).

As perigosas tentações que espreitavam de todos os lados, para apanhar de surpresa o crente desprevenido, atacavam-no com redobrada violência nos dias de festas solenes. Eram tão habilidosamente forjadas e distribuídas ao longo do ano, que a superstição revestia sempre a aparência do prazer, e muitas vezes da virtude. Algumas das festas mais sagradas do ritual romano destinavam-se a saudar as novas calendas de Janeiro com votos de felicidade pública e privada; a homenagear piedosamente a memória dos mortos e a lembrar os vivos; a assentar os marcos invioláveis das propriedades; a saudar no retorno da Primavera os geniais poderes da fecundidade; a perpetuar as duas eras memoráveis de Roma, a fundação da cidade e a da república; e a restabelecer, durante a benfazeja licenciosidade das Saturnais, a igualdade primitiva da humanidade. Pode fazer-se uma ideia da repugnância dos cristãos por estas ímpias cerimónias, atentando na escrupulosa delicadeza que eles mostraram numa ocasião muito menos alarmante. Nos dias de regozijo público, os Antigos costumavam enfeitar as portas das casas com lampiões e ramos de loureiro, e coroar as suas cabeças com grinaldas de flores. Esta inocente e elegante prática talvez pudesse ser tolerada como uma instituição civil. No entanto, acontecia infelizmente que as portas estavam sob a protecção dos deuses penates, que o loureiro era consagrado ao amante de Dafne e que as grinaldas de flores, embora frequentemente usadas como símbolo de alegria ou de tristeza, tinham sido originariamente postas ao serviço da superstição. Os receosos cristãos, que eram persuadidos neste caso a seguir os costumes do país e as ordens do magistrado, sofriam as mais sombrias apreensões, a braços com a censura da sua própria consciência, as críticas da Igreja e o anúncio da vingança divina.

Tal era a febril diligência que se devia pôr em prática para defender a pureza do Evangelho do sopro infecto da idolatria. A observância supersticiosa dos ritos públicos ou privados era negligentemente praticada, em resultado da educação e do hábito, pelos seguidores da religião

instituída. Mas todas as vezes que se efectuavam tais cerimónias, elas forneciam aos cristãos uma oportunidade de declarar e confirmar a sua zelosa oposição. O seu apego à fé era assim permanentemente consolidado; e, paralelamente ao acréscimo de zelo, eles lutavam com maior ardor e sucesso na guerra santa que haviam desencadeado contra o império dos demónios.

A doutrina de uma vida futura

II. Os escritos de Cícero descrevem, nos mais vivos tons, a ignorância, os erros e a incerteza dos filósofos antigos com respeito à imortalidade da alma. Quando é seu desejo armar os discípulos contra o medo da morte, eles inculcam, como um óbvio, embora triste ponto de vista, que o golpe fatal do nosso desaparecimento nos liberta dos infortúnios da vida; e os que têm pouco tempo para existir têm igualmente pouco tempo para sofrer. No entanto, um pequeno número de sábios da Grécia e de Roma tinham concebido uma mais elevada e, em alguns aspectos, mais justa noção da natureza humana, embora deva admitir-se que, na sublime indagação, a sua razão foi muitas vezes conduzida pela sua imaginação, e que a imaginação foi guiada pela vaidade. Ao encararem complacentemente a extensão dos seus poderes intelectuais, ao exercitarem as diversas faculdades da memória, da fantasia e do juízo nas mais profundas especulações ou nos mais importantes estudos, e ao reflectirem no desejo de fama que os transportava a séculos futuros, muito para lá das fronteiras da morte e do túmulo, eles recusavam confundir-nos com os animais dos campos ou supor que um ser, por cuja dignidade nutriam a mais sincera admiração, pudesse ficar confinado a um lugar na terra ou a escassos anos de duração. Nesta favorável predisposição recorriam à ajuda da ciência, ou melhor, à linguagem da metafísica. Não tardaram a descobrir que, dado nenhuma das propriedades da matéria se aplicar às operações da mente, a alma humana devia consequentemente ser uma substância distinta do corpo, pura, simples e espiritual, incapaz de dissolução e susceptível de um grau muito mais elevado de virtude e felicidade, após a saída da sua prisão corpórea. Com base nestes especiosos e nobres princípios, os filósofos que seguiram na esteira de Platão retiraram uma conclusão pouco justificável, dado

afirmarem não só a imortalidade futura, mas também a eternidade passada da alma humana, a qual se mostravam excessivamente inclinados a considerar como uma porção do espírito infinito e existente por si próprio que penetra e sustém o Universo. Uma doutrina que se distancia tanto dos sentidos e da experiência da humanidade poderia servir para entreter os lazes de um espírito filosófico; ou, no silêncio da solidão, fornecer um vislumbre de conforto à desalentada virtude; mas a leve influência recebida nas escolas era rapidamente apagada pelas agitações e negócios da vida activa. Encontramo-nos suficientemente familiarizados com as personagens eminentes que se salientaram na época de Cícero e dos primeiros Césares, com as suas acções e caracteres, e bem assim com os seus motivos, para termos a certeza de que a sua conduta nesta vida nunca se regeu por qualquer séria convicção das recompensas ou castigos de um estado futuro. No foro e no Senado de Roma, os mais eloquentes oradores não recebiam ofender os seus auditores ao apresentarem esta doutrina como uma fútil e extravagante teoria, que era rejeitada desdenhosamente por todos os homens de educação e espírito liberais.

Na medida em que os mais sublimes esforços da filosofia não podem ir além de indicar fracamente o desejo, a esperança ou, no máximo, a probabilidade de um estado futuro, nada há, excepto uma revelação divina, capaz de garantir a existência e descrever a condição de um país invisível, destinado a acolher as almas dos homens após a separação delas do corpo. Podemos, no entanto, discernir várias falhas inerentes às religiões populares da Grécia e de Roma, que as tornaram pouco aptas para uma tarefa tão árdua, 1) O sistema geral da sua mitologia não tinha o suporte de quaisquer provas sólidas; e os mais sábios dos pagãos já haviam rejeitado a autoridade que ela usurpara. 2) A descrição das regiões infernais fora abandonada à fantasia de pintores e de poetas, que as povoavam de tantos fantasmas e monstros, e distribuíam as suas recompensas e castigos com tão pouca equidade, que uma verdade solene, a mais adequada ao coração do homem, era oprimida e degradada pela mistura absurda das mais desenfreadas ficções. 3) A doutrina de uma condição futura foi pouco tomada em linha de conta pelos devotos politeístas da Grécia e Roma como um artigo fundamental de fé. A providência dos deuses, estando mais ligada às comunidades públicas do que aos indivíduos particulares, manifestava-se sobretudo no teatro visível do mundo presente. Os votos depositos nos altares de Júpiter ou de Apolo expressavam o desejo ardente dos seus

adoradores de gozarem uma felicidade temporal, e a sua ignorância ou indiferença relativamente a uma vida futura. A importante verdade da imortalidade da alma foi inculcada com maior diligência e mais êxito na Índia, na Assíria, no Egipto e na Gália; e uma vez que não podemos atribuir esta diferença a um superior conhecimento dos bárbaros, temos de a assacar à influência de um clero estabelecido, o qual empregava os motivos da virtude como instrumento da ambição.

Seria naturalmente de esperar que um princípio tão essencial à religião fosse revelado nos termos mais claros ao povo eleito da Palestina e pudesse ter sido confiado com toda a segurança à descendência sacerdotal, de Aarão. Cabe-nos adorar os misteriosos desígnios da Providência, ao descobrirmos que a doutrina da imortalidade da alma está omitida na lei de Moisés; ela é obscuramente insinuada pelos profetas; e, durante o longo período que decorreu entre a servidão no Egipto e o cativeiro da Babilónia, as esperanças, bem como os receios dos Judeus, parecem ter-se limitado ao estreito círculo da vida presente. Depois de Ciro ter prometido que a nação exilada regressasse à terra prometida, e depois de Esdras ter restabelecido os antigos cânones da sua religião, duas famosas seitas, a dos saduceus e a dos fariseus, surgiram imperceptivelmente em Jerusalém. A primeira, escolhida entre as mais opulentas e distintas camadas da sociedade, cingia-se rigorosamente ao sentido literal da lei de Moisés e rejeitava piedosamente a imortalidade da alma como uma opinião que não tinha cabimento no livro divino, por eles respeitado como a única regra da sua fé. À autoridade das Escrituras, os fariseus acrescentaram a da tradição e, sob o nome de tradições, aceitaram vários dogmas especulativos retirados da filosofia ou religião das nações orientais. As doutrinas da fatalidade ou da predestinação, dos anjos e dos espíritos, e de um estado futuro de recompensas e castigos, incluíam-se no número destes novos artigos de crença; e porque os fariseus, devido à austeridade dos seus costumes, haviam atraído ao seu partido o corpo da nação judaica, a imortalidade da alma tornou-se o sentimento dominante da sinagoga nos reinados dos príncipes e pontífices asmonianos. O temperamento dos Judeus era incapaz de se satisfazer com esta anuência fria e apática, susceptível de contentar o espírito de um politeísta; e, mal admitiram a ideia de uma vida futura, abraçaram-na com o zelo que foi sempre uma característica desta nação. O seu zelo nada acrescentou, no entanto, à evidência ou mesmo à probabilidade de tal ideia; e continuava a ser necessário que a doutrina da

vida e da imortalidade, que fora ditada pela natureza, aprovada pela razão e recebida pela superstição, obtivesse a sanção de verdade divina através da autoridade e do exemplo de Cristo.

Quando a promessa de felicidade eterna foi proposta aos homens sob a condição de adoptarem a fé e observarem os preceitos do Evangelho, não é de admirar que uma oferta tão vantajosa tivesse sido aceite por um elevado número de pessoas de todas as religiões, de todos os estratos sociais e de todas as províncias do Império Romano. Os antigos cristãos estavam imbuídos de desprezo pela sua existência presente e tinham justa confiança na imortalidade, da qual a duvidosa e imperfeita fé dos tempos modernos não pode dar-nos qualquer noção adequada. Na Igreja primitiva, a influência da verdade era poderosamente fortalecida por uma opinião que, embora possa merecer respeito pela sua utilidade e antiguidade, não se mostrou conforme à experiência. Acreditava-se universalmente que o fim do mundo e o reino dos céus estavam iminentes. A aproximação deste maravilhoso acontecimento tinha sido profetizada pelos apóstolos; a sua tradição fora preservada pelos mais antigos discípulos, e aqueles que tomavam à letra as palavras do próprio Cristo eram obrigados a esperar a segunda e gloriosa vinda do Filho do Homem por sobre as nuvens, antes da extinção total da geração que contemplara a sua humilde condição na terra e ainda podia testemunhar as calamidades dos Judeus sob Vespasiano ou Adriano. A passagem de dezassete séculos ensinou-nos a não forçar demasiado a linguagem misteriosa da profecia e da revelação; mas enquanto, devido a sábios propósitos, se permitiu que este erro subsistisse na Igreja, ele produziu os efeitos mais salutareis na fé e na prática dos cristãos, que viviam na grandiosa expectativa do momento em que o próprio globo e todas as diversas raças da humanidade estremeceriam ante o aparecimento do seu divino Juiz.

A antiga e popular doutrina milenarista relacionava-se intimamente com a segunda vinda de Cristo. Dado a obra do Criador se ter consumado em seis dias, a sua duração no estado presente, segundo uma tradição atribuída ao profeta Elias, foi fixada em seis mil anos. Deduziu-se através da mesma analogia que, a este longo período de labuta e discórdia, então já quase no fim, se seguiria um alegre Sabat de mil anos; e que Cristo, juntamente com a milícia triunfante dos santos e dos eleitos que haviam escapado à morte ou sido milagrosamente feitos reviver, reinaria na terra até ao tempo designado para a última e geral ressurreição. Esta esperança agrada tanto ao espírito

dos crentes, que a *Nova Jerusalém*, a sede deste reino bem-aventurado, foi rapidamente adornada com os tons mais álares da imaginação. Uma felicidade apenas composta de prazer puro e espiritual teria parecido demasiado requintada aos habitantes dela, que ainda deveriam possuir a sua natureza e os seus sentidos humanos. Um jardim do Éden, com os deleites da vida pastoral, deixara de se adequar ao avançado estado da sociedade que prevalecia no Império Romano. Ergueu-se, por conseguinte, uma cidade de ouro e pedras preciosas, e concedeu-se ao território adjacente uma abundância sobrenatural de trigo e vinho; e o feliz e benevolente povo jamais deveria ser impedido do livre usufruto destas produções espontâneas por quaisquer leis ciosas de propriedade exclusiva. A certeza de um tal Milénio foi cuidadosamente inculcada por uma sucessão de padres da Igreja desde Justino, *o Mártir*, e Ireneu, que conversaram com os discípulos imediatos dos apóstolos, até Lactâncio, que foi preceptor do filho de Constantino. Embora possa não ter sido universalmente aceite, esta ideia parece haver constituído o sentimento predominante dos crentes ortodoxos; e ela mostra-se tão perfeitamente adaptada aos desejos e às apreensões da espécie humana, que deve ter contribuído, em grau muito considerável, para o progresso da fé cristã. Todavia, quando o edifício da Igreja estava quase completo, pôs-se de lado o temporário sustentáculo. A doutrina do reino de Cristo na terra foi inicialmente tratada como uma profunda alegoria, depois considerada a pouco e pouco uma duvidosa e inútil teoria, e, por fim, rejeitada como uma invenção absurda da heresia e do fanatismo. Uma tão misteriosa profecia, que ainda constitui uma parte do cânone sagrado, mas que se julgava favorecer uma opinião desacreditada, só dificilmente escapou à proscrição da Igreja.

Enquanto a felicidade e a glória de um reino temporal eram prometidas aos discípulos de Cristo, anunciavam-se as mais terríveis calamidades contra um mundo incrédulo. A edificação da nova Jerusalém devia fazer-se acompanhar paralelamente da destruição da Babilónia mística; e, enquanto os imperadores que reinaram antes de Constantino persistiram na profissão da idolatria, o epíteto de Babilónia foi aplicado à cidade e ao império de Roma. Fez-se o rol de todos os males físicos e morais que podem atingir uma nação florescente; a discórdia interna e a invasão dos mais ferozes bárbaros vindos das regiões ignotas do Norte; peste e fome, cometas e eclipses, terramotos e inundações. Estes eram somente os indícios precursores e alarmantes da grande catástrofe de Roma, quando o país dos

Cipiões e dos Césares viesse a ser consumido por uma labareda descida do céu, e a Cidade das Sete Colinas, com os seus palácios, templos e arcos de triunfo, ficasse sepulta sob um imenso lago de fogo e enxofre. A vaidade romana poderia, contudo, retirar algum consolo de o termo do seu império ser também o do próprio mundo; que, tal como outrora perecera pela água, estava votado a sofrer uma segunda e rápida destruição através de outro elemento: o fogo. Nesta ideia de um incêndio geral, a fé do cristão coincidiu afortunadamente com a tradição do Oriente, a filosofia dos estóicos e a analogia da Natureza; e o próprio país que, por motivos religiosos, havia sido escolhido para origem e cenário principal do incêndio era o que melhor se adaptava a tal propósito devido a causas naturais e físicas — pelas suas profundas cavernas, jazigos de enxofre e numerosos vulcões, entre os quais o Etna, o Vesúvio e os das ilhas Líparaes constituem apenas uma imperfeita representação. O mais calmo e ousado dos cépticos não podia negar-se a reconhecer que a destruição do presente sistema do mundo pelo fogo era em si mesma extremamente provável. O cristão, que baseava muito mais a sua crença na autoridade da tradição e na interpretação da Escritura do que nos falaciosos argumentos da razão, aguardava-a com terror e confiança, persuadido deste inevitável e próximo acontecimento; e, dado o seu espírito se encontrar sempre absorto por esta solene ideia, ele considerava todos os desastres que ocorriam no império como o sistema infalível de um mundo agonizante.

A condenação dos mais sábios e virtuosos dos pagãos, por causa da sua ignorância ou descrença na verdade divina, parece ferir a razão e o humanitarismo da época actual. Mas a Igreja primitiva, cuja fé era de consistência muito mais firme, votava, sem hesitar, aos suplícios eternos a maior parte da espécie humana. Talvez se pudesse acalentar uma esperança caritativa em favor de Sócrates, ou de outros sábios da Antiguidade que haviam consultado a luz da razão antes de brilhar a do Evangelho. Mas afirmava-se unanimemente que todos os que, desde o nascimento ou a morte de Cristo, tinham obstinadamente persistido no culto dos demónios não mereciam nem podiam esperar o perdão da irritada justiça da Divindade. Estes rígidos sentimentos desconhecidos pelo mundo antigo parecem ter infundido um espírito de amargura num sistema de amor e harmonia. Os laços do sangue e da amizade eram frequentemente quebrados pela diferença de fé religiosa; e os cristãos que, neste mundo, se achavam oprimidos pelo poder dos pagãos foram algumas vezes levados pelo

ressentimento e o orgulho espiritual a deliciar-se com a perspectiva do seu futuro triunfo. «Vós que tanto apreciáis os espectáculos», exclama o severo Tertuliano, «aguardai o maior de todos os espectáculos, o do juízo final e eterno do Universo. Como irei admirar, rir, rejubilar e exultar, quando contemplar tantos soberbos monarcas e deuses imaginários a gemer no mais profundo abismo das trevas; tantos magistrados, que perseguiram o nome do Senhor, liquefazendo-se em fogos mais ardentes do que essoutros que atearam contra os cristãos; tantos sábios filósofos enrubescendo nas chamas abrasadoras com os seus alunos iludidos; tantos poetas célebres tremendo diante do tribunal, não o de Minos mas o de Cristo; tantos actores trágicos, mais harmónicos na expressão dos seus próprios sofrimentos; tantos bailarinos...» A humanidade do leitor permitir-me-á, contudo, descer um véu sobre o resto desta infernal descrição, que o zeloso africano prossegue com uma longa variedade de ditos afectados e insensíveis.

Houve, sem dúvida, entre os primitivos cristãos, muitos que eram dotados de um temperamento mais adequado à doçura e caridade da sua profissão de fé. Houve muitos que sentiram uma sincera compaixão pelo risco em que incorriam os seus amigos e compatriotas e usaram do zelo mais benevolente para os salvar da perda imminente. O despreocupado politeísta, assaltado por novos e inesperados temores, contra os quais nem os seus sacerdotes nem os seus filósofos poderiam fornecer-lhe qualquer protecção segura, deixava-se amiúde atemorizar e subjugar pela ameaça dos tormentos eternos. O seu medo podia ajudar a evolução da sua fé e da sua razão; e, caso conseguisse alguma vez chegar a supor que a religião cristã podia ser verdadeira, tornava-se fácil convencê-lo de que era o partido mais seguro e prudente que ele podia abraçar.

Poderes milagrosos da Igreja primitiva

III. Os dons sobrenaturais, que até mesmo nesta vida eram atribuídos aos cristãos acima do resto da humanidade, devem ter levado ao seu próprio consolo e, muito frequentemente, ao convencimento dos infiéis. Além dos prodígios ocasionais que, por vezes, podiam realizar-se pela imediata interposição da Divindade quando esta suspendia as leis da Natureza em proveito da religião, a Igreja cristã, desde o tempo dos apóstolos e dos seus

primeiros discípulos, afirmou-se detentora de uma série ininterrupta de poderes milagrosos, tais como o dom das línguas, da visão e da profecia, o poder de exorcizar demónios, de curar os doentes e ressuscitar os mortos. O conhecimento de línguas estrangeiras foi frequentemente concedido aos contemporâneos de Ireneu, embora o próprio Ireneu se tivesse visto obrigado a debater-se com as dificuldades de um dialecto bárbaro ao pregar o Evangelho aos nativos da Gália. A inspiração divina, quer fosse transmitida sob forma de uma visão ou de um sonho, é descrita como um favor distribuído com muita prodigalidade a todas as categorias de fiéis, mulheres ou velhos, rapazes e bem assim bispos. Sempre que os seus espíritos devotos estavam devidamente preparados, por uma série de orações, jejum e vigílias, para receber o impulso extraordinário, eles eram transportados para lá dos sentidos e entravam num êxtase no qual diziam o que lhes era inspirado, dado serem meros órgãos do Espírito Santo, tal como uma flauta ou uma gaita o é de quem nela sopra. Podemos acrescentar que o objectivo destas visões era, na maior parte das vezes, ou desvendar a história futura ou guiar a presente administração da Igreja. A expulsão dos demónios dos corpos das infelizes pessoas que eles tinham sido autorizados a atormentar era considerada um assinalável, embora vulgar, triunfo da religião, sendo repetidamente invocado pelos antigos apologistas como a prova mais convincente da verdade do cristianismo. A impressionante cerimónia era, regra geral, efectuada em público e na presença de um grande número de espectadores; o paciente via-se liberto pelo poder ou a perícia do exorcista, ouvindo-se o demónio vencido confessar que era um dos falsos deuses da Antiguidade que usurpara impiamente a adoração do género humano. No entanto, a cura milagrosa de doenças das mais inveteradas, ou mesmo de cunho sobrenatural, deixa de ser surpreendente se nos lembrarmos de que, na época de Ireneu, cerca do final do século ii, a ressurreição dos mortos estava longe de ser considerada um acontecimento extraordinário; de que o milagre era frequentemente operado em ocasiões oportunas no meio de longos jejuns e das súplicas conjuntas de toda a Igreja local; e de que as pessoas assim reanimadas pelas orações dos fiéis tinham vivido em seguida muitos anos entre eles. Neste período em que a fé podia gabar-se de tantas maravilhosas vitórias sobre a morte, parece difícil justificar o cepticismo dos filósofos que continuavam a rejeitar e desdenhar a doutrina da ressurreição. Um nobre grego reduzira toda a controvérsia a este importante ponto e prometera a Teófilo, bispo de Antioquia, que se

pudesse observar com os seus próprios olhos uma única pessoa efectivamente arrancada ao reino dos mortos, abraçaria de imediato a religião cristã. É um tanto singular que o prelado da primeira Igreja do Oriente, embora desejoso de converter o amigo, achasse conveniente recusar este justo e razoável desafio.

Os milagres da Igreja primitiva, depois de alcançarem a sanção dos tempos, têm sido ultimamente atacados por uma investigação muito livre e elaborada que, embora haja encontrado uma recepção bastante favorável junto do público, parece ter suscitado um escândalo generalizado entre os teólogos da nossa Igreja, bem como nos das outras Igrejas protestantes da Europa. As nossas diversas opiniões sobre este tema terão sido muito menos influenciadas por qualquer argumentação particular do que pelos nossos hábitos de estudo e reflexão e, sobretudo, pelo grau de evidência que nos acostumámos a exigir quando se trata de provar um acontecimento milagroso. O dever de um historiador não o obriga a emitir o seu juízo pessoal nesta delicada e importante controvérsia; mas não deve dissimular a dificuldade de adoptar uma teoria que possa conciliar o interesse da religião com o da razão, de proceder a uma aplicação conveniente desta teoria e de traçar com exactidão os limites desse período afortunado e isento de erro e fraude, ao qual julgamos poder atribuir o dom de poderes sobrenaturais. Desde o primeiro dos padres ao último dos papas, uma sucessão de bispos, de santos, de mártires e de milagres tem continuado ininterruptamente; e o avanço da superstição foi tão gradual e quase imperceptível, que desconhecemos em que elo particular devemos quebrar a cadeia da tradição. Todas as épocas dão testemunho dos maravilhosos acontecimentos que as assinalaram, e o seu testemunho não parece menos credível e respeitável que o da geração anterior, de tal modo que somos levados insensivelmente a acusar a nossa própria incongruência se, nos séculos viii ou xii, recusarmos ao venerável Beda ou a São Bernardo o mesmo grau de confiança que, no século ii, havíamos tão liberalmente concedido a Justino ou a Ireneu(*). Se a verdade de qualquer destes milagres for apreciada a partir da sua aparente utilidade e justeza, todas as épocas tiveram incrédulos a convencer, hereges a refutar e nações idólatras a converter; e podem sempre apresentar-se motivos suficientes para justificar a intervenção do Céu. E, no entanto, dado todos os adeptos da revelação estarem persuadidos da realidade dos milagres, e todos os homens sensatos convencidos da cessação de tais poderes, é óbvio que deve ter existido *algum período* em que eles foram

súbita ou gradualmente retirados à Igreja cristã. Independentemente da época escolhida para este desígnio, a morte dos apóstolos, a conversão do Império Romano ou a extinção da heresia ariana(**), a insensibilidade dos cristãos que viveram nessa altura também constituirá uma justa razão de surpresa. Eles continuaram a manter as suas pretensões, mesmo depois de terem perdido o seu poder. A credulidade exerceu as funções da fé; permitiu-se que o fanatismo assumisse a linguagem da inspiração, e os efeitos do acaso ou do artifício foram atribuídos a causas sobrenaturais. A recente experiência de milagres genuínos devia ter instruído o mundo cristão quanto aos caminhos da Providência e habituado o seu olhar (se é que podemos empregar uma expressão muito inadequada) ao estilo do Divino artista. Se o mais hábil dos pintores da Itália moderna se atrevesse a assinar as suas fracas imitações com o nome de Rafael ou de Correggio, esta fraude insolente seria imediatamente descoberta e rejeitada com indignação.

Seja qual for a opinião que se tenha sobre os milagres da Igreja primitiva desde o tempo dos apóstolos, a submissa docilidade de carácter, tão vincada entre os crentes dos séculos ii e iii, mostrou-se acidentalmente benéfica à causa da verdade e da religião. Na época moderna, um latente e até mesmo involuntário cepticismo prende-se às disposições mais piedosas. A sua aceitação das verdades sobrenaturais é mais uma fria e passiva aquiescência do que um consentimento activo. Acostumada, desde há muito, a seguir e respeitar a ordem invariável da Natureza, a nossa razão, ou pelo menos a nossa imaginação, não se encontra suficientemente preparada para sustentar a acção visível da Divindade. Nos primeiros tempos do cristianismo, a situação da humanidade era, contudo, muito diferente. Os mais curiosos ou os mais crédulos dos pagãos viam-se frequentemente persuadidos a ingressar numa sociedade que afirmava deter então poderes milagrosos. Os primitivos cristãos trilhavam permanentemente um terreno místico e tinham os espíritos exercitados no hábito de acreditar nos acontecimentos mais extraordinários. Sentiam, ou imaginavam, que eram incessantemente assaltados de todos os lados por demónios, confortados por visões, instruídos pelas profecias e milagrosamente libertos do perigo, da doença e da própria morte pelas suplicações da Igreja. Os prodígios reais ou imaginários, de que eles tantas vezes se julgavam os objectos, os instrumentos ou os espectadores, predispunham-nos ditosamente a aceitar com a mesma facilidade, mas com muito maior justiça, as maravilhas

autênticas da história evangélica; e, assim, os milagres que não ultrapassavam a medida da sua própria experiência animavam-nos da mais viva certeza dos mistérios que eles reconheciam exceder os limites da sua compreensão. Esta profunda convicção das verdades sobrenaturais é que foi, muitas vezes, celebrada sob o nome da fé; um estado de alma descrito como o mais seguro penhor do favor divino e da felicidade futura, e recomendado como o primeiro ou talvez o único mérito de um cristão. Segundo os mais rígidos doutores, as virtudes morais, que podem igualmente ser praticadas pelos infieis, são desprovidas de qualquer valor ou eficácia na obra da nossa justificação.

Morais austeras dos primeiros cristãos

IV. No entanto, os primitivos cristãos demonstraram a sua fé pelas suas virtudes; e supôs-se, com muita razão, que a persuasão divina, que esclarecia ou subjugava a inteligência, devia ao mesmo tempo purificar o coração e dirigir as acções do crente. Os primeiros apologistas do cristianismo que justificam a inocência dos seus irmãos, e os escritores de um período mais tardio que celebram a santidade dos seus antecessores, narram em tons sugestivos a reforma de costumes que foi introduzida no mundo pela pregação do Evangelho. Dado ser minha intenção assinalar somente as causas humanas que puderam secundar a influência da revelação, mencionarei ao de leve dois motivos que devem ter, naturalmente, tornado as vidas dos primeiros cristãos muito mais puras e mais austeras do que a dos seus contemporâneos pagãos ou dos seus sucessores degenerados: arrependimento pelos pecados passados e o louvável desejo de defender a reputação da sociedade na qual tinham sido admitidos.

A ignorância ou a malícia da incredulidade alimentam a censura muito antiga de que os cristãos atraíam ao seu partido os mais terríveis criminosos que, ainda mal tocados por um sentimento de remorso, se deixavam facilmente persuadir a lavar com a água do baptismo as culpas da sua conduta passada, para as quais os templos dos deuses se recusavam a conceder-lhes qualquer expiação. Mas, sempre que expurgada de deturpações, esta censura contribui tanto para a honra da Igreja quanto fez

aumentar o número dos fiéis. Os defensores do cristianismo podem reconhecer, sem corar, que muitos dos mais famosos santos foram, antes do baptismo, os mais depravados pecadores. As pessoas que, embora de forma imperfeita, tinham seguido no mundo os ditames da benevolência e do decoro sentiam um tão calmo contentamento resultante da opinião da sua própria rectidão, que ficavam muito menos expostas às repentinas emoções de vergonha, dor e horror que originaram tantas conversões espantosas. Após o exemplo do seu Divino Mestre, os missionários do Evangelho não desdenhavam a sociedade dos homens, e sobretudo das mulheres, afligidos pela consciência e, muitas vezes, pelos efeitos dos seus vícios. Ao passarem do pecado e da superstição para a gloriosa esperança da imortalidade, resolviam dedicar-se a uma vida não só de virtude, mas de penitência. O desejo de perfeição tornava-se a paixão dominante da sua alma; e não há dúvida de que, enquanto a razão abraça uma fria mediocridade, as nossas paixões nos fazem transpor com arrebatada violência o espaço que se situa entre os extremos mais opostos.

Depois de os novos convertidos terem sido alistados no número dos fiéis e admitidos nos sacramentos da Igreja, achavam-se impedidos de tornar a cair nas suas passadas desordens por uma outra consideração de natureza menos espiritual mas muito inocente e respeitável. Qualquer sociedade particular que se tenha separado do grande corpo da nação ou da religião a que pertencia torna-se imediatamente objecto de uma atenção que tem tanto de universal como de odioso. Em caso de escassez dos seus membros, o carácter da sociedade pode ser afectado pela virtude ou pelos vícios das pessoas que a constituem; e todos os elementos se empenham em vigiar atentamente o seu próprio comportamento e o dos irmãos, na medida em que, devendo estar conscientes de incorrer na desonra comum, podem também esperar desfrutar de uma parte da reputação comum. Quando os cristãos da Bitínia foram levados diante do tribunal de Plínio, *o Moço*, eles garantiram ao procônsul que, longe de se encontrarem implicados em qualquer conspiração ilegal, estavam obrigados por um compromisso solene a abster-se da prática dos crimes que perturbam a paz privada ou pública da sociedade, tais como o roubo, o banditismo, o adultério, o perjúrio e a fraude. Cerca de um século depois, Tertuliano pôde gabar-se, com sincero orgulho, de que poucos cristãos tinham perecido pela mão do carrasco, excepto por causa da religião. A sua vida séria e retirada, avessa ao inebriante luxo da época, acostumava-os à castidade, à temperança, à

parcimónia e a todas as outras sóbrias e domésticas virtudes. Dado que a maioria deles exercia algum ofício ou profissão, cabia-lhes, por meio da máxima integridade e do mais honesto procedimento, afastar as suspeitas que os profanos propendem demasiado a conceber contra a santidade. O desprezo do mundo exercitou-os nos hábitos de humildade, doçura e paciência. Quanto mais eram perseguidos, mais se uniam entre si. A sua mútua caridade e cega confiança eram notadas pelos infiéis e dela abusavam em demasia alguns amigos pérfidos.

No tocante à moral dos cristãos primitivos, é altamente louvável que até mesmo as suas faltas, ou melhor, os erros, derivassem de um excesso de virtude. Os bispos e doutores da Igreja, cujo testemunho atesta e cuja autoridade podia influenciar a fé, os princípios e até mesmo a prática dos seus contemporâneos, haviam estudado as Escrituras com mais devoção do que argúcia; e tomavam muitas vezes no sentido mais literal os rígidos preceitos de Cristo e dos apóstolos, aos quais a prudência de comentadores mais tardios aplicou um modo mais flexível e figurado de interpretação. Na ânsia de exaltarem a perfeição dos Evangelhos acima da sabedoria da filosofia, os zelosos padres levaram os deveres da automortificação, da pureza e da paciência a alturas quase impossíveis, e muito menos de preservar no nosso actual estado de fraqueza e corrupção. Uma doutrina tão extraordinária e sublime suscitou inevitavelmente a veneração do povo; mas ela estava longe de ser feita para obter o sufrágio dos filósofos mundanos que, no curso desta vida transitória, apenas consultam os sentimentos da Natureza e os interesses da sociedade. Há duas tendências muito naturais que podemos distinguir nas mais virtuosas e liberais disposições: o amor do prazer e o amor da acção. Caso o primeiro seja refinado pela arte e a ciência, melhorado pelos encantos do convívio social e corrigido pelo justo cuidado com a economia, a saúde e a reputação, ele origina a maior parte da felicidade da vida privada. O amor da acção constitui um princípio de natureza muito mais forte e duvidosa. Conduz, frequentemente, à ira, à ambição e à vingança; mas sempre que é dirigido pelo sentido do decoro e da benevolência, torna-se o pai de todas as virtudes e, caso estas virtudes se façam acompanhar de talentos iguais, uma família, um Estado ou um império podem ficar a dever a sua segurança e prosperidade à coragem intrépida de um só homem. Ao amor do prazer podemos, assim, atribuir a maior parte das qualidades agradáveis, e ao amor da acção a maioria das que são úteis e respeitáveis. Um carácter em que ambos pudessem unir-se e

harmonizar-se pareceria constituir a noção mais perfeita da natureza humana. A disposição insensível e inactiva que fosse, por hipótese, destituída de ambos seria rejeitada, por unânime acordo da humanidade, como totalmente incapaz de facultar qualquer felicidade ao indivíduo, ou algum benefício público ao mundo. Não era, contudo, *neste* mundo que os primitivos cristãos desejavam tornar-se agradáveis ou úteis.

A aquisição de conhecimento, o exercício da nossa razão ou fantasia e a animada sequência de um diálogo espontâneo podem ocupar os lazeres de um espírito culto. Tais diversões eram, no entanto, rejeitadas com aversão ou aceites com a máxima reserva pela severidade dos padres, que desdenhavam todo o conhecimento julgado inútil à salvação e consideravam toda a frivolidade de discurso como um abuso criminoso do dom da fala. No estado actual da nossa existência, o corpo está tão inseparavelmente ligado à alma, que parece ser do nosso interesse saborear com inocência e moderação os prazeres possibilitados por este companheiro fiel. O raciocínio dos nossos devotos antecessores era, no entanto, muito diferente; aspirando, em vão, a imitar a perfeição dos anjos, eles desdenhavam, ou fingiam desdenhar, todos os deleites terrenos e corpóreos. Alguns dos nossos sentidos são, na realidade, necessários à nossa preservação, outros à nossa subsistência, e outros ainda à nossa instrução; e era por conseguinte impossível rejeitar o seu uso. A primeira sensação de prazer via-se assinalada como o primeiro momento de abuso. O insensível candidato ao Reino dos Céus aprendia não só a resistir aos grosseiros atractivos do gosto ou do olfacto, mas também a fechar os ouvidos à profana harmonia dos sons e a encarar com indiferença as mais consumadas produções da arte humana. Roupas alegres, belas casas e um mobiliário elegante uniam, nesta ordem de ideias, a dupla culpa do orgulho e da sensualidade; uma aparência simples e mortificada adequava-se melhor ao cristão que tinha a certeza dos seus pecados e dúvidas quanto à sua salvação. Os padres são extremamente minuciosos e circunstanciados nas censuras feitas ao luxo; e entre os vários artigos que suscitam a sua piedosa indignação podemos citar as cabeleiras postiças, os trajes de qualquer cor exceptuando o branco, os instrumentos musicais, os vasos de ouro ou prata, as almofadas de penugem (pois Jacob repousou a cabeça numa pedra), o pão branco, os vinhos estrangeiros, as saudações públicas, o uso dos banhos quentes e a prática de fazer a barba que, segundo a expressão de Tertuliano, é uma mentira contra as nossas próprias faces e uma ímpia tentativa de

melhorar as obras do Criador. Quando o cristianismo foi introduzido entre os ricos e os polidos, a observância destas leis singulares foi deixada, como o seria actualmente, aos poucos que ambicionavam uma santidade superior. No entanto, é sempre fácil, bem como agradável, para as classes inferiores da humanidade tirar mérito do desprezo pela pompa e os prazeres que o destino colocou fora do seu alcance. A virtude dos cristãos primitivos, tal como a dos primeiros romanos, era frequentemente protegida pela pobreza e a ignorância.

A casta severidade dos padres relativamente ao comércio dos dois sexos provinha do mesmo princípio — a sua aversão por todos os gozos que pudessem satisfazer a natureza sensual e degradar a essência espiritual do homem. Defendiam, como ideia favorita, que, se Adão permanecesse obediente ao Criador, ele teria vivido para todo o sempre num estado de pureza virginal, e um certo tipo inofensivo de vegetação poderia ter povoado o Paraíso com uma raça de seres inocentes e imortais. O uso do casamento só foi permitido à sua posteridade decaída como um expediente necessário para continuar a espécie humana e como uma restrição, embora imperfeita, à natural luxúria do desejo. A hesitação dos casuístas ortodoxos nesta interessante matéria denuncia a perplexidade de homens pouco dispostos a aprovar uma instituição que eram coagidos a tolerar. A enumeração das assaz bizarras leis que eles impunham minuciosamente no leito nupcial provocaria um sorriso no noivo e o rubor da recém-casada. Achavam, unanimemente, que uma primeira união conjugal bastava para cumprir todas as finalidades da Natureza e da sociedade. O laço sensual foi depurado até se assemelhar à união de Cristo com a sua Igreja e declarado indissolúvel, quer pelo divórcio quer pela morte. A prática de segundas núpcias foi estigmatizada com o nome de adultério legal; e as pessoas que se tornassem culpadas de uma ofensa tão escandalosa contra a pureza cristã não tardavam a ser excluídas das honras e até mesmo das esmolas da Igreja. Na medida em que o desejo era imputado como um crime, e o casamento tolerado como um defeito, o estado de celibato deve ter sido considerado o mais próximo da perfeição divina, de acordo com este mesmo princípio. Foi com a maior dificuldade que a antiga Roma conseguiu aguentar a instituição de seis vestais^(*); mas a Igreja primitiva estava cheia de um grande número de pessoas dos dois sexos que tinham feito voto de castidade perpétua. Algumas delas, entre as quais podemos contar o douto Orígenes, julgaram mais prudente desarmar o tentador^(**). Algumas

mostraram-se insensíveis, e outras invencíveis pelos ataques da carne. Desdenhando uma fuga vergonhosa, as virgens do quente clima de África defrontavam o inimigo no mais cerrado combate e permitiam que os padres e diáconos partilhassem da sua cama, glorificando-se, no meio das chamas, da sua pureza imaculada. No entanto, a Natureza ofendida reivindicava por vezes os seus direitos, e esta nova espécie de martírio apenas serviu para introduzir mais um escândalo na Igreja^(***). Mas entre os cristãos ascéticos (um nome que eles não tardaram a adquirir devido à sua penosa prática) muitos, que eram menos presunçosos, foram com toda a probabilidade mais bem-sucedidos. A perda do prazer sensual era suprida e compensada pelo orgulho espiritual. A própria multidão dos pagãos propendia a apreciar o mérito do sacrifício pela sua aparente dificuldade; e foi em louvor das castas esposas de Cristo que os padres derramaram a torrente agitada da sua eloquência. Tais são os primeiros vestígios dos princípios e instituições monásticos que, numa época posterior, contrabalançaram todas as vantagens temporais do cristianismo.

Os cristãos eram tão adversos aos negócios como aos prazeres do mundo. Ignoravam como conciliar a defesa das nossas pessoas e bens com a paciente doutrina que prescrevia um perdão ilimitado das ofensas passadas e lhes ordenava que buscassem a repetição de novos insultos. A sua simplicidade era ofendida pelo uso dos juramentos, pela pompa da magistratura e pelos debates activos da vida pública; tão-pouco a sua humana ignorância podia ser convencida de que era legítimo, em qualquer momento, derramar o sangue do próximo, quer pelo gládio da justiça quer pela espada da guerra, mesmo que os actos criminosos ou hostis ameaçassem a paz e a segurança de toda a comunidade. Reconhecia-se que, sob uma lei menos perfeita, os poderes da Constituição judaica haviam sido exercidos, com a aprovação dos céus, por profetas inspirados e reis ungidos. Os cristãos sentiam e confessavam que tais instituições podiam ser necessárias ao actual sistema do mundo e submeteram-se de bom grado à autoridade dos seus governantes pagãos. No entanto, se bem que inculcassem em si mesmo as máximas de obediência passiva, recusavam tomar parte activa na administração civil ou na defesa militar do império. Talvez se pudesse ter uma certa indulgência pelas pessoas que, antes da sua conversão, já estavam empenhadas em tais violentas e sanguinárias ocupações; mas era impossível que os cristãos, sem renunciarem a um dever mais sagrado, pudessem exercer as funções de soldados, magistrados

ou príncipes(*). Esta indolente, ou mesmo criminosa, indiferença pelo bem público expunha-os ao desdém e censura dos pagãos, os quais frequentemente perguntavam qual viria a ser o destino do império, atacado por todos os lados pelos bárbaros, se todos os súbditos adoptassem os sentimentos pusilânimes da nova seita. A esta pergunta insultuosa, os apologistas cristãos davam respostas obscuras e ambíguas, visto negarem-se a revelar a causa secreta da sua certeza; a expectativa de que, antes da conversão da humanidade se ter consumado, a guerra, o governo, o Império Romano e o próprio mundo já teriam deixado de existir. Pode observar-se que, também neste aspecto, a situação dos primeiros cristãos coincidia muito a propósito com os seus escrúpulos religiosos, e que a sua aversão a uma vida activa contribuiu mais para os dispensar do serviço civil ou militar do que para os excluir das honras do Estado e do exército.

A evolução do governo da Igreja

V. No entanto, o espírito humano, se bem que possa ser arrebatado ou abatido por um entusiasmo temporário, regressará gradualmente ao seu nível conveniente e natural, e retomará as paixões que parecem mais adaptadas à sua presente condição. Os cristãos primitivos estavam mortos para os negócios e os prazeres do mundo; mas o seu amor à acção, que jamais poderia extinguir-se por completo, depressa ressurgiu e encontrou um novo papel no governo da Igreja. Uma sociedade separada, que atacava a religião estabelecida do império, viu-se forçada a adoptar uma certa forma de política interna e a designar um número suficiente de ministros, incumbidos não só das funções espirituais, mas também da direcção temporal da comunidade cristã. A segurança desta sociedade, a sua honra e o seu engrandecimento originaram, até mesmo nas almas mais piedosas, um espírito de patriotismo idêntico ao que os primeiros romanos haviam sentido pela República, e não raro uma similar indiferença no uso dos meios que pudessem levar a um tão desejável objectivo. A ambição de se elevarem a si próprios, ou os seus amigos, às honras e cargos da Igreja dissimulava-se sob a louvável intenção de consagrar ao benefício público o poder e consideração que, apenas com tal propósito, era seu dever solicitar. No exercício das suas funções, eles eram frequentemente chamados a

averiguar os erros da heresia ou os artifícios da facção, a opor-se aos desígnios de irmãos pérfidos, a estigmatizar-lhes o nome com uma merecida infâmia e a expulsá-los do seio de uma sociedade cuja paz e felicidade haviam tentado perturbar. Os mentores eclesiásticos dos cristãos foram ensinados a aliar a sabedoria da serpente à inocência da pomba; mas, consoante a primeira se ia refinando, a segunda foi sendo imperceptivelmente corrompida pelos hábitos de governo. Na Igreja, tal como no mundo, as pessoas que ocupavam algum cargo público tornavam-se respeitadas pela sua eloquência e firmeza, pelo seu conhecimento dos homens e pela sua habilidade nos negócios; e, enquanto ocultavam aos demais, e provavelmente a si próprios, os motivos secretos da sua conduta, eles voltavam a cair frequentemente em todas as tumultuosas paixões da vida activa, que eram imbuídas de um grau acrescido de amargura e obstinação por influência do zelo espiritual.

O governo da Igreja foi muitas vezes o tema, bem como o prémio, das disputas religiosas. Os disputadores hostis de Roma, de Paris, de Oxford e de Génova pugnaram entre si para reduzir o primitivo e apostólico modelo(*) aos respectivos sistemas da sua própria política. Os poucos que realizaram esta indagação com mais franqueza e imparcialidade defendem que os apóstolos declinaram o papel de legisladores e optaram por sofrer alguns escândalos e divisões parciais, de preferência a excluir os cristãos das épocas futuras da liberdade de variar as suas formas de governo eclesiástico, segundo a mudança dos tempos e das circunstâncias. O esquema de política que, sob a sua aprovação, foi adoptado para uso do século i pode ser depreendido da prática de Jerusalém, de Éfeso ou de Corinto. As sociedades que eram instituídas nas cidades do Império Romano apenas se encontravam unidas pelos laços da fé e caridade. A independência e a igualdade formavam a base da sua constituição interna. A falta de disciplina e conhecimentos humanos era suprida pela ajuda ocasional dos *profetas*, os quais se viam chamados a exercer esta função sem distinção de idade, sexo, ou talentos naturais e, sempre que sentiam o impulso divino, derramavam as efusões do Espírito Santo sobre a assembleia dos fiéis. Estes dons extraordinários eram, todavia, com frequência alvo de abuso ou erradamente aplicados pelos mestres proféticos. Alardeavam-nos em alturas impróprias, perturbavam arrogantemente o ofício divino da assembleia e, devido ao seu orgulho ou falso zelo, introduziram, em especial na Igreja apostólica de Corinto, uma

longa e triste série de desordens. Visto que a instituição dos profetas se tornou inútil, e até mesmo pernicioso, os seus poderes foram-lhes retirados e o seu cargo abolido. As funções públicas da religião foram apenas confiadas aos ministros estabelecidos da Igreja, *os bispos e os presbíteros*; duas designações que, na origem, parecem ter indicado a mesma dignidade e a mesma ordem de pessoas. O nome de presbítero expressava a idade dele, ou melhor, a sua gravidade e sabedoria. O título de bispo assinalava a inspecção da fé e dos costumes dos cristãos que estavam confiados ao seu cuidado pastoral. Em proporção com o respectivo número de fiéis, um número maior ou menor destes *presbíteros episcopais* guiava cada congregação nascente com igual autoridade e de comum acordo.

A mais perfeita igualdade de liberdade exige, contudo, o mando superintendente de um magistrado superior; e a ordem das deliberações públicas introduz rapidamente o cargo de um presidente investido, pelo menos, da autoridade de recolher as opiniões e executar as resoluções da assembleia. A preocupação com a tranquilidade pública, que teria sido frequentemente perturbada por eleições anuais ou ocasionais, levou os primitivos cristãos a constituírem uma honrosa e perpétua magistratura e a escolher um dos mais sábios e santos dos seus presbíteros para dar cumprimento, em vida, aos deveres de governador eclesiástico. Estas circunstâncias conduziram, por conseguinte, a que o majestoso título de bispo comesse a elevar-se acima da humilde designação de presbítero; e enquanto este último permaneceu como a distinção mais natural para os membros de cada Senado cristão, o primeiro aplicava-se à dignidade do seu novo presidente. As vantagens desta forma episcopal de governo, que parece ter sido introduzida antes do final do século i(*), eram tão óbvias e importantes para a futura grandeza, bem como a presente paz do cristianismo, que ela foi adoptada sem demora por todas as sociedades que já se encontravam espalhadas pelo império; ela tinha adquirido, num período muito remoto, a sanção da Antiguidade(**) e continua a ser venerada pelas mais poderosas Igrejas, tanto do Oriente quanto do Ocidente, como um estabelecimento primitivo e até mesmo divino(*). Inútil será dizer que os piedosos e humildes presbíteros, que foram inicialmente dignificados com o título episcopal, não podiam possuir, e teriam provavelmente recusado, o poder e a pompa que agora rodeiam a tiara do pontífice romano ou a mitra de um prelado germânico. Podemos, contudo, definir em poucas palavras os estreitos limites da sua original jurisdição,

que era sobretudo de natureza espiritual, embora em alguns casos também de cunho temporal. Consistia na administração dos sacramentos e na disciplina da Igreja, na superintendência das cerimónias religiosas, que aumentaram imperceptivelmente em número e variedade, na consagração dos ministros eclesiásticos, aos quais o bispo atribuía as respectivas funções, na gestão dos fundos da comunidade e na resolução dos diferendos que os fiéis não queriam expor diante do tribunal de um juiz idólatra. Durante um breve período, estes poderes foram exercidos segundo o parecer do colégio presbiteral e com o consentimento e a aprovação da assembleia dos cristãos. Os primitivos bispos eram somente considerados como os primeiros dentre os seus iguais e os honrosos servidores de um povo livre. Sempre que a cadeira episcopal ficava vaga por motivo de morte, um novo presidente era escolhido entre os presbíteros mediante sufrágio de toda a congregação, cujos membros se julgavam, sem excepção, investidos de um carácter sagrado e sacerdotal.

Tal era a amena e equitativa constituição pela qual os cristãos foram governados durante mais de cem anos após a morte dos apóstolos. Cada sociedade formava, em si mesma, uma república separada e independente; e, embora os mais distantes destes pequenos Estados mantivessem uma recíproca e também amistosa troca de cartas e delegações, o mundo cristão ainda não se encontrava ligado por qualquer autoridade suprema ou assembleia legislativa. Conforme o número de fiéis foi gradualmente aumentando, eles descobriram as vantagens que poderiam resultar de uma união mais estreita dos seus interesses e desígnios. Por volta do final do século ii, as igrejas da Grécia e da Ásia adoptaram as úteis instituições de sínodos provinciais, e podemos supor legitimamente que elas tomaram o modelo de um conselho representativo a partir dos famosos exemplos do seu próprio país, os Anfictiões, a Liga Aqueia ou as assembleias das cidades jónias. Em breve se estabeleceu como costume e lei que os bispos das Igrejas independentes se reuniram na capital da província em períodos fixos da Primavera e do Outono. As suas deliberações eram coadjuvadas pelo parecer de um pequeno número de distintos presbíteros e moderadas pela presença de uma multidão atenta. Os seus decretos, que foram intitulados Cânones, regulavam todas as importantes controvérsias de fé e disciplina; e era natural acreditar que uma abundante efusão do Espírito Santo seria derramada sobre a assembleia unida dos delegados do povo cristão. A instituição dos sínodos adequava-se tão perfeitamente à ambição

privada e ao interesse público, que, no espaço de poucos anos, foi recebida em todo o império. Estabeleceu-se uma correspondência regular entre os concílios provinciais, que comunicavam entre si e aprovavam os seus respectivos actos; e a Igreja Católica não tardou a assumir a forma e a adquirir o poder de uma grande república federativa.

Na medida em que a autoridade legislativa das Igrejas particulares foi imperceptivelmente substituída pelo uso dos concílios, os bispos, ao aliarem-se, obtiveram uma parte muito mais larga de poder executivo e arbitrário; e mal ficaram ligados pelo sentido do seu interesse comum, puderam atacar com renovado vigor os direitos originais do seu clero e do seu povo. Os prelados do século iii foram mudando aos poucos a linguagem da exortação pela do comando; lançaram as sementes de futuras usurpações e suprimam por meio de alegorias bíblicas e de uma retórica declamatória a sua falta de força e de razão. Exaltaram a unidade e o poder da Igreja, tal como eles eram representados pelo Ofício Episcopal de que todos os bispos desfrutavam uma porção igual e indivisível. Repetia-se, frequentemente, que os príncipes e os magistrados podiam orgulhar-se do seu direito terreno a uma dominação transitória; somente a autoridade episcopal provinha da Divindade, estendendo-se sobre este mundo e o outro. Os bispos eram os representantes de Cristo, os sucessores dos apóstolos e os místicos substitutos do sumo sacerdote da lei de Moisés. O seu exclusivo privilégio de conferirem as ordens sacerdotais tirou a liberdade das eleições ao clero e ao povo; e embora na administração da Igreja eles continuassem a escutar a opinião dos presbíteros ou a inclinação do povo, arrogavam-se cuidadosamente o mérito desta condescendência voluntária. Os bispos reconheciam a suprema autoridade que residia na assembleia dos seus irmãos; mas no governo da sua diocese particular, cada um deles exigia ao seu *rebanho* a mesma implícita obediência, como se esta metáfora predilecta fosse literalmente justa e como se o pastor fosse de uma natureza mais elevada que a das suas ovelhas. Esta obediência não foi, todavia, imposta sem algum esforço de um lado, e uma certa resistência do outro. A parte democrática da constituição era, em muitos sítios, calorosamente apoiada pela zelosa ou interessada oposição do baixo clero. No entanto, o seu patriotismo recebeu os epítetos ignominiosos de facção e cisma, e a causa episcopal ficou devedora do seu rápido avanço aos trabalhos de muitos prelados activos que, como Cipriano de Cartago, conseguiam

conciliar os artifícios dos mais ambiciosos estadistas com as virtudes cristãs que parecem adaptadas à personalidade de um santo e mártir(*).

As mesmas causas que, inicialmente, tinham destruído a igualdade dos presbíteros introduziram entre os bispos uma preeminência de categoria, e a partir daí uma superioridade de jurisdição. Sempre que, na Primavera e no Outono, eles se reuniam no sínodo provincial, a diferença de mérito pessoal e reputação fazia-se marcadamente sentir entre os membros da assembleia, e a multidão era guiada pela sabedoria e eloquência de um pequeno número. No entanto, a ordem dos procedimentos públicos exigia uma distinção mais regular e menos desagradável; o cargo de presidente perpétuo nos concílios de cada província era conferido aos bispos da cidade principal; e estes ambiciosos prelados, que depressa adquiriram os títulos brilhantes de Metropolitas e de Primazes, prepararam-se, em segredo, para usurpar aos seus irmãos episcopais a mesma autoridade que os bispos acabavam de subtrair ao colégio dos presbíteros. E uma emulação de preeminência e poder não tardou a prevalecer entre os próprios metropolitas, cada um deles esforçando-se por salientar, nos termos mais pomposos, as honras temporais e as vantagens da cidade à qual presidiam; o número e a opulência dos cristãos que se encontravam sujeitos aos seus cuidados pastorais; os santos e mártires que haviam surgido entre eles; e a pureza com que preservavam a tradição da fé, tal como havia sido transmitida através de uma sequência de bispos ortodoxos, a partir do apóstolo ou do discípulo apostólico a que a fundação da sua Igreja era atribuída. Não custava prever, por todos os motivos tanto de ordem civil como eclesiástica, que Roma devia desfrutar do respeito das províncias e em breve exigiria a sua obediência. A sociedade dos fiéis mantinha aí uma justa proporção com a capital do império; e a Igreja romana era a maior, a mais numerosa e, em relação ao Ocidente, a mais antiga de todas as instituições cristãs, muitas das quais tinham recebido a sua religião por intermédio dos piedosos esforços dos missionários dela. Em vez de *um* fundador apostólico, de que se vangloriavam altamente Antioquia, Éfeso ou Corinto, as margens do Tibre haviam, segundo se dizia, sido honradas com a pregação e o martírio dos *dois* mais eminentes apóstolos; e os bispos de Roma reivindicavam, muito prudentemente, a herança de todas as prerrogativas atribuídas à pessoa ou à dignidade de São Pedro(*). Os bispos de Itália e das províncias estavam dispostos a conceder-lhes uma primazia de ordem e associação (era esta a sua cautelosa expressão) na aristocracia cristã. No entanto, o poder de um

monarca era rejeitado com horror, e o empreendedor génio de Roma sentiu, por parte das nações da Ásia e África, uma resistência maior ao seu domínio espiritual do que a oferecida anteriormente ao seu poder temporal. O patriótico Cipriano, que governava com a autoridade mais absoluta a Igreja de Cartago e os sínodos provinciais, opôs-se com determinação e êxito à ambição do pontífice romano, ligou habilmente a sua causa à dos bispos orientais e, tal como Aníbal, procurou novos aliados no coração da Ásia. O facto de esta guerra púnica se ter travado sem derramamento de sangue deveu-se muito mais à fraqueza dos prelados rivais do que à sua moderação. Inectivas e excomunhões eram as suas únicas armas; e foram estas que, durante todo o curso da controvérsia, eles lançaram uns aos outros com igual fúria e devoção. A dura necessidade de criticar um papa, um santo ou um mártir aflige os modernos católicos sempre que são forçados a relatar os pormenores de uma disputa em que os paladinos da religião deram largas a paixões que parecem muito mais adequadas ao Senado ou aos acampamentos militares.

Os progressos da autoridade eclesiástica deram origem à memorável distinção entre leigos e clero, a qual fora desconhecida pelos Gregos e Romanos(*). A primeira destas designações abrangia o corpo do povo cristão; a segunda, de acordo com o significado da palavra, applicava-se à porção escolhida que tinha sido separada para o serviço da religião; uma célebre classe de homens que forneceram os mais importantes, embora nem sempre os mais edificantes temas à história moderna. As suas mútuas hostilidades perturbavam por vezes a paz da Igreja nascente, mas o seu zelo e actividade uniam-se em prol da causa comum, e o amor ao poder, que sob os mais ardilosos disfarces podia insinuar-se no seio dos bispos e mártires, incitava-os a aumentar o número dos seus súbditos e a alargar os limites do império cristão. Encontravam-se destituídos de qualquer força temporal e, durante muito tempo, foram mais desencorajados e oprimidos do que apoiados pelo magistrado civil; tinham, contudo, adquirido, e usavam-nos no interior da sua própria sociedade, os dois instrumentos mais eficazes de governo: recompensas e castigos; as primeiras resultavam da piedosa liberalidade dos fiéis, e os segundos das suas devotas apreensões.

I. A comunidade dos bens, que tanto seduzira a imaginação de Platão e continuava, em certa medida, a subsistir entre a austera seita dos Essénios, foi adoptada, por um curto espaço de tempo, na Igreja primitiva. O fervor dos primeiros prosélitos levou-os a vender os haveres mundanos que eles

desprezavam, a depor o seu preço aos pés dos apóstolos e a contentar-se em receber uma parte igual da distribuição comum. Os progressos da religião cristã enfraqueceram e aboliram gradualmente esta generosa instituição que, em mãos menos puras que as dos apóstolos, depressa teria sido corrompida e vítima dos abusos a que podia levar o regresso do egoísmo inerente à natureza humana; e os convertidos que abraçavam a nova religião tinham permissão para conservar a posse do seu património, receber legados e heranças, e aumentar os seus bens privados por todos os meios legítimos do comércio e da indústria. Os ministros do Evangelho aceitaram uma contribuição moderada em vez do sacrifício absoluto; e, durante as assembleias semanais ou mensais, todos os crentes, segundo as exigências do momento e a medida da sua riqueza e fervor, entregavam a sua oferta voluntária para uso do fundo comum. Nada, por mais insignificante que fosse, era recusado; mas inculcou-se diligentemente a noção de que, no artigo dos dízimos, a lei de Moisés continuava a ser uma obrigação divina; e que, dado os Judeus, sob uma disciplina mais imperfeita, terem recebido ordem para pagar uma décima parte de tudo o que possuíam, convinha aos discípulos de Cristo distinguirem-se por um grau superior de liberalidade e adquirirem algum mérito abdicando de um tesouro supérfluo que não demoraria a ser aniquilado com o próprio mundo(*). Escusado será dizer que o rendimento de cada Igreja particular, de natureza tão incerta e flutuante, deve ter variado ao sabor da pobreza ou da opulência dos fiéis, consoante se encontravam dispersos por obscuras aldeias ou reunidos nas grandes cidades do império. No tempo do imperador Décio, os magistrados achavam que os cristãos de Roma possuíam fortunas muito consideráveis; que vasos de ouro e prata eram utilizados no seu culto religioso; e que muitos dos seus prosélitos tinham vendido as suas terras e casas para aumentar os fundos públicos da seita, em detrimento, na realidade, dos seus infelizes filhos, que se viam reduzidos à mendicância porque os pais tinham sido santos. Deve-se, em geral, escutar com desconfiança as suspeitas dos estrangeiros e dos inimigos; neste caso, no entanto, eles recebem uma corroboração muito especiosa e provável em virtude das duas circunstâncias seguintes, as únicas chegadas ao nosso conhecimento que definem somas precisas ou transmitem uma ideia clara. Quase na mesma altura, o bispo de Cartago, pertencente a uma sociedade menos opulenta que a de Roma, reuniu cem mil sestércios (mais de oitocentas e cinquenta libras esterlinas), num súbito apelo à caridade, para resgatar os irmãos da Numídia que

tinham sido levados cativos pelos bárbaros do deserto. Aproximadamente cem anos antes do reinado de Décio, a Igreja romana recebera, num só donativo, a soma de duzentos mil sestércios de um estrangeiro do Ponto, que se propunha fixar residência na capital. Estas oferendas foram, na sua maioria, feitas em dinheiro; de facto, a sociedade dos cristãos não desejava nem estava em condições de arcar, em grau de certa monta, com o encargo da propriedade fundiária. Várias leis, que haviam sido promulgadas dentro do mesmo espírito que os nossos estatutos de bens de mão morta, decretavam que não fossem legados ou doados bens imobiliários a qualquer pessoa jurídica colectiva, sem um privilégio especial ou uma dispensa particular do imperador ou do Senado; os quais raras vezes se mostravam dispostos a concedê-las em favor de uma seita, primeiramente objecto do seu desdém, e, por último, dos seus receios e invejas. Menciona-se, no entanto, uma transacção efectuada sob o reinado de Alexandre Severo, reveladora de que a restrição era por vezes contornada ou suspensa, e de que os cristãos tinham licença para reclamar e possuir terras dentro dos limites da própria Roma. Os progressos do cristianismo e a conturbação civil do império contribuíram para abrandar a severidade das leis; e, antes do final do século iii, muitas terras de grande extensão foram concedidas às opulentas Igrejas de Roma, Milão, Cartago, Antioquia, Alexandria e outras grandes cidades de Itália e das províncias.

O bispo era o intendente natural da Igreja; o tesouro público era-lhe confiado sem lhe serem exigidas contas nem se proceder a fiscalização; os presbíteros estavam limitados às suas funções espirituais, e a ordem mais subordinada dos diáconos era unicamente usada na gestão e distribuição do rendimento eclesiástico. A darmos crédito às veementes declarações de Cipriano, havia demasiados entre os seus irmãos africanos que, no exercício dos cargos, violavam todos os preceitos não só de perfeição evangélica, mas até mesmo de virtudes morais. Alguns destes intendentes infieis esbanjavam as riquezas da Igreja em prazeres sensuais; outros desviavam-nas para fins de lucro pessoal, em operações fraudulentas e usuras rapaces. Mas enquanto os contributos do povo cristão foram livres e voluntários, os abusos da sua confiança não podiam ser muito frequentes, e o uso geralmente dado à sua liberalidade honrava a sociedade religiosa. Uma parte razoável era reservada à manutenção do bispo e do seu clero; destinava-se uma soma suficiente às despesas do culto público, no qual as refeições de fraternidade, os ágapes, como se lhes chamava, constituíam uma parte

muito agradável. O restante era o património sagrado dos pobres. O bispo decidia como distribuí-lo para ajudar as viúvas e os órfãos, os coxos, os doentes e os idosos da comunidade; para reconfortar estrangeiros e peregrinos e para minorar os infortúnios de presos e cativos, mais especialmente quando os seus sofrimentos tinham sido causados pelo seu firme apego à causa da religião. Uma generosa troca de caridade unia as mais longínquas províncias, e as congregações mais pequenas eram de bom grado ajudadas pelas esmolas dos irmãos mais ricos. Esta instituição, que levava mais em conta a pobreza do que o mérito do beneficiário, conduziu, de uma forma muito efectiva, ao avanço do cristianismo. Os pagãos que estavam imbuídos de um sentimento humanitário, embora ridiculizassem as doutrinas, reconheciam a benevolência da nova seita(*). A perspectiva de alívio imediato e protecção futura atraíram a este meio acolhedor muitos dos infelizes a quem a indiferença do mundo teria abandonado aos infortúnios da pobreza, da doença e da velhice. Há igualmente motivos para acreditar que um elevado número de crianças que, segundo a prática desumana da época, haviam sido expostas pelos pais eram muitas vezes salvas da morte, baptizadas, educadas e mantidas pela piedade dos cristãos e à custa do tesouro público(**).

II. Todas as sociedades têm o direito inegável de excluir da sua comunhão e benefícios aqueles dos seus membros que rejeitam ou violam os regulamentos estabelecidos por consentimento mútuo. No exercício deste poder, as censuras da Igreja cristã dirigiram-se sobretudo contra os pecadores escandalosos e, em particular, os que eram culpados de assassinio, fraude ou incontinência; contra os autores ou seguidores de quaisquer opiniões heréticas condenadas pelo juízo da ordem episcopal; e contra as infelizes criaturas que, por escolha ou compulsão, se tivessem maculado, depois do baptismo, devido a qualquer acto de adoração idólatra. As consequências da excomunhão eram de natureza temporal e também espiritual. O cristão contra os quais ela era pronunciada ficava privado de partilhar das oferendas dos fiéis. Os laços, tanto da amizade religiosa como particular, eram dissolvidos; ele tornava-se um objecto profano de horror para as pessoas que mais estimava ou pelas quais havia sido mais ternamente amado; e na medida em que a expulsão de uma sociedade respeitável podia imprimir na sua reputação uma marca de infâmia, ele passava a ser evitado ou suspeito para o resto do género humano. A situação destes infelizes proscritos era em si mesmo muito dolorosa e triste;

no entanto, como habitualmente acontece, as suas apreensões superavam de longe os sofrimentos. Os benefícios da comunhão cristã eram os da vida eterna; e os excomungados não conseguiam apagar no seu espírito o pensamento terrível de que a Divindade havia entregue as chaves do Inferno e do Paraíso aos governadores eclesiásticos que os tinham condenado. Na realidade, os heréticos que poderiam sentir-se amparados pela consciência das suas intenções e pela lisonjeira esperança de que só eles haviam descoberto o verdadeiro caminho da salvação esforçavam-se por recuperar, nas suas assembleias isoladas, os confortos, tanto de ordem temporal como espiritual, que já não obtinham na grande sociedade dos cristãos. No entanto, quase todos os que haviam cedido com relutância ao poder do vício ou da idolatria eram sensíveis à sua condição decaída e desejavam ansiosamente voltar a fruir dos benefícios da comunhão cristã.

Em relação ao tratamento dado a estes penitentes, dois sentimentos contrários, um de justiça e outro de compaixão, dividiam a primitiva Igreja. Os mais rígidos e inflexíveis casuístas recusavam-lhes para todo o sempre, e sem excepção, o mínimo lugar na comunidade sagrada que eles tinham desrespeitado ou abandonado; e, abandonando-os ao remorso de uma consciência culpada, deixavam-lhes somente um leve raio de esperança de que a contrição durante a sua vida e na hora da morte talvez pudesse vir a ser aceite pelo Ente Supremo(*). Uma opinião mais suave era adoptada, na prática como na teoria, pelas mais puras e respeitáveis das Igrejas cristãs. As portas da reconciliação e do céu raras vezes se fechavam ao penitente regressado; no entanto, instituiu-se uma severa e solene forma de disciplina que, embora servisse para expiar o seu crime, poderia também dissuadir os espectadores da imitação do seu exemplo. Humilhado por uma confissão pública, emagrecido pelo jejum e vestido de burel, o penitente mantinha-se prosternado à porta da assembleia, implorando, debulhado em lágrimas, o perdão da suas ofensas e solicitando as preces dos fiéis(**). Sempre que a falta era de natureza abominável, anos inteiros de penitência não pareciam uma satisfação suficiente aos olhos da justiça divina; e era sempre através de lentas e penosas fases que o pecador, o herege ou o apóstata voltavam a ser admitidos no seio da Igreja. Havia, porém, uma sentença de excomunhão perpétua reservada a alguns crimes de extraordinária gravidade, e sobretudo às indesculpáveis recaídas dos penitentes que já haviam usado e abusado da clemência dos seus superiores eclesiásticos. De acordo com as circunstâncias ou o número de culpados, o exercício da

disciplina cristã variava a bel-prazer dos bispos. Os concílios de Ancira e Ilíberis realizaram-se aproximadamente na mesma altura, um na Galácia, o outro em Espanha; mas os respectivos cânones, que ainda hoje existem, dão mostras de um espírito muito diverso. O gálata que, depois do baptismo, sacrificasse repetidas vezes aos ídolos podia obter o seu perdão mediante uma penitência de sete anos; e, caso tivesse instigado outros a imitar o seu exemplo, só mais três anos eram acrescentados ao prazo do seu exílio. Mas o infeliz espanhol que cometesse a mesma ofensa via-se privado da esperança de reconciliação, mesmo em artigo de morte; e a sua idolatria era posta à cabeça de uma lista de outros dezassete crimes, contra os quais uma sentença não menos terrível era pronunciada. Entre eles, podemos referir a culpa inexpiável de caluniar um bispo, um presbítero ou até um diácono.

A força *humana* da Igreja baseava-se na equilibrada mescla de liberalidade e rigor e na ministração criteriosa de recompensas e castigos, segundo os preceitos da política e bem assim da justiça. Os bispos, cujo cuidado paternal se estendia ao governo dos dois mundos, eram sensíveis à importância destas prerrogativas; e, escondendo a ambição sob o pretexto do amor à ordem, sentiam inveja de qualquer rival no exercício de uma disciplina tão necessária para impedir a deserção das tropas que se tinham alistado sob o estandarte da cruz e cujo número aumentava consideravelmente todos os dias. A partir das imperiosas declarações de Cipriano, poderíamos naturalmente concluir que as doutrinas da excomunhão e da penitência constituíam a parte essencial da religião; e que era muito menos perigoso para os discípulos de Cristo negligenciar a observância dos deveres morais do que desprezar as censuras e a autoridade dos seus bispos. Poderíamos, por vezes, imaginar que estávamos a ouvir a voz de Moisés, quando ele ordenou à terra que se abrisse e engolisse, em chamas devoradoras, a raça rebelde que negava obediência ao sacerdócio de Aarão; e, outras vezes, supor que escutávamos a voz de um cônsul romano a sustentar a majestade da república e a afirmar a sua inflexível decisão de fazer cumprir o rigor das leis. «Se estas irregularidades forem toleradas com impunidade» (é assim que o bispo de Cartago censura a indulgência do seu colega), «se estas irregularidades forem toleradas, chegará ao fim o Vigor Episcopal; será o fim do sublime e divino poder que governa a Igreja; e o fim do próprio cristianismo.» Cipriano havia renunciado às honras temporais que provavelmente jamais alcançaria; mas a aquisição de um poder tão absoluto sobre as consciências e sobre o entendimento de uma

congregação, por mais obscura ou desprezada que seja aos olhos do mundo, satisfaz mais verdadeiramente o orgulho do coração humano do que a posse do mais despótico poder imposto pelas armas e pela conquista de um povo recalcitrante.

Ao longo desta importante, ainda que talvez monótona análise, tentei expor as causas secundárias que tão eficazmente coadjuvaram a verdade da religião cristã. Se, entre estas causas, descortinámos alguns adornos artificiais, algumas circunstâncias acidentais ou um misto de erro e de paixão, não é de admirar que a humanidade tenha sido tão intensamente afectada por motivos inerentes à sua natureza imperfeita. Foi com o concurso destas causas — zelo exclusivo, expectativa imediata de um outro mundo, a pretensão do dom de fazer milagres, a prática de uma rígida virtude e a constituição da primitiva Igreja — que o cristianismo se difundiu com tanto êxito no Império Romano. É à primeira delas que os cristãos devem o seu invencível valor que se negava a capitular diante do inimigo ao qual estavam resolvidos a derrotar. As três causas seguintes forneceram as armas mais formidáveis ao seu valor. A última destas causas congregou-lhes a coragem, dirigiu-lhes as armas e imbuíu-lhes os esforços do irresistível ascendente que até um pequeno grupo de bem treinados e intrépidos voluntários possuiu tantas vezes sobre uma multidão indisciplinada, desconhecedora do motivo e indiferente ao desfecho de uma guerra. Nas várias religiões do politeísmo, alguns fanáticos errantes do Egipto e da Síria, que tinham em vista a crédula superstição da população, formaram talvez a única ordem de padres que extraíram todo o apoio e crédito do seu estado sacerdotal e foram profundamente tocados por um interesse pessoal pela segurança ou prosperidade das suas divindades tutelares. Os ministros do politeísmo, tanto em Roma como nas províncias, eram, na sua maioria, homens de origem nobre e grande fortuna que recebiam, como honrosa distinção, o encargo de um templo famoso ou de um sacrifício público, organizavam, muitas vezes à sua custa, jogos sagrados, e celebravam com fria indiferença os antigos ritos, segundo as leis e os costumes do seu país. Dado estarem empenhados nas comuns ocupações da vida, o seu zelo e devoção raramente eram animados por um sentimento de interesse ou pelos hábitos de índole eclesiástica. Confinados aos seus respectivos templos e cidades, não mantinham entre si laços de disciplina ou governo; e, embora reconhecessem a suprema jurisdição do Senado, do colégio de pontífices e do imperador, estes magistrados civis

satisfaziam-se com a fácil tarefa de manter, em paz e dignidade, o culto geral da espécie humana. Já vimos até que ponto os sentimentos religiosos dos politeístas eram variados, vagos e inseguros. Encontravam-se abandonados, quase sem reserva, ao movimento natural de uma fantasia supersticiosa. As circunstâncias acidentais da sua vida e situação determinavam o objectivo e bem assim o grau da sua devoção; e na medida em que a sua adoração foi sucessivamente substituída a milhentas divindades, tornava-se difícil que os seus corações alimentassem uma paixão muito sincera ou fervorosa por qualquer delas.

Condições favoráveis aos progressos do cristianismo

Quando o cristianismo apareceu no mundo, até mesmo estes leves e imperfeitos traços tinham perdido muito do seu poder original. A razão humana, que mediante a sua simples força é incapaz de conceber os mistérios da fé, já obtivera um fácil triunfo sobre a loucura do paganismo; e quando Tertuliano ou Lactâncio se esforçam por demonstrar a falsidade e extravagância dele, vêem-se obrigados a transcrever a eloquência de Cícero ou a sagacidade de Luciano. A influência destes escritos cépticos difundira-se muito para lá do círculo dos seus leitores. A moda da descrença foi transmitida do filósofo ao homem de prazer ou de negócios, do nobre ao plebeu, e do amo ao escravo doméstico que servia à sua mesa e escutava avidamente a livre conversa travada. Em ocasiões públicas, a parte filosófica da espécie humana fingia tratar com respeito e decência as instituições religiosas do seu país, mas o seu secreto desprezo penetrava este ténue e grosseiro disfarce; e até mesmo o povo, ao descobrir que as suas divindades eram rejeitadas e escarnecidas por aqueles cuja posição ou entendimento estavam habituados a venerar, se encheu de dúvidas e apreensões relativamente à verdade das doutrinas a que havia consagrado a mais implícita crença. O declínio dos antigos preconceitos expôs uma numerosa porção de homens ao perigo de uma dolorosa e desamparada situação. Um estado de cepticismo e incerteza pode divertir alguns espíritos curiosos; mas a prática da superstição é tão congénita à multidão, que, se esta for energicamente desperta, lamentará sempre a perda da agradável ilusão. O seu amor ao maravilhoso e ao sobrenatural, a sua curiosidade em

relação aos acontecimentos futuros e a marcada tendência para estender as suas esperanças e receios além dos limites do mundo visível foram os principais motivos que favoreceram o estabelecimento do politeísmo. A necessidade da crença é tão premente no vulgo que, à queda de um qualquer sistema de mitologia, seguir-se-á, com toda a probabilidade, a adopção de um outro modo de superstição. Algumas divindades de feição mais recente e em voga poderiam ter ocupado rapidamente os templos desertos de Júpiter e de Apolo, se, no momento decisivo, a sabedoria da Providência não houvesse interposto uma revelação genuína, apta a inspirar a mais racional estima e convicção, enquanto se ornava ao mesmo tempo de tudo o que podia suscitar a curiosidade, o espanto e a veneração do povo. Na disposição então existente, pois eram muitos os que se encontravam quase desprendidos dos seus preconceitos artificiais, mas igualmente susceptíveis e desejosos de um apego devoto, um objecto muito menos digno poderia ter bastado para ocupar o lugar vago nos seus corações e satisfazer o inseguro ardor das suas paixões. Os que estiverem dispostos a prosseguir esta reflexão, em vez de encararem com surpresa o rápido avanço do cristianismo, talvez se admirem com o facto de o seu êxito não ter sido ainda mais rápido e mais universal.

Tem sido comentado, com verdade e justeza, que as conquistas de Roma prepararam e facilitaram as do cristianismo. No segundo capítulo desta obra, tentámos explicar de que maneira as províncias mais civilizadas da Europa, da Ásia e de África foram reunidas sob o domínio de um soberano e legadas gradualmente pelos mais estreitos laços das leis, dos costumes e da língua. Os Judeus da Palestina, que haviam esperado confiadamente por um libertador temporal, receberam de uma forma tão fria os milagres do divino profeta, que se considerou desnecessário publicar, ou mesmo preservar, qualquer Evangelho hebraico. As histórias autênticas das acções de Cristo foram redigidas em grego, a uma considerável distância de Jerusalém, e depois de os gentios convertidos se terem tornado extraordinariamente numerosos. Mal estas histórias foram traduzidas para a língua latina, passaram a ser perfeitamente inteligíveis a todos os súbditos de Roma, exceptuando os camponeses da Síria e do Egipto, em cuja especial intenção se fizeram mais tarde versões apropriadas. As estradas públicas, que haviam sido construídas para uso das legiões, abriam uma passagem fácil aos missionários cristãos, de Damasco até Corinto e de Itália até aos confins de Espanha ou da Bretanha; tão-pouco estes conquistadores

espirituais depararam com algum dos obstáculos que, por regra, atrasam ou impedem a introdução de uma religião estrangeira num país distante. Há fortes motivos para se acreditar que, antes dos reinados de Diocleciano e de Constantino, a fé de Cristo já fora pregada em todas as províncias e em todas as grandes cidades do império; mas o estabelecimento das várias congregações, a quantidade de fiéis que as compunham e a sua proporção relativamente à multidão descrente estão agora sepultos na obscuridade ou encobertos pela ficção e a declamação. No entanto, trataremos, a seguir, de relatar essas circunstâncias imperfeitas referentes à expansão do nome cristão na Ásia e na Grécia, no Egito, na Itália e no Ocidente, tal como nos chegaram e sem descurar as aquisições reais ou imaginárias da fé situadas para lá das fronteiras do Império Romano.

As ricas províncias que se estendem do Eufrates ao mar Jónico foram o palco principal onde o apóstolo dos gentios desenvolveu o seu zelo e a sua piedade. As sementes do Evangelho, que ele lançara em solo fértil, foram diligentemente cultivadas pelos seus discípulos; e tudo indica que, durante os dois primeiros séculos, o corpo mais considerável de cristãos estava contido nestes limites. Entre as sociedades que se instituíram na Síria, as mais antigas e ilustres eram, sem dúvida, as de Damasco, de Bereia ou Alepo, e Antioquia. A profética introdução do Apocalipse descreveu e imortalizou as sete Igrejas da Ásia — Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira, Sárdis, Laodiceia e Filadélfia; e as suas colónias não tardaram a espalhar-se neste populoso país. Desde um período muito remoto que as ilhas de Chipre e de Creta, as províncias da Trácia e da Macedónia, acolheram favoravelmente a nova religião; e repúblicas cristãs não tardaram a estabelecer-se nas cidades de Corinto, de Esparta e de Atenas. A antiguidade das Igrejas grega e asiática permitiu um espaço de tempo suficiente para o seu crescimento e multiplicação; e até mesmo os enxames de gnósticos e outros heréticos servem para demonstrar a situação florescente da Igreja ortodoxa, pois a designação de heréticos sempre se aplicou ao partido menos numeroso. A estes testemunhos domésticos podemos acrescentar a confissão, as queixas e as apreensões dos próprios gentios. A partir dos escritos de Luciano, um filósofo que estudara os homens e descreveu os seus costumes com as mais vivas cores, podemos inferir que, sob o reinado de Cómodo, o seu país natal do Ponto abundava em epicúrios e *cristãos*. Oitenta anos após a morte de Cristo, o humano Plínio lamenta a amplitude do mal que ele em vão se esforçou por erradicar.

Na curiosíssima epístola dirigida ao imperador Trajano, afirma que os templos estão quase desertos, que as vítimas sagradas poucos compradores encontram e que a superstição não só contaminou as cidades, como se propagou às aldeias e aos campos do Ponto e da Bitínia. Sem entrar numa análise minuciosa das expressões ou dos motivos destes escritores, que ou celebram ou lamentam o avanço do cristianismo no Oriente, pode observar-se, em geral, que nenhum deles nos legou elementos com base nos quais seja possível fazer uma estimativa justa do verdadeiro número de fiéis nestas províncias. Conhecemos, felizmente, alguns dados que parecem clarificar um pouco esta obscura mas interessante questão. Sob o reinado de Teodósio, depois de o cristianismo haver desfrutado, durante mais de sessenta anos, da auréola do favor imperial, a antiga e famosa Igreja da Antioquia compunha-se de cem mil pessoas, três mil das quais eram sustentadas pelas oferendas públicas. O esplendor e dignidade da rainha do Oriente, a população conhecida de Cesareia, Selêucia e Alexandria, bem como a perda de duzentas e cinquenta mil pessoas no terramoto que assolou a Antioquia no tempo de Justino I, dito o Antigo, são outras tantas provas convincentes de que o número dos seus habitantes não era inferior a meio milhão e de que os cristãos, embora multiplicados pelo zelo e o poder, não ultrapassavam uma quinta parte desta grande cidade. Que proporção tão diferente se nos deparará ao compararmos a Igreja perseguida com a Igreja triunfante, o Ocidente com o Oriente, aldeias remotas com cidades populosas, e regiões recentemente convertidas à fé com o lugar onde os crentes receberam pela primeira vez o nome de cristãos! Não se deve, contudo, esquecer que, noutro trecho, Crisóstomo, a quem devemos esta útil informação, calcula que a multidão dos fiéis era inclusivamente superior à dos judeus e pagãos. A solução desta aparente dificuldade é, no entanto, fácil e óbvia. O eloquente pregador estabelece um paralelo entre a constituição civil e a eclesiástica de Antioquia; entre o inventário dos cristãos que haviam conquistado o céu através do baptismo e o dos cidadãos que tinham o direito de partilhar a liberalidade pública. Escravos, estrangeiros e crianças eram incluídos na primeira; e encontravam-se excluídos da última.

O extenso comércio de Alexandria e a sua proximidade da Palestina facultavam um fácil acesso à nova religião. Ela foi inicialmente abraçada por um grande número de terapeutas ou essênios do lago Mareóti, uma seita judaica que perdera muito do seu respeito pelas cerimónias mosaicas.

A vida austera dos essênios, os seus jejuns e excomunhões, a comunidade de bens, o apego ao celibato, o zelo pelo martírio e o fervor, ainda que sem pureza, da sua fé já forneciam uma imagem muito viva da primitiva disciplina. A teologia cristã parece ter tomado uma forma regular e científica na escola de Alexandria; e quando Adriano visitou o Egipto, encontrou uma Igreja composta de judeus e gregos, com importância suficiente para merecer a atenção deste príncipe curioso. O avanço do cristianismo restringiu-se, contudo, durante muito tempo, aos limites de uma única cidade, que era ela própria uma colónia estrangeira, e, até ao final do século ii, os antecessores de Demétrio constituíram os únicos prelados da Igreja egípcia. Três bispos foram consagrados pela mão de Demétrio, e o número subiu para vinte no reinado do seu sucessor Héraclas. Os naturais do país, um povo caracterizado por uma desabrida inflexibilidade de carácter, receberam a nova doutrina com frieza e relutância; e, mesmo no tempo de Orígenes, era raro encontrar um egípcio que tivesse superado os seus anteriores preconceitos ligados aos animais sagrados da sua terra. Na realidade, mal o cristianismo alcançou a supremacia, o zelo destes bárbaros obedeceu ao impulso dominante: as cidades do Egipto encheram-se de bispos e os desertos da Tebaida pululavam de eremitas.

Um incessante caudal de estrangeiros e habitantes das províncias afluíu ao espaçoso seio de Roma. Tudo o que era singular ou odioso, todos os que fossem culpados ou suspeitos, podiam esperar iludir a vigilância da lei na obscuridade desta imensa capital. No meio de uma confluência tão variada de nações, todos os mestres, quer da verdade quer da falsidade, todos os fundadores, quer de uma associação virtuosa quer de um bando criminoso, podiam facilmente multiplicar o número dos seus discípulos ou cúmplices. Na altura da perseguição momentânea de Nero, os cristãos de Roma são apresentados por Tácito como constituindo já uma grande multidão, e a linguagem deste grande historiador é quase idêntica ao estilo utilizado por Lívio(*) quando relata a introdução e a supressão dos ritos de Baco. Depois de as bacanais terem despertado a severidade do Senado, receou-se igualmente que uma enorme multidão, por assim dizer *um outro povo*, tivesse sido iniciado nestes abomináveis mistérios. Uma investigação mais cuidada demonstrou rapidamente que os transgressores não excediam o número de sete mil; um total, mesmo assim, suficientemente alarmante quando encarado como objecto de justiça pública. Deveríamos interpretar

com a mesma largueza de vistas as vagas expressões de Tácito, e sobretudo as declarações de Plínio, quando eles exageram as multidões de fanáticos seduzidos que haviam abandonado o culto dominante dos deuses. A Igreja de Roma era indubitavelmente a primeira e a mais populosa do império; e estamos na posse de um autêntico registo que atesta a situação religiosa nesta cidade por volta de meados do século iii, após uma paz de trinta e oito anos. Nesta altura, o clero compunha-se de um bispo, quarenta e seis presbíteros, sete diáconos, outros tantos subdiáconos, quarenta e dois acólitos e cinquenta leitores, exorcistas e porteiros. O número de viúvas, enfermos e pobres que viviam das oferendas dos fiéis ascendia a mil e quinhentos. Etribados na razão, e bem assim na analogia com Antioquia, podemos aventurar-nos a avaliar os cristãos de Roma em cerca de cinquenta mil. A população desta grande capital talvez não possa ser fixada de uma forma exacta, mas os cálculos mais modestos não a reduzirão, decerto, a menos de um milhão de habitantes, entre os quais os cristãos poderiam representar, no máximo, uma vigésima parte.

Os habitantes das províncias do Ocidente parecem ter colhido o conhecimento do cristianismo na mesma fonte que divulgara entre eles a linguagem, os sentimentos e os costumes de Roma. Neste plano mais importante, a África, bem como a Gália, foram gradualmente moldadas à imagem da capital. Apesar, contudo, das muitas e favoráveis ocasiões susceptíveis de estimular os missionários romanos a visitar as suas províncias latinas, só já bastante tarde é que eles atravessaram quer o mar, quer os Alpes; tão-pouco conseguimos discernir, nestas vastas regiões, quaisquer vestígios indubitáveis de fé ou de perseguição que remontem além do reinado dos Antoninos. O lento progresso do Evangelho no frio clima da Gália foi extremamente diferente do ardor com que ele parece ter sido recebido nas areias escaldantes de África. Os cristãos africanos não tardaram a formar um dos principais corpos da primitiva Igreja. A prática, introduzida nesta província, de nomear bispos para as mais insignificantes cidades, e com frequência até para as aldeias mais obscuras, tendeu a multiplicar o esplendor e a importância das suas sociedades religiosas que, durante o século iii, foram animadas pelo zelo de Tertuliano, dirigidas pelas capacidades de Cipriano e adornadas com a eloquência de Lactâncio. Mas se, pelo contrário, fixarmos a atenção na Gália, temos de nos contentar em distinguir, na época de Marco Antonino(*), as débeis, e unidas entre si, congregações de Lião e Viena; e, mesmo numa época tão tardia como o

reinado de Décio, asseguram-nos de que somente em poucas cidades — Arles, Narbona, Tolosa, Limoges, Clermont, Tours e Paris — existiam algumas Igrejas dispersas, apoiadas pela devoção de uma pequena quantidade de cristãos. O silêncio é, na realidade, muito compatível com a devoção; mas dado que raramente se concilia com o zelo religioso, é-nos possível notar e lamentar o inerte estado do cristianismo nestas províncias que haviam trocado o céltico pela língua latina, pois, durante os três primeiros séculos, não produziram um único escritor eclesiástico. A partir da Gália, que apregoava uma justa superioridade de saber e autoridade sobre todos os países aquém dos Alpes, a luz do Evangelho reflectiu-se mais debilmente em direcção às províncias distantes da Espanha e da Bretanha; e, se dermos crédito às veementes declarações de Tertuliano, elas já haviam recebido os primeiros raios de fé quando ele endereçou a sua Apologética aos magistrados do imperador Severo. No entanto, a obscura e imperfeita origem das Igrejas Ocidentais da Europa foi tão negligentemente registada que, se quisermos relatar o tempo e as circunstâncias da sua fundação, teremos de suprir o silêncio da Antiguidade por meio de todas estas lendas que a avareza ou a superstição ditaram, muito depois, aos monges, na indolente obscuridade dos seus conventos. Dentre todas estas ficções sagradas, apenas a do apóstolo Sant'Iago merece, pela sua singular extravagância, ser referido. De pacífico pescador do lago de Genesaré, transformou-se num valoroso cavaleiro que investiu à cabeça da cavalaria espanhola nas batalhas contra os Mouros. Os mais graves historiadores celebraram os seus feitos; o milagroso relicário de Compostela alardeou o seu poder; e a espada de uma ordem militar, assistida pelos terrores da Inquisição, bastou para arredar quaisquer objecções de crítica profana.

O progresso do cristianismo não se limitou ao Império Romano; e, segundo os primeiros padres, que interpretam os factos mediante a profecia, a nova religião, um século decorrido sobre a morte do seu Divino Autor, já visitara todas as partes do globo. «Não existe», afirma Justino, *o Mártir*, «um povo, seja ele grego ou bárbaro, ou qualquer outra raça de homens cuja denominação ou costumes possam distingui-la entre todas, mesmo ignorante das artes ou da agricultura, quer habite sob tendas ou vagueie em carros cobertos, entre o qual não se ofereçam preces em nome de um Jesus crucificado ao Pai e Criador de todas as coisas.» Mas este esplêndido exagero, que mesmo nos nossos dias seria extraordinariamente difícil de conciliar com o verdadeiro estado da humanidade, somente pode

considerar-se como o febril arroubo de um escritor devoto mas pouco exacto, cuja crença se regulava pela bitola dos seus desejos. Todavia, nem a crença nem os desejos dos padres podem alterar a verdade da História. Ninguém poderá jamais pôr em dúvida que os bárbaros da Cítia e da Germânia, que mais tarde subverteram a monarquia romana, estavam mergulhados nas trevas do paganismo; e que até mesmo a conversão da Ibéria, da Arménia e da Etiópia não alcançou o mínimo êxito antes de o ceptro se encontrar nas mãos de um imperador ortodoxo. Até esta época, os vários acidentes da guerra e do comércio poderiam, na realidade, difundir um conhecimento imperfeito do Evangelho entre as tribos da Caledónia e as que eram ribeirinhas do Reno, do Danúbio e do Eufrates. Edessa, situada para lá do último destes rios, notabilizou-se por uma firme e precoce adesão à fé. Os princípios do cristianismo foram, a partir de Edessa, introduzidos com facilidade nas cidades gregas e sírias que obedeciam aos sucessores de Artaxerxes; mas aparentemente não causaram nenhuma impressão profunda no espírito dos Persas, cujo sistema religioso, graças ao labor de uma bem disciplinada ordem de sacerdotes, fora construído com muito mais arte e solidez do que a mitologia incerta de Grécia e de Roma.

O número e a condição dos primitivos cristãos

Olhando para este quadro imparcial, embora imperfeito, dos progressos do cristianismo, talvez possa parecer provável que a quantidade dos seus prosélitos tenha sido singularmente exagerada, devido, por um lado, ao receio, e, por outro, à devoção. Segundo o irrepreensível testemunho de Orígenes, a proporção de fiéis era bastante insignificante, se comparada com a multidão de um mundo descrente; mas, dado não nos ter chegado informação exacta, torna-se impossível determinar e até difícil conjecturar o verdadeiro número dos primitivos cristãos. No entanto, o cálculo mais favorável que pode deduzir-se a partir dos exemplos de Antioquia e de Roma não nos permitirá concluir que mais de um vigésimo dos súbditos do império se tenham alistado sob o estandarte da Cruz antes da importante conversão de Constantino. Mas os seus hábitos de fé, zelo e união pareciam multiplicá-los; e as mesmas causas que iriam contribuir para o seu futuro

aumento serviram para tornar mais marcada e formidável a sua força do momento.

A constituição de uma sociedade civil é de tal ordem que, enquanto um pequeno número de pessoas se distingue pela riqueza, honras e sabedoria, o grosso do povo fica condenado à obscuridade, ignorância e pobreza. A religião cristã, que se dirigia a todo o género humano, deveria então ter reunido um muito maior número de prosélitos pertencentes às camadas inferiores do que às categorias superiores. Esta inocente e natural circunstância deu azo a uma imputação bastante odiosa, que parece ser menos vigorosamente negada pelos apologistas do que alegada pelos adversários da fé; a de que a nova seita de cristãos se compunha quase inteiramente da escória da população, camponeses e obreiros, rapazes e mulheres, mendigos e escravos, tendo estes últimos, por vezes, introduzido os missionários no seio das famílias ricas e nobres às quais pertenciam. Estes obscuros mestres (tal era a acusação da malícia e da impiedade) são tão silenciosos em público, quanto loquazes e dogmáticos em privado. Ao passo que se furtam, prudentemente, ao perigoso encontro com filósofos, misturam-se com a multidão rude e iletrada, e insinuam-se nos espíritos cuja idade, sexo e educação melhor os dispõe a receber a impressão de terrores supersticiosos.

Este retrato desfavorável, embora não desprovido de uma leve verosimilhança, denuncia pelas suas cores sombrias e traços distorcidos o pincel de um inimigo. Conforme a humilde fé de Cristo se foi propagando pelo mundo, foi sendo adoptada por várias pessoas que tiravam algum proveito das vantagens da natureza ou da fortuna. Aristides, que apresentou uma eloquente apologia ao imperador Adriano, era um filósofo ateniense. Justino, *o Mártir*, tinha procurado o conhecimento divino nas escolas de Zenão, Aristóteles, Pitágoras e Platão, antes de ser ditosamente abordado pelo velho, ou melhor, pelo anjo que lhe desviou a atenção para o estudo dos profetas judaicos. Clemente de Alexandria era muito versado na língua grega, e Tertuliano na língua latina. Júlio, *o Africano*, e Orígenes dominavam uma parte considerável do saber da sua época; e, embora o estilo de Cipriano difira em muito do de Lactâncio, quase poderíamos concluir que estes escritores foram professores públicos de retórica. O próprio estudo da filosofia foi finalmente introduzido entre os cristãos, mas nem sempre produziu os efeitos mais salutares; o conhecimento estava tão frequentemente ligado à heresia como à devoção, e a descrição que se fazia

dos seguidores de Ártemon pode, com igual propriedade, aplicar-se às várias seitas que resistiram aos sucessores dos apóstolos. «Eles atrevem-se a modificar as Sagradas Escrituras, a abandonar a antiga regra da fé e a formar as suas opiniões de acordo com os subtis preceitos da lógica. A ciência da Igreja é descurada em benefício da geometria, e eles perdem o céu de vista enquanto se dedicam a medir a terra. Têm constantemente Euclides nas mãos e admiram Aristóteles e Teofrasto; além de que mostram uma invulgar reverência pelas obras de Galeno. Os seus erros resultam do abuso das artes e ciências dos infieis, e corrompem a simplicidade do Evangelho com os requintes da razão humana.»

Tão-pouco pode afirmar-se com verdade que as vantagens de nascimento e riqueza estiveram sempre separadas da profissão do cristianismo. Vários cidadãos romanos foram levados diante do tribunal de Plínio, o qual não tardou a verificar que um elevado número de pessoas de *todas as condições*, na Bitínia, havia abandonado a religião dos antepassados. O seu testemunho insuspeito pode, neste caso, merecer mais crédito do que o ousado desafio de Tertuliano, quando concita os temores, bem como a humanidade do procônsul de África, garantindo-lhe que, se ele persistir nas suas cruéis intenções, terá de dizimar Cartago e encontrará entre os culpados muitas pessoas da sua categoria, senadores e matronas da mais nobre origem e os amigos ou parentes dos seus mais íntimos amigos. Parece, no entanto que, cerca de quarenta anos depois, o imperador Valeriano estava convencido da veracidade de semelhantes declarações, pois num dos seus rescritos ele supõe, obviamente, que senadores, cavaleiros romanos e senhoras de qualidade faziam parte da seita cristã. A Igreja continuava a aumentar a sua magnificência exterior, enquanto perdia a pureza interior; e, no reinado de Diocleciano, o palácio, os tribunais e até mesmo o exército abrigavam uma multidão de cristãos que se esforçavam por conciliar os interesses do mundo presente com os de uma vida futura.

E, no entanto, estas excepções ou são excessivamente reduzidas em número ou demasiado recentes para poderem remover inteiramente o estigma de ignorância e obscuridade que foi tão arrogantemente lançado sobre os primeiros prosélitos do cristianismo. Em lugar de nos servirmos de ficções de épocas posteriores em nossa defesa, será mais prudente transformar o ensejo de escândalo em tema de edificação. Se pensarmos com seriedade, concluiremos que os próprios apóstolos foram escolhidos pela Providência entre os pescadores da Galileia e que, quanto mais

diminuirmos a condição temporal dos primeiros cristãos, mais motivos encontraremos para lhes admirar o mérito e o êxito alcançado. Compete-nos lembrar acima de tudo que o reino dos céus foi prometido aos pobres de espírito e que todas as almas afligidas pela calamidade e o desprezo da humanidade escutam, de bom grado, a promessa divina de felicidade futura; enquanto, pelo contrário, os afortunados se mostram satisfeitos com a posse deste mundo e os sábios malbaratam na dúvida e na disputa a sua vã superioridade de razão e sabedoria.

Necessitamos destas reflexões como consolo pela perda de algumas personagens ilustres que, a nossos olhos, poderiam parecer as mais dignas da dádiva celeste. Os nomes de Séneca, dos dois Plínios, o Antigo e o Moço, de Tácito, de Plutarco, de Galeno, do escravo Epicteto e do imperador Marco Antonino(*) adornam a época em que brilharam e exaltam a dignidade da natureza humana. Encheram de glória os seus respectivos cargos, quer na vida activa quer na contemplativa; o seu excelente entendimento foi aperfeiçoado pelo estudo; a filosofia expurgara-lhes a mente dos preconceitos da superstição popular; e eles passaram os dias em busca da verdade e no exercício da virtude. No entanto, todos estes sábios (o que se torna tão surpreendente como preocupante) negligenciaram ou negaram a perfeição do sistema cristão. A sua linguagem ou o seu silêncio denotam ambos o desprezo que sentiam pela seita nascente e que na sua época se espalhara pelo Império Romano. Aqueles dentre eles que condescenderam em mencionar os cristãos consideram-nos apenas como entusiastas obstinados e perversos que exigiam uma submissão implícita às suas misteriosas doutrinas, sem conseguirem apresentar um único argumento capaz de chamar a atenção de homens de bom senso e erudição.

É pelo menos duvidoso que algum destes filósofos tenha lido cuidadosamente as apologias que os cristãos repetidamente publicaram em prol de si próprios e da sua religião; mas ainda é mais de lamentar que uma tal causa não fosse sustentada por defensores mais hábeis. Eles expõem, com um espírito e uma eloquência supérfluos, a extravagância do politeísmo. Apela à nossa compaixão revelando a inocência e o sofrimento dos seus irmãos maltratados. Mas quando deviam demonstrar a origem divina do cristianismo, insistem muito mais veementemente nas profecias que anunciavam o Messias do que nos milagres que acompanharam a sua vinda. O argumento favorito deles pode contribuir para edificar um cristão ou converter um judeu, pois ambos reconhecem a

autoridade destas profecias e são obrigados, com devota reverência, a indagar o seu sentido e a sua consumação. Este modo de persuasão perde, no entanto, muito do seu peso e influência quando se dirige aos que não compreendem nem respeitam o ordenamento mosaico e o estilo profético. Nas mãos pouco hábeis de Justino e dos apologistas seguintes, o significado sublime dos oráculos hebraicos dilui-se em chavões, conceitos afectados e frias alegorias; e até a sua autenticidade se tornava suspeita aos olhos de um gentio pouco esclarecido, dada a mistura de piedosas contrafacções que, sob os nomes de Orfeu, de Hermes e das Sibilas(*), lhe eram impostas como de igual valor às genuínas inspirações celestes. A adopção da fraude e dos sofismas em defesa da revelação lembra-nos, demasiado frequentemente, o comportamento pouco judicioso dos poetas que carregam os seus heróis *invulneráveis* com o peso inútil de uma armadura incómoda e frágil.

Mas como poderemos desculpar a supina indiferença do mundo pagão e filosófico relativamente a estas evidências apresentadas pela mão da Onnipotência aos seus sentidos e não à sua razão? Durante o tempo de Cristo, dos apóstolos e dos primeiros discípulos destes, a doutrina que eles pregavam foi confirmada por inúmeros prodígios. Os coxos andavam, os cegos viam, os doentes ficavam curados, os mortos erguiam-se do túmulo, os demónios eram expulsos e as leis da Natureza suspendiam-se muitas vezes em benefício da Igreja. No entanto, os sábios da Grécia e de Roma viraram costas ao grandioso espectáculo e, prosseguindo as habituais ocupações da vida e do estudo, pareceram insensíveis a quaisquer alterações no governo moral ou físico do mundo. Sob o reinado de Tibério, toda a Terra, ou pelo menos uma famosa província do Império Romano, ficou envolta em trevas sobrenaturais durante três horas. Até mesmo este acontecimento milagroso, que deveria ter provocado a admiração, a curiosidade e a devoção da espécie humana, passou sem menção num século de ciência e de História. Ocorreu na época de Séneca e de Plínio, o *Antigo*, que devem ter experimentado os efeitos imediatos ou recebido as primeiras notícias do prodígio. Cada um destes dois filósofos registou numa elaborada obra todos os grandes fenómenos da Natureza, terramotos, meteoros, cometas e eclipses, que a sua infatigável curiosidade conseguiu reunir. Tanto um como o outro omitiram a referência ao mais importante fenómeno que foi dado testemunhar aos mortais desde a criação do globo. Plínio dedica um capítulo especial aos eclipses de natureza extraordinária e duração invulgar; mas contenta-se em descrever a estranha falta de luz que

se seguiu ao assassinio de César, quando, durante a maior parte do ano, o disco solar pareceu descorado e sem esplendor. Este período de obscuridade, que não pode de forma alguma comparar-se às trevas sobrenaturais da Paixão, já havia sido celebrado pela maioria dos poetas e historiadores desse século memorável.

Capítulo 16

A conduta do governo romano para com os cristãos.
A atitude dos imperadores. O martírio de Cipriano.
Políticas várias de perseguição. A Igreja sob
Diocleciano e os seus sucessores. O edicto de
tolerância de Galério

Ao considerar seriamente a pureza da religião cristã, a santidade dos seus preceitos morais e as inocentes e austeras vidas da maior parte dos que abraçaram durante os primeiros séculos a fé do Evangelho, seríamos naturalmente levados a supor que uma doutrina tão benevolente teria sido recebida com o devido respeito pelo próprio mundo descrente; que as pessoas educadas e cultas, por mais que pudessem escarnecer dos milagres, teriam apreciado as virtudes da nova seita; e que os magistrados, em vez de perseguir, teriam protegido uma espécie de homens que prestavam a mais passiva obediência às leis, embora rejeitassem os cuidados activos da guerra e do governo. Se, por outro lado, recordamos a tolerância universal do politeísmo, tal como sempre foi sustentada pela fé do povo, a incredulidade dos filósofos e a política do Senado e dos imperadores romanos, teremos dificuldade em descobrir que nova ofensa os cristãos haviam cometido, que nova provocação poderia exasperar a branda indiferença da Antiguidade e que novos motivos poderiam conduzir os príncipes romanos, que viam despreocupadamente milhentas formas de religião subsistir em paz sob o seu benigno poder, a infligir um castigo severo a alguns dos seus súbditos

que haviam optado por seguir um modo singular, mas inofensivo, de fé e de culto.

A política religiosa do mundo antigo parece ter assumido um carácter mais rígido e intolerante para se opor aos progressos do cristianismo. Cerca de oitenta anos depois da morte de Cristo, os seus inocentes discípulos foram condenados à morte por sentença de um procônsul de personalidade amável e índole filosófica, em cumprimento das leis de um imperador célebre pela sabedoria e justiça da sua administração geral. As apologias que foram sucessivamente dirigidas aos sucessores de Trajano abundam nas mais patéticas queixas de que os cristãos, que obedeciam aos ditames da consciência e solicitavam a liberdade de os pôr em prática, eram os únicos de entre todos os súbditos do Império Romano que se encontravam excluídos dos benefícios comuns do seu auspicioso governo. As mortes de alguns mártires ilustres foram cuidadosamente referidas; e a partir do momento em que o cristianismo foi investido do poder supremo, os governantes da Igreja empenharam-se tão diligentemente em patentear a crueldade dos seus adversários pagãos como em imitar-lhes o comportamento. O objectivo deste capítulo consiste, se possível, em separar alguns poucos factos autênticos e interessantes de uma massa informe de ficção e de erro, e narrar de uma forma clara e racional as causas, a extensão, a duração e as circunstâncias mais significativas das perseguições a que os primeiros cristãos se viram sujeitos.

Os adeptos de uma religião perseguida, abatidos pelo medo, imbuídos de ressentimento e talvez arrebatados pelo entusiasmo, raras vezes se encontram no estado de espírito adequado para investigar com alma, ou avaliar de boa-fé, os motivos dos seus inimigos, que escapam frequentemente ao olhar imparcial e perspicaz até mesmo dos que se situam a uma distância segura das chamas da perseguição. Tem sido atribuído um motivo ao comportamento dos imperadores para com os primitivos cristãos que pode parecer o mais especioso e provável, dado ser retirado do reconhecido génio do politeísmo. Já se observou que a concórdia religiosa do mundo se sustentava sobretudo na implícita anuência e respeito que as nações da Antiguidade manifestavam pelas suas mútuas tradições e cerimónias. Seria, por conseguinte, de esperar que elas se unissem, cheias de indignação, contra qualquer seita ou povo que se separasse da comunhão do género humano e, reivindicando a posse exclusiva do conhecimento divino, desdenhasse todas as formas de culto, excepto a sua própria,

apodando-as de ímpias e idólatras. Os direitos de tolerância apoiavam-se numa indulgência recíproca; caducavam justamente quando se recusava o costumeiro tributo. Visto o pagamento deste tributo ter sido recusado inflexivelmente pelos Judeus, e apenas por eles, a análise do tratamento que eles receberam por parte dos magistrados romanos servirá para explicar até que ponto estas especulações são justificadas pelos factos e levar-nos-á a descobrir as verdadeiras causas da perseguição do cristianismo. Sem repetir o que já se afirmou sobre a reverência dos príncipes e governadores romanos pelo templo de Jerusalém, limitar-nos-emos a observar que a destruição do templo e da cidade foi acompanhada e seguida de todas as circunstâncias susceptíveis de irritar o espírito dos conquistadores e autorizar a perseguição religiosa, com base nos mais plausíveis argumentos de justiça política e segurança pública. Desde o reinado de Nero ao de Antonino Pio, os Judeus foram acometidos de uma feroz impaciência ante o domínio de Roma, a qual explodiu repetidamente sob forma das mais furiosas chacinas e revoltas. A humanidade escandaliza-se com o relato das terríveis crueldades que eles cometeram nas cidades do Egipto, de Chipre e de Cirene, onde viviam em traiçoeira amizade com os confiantes nativos; e sentimo-nos tentados a aplaudir a severa retaliação que foi exercida pelas armas das legiões contra uma raça de fanáticos, cuja terrível e crédula superstição parecia torná-los inimigos implacáveis, não só do governo romano, mas da espécie humana. O entusiasmo dos Judeus baseava-se na opinião de que lhes era interdito pagar impostos a um amo idólatra, e na lisonjeira promessa, retirada dos seus antigos oráculos, de que um Messias conquistador não tardaria a surgir para lhes quebrar os grilhões e conceder aos favoritos do céu o império da terra. Foi ao anunciar-se como o seu há muito esperado libertador, e ao exortar todos os descendentes de Abraão a apoiarem a esperança de Israel, que o famoso Barcoquebas reuniu um exército formidável com o qual resistiu durante dois anos ao poder do imperador Adriano.

Apesar destas repetidas provocações, o ressentimento dos príncipes romanos esbateu-se após a vitória, e as suas apreensões não se mantiveram além do período de guerra e de perigo. Graças à indulgência do politeísmo e ao temperamento brando de Antonino Pio, os Judeus readquiriram os seus antigos privilégios e voltaram a obter licença para circuncidar os filhos, com a única condição de jamais conferirem a qualquer prosélito estrangeiro esta marca distintiva da raça hebraica. Os numerosos restos deste povo,

embora continuassem excluídos do recinto de Jerusalém, foram autorizados a formar e manter estabelecimentos significativos tanto em Itália como nas províncias, a adquirir o direito de cidadania romana, a usufruir das honras municipais e a obter, em simultâneo, dispensa dos penosos e dispendiosos serviços da sociedade. A moderação ou o desprezo dos Romanos forneceu uma sanção legal à forma de administração eclesiástica que foi instituída pela seita vencida. O patriarca, que fixara a sua residência em Tiberíade, recebeu poderes para nomear os ministros e os apóstolos subalternos, exercer uma jurisdição nacional e receber uma contribuição anual dos seus irmãos dispersos. Novas sinagogas eram frequentemente construídas nas principais cidades do Império; e os sabats, os jejuns e as festas, ordenadas pela lei de Moisés ou resultantes das tradições dos rabis, eram celebrados da forma mais pública e solene. Este tratamento suave moderou gradualmente a rígida têmpera dos Judeus. Despertos do seu sonho de profecia e conquista, assumiram o comportamento de súbditos pacíficos e industriais. O seu ódio entranhado à humanidade, em vez de explodir em actos de sangue e violência, diluiu-se em satisfações menos perigosas. Aproveitavam todas as oportunidades para lograr os idólatras no comércio e pronunciavam secretas e ambíguas imprecações contra o soberbo reino de Edom.

Na medida em que os Judeus, que abominavam as divindades adoradas pelo seu soberano e pelos outros súbditos, desfrutavam mesmo assim do livre exercício da sua religião insociável, deve ter existido qualquer outra causa que expôs os discípulos de Cristo ao severo tratamento de que a posteridade de Abraão se viu isenta. A diferença entre eles é simples e óbvia, mas, de acordo com os sentimentos da Antiguidade, assumia a maior importância. Os Judeus eram uma *nação*, os cristãos eram uma *seita*; e, embora fosse natural que todas as comunidades respeitassem as instituições sagradas dos vizinhos, cabia-lhes de igual modo manter as dos seus antepassados. A voz dos oráculos, os preceitos dos filósofos e a autoridade das leis ditavam unanimemente esta obrigação nacional. Devido à sua altiva reivindicação de uma santidade superior, os Judeus podiam levar os polietistas a considerá-los uma raça odiosa e impura. Ao desdenharem o convívio com as outras nações, podiam suscitar o desprezo delas. Talvez as leis de Moisés fossem, na sua maioria, frívolas ou absurdas; mas, dado terem sido recebidas, durante muitos séculos, por uma vasta sociedade, os seus seguidores eram justificados pelo exemplo do género humano, e

reconhecia-se universalmente que eles tinham o direito de praticar o que, por parte deles, seria criminoso rejeitar. Mas este princípio, que protegia a sinagoga judaica, não oferecia qualquer valimento ou segurança à Igreja primitiva. Ao abraçarem a fé do Evangelho, os cristãos incorriam na suposta culpa de uma ofensa antinatural e imperdoável. Dissolviam os laços sagrados do costume e da educação, violavam as instituições religiosas do seu país e desprezavam arrogantemente tudo o que os seus avoengos tinham crido como verdadeiro, ou venerado como sagrado. Tão-pouco esta apostasia (se nos é lícito utilizar a expressão) era apenas de teor parcial ou local, pois o piedoso desertor que abandonava os templos do Egito ou da Síria desdenharia, igualmente, procurar asilo nos de Atenas ou de Cartago. Todos os cristãos rejeitavam com desprezo as superstições da sua família, da sua cidade e da sua província. O corpo inteiro dos cristãos negava-se unanimemente a manter qualquer comunhão com os deuses de Roma, do Império e da humanidade. Era debalde que o crente oprimido reclamava os inalienáveis direitos de consciência e de juízo privado. Embora a sua situação pudesse suscitar piedade, os seus argumentos jamais alcançavam a compreensão dos meios filosóficos ou devotos do mundo pagão. Na ideia deste, era surpreendente que alguém mostrasse escrúpulos em abraçar o tipo estabelecido de culto, tal qual como se tivesse começado a nutrir um súbito horror pelos costumes, o traje ou a linguagem do seu país natal.

A surpresa dos pagãos em breve deu lugar ao ressentimento, e os mais piedosos dos homens ficaram expostos à injusta, mas perigosa acusação, de impiedade. A malícia e o preconceito uniram-se para representar os cristãos como uma sociedade de ateus que, devido ao mais ousado ataque à constituição religiosa do império, mereciam o mais severo rigor do magistrado civil. Tinham-se separado (e gloriavam-se desta confissão) de todos os modos de superstição adoptados em qualquer parte do globo pelos vários géneros de politeísmo; mas não era assim tão evidente qual a divindade ou a forma de culto por que haviam substituído os deuses e os templos da Antiguidade. O puro e sublime conceito que tinham do Ente Supremo escapava à rude percepção da turba pagã, que tinha dificuldade em conceber um Deus espiritual e único que não era representado por qualquer figura corporal ou símbolo visível, nem adorado com a habitual pompa de libações e festas, altares e sacrifícios. Os sábios da Grécia e de Roma, que haviam elevado os seus espíritos à contemplação da existência e atributos da Causa Primeira, foram induzidos, pela razão ou pela vaidade, a

reservar para si e para os seus discípulos eleitos o privilégio desta devoção filosófica. Estavam longe de aceitar os preconceitos dos seus semelhantes como o padrão da verdade, mas consideravam-nos como uma consequência da disposição original da natureza humana; e achavam que qualquer forma popular de fé e de culto que se propusesse dispensar a assistência dos sentidos acabaria, ao afastar-se aos poucos da superstição, por se tornar incapaz de reprimir os devaneios da fantasia e as visões do fanatismo. O despreocupado olhar que os homens de saber e de espírito se dignaram lançar sobre a revelação cristã apenas serviu para confirmar a sua opinião precipitada e convencê-los de que o princípio da Unidade Divina, que eles poderiam ter venerado, estava adulterado pelo feroz entusiasmo e aniquilado pelas especulações quiméricas dos novos sectários. O autor de um célebre diálogo que foi atribuído a Luciano, embora pretenda abordar o misterioso dogma da Trindade num estilo de troça e desprezo, denuncia a sua própria ignorância sobre a fraqueza da razão humana e a natureza inescrutável das perfeições divinas. Poderia parecer menos surpreendente que o fundador do cristianismo tivesse sido não só venerado pelos seus discípulos como um sábio e um profeta, mas também adorado como um deus. Os politeístas mostravam-se dispostos a aceitar todos os artigos de fé susceptíveis de qualquer semelhança, ainda que remota e imperfeita, com a mitologia popular; e as lendas de Baco, de Hércules e de Esculápio haviam, em certa medida, preparado a sua imaginação para o aparecimento do Filho de Deus sob forma humana. Ficaram, no entanto, surpreendidos que os cristãos tivessem abandonado os templos destes heróis antigos que, na infância do mundo, haviam inventado as artes, instituídos as leis e vencido os tiranos ou os monstros que infestavam a Terra; tudo isto para escolherem como objecto exclusivo do seu culto religioso um mestre obscuro que, numa época recente e no meio de um povo bárbaro, fora imolado pela maldade dos seus próprios compatriotas ou pela inveja do governo romano. A multidão pagã, reservando a sua gratidão somente aos benefícios temporais, rejeitava a inestimável dádiva de vida e de imortalidade que Jesus de Nazaré oferecia à humanidade. Na opinião destes homens carnaís, a doce constância dele no meio de sofrimentos terríveis e voluntários, a sua benevolência universal e a sublime simplicidade das suas acções e do seu carácter não bastavam para compensar o desejo de fama, de império e de êxito; e ao negarem-se a reconhecer o seu assombroso triunfo sobre os poderes das trevas e do túmulo, desvirtuavam ou injuriavam o nascimento

equívoco, a vida errante e a morte ignominiosa do divino Autor do cristianismo.

A culpa pessoal em que todos os cristãos haviam incorrido, ao preferirem assim os seus sentimentos privados à religião nacional, foi altamente agravada pela quantidade e união dos culpados. É do conhecimento geral, e já aqui se mencionou, que a política romana encarava com a máxima inquietação e desconfiança qualquer associação entre os seus súbditos; e que os privilégios das sociedades particulares, ainda que constituídas com os mais inofensivos e úteis propósitos, eram concedidos com enorme parcimónia. As assembleias religiosas dos cristãos, que se tinham separado do culto público, pareceram de natureza muito menos inocente: eram ilegais no seu princípio e os seus efeitos poderiam tornar-se perigosos; tão-pouco estavam os imperadores conscientes de violar as leis da justiça quando, em prol da paz do Estado, proibiam estas reuniões secretas e, não raro, nocturnas. A piedosa desobediência dos cristãos fazia com que o seu comportamento surgisse sob um prisma muito mais sério e criminoso; e os príncipes romanos, que talvez se deixassem aplacar por uma pronta submissão, julgaram que a sua honra dependia da execução das suas ordens e tentaram mais de uma vez, por meio de severos castigos, domar este espírito independente que se atrevia a reconhecer uma autoridade superior à do magistrado. A extensão e duração desta conspiração espiritual pareciam torná-la, de dia para dia, mais merecedora da animosidade do soberano. Já vimos como o activo e frutífero zelo dos cristãos os tinha paulatinamente espalhado por todas as províncias e quase todas as cidades do império. Os novos convertidos pareciam renunciar à sua família e ao seu país, a fim de se unirem por laços indissolúveis a uma sociedade peculiar que, em toda a parte, assumia características diferentes do resto da humanidade. O seu aspecto sombrio e austero, a sua aversão aos negócios e prazeres comuns da vida e as suas frequentes profecias de calamidades iminentes suscitaram nos pagãos a apreensão de um perigo que poderia derivar da nova seita, tanto mais temida quanto era obscura. «Qualquer que possa ser o princípio do seu comportamento», afirma Plínio, «a sua inflexível obstinação parece merecedora de castigo.»

As preocupações com que os discípulos de Cristo exerciam os deveres religiosos foram inicialmente ditadas pelo medo e a necessidade; mas mantiveram-se por opção. Ao imitarem o tremendo sigilo que reinava nos mistérios de Elêusis, os cristãos haviam-se gabado de que tornariam as suas

instituições sagradas mais respeitáveis aos olhos do mundo pagão. Mas este facto, como tantas vezes acontece nas operações de uma política subtil, frustrou os seus desejos e expectativas. Concluiu-se que eles somente escondiam o que teriam vergonha de desvendar. A sua errada prudência deu ensejo a que a maldade inventasse e a credulidade suspeitosa acreditasse nas fábulas horríveis que descreviam os cristãos como os seres mais perversos da espécie humana, que praticavam nos seus escuros refúgios todas as coisas abomináveis engendradas por espíritos depravados e solicitavam os favores do seu Deus desconhecido mediante o sacrifício de todas as virtudes morais. Havia muitos que fingiam confessar ou relatar as cerimónias desta odiada sociedade. Garantiu-se que «uma criança recém-nascida, totalmente coberta de farinha, foi apresentada, como um símbolo místico de iniciação, à faca do prosélito que, sem saber, infligiu muitas feridas secretas e mortais à inocente vítima do seu erro; que mal o acto cruel se perpetrou, os adeptos beberam o sangue, despedaçaram avidamente os membros palpitantes e juraram segredo eterno movidos por uma mútua consciência de culpa. Afirmou-se com a mesma certeza que, a este sacrifício desumano, se seguiu um festim do mesmo cariz em que a intemperança serviu de excitante a uma brutal lascívia; até que, no momento conveniente, as luzes se apagaram subitamente, a vergonha foi posta de lado e a Natureza esquecida; e ao sabor do acaso, a escuridão da noite foi poluída pelo comércio incestuoso de irmãos e irmãs, de filhos e de mães.»

A leitura das apologias antigas bastava, no entanto, para afastar as mais ténues suspeitas da mente de um adversário bem-intencionado. Os cristãos, com a intrépida segurança da inocência, apelam destes rumores populares para a equidade dos magistrados. Reconhecem que, se for possível apresentar qualquer prova dos crimes que a calúnia lhes imputa, são merecedores do mais severo castigo. Incitam ao castigo e desafiam as provas. Alegam ao mesmo tempo, com igual verdade e propriedade, que a acusação se encontra tão destituída de verosimilhança como desprovida de provas; perguntam se alguém pode acreditar seriamente que os puros e sagrados preceitos do Evangelho, que com tanta frequência refreiam o uso dos prazeres mais legítimos, instiguem à prática dos mais abomináveis crimes; que uma vasta sociedade resolva desonrar-se aos olhos dos seus próprios membros; e que um grande número de pessoas, de ambos os sexos, de todas as idades e caracteres, insensível ao receio da morte ou da infâmia,

consinta em violar os princípios que a Natureza e a educação imprimiram tão profundamente nos seus espíritos. Nada, ao que parece, podia diminuir a força ou destruir o efeito de uma justificação tão irrefutável excepto o comportamento pouco judicioso dos próprios apologistas, que atraíam a causa comum da religião para satisfazer o ódio devoto aos inimigos internos da Igreja. Insinuou-se por vezes muito ao de leve, e outras vezes declarou-se abertamente, que os mesmos sacrifícios sangrentos e os mesmos festins incestuosos, que foram tão falsamente atribuídos aos crentes ortodoxos, eram na realidade praticados pelos marcionitas, pelos carpocracianos e por várias outras seitas de gnósticos que, embora possam ter-se extraviado pela senda da heresia, eram ainda movidos por sentimentos humanos e governados pelos preceitos do cristianismo. Acusações semelhantes foram devolvidas à Igreja pelos cismáticos que se haviam afastado do seu seio, e admitia-se, de todos os lados, que a mais escandalosa licenciosidade de costumes reinava entre um grande número dos que usavam o nome de cristãos. Um magistrado pagão, que não tinha vagar nem capacidade para discernir a linha quase imperceptível que separa a fé ortodoxa da depravação herética, poderia facilmente julgar que a mútua animosidade deles propiciara a descoberta da sua culpa comum. A tranquilidade, ou pelo menos a reputação dos primeiros cristãos, beneficiou do facto de os magistrados actuarem, por vezes, com uma calma e moderação que não é geralmente compatível com o zelo religioso, e relataram, como conclusão imparcial da sua pesquisa judicial, que os sectários que haviam abandonado o culto instituído lhes pareciam sinceros nas suas crenças e de costumes irrepreensíveis, embora pudessem incorrer, devido à sua absurda e excessiva superstição, na censura das leis.

A atitude dos imperadores para com os cristãos

A História, que se propõe registar as ocorrências do passado para instrução dos séculos futuros, dificilmente mereceria esta honrosa função se condescendesse em defender a causa dos tiranos ou justificar os lemas da perseguição. Devemos, no entanto, reconhecer que o comportamento dos imperadores que pareceram menos favoráveis à Igreja primitiva não é, de forma alguma, tão criminosa como a dos soberanos modernos que

utilizaram a arma da violência e do terror contra as opiniões religiosas de uma parte dos seus súbditos. Carlos V ou Luís XIV podem ter adquirido um justo conhecimento dos direitos da consciência, da obrigação da fé e da inocência do erro a partir das suas reflexões, ou mesmo dos seus próprios sentimentos. No entanto, os príncipes e magistrados da antiga Roma eram alheios aos princípios que inspiravam e autorizavam a inflexível obstinação dos cristãos na causa da verdade, e tão-pouco podiam descobrir dentro de si mesmos qualquer motivo que os levasse a recusar uma submissão legal, e por assim dizer natural, às instituições sagradas do seu país. A mesma razão que contribui para minorar a culpa, deve ter tendido a abrandar o rigor das suas perseguições. Dado serem movidos, não pelo zelo furioso dos fanáticos, mas pela política moderada dos legisladores, o desprezo deve muitas vezes ter temperado, e a humanidade suspenso, a execução das leis que eles promulgaram contra os humildes e obscuros seguidores de Cristo. Podemos naturalmente concluir, com base numa visão geral do seu carácter e dos seus motivos: I. Que um espaço de tempo considerável decorreu antes de eles considerarem os novos sectários como um objecto digno da atenção do governo. II. Que, ao condenarem os seus súbditos acusados de um crime tão singular, procederam com prudência e relutância. III. Que eles foram moderados no uso de castigos. IV. Que a Igreja afligida conheceu muitos intervalos de paz e tranquilidade. Apesar da desatenta indiferença que os mais prolixos e minuciosos dos escritores pagãos votaram aos assuntos dos cristãos, talvez estejamos ainda em condições de confirmar cada uma destas prováveis suposições por meio de factos autênticos.

I. Pelos sábios desígnios da Providência, um misterioso véu foi lançado sobre a infância da Igreja, o qual, até a fé dos cristãos ter atingido a maturidade e o número deles se achar multiplicado, serviu para os proteger não só da malignidade, mas também do conhecimento do mundo pagão. A lenta e gradual abolição das cerimónias mosaicas ofereceu um seguro e inocente disfarce aos mais antigos prosélitos do Evangelho. Dado pertencerem, na sua maioria, à raça de Abraão, eles diferenciavam-se pela marca particular da circuncisão, praticando as suas devoções no Templo de Jerusalém até ao momento da destruição final e recebendo a Lei e os Profetas como as genuínas inspirações da Divindade. Os gentios convertidos, que através de uma adopção espiritual haviam sido associados à esperança de Israel, também foram confundidos sob o traje e o aspecto

dos Judeus; e na medida em que os politeístas prestavam menos atenção aos artigos de fé do que ao culto exterior, a nova seita, que dissimulava cuidadosamente ou anunciava muito ao de leve a sua futura grandeza e ambição, conseguiu abrigar-se à sombra da tolerância geral que era concedida a um antigo e célebre povo do Império Romano. Talvez não tenha passado muito tempo até os próprios Judeus, animados de um zelo mais violento e de uma fé mais ciosa, se deram conta da gradual separação dos seus irmãos nazarenos de tudo o que à doutrina da sinagoga respeitava; e, de bom grado, teriam esmagado a perigosa heresia no sangue dos seus adeptos. Só que os ditames do céu já haviam desarmado a sua maldade; e embora pudessem, por vezes, exercer o licencioso privilégio da sedição, já não possuíam a administração da justiça criminal; tão-pouco lhes era fácil infundir no calmo ânimo de um magistrado romano o rancor do seu próprio zelo e preconceito. Os governadores das províncias davam ouvidos a qualquer acusação que pudesse relacionar-se com a segurança pública; mas assim que eram informados de que se tratava de uma questão de palavras e não de factos, de uma disputa meramente relativa à interpretação das leis e profecias judaicas, consideravam indigno da majestade de Roma discutir seriamente os obscuros diferendos que podiam surgir entre um povo bárbaro e supersticioso. A inocência dos primeiros cristãos foi protegida pela ignorância e o desprezo; e o tribunal dos magistrados pagãos revelou-se, com frequência, o seu refúgio mais seguro contra a fúria da sinagoga. Se, na realidade, nos dispuséssemos a adoptar as tradições de uma Antiguidade demasiado crédula, poderíamos narrar as longas peregrinações, os maravilhosos feitos e as variadas mortes dos doze apóstolos; mas uma pesquisa mais exacta levar-nos-á a pôr em dúvida que alguma das pessoas que haviam assistido aos milagres de Cristo pudesse ir, para lá dos limites da Palestina, selar com o seu sangue a verdade do seu testemunho(*). Considerando a duração vulgar da vida humana, pode naturalmente concluir-se que a maioria deles faleceu antes de o descontentamento dos Judeus ter explodido na renhida guerra que apenas terminou com a ruína de Jerusalém. Durante um longo período, desde a morte de Cristo a esta memorável rebelião, não nos é possível descortinar quaisquer vestígios de intolerância romana, a não ser que os vejamos na súbita, momentânea, mas cruel perseguição que foi movida por Nero contra os cristãos da capital, trinta e cinco anos depois do primeiro e só dois anos após o segundo destes importantes acontecimentos. A personalidade do historiador filósofo a

quem devemos principalmente o conhecimento deste facto singular bastaria, por si só, para que lhe dedicássemos o mais atento estudo.

No décimo ano do reinado de Nero, a capital do império foi devastada por um incêndio que fez estragos de que não havia memória ou exemplo em épocas passadas. Os monumentos da arte grega e da virtude romana, os troféus das Guerras Púnicas e da Guerra das Gálias, os templos mais sagrados e os mais imponentes palácios foram envolvidos numa destruição comum. Das catorze zonas ou bairros em que Roma se encontrava dividida, apenas quatro subsistiram sem dano, três foram abrasadas de todo e os restantes sete, que haviam sofrido a fúria das chamas, ofereciam um triste espectáculo de ruína e desolação. A vigilância do governo não descurou, aparentemente, nenhum remédio que pudesse minorar as proporções de uma tão terrível calamidade. Os jardins imperiais foram abertos a uma multidão aflita, construíram-se edifícios temporários para a sua acomodação, e uma abundante quantidade de trigo e víveres foi distribuída a um preço bastante módico. A mais generosa política parece ter ditado os edictos que regulamentavam a disposição das ruas e a construção de residências particulares; e, como geralmente acontece numa época de prosperidade, o incêndio de Roma originou, em poucos anos, uma nova cidade, mais regular e esplendorosa que a primeira. No entanto, toda a prudência e humanidade demonstradas por Nero nesta ocasião foram insuficientes para o ilibar das suspeitas do povo. Todos os crimes podiam ser imputados ao assassino das suas próprias mulher e mãe; tão-pouco o príncipe que prostituirá a sua pessoa e dignidade no teatro podia ser considerado incapaz da mais extravagante loucura. O vulgo acusou o imperador de ter incendiado a sua própria capital; e, visto as histórias mais inconcebíveis serem as que melhor se adaptam ao estado de espírito de um povo enraivecido, contava-se seriamente e acreditava-se sem hesitações que Nero, fruindo da calamidade que provocara, se entretinha a cantar na sua lira a destruição da antiga Tróia. Para afastar uma suspeita que o poder despótico não conseguia abafar, o imperador resolveu fazer-se substituir por alguns pretensos criminosos. «Com este objectivo», prossegue Tácito, «infligiu as mais refinadas torturas aos homens que, sob a vulgar designação de cristãos, já se encontravam estigmatizados com o labéu de uma merecida infâmia. O seu nome e origem derivavam de Cristo que, no reinado de Tibério, fora supliciado por ordem do procurador Pôncio Pilatos. Durante algum tempo, esta horrível superstição foi reprimida, mas voltou

depois a irromper; e não só se espalhou pela Judeia o primeiro foco desta nociva seita, como penetrou em Roma, o asilo comum que recebe e protege tudo o que é impuro, tudo o que é atroz. As confissões dos que foram presos revelaram uma enorme turba de cúmplices, e todos foram condenados mais pelo seu ódio à espécie humana do que pelo crime do incêndio deflagrado na cidade. Morreram atormentados, e os seus tormentos foram amargados pelo insulto e a irrisão. Alguns sofreram a crucifixão; outros acabaram cosidos na pele de animais selvagens e expostos à fúria de cães; outros ainda, untados com materiais inflamáveis, viram-se utilizados como tochas para iluminar as trevas da noite. Os jardins de Nero prestaram-se a este triste espectáculo que se fez acompanhar de uma corrida de cavalos e honrar com a presença do imperador, o qual se juntou à população em traje e atitudes de condutor de quadriga. A culpa dos cristãos merecia realmente o castigo mais exemplar, mas a aversão pública transformou-se em comiseração, pois dizia-se que estes infelizes biltres eram sacrificados não tanto ao bem-estar público, mas à crueldade de um tirano receoso.» Quem contemplar com curiosidade as revoluções da espécie humana poderá observar que os jardins e o circo de Nero no Vaticano, que foram manchados com o sangue dos primeiros cristãos, se tornaram ainda mais famosos devido ao triunfo e aos abusos de poder da religião perseguida. No mesmo lugar, um templo que supera em muito as antigas glórias do Capitólio foi erguido mais tarde pelos pontífices cristãos que, reivindicando a monarquia universal a partir de um humilde pescador da Galileia, se sucederam no trono dos Césares, ditaram leis aos bárbaros conquistadores de Roma e estenderam a sua jurisdição espiritual desde o litoral do Báltico às costas do oceano Pacífico.

Seria, no entanto, impróprio perder de vista este relato da perseguição de Nero sem primeiro proceder a algumas observações que podem servir para remover as dificuldades que a enredam e lançar alguma luz sobre a posterior história da Igreja.

1) A mais céptica das críticas vê-se obrigada a respeitar a verdade deste facto extraordinário e a integridade deste famoso excerto de Tácito. A primeira é confirmada pelo cuidadoso e exacto Suetónio, que menciona o castigo que Nero infligiu aos cristãos, uma seita de homens que haviam abraçado uma nova e criminosa superstição. A segunda pode ser provada pela concordância dos mais antigos manuscritos; pelo carácter inimitável do estilo de Tácito; pela sua reputação, que preservou o seu texto das

interpolações da fraude piedosa; e pela substância da sua narração, que acusou os primeiros cristãos dos crimes mais atrozes, sem insinuar que eles possuísem quaisquer poderes milagrosos, ou mesmo mágicos, sobre o resto da humanidade. 2) Contudo, é provável que Tácito tenha nascido poucos anos antes do incêndio de Roma, de modo que só poderia tomar conhecimento de um evento acontecido na sua infância por meio da leitura e de conversas. Antes de se apresentar ao público, aguardou calmamente que o seu génio atingisse a plena maturidade e já tinha mais de quarenta anos quando uma grata veneração pela memória do virtuoso Agrícola lhe arrancou as primeiras destas composições históricas que iriam deliciar e instruir a mais distante posteridade. Depois de ter ensaiado as suas capacidades na vida de Agrícola e na descrição da Germânia, concebeu, e por fim executou, uma obra mais árdua — a História de Roma, em trinta volumes, desde a queda de Nero à entronização de Nerva. A administração de Nerva trouxe uma era de justiça e de prosperidade, com cujo quadro Tácito havia planeado ocupar a velhice; ao analisar, contudo, o seu tema mais atentamente, e considerando talvez que era um trabalho mais honroso ou menos desagradável registar os vícios de tiranos passados do que celebrar as virtudes de um monarca reinante, optou por narrar, sob a forma de anais, as acções dos quatro sucessores imediatos de Augusto. Coligir, ordenar e adornar um período de oitenta anos numa obra imortal, em que todas as frases se encontram imbuídas das mais profundas observações e das mais vivas imagens, foi um empreendimento suficiente para exercitar o génio do próprio Tácito durante a maior parte da sua vida. Nos últimos anos do reinado de Trajano, enquanto o monarca vitorioso alargava o poder de Roma para lá dos antigos limites, o historiador descrevia no segundo e no quarto volumes dos seus Anais a tirania de Tibério; e o imperador Adriano deve ter subido ao trono antes que Tácito, dentro da sequência normal da sua obra, pudesse relatar o incêndio da capital e a crueldade de Nero para com os infelizes cristãos. A uma distância de sessenta anos, competia ao analista adoptar as narrativas dos contemporâneos; era, contudo, natural que o filósofo se entregasse à descrição da origem, progresso e carácter da nova seita, não tanto segundo o conhecimento ou os preconceitos da época de Nero, mas de acordo com os do tempo de Adriano. 3) Tácito deixa frequentemente à curiosidade ou reflexão dos leitores o cuidado de suprir as circunstâncias e ideias intermédias que, dada a sua extraordinária concisão, ele achou por bem omitir. Podemos, assim, imaginar qualquer causa

susceptível de ter dirigido a crueldade de Nero contra os cristãos de Roma, cuja obscuridade e inocência os deveria ter posto ao abrigo da sua indignação e até mesmo do seu olhar. Os judeus, que abundavam na capital e eram oprimidos no seu próprio país, constituíam um objecto muito mais propício às suspeitas do imperador e do povo; aliás, não parecia inverosímil que uma nação vencida, já conhecida pela sua aversão ao jugo romano, pudesse recorrer aos meios mais atrozes para satisfazer a sua vingança implacável. Os judeus possuíam, porém, defensores muito poderosos no palácio, e até mesmo no coração do tirano: a sua mulher e amante, a bela Popeia, e um actor favorito da raça de Abraão, que já haviam intercedido em favor do acochado povo. Tornava-se necessário oferecer outras vítimas em seu lugar e poderia facilmente insinuar-se que, embora os seguidores genuínos de Moisés estivessem inocentes do incêndio de Roma, aparecera no seu seio uma nova e perniciosa seita de Galileus que era capaz dos mais horrendos crimes. A designação de Galileus abrangia dois tipos de homens, o mais opostos entre si no tocante a costumes e princípios; os discípulos que haviam abraçado a fé de Jesus de Nazaré, e os zelotas que tinham seguido o estandarte de Judas Gaulonita. Os primeiros eram amigos, e os últimos, inimigos da espécie humana; e a única semelhança entre eles consistia na mesma constância inflexível que, na defesa da sua causa, os tornava insensíveis à morte e às torturas. Os seguidores de Judas, que incitavam os seus compatriotas à rebelião, não tardaram a ficar sepultos sob as ruínas de Jerusalém; enquanto os de Jesus, conhecidos pelo nome mais célebre de cristãos, se espalharam pelo Império Romano. Era perfeitamente natural que Tácito, na época de Adriano, referisse aos cristãos a culpa e os castigos que ele poderia, com muito mais verdade e justiça, ter atribuído a uma seita cuja memória odiosa estava quase extinta! 4) Seja qual for a opinião que se possa ter desta conjectura (pois mais não é que uma conjectura), é óbvio que o efeito e bem assim como a causa da perseguição de Nero não se estenderam para lá das muralhas de Roma; que os dogmas religiosos dos galileus ou dos cristãos nunca foram objecto de castigo ou sequer de investigação; e que, dado a ideia dos seus sofrimentos ter estado, durante muito tempo, ligada à ideia de crueldade e injustiça, a moderação dos príncipes seguintes incitou-os a poupar uma seita oprimida por um tirano, cuja raiva se dirigira de um modo geral contra a virtude e a inocência.

É bastante assinalável que as chamas da guerra tenham consumido, quase em simultâneo, o Templo de Jerusalém e o Capitólio de Roma; e parece não

menos singular que o tributo que a devoção consagrara ao primeiro tivesse sido empregado pelo poder de um assaltante vitorioso na restauração e adorno do esplendor do segundo. Os imperadores lançaram uma capitação geral sobre o povo judeu; e embora a quantia tributada a cada indivíduo fosse insignificante, o uso ao qual se destinava e a severidade com que era colectada foram considerados um agravo intolerável. Dado os funcionários do fisco estenderem a sua injusta exigência a muitas pessoas alheias ao sangue ou à religião dos Judeus, era impossível que os cristãos, que tão frequentemente se haviam abrigado à sombra da sinagoga, escapassem agora a esta gananciosa perseguição. Devido à sua preocupação de evitar o mínimo contágio de idolatria, a consciência deles proibia-os de contribuir para a honra desse demónio que assumira a aparência de Júpiter Capitolino. Na medida em que uma facção muito numerosa dos cristãos, embora já em declínio, continuava a aderir à lei de Moisés, os seus esforços para disfarçar a origem judaica eram dirimidos pela prova decisiva da circuncisão; tão-pouco os magistrados romanos tinham vagar para indagar a diferença dos seus dogmas religiosos. Entre os cristãos que foram levados diante do tribunal do imperador ou, segundo parece mais provável, diante do do procurador da Judeia, consta que apareceram duas pessoas distintas por um nascimento que era, na verdade, mais nobre que o dos maiores monarcas. Tratava-se dos netos do apóstolo São Judas(*), que era por sua vez irmão de Jesus Cristo. As suas naturais pretensões ao trono de David talvez pudessem ter suscitado o respeito do povo e despertado a inveja do imperador; mas a modéstia das suas vestes e a simplicidade das suas respostas depressa o convenceram de que eles não desejavam nem eram capazes de perturbar a paz do Império Romano. Confessaram, francamente, a sua origem real e o seu parentesco chegado com o Messias; mas negaram quaisquer pretensões temporais e declararam que o seu reino, o qual aguardavam devotamente, era apenas de natureza angélica e espiritual. Quando foram interrogados sobre a sua fortuna e ocupações, exibiram as mãos calejadas pelo trabalho diário e acrescentaram que subsistiam unicamente do cultivo de uma herdade próxima da aldeia de Cocaba, que media certa de vinte e quatro acres ingleses e valia nove mil dracmas, ou seja, trezentas libras esterlinas. Os netos de São Judas foram mandados embora com desprezo e comiseração.

Mas, se bem que a obscuridade da casa de David pudesse mantê-los livres das suspeitas de um tirano, a actual grandeza da sua própria família

alarmava o temperamento pusilânime de Domiciano, que somente podia ser apaziguado pelo sangue dos romanos que ele temia, ou odiava, ou admirava. Dos dois filhos do seu tio Flávio Sabino, o mais velho não tardou a ser declarado culpado de intenções traiçoeiras, e o mais novo, chamado Flávio Clemente, ficou a dever a sua segurança à falta de coragem e de talento que o caracterizavam. Durante muito tempo, o imperador distinguiu este parente tão inofensivo com o seu favor e a sua protecção, deu-lhe em casamento a sua própria sobrinha Domitila, adoptou os filhos deste casamento em vista da sucessão e empossou o pai deles com as honras de cônsul. Todavia, Clemente ainda mal terminara o prazo da sua magistratura anual, quando foi condenado e executado sob um leve pretexto; Domitila viu-se banida para uma ilha remota na costa da Campânia; e sentenças de morte ou de confiscação foram pronunciadas contra um grande número de pessoas que se viram envolvidas na mesma acusação. A culpa de que os acusavam era a de *ateísmo* e *costumes judaicos*; uma singular associação de ideias que apenas pode, com alguma propriedade, ser aplicada aos cristãos tal como eram obscura e erradamente conhecidos pelos magistrados e pelos escritores deste período. Apoiada numa interpretação tão provável e admitindo pressurosamente as suspeitas de um tirano como prova do honroso crime deles, a Igreja pôs Clemente e Domitila entre os seus primeiros mártires e verberou a crueldade de Domiciano com o nome de segunda perseguição. No entanto, esta perseguição (se é que merece tal epíteto) foi de curta duração. Alguns meses depois da morte de Clemente e do banimento de Domitila, Estêvão, um liberto pertencente a esta última que usufruía da benfeitoria da sua ama, embora não tivesse abraçado a fé dela, assassinou o imperador no palácio. A memória de Domiciano acabou por ser condenada pelo Senado; os seus actos foram anulados; os exilados puderam regressar; e sob a branda administração de Nerva, enquanto os inocentes readquiriram a sua posição e as suas fortunas, até mesmo os mais culpados obtiveram o perdão ou escaparam ao castigo.

II. Cerca de dez anos depois, sob o reinado de Trajano, Plínio, *o Moço*, recebeu das mãos do seu amigo e mestre o governo da Bitínia e do Ponto. Não tardou a sentir-se embaraçado para determinar por que regra de equidade ou lei deveria reger a sua conduta no desempenho de um cargo tão repugnante à sua humanidade. Plínio nunca assistira a qualquer procedimento legal contra os cristãos, que, aparentemente, só conhecia de nome; e ignorava por completo a natureza da sua culpa, a maneira de os

incriminar e o grau de punição que mereciam. A braços com tal incerteza, recorreu ao habitual expediente de apresentar à sabedoria de Trajano um relato imparcial, e sob vários aspectos favorável, da nova superstição, pedindo ao imperador que condescendesse em desfazer-lhe as dúvidas e esclarecer a sua ignorância. A vida de Plínio havia sido dedicada ao estudo das letras e aos negócios públicos. Desde os dezanove anos, advogava com distinção nos tribunais de Roma, ocupara um lugar no Senado e entabulara inúmeras relações com homens de todas as categorias, tanto em Itália como nas províncias. Podemos, assim, retirar algumas úteis ilações da sua dita ignorância. É-nos lícito garantir que, na altura em que ele aceitou o governo da Bitínia, não havia leis gerais ou decretos do Senado em vigor contra os cristãos; que nem Trajano, nem qualquer dos seus virtuosos antecessores, cujos edictos foram recebidos na jurisprudência civil e criminal, declarara publicamente as suas intenções em relação à nova seita; e que, de todos os procedimentos já levados a cabo contra os cristãos, nenhum deles possuía peso ou autoridade suficientes para estabelecer um precedente orientador do comportamento de um magistrado romano.

A resposta de Trajano, a que os cristãos dos séculos posteriores tão frequentemente recorreram, denota todo o acatamento da justiça e da benevolência susceptível de se conciliar com as suas noções erróneas de política religiosa. Em vez de mostrar o zelo implacável de um inquisidor, ansioso por descobrir os mínimos traços de here-sia e exultando com o número das suas vítimas, o imperador cuida muito mais de proteger a segurança dos inocentes que de impedir a fuga dos culpados. Reconhece a dificuldade de estabelecer um plano geral, mas apresenta duas normas salutaras, que muitas vezes proporcionaram conforto e apoio aos afligidos cristãos. Embora instrua os magistrados para que castiguem estas pessoas segundo as regras legais, proíbe-os, caindo em humana contradição, de proceder a quaisquer buscas contra os supostos criminosos. Tão-pouco o magistrado estava autorizado a actuar com base em todos os géneros de informação. O imperador rejeita as denúncias anónimas como demasiado adversas à equidade do seu governo; e exige expressamente, para condenar aqueles a quem se inculpa de cristianismo, o testemunho positivo de um acusador íntegro e patente. É igualmente provável que as pessoas que desempenhavam um papel tão odioso fossem obrigadas a declarar os motivos da sua suspeita, a especificar (tanto em relação ao tempo como ao espaço) as assembleias secretas que os seus adversários cristãos haviam

frequentado, e a desvendar um elevado número de circunstâncias que a mais ciosa das vigilâncias subtraía aos olhos dos profanos. Caso fossem bem-sucedidas no seu libelo, viam-se expostas ao ressentimento de um considerável e activo partido, à censura da porção mais liberal do género humano e à ignomínia que, em todas as épocas e países, sempre acompanhou o carácter do delator. Se, pelo contrário, não apresentavam provas, incorriam na pena severa e provavelmente capital que, segundo uma lei promulgada pelo imperador Adriano, se abatia sobre os que atribuíam falsamente aos seus concidadãos o crime de cristianismo. A violência da animosidade pessoal ou supersticiosa podia, por vezes, prevalecer sobre o receio mais natural da infâmia e do perigo; mas torna-se certamente difícil imaginar que acusações de um teor tão aleatório tivessem sido, com frequência ou ligeireza, formuladas pelos súbditos pagãos do Império Romano.

O expediente que se utilizava para iludir a prudência das leis fornece uma prova suficiente de como elas tantas vezes desarmaram efectivamente os desígnios perniciosos da malícia pessoal ou do zelo supersticioso. Numa vasta e tumultuosa assembleia, o freio do medo e da vergonha, que actua tão fortemente sobre o espírito dos indivíduos, é destituído da maior parte da sua influência. O piedoso cristão, visto sentir-se ansioso por chegar, ou por escapar, à glória do martírio, esperava com impaciência ou então com terror o regresso periódico dos jogos públicos e das festas. Nestas ocasiões, os habitantes das grandes cidades do império reuniam-se no circo ou no teatro, onde todas as circunstâncias do lugar, bem como os da cerimónia, contribuíam para inflamar a sua devoção e extinguir a sua humanidade. Enquanto os inúmeros espectadores, coroados de grinaldas, perfumados de incenso, purificados com o sangue das vítimas e rodeados pelos altares e estátuas das suas divindades tutelares, se entregavam ao gozo de prazeres que eles consideravam uma parte essencial do seu culto religioso, iam-se lembrando de que somente os cristãos renegavam os deuses da espécie humana e, pela sua ausência e tristeza durante estas festas solenes, pareciam insultar ou lamentar a felicidade pública. Se o império fora atingido por uma calamidade recente, uma praga, uma fome ou uma guerra malograda; se o Tibre havia transbordado ou o Nilo não galgara as suas margens; se a terra tremiera ou a ordem regular das estações fora interrompida, os supersticiosos pagãos persuadiam-se de que os crimes e a impiedade dos cristãos, que eram poupados pela excessiva clemência do governo, haviam

acabado por provocar a justiça divina. As formas dos procedimentos legais não poderiam ser cumpridas no meio de uma população licenciosa e exasperada; e a voz da compaixão não podia ser ouvida num anfiteatro maculado com o sangue das feras e dos gladiadores. O clamor impaciente da multidão denunciava os cristãos como inimigos dos deuses e dos homens, condenava-os às mais severas torturas e, aventurando-se a acusar pelo nome alguns dos mais distintos dos novos sectários, exigia com veemência que eles fossem imediatamente presos e atirados aos leões. Os governadores e magistrados das províncias que presidiam aos espectáculos públicos mostravam-se geralmente propensos a satisfazer as inclinações e a apaziguar a raiva do povo, mediante o sacrifício de algumas odiosas vítimas. A sabedoria dos imperadores protegeu, contudo, a Igreja do perigo destes clamores turbulentos e acusações ilegítimas, que eles consideravam, com justa razão, contrários à firmeza e à equidade da sua administração. Os edictos de Adriano e de Antonino Pio declaram expressamente que a voz da multidão jamais deveria ser aceite como prova legal para inculpar ou punir estas infelizes pessoas que haviam abraçado o fervor dos cristãos.

III. O castigo não era uma consequência inevitável da inculpação, e os cristãos cujo crime fora indubitavelmente provado pelas declarações das testemunhas, ou mesmo por meio da confissão voluntária, ainda tinham ao seu alcance a opção entre a vida e a morte. O magistrado sentia-se mais indignado com a actual resistência do que com as ofensas passadas. Estava convencido de que lhes oferecia um perdão fácil, pois se acedessem a lançar alguns grãos de incenso sobre o altar, eram autorizados a sair do tribunal em segurança e recebiam louvores. Considerava-se que o dever de um juiz humano era esforçar-se por regenerar, de preferência a castigar, estes entusiastas iludidos. Variando de tom, conforme a idade, o sexo ou a situação dos presos, ele condescendia frequentemente em pôr-lhes diante dos olhos todas as circunstâncias susceptíveis de tornar a vida mais agradável ou a morte mais terrível; e em solicitar, ou melhor, em rogar que mostrassem um pouco de compaixão por si próprios, pelas suas famílias e pelos amigos. Sempre que as ameaças e as exortações se revelavam inúteis, ele recorria frequentemente à violência; o chicote e a tortura eram chamados a suprir a falta de argumentos, e utilizavam-se todas as formas de crueldade para domar uma tão inflexível e, na opinião dos pagãos, tão criminosa obstinação. Os antigos apologistas do cristianismo censuraram, com tanta verdade quanta severidade, a conduta irregular dos seus

perseguidores que, contrariamente a todos os princípios de procedimento judicial, admitiam o uso da tortura para obter não uma confissão, mas uma denegação do crime que era objecto das suas averiguações. Os monges dos séculos seguintes, que, na sua pacífica solidão, se entretinham a diversificar as mortes e sofrimentos dos primeiros mártires, inventaram frequentemente tormentos de uma natureza muito mais refinada e engenhosa. Agradou-lhes, em particular, supor que o zelo dos magistrados romanos, abdicando de quaisquer considerações de virtude moral ou decência pública, se esforçou por seduzir todos os que eles não conseguiam vencer e que, por ordens suas, a violência mais brutal era exercida sobre os que não se deixavam seduzir. Consta que mulheres piedosas, as quais estavam preparadas para desprezar a morte, foram não raro condenadas a uma sentença mais severa e obrigadas a decidir se atribuíam mais valor à sua religião ou à sua castidade. Os jovens a cujos voluptuosos amplexos eram entregues recebiam uma solene exortação do juiz para se empenharem esforçadamente em manter a honra de Vénus contra a virgem ímpia que se recusava a queimar incenso nos seus altares. A violência deles era, contudo, geralmente infrutífera, e a intervenção oportuna de algum poder milagroso preservava as castas esposas de Cristo da desonra de uma derrota involuntária. Não devemos, em boa verdade, abster-nos de observar que os mais antigos, e bem assim mais autênticos memoriais da Igreja, se encontram raramente desfigurados por tão extravagantes e indecentes ficções(*).

O total desrespeito pela verdade e pela verosimilhança no relato destes primeiros martírios deveu-se a um equívoco muito natural. Os escritores eclesiásticos dos séculos iv e v atribuíram aos magistrados de Roma o mesmo grau de zelo implacável e inflexível que eles próprios nutriam contra os heréticos e idólatras do seu tempo. Não é improvável que vários dos altos dignitários do império possam ter-se impregnado dos preconceitos da população e que a índole cruel de outros tenha ocasionalmente sido estimulada por motivos de avareza ou de ressentimento pessoal(*). É, no entanto, indubitável, e podemos basear-nos nas agradecidas declarações dos primeiros cristãos, que a maioria dos magistrados que exerciam nas províncias a autoridade do imperador ou do Senado, e eram os únicos a quem se confiava jurisdição de vida e morte, se comportaram como homens de costumes honestos e educação liberal que respeitavam as regras da justiça e estavam familiarizados com os preceitos da filosofia. Recusavam frequentemente a odiosa tarefa da perseguição, rejeitavam com desprezo a

incriminação ou sugeriam ao cristão acusado qualquer expediente legal que lhe permitisse iludir a severidade das leis. Sempre que eram investidos de poder discricionário, utilizavam-no muito mais para socorro e benefício da Igreja atormentada do que para opressão dela. Estavam longe de condenar todos os cristãos acusados perante os seus tribunais, e ainda mais longe de punir com a morte todos os que eram incriminados de um obstinado apego à nova superstição. Contentando-se, na sua maior parte, com os castigos mais leves da prisão, do exílio ou da escravatura nas minas, deixavam às infelizes vítimas da sua justiça um motivo para esperar que algum evento ditoso, a entronização, o casamento, ou o triunfo de um imperador, pudesse em breve devolvê-los, graças a um perdão geral, à sua situação anterior. Os mártires condenados a execução imediata pelos magistrados romanos parecem ter sido escolhidos nos extremos mais opostos. Ou eram bispos e presbíteros, as pessoas mais distintas entre os cristãos por causa do seu cargo e influência, e cujo exemplo iria espalhar o terror em toda a seita; ou os últimos e mais vis dentre eles, em particular os de condição servil, cujas vidas eram julgadas de pouco valor e cujos sofrimentos os Antigos encaravam com demasiada indiferença e desinteresse. O douto Orígenes, que tanto pela experiência como pela leitura estava intimamente ao corrente da história dos cristãos, afirma, do modo mais categórico, que o número de mártires era pouco considerável. A sua autoridade bastaria só por si para aniquilar o formidável exército de mártires cujas relíquias, retiradas quase todas das catacumbas de Roma, encheram tantas igrejas^(*) e cujos feitos maravilhosos inspiraram tantos volumes de narrativas sagradas^(**). No entanto, a asserção geral de Orígenes pode ser explicada e confirmada pelo testemunho particular do seu amigo Dionísio, que, na vasta cidade de Alexandria e no tempo da rigorosa perseguição de Décio, calcula que somente dez homens e sete mulheres foram supliciados por terem feito profissão do nome de cristãos.

O martírio de Cipriano

Durante o mesmo período de perseguição, o zeloso, o eloquente, o ambicioso Cipriano dirigiu a Igreja, não só de Cartago, mas da própria África. Possuía todas as qualidades susceptíveis de atrair o respeito dos fiéis

ou de provocar as suspeitas e ressentimentos dos magistrados pagãos. O seu carácter e a sua posição hierárquica transformaram, aparentemente, este santo prelado no mais notório objecto de inveja e alvo de perigo. No entanto, a experiência da vida de Cipriano basta para provar que a nossa fantasia exagerou a situação arriscada de um bispo cristão; e que os perigos a que ele estava exposto eram menos salientes do que esses outros que a ambição temporal se sujeita sempre a enfrentar na sua busca de honras. Quatro imperadores romanos, com as suas famílias, os seus favoritos e os seus partidários, morreram pelo gládio no espaço de dez anos, ao longo dos quais o bispo de Cartago guiou, com a sua autoridade e eloquência, os concílios da Igreja africana. Foi só no terceiro ano da sua administração que ele teve motivos, durante uns meses, para recear os severos edictos de Décio, a vigilância dos magistrados e os clamores da multidão, a qual exigia ruidosamente que Cipriano, o chefe dos cristãos, fosse atirado aos leões. A prudência sugeriu a necessidade de um retiro temporário, e a voz da prudência foi obedecida. Ele recolheu-se a uma obscura solidão, de onde lhe era possível manter uma correspondência permanente com o clero e o povo de Cartago; e, escondendo-se até a tempestade passar, preservou a vida sem abdicar do poder ou da reputação. A sua extraordinária cautela não escapou, porém, à censura dos cristãos mais rígidos nem à reprovação dos seus inimigos pessoais, que deploravam, uns, e insultavam, os outros, um comportamento que definiam como um pusilânime e criminoso abandono dos deveres mais sagrados. A conveniência de se reservar para as futuras exigências da Igreja, o exemplo de vários santos bispos e as admonições divinas que, segundo declara, recebeu frequentemente em visões e êxtases foram as razões alegadas para se justificar. Mas a sua melhor apologia consiste na animosa determinação com que, cerca de oito anos depois, suportou a morte pela causa da religião. A história autêntica do seu martírio foi registada com invulgar candura e simplicidade. Um breve resumo das suas circunstâncias mais relevantes facultará, por conseguinte, os mais elucidativos elementos sobre o espírito e a forma das perseguições romanas.

Quando Valeriano era cônsul pela terceira vez, e Galieno pela quarta, Paterno, procônsul de África, intimou Cipriano a comparecer na câmara do seu conselho privado. Ali, pô-lo ao corrente do mandato imperial que acabara de receber, segundo o qual todos os que haviam abandonado a religião romana deveriam retomar imediatamente a prática das cerimónias

dos seus antepassados. Cipriano respondeu, sem hesitar, que era cristão e bispo, devotado ao culto da verdadeira e única Divindade, à qual endereçava as suas preces diárias pela segurança e prosperidade dos dois imperadores, seus legítimos soberanos. Reivindicou com humilde confiança o privilégio que todos os cidadãos tinham de não responder a algumas perguntas desagradáveis, e na verdade ilegais, que o procônsul lhe fizera. Uma sentença de banimento foi pronunciada como castigo da desobediência de Cipriano; e ele foi conduzido sem demora para Curúbis, uma cidade livre e marítima da Zeugitana, bem situada num território fértil e a cerca de quarenta milhas de Cartago. O bispo exilado desfrutava das comodidades da vida e da consciência da virtude. A sua fama espalhou-se por África e pela Itália; um relato do seu comportamento foi publicado para edificação do mundo cristão; e a sua solidão era, com frequência, interrompida por cartas, visitas e felicitações dos fiéis. Com a chegada de um novo procônsul à província, a sorte de Cipriano pareceu, durante algum tempo, tomar um aspecto ainda mais favorável. Foi chamado do exílio e, embora sem licença de regressar a Cartago, destinaram-lhe os seus próprios jardins nos arredores da capital como lugar de residência.

Por fim, exactamente um ano após a primeira detenção de Cipriano, Galério Máximo, procônsul de África, recebeu uma ordem imperial de execução dos mestres cristãos. O bispo de Cartago teve consciência de que seria escolhido como uma das primeiras vítimas, e a fraqueza da natureza humana tentou-o a esquivar-se, mediante uma fuga secreta, ao perigo e à honra do martírio; mas, não tardando a recuperar a fortaleza que convinha ao seu carácter, regressou aos seus jardins e aguardou pacientemente os ministros da morte. Dois oficiais de patente, incumbidos desta missão, puseram Cipriano no meio deles, dentro de um carro e, dado o procônsul não ter vagar nessa altura, levaram-no não para uma prisão, mas para uma casa particular de Cartago que pertencia a um deles. Uma requintada ceia foi servida em honra do bispo, e os seus amigos cristãos tiveram licença para desfrutar pela última vez da sua companhia, enquanto as ruas transbordavam de uma multidão de fiéis, ansiosos e alarmados com o destino que ameaçava o seu pai espiritual. De manhã, ele apresentou-se perante o tribunal do procônsul que, depois de se inteirar do nome e situação de Cipriano, lhe ordenou que sacrificasse aos deuses e o instou a reflectir nas consequências da sua desobediência. A recusa de Cipriano foi firme e decisiva, e o magistrado, depois de ouvir o parecer do seu conselho,

pronunciou com alguma relutância a sentença de morte. Esta foi redigida nos seguintes termos: «Que Tásccio Cipriano seja imediatamente decapitado como inimigo dos deuses de Roma e chefe e cabecilha de uma associação criminosa que ele aliciou a uma sacrílega resistência contra as leis dos mui sagrados imperadores Valeriano e Galieno.» A forma de execução era a mais suave e menos dolorosa que podia ser infligida a uma pessoa condenada por um crime capital; tão-pouco se consentiu na utilização da tortura para obter do bispo de Cartago a abjuração dos seus princípios ou a denúncia dos seus cúmplices.

Mal a sentença foi pronunciada, um grito geral de «Morreremos com ele» ergueu-se de imediato entre a atenta multidão dos cristãos que aguardavam diante dos portões do palácio. As generosas efusões do seu zelo e afeição de nada serviram a Cipriano, mas também não causaram danos a eles próprios. Foi levado sob uma escolta de tribunos e centuriões, sem resistência nem insultos, até ao lugar da execução, uma vasta e rasa planície perto da cidade, que já se encontrava repleta de um elevado número de espectadores. Os fiéis presbíteros e diáconos receberam permissão para acompanhar o seu santo bispo. Ajudaram-no a despir a parte de cima da túnica, estenderam um pano de linho no chão para recolher as preciosas relíquias do seu sangue e ouviram-no mandá-los dar vinte e cinco moedas de ouro ao carrasco. O mártir cobriu em seguida o rosto com as mãos, e a cabeça foi arrancada ao corpo de um só golpe. O cadáver ficou durante algumas horas exposto à curiosidade dos gentios, mas, à noite, foi tirado e conduzido numa procissão triunfal, esplendidamente iluminada até ao cemitério dos cristãos. O funeral de Cipriano celebrou-se publicamente e sem qualquer oposição por parte dos magistrados romanos; e os fiéis que haviam prestado estas últimas honras à sua pessoa e à sua memória ficaram livres do perigo de demanda ou de castigo. É notável que, dentre um tão grande número de bispos na província de África, Cipriano tenha sido o primeiro a ser considerado digno de obter a coroa do martírio.

Cipriano tinha a escolha entre morrer como mártir ou viver como apóstata, mas desta escolha dependia a alternativa da honra ou da infâmia. Mesmo supondo que o bispo de Cartago tinha utilizado a profissão da fé cristã como simples instrumento da sua avareza ou da sua ambição, era seu dever sustentar o papel que assumira; e se possuía a mínima parcela de fortaleza, devia expor-se às mais cruéis torturas, em vez de, mediante um simples acto, trocar a reputação de toda uma vida pelo horror dos seus

irmãos cristãos e pelo desprezo do mundo gentio. Caso, porém, o zelo de Cipriano se fundasse na sincera convicção da verdade das doutrinas que pregava, a coroa do martírio deve ter-lhe surgido mais como objecto de desejo que de temor. Não é fácil extrair quaisquer ideias distintas das vagas, embora eloquentes, declamações dos padres da Igreja, ou determinar o grau de glória imortal e felicidade que confiantemente prometiam aos que tinham a sorte de derramar o seu próprio sangue pela causa da religião. Inculcaram, com apropriada diligência, a ideia de que o fogo do martírio corrigia todos os defeitos e expiava todos os pecados; que, enquanto as almas dos cristãos vulgares eram obrigadas a atravessar uma lenta e dolorosa purificação, os mártires triunfantes usufruíam imediatamente da eterna bem-aventurança, onde, na companhia dos patriarcas, apóstolos e profetas, reinavam com Cristo e actuavam como coadjutores no juízo universal da humanidade. A certeza de uma reputação duradoura na terra, um motivo tão congénito à vaidade da natureza humana, serviu muitas vezes para animar a coragem dos mártires. As honras que Roma ou Atenas proporcionavam aos cidadãos que tinham tombado em prol do seu país eram frias e insignificantes demonstrações de respeito quando comparadas com a fervorosa gratidão e devoção que a Igreja primitiva manifestava para com os vitoriosos campeões da fé. A comemoração anual das suas virtudes e dos seus sofrimentos era encarada como uma cerimónia sagrada, vindo a converter-se, por fim, em culto religioso. Entre os cristãos que haviam confessado publicamente os seus princípios religiosos, aqueles que (como muitas vezes acontecia) haviam sido mandados embora dos tribunais ou das prisões pelos magistrados pagãos obtinham as honras devidas ao seu martírio imperfeito e à sua generosa resolução. As mulheres mais piedosas solicitavam licença para dar beijos nos ferros que eles tinham usado e nas feridas que haviam recebido. As suas pessoas eram consideradas sagradas, as suas decisões aceites com deferência, e também abusavam com demasiada frequência, devido ao seu orgulho espiritual e aos seus costumes licenciosos, da preeminência que haviam adquirido graças ao seu zelo e à sua intrepidez(*). Se, por um lado, tais distinções patenteiam o elevado mérito dos que sofreram e morreram por professar o cristianismo, já por outro lado denunciavam o seu reduzido número.

A sóbria discrição da época actual mostrar-se-á mais disposta a censurar do que a admirar, mas mais ainda a admirar do que a imitar, o fervor dos primeiros cristãos que, segundo a sugestiva expressão de Sulpício Severo,

desejavam mais ansiosamente o martírio do que os seus próprios contemporâneos solicitavam um bispado. As epístolas que Inácio compôs, enquanto era conduzido acorrentado através das cidades da Ásia, respiram sentimentos dos mais opostos às vulgares emoções da natureza humana. Ele suplica ardentemente aos romanos que, quando for exposto no anfiteatro, não o privem, mediante uma generosa mas inoportuna intercessão, da coroa de glória; e afirma a sua resolução de provocar e irritar as feras que vierem a ser utilizadas como instrumento da sua morte. Contam-se algumas histórias sobre a coragem dos mártires que fizeram realmente o que Inácio tencionara; que acirraram a fúria dos leões, exortaram o carrasco a apressar a sua missão, se lançaram alegremente nas chamas ateadas para os consumir, e deram sinais de júbilo e prazer no meio das mais refinadas torturas. Chegaram-nos alguns exemplos do zelo impaciente contra as barreiras que os imperadores haviam estabelecido para segurança da Igreja. Mercê da sua declaração voluntária, os cristãos supriam por vezes a falta de um acusador, perturbavam insolentemente o serviço público do paganismo e, acorrendo em massa ao tribunal dos magistrados, incitavam-nos a pronunciar e infligir a sentença legal. O comportamento dos cristãos foi demasiado singular para poder escapar ao reparo dos antigos filósofos, mas estes encaram-no, aparentemente, com muito mais surpresa do que estima. Incapazes de entender os motivos que, por vezes, transportavam a coragem dos crentes para lá dos limites da prudência ou da razão, eles consideravam uma tal ânsia de morrer como o estranho resultado de um desespero obstinado, de uma estúpida insensibilidade ou de um frenesim supersticioso. «Infelizes!», exclamava o procônsul Antonino aos cristãos da Ásia. «Infelizes! Se estais tão fartos de viver, tendes assim tanta dificuldade em encontrar cordas e precipícios?» Dava mostras de uma extrema reserva (segundo foi observado por um erudito e piedoso historiador) em punir homens que eram os únicos acusadores de si próprios, dado as leis imperiais não haverem previsto um caso tão inesperado; ao condenar, portanto, um pequeno número como aviso aos seus irmãos, mandava embora a multidão, cheio de indignação e desprezo. Apesar deste desdém, autêntico ou fingido, a intrépida constância dos fiéis originou os efeitos mais salutareos nos espíritos que a Natureza ou a graça dispusera a uma fácil recepção da verdade religiosa. Nestas tristes ocasiões, eram muitos os gentios que se compadeciam, admiravam e se convertiam. O generoso entusiasmo

comunicava-se do sofredor aos espectadores, e o sangue dos mártires, segundo um conhecido comentário, transformou-se na semente da Igreja.

Políticas várias de perseguição

No entanto, embora a devoção tivesse excitado esta febre da alma, e a eloquência continuasse a alimentá-la, a pouco e pouco foram reaparecendo as esperanças e os medos mais naturais ao coração humano: o amor à vida, o receio da dor e o horror à dissolução. Os mentores mais prudentes da Igreja viram-se forçados a restringir o indiscreto ardor dos seus seguidores e a suspeitar de uma constância que, demasiadas vezes, os abandonava na hora da provação. Conforme as vidas dos fiéis se tornavam menos mortificadas e austeras, eles ficavam, de dia para dia, menos ávidos das honras do martírio; e os soldados de Cristo, em vez de se distinguirem por actos voluntários de heroísmo, desertavam frequentemente dos seus postos e debandavam, em tropel, diante do inimigo ao qual lhes cabia resistir. Havia, contudo, três métodos de escapar às chamadas da perseguição, os quais não comportavam um grau idêntico de ruindade; o primeiro, de facto, era geralmente declarado inocente; o segundo era de natureza duvidosa, ou pelo menos venial; mas o terceiro implicava uma directa e criminosa apostasia da fé cristã.

I. Um inquisidor moderno ficaria surpreendido ao saber que, sempre que um magistrado romano recebia qualquer informação sobre uma pessoa da sua área de jurisdição que tinha abraçado a seita dos cristãos, a inculpação era comunicada à parte acusada e se concedia a esta o tempo suficiente para resolver os seus assuntos domésticos e preparar uma resposta ao crime que se lhe imputava. Caso tivesse alguma dúvida sobre a sua firmeza, este prazo fornecia-lhe uma oportunidade de preservar a vida e a honra por meio da fuga, de se esconder nalgum retiro obscuro ou numa província distante e aguardar, pacientemente, o retorno da paz e da segurança. Uma medida tão conforme à razão não tardou a ser autorizada pelo alvitre e exemplo dos mais santos prelados; e foi, aparentemente, censurada por poucos, exceptuando os montanistas, que caíram na heresia devido à sua estrita e obstinada adesão ao rigor da antiga disciplina(*). II. Os governadores das províncias, cuja avareza prevalecia sobre o zelo, haviam aprovado a prática

de vender certificados (ou libelos, como então se lhes chamava) comprovativos de que as pessoas neles mencionados haviam cumprido as leis e sacrificado às divindades romanas. Ao apresentarem estas falsas declarações, os cristãos tímidos e opulentos estavam em condições de silenciar a malícia de um delator e de conciliar, em certa medida, a sua segurança com a sua religião. Uma ligeira penitência reparava esta dissimulação profana. III. Em todas as perseguições, existiu sempre um elevado número de cristãos indignos que renegaram ou renunciaram publicamente à fé que tinham professado; e que confirmaram a sinceridade da sua abjuração através dos actos legais de queimar incenso ou oferecer sacrificios. Alguns destes apóstatas haviam cedido à primeira ameaça ou exortação do magistrado; enquanto a paciência dos outros acabara por ser subjugada pela lentidão e repetição das torturas. O semblante assustado de uns revelava o seu remorso interior, enquanto outros avançavam com confiança e alegria até aos altares dos deuses. Porém, a dissimulação imposta pelo medo não subsistia após o perigo momentâneo. Mal a severidade da perseguição abrandava, as portas das igrejas eram assaltadas pela multidão de penitentes regressados, que abominavam a sua submissão idólatra e solicitavam com igual ardor, mas com êxito diferente, a sua readmissão na sociedade dos cristãos.

IV. Apesar das normas gerais estabelecidas para a inculpação e o castigo dos cristãos, o destino destes sectários, num extenso e arbitrário governo, deve ter mesmo assim dependido, em grande medida, do seu próprio comportamento, das circunstâncias da época e do carácter dos dirigentes supremos, bem como dos subalternos. O zelo podia, por vezes, provocar, e a prudência, outras vezes, desviar ou apaziguar a fúria supersticiosa dos pagãos. Uma série de motivos podiam levar os governadores provinciais a reforçar ou a afrouxar a execução das leis; e, destes motivos, o mais imperioso residia no seu desvelo não só pelos edictos públicos, mas pelas secretas intenções do imperador, de quem um simples olhar bastava para atear ou apagar as chamas da perseguição. Sempre que actos de severidade ocasional se exerceram nas várias partes do império, os primeiros cristãos queixavam-se e talvez exagerassem os seus sofrimentos pessoais; no entanto, o famoso número de *dez* perseguições foi fixado pelos escritores eclesiásticos do século v, que tinham uma visão mais completa da boa ou má sorte da Igreja desde a época de Nero à de Diocleciano. Os primeiros cálculos que lhes ocorreram baseavam-se nos engenhosos paralelos com as

dez pragas do Egipto e as *dez* trombetas do Apocalipse; e, ao aplicarem a crença nas profecias à verdade histórica, tiveram o cuidado de seleccionar os reinados que haviam sido, realmente, os mais hostis à causa cristã. Estas perseguições passageiras apenas serviram, no entanto, para reavivar o zelo e restaurar a disciplina dos fiéis; e os momentos de extraordinário rigor foram compensados por intervalos muito mais longos de paz e segurança. A indiferença de alguns príncipes e a indulgência de outros permitiu aos cristãos a fruição de uma tolerância, talvez não legal, mas de qualquer forma real e pública para com a sua religião.

A Apologética de Tertuliano contém dois muito antigos, muito singulares, mas, ao mesmo tempo, muito suspeitos exemplos de clemência imperial; os edictos publicados por Tibério e por Marco Antonino(*) e destinados não só a proteger a inocência dos cristãos, mas inclusive a proclamar os assombrosos milagres que haviam atestado a verdade da sua doutrina. O primeiro destes exemplos apresenta várias dificuldades que podem embaraçar um espírito céptico. Pede-se-nos que acreditemos *que* Pôncio Pilatos informou o imperador da injusta sentença de morte que tinha pronunciado contra um inocente e, segundo parecia, uma pessoa de atributos divinos; a qual, sem ter alcançado o mérito do martírio se expôs ao perigo do mesmo; *que* Tibério, embora confessando o seu desprezo por todas as religiões, concebeu de imediato o desígnio de colocar o Messias judeu entre os deuses de Roma; *que* o seu servil Senado se aventurou a desobedecer às ordens do senhor; *que* Tibério, em vez de se ofender com a recusa, se contentou em proteger os cristãos da severidade das leis, muitos anos antes de estas leis serem promulgadas, ou antes de a Igreja ter assumido um nome distinto ou bem definida existência; e, por fim, *que* a memória deste extraordinário facto foi preservada nos mais públicos e autênticos registos, que escaparam ao conhecimento dos historiadores da Grécia e de Roma, e somente foram visíveis aos olhos de um cristão africano, que compôs a sua Apologética cento e sessenta anos depois da morte de Tibério. O edicto de Marco Antonino é o resultado, supostamente, da sua devoção e gratidão pela milagrosa salvação que ele obtivera na guerra dos Marcomanos. A exaustão das legiões, a oportuna tempestade de chuva e granizo, de relâmpagos e trovões, e o terror e a derrota dos bárbaros foram celebrados pela eloquência de vários escritores pagãos. Caso existissem cristãos neste exército, seria natural que eles atribuíssem um certo mérito às ardentes preces que, no momento do perigo, haviam rezado

pela sua sobrevivência e pela segurança pública. No entanto, os monumentos de bronze e mármore, as medalhas imperiais e a Coluna Antonina incutem-nos a certeza de que nem o príncipe nem o povo tiveram a mais pequena noção deste notável serviço, pois atribuem unanimemente a sua salvação à providência de Júpiter e à intervenção de Mercúrio. Ao longo de todo o seu reinado, Marco desprezou os cristãos na qualidade de filósofo e puniu-os na qualidade de soberano.

Graças a uma singular fatalidade, as tribulações que eles haviam sofrido durante o governo de um príncipe virtuoso cessaram de repente com a subida ao trono de um tirano; e visto terem sido os únicos a experimentar a injustiça de Marco, também apenas eles foram protegidos pela indulgência de Cómodo. A famosa Márcia, predilecta entre todas as suas concubinas, e que finalmente iria maquinar o assassinio do seu imperial amante, devotava uma especial afeição à Igreja oprimida; e, embora lhe fosse impossível conciliar a prática do vício com os preceitos do Evangelho, nutria a esperança de expiar as fraquezas do seu sexo e ofício declarando-se patrona dos cristãos. Sob a misericordiosa protecção de Márcia, eles passaram em segurança os treze anos de uma cruel tirania; e quando o império se estabeleceu na casa de Severo, criaram uma doméstica, mas mais honrosa ligação com a nova corte. O imperador convenceu-se de que, por ocasião de uma perigosa doença, tirara algum benefício, espiritual ou físico, do óleo sagrado com que um dos seus escravos o ungira. Sempre tratou com especial deferência algumas pessoas de ambos os sexos que tinham adoptado a nova religião. A ama-de-leite e o preceptor de Caracala eram cristãos; e se este jovem príncipe deu alguma vez provas de humanidade, tal deveu-se a um incidente que, embora insignificante, se relacionava de certo modo com a causa do cristianismo. No reinado de Severo, reprimiu-se a fúria da população; o rigor das antigas leis foi suspenso durante algum tempo; e os governadores das províncias satisfaziam-se em receber um presente anual das Igrejas situadas no interior da sua jurisdição, como prémio ou recompensa pela sua moderação. A controvérsia relativa à data exacta de celebração da Páscoa atirou uns contra os outros os bispos da Ásia e de Itália, e foi considerada a questão mais importante deste período de remanso e tranquilidade. Tão-pouco a paz da Igreja se interrompeu até o crescente número de prosélitos parecer, finalmente, ter chamado a atenção e alienado o espírito de Severo. No intuito de restringir o avanço do cristianismo, ele publicou um edicto que, embora se destinasse a atingir

apenas os recém-convertidos, não poderia ser executado a preceito sem expor ao perigo e ao castigo os mais zelosos dos seus mestres e missionários. Nesta suave perseguição, ainda hoje podemos apreciar o espírito indulgente de Roma e do politeísmo, que admitia tão prontamente todas as desculpas em favor dos que praticavam as cerimónias religiosas dos seus antepassados.

Mas as leis que Severo havia promulgado não tardaram a expirar juntamente com a autoridade deste imperador; e, depois de uma tempestade temporária, os cristãos desfrutaram de uma calma de trinta e oito anos. Até então, tinham-se reunido habitualmente em casas particulares e lugares retirados. Era-lhes agora permitido erigir e consagrar edifícios apropriados aos fins do culto religioso; comprar terras, até mesmo em Roma, para uso da comunidade; e proceder à eleição dos seus ministros eclesiásticos de uma forma tão pública, e ao mesmo tempo tão exemplar, que mereceram a respeitosa atenção dos gentios. Este prolongado repouso da Igreja fez-se acompanhar de dignidade. Os reinados dos príncipes que eram originários das províncias asiáticas revelaram-se os mais favoráveis aos cristãos; as personalidades ilustres da seita, em vez de se verem reduzidas a implorar a protecção de um escravo ou concubina, eram admitidas no palácio com as honrosas funções de padres e filósofos; e as suas misteriosas doutrinas, que já se haviam difundido entre o povo, suscitaram paulatinamente a curiosidade dos soberanos. Quando a imperatriz Mameia passou por Antioquia, expressou o desejo de conversar com o célebre Orígenes, cuja piedade e erudição eram conhecidas em todo o Oriente. Orígenes obedeceu a um convite tão lisonjeiro e, embora não pudesse aspirar a obter a conversão de uma mulher ardilosa e ambiciosa, esta escutou com prazer as suas eloquentes exortações e mandou-o regressar cheio de honrarias ao seu retiro na Palestina. Os sentimentos de Mameia foram adoptados pelo seu filho Alexandre, e a devoção filosófica deste imperador manifestou-se por uma singular, mas pouco judiciosa deferência pela religião cristã. Colocou na sua capela particular as estátuas de Abraão, de Orfeu, de Apolónio e de Cristo, como honra justamente devida a estes sábios respeitáveis que haviam instruído a humanidade sobre as várias formas de prestar homenagem à suprema e universal Divindade. Uma fé mais pura, e bem assim um culto, eram abertamente professados e praticados pela gente da sua casa. Os bispos, talvez pela primeira vez, surgiram então na corte; e, depois da morte de Alexandre, quando o desumano Maximino descarregou

a sua fúria sobre os favoritos e os servidores do seu infeliz benfeitor, um elevado número de cristãos, de todas as categorias e de ambos os sexos, viram-se envolvidos na chacina indiscriminada que, por causa deles, recebeu indevidamente o nome de perseguição.

Mau grado a índole cruel de Maximino, os efeitos do seu rancor contra os cristãos foram de uma natureza muito circunscrita no espaço e no tempo, e o piedoso Orígenes, que havia sido proscrito como vítima votada à morte, estava ainda destinado a levar as verdades do Evangelho aos ouvidos dos monarcas. Dirigiu várias cartas edificantes ao imperador Filipe, à sua mulher e à sua mãe; e mal este príncipe, que nascera nos arredores da Palestina, usurpou o ceptro imperial, os cristãos arranjam um amigo e um protector. O favor declarado, e mesmo parcial, de Filipe para com os sectários da nova religião e o seu permanente respeito pelos ministros da Igreja deu um certo fundamento à suspeita prevalecente na sua época de que o próprio imperador se convertera à fé; e forneceu alguns argumentos à lenda, posteriormente inventada, de que ele fora purificado pela confissão e pela penitência da culpa contraída ao mandar assassinar o seu inocente antecessor. A queda de Filipe introduziu, de par com a mudança de chefia, um novo sistema governamental tão opressivo para os cristãos, que a sua condição anterior, desde a época de Domiciano, era representada como um estado de perfeita liberdade e segurança, em comparação com o tratamento rigoroso sofrido durante o breve reinado de Décio. As virtudes deste príncipe só a custo nos permitem imaginar que ele tenha sido movido por um mesquinho ressentimento contra os favoritos do seu antecessor; e é mais razoável acreditar que, em obediência ao seu projecto de restaurar a pureza dos costumes romanos, ele sentisse o desejo de libertar o império daquilo que condenava como uma recente e criminosa superstição. Os bispos das cidades mais consideráveis foram afastados por meio do exílio ou da morte; a vigilância dos magistrados impediu o clero de Roma, durante dezasseis meses, de proceder a uma nova eleição; e gerou-se entre os cristãos a opinião de que o imperador suportaria mais resignadamente um concorrente ao trono do que um bispo na capital. Se fosse possível supor que a perspicácia de Décio descortinara orgulho sob a capa da humildade, ou que ele entrevia o domínio temporal que poderia resultar insensivelmente das pretensões de autoridade espiritual, não nos admiraríamos tanto de ele considerar os sucessores de São Pedro os mais temíveis rivais dos de Augusto.

A administração de Valeriano distinguiu-se por uma ligeireza e inconstância que pouco se adequavam à gravidade de *Censor Romano*. Na primeira parte do seu reinado, superou em clemência os príncipes que haviam sido suspeitados de apego à fé cristã. Nos últimos três anos e meio, dando ouvidos às insinuações de um ministro imbuído das superstições do Egito, adoptou as máximas e imitou a severidade do seu antecessor Décio. A elevação de Galieno, ao agravar as calamidades do império, devolveu a paz à Igreja; e os cristãos obtiveram o livre exercício da sua religião mercê de um edicto dirigido aos bispos e concebido em termos que pareciam reconhecer o seu múnus e o seu carácter público. As antigas leis, embora não tivessem sido formalmente anuladas, caíram no esquecimento; e (exceptuando algumas intenções hostis que são atribuídas ao imperador Aureliano) os discípulos de Cristo passaram mais de quarenta anos numa situação de prosperidade, muito mais perigosa para as suas virtudes do que as mais cruéis adversidades da perseguição.

A história de Paulo de Samósata, que ocupou a sé metropolitana de Antioquia quando o Oriente se encontrava nas mãos de Odénato e de Zenóbia, pode servir para ilustrar a condição e o espírito da época. A riqueza deste prelado constituía uma prova suficiente da sua culpabilidade, pois ela não provinha de herança dos pais nem fora adquirida por meio de um esforço honesto. Paulo considerava, no entanto, o serviço da Igreja como uma profissão muito lucrativa. A sua jurisdição eclesiástica era venal e gananciosa; ele extorquiu frequentes contribuições aos mais abastados dos fiéis e aplicou em uso próprio uma parte considerável da receita pública. O seu orgulho e o seu luxo tornaram a religião cristã em algo de hediondo aos olhos dos gentios. A sua câmara do conselho e o seu trono, o esplendor com que surgia em público, a multidão suplicante que implorava a sua atenção, a quantidade de cartas e petições às quais ditava as suas respostas e o permanente turbilhão de negócios em que se envolvia eram circunstâncias muito mais adequadas à situação de um magistrado civil(*) que à humildade de um bispo da primitiva Igreja. Sempre que arengava ao povo do alto do púlpito, Paulo adoptava o estilo figurado e os gestos teatrais de um sofista asiático, ao mesmo tempo que a catedral ecoava com os mais sonoros e extravagantes aplausos em louvor da sua divina eloquência. O prelado de Antioquia mostrava-se arrogante, rígido e inexorável contra os que resistiam ao seu poder ou se negavam a adular a sua vaidade; mas relaxava a disciplina e esbanjava os tesouros da Igreja em proveito do clero que dele

dependia e que tinha licença para imitar o seu chefe na satisfação de todos os apetites sensuais. Na verdade, Paulo entregava-se livremente aos prazeres da mesa e acolhera no palácio episcopal duas jovens e bonitas mulheres como companheiras permanentes dos seus momentos de lazer(**).

Apesar destes vícios escandalosos, se Paulo de Samósata tivesse preservado a pureza da fé ortodoxa, o seu reinado na capital da Síria só teria terminado com a sua morte; e se uma perseguição oportuna houvesse sobrevivido, um gesto de coragem talvez o colocasse na galeria dos santos e dos mártires. Alguns erros delicados e subtis, que imprudentemente adoptou e teimosamente manteve em relação à doutrina da Trindade, suscitaram o zelo e a indignação das Igrejas orientais. Desde o Egipto ao Ponto Euxino, os bispos indignaram-se e mexeram-se. Houve vários concílios, publicaram-se refutações, pronunciaram-se excomunhões, explicações ambíguas foram sucessivamente aceites e recusadas, concluíram-se e violaram-se tratados, e, por fim, Paulo de Samósata foi destituído da sua dignidade episcopal por uma sentença de setenta ou oitenta bispos que se reuniram com este objectivo em Antioquia e que, sem consultar os direitos do clero e do povo, nomearam um sucessor por sua própria autoridade. A manifesta ilegitimidade desta atitude aumentou o número da facção descontente; e como Paulo, que não era estranho às intrigas de corte, logrou as boas graças de Zenóbia, pôde manter-se durante mais de quatro anos na posse do palácio e da hierarquia episcopais. A vitória de Aureliano transformou a face do Oriente, e os dois partidos contendores, que se acusavam mutuamente dos crimes de cisma e heresia, receberam ordem, ou permissão, para advogar a sua causa perante o tribunal do conquistador. Este julgamento público e muito singular fornece uma prova convincente de que a existência, as propriedades, os privilégios e a política interna dos cristãos eram reconhecidos, quando não pelas leis, ao menos pelos magistrados do império. Na sua qualidade de pagão e de soldado, dificilmente se esperaria que Aureliano interferisse na discussão para deliberar se os sentimentos de Paulo ou então os dos seus adversários eram os mais conformes ao verdadeiro padrão da fé ortodoxa. No entanto, a sua decisão baseava-se nos princípios gerais da equidade e da razão. Considerava os bispos de Itália como os juízes mais imparciais e respeitáveis entre os cristãos e, mal recebeu a informação de que eles haviam aprovado unanimemente a sentença do concílio, concordou com a sua opinião e deu ordens imediatas para que Paulo fosse compelido a

abdicar dos bens temporais ligados a uma dignidade da qual, no entender dos seus irmãos, fora justamente exonerado. Mas se, por um lado, aplaudimos a justiça de Aureliano, não devemos, por outro, ignorar a sua política, pois ele mostrava-se desejoso de restaurar e cimentar a dependência das províncias à capital, por todos os meios que pudessem restringir o interesse ou os preconceitos de todos os seus súbditos.

A Igreja sob Diocleciano e os seus sucessores

No meio das frequentes revoluções do império, os cristãos ainda floresciam num estado de paz e prosperidade; e apesar de uma célebre era de mártires ter sido datada a partir do advento de Diocleciano, o novo sistema de política, introduzido e conservado pela sabedoria deste príncipe, continuou durante mais de dezoito anos a manifestar o mais suave e liberal espírito de tolerância religiosa. O génio do próprio Diocleciano era, em boa verdade, menos dado a indagações especulativas do que às lides activas da guerra e do governo. A sua prudência tornava-o avesso a grandes inovações e, embora não fosse, por temperamento, muito susceptível de zelo ou entusiasmo, manteve sempre um acostumado respeito pelas antigas divindades do império. No entanto, as horas de lazer das duas imperatrizes, a sua mulher Prisca e a sua filha Valéria, permitiram-lhes escutar com mais atenção e deferência as verdades do cristianismo, o qual em todas as épocas ficou a dever relevantes serviços à devoção feminina. Os principais eunucos, Luciano e Doroteu, Gorgónio e André, que acompanhavam a pessoa de Diocleciano, gozavam do seu favor e governavam a sua casa, defenderam com a poderosa influência de todos eles a fé que haviam abraçado. O seu exemplo foi imitado por muitos dos mais importantes funcionários do palácio que, nos seus respectivos empregos, se encarregavam dos ornamentos imperiais, dos trajes, do mobiliário, das jóias e até mesmo do tesouro privado; e embora, por vezes, lhes competisse acompanhar o imperador quando este sacrificava no templo, usufruíam, juntamente com as suas mulheres, os seus filhos e os seus escravos, do livre exercício da religião cristã. Diocleciano e os seus colegas conferiam frequentemente os cargos mais importantes a estas pessoas que confessavam a sua repugnância pelo culto dos deuses, mas que haviam

demonstrado capacidades adequadas ao serviço do Estado. Os bispos ocupavam uma posição honrosa nas suas respectivas províncias e eram tratados com distinção e respeito, não só pelo povo mas pelos próprios magistrados. Em quase todas as cidades, as antigas igrejas foram consideradas insuficientes para conter o número crescente de prosélitos; e, no seu lugar, erigiram-se edifícios mais imponentes e amplos para celebração do culto público dos fiéis. A corrupção dos costumes e dos princípios, tão intensamente lamentada por Eusébio, pode ser encarada não só como uma consequência, mas como uma prova da liberdade de que os cristãos usaram e abusaram sob o reinado de Diocleciano. A prosperidade afrouxava os laços da disciplina. A fraude, a inveja e a maldade prevaleciam em todas as congregações. Os presbíteros aspiravam à dignidade episcopal que, de dia para dia, se ia tornando um objecto mais credor da sua ambição. Os bispos, que pugnavam entre si pela preeminência eclesiástica, pareciam, pelo seu comportamento, reivindicar um poder secular e tirânico na Igreja; e a fé ardente, que continuava a distinguir os cristãos dos gentios, brilhava de uma forma muito mais nítida nos seus escritos de controvérsia do que nas suas vidas.

Apesar desta aparente segurança, um observador atento seria capaz de discernir alguns sintomas que ameaçavam a Igreja com uma perseguição mais violenta do que qualquer outra até então sofrida. O zelo e os rápidos progressos dos cristãos arrancaram os politeístas à sua suprema indiferença pela causa das divindades que o hábito e a educação os haviam ensinado a reverenciar. As mútuas provocações de uma guerra religiosa, que já durava havia mais de duzentos anos, excitaram a animosidade dos partidos rivais. Os pagãos irritavam-se com a temeridade de uma recente e obscura seita que ousava acusar os seus compatriotas de erro e votar os antepassados deles a um perpétuo suplício. O hábito de justificar a mitologia popular contra as invectivas de um inimigo implacável suscitou nos seus espíritos alguns sentimentos de fé e de veneração por um sistema que eles se tinham acostumado a considerar com a mais despreocupada ligeireza. Os poderes sobrenaturais assumidos pela Igreja inspiravam, ao mesmo tempo, terror e emulação. Os seguidores da religião estabelecida entricheiraram-se atrás de uma similar muralha de prodígios; inventaram novos modos de sacrifício, de expiação e de iniciação(*); tentaram reavivar o crédito dos seus oráculos declinantes; e escutavam, com ávida credulidade, todos os impostores que lhes lisonjeavam os preconceitos com contos maravilhosos. Ambos os

partidos reconheciam, aparentemente, a verdade dos milagres que eram apregoados pelo adversário; e, ao contentarem-se em atribuí-los às artes da magia e ao poder dos demónios, concorriam mutuamente para restaurar e consolidar o reino da superstição^(**). A filosofia, o seu mais temível inimigo, convertia-se agora no seu mais útil aliado. Os bosquedos da Academia, os jardins de Epicuro e até mesmo o pórtico dos estóicos ficaram quase desertos, como outras tantas diferentes escolas de cepticismo ou de impiedade; e muitos dentre os Romanos desejavam que os escritos de Cícero fossem condenados e suprimidos pela autoridade do Senado. A seita dominante dos neoplatónicos achou prudente aliar-se aos sacerdotes, que ela talvez desprezasse, contra os cristãos que tinha motivos para recluir. Estes filósofos em voga alimentaram o desígnio de extrair sabedoria alegórica das ficções dos poetas gregos; instituíram misteriosos ritos de devoção para uso dos seus discípulos eleitos; recomendaram o culto dos deuses antigos enquanto emblemas ou ministros da Suprema Divindade, e compuseram, contra a fé do Evangelho, vários tratados bem elaborados que foram lançados às chamas pela prudência dos imperadores ortodoxos.

Embora a política de Diocleciano e a humanidade de Constâncio os levassem a manter a inviolabilidade das máximas de tolerância, não tardou a saber-se que os seus dois colegas, Maximiano e Galério, nutriam a maior aversão pelo nome e a religião dos cristãos. O espírito destes príncipes nunca havia sido iluminado pela ciência, e tão-pouco a educação lhes suavizara o carácter. Deviam a sua grandeza à espada, e mesmo no apogeu da sua fortuna, continuavam a manter os supersticiosos preconceitos de soldados e camponeses. Na administração geral das províncias, obedeciam às leis que os seus benfeitores haviam instituído; mas encontravam frequentemente ensejo para exercer, dentro dos seus acampamentos e palácios, uma perseguição secreta à qual o zelo imprudente dos cristãos fornecia, não raro, os mais especiosos pretextos. Uma sentença de morte foi proferida contra Maximiliano, um jovem africano que se vira apresentado pelo próprio pai ao magistrado como sendo um recruta com todos os requisitos exigidos, mas que se obstinava em declarar que a sua consciência não lhe permitia exercer o mister de soldado. Dificilmente poderia esperar-se que algum governo deixasse ficar impune o comportamento do centurião Marcelo. No dia de uma festa pública, este oficial deitou fora o seu boldrié, as suas armas e as insígnias do seu posto, e exclamou em voz alta que só obedeceria a Jesus Cristo, o rei eterno, e renunciava para todo o sempre ao

uso de armas profanas e ao serviço de um senhor idólatra. Os soldados, mal recuperaram da surpresa, apoderaram-se da pessoa de Marcelo. Foi interrogado na cidade de Tingi pelo presidente desta parte da Mauritânia; e, inculcado pela sua própria confissão, acabou condenado e decapitado por crime de deserção. Exemplos desta natureza sugerem muito mais uma lei marcial ou até civil do que uma perseguição religiosa; mas serviram para alienar o espírito dos imperadores, justificar a severidade de Galério, que destituiu um elevado número de oficiais cristãos dos seus cargos; e para sustentar a opinião de que uma seita de entusiastas que confessavam princípios tão contrários à segurança pública devia permanecer desocupada, caso contrário, não tardaria a tornar-se perigosa para o império.

Depois de o êxito da guerra da Pérsia ter aumentado as esperanças e o prestígio de Galério, este passou um Inverno com Diocleciano no palácio da Nicomédia; e o destino do cristianismo foi objecto das suas consultas secretas. O experiente imperador ainda se mostrava inclinado a prosseguir com medidas de moderação; e, embora consentisse sem custo em afastar os cristãos de funções na corte ou no exército, frisou em termos enérgicos o perigo, bem como a crueldade, de derramar o sangue destes fanáticos iludidos. Por fim, Galério conseguiu dele licença para reunir um conselho composto por um pequeno número das mais distintas pessoas dos departamentos civis e militares do Estado. A importante questão foi levantada na sua presença, e estes ambiciosos cortesãos não tardaram a dar-se conta de que lhes cabia, com a sua eloquência, apoiar a violência inoportuna do César. Pode supor-se que eles insistiram em todos os pontos susceptíveis de afagar o orgulho, a piedade ou os receios do seu soberano, levando-o à destruição do cristianismo. Talvez tivessem explicado que a gloriosa obra da libertação do império ficaria inacabada, enquanto um povo independente fosse autorizado a substituir e a multiplicar-se no seio das províncias. Os cristãos (poderia capciosamente alegar-se), ao renegarem os deuses e as instituições de Roma, tinham constituído uma república distinta que ainda se tornava viável suprimir antes de adquirir algum poder militar; mas que já era governada pelas suas próprias leis e magistrados, possuía um tesouro público e estava intimamente ligada no seu todo graças às frequentes assembleias de bispos, a cujos decretos as numerosas e opulentas congregações prestavam implícita obediência. Argumentos como estes podem, aparentemente, ter determinado o espírito relutante de Diocleciano a adoptar um novo sistema de perseguição; mas, embora possamos

conjecturar, não estamos habilitados a relatar as intrigas secretas do palácio, os pontos de vista e os ressentimentos privados, o ciúme das mulheres ou dos eunucos e todas essas fúteis mas decisivas causas que, tantas vezes, influenciam o destino dos impérios e as assembleias de conselheiros dos mais sábios monarcas.

A vontade dos imperadores foi finalmente expressa aos cristãos, que, durante todo este triste Inverno, tinham esperado com grande ansiedade o resultado de tantas consultas secretas. O dia 23 de Fevereiro, que coincidiu com a festa romana das Terminais, foi designado (acidental ou propositadamente) para impor limites aos progressos do cristianismo. Ao romper do dia, o prefeito do pretório, acompanhado por vários generais, tribunos e funcionários do erário, dirigiu-se à igreja principal da Nicomédia, situada numa elevação da parte mais populosa e bonita da cidade. As portas foram imediatamente arrombadas; precipitaram-se todos para o santuário; e, depois de procurarem debalde qualquer objecto visível de culto, viram-se obrigados a contentar-se com lançar às chamas os livros da Sagrada Escritura. Os ministros de Diocleciano eram seguidos por um numeroso corpo de guardas e de sapadores que avançavam em ordem de batalha, munidos de todos os instrumentos utilizados na destruição de cidades fortificadas. Devido ao seu esforço incessante, um edifício sagrado, que se erguia acima do palácio imperial e suscitara durante tanto tempo a indignação e inveja dos gentios, foi arrasado no espaço de poucas horas.

No dia seguinte, foi publicado o edicto geral de perseguição; e embora Diocleciano, ainda adverso ao derramamento de sangue, tivesse moderado a fúria de Galério, o qual propunha que todos os que se recusassem a sacrificar aos deuses fossem imediatamente queimados vivos, os castigos infligidos à obstinação dos cristãos poderão considerar-se suficientemente rigorosos e eficazes. Decretou-se que as suas igrejas, em todas as províncias do império, seriam totalmente demolidas; e a pena de morte foi anunciada contra os que se atrevessem a realizar assembleias secretas com propósitos de culto religioso. Os filósofos, que desempenhavam então o indigno papel de dirigir o zelo cego da perseguição, tinham estudado a fundo a natureza e o génio da religião cristã; e, dado saberem que as doutrinas especulativas da fé estavam por princípio contidas nos escritos dos profetas, dos evangelistas e dos apóstolos, sugeriram muito provavelmente que os bispos e os presbíteros deveriam depor todos os seus livros sagrados nas mãos dos magistrados; e estes receberam ordens, sob pena dos mais severos castigos,

para os queimarem de uma forma pública e solene. O património da Igreja foi logo confiscado por este mesmo edicto; e os vários bens que o compunham foram vendidos em hasta pública, unidos ao domínio imperial, atribuídos a cidades e corporações, ou concedidos às solicitações de ávidos cortesãos. Depois de se haverem tomado medidas tão drásticas para abolir o culto e dissolver o governo dos cristãos, julgou-se necessário submeter aos mais intoleráveis vexames a condição dos indivíduos teimosos que continuassem a rejeitar a religião da natureza, de Roma e dos seus antepassados. Pessoas de nascimento honesto foram declaradas incapazes de deter honras ou cargos; escravos viram-se para todo o sempre privados da esperança de liberdade; e o conjunto do povo foi excluído da protecção da lei. Os juízes receberam autorização para admitir e julgar todas as acções intentadas contra um cristão. No entanto, os cristãos não tinham licença para se queixar de qualquer ofensa que sofressem; e, por conseguinte, estes infelizes sectários viram-se expostos ao rigor da justiça pública, sem poderem gozar, por outro lado, dos benefícios dela. Esta nova espécie de martírio, tão doloroso e lento, tão obscuro e ignominioso, talvez fosse o mais indicado para cansar a constância dos fiéis; tão-pouco será de duvidar que as paixões e o interesse dos homens se dispusessem, nesta ocasião, a secundar os desígnios dos imperadores. No entanto, a política de um governo bem ordenado deve, por vezes, ter intervindo em defesa dos cristãos oprimidos; de resto, os príncipes romanos não poderiam esconjurar por completo o receio do castigo, ou ser coniventes com todos os actos de fraude e violência, sem exporem a sua própria autoridade e o resto dos súbditos aos mais temíveis perigos.

Ainda mal este edicto havia sido afixado à vista de toda a gente, no lugar mais frequentado da Nicomédia, e logo foi rasgado pelas mãos de um cristão que, ao mesmo tempo, exprimiu com as mais amargas invectivas o seu desprezo, bem como a sua aversão, por tão ímpios e tirânicos governadores. O seu insulto, segundo as leis mais suaves, correspondia a traição e merecia a morte. E, a ser verdade que se tratava de uma pessoa de categoria e instruída, tais circunstâncias só contribuíam para agravar a culpa. Foi queimado, ou melhor, assado em fogo lento; e os seus carrascos, desejosos de vingar a injúria pessoal que fora dirigida aos imperadores, recorreram a todos os requintes de crueldade, sem, no entanto, conseguirem vergar-lhe a resistência ou apagar o firme e insultuoso sorriso que ele manteve no rosto até mesmo nas vascas da morte. Embora os cristãos

admitissem que tal comportamento não se adequava rigorosamente às leis da prudência, a verdade é que admiraram o divino fervor do seu zelo; e o excesso de louvores prodigados à memória do seu herói e mártir contribuiu para gravar uma profunda impressão de terror e ódio no espírito de Diocleciano.

Os seus receios depressa se intensificaram ante o perigo ao qual só por um triz escapou. No espaço de quinze dias, um incêndio deflagrou por duas vezes no palácio da Nicomédia e no próprio quarto de Diocleciano; e, embora tenha sido extinto em ambos os casos sem prejuízo material, a estranha repetição do acidente foi justamente considerada uma prova evidente de que não se tratara de obra do acaso ou da negligência. A suspeita caiu, naturalmente, sobre os cristãos; e sugeriu-se, com certa verosimilhança, que estes fanáticos desesperados, acicatados pelos presentes sofrimentos e receosos de calamidades vindouras, tinham entrado numa conspiração com os seus fiéis irmãos, os eunucos do palácio, contra as vidas dos dois imperadores que eles detestavam enquanto inimigos irreconciliáveis da Igreja de Deus. A inquietação e o ressentimento invadiram todos os corações, mas sobretudo o de Diocleciano. Um elevado número de pessoas, célebres pelos cargos que desempenhavam ou pelo favor de que desfrutavam, foram metidas na prisão. Lançou-se mão de toda a espécie de torturas, e a corte, bem como a cidade, foi maculada por muitas execuções sangrentas. Mas como não se conseguiu obter qualquer esclarecimento sobre tão misterioso acontecimento, não nos cabe presumir a inocência ou admirar a firmeza dos supliciados. Alguns dias depois, Galério retirou-se a toda a pressa de Nicomédia, declarando que, se adiasse a partida daquele palácio funesto, acabaria sacrificado à raiva dos cristãos. Os historiadores eclesiásticos, os únicos por quem nos chega um conhecimento parcial e imperfeito desta perseguição, vêem-se em apuros para justificar os temores e o perigo dos imperadores. Dois destes escritores, um príncipe e um retórico, foram testemunhas oculares do incêndio da Nicomédia. Um atribuiu a um raio e à ira divina, e o outro afirma que foi ateado pela malícia do próprio Galério.

Na medida em que o edicto contra os cristãos devia ter força de lei em todo o império, e em que Diocleciano e Galério, embora pudessem não aguardar o consentimento dos príncipes do Ocidente, estavam certos da sua aprovação, parecia mais conforme às nossas ideias sobre política que os governadores de todas as províncias devessem receber instruções secretas

para publicar num único e mesmo dia esta declaração de guerra nos seus respectivos departamentos. Seria, pelo menos, de esperar que as vantagens das estradas públicas e dos postos de muda tivessem permitido aos imperadores transmitir as suas ordens com a maior rapidez, do palácio da Nicomédia até aos confins do mundo romano; e que eles não deixassem passar cinquenta dias, antes que o edicto fosse promulgado na Síria, e perto de quatro meses antes da sua comunicação às cidades de África. Talvez este atraso possa ser assacado ao carácter cauteloso de Diocleciano, que só com relutância acedera às medidas de perseguição e desejava tentar a experiência sob os seus próprios olhos, antes de dar azo às desordens e ao descontentamento que o edicto inevitavelmente provocaria nas províncias distantes. De facto, os magistrados viram-se inicialmente proibidos de derramar sangue; no entanto, o uso de todos os outros rigores foi permitido e até mesmo recomendado ao seu zelo; tão-pouco os cristãos, embora abdicassem voluntariamente dos ornamentos das suas igrejas, poderiam resolver-se a interromper as suas assembleias religiosas ou a lançar os seus livros sagrados às chamas. A piedosa obstinação de Félix, um bispo africano, parece ter confundido os ministros subordinados do governo. O intendente da sua cidade enviou-o acorrentado ao procônsul. O procônsul transferiu-o para os cuidados do prefeito do pretório de Itália; e Félix, que nem mesmo se dignou a dar uma resposta evasiva, acabou por ser decapitado em Venúsia, na Lucânia, um lugar que se tornou famoso devido ao nascimento de Horácio. Este precedente, e talvez qualquer rescrito imperial publicado na sua sequência, parecia autorizar os governadores das províncias a punir com a morte a recusa dos cristãos em entregar os seus livros sagrados. Houve, indubitavelmente, muitas pessoas que aproveitaram esta oportunidade para obter a coroa do martírio; mas também houve ainda mais que compraram uma vida ignominiosa indo buscar traiçoeiramente as Sagradas Escrituras e depondo-as nas mãos dos infiéis. Um elevado número que até incluía bispos e presbíteros mereceu, devido a esta criminosa complacência, o vergonhoso epíteto de *Traditores*; e a sua ofensa desencadeou muitos dos escândalos da época e muitas discórdias futuras na Igreja africana.

As cópias, bem como as versões da Escritura, já se encontravam tão divulgadas no império, que a mais severa inquisição não poderia ter consequências fatais; e até mesmo o sacrifício dos volumes que em todas as congregações se conservavam para o uso público só podia ser possível com

o consentimento de alguns traiçoeiros e indignos cristãos. No entanto, a demolição das igrejas foi facilmente levada a cabo pela autoridade do governo e pela faina dos pagãos. Em algumas províncias, os magistrados contentaram-se, porém, em encerrar os lugares de culto religioso. Noutras, seguiram mais literalmente os termos do edicto; e, depois de retirarem as portas, os bancos e o púlpito, os quais queimaram como se fosse uma pira funerária, arrasaram por completo o resto do edifício. Talvez devêssemos aplicar a esta infausta conjuntura uma história bastante notável que é relatada com circunstâncias tão diversas e improváveis, que mais serve para suscitar do que para satisfazer a nossa curiosidade. Numa cidadezinha da Frígia cujo nome, bem como localização, ignoramos, os magistrados e o conjunto do povo tinham, segundo parece, adoptado a fé cristã; e, dado ser de recear alguma resistência à execução do edicto, o governador da província fez-se acompanhar de um numeroso destacamento de legionários. Ao vê-los aproximarem-se, os cidadãos correram para a igreja, no intuito de defender pelas armas este edifício sagrado ou de perecer no meio das suas ruínas. Rejeitaram indignadamente o aviso e a licença que lhes foram dadas para se retirarem até que os soldados, irritados com a sua teimosa recusa, deitaram fogo ao edifício por todos os lados e queimaram, nesta extraordinária espécie de martírio, uma elevada quantidade de frígios juntamente com as mulheres e os filhos.

Vários distúrbios de pouca monta, conquanto abafados assim que surgiram, na Síria e nas fronteiras da Arménia, propiciaram aos inimigos da Igreja uma ocasião muito plausível para insinuar que tais perturbações haviam sido secretamente fomentadas pelas intrigas dos bispos, que já tinham esquecido as suas ostensivas promessas de uma passiva e cega obediência. O ressentimento, ou os temores, de Diocleciano levaram-no por fim a transpor as balizas da moderação que até então respeitara, e a declarar, numa série de cruéis edictos, a sua intenção de abolir o nome cristão. Através do primeiro destes edictos, os governadores das províncias receberam ordem para prender todos os membros do clero; e as prisões destinadas aos mais vis criminosos não tardaram a encher-se de uma multidão de bispos, presbíteros, diáconos, leitores e exorcistas. Um segundo edicto ordenou aos magistrados que empregassem todos os meios de severidade que pudessem arrancá-los à sua odiosa superstição e forçá-los a regressar ao culto instituído dos deuses. Esta rigorosa ordem, mediante um edicto posterior, foi alargada a todo o corpo dos cristãos, que ficaram

expostos a uma violenta e generalizada perseguição. Em vez das salutares restrições que haviam exigido o directo e solene testemunho de um acusador, tornou-se ao mesmo tempo obrigatório e recomendável para os funcionários imperiais descobrir, perseguir e supliciar os mais culpados dos fiéis. Pesados castigos foram anunciados contra todos os que se dispusessem a salvar uma seita proscrita da justa indignação dos deuses e dos imperadores. No entanto, apesar da severidade desta lei, a virtuosa coragem de muitos dos pagãos, ao protegerem os seus amigos ou parentes, fornece uma honrosa prova de que a raiva da superstição não eliminara nos seus espíritos os sentimentos da natureza e da humanidade.

Pouco depois de Diocleciano ter publicado os seus edictos contra os cristãos, ele abdicou do manto imperial como se fosse seu desejo depositar noutras mãos a tarefa da perseguição. A personalidade e a situação dos seus colegas e sucessores levaram-nos por vezes a apressar, e outras vezes a suspender, a execução destas rigorosas leis; tão-pouco nos é possível fazer uma ideia exacta e distinta deste importante período da história eclesiástica, a não ser que consideremos separadamente o estado do cristianismo nas várias partes do império, durante os dez anos que decorreram entre os primeiros edictos de Diocleciano e a paz finalmente alcançada pela Igreja.

O carácter plácido e humano de Constâncio era adverso a oprimir qualquer parte dos seus súbditos. Os cargos principais do seu palácio eram exercidos por cristãos. Gostava da pessoa deles, estimava a sua lealdade e não nutria antipatia pelos seus princípios religiosos. Mas enquanto Constâncio permanecesse na posição subalterna de César, não estava ao seu alcance rejeitar abertamente os edictos de Diocleciano, nem desobedecer às ordens de Maximiano. A sua autoridade contribuiu, porém, para minorar os sofrimentos que ele lastimava e abominava. Consentiu, relutantemente, na demolição das igrejas, mas arriscou-se a proteger os cristãos da fúria da população e do rigor das leis. As províncias da Gália (nas quais talvez possamos incluir as da Bretanha) devem a singular tranquilidade de que usufruíram à suave intervenção do seu soberano. No entanto, Daciano, o presidente ou governador de Espanha, movido por uma questão de zelo ou de política, optou por executar os edictos públicos dos imperadores, de preferência a compreender as secretas intenções de Constâncio; e não custa acreditar que a sua administração provincial tenha sido manchada pelo sangue de alguns mártires. A elevação de Constâncio à suprema e independente dignidade de Augusto deu livre curso ao exercício das suas

virtudes, e a brevidade do seu reinado não o impediu de estabelecer um sistema de tolerância, cujo preceito e exemplo legou ao seu filho Constantino. O seu afortunado filho, que logo após a subida ao trono se declarou protector da Igreja, mereceu finalmente a designação de primeiro imperador que professou publicamente e estabeleceu a religião cristã. Os motivos da sua conversão, que podem ser diversamente atribuídos à benevolência, à política, à convicção ou ao remorso, bem como os progressos da revolução que, sob a sua poderosa influência e a dos seus filhos, transformou o cristianismo na religião dominante do Império Romano, formam um interessante e relevante capítulo do terceiro volume desta história. De momento, basta notar que cada vitória de Constantino trazia algum refrigério ou benefício à Igreja.

As províncias de Itália e de África sofreram uma breve, mas violenta, perseguição. Os rigorosos edictos de Diocleciano foram literal e gostosamente executados pelo seu colega Maximiano, que de há muito odiava os cristãos e se deleitava com actos de sangue e violência. No Outono do primeiro ano da perseguição, os dois imperadores encontraram-se em Roma para celebrar o seu triunfo; várias leis opressivas resultaram, segundo parece, das suas consultas secretas; e a diligência dos magistrados foi incentivada pela presença dos soberanos. Depois de Diocleciano ter abdicado do ceptro, a Itália e a África foram administradas em nome de Severo e ficaram expostas, sem defesa, ao implacável ressentimento do seu senhor Galério. Entre os mártires de Roma, Adauto merece a admiração da posteridade. Pertencia a uma família nobre de Itália e ascendera, passando pelas sucessivas honras do palácio, ao importante cargo de tesoureiro dos domínios privados. Adauto torna-se ainda mais notável por ser a única pessoa de categoria e distinção a quem, aparentemente, foi dada morte durante o curso desta perseguição geral.

A revolta de Maxêncio devolveu, acto contínuo, a paz às Igrejas de Itália e de África, e o mesmo tirano que oprimia todas as restantes classes dos seus súbditos mostrou-se justo, humano e até mesmo parcial para com os afligidos cristãos. Confiava na sua gratidão e afecto, e supôs, muito naturalmente, que as ofensas que eles haviam sofrido e os perigos que ainda temiam devido ao seu mais inveterado inimigo lhe garantiriam a fidelidade de um partido já considerável em número e opulência. O próprio comportamento de Maxêncio para com os bispos de Roma e de Cartago pode se encarado como uma prova da sua tolerância, dado ser provável que

os príncipes mais ortodoxos adoptassem iguais medidas frente ao clero dos seus Estados. Marcelo, o primeiro destes prelados, pusera a capital em polvorosa com o severo castigo que aplicara a um elevado número de cristãos que, durante a última perseguição, haviam abjurado ou dissimulado a sua religião. A raiva das facções irrompeu em violentas e frequentes sedições; os fiéis molharam as mãos no sangue uns dos outros; e o exílio de Marcelo, cuja prudência parece ter sido menos assinalável do que o zelo, foi visto como o único meio capaz de devolver a paz à conturbada Igreja de Roma. O comportamento de Mensúrio, bispo de Cartago, parece ter sido ainda mais repreensível. Um diácono desta cidade publicara um libelo contra o imperador. O culpado refugiou-se no palácio episcopal e, embora ainda fosse algo cedo para reclamar as imunidades eclesiásticas, o bispo recusou entregá-lo aos oficiais da justiça. Devido a esta traiçoeira resistência, Mensúrio foi citado em tribunal e, em vez de sofrer uma sentença legal de morte ou de banimento, obteve permissão, após um breve interrogatório, para regressar à sua diocese. Tal era a afortunada situação dos súbditos cristãos de Maxêncio, que, todas as vezes que desejavam arranjar para seu próprio proveito o corpo de alguns mártires, se viam obrigados a comprá-los nas províncias mais distantes do Oriente. Conta-se a história de Aglaia, uma dama romana descendente de uma família consular e dona de bens tão avultados que exigiam a gestão de setenta e três intendentess. Entre eles, Bonifácio era o favorito da sua ama e, uma vez que Aglaia associava o amor à devoção, diz-se que o deixava partilhar do seu leito. A sua riqueza permitiu-lhe satisfazer o piedoso desejo de obter algumas relíquias sagradas do Oriente. Confiou a Bonifácio uma vultuosa soma em ouro e uma grande quantidade de arómatas, e o amante, escoltado por doze cavaleiros e três carros cobertos, empreendeu uma peregrinação à remota cidade de Tarso, na Cilícia.

O edicto de tolerância de Galério

O temperamento sanguinário de Galério, o primeiro e principal autor da perseguição, tornava-o temível aos cristãos a quem a má sorte colocara dentro dos limites do seu domínio; e pode razoavelmente concluir-se que muitas pessoas de posição média, que não estavam amarradas pelas

correntes da riqueza nem da pobreza, abandonaram em massa o seu país natal e procuraram refúgio no clima menos tempestuoso do Ocidente. Enquanto ele apenas comandasse os exércitos e as províncias da Ilíria, dificilmente poderia encontrar ou fazer um número considerável de mártires numa região belicosa que recebera os missionários do Evangelho com mais frieza e relutância do que alguma outra parte do império. Mas depois de Galério ter alcançado o supremo poder e o governo do Oriente, foi-lhe possível dar provas de todo o seu zelo e crueldade, não só nas províncias da Trácia e da Ásia, que reconheceram a sua jurisdição imediata, mas também nas da Síria, Palestina e Egipto, onde Maximino dava largas às suas próprias inclinações, obedecendo cegamente às rígidas ordens do seu benfeitor. As frequentes desilusões dos seus ambiciosos projectos, a experiência de seis anos de perseguição e as salutares reflexões que uma lenta e dolorosa doença inspiraram ao espírito de Galério convenceram-no, por fim, de que os mais violentos esforços do despotismo não chegam para exterminar todo um povo ou asfixiar os seus preconceitos religiosos. Desejoso de reparar o mal que ocasionara, publicou em seu nome e nos de Licínio e Constantino um edicto geral que, após uma pomposa enumeração de títulos imperiais, prosseguia desta forma:

«Entre as importantes preocupações que nos ocuparam o espírito em prol da utilidade e da preservação do império, foi nossa intenção corrigir e restabelecer todas as coisas de acordo com as antigas leis e a disciplina pública dos Romanos. Desejámos sobretudo trazer ao caminho da razão e da natureza os cristãos iludidos que haviam renunciado à religião e às cerimónias instituídas pelos seus avoengos e, com arrogante desprezo pelas práticas da Antiguidade, tinham inventado leis e opiniões extravagantes segundo os ditames da sua fantasia e formado uma sociedade variada a partir das diferentes províncias do nosso império. Dado os edictos que publicámos para fazer cumprir o culto dos deuses terem exposto muitos cristãos ao perigo e à aflição, sofrendo muitos deles a morte, e muitos mais ainda, que ainda persistem na sua loucura ímpia, estando agora privados de *qualquer* exercício público da religião, declaramo-nos dispostos a estender a estas infelizes criaturas os efeitos da nossa habitual clemência. Permitimos-lhes, assim, que professem livremente as suas opiniões privadas e se reúnam nos seus conventículos sem receio ou desgostos, desde que conservem sempre o respeito devido às leis e ao governo estabelecido. Num outro rescrito, daremos conta das nossas intenções aos juízes e magistrados,

e esperamos que a nossa indulgência leve os cristãos a dirigir as suas preces à Divindade que eles adoram, pela nossa segurança e prosperidade, pelas deles e pelas da República.» Não se costuma, por regra, procurar na linguagem dos edictos e dos manifestos o verdadeiro carácter ou os motivos secretos dos príncipes; mas, como estas eram as palavras de um imperador moribundo, talvez a sua situação possa ser admitida como um penhor da sua sinceridade.

Quando Galério subscreveu este edicto de tolerância, estava bastante seguro de que Licínio acederia prontamente aos desejos do seu amigo e benfeitor, e de que todas as medidas em favor dos cristãos obteriam a aprovação de Constantino. O imperador não ousou, contudo, incluir no preâmbulo o nome de Maximino, cujo consentimento era da maior importância e que ascendeu, poucos dias depois, à chefia das províncias da Ásia. No entanto, ao longo dos primeiros seis meses do seu reinado, Maximino fingiu adoptar os prudentes conselhos do seu antecessor; e, embora nunca tivesse condescendido em garantir a tranquilidade da Igreja através de um edicto público, Sabino, o seu prefeito do pretório, dirigiu uma carta circular a todos os governadores e magistrados das províncias, alongando-se sobre a clemência imperial, reconhecendo a invencível teimosia dos cristãos e ordenando aos oficiais da justiça que pusessem cobro às suas infrutíferas perseguições e fechassem os olhos às assembleias secretas destes entusiastas. Como resultado de tais ordens, um grande número de cristãos foi solto das prisões ou liberto das minas. Os confessores regressaram aos seus países entoando cânticos de triunfo; e os que haviam cedido à violência da tempestade solicitaram, com lágrimas de arrependimento, a readmissão no seio da Igreja.

Mas esta calma enganadora foi de curta duração; além do mais, os cristãos do Oriente não podiam depositar confiança no carácter do seu soberano. A crueldade e a superstição eram as paixões dominantes da alma de Maximino. A primeira sugeria-lhe os meios, e a segunda indicava-lhe os objectos da perseguição. O imperador dedicava-se ao culto dos deuses, ao estudo da magia e à auscultação dos oráculos. Os profetas ou filósofos, a quem ele venerava como os favoritos do Céu, eram frequentemente nomeados governadores das províncias e admitidos nos mais secretos conselhos imperiais. Não tardaram a convencê-lo de que os cristãos tinham devido as suas vitórias a uma disciplina regular, e que a fraqueza do politeísmo resultava, sobretudo, de uma falta de união e subordinação entre

os ministros da religião. Um sistema de governo foi então instituído, sendo obviamente copiado da política da Igreja. Em todas as grandes cidades do império, os templos foram restaurados e embelezados por ordem de Maximino, e os sacerdotes encarregados de officiar as várias divindades ficaram sujeitos à autoridade de um pontífice superior, destinado a opor-se ao bispo e a promover a causa do paganismo. Estes pontífices reconheciam, por sua vez, a suprema jurisdição dos metropolitas ou grão-sacerdotes da província, que actuavam como immediatos vice-regentes do próprio imperador. Uma veste branca constituía a insígnia da sua dignidade; e estes novos prelados eram cuidadosamente escolhidos entre as mais nobres e abastadas famílias. Através da influência dos magistrados e da ordem sacerdotal, obteve-se um elevado número de zelosas petições, em especial das cidades da Nicomédia, Antioquia e Tiro, que representavam habilmente as bem conhecidas intenções da corte como sendo a opinião geral do povo; solicitavam ao imperador que consultasse as leis da justiça, em vez dos ditames da sua clemência; expressavam o seu horror aos cristãos e suplicavam humildemente que estes ímpios sectários pudessem, ao menos, ser excluídos dos limites dos seus respectivos territórios. A resposta de Maximino à petição que recebeu dos cidadãos de Tiro ainda existe. Elogia-lhes o zelo e a devoção em termos da mais alta satisfação, discorre sobre a teimosa impiedade dos cristãos, e, devido à prontidão com que consente no seu banimento, deixa transparecer que entendia estar mais a receber do que a conceder um serviço. Os sacerdotes, bem como todos os magistrados, foram investidos do poder de executar com o maior rigor os seus edictos, os quais foram gravados em tábuas de bronze; e, embora se lhes recomendasse que evitassem o derramamento de sangue, os cristãos refractários sofreram os mais cruéis e ignominiosos castigos.

Os cristãos asiáticos tinham tudo a temer da severidade de um monarca fanático que preparava as suas medidas de violência com uma política tão ponderada. No entanto, poucos meses haviam passado quando os edictos publicados pelos dois imperadores do Ocidente obrigaram Maximino a suspender o prosseguimento dos seus desígnios; a guerra civil que ele desencadeou com tanta temeridade contra Licínio exigiu toda a sua atenção; e a derrota e morte de Maximino não tardaram a libertar a Igreja do último e mais implacável dos seus inimigos.

Nesta exposição geral da perseguição que foi inicialmente autorizada pelos edictos de Diocleciano, absteve-me propositadamente de descrever os

sofrimentos particulares e a morte dos mártires cristãos. Com base na história de Eusébio, nas declamações de Lactâncio e nos mais antigos actos, teria sido tarefa fácil coligir uma longa série de quadros horríveis e revoltantes e encher muitas páginas com ecúleos e açoites, ganchos de ferro e camas abrasadas, além de toda a variedade de torturas que o aço e o fogo, as feras e os mais selvagens carrascos podiam infligir ao corpo humano. Estas tristes cenas poderiam ser animadas por uma quantidade de visões e milagres destinados a protelar a morte, a celebrar o triunfo ou a descobrir as relíquias de todos os santos canonizados que sofreram pelo nome de Cristo. Não posso, contudo, ajuizar do que me cabe transcrever, antes de saber aquilo em que devo acreditar. O mais grave dos historiadores eclesiásticos, o próprio Eusébio, confessa indirectamente que narrou tudo o que podia redundar em glória da Igreja e suprimiu tudo o que podia tender para a desonra dela. Uma tal afirmação leva naturalmente a desconfiar que um escritor que violou de uma forma tão aberta uma das leis fundamentais da História não tomou em grande consideração a observância das outras; e a desconfiança ficará reforçada se tivermos em conta a índole de Eusébio, que era menos propensa à credulidade e mais versada nos artifícios dos tribunais que a da maioria dos seus contemporâneos. Em algumas ocasiões especiais, quando os magistrados se sentiam exasperados por quaisquer motivos pessoais de interesse ou ressentimento; quando o zelo dos mártires os levava a esquecer as regras da prudência e talvez da decência, a derrubar altares, a soltar imprecações contra os imperadores, ou a atacar o juiz que presidia ao tribunal, pode supor-se que todos os géneros de tortura susceptíveis de ser inventados pela crueldade, ou suportados pela constância, eram aplicados até à exaustão nestas vítimas devotas. Duas circunstâncias, no entanto, têm sido precipitadamente mencionadas, insinuando que o tratamento geral dos cristãos presos pelos oficiais da justiça foi menos intolerável do que usualmente se imagina. 1) Os confessores que eram condenados a trabalhar nas minas recebiam autorização, mercê da humanidade ou da negligência dos guardas, para construir capelas e professar livremente a sua religião no meio destes lúgubres lugares. 2) Os bispos eram obrigados a reprimir e censurar o zelo ardente dos cristãos que se lançavam voluntariamente nas mãos dos magistrados. Alguns deles eram pessoas que, oprimidas pela pobreza e as dívidas, procuravam cegamente pôr termo a uma existência miserável mediante uma morte gloriosa. Outros eram atraídos pela esperança de que

um breve encarceramento lhes expiasse os pecados de uma vida inteira; e outros ainda eram movidos pelo motivo menos honroso de obter uma subsistência farta, e até mesmo um lucro considerável, graças às esmolas que a caridade dos fiéis oferecia aos presos. Depois de a Igreja haver triunfado sobre todos os seus inimigos, o interesse, bem como a vaidade dos cativos, induziram-nos a exagerar o mérito dos sofrimentos padecidos. Uma distância cómoda de espaço e de tempo abriu largo campo aos progressos da ficção; e os frequentes exemplos que podiam citar-se de santos mártires cujas feridas tinham instantaneamente sarado, cuja força fora renovada e cujos membros perdidos haviam sido milagrosamente restabelecidos, eram extremamente vantajosos ao propósito de remover todas as dificuldades e silenciar todas as objecções. As lendas mais extravagantes, ao contribuir para a honra da Igreja, foram aplaudidas pela crédula multidão, sustentadas pelo poder do clero e atestadas pelo testemunho suspeito da história eclesiástica.

As vagas descrições de exílio e de prisão, de dor e de tortura, são tão facilmente exageradas ou suavizadas pela pena de um orador hábil, que nos sentimos naturalmente impelidos a indagar um facto de natureza mais distinta e inalterável: o número de pessoas que pereceram em consequência dos edictos publicados por Diocleciano, pelos seus colegas e pelos seus sucessores. Os recentes legendários falam de exércitos inteiros e de cidades aniquiladas num ápice pela raiva cega da perseguição. Os escritores mais antigos contentam-se em soltar uma larga profusão de vagas e trágicas invectivas, sem se dignarem averiguar o número exacto das pessoas às quais foi dado selar com o seu sangue a crença no Evangelho. Com base na história de Eusébio, é possível, no entanto, concluir que apenas nove bispos foram punidos com a morte; e somos informados pela sua particular enumeração dos mártires da Palestina de que somente noventa e dois cristãos tinham direito a esta honrosa designação(*). Dado ignorarmos o grau de zelo episcopal e coragem que prevaleciam na época, torna-se impossível retirar quaisquer inferências úteis do primeiro destes factos; mas o último pode servir para justificar uma importantíssima e provável conclusão. Segundo a distribuição das províncias romanas, a Palestina pode ser considerada a décima sexta parte do Império do Oriente; e visto que houve governadores que, graças a uma autêntica ou pretensa clemência, preservaram as mãos limpas do sangue dos fiéis, torna-se razoável acreditar que o país onde nasceu o cristianismo deu origem, pelo menos, à décima

sexta parte dos mártires que sofreram a morte no interior dos domínios de Galério e Maximino; o total pode então cifrar-se em cerca de mil e quinhentos, um número que, se o dividirmos equitativamente pelos dez anos de perseguição, dará um perecimento anual de cento e cinquenta mártires. Se aplicarmos a mesma proporção às províncias de Itália, África e talvez Espanha, onde ao cabo de dois ou três anos o rigor das leis penais foi suspenso ou abolido, a multidão de cristãos no Império Romano aos quais se infligiu uma pena capital por sentença judicial ficará reduzida a um pouco menos de duas mil pessoas. Dado ser indubitável que, no tempo de Diocleciano, os cristãos eram mais numerosos e os seus inimigos mais sanhosos do que em qualquer perseguição anterior, este provável e moderado cálculo pode ensinar-nos a estimar a quantidade de santos e mártires primitivos que sacrificaram a vida pelo relevante desígnio de difundir o cristianismo no mundo.

Concluiremos este capítulo com uma triste verdade que se impõe aos espíritos relutantes: a de que, mesmo aceitando, sem hesitações nem exame, tudo o que a História registou ou a devoção inventou sobre o tema dos martírios, somos ainda assim obrigados a reconhecer que os cristãos, nas suas contendas intestinas, provocaram males muito maiores (uns aos outros) do que haviam experimentado por causa do zelo dos infiéis. Ao longo dos séculos de ignorância que se seguiram à destruição do Império Romano do Ocidente, os bispos da cidade imperial alargaram o seu domínio aos leigos e bem assim ao clero da Igreja latina. A trama de superstição que haviam urdido e que, durante muito tempo, pôde desafiar os fracos esforços da razão, sofreu, por fim, o assalto de uma multidão de ousados fanáticos que, desde o século xii ao xvi, assumiram a feição popular de reformadores. A Igreja de Roma defendeu pela violência o império que adquirira pela fraude; um sistema de paz e benevolência não tardou a ser desfigurado por proscricções, guerras, chacinas e pela instituição do Santo Ofício. E uma vez que os reformadores eram animados pelo amor tanto da liberdade civil como da religiosa, os príncipes católicos ligaram os seus interesses pessoais aos do clero e secundaram, a ferro e fogo, os terrores das censuras espirituais. Consta que, só nos Países Baixos, mais de cem mil súbditos de Carlos V morreram às mãos do carrasco; e este número espantoso é confirmado por Grócio, um homem de génio e erudição que se manteve moderado no meio da fúria das seitas contendedoras e que compôs os anais da sua época e do seu país, numa altura em que a invenção da imprensa

facilitara os meios de informação e aumentara o perigo de alguém ser descoberto quando se afastava da verdade. Caso nos vejamos obrigados a submeter-nos à autoridade de Grócio, teremos de convir que o número de protestantes executados numa única província e num único reinado excedeu em muito o dos primeiros mártires, ao longo de três séculos e em todo o Império Romano. Porém, se a improbabilidade do facto prevalecesse sobre o peso do testemunho; se Grócio fosse acusado de exagerar o mérito e os sofrimentos dos reformadores, seríamos naturalmente levados a perguntar que confiança pode depositar-se nos duvidosos e imperfeitos monumentos da antiga credulidade; que grau de crédito pode atribuir-se a um bispo cortesão e a um declamador apaixonado que, sob a protecção de Constantino, usufruiu do privilégio exclusivo de registar as perseguições infligidas aos cristãos pelos rivais vencidos ou pelos antecessores desprezíveis aos olhos do seu benévolo soberano.

O MOVIMENTO PARA O ORIENTE

Capítulo 17

A Nova Roma. A fundação e consagração de Constantinopla. Divisões de cargo na nova ordem de governo. Primórdios da polícia de Estado

O infeliz Licínio foi o último rival que se opôs à grandeza de Constantino e o último cativo que ornou o seu triunfo. Após um tranquilo e próspero reinado, o conquistador legou à família a herança do Império Romano; uma nova capital, uma nova política e uma nova religião; e as inovações que ele estabeleceu foram adoptadas e consagradas pelas gerações posteriores. A época de Constantino Magno e dos seus filhos abunda em acontecimentos importantes; o historiador, contudo, confundir-se-á com o seu número e diversidade, a não ser que separe cuidadosamente uns dos outros os episódios que apenas se encontram ligados pela ordem do tempo. Descreverá as instituições políticas que incutiram força e estabilidade ao império, antes de proceder ao relato das guerras e revoluções que apressaram o seu declínio. Adoptará a divisão, desconhecida pelos Antigos, entre os assuntos civis e eclesiásticos; a vitória dos cristãos e as suas discórdias intestinas fornecerão abundante e distinta matéria tanto de edificação como de escândalo.

Depois da derrota e da abdicação de Licínio, o seu vitorioso rival tratou de lançar os alicerces de uma cidade destinada a reinar um dia como senhora do Oriente, e a sobreviver ao império e à religião de Constantino. Os motivos, quer de orgulho quer de política, que haviam inicialmente levado Diocleciano a retirar-se da antiga sede do governo tinham adquirido um peso adicional devido ao exemplo dos seus sucessores e aos hábitos de quarenta anos. Roma achava-se imperceptivelmente amalgamada com os reinos dependentes que haviam outrora reconhecido a sua supremacia; e a pátria dos Césares era encarada com uma fria indiferença por um príncipe marcial, nascido nas proximidades do Danúbio, educado nas cortes e nos exércitos da Ásia, e investido da púrpura imperial pelas legiões da Bretanha. Os Italianos, que tinham recebido Constantino como seu libertador, obedeciam submissamente aos edictos que ele, por vezes, condescendia em dirigir ao Senado e ao povo de Roma; mas raramente eram honrados com a presença do seu novo soberano. No vigor da idade, Constantino movimentou-se, segundo as várias exigências da paz e da guerra, com lenta dignidade ou activa diligência ao longo das fronteiras dos seus vastos domínios; e estava sempre pronto a pegar em armas contra um inimigo estrangeiro ou interno. Conforme, porém, ia chegando ao auge da prosperidade e ao declínio da vida, começou a conceber o desígnio de fixar num local mais permanente a força e a majestade do trono. A sua escolha de uma situação vantajosa recaiu nos confins da Europa e da Ásia, a fim de subjugar com o seu braço poderoso os bárbaros que habitavam entre o Danúbio e o Tánaís e de observar cuidadosamente a atitude do monarca persa, que suportava com indignação o jugo de um tratado ignominioso. Fora nesta mira que Diocleciano escolhera e embelezara a residência da Nicomédia; mas a memória de Diocleciano era justamente abominada pelo protector da Igreja; e Constantino não era insensível à ambição de fundar uma cidade que perpetuasse a glória do seu próprio nome. Durante as últimas operações da guerra contra Licínio, tivera bastantes oportunidades de admirar, na qualidade de soldado e de estadista, a incomparável posição de Bizâncio; e de verificar como ela se encontrava solidamente protegida pela Natureza contra um ataque hostil, ao mesmo tempo que era acessível por todos os lados aos benefícios do intercâmbio comercial. Muitos séculos antes de Constantino, um dos mais judiciosos historiadores da Antiguidade descrevera as vantagens desta situação, da qual uma fraca colónia de gregos

retirara o império dos mares e as honras de uma florescente e independente república.

Se considerarmos Bizâncio em toda a dimensão que ela adquiriu com o augusto nome de Constantinopla, a figura da cidade imperial pode ser representada como um triângulo irregular. O ângulo obtuso, que avança para o oriente e as costas da Ásia, vai cruzar-se e colidir com as ondas do Bósforo da Trácia. O lado setentrional da cidade é limitado pelo porto, e o meridional banhado pela Propôntide ou mar de Mármara. A base do triângulo opõe-se ao ocidente e termina o continente da Europa. No entanto, a admirável forma e divisão das terras e águas adjacentes necessitam de uma explanação mais pormenorizada para se chegar a uma clara e cabal compreensão.

O sinuoso canal através do qual as águas do Ponto Euxino correm rápida e incessantemente até desaguar no Mediterrâneo recebeu a designação de Bósforo, um nome tão célebre na História como nas fábulas da Antiguidade. Uma profusão de templos e altares votivos, espalhados por toda a parte ao longo das suas margens escarpadas e arborizadas, atestavam a insipiência, os terrores e a devoção dos navegadores gregos que, seguindo o exemplo dos Argonautas, exploraram os perigos do inóspito Ponto Euxino. A tradição manteve durante muito tempo nestas margens a memória do palácio de Fineu, infestado pelas obscenas harpias; e a do reino silvícola de Âmico, que desafiou o filho de Leda para o combate do cesto. O estreito do Bósforo termina nos rochedos Cianeus, que, segundo a descrição dos poetas, flutuavam outrora à superfície das águas e eram incumbidos pelos deuses de proteger a entrada do Ponto Euxino aos olhos da curiosidade profana. Desde os rochedos Cianeus até à ponta e ao porto de Bizâncio, o comprimento sinuoso do Bósforo estende-se ao longo de cerca de dezasseis milhas, e a sua largura mais comum pode calcular-se em cerca de uma milha e meia. Os *novos* castelos da Europa e da Ásia estão construídos, em ambos os continentes, sobre os alicerces dos dois famosos templos de Serápis e de Júpiter Úrio. Os *antigos* castelos, obra dos imperadores gregos, defendem a parte mais estreita do canal, num sítio onde as margens opostas avançam até quinhentos passos uma da outra. Estas fortalezas foram restauradas e consolidadas por Mahomet II, quando planeou o cerco de Constantinopla; mas o conquistador turco ignorava muito provavelmente que, cerca de dois mil anos antes do seu reinado, Dario escolhera a mesma posição para ligar os dois continentes por meio de

uma ponte de barcos. A uma curta distância dos antigos castelos, descobrimos a cidadezinha de Crisópolis ou Escutári, que quase pode ser considerada o subúrbio asiático de Constantinopla. O Bósforo, no sítio onde começa a alargar-se junto da Propôntide, passa entre Bizâncio e Calcedónia. A última destas duas cidades foi construída pelos Gregos poucos anos antes da primeira; e a cegueira dos seus fundadores, que descuraram as óbvias vantagens da costa oposta, foi estigmatizada por uma expressão proverbial de desprezo.

O porto de Constantinopla, que pode ser considerado um braço do Bósforo, recebeu, num período muito remoto, a denominação de Corno de Ouro. A curva que ele descreve pode comparar-se ao chifre de um veado ou, segundo parece e com mais propriedade, ao corno de um boi. O epíteto «de Ouro» aludia às riquezas que todos os ventos traziam dos mais distantes países até ao seguro e amplo porto de Constantinopla. O rio Lico, formado pela confluência de dois regatos, despeja no porto um contínuo caudal de água fresca que serve para limpar o fundo e atrair os periódicos cardumes de peixes que procuram refúgio neste apropriado recesso. Dado as vicissitudes das marés se fazerem raras vezes sentir nestes mares, a profundidade constante do porto permite o desembarque das mercadorias no cais sem a ajuda de barcos; e verificou-se que, em muitos lugares, os maiores navios podem encostar as proas às casas, enquanto as popas flutuam na água. Desde a foz do Lico à entrada do porto, este braço do Bósforo tem mais de sete milhas de comprimento. A embocadura tem cerca de cem jardas de largura, e uma forte corrente de ferro poderia, ocasionalmente, ser estendida de um lado ao outro para defender o porto e a cidade do ataque de uma armada hostil.

Entre o Bósforo e o Helesponto, as costas da Europa e da Ásia, ao afastarem-se uma da outra, encerram o mar de Mármara, a que os Antigos davam o nome de Propômide. A navegação, desde a saída do Bósforo à entrada do Helesponto, é de aproximadamente cento e vinte milhas. Os que dirigem o rumo para oeste, atravessando a Propôntide, podem divisar logo as terras altas da Trácia e da Bitínia, sem nunca perder de vista o altivo cume do monte Olimpo coberto de neves permanentes. Deixam, à esquerda, um vasto golfo, ao fundo do qual se localizava a Nicomédia, a residência imperial de Diocleciano; e passam junto às pequenas ilhas de Cízico e Proconeso, antes de lançarem âncora em Galípoli, onde o mar, que separa a Ásia da Europa, se volta a contrair formando um estreito canal.

Os geógrafos que, com a mais apurada exactidão, analisaram a forma e a extensão do Helesponto avaliam em cerca de sessenta milhas o curso sinuoso deste estreito célebre, e em três milhas a sua largura. A parte mais apertada do canal situa-se, contudo, a norte dos velhos castelos turcos, entre as cidades de Sesto e Abido. Foi aqui que o aventureiro Leandro desafiou o perigo ao atravessar o mar a nado pela posse da sua amada. Foi igualmente neste local, onde a distância entre as duas margens não ultrapassa os quinhentos passos, que Xerxes dispôs uma formidável ponte de barcos, no intuito de transportar para a Europa um milhão e setecentos mil bárbaros. Um mar contido em limites tão estreitos dificilmente pode merecer o singular epíteto de «vasto» que tanto Homero como Orfeu dão frequentemente ao Helesponto. Só que as nossas ideias de grandeza são bastante relativas: o viajante e sobretudo o poeta que viajava pelo Helesponto, que seguia os meandros da corrente e contemplava a paisagem campestre que parecia estender-se até ao horizonte por todos os lados, perdia insensivelmente a lembrança do mar; e a sua fantasia conferia a este célebre estreito todos os atributos de um rio imponente que corria rapidamente pelo meio de uma região arborizada e interior, e, por fim, desaguava no Egeu ou Arquipelago em larga embocadura. A antiga Tróia, situada numa elevação ao pé do monte Ida, sobranceava a entrada do Helesponto, que mal recebia o contributo de algumas águas vindas dos imortais ribeiros Simois e Escamandro. O acampamento grego estendera-se ao longo de doze milhas de costa, desde o promontório Sigeu ao Reteu; e os flancos do exército eram defendidos pelos mais corajosos chefes que lutavam sob a bandeira de Agamémnon. O primeiro destes promontórios estava ocupado por Aquiles com os seus invencíveis mirmídones, e o indomável Ajax montou as suas tendas no outro. Depois de Ajax ter perecido vítima do seu orgulho desiludido e da ingratidão dos Gregos, o seu sepulcro foi erigido no sítio onde defendera a armada contra a fúria de Júpiter e de Heitor; e os cidadãos da nascente cidade de Reteu celebraram a sua memória com honras divinas. Antes de Constantino conceder uma justa preferência à situação de Bizâncio, ele concebera o desígnio de instalar a sede do império neste famoso lugar, ao qual remontava a lendária origem dos Romanos. A vasta planície que se estende abaixo da antiga Tróia na direcção do promontório Reteu e do túmulo de Ajax foi inicialmente escolhida para a sua nova capital; e embora o projecto depressa tivesse sido abandonado, os imponentes restos das muralhas e torres inacabadas

chavamam a atenção de todos os que navegavam ao longo do estreito do Helesponto.

Estamos agora em condições de apreciar a vantajosa posição de Constantinopla, que parece ter sido formada pela Natureza para ser o centro e a capital de uma grande monarquia. Situada a quarenta e um graus de latitude, a cidade imperial dominava, do alto das sete colinas, as margens opostas da Europa e da Ásia; o clima era saudável e temperado, o solo fértil, o porto seguro e vasto, e o acesso pelo lado do continente era de pequena extensão e fácil defesa. O Bósforo e o Helesponto podem considerar-se as portas de Constantinopla, e o príncipe que detivesse estas importantes passagens podia sempre fechá-las a um inimigo naval e abrigá-las às frotas comerciais. A preservação das províncias orientais pode, em certa medida, ser atribuída à política de Constantino, pois os bárbaros do Euxino, que no século anterior tinham conduzido as suas armadas até ao centro do Mediterrâneo, desistiram em breve da prática da pirataria e perderam a esperança de forçar esta barreira insuperável. Quando as portas do Helesponto e do Bósforo eram fechadas, a capital continuava a dispor, dentro do vasto recinto, de todos os produtos capazes de suprir as necessidades ou satisfazer o luxo dos seus numerosos habitantes. O litoral da Trácia e da Bitínia, hoje sufocados sob o peso da opressão turca, ainda exibem um rico cenário de vinhas, jardins e abundantes colheitas; e a Propôntide manteve-se sempre famosa pelas suas inesgotáveis reservas dos mais finos peixes, que são apanhados em épocas fixas, sem grande técnica e quase sem esforço. Mas quando a passagem do estreito estava aberta ao comércio, por aí circulavam alternadamente as riquezas naturais e artificiais do Norte e do Sul, do Euxino e do Mediterrâneo. Todas as toscas mercadorias recolhidas nas florestas da Germânia e da Cítia, desde as nascentes do Tánaís e do Borístenes; tudo o que era fabricado pelo engenho da Europa ou da Ásia; o trigo do Egipto e as pedras preciosas e especiarias das mais longínquas partes da Índia, eram trazidos pelos ventos até ao porto de Constantinopla que, durante muitos séculos, atraiu o comércio do mundo antigo.

A fundação da cidade

O espectáculo da beleza, da segurança e da riqueza, unidas num único lugar, bastava para justificar a escolha de Constantino. No entanto, dado que em todas as épocas se julgara que uma decente mescla de prodígio e fábula conferia uma consentânea majestade à origem de uma cidade, o imperador estava desejoso de atribuir a sua resolução aos infalíveis e eternos decretos da divina sabedoria, e não tanto aos conselhos incertos da política humana. Teve o cuidado de, numa das suas leis, informar a posteridade de que lançara os inabaláveis alicerces de Constantinopla em obediência às ordens de Deus; e, embora não tenha condescendido em relatar de que forma a inspiração celestial lhe fora comunicada ao espírito, a falha do seu modesto silêncio foi abundantemente suprida pela ingenuidade de escritores das épocas seguintes, que descrevem a visão nocturna que apareceu em sonhos a Constantino quando ele dormia dentro dos muros de Bizâncio. O génio tutelar da cidade, uma venerável matrona abatida sob o peso dos anos e das doenças, mudou-se subitamente numa radiante donzela que as próprias mãos dele adornaram com todos os símbolos da grandeza imperial. O monarca acordou, interpretou o auspicioso presságio e obedeceu, sem hesitar, à vontade do Céu. O dia em que nascia uma cidade ou uma colónia era celebrado pelos Romanos com todas as cerimónias que haviam sido ditadas por uma fecunda superstição; e, embora Constantino pudesse omitir alguns ritos que ostentavam demasiado a sua origem pagã, ele estava ansioso por causar uma profunda impressão de esperança e respeito no espírito dos espectadores. De pé e empunhando uma lança, o próprio imperador encabeçou a solene procissão e dirigiu a linha que traçava os limites da capital designada, até o crescente contorno suscitar a admiração dos presentes, os quais se atreveram, por fim, a observar que ele já excedera as mais vastas dimensões de uma grande cidade. «Continuarei a avançar», retorquiu Constantino, «até que Ele, o guia invisível que caminha à minha frente, considere conveniente parar.» Sem pretendermos indagar da natureza ou dos motivos deste extraordinário condutor, contentar-nos-emos com a tarefa mais humilde de descrever a extensão e os limites de Constantinopla.

No estado actual da cidade, o palácio e os jardins do serralho ocupam o promontório oriental, a primeira das sete colinas, e cobrem aproximadamente cento e cinquenta acres ingleses. O centro da desconfiança e do despotismo turcos ergue-se sobre os alicerces de uma república grega; pode, no entanto, supor-se que os Bizantinos se tenham

deixado tentar, pela comodidade do porto, a estender as suas habitações deste lado para lá dos modernos limites do serralho. As novas muralhas de Constantino iam desde o porto até à Propôntide, através da maior amplitude do triângulo, a uma distância de quinze estádios da antiga fortificação, e, juntamente com a cidade de Bizâncio, elas encerravam cinco das sete colinas que, aos olhos de quem se aproxima de Constantinopla, parecem elevar-se umas acima das outras com uma maravilhosa regularidade. Cerca de um século após a morte do fundador, os novos edifícios, estendendo-se de um lado até ao porto, e, do outro, ao longo da Propôntide, já cobriam a estreita crista da sexta colina e o largo cume da sétima. A necessidade de proteger estes subúrbios das permanentes incursões dos bárbaros levou Teodósio II, *o Moço*, a rodear a sua capital de um número adequado e duradouro de muralhas. Desde o promontório oriental até à Porta Dourada, o maior comprimento de Constantinopla era de cerca de três milhas romanas; o perímetro media entre dez e onze, e a superfície pode calcular-se como equivalendo a cerca de dois mil acres ingleses. Torna-se impossível justificar os vãos e crédulos exageros dos modernos viajantes que, por vezes, estenderam os limites de Constantinopla para lá das aldeias adjacentes da costa europeia e mesmo da asiática. Mas os subúrbios de Pêra e Galata, embora situados para lá do porto, podem ser considerados como parte da cidade; e este acréscimo talvez possa justificar a medição de um historiador bizantino que estima em dezasseis milhas gregas (cerca de catorze romanas) a circunferência da sua cidade natal. Esta extensão pode parecer assaz digna de uma residência imperial. Constantinopla fica, no entanto, atrás de Babilónia e Tebas, da antiga Roma, de Londres e até mesmo de Paris.

O senhor do mundo romano, que aspirava erigir um monumento perpétuo à glória do seu reinado, podia empregar, na realização desta grande obra, a riqueza, o trabalho e tudo o que ainda restava do génio de milhões de súbditos obedientes. Podem avaliar-se as despesas feitas com imperial prodigalidade na fundação de Constantinopla tomando em conta a cedência de cerca de dois milhões e quinhentas mil libras para a construção de muralhas, pórticos e aquedutos. As florestas que cobriam as margens do Euxino e as famosas pedreiras de mármore branco na pequena ilha de Proconeso forneceram uma inesgotável fonte de materiais, prontos a serem transportados sem custo por um curto trajecto marítimo até ao porto de Bizâncio. Uma multidão de obreiros e artífices não se poupou a esforços

para concluir rapidamente a tarefa; mas a impaciência de Constantino não tardou a descobrir que, dado o declínio das artes, o génio, bem como o número dos seus architectos, não correspondiam de modo nenhum à grandeza dos seus desígnios. Os magistrados das mais distantes províncias receberam, assim, instruções para fundar escolas, nomear professores e, por via da esperança de recompensas e privilégios, empenhar no estudo e na prática da architectura uma quantidade suficiente de talentosos jovens, que haviam recebido uma educação esmerada. Os edifícios da nova cidade foram construídos pelos artífices de que o reinado de Constantino dispunha; mas a sua decoração ficou a cargo dos mais célebres mestres do século de Péricles e de Alexandre. Reanimar o génio de Fídias e de Lisipo não estava, na realidade, ao alcance de um imperador romano; mas as obras imortais que eles haviam legado à posteridade ficaram entregues, sem defesa, à vaidade gananciosa de um déspota. Por sua ordem, cidades da Grécia e da Ásia viram-se despojadas dos seus mais valiosos ornamentos. Os troféus de guerras memoráveis, os objectos de veneração religiosa, as mais perfeitas estátuas de deuses e heróis, de sábios e poetas da Antiguidade, tudo contribuiu para o esplendoroso triunfo de Constantinopla; e deu ensejo ao comentário do império romano do historiador Cedreno, o qual observa, com algum entusiasmo, que nada parecia faltar, excepto as almas dos homens ilustres que estes admiráveis monumentos pretendiam representar. Não é, contudo, na cidade de Constantinopla, nem no período declinante de um império em que o espírito humano estava rebaixado pela servidão civil e religiosa, que devemos procurar as almas de Homero e de Demóstenes.

Durante o cerco de Bizâncio, o conquistador montara a sua tenda no ponto mais alto da segunda colina. A fim de perpetuar a memória da sua vitória, escolheu a mesma posição vantajosa para o Fórum principal, que parece ter sido de forma circular, ou melhor, elíptica. As duas entradas fronteiras formavam arcos de triunfo; os pórticos que o rodeavam por todos os lados abundavam em estátuas, e o centro do Fórum era ocupado por uma altíssima coluna, da qual um fragmento mutilado se acha hoje degradado pela designação de *pilar queimado*. Esta coluna foi erguida sobre um pedestal de mármore branco com vinte pés de altura, e era constituída por dez blocos de pórfiro, cada um dos quais media cerca de dez pés de altura e uns trinta e três de circunferência. No topo do pilar, a cerca de cento e vinte pés do solo, elevava-se a colossal estátua de Apolo. Era de bronze, fora trazida de Atenas ou de uma cidade da Frígia e atribuía-se a sua autoria a

Fídias. O artista representara o deus do dia ou, segundo foi posteriormente interpretado, o próprio imperador Constantino, com o ceptro na mão direita, o globo terrestre na esquerda e uma coroa de raios cintilantes na cabeça. O Circo, ou Hipódromo, era uma imponente construção que media cerca de quatrocentos passos de comprimento e cem de largura. O espaço entre as duas metas ou termos estava cheio de estátuas e obeliscos; e ainda nos é possível observar um fragmento muito singular da Antiguidade, os corpos de três serpentes enroscadas num pilar de bronze. A sua tripla cabeça tinha, outrora, sustentado a trípole de ouro que, depois da morte de Xerxes, foi consagrada no templo de Delfos pelos Gregos vitoriosos. A beleza do Hipódromo foi, há já muito, desfigurada pelas mãos rudes dos conquistadores turcos, mas, sob a designação equivalente de *Atmeidan*, ele continua a servir de local de adestramento para os seus cavalos. Do trono, de onde o imperador assistia aos jogos circenses, uma escada de caracol descia até ao palácio; um edifício magnífico que pouco ficava a dever à própria residência de Roma e que, juntamente com os pátios, os jardins e os pórticos dele dependentes, cobria uma significativa extensão de terreno ao longo das margens da Propôntide, entre o Hipódromo e a Igreja de Santa Sofia. Podemos igualmente elogiar os balneários, que continuaram a manter o nome de Zeuxipo mesmo depois de haverem sido enriquecidos pela munificência de Constantino com soberbas colunas, vários mármore e mais de sessenta estátuas de bronze. Acabá-íamos, no entanto, por nos desviar do objectivo desta obra, caso tentássemos descrever em pormenor os diversos edifícios ou bairros da cidade. Basta notar que tudo o que pudesse enriquecer a dignidade de uma grande capital, ou contribuir para o bem-estar ou o prazer dos seus numerosos habitantes, estava contido no interior das muralhas de Constantinopla. Uma descrição particular, redigida aproximadamente um século após a sua fundação, menciona um capitólio ou escola para as ciências, um circo, dois teatros, oito banhos públicos e cento e cinquenta e três banhos privados, cinquenta e dois pórticos, cinco celeiros, oito aquedutos ou reservatórios de água, quatro espaçosos salões para as reuniões do Senado ou dos tribunais de justiça, catorze igrejas, catorze palácios e quatro mil trezentas e oitenta e oito casas que, pelo seu tamanho e beleza, mereciam ser distinguidas do aglomerado das habitações plebeias.

O povoamento desta cidade favorita constituía o próximo e mais sério objectivo dos cuidados do seu fundador. Nos tempos obscuros que se

seguiram à translação do império, as consequências remotas e imediatas deste memorável evento foram estranhamente confundidas pela vaidade dos Gregos e a credulidade dos Latinos. Garantiu-se e acreditou-se que todas as famílias nobres de Roma, o Senado e a ordem equestre, com os seus inúmeros servidores, haviam seguido o imperador até às margens da Propôntide; que uma raça bastarda de estrangeiros e plebeus fora deixada na solidão da antiga capital; e que as terras de Itália, havia muito transformadas em jardins, ficaram de imediato privadas de cultivo e de habitantes. No decurso desta história, semelhante tipo de exageros será reduzido à sua justa proporção; mas, dado o crescimento de Constantinopla não poder ser atribuído ao aumento geral da espécie humana e da indústria, há que aceitar o facto de esta colónia artificial se ter desenvolvido em detrimento das antigas cidades do império. Muitos senadores ricos de Roma e das províncias orientais foram provavelmente convidados por Constantino a adoptar como pátria o venturoso local que ele próprio escolhera para residir. Os convites de um amo raramente se diferenciam das ordens, e a liberalidade do imperador obteve uma pronta e voluntária obediência. Ele presenteou os favoritos com os palácios que mandara construir nos vários bairros da cidade, concedeu-lhes terras e pensões para sustentarem a sua dignidade, e alienou os domínios do Ponto e da Ásia para lhes assegurar patrimónios hereditários, com a simples condição de manterem uma casa na capital. No entanto, tais encorajamentos e obrigações podiam tornar-se supérfluos, de modo que foram gradualmente abolidos. Onde quer que a sede do governo seja estabelecida, uma parte considerável do rendimento público será gasta pelo próprio príncipe, pelos seus ministros, pelos oficiais de justiça e pelo pessoal do palácio. Os mais abastados dos habitantes das províncias serão atraídos pelos fortes motivos do interesse e do dever, da curiosidade e da diversão. Uma terceira e mais numerosa classe de habitantes formar-se-á paulatinamente com servos, artífices e mercadores, que tiram a subsistência do esforço pessoal e das necessidades ou do luxo das categorias superiores. Em menos de um século, Constantinopla rivalizava com a própria Roma em população e riquezas. Novos quarteirões de casas, amontoadas umas sobre as outras, sem grandes preocupações com a saúde ou a comodidade, mal permitiam o traçado de ruas demasiado estreitas para a afluência constante de homens, cavalos e carros. O espaço de terreno disponível era insuficiente para conter a crescente população, e

os edifícios adicionais que avançavam de ambos os lados, em direcção ao mar, poderiam por si só constituir uma importante cidade.

As frequentes e regulares distribuições de vinho e azeite, de trigo ou de pão, de dinheiro ou de víveres quase dispensara os cidadãos mais pobres de Roma da necessidade de trabalhar. A magnificência dos primeiros Césares foi, de certa forma, imitada pelo fundador de Constantinopla; mas a sua prodigalidade, embora tenha suscitado o aplauso do povo, incorreu na censura da posteridade. Uma nação de legisladores e conquistadores podia reclamar os seus direitos às colheitas de África, que tinham sido adquiridas com o seu sangue; e foi habilmente congeminado por Augusto que, no gozo da abundância, os Romanos perdessem a memória da liberdade. A prodigalidade de Constantino não podia, contudo, ser justificada por qualquer motivo de interesse público ou privado; e o tributo anual de trigo, imposto ao Egipto para benefício da sua nova capital, foi usado para alimentar uma população preguiçosa e indolente à custa dos agricultores de uma laboriosa província. Outros regulamentos deste imperador são menos passíveis de censura, mas igualmente menos dignos de atenção. Dividiu Constantinopla em catorze regiões ou bairros, honrou o conselho público com a designação de Senado, outorgou aos cidadãos os privilégios de Itália e concedeu à nascente cidade o título de colónia, a filha primogénita e predilecta da antiga Roma. A venerável mãe continuava a manter a supremacia legal e reconhecida que era devida à sua idade, dignidade e à lembrança da sua antiga grandeza.

A consagração da cidade

Na medida em que Constantino impulsionou o avanço da obra com a impaciência de um amante, as muralhas, os pórticos e os edifícios principais ficaram terminados em poucos anos ou, segundo outros relatos, em poucos meses; mas esta extraordinária diligência suscitará menos admiração se soubermos que muitos dos edifícios foram acabados de uma forma tão apressada e imperfeita, que, no reinado seguinte, dificilmente se conseguiu salvá-los da ruína iminente. Mas enquanto exibiam o vigor e a frescura da juventude, o fundador preparou-se para celebrar a consagração da sua cidade. Fácil será imaginar os jogos e as liberalidades que coroaram a

pompa desta memorável festa; existe, porém, uma circunstância de natureza mais singular e permanente que não deve ser inteiramente descurada. Sempre que se celebrava o aniversário da cidade, a estátua de Constantino, feita por sua ordem em madeira dourada, e empunhando na mão direita uma pequena imagem do génio do lugar, era transportada num carro de triunfo. Os guardas, segurando velas brancas e trajando com as suas mais ricas vestes, acompanhavam o cortejo solene ao longo do Hipódromo. Quando ela chegava diante do trono do imperador reinante, este levantava-se com reconhecida deferência e prestava homenagem à memória do seu antecessor. Na festa da consagração, um edicto, gravado numa coluna de mármore, conferiu o título de segunda ou nova roma à cidade de Constantino. No entanto, o nome de Constantinopla prevaleceu sobre este honroso epíteto e, após uma passagem de catorze séculos, continua a perpetuar a fama do seu autor.

A nova ordem de governo

A fundação de uma nova capital está naturalmente ligada ao estabelecimento de uma nova forma de administração civil e militar. O quadro preciso do complicado sistema de política introduzido por Diocleciano, aperfeiçoado por Constantino e completado pelos seus sucessores pode não só entreter a fantasia com o singular cenário de um grande império, como ainda tenderá a esclarecer as causas secretas e internas da sua rápida decadência. No estudo de qualquer instituição famosa, podemos ser frequentemente levados até aos tempos mais remotos ou mais recentes da história romana; mas os limites correctos desta pesquisa incluir-se-ão num período de cerca de cento e trinta anos, desde a entronização de Constantino até à publicação do Código Teodosiano; é deste e também da *Notitia* do Oriente e do Ocidente que tiramos as mais abundantes e autênticas informações sobre o estado do império. Esta variedade de temas suspenderá, por algum tempo, o curso da narrativa; mas a interrupção apenas será criticada pelos leitores que sejam insensíveis à importância das leis e dos costumes, enquanto perscrutam, com ávida curiosidade, as intrigas transitórias de uma corte ou a accidental ocorrência de uma batalha.

O orgulho viril dos Romanos, satisfeito com o poder concreto, deixara à vaidade do Oriente as formas e cerimónias da grandeza ostentosa. Quando, todavia, perderam toda e qualquer semelhança com as virtudes nascidas da sua antiga liberdade, a simplicidade dos costumes romanos foi insensivelmente corrompida pela faustosa afectação das cortes da Ásia. As distinções de mérito pessoal e influência, tão marcadas numa república, tão fracas e obscuras sob uma monarquia, foram abolidas pelo despotismo dos imperadores, que as substituíram por uma rígida subordinação de hierarquias e cargos, desde os escravos titulares, sentados nos degraus do seu trono, aos instrumentos mais mesquinhos do poder arbitrário. Esta multidão de servidores abjectos estava interessada em apoiar o novo governo, devido ao medo de uma revolução que pudesse dissipar-lhes as esperanças e anular a recompensa dos seus serviços. Nesta hierarquia divina (pois assim se designa frequentemente) todas as categorias estavam assinaladas com a mais escrupulosa exactidão, e a sua dignidade era manifestada por uma série de fúteis e solenes cerimónias, que constituía uma obrigação estudar e um sacrilégio negligenciar. A pureza da língua latina adulterou-se ao adoptar, por orgulho de uns e lisonja de outros, uma profusão de epítetos, que Túlio(*) dificilmente teria compreendido, e Augusto rejeitado com indignação. Os funcionários principais do império eram saudados pelo próprio soberano com os enganosos títulos de vossa *Sinceridade*, vossa *Gravidade*, vossa *Excelência*, vossa *Eminência*, e vossa *sublime e maravilhosa Magnitude*, vossa *ilustre e magnificente Alteza*. Os codicilos ou patentes dos seus cargos eram curiosamente brasonados com os emblemas que melhor se adaptavam à explicação da sua natureza e alta dignidade — a imagem ou retrato dos imperadores reinantes; um carro de triunfo; o livro de mandatos pousado em cima de uma mesa coberta de um belo tapete e iluminada por quatro círios; as figuras alegóricas das províncias que eles governavam; ou as denominações e estandartes das tropas que comandavam. Algumas destas insígnias oficiais encontravam-se efectivamente expostas nas suas salas de audiência; outras antecediavam a sua pomposa marcha, sempre que apareciam em público; e todos os pormenores do seu porte, traje, ornamentos e séquito eram calculados de molde a inspirar um profundo respeito pelos representantes da suprema majestade. Um observador filosófico poderia encarar o sistema do governo romano como um magnífico teatro, cheio de actores desempenhando papéis de toda

a espécie e repetindo a linguagem ou imitando as paixões dos seus modelos originais.

Todos os magistrados com importância bastante para serem inscritos no protocolo geral do império se dividiam rigorosamente em três classes. 1) Os *Ilustres*; 2) Os *Spectabiles*, ou *Respeitáveis*; 3) Os *Clarissimi*, que podemos traduzir pela palavra *Honoráveis*. Nos tempos da simplicidade romana, o último epíteto mencionado apenas se utilizava como uma vaga expressão de deferência, mas acabou por se tornar o específico e apropriado título de todos os que eram membros do Senado e, por consequência, de todos os que, de entre este venerável corpo, eram escolhidos para governar as províncias. A vaidade dos que, pela sua hierarquia e cargo, podiam reivindicar uma distinção superior à do resto da ordem senatorial foi, muito depois, satisfeita com o novo título de *Respeitáveis*; mas o título de *Ilustre* ficou sempre reservado a algumas eminentes personagens que eram obedecidas ou reverenciadas pelas duas classes subalternas. Era somente atribuído: I. Aos cônsules e patrícios; II. Aos prefeitos do pretório, bem como aos prefeitos de Roma e Constantinopla; III. Aos comandantes-chefes de cavalaria e infantaria; IV. Aos sete ministros do palácio que exerciam as suas funções *sagradas* ao serviço da pessoa do imperador. Entre estes ilustres magistrados, considerados iguais em categoria, a antiguidade nas funções ficava atrás da acumulação das dignidades. Mediante o recurso a codicilos de honra, os imperadores, que gostavam de multiplicar os seus favores, podiam por vezes satisfazer a vaidade, embora não a ambição, dos impacientes cortesãos.

Os cônsules e os patrícios

I. Enquanto os cônsules romanos foram os primeiros magistrados de um país livre, o direito ao poder vinha-lhes da escolha do povo. Enquanto os imperadores condescenderam em dissimular a servidão que impunham, os cônsules continuaram a ser eleitos pelo real ou aparente sufrágio do Senado. A partir do reinado de Diocleciano, até mesmo estes resquícios de liberdade foram abolidos, e os afortunados candidatos que eram investidos das honras anuais do consulado fingiam lamentar a condição humilhante dos seus antecessores. Os Cipiões e os Catões tinham-se visto obrigados a solicitar

os votos dos plebeus, a suportar as aborrecidas e dispendiosas formas de uma eleição popular, e a expor a dignidade à vergonha de uma recusa pública; ao passo que o seu destino mais afortunado lhes reservara, a eles, uma época e um governo em que as recompensas da virtude eram atribuídas pela sabedoria infalível de um gracioso soberano. Nas epístolas que o imperador dirigia aos dois cônsules eleitos, declarava-se que eles eram nomeados pela sua simples auto-ridade. Os nomes e retratos deles, gravados em tabuinhas de marfim dourado, eram distribuídos por todo o império e dados de presente às províncias, às cidades, aos magistrados, ao Senado e ao povo. O seu solene empossamento realizava-se no lugar da residência imperial; e ao longo de um período de cento e vinte anos, Roma viu-se constantemente privada da presença dos seus antigos magistrados. Na manhã do dia 1 de Janeiro, os cônsules tomavam as insígnias do seu cargo. Envergavam uma túnica de púrpura bordada a seda e ouro, e por vezes ornamentada de pedras preciosas. Nesta ocasião solene, eram acompanhados pelas mais eminentes individualidades do Estado e do exército em traje de senadores; e os inúteis fascas, munidos das outrora formidáveis segures, eram levados à sua frente pelos lictores. O cortejo avançava do palácio até ao Fórum, ou praça principal da cidade, onde os cônsules subiam ao seu tribunal e se sentavam numa cadeira curul, construída segundo o modelo dos tempos antigos. Exerciam imediatamente um acto de jurisdição libertando um escravo que lhes era trazido para este efeito; e a cerimónia destinava-se a simbolizar o famoso acto do primeiro Bruto, o autor da liberdade e do consulado, quando declarou cidadão romano o fiel Víndex, que revelara a conspiração dos Tarquínios. A festa pública prolongava-se por vários dias em todas as cidades principais; em Roma, por hábito; em Constantinopla, por imitação; em Cartago, Antioquia e Alexandria por amor ao prazer e superabundância de riquezas. Nas duas capitais do império, os jogos anuais do teatro, do circo e do anfiteatro custavam quatro mil libras de ouro, cerca de cento e sessenta mil libras esterlinas; e sempre que uma despesa tão elevada ultrapassava as possibilidades ou a disposição dos próprios magistrados, a soma era fornecida pelo tesouro imperial. Depois de terem cumprido estes deveres costumeiros, os cônsules estavam em condições de recolher à obscuridade da vida privada e queda do império romano e de usufruir, durante o resto do ano, da contemplação imperturbável da sua própria grandeza. Deixavam de presidir aos conselhos da nação; tão-pouco ditavam as resoluções da paz ou

da guerra. As suas capacidades (excepto quando usadas em cargos mais efectivos) eram de pouca importância; e os seus nomes apenas serviam para indicar a data legal do ano em que se tinham sentado na cadeira de Mário e de Cícero. Todavia, na derradeira fase de servidão romana, ainda continuava a sentir-se e a reconhecer-se que este nome sem autoridade podia ser comparado, e até preferido, à detenção de um poder substancial. O título de cônsul era ainda o mais alto objecto da ambição, a mais nobre recompensa da virtude e da lealdade. Os próprios imperadores, que desdenhavam a sombra illusória da República, tinham consciência de adquirir maior esplendor e majestade sempre que assumiam as honras anuais da dignidade consular.

A distinção mais orgulhosa e perfeita que pode achar-se em qualquer época ou país entre os nobres e o povo é talvez a dos patrícios e dos plebeus, tal como foi estabelecida na primeira fase da República Romana. A riqueza e as honras, as funções do Estado e as cerimónias da religião eram quase exclusivamente pertença dos primeiros; os quais, preservando a pureza do seu sangue com o mais insultuoso cuidado, reduziam os seus clientes a uma condição de humilhante vassalagem. No entanto, estas distinções, tão incompatíveis com o génio de um povo livre, foram eliminadas, após uma prolongada luta, pelos esforços obstinados dos tribunos. Os mais activos e afortunados dos plebeus acumularam riquezas, aspiraram a honras, mereceram triunfos, estabeleceram alianças e, após várias gerações, assumiram o orgulho da antiga nobreza. Por outro lado, as famílias patrícias, cujo número inicial nunca foi renovado até ao final da República, ou se extinguíram pelo curso normal da Natureza, ou soçobraram ao longo de tantas guerras estrangeiras e civis, ou então, por falta de mérito ou fortuna, misturaram-se paulatinamente com a massa do povo. Restaram muito poucos que pudessem remontar a sua pura e genuína origem aos primórdios da cidade, ou mesmo aos da República, quando César e Augusto, Cláudio e Vespasiano criaram, do corpo do Senado, um número considerável de novas famílias patrícias, na esperança de perpetuarem uma ordem que ainda era tida por honrosa e sagrada. No entanto, estas fornadas artificiais (em que a casa reinante se incluía sempre) eram rapidamente varridas pela fúria dos tiranos, pelas frequentes revoluções, pela mudança de costumes e pelo caldeamento das nações. Quando Constantino subiu ao trono, pouco mais restava do que uma vaga e imperfeita tradição de que os patrícios haviam sido, outrora, os primeiros

dos Romanos. Formar um corpo de nobres cuja influência pudesse restringir e ao mesmo tempo garantir a autoridade do monarca não estaria nada de acordo com o carácter e a política de Constantino; mas, caso ele tivesse seriamente acalentado tal desígnio, talvez fosse além do seu poder ratificar, mediante um edicto arbitrário, uma instituição que deve esperar a sanção do tempo e da opinião pública. Fez, na verdade, reviver o título de patrícios, mas enquanto distinção pessoal e não hereditária. Eles apenas se submetiam à superioridade transitória dos cônsules anuais; mas gozavam de preeminência sobre os altos funcionários do Estado e dispunham do mais fácil acesso à pessoa do príncipe. Esta categoria honorária era-lhes conferida a título vitalício; e como, regra geral, se tratava de favoritos e ministros que tinham envelhecido na corte imperial, a verdadeira etimologia da palavra foi corrompida pela ignorância e a lisonja; e os patrícios de Constantino foram venerados como os *Pais* adoptivos do imperador e da República.

Os prefeitos, procônsules e governadores

II. A sorte dos prefeitos do pretório diferiu essencialmente da dos cônsules e dos patrícios. Os últimos viram a sua antiga grandeza dissipar-se num título vazio. Os primeiros, ascendendo gradualmente a partir da mais humilde condição, foram incumbidos da administração civil e militar do mundo romano. Desde o reinado de Severo ao de Diocleciano, os guardas e o palácio, as leis e as finanças, os exércitos e as províncias foram confiados à sua superintendência; e, à semelhança dos vizires do Oriente, empunhavam numa das mãos a chancela e na outra o estandarte do império. A ambição dos prefeitos, sempre colossal, e por vezes fatal aos senhores a quem serviam, era apoiada pela força dos bandos pretorianos; no entanto, depois de estas tropas arrogantes terem sido enfraquecidas por Diocleciano, e por fim suprimidas por Constantino, os prefeitos, que sobreviveram à sua queda, foram sem custo reduzidos à condição de úteis e obedientes ministros. Quando já não respondiam pela segurança pessoal do imperador, abandonaram a jurisdição que até então tinham reivindicado e exercido sobre todos os departamentos do palácio. Constantino privou-os de todo o comando militar, assim que cessaram de conduzir para o campo de batalha,

sob as suas ordens imediatas, o escol das tropas romanas; e, finalmente, graças a uma singular revolução, os capitães dos guardas tornaram-se os magistrados civis das províncias. Segundo o plano de governo instituído por Diocleciano, cada um dos quatro príncipes dispunha do seu prefeito do pretório; e depois de a monarquia se ter reunificado na pessoa de Constantino, este continuou a nomear QUATRO PREFEITOS e confiou-lhes as mesmas províncias que os seus predecessores administravam. 1) O prefeito do Oriente estendia a sua vasta jurisdição às três partes do globo que se encontravam sujeitas aos Romanos, desde as cataratas do Nilo às margens do Fásis, e das montanhas da Trácia às fronteiras da Pérsia. 2) As importantes províncias da Panónia, Dácia, Macedónia e Grécia reconheciam todas elas a autoridade do prefeito da Ilíria. 3) O poder do prefeito de Itália não se limitava à região de onde lhe provinha o título; prolongava-se por todo o território da Récia até às margens do Danúbio, pelas ilhas adjacentes do Mediterrâneo e pela parte do continente africano, situada entre os confins da Cirenaica e os da Tingitana. 4) O prefeito dos Gauleses englobava sob esta denominação geral as províncias confinantes da Bretanha e de Espanha, e a sua autoridade era acatada desde a muralha de Antonino ao sopé do monte Atlas.

Depois de os prefeitos do pretório terem sido despojados de todo o comando militar, as funções civis que eles foram incumbidos de desempenhar em tantas nações subjugadas adequavam-se à ambição e ao talento dos mais consumados ministros. Entregava-se à sua sabedoria a suprema administração da justiça e das finanças, os dois capítulos que, em tempo de paz, incluem quase todos os deveres respectivos do soberano e do povo; do primeiro, para proteger os cidadãos que obedecem às leis; do segundo, para fornecer a parcela da sua fortuna necessária às despesas do Estado. A moeda, as estradas, os correios, os celeiros, as manufacturas, tudo o que se relacionasse com a prosperidade pública era moderada pela autoridade dos prefeitos do pretório. Na qualidade de representantes imediatos da majestade imperial, eles estavam autorizados a explicar, reforçar e, em certas ocasiões, modificar os edictos gerais por meio das suas proclamações discricionárias. Vigiam a conduta dos governadores das províncias, afastavam os negligentes e puniam os culpados. Podia-se recorrer de todas as jurisdições inferiores para o tribunal do prefeito, em casos cuja importância o justificasse; mas a sua sentença era definitiva e absoluta; e os próprios imperadores recusavam aceitar queixas contra o juízo ou a

integridade de um magistrado a quem honravam com uma tão ilimitada confiança. Os seus honorários estavam à altura da sua dignidade; e, caso tivesse a avareza como paixão dominante, dispunha de frequentes oportunidades de amealhar uma abundante colheita de tributos, prendas e emolumentos. Embora os imperadores já não receassem a ambição dos seus prefeitos, tinham o cuidado de contrabalançar o poder deste alto cargo por meio da incerteza e da brevidade da sua duração.

Pela sua extrema importância e dignidade, Roma e Constantinopla eram as únicas cidades excluídas da jurisdição dos prefeitos do pretório. A vasta dimensão da urbe e a experiência da morosa e ineficaz aplicação das leis fornecera à política de Augusto um especioso pretexto para instituir um novo magistrado capaz de reprimir uma servil e turbulenta população pela força de um poder arbitrário. Valério Messala foi nomeado primeiro prefeito de Roma, no intuito de que a sua reputação pudesse atenuar uma medida tão odiosa; mas, ao fim de alguns dias, este ilustre cidadão abdicou do cargo, declarando, com um espírito digno do amigo de Bruto, que se achava inapto a exercer um poder incompatível com a liberdade pública. Conforme a noção de liberdade se ia rebaixando, as vantagens da ordem tornaram-se mais claramente compreensíveis; e o prefeito, que parecia ter sido designado como o simples terror dos escravos e vadios, obteve autorização para alargar a sua jurisdição civil e criminal à ordem equestre e às famílias nobres de Roma. Os pretores, escolhidos anualmente como juizes da lei e da equidade, deixaram de poder disputar a posse do Fórum com um magistrado enérgico e permanente, que tinha habitualmente acesso à confiança do império romano do príncipe. Os seus tribunais ficaram desertos; o seu número, que outrora oscilava entre doze e dezoito, foi gradualmente caindo para dois ou três; e as suas importantes funções restringiram-se à dispendiosa obrigação de organizar jogos para diversão do povo. Depois de o cargo dos cônsules romanos se ter transformado numa inútil ostentação que raramente se exibia na capital, os prefeitos ocuparam o seu lugar vago no Senado e não tardaram a ser reconhecidos como os presidentes ordinários desta venerável assembleia. Chegavam-lhes apelos de cem milhas ao redor; e estabeleceu-se como princípio de jurisprudência que toda a autoridade municipal derivava somente deles. No desempenho do seu laborioso mister, o governador de Roma era assistido por quinze funcionários, alguns dos quais haviam sido anteriormente seus iguais, ou mesmo seus superiores. Os principais departamentos consistiam no

comando de uma numerosa guarda, formada para prevenir fogos, roubos e distúrbios nocturnos; a custódia e distribuição da ração pública de trigo e víveres; a manutenção do porto, dos aquedutos, dos esgotos públicos e da navegação e desassoreamento do Tibre; a inspecção dos mercados, dos teatros e das obras, tanto públicas como privadas. A sua vigilância garantia os três principais objectivos de uma polícia regular: segurança, abundância e limpeza; e, como prova do cuidado do governo em preservar o esplendor e os ornamentos da capital, nomeou-se um inspector especial das estátuas; era ele o guardião desta gente inanimada que, segundo o cálculo extravagante de um antigo escritor, seria pouco inferior em número aos habitantes vivos de Roma. Cerca de trinta anos depois da fundação de Constantinopla, um magistrado semelhante foi instituído nesta metrópole nascente, com as mesmas funções e poderes. Estabeleceu-se uma perfeita igualdade entre a dignidade dos *dois* prefeitos municipais e a dos *quatro* prefeitos do pretório.

Aqueles que na hierarquia imperial eram distinguidos pelo título de *Respeitáveis* formavam uma classe intermédia entre os *ilustres* prefeitos e os *honoráveis* magistrados das províncias. Nesta classe, os procônsules da Ásia, da Acaia e de África reclamaram uma precedência, a qual foi concedida em recordação da sua antiga dignidade; e o recurso dos seus tribunais aos dos prefeitos constituía quase o único indício da sua dependência. No entanto, o governo civil do império foi repartido por treze grandes dioceses, cada uma das quais equivalia à exacta dimensão de um poderoso reino. A primeira destas dioceses estava sujeita à jurisdição do *conde* do Oriente; e podemos dar uma ideia da relevância e variedade das suas funções fazendo notar que tinha ao seu serviço seiscentos *apparitores* a que hoje chamaríamos secretários, amanuenses, contínuos ou mensageiros. O lugar de *prefeito augustal* do Egipto deixou de ser preenchido por um cavaleiro romano, mas o nome manteve-se; e os extraordinários poderes que a situação da província e a ténpera dos habitantes haviam outrora tornado indispensáveis continuaram na posse do governador. As onze restantes dioceses — da Ásia, do Ponto e da Trácia; da Macedónia, da Dácia e da Panónia ou Ilíria Ocidental; de Itália e de África; da Gália, de Espanha e da Bretanha — eram governadas por doze *vigários* ou *vice-prefeitos*, cujo nome é suficientemente elucidativo da natureza e dependência do seu cargo. Pode acrescentar-se que os tenentes-generais dos

exércitos romanos, os condes e os duques militares, que serão mais adiante mencionados, receberam a categoria e o título de *Respeitáveis*.

Dado o espírito de suspeita e vanglória prevalecer nos conselhos dos imperadores, estes dedicaram-se com fervoroso empenho a repartir a substância e a multiplicar os títulos do poder. Os vastos países que os conquistadores romanos tinham reunido sob a mesma e simples forma de administração foram-se imperceptivelmente esboroando em pequenos fragmentos até que, por fim, todo o império ficou dividido em cento e dezasseis províncias, cada uma das quais arcava com o custo de uma dispendiosa e esplêndida governação. Entre elas, três eram governadas por *procônsules*, trinta e sete por *consulares*, cinco por *correctores* e setenta e uma por *presidentes*. As designações destes magistrados eram diversas; formavam uma hierarquia de graus sucessivos, as insígnias da sua dignidade eram curiosamente variadas e a sua situação, segundo circunstâncias acidentais, podia ser mais ou menos agradável ou vantajosa. No entanto, todos eles (com a única excepção dos *procônsules*) estavam incluídos na classe das pessoas *honoráveis*; e todos eram contemplados, a bel-prazer do príncipe e sob a autoridade dos prefeitos ou seus deputados, com a administração da justiça e das finanças nos respectivos distritos. Os enormes volumes dos Códigos e das Pandectas forneceriam vasto material para uma pesquisa minuciosa sobre o sistema de governo provincial, tal como no espaço de seis séculos foi aperfeiçoado pela sabedoria dos estadistas e jurisconsultos romanos. Ao historiador basta apontar duas singulares e salutareis precauções, destinadas a refrear o abuso da autoridade. 1) Para a manutenção da paz e da ordem, os governadores das províncias estavam munidos do gládio da justiça. Infligiam castigos corporais e podiam sentenciar, no caso de crimes capitais, a pena de morte. Não dispunham, contudo, de autorização para conceder ao criminoso condenado a escolha do seu próprio suplício, nem podiam pronunciar uma sentença mais branda e honrosa como o exílio. Estas prerrogativas eram reservadas aos prefeitos, os únicos que podiam impor a pesada multa de cinquenta libras de ouro; os seus vice-regentes não podiam ir além da insignificante quantia de algumas onças. Esta distinção, que aparentemente confere o maior enquanto nega o menor grau de autoridade, baseava-se num motivo muito racional. O menor grau de autoridade prestava-se infinitamente mais ao abuso. As paixões de um magistrado provincial podiam frequentemente induzi-lo a actos de opressão que somente

afectassem a liberdade ou os bens do súbdito; embora, por uma questão de prudência ou talvez de humanidade, ele pudesse sentir-se aterrorizado pelo erro de derramar sangue inocente. Pode, da mesma maneira, considerar-se que o exílio, pesadas multas ou a escolha de uma morte suave abrangiam mais particularmente os ricos e os nobres; e as pessoas mais expostas à avidez ou ao ressentimento de um magistrado provincial eram, assim, poupadas à sua obscura perseguição, dirigindo-se ao mais augusto e imparcial tribunal do prefeito do pretório. 2) Dado entender-se acertadamente que a integridade do juiz podia ser influenciada se o seu interesse ou as suas simpatias estivessem em jogo, estabeleceram-se os mais severos regulamentos destinados a excluir qualquer pessoa, salvo dispensa especial do imperador, do governo da província onde nascera; e a proibir o governador ou os seus filhos de casar com uma nativa ou uma habitante; ou de comprar escravos, terras ou casas dentro da esfera da sua jurisdição. Apesar destas rigorosas precauções, o imperador Constantino, após um reinado de vinte e cinco anos, ainda deplora a venal e opressiva administração da justiça e manifesta a mais veemente indignação por a audiência do juiz, o seu despacho, os seus prazos e a sua sentença final serem publicamente vendidas por ele ou pelos funcionários do tribunal. A continuidade e talvez a impunidade destes crimes é comprovada pela repetição de leis ineficazes e de ameaças infrutíferas.

Todos os magistrados civis eram escolhidos entre os profissionais da lei. As célebres Institutas de Justiniano dirigem-se à juventude dos seus domínios que se tinha dedicado ao estudo da jurisprudência romana; e o soberano condescende em estimular a sua diligência garantindo-lhe que o seu talento, perícia e a sua capacidade serão, em devido tempo, recompensados com uma adequada participação no governo da coisa pública. Os rudimentos desta lucrativa ciência eram ensinados em todas as cidades importantes do Oriente e do Ocidente; no entanto, a escola mais famosa era a de Berito, na costa da Fenícia, que floresceu durante mais três séculos desde a época de Alexandre Severo, que foi provavelmente o fundador de uma instituição tão vantajosa para o seu país natal. Após um curso normal de educação, que durava cinco anos, os estudantes dispersavam-se pelas províncias em busca de riqueza e de honras; tão-pouco lhes faltava uma inesgotável fonte de negócios num grande império já corrompido pela multiplicidade de leis, de actividades e de vícios. O tribunal do prefeito do pretório do Oriente apenas podia dar emprego a

cento e cinquenta advogados, sessenta e quatro dos quais gozavam de privilégios específicos, sendo dois anualmente escolhidos com um estipêndio de sessenta libras de ouro para defender as causas do tesouro. O primeiro teste aos seus talentos jurídicos consistia em designá-los para um ocasional papel de assessor dos magistrados; a partir daí, eram frequentemente chamados a presidir aos tribunais perante os quais tinham pleiteado. Obtinham o governo de uma província e, graças ao seu mérito e à sua reputação ou ao favor, ascendiam por etapas sucessivas às *ilustres* dignidades do Estado. Na prática do foro, estes homens haviam considerado a razão como instrumento da disputa; interpretavam as leis segundo os ditames do interesse privado; e os mesmos hábitos perniciosos podiam continuar a impregnar os seus caracteres na administração pública do Estado. A honra de uma profissão liberal tem sido, sem dúvida, sustentada por antigos e modernos advogados que ocuparam os mais importantes cargos com extrema integridade e alta sabedoria; mas na fase de declínio da jurisprudência romana, a promoção ordinária dos homens de leis revelou-se plena de desconcerto e vergonha. A nobre arte, que outrora fora preservada como sagrada herança dos patrícios, caiu nas mãos dos libertos e dos plebeus que, com mais astúcia do que engenho, exerciam um sórdido e pernicioso comércio. Alguns deles lograram penetrar no seio de famílias, na mira de fomentar discórdias, instigar pleitos e preparar uma colheita de ganhos para si próprios ou para os seus confrades. Outros, fechados nos seus aposentos, cultivavam a circunspecção de professores de leis, fornecendo a clientes ricos as subtilezas capazes de alterar a mais pura verdade e os argumentos para disfarçar as mais injustas pretensões. A esplêndida e popular classe compunha-se de advogados que enchiam o Fórum com o som da sua empolada e loquaz retórica. Indiferentes ao renome e à justiça, são quase todos descritos como guias ignorantes e gananciosos, que conduziam os clientes através de um dédalo de despesas, adiamentos e desilusões; do qual, após uma longa série de anos, estes acabavam por se soltar, quando a sua paciência e fortuna já estavam quase esgotadas.



Os sete ministros do palácio

Além dos magistrados e dos generais que, à distância da corte, exerciam a autoridade delegada sobre as províncias e os exércitos, o imperador conferia a categoria de *Illustres* a sete dos seus servidores mais directos, em cuja fidelidade depositava a sua segurança, os seus conselhos ou os seus tesouros. 1) Os aposentos privados do palácio estavam a cargo de um eunuco favorito que, na linguagem da época, era intitulado *praepositus*, ou prefeito do quarto sagrado. O seu dever consistia em acompanhar o imperador nas suas horas de governação ou nas de divertimento e prestar à sua pessoa todos aqueles serviços domésticos que apenas se imbuem de esplendor graças à influência da realeza. Sob um príncipe que merecia reinar, o camareiro-mor (pois assim podemos chamar-lhe) era um útil e humilde criado; mas um hábil criado, que aproveita todas as ocasiões de desprevenida confiança, adquirirá a pouco e pouco sobre um espírito fraco o ascendente que a sabedoria austera e a virtude intransigente raras vezes conseguem. Os netos degenerados de Teodósio, que eram invisíveis aos súbditos e desprezíveis aos olhos dos inimigos, elevaram os prefeitos do seu quarto acima de todos os ministros do palácio; e o seu próprio lugar-tenente, o primeiro do pomposo séquito de escravos que o escoltavam, era considerado digno de preceder os *respeitáveis* procônsules da Grécia ou da Ásia. A jurisdição do camareiro-mor era reconhecida pelos *condes*, ou superintendentes, que geriam os dois importantes capítulos que eram a magnificência do guarda-roupa e o luxo da mesa imperial. 2) A principal administração dos assuntos públicos foi entregue à diligência e capacidade do *mestre dos ofícios*. Este era o supremo magistrado do palácio, inspeccionava a disciplina das *escolas* civis e militares e recebia apelações de todas as partes do império, em causas relacionadas com a imensidade de pessoas privilegiadas que, como servidores da corte, tinham alcançado para si e para as suas famílias o direito de recusar a autoridade dos juízes comuns. A correspondência entre o príncipe e os seus súbditos era gerida pelos quatro *scrinia*, ou escritórios deste ministro de Estado. O primeiro ocupava-se dos memoriais, o segundo das epístolas, o terceiro das petições e o quarto de documentos e ordens de toda a espécie. Cada um deles era dirigido por um *mestre* subalterno de *respeitável* dignidade, e os despachos estavam a cargo de cento e quarenta e oito secretários, escolhidos na sua

maioria entre a gente do foro, devido à variedade de extractos de relatórios e de consultas que frequentemente lhes surgiam no exercício das suas diversas funções. Em virtude de uma concessão que, em épocas anteriores, teria sido julgada indigna da majestade romana, passou a existir um secretário particular para a língua grega; e nomearam-se intérpretes para receber os embaixadores dos bárbaros; mas o departamento dos Negócios Estrangeiros, que constitui uma parte tão essencial da política moderna, raramente merecia a atenção do mestre dos ofícios. O seu espírito empenhava-se mais seriamente na direcção geral dos correios e dos arsenais do império. Havia trinta e quatro cidades, quinze no Oriente e dezanove no Ocidente, onde companhias regulares de obreiros se dedicavam constantemente ao fabrico de armamento defensivo, armas de ataque de todos os tipos e engenhos militares, que eram depositados nos arsenais e, na devida altura, entregues para o serviço das tropas. 3) Ao longo de nove séculos, o cargo de *questor* registara uma singular transformação. Nos primórdios de Roma, dois magistrados inferiores eram anualmente eleitos pelo povo para revezar os cônsules na delicada gestão do tesouro público; um assistente semelhante era atribuído a todos os procônsules e pretores que exerciam funções de chefia militar ou provincial; com a dilatação das conquistas, os dois questores passaram gradualmente ao número de quatro, oito, vinte e, durante um curto espaço de tempo, talvez de quarenta; e os cidadãos mais nobres solicitavam ambiciosamente um emprego que lhes desse assento no Senado e uma fundada esperança de obter as honras da República. Enquanto Augusto simulou conservar a liberdade de eleição, ele consentiu em aceitar o privilégio anual de recomendar, ou melhor, de nomear uma certa porção de candidatos; e tinha por hábito escolher um desses distintos jovens para ler os seus discursos ou epístolas nas assembleias do Senado. A prática de Augusto foi imitada pelos príncipes seguintes; a comissão momentânea tornou-se um cargo permanente; e o questor favorecido, assumindo um novo e mais ilustre papel, foi o único a sobreviver à supressão dos seus antigos e inúteis colegas. Dado que os discursos que ele compunha em nome do imperador adquiriam a força e, por fim, a forma de edictos absolutos, foi considerado o representante do poder legislativo, o oráculo do conselho e a fonte original da jurisprudência civil. Era, por vezes, convidado a tomar parte na suprema judicatura do consistório imperial, ao lado dos prefeitos do pretório e do mestre dos ofícios; e solicitavam-no com frequência para resolver as dúvidas dos juizes

inferiores; mas, como não estava sobrecarregado com a diversidade dos assuntos correntes, utilizava o tempo livre e os seus talentos para cultivar o enfático estilo de eloquência que, apesar da corrupção do gosto e da linguagem, a majestade das leis romanas ainda mantém. O cargo de questor imperial pode comparar-se, em vários aspectos, ao de um moderno chanceler; no entanto, o uso de um grande sinete, que parece ter sido adoptado pelos iletrados bárbaros, nunca foi introduzido para autenticar os actos públicos dos imperadores. 4) O título extraordinário de *conde das liberalidades sagradas* foi atribuído ao tesoureiro-geral do erário, talvez no intuito de persuadir que todos os pagamentos provinham da munificência voluntária do monarca. Para conceber os pormenores quase infinitos das despesas anuais e diárias da administração civil e militar em todas as regiões de um grande império, não bastariam os poderes da mais fértil imaginação. A contabilidade corrente empregava várias centenas de pessoas, distribuídas por onze ofícios diferentes que haviam sido habilmente architectados para examinar e fiscalizar as suas respectivas operações. A quantidade destes agentes tendia naturalmente a aumentar; e mais de uma vez se achou conveniente recambiar para as suas terras natais os inúteis supranumerários que, abandonando o seu labor honesto, tinham abraçado com demasiado ardor a lucrativa profissão das finanças. Vinte e nove recebedores provinciais, dos quais dezoito eram nobilitados com o título de conde, correspondiam-se com o tesoureiro; e este estendia a sua jurisdição às minas de onde eram extraídos os metais preciosos, às oficinas onde eles eram convertidos em moeda corrente e aos tesouros públicos das mais importantes cidades onde eram depositados para o serviço do Estado. O comércio externo do império era gerido por este ministro, que dirigia também todas as manufacturas de linho e de lã, onde se executavam as sucessivas operações de fiação, tecelagem e tintura, sobretudo por mulheres de condição servil e para uso do palácio e do exército. Vinte e seis destas instituições estão recenseadas no Ocidente, onde as artes haviam sido mais recentemente introduzidas, e um número ainda maior pode ser atribuído às industriosas províncias do Oriente. 5) Além do rédito público que um monarca absoluto podia cobrar e gastar a seu bel-prazer, os imperadores, na qualidade de cidadãos opulentos, eram donos de um vastíssimo património administrado pelo *conde* ou tesoureiro do *rendimento privado*. Uma parte talvez proviesse dos antigos domínios de reis e repúblicas; algumas achegas poderiam derivar de famílias que se haviam sucessivamente revestido com

o manto imperial; mas a porção mais significativa provinha da fonte impura das confiscações e arrestos. As propriedades imperiais encontravam-se espalhadas pelas províncias, desde a Mauritânia à Bretanha; no entanto, o rico e fértil solo da Capadócia tentou o monarca a adquirir as suas mais valiosas possessões neste país, e tanto Constantino como os seus sucessores aproveitaram a oportunidade para justificar a avareza com o zelo religioso. Suprimiram o rico templo de Comanos, onde o grão-sacerdote da deusa da guerra detinha a dignidade de príncipe soberano; e apropriaram-se para seu uso privado das terras consagradas, que eram habitadas por seis mil súbditos ou escravos da divindade e dos seus ministros. Estes não eram, porém, os habitantes mais preciosos: as planícies, que se estendem do sopé do monte Argeu às margens do Saro geravam uma luzida raça de cavalos, considerados superiores a todos os outros no mundo antigo pelo seu aspecto imponente e incomparável velocidade. Estes animais *sagrados*, destinados ao serviço do palácio e aos jogos imperiais, eram protegidos por lei de serem profanados ao serviço de um dono vulgar. Os domínios da Capadócia eram suficientemente vastos para exigir a inspecção de um *conde*; funcionários de categoria inferior encontravam-se colocados nas outras regiões do império e os delegados do tesoureiro privado, bem como do público, foram mantidos no exercício das suas funções independentes e encorajados a fiscalizar a autoridade dos magistrados das províncias. 6, 7) Os esquadrões escolhidos de cavalaria e de infantaria que guardavam a pessoa do imperador estavam sob o comando imediato dos dois *condes dos domésticos*. O seu número total era de três mil e quinhentos homens, divididos em sete *escolas*, ou tropas, cada qual com quinhentos elementos; e, no Oriente, este honroso serviço era quase totalmente desempenhado por arménios. Sempre que, nas cerimónias públicas, se postavam nos pátios e pórticos do palácio, a sua elevada estatura, a sua disciplina silenciosa e as suas magníficas armas de prata e ouro exibiam uma pompa marcial que não era indigna da grandiosidade romana. Dentre as sete escolas, seleccionavam-se duas companhias a cavalo e a pé para formar os *protectores*, cuja vantajosa situação constituía a esperança e a recompensa dos soldados de maior mérito. Montavam guarda nos aposentos interiores e eram ocasionalmente enviados para as províncias, a fim de executarem com rapidez e vigor as ordens do seu senhor. Os condes dos domésticos haviam substituído o cargo dos prefeitos do pretório; à semelhança dos prefeitos, aspiravam passar do serviço do palácio ao comando dos exércitos.

Primórdios da polícia de Estado

A constante comunicação entre a corte e as províncias foi facilitada pela construção de estradas e o estabelecimento de mudas de cavalos. Estas benéficas melhorias ficaram, contudo, acidentalmente ligadas a um nefasto e intolerável abuso. Duzentos ou trezentos agentes ou mensageiros eram utilizados, sob a jurisdição do mestre dos ofícios, para anunciar os nomes dos cônsules do ano, bem como os edictos ou vitórias dos imperadores. A pouco e pouco, eles arrogaram-se o direito de relatar tudo o que conseguiam observar do comportamento, tanto dos magistrados como dos cidadãos particulares; e não tardaram a ser considerados os olhos do monarca e o flagelo do povo. Sob a propícia influência de um reino debilitado, eles multiplicaram-se até ao inconcebível número de dez mil, desdenhando as brandas, embora frequentes admoestações das leis e exercendo, na lucrativa administração das mudas, uma gananciosa e insolente coacção. Estes espiões oficiais, que mantinham uma correspondência regular com o palácio, eram incitados, mediante favores e recompensas, a vigiar atentamente os progressos de todos os desígnios traiçoeiros, desde os leves e latentes sintomas de descontentamento até à efectiva preparação de uma revolta aberta. A sua leviana ou criminoso violação da verdade e da justiça era coberta pela consagrada máscara do zelo; e podiam apontar sem receio as suas setas venenosas ao peito dos culpados ou dos inocentes que haviam suscitado o seu ressentimento ou recusado comprar o seu silêncio. Um súbdito fiel, quer da Síria, quer da Bretanha, via-se exposto ao perigo, ou pelo menos à ameaça, de ser arrastado sob o peso das correntes ao tribunal de Milão ou de Constantinopla, para aí defender a vida e a fortuna contra as acusações maldosas destes informadores privilegiados. A administração ordinária era conduzida por tais métodos, que somente uma extrema necessidade poderia mitigar; e a falta de provas era diligentemente suprida pelo emprego da tortura.

A enganadora e perigosa experiência da *quæstion* criminal, como enfaticamente se lhe chama, era mais admitida do que provada na jurisprudência dos Romanos. Eles só aplicavam este sanguinário modo de interrogatório nos corpos dos servos, cujos sofrimentos estes orgulhosos republicanos raramente pesavam na balança da justiça ou da humanidade; mas nunca consentiam em violar a sagrada pessoa de um cidadão antes de

possuírem a mais clara prova da sua culpabilidade. Os anais da tirania, desde o reinado de Tibério ao de Domiciano, relatam circunstanciadamente as execuções de muitas vítimas inocentes; mas, enquanto se conservou a mais leve recordação da liberdade e da honra nacionais, os derradeiros momentos de um romano ficaram a salvo do perigo da infame tortura(*). O comportamento dos magistrados das províncias não era, porém, regulada pelas práticas da cidade, nem pelos rígidos princípios dos juristas. Encontraram o uso da tortura estabelecido não só entre os escravos do despotismo oriental, mas também entre os Macedónios, que obedeciam a um monarca moderado; entre os Ródios, que floresciam pela liberdade de comércio; e mesmo entre os sábios Atenienses, que tinham afirmado e exaltado a dignidade da espécie humana. A aquiescência dos provinciais encorajou os seus governadores a adquirir, ou talvez a usurpar, o poder arbitrário de empregar os tormentos para extorquir aos vagabundos ou plebeus acusados a confissão da culpa, até acabarem por confundir, aos poucos, as distinções da hierarquia e desdenhar os privilégios dos cidadãos romanos. As apreensões dos súbditos levavam-nos a solicitar, e o soberano concedia-o no seu próprio interesse, uma quantidade de isenções especiais que tacitamente permitiam e iam ao ponto de autorizar o uso generalizado da tortura. Protegiam todas as pessoas de categoria ilustre ou honorável, os bispos e os seus presbíteros, os professores das artes liberais, os soldados e as suas famílias, os funcionários municipais e a sua posteridade até à terceira geração, e todas as crianças abaixo da idade de puberdade. No entanto, foi introduzida na nova jurisprudência do império a máxima fatal de que, em caso de traição, a qual incluía todos os delitos que a subtileza dos homens de leis conseguia deduzir de uma *intenção hostil* para com o príncipe ou a República, todos os privilégios ficavam suspensos e todas as condições se reduziam ao mesmo ignominioso nível. Na medida em que a segurança do imperador era declaradamente posta acima de todas as considerações de justiça ou humanidade, a mais venerável idade e a mais tenra juventude estavam igualmente expostas às mais horríveis torturas; e a ameaça de uma informação maldosa que pudesse indicá-los como cúmplices, ou mesmo como testemunhas de um crime talvez imaginário, pairava continuamente sobre as cabeças dos cidadãos mais eminentes do mundo romano.



Um povo arrebatado pelo orgulho ou amargurado pela insatisfação raramente se acha qualificado para ajuizar acertadamente da sua presente situação. Os súbditos de Constantino eram incapazes de discernir o declínio do génio e da varonil virtude que os fazia descer tão abaixo da dignidade dos seus antepassados; sabiam, porém, sentir e lamentar a sanha da tirania, o afrouxamento da disciplina e o aumento dos impostos. O historiador imparcial, que reconhece a justiça das queixas deles, observará também algumas circunstâncias favoráveis que tendiam a atenuar a miséria da sua condição. O assalto ameaçador de bárbaros, que em breve subverteram as bases da grandeza romana, continuava a ser repellido ou sustido nas fronteiras. As artes faustosas e a literatura eram cultivadas, e os elegantes prazeres da sociedade usufruídos pelos habitantes de uma considerável parte do globo. A forma, a pompa e as despesas da administração civil contribuía para refrear os desmandos dos soldados; e, embora as leis fossem violadas pelo poder ou pervertidas pela subtileza, os sábios princípios da jurisprudência romana preservaram um sentido de ordem e da equidade desconhecido pelos despóticos governos do Oriente. Os direitos do homem podiam encontrar uma certa protecção na religião e na filosofia; e o nome da liberdade, que deixara de alarmar os sucessores de Augusto, era por vezes capaz de lhes lembrar que não reinavam sobre uma nação de escravos ou de bárbaros.

Capítulo 18

O carácter de Constantino. A sua família. A sua morte. A ascensão da Pérsia sob Sapor II

A personalidade do príncipe que transferiu a sede do império e introduziu mudanças tão importantes na constituição civil e religiosa do seu país chamou as atenções e dividiu as opiniões da posteridade. Graças ao zelo agradecido dos cristãos, o libertador da Igreja foi galardoado com todos os atributos de um herói e até mesmo de um santo; por outro lado, o descontentamento do partido vencido levou-o a comparar Constantino ao mais abominável dos tiranos que, pelos seus vícios e fraqueza, desonraram a púrpura imperial. Iguais paixões se perpetuaram, em certa medida, nas gerações seguintes, e o carácter de Constantino é considerado, mesmo na época actual, um objecto de sátira ou de panegírico. Juntando de maneira imparcial os defeitos que são confessados pelos seus mais calorosos admiradores e as virtudes que são reconhecidas pelos seus mais implacáveis inimigos, talvez nos fosse possível delinear um perfil justo deste homem extraordinário, que a verdade e a candura da História deveriam aceitar sem corar. Mas rapidamente se perceberia que a vã tentativa de fundir cores tão díspares e conciliar qualidades tão contraditórias iria resultar numa figura mais monstruosa do que humana, salvo se encarada à sua própria e distinta luz, graças a uma cuidadosa separação dos vários períodos do reinado de Constantino.

A pessoa, bem como o espírito de Constantino, haviam sido bafejados pela Natureza com os seus mais requintados dons. Tinha estatura alta, porte

majestoso e maneiras graciosas; a sua força e actividade alardeavam-se em todos os exercícios viris e, desde a mais tenra juventude até uma idade muito avançada, manteve o vigor da sua compleição mercê de uma rigorosa adesão às virtudes domésticas da castidade e da temperança. Adorava o convívio social proporcionado por uma conversa familiar; e embora, por vezes, cedesse ao seu pendor para a troça com menos reserva do que a exigida pela severa dignidade da sua posição, a cortesia e urbanidade das suas maneiras conquistavam a simpatia de todos os que dele se aproximavam. Tem sido posta em dúvida a sinceridade da sua amizade; ele demonstrou, porém, em várias ocasiões, que não era incapaz de uma calorosa e duradoura afeição. A desvantagem de uma educação pouco letrada não o impediu de apreciar o justo valor do saber; e as artes e ciências receberam algum estímulo da generosa protecção de Constantino. Ele caracterizava-se por uma infatigável diligência no despacho dos assuntos e exercitava quase permanentemente as faculdades mentais por meio da escrita, da leitura ou da meditação, dando audiência a embaixadores ou examinando as queixas dos súbditos. Até mesmo os que punham em causa a justeza das suas medidas eram forçados a reconhecer que ele era magnânimo a conceber e paciente a executar os mais árduos desígnios, sem se deixar influenciar pelos preconceitos da educação nem pelos clamores da multidão. No campo de batalha, incutia o seu ânimo intrépido às tropas, as quais chefiava com o talento de um general consumado; e podemos atribuir mais aos seus dotes do que à sorte as assinaláveis vitórias que alcançou sobre os inimigos tanto estrangeiros quanto internos do Estado. A glória atraía-o como a recompensa, ou talvez como o motivo dos seus esforços. A desmedida ambição que, a partir do momento da sua aceitação do manto imperial em Iorque, surge como a paixão dominante da sua alma, pode justificar-se pelo perigo da sua situação, pela personalidade dos seus rivais, pela consciência do seu mérito superior e pela esperança de que os seus êxitos lhe permitiriam restabelecer a paz e a ordem no império dilacerado. Nas guerras civis que travou contra Maxêncio e Licínio, granjeara para si as simpatias do povo, que comparava os vícios desenfreados destes tiranos com o espírito de sabedoria e justiça que parecia determinar as linhas gerais da administração de Constantino.

Se Constantino houvesse tombado nas margens do Tibre, ou mesmo nas planícies de Andrinopla, seria esta a ideia que, com algumas excepções, poderia ter transmitido à posteridade. Mas o final do seu reinado (segundo a

moderada e, de facto, indulgente frase de um escritor da mesma época) fê-lo decair da posição que adquirira entre os mais meritórios dos príncipes romanos. Na vida de Augusto, vemos o tirano da República converter-se, quase imperceptivelmente, no pai da pátria e da espécie humana. No caso de Constantino, podemos contemplar um herói, que durante tanto tempo suscitara o amor dos súbditos e o terror dos inimigos, a degradar-se num monarca cruel e dissoluto, corrompido pela fortuna, ou tão-somente dispensado pela conquista da necessidade de dissimular. A paz geral que ele manteve durante os últimos catorze anos do seu reinado constituiu mais um período de falso esplendor que de verdadeira prosperidade; e a velhice de Constantino foi aviltada pelos vícios opostos, mas conciliáveis, da ganância e da liberalidade. Os imensos tesouros descobertos nos palácios de Maxêncio e de Licínio foram desregradamente esbanjados; as várias inovações introduzidas pelo conquistador fizeram-se acompanhar de um acréscimo de despesas; o custo dos seus edifícios, a corte e as festas exigiam imediatas e abundantes verbas; e a opressão do povo era o único fundo capaz de sustentar a magnificência do soberano. Os seus indignos favoritos, enriquecidos pela desmesurada liberalidade do amor, usurparam impunemente o privilégio da rapina e da corrupção. Uma secreta mas universal decadência sentia-se em todos os sectores da administração pública, e o próprio imperador, embora continuasse a contar com a obediência dos súbditos, ia gradualmente perdendo a estima deles. O traje e os costumes por que optou no ocaso da vida apenas serviram para o degradar aos olhos dos homens. A pompa asiática, que fora adoptada pelo orgulho de Diocleciano, assumiu um ar de moleza e efeminação na pessoa de Constantino. É representado com cabeleiras postiças de cores variadas, laboriosamente arranjadas pelos hábeis artistas da sua época; um diadema de uma nova e mais dispendiosa forma; uma profusão de jóias e pérolas, de colares e pulseiras; e uma túnica de seda flutuante e variegada, ainda por cima bordada com flores de ouro. Neste aparato, já pouco desculpável à juventude e extravagância de Heliogábalo, é-nos difícil encontrar a sabedoria de um monarca idoso e a simplicidade de um veterano romano. Um espírito a tal ponto degenerado pela prosperidade e a complacência era incapaz de se elevar à magnanimidade que desdenha a suspeita e ousa perdoar. As mortes de Maximiano e Licínio talvez possam justificar-se pelas noções de política que se aprendem na escola dos tiranos; no entanto, uma narrativa imparcial das execuções, ou melhor, dos assassínios que

mancharam os últimos anos de Constantino, sugerirão às nossas mais ingênuas cogitações a ideia de um príncipe que era capaz de sacrificar, sem relutância, as leis da justiça e os sentimentos da natureza aos ditames das suas paixões ou dos seus interesses.

A família de Constantino

A mesma fortuna que tão invariavelmente acompanhou o estandarte de Constantino pareceu defender as esperanças e o conforto da sua vida doméstica. Aqueles dentre os seus antecessores que tinham desfrutado dos mais longos e prósperos reinados, Augusto, Trajano e Diocleciano, haviam sido privados de descendência; e as frequentes revoluções nunca tinham dado tempo a qualquer família imperial para crescer e multiplicar-se à sombra da púrpura imperial. No entanto, a realeza da linha flaviana, que fora inicialmente enobrecida por Cláudio, o *Gótico*, perpetuou-se ao longo de várias gerações; e o próprio Constantino recebeu do seu régio pai as honras hereditárias que transmitiu aos filhos. O imperador tinha casado duas vezes. Minervina, o obscuro mas legítimo objecto da sua afeição juvenil, deixara-lhe um único filho, que se chamou Crispo. De Fausta, a filha de Maximiano, teve três filhas e três filhos conhecidos pelos nomes similares de Constantino, Constâncio e Constante. Os irmãos sem ambições do grande Constantino, Júlio Constâncio, Dalmácio e Anibaliano, obtiveram licença para usufruir do mais honroso estatuto e da mais abundante fortuna que eram compatíveis com uma condição privada. O mais jovem dos três viveu ignorado e morreu sem descendência. Os seus irmãos mais velhos casaram com as filhas de senadores abastados e geraram novos ramos da raça imperial. Galo e Juliano tornaram-se posteriormente os mais ilustres dos filhos de Júlio Constâncio, o *Patrício*. Os dois filhos de Dalmácio, que haviam sido distinguidos com o vão título de *ensor*, receberam os nomes de Dalmácio e Anibaliano. As duas irmãs do grande Constantino, Anastácia e Eutrópia, foram dadas em casamento a Optato e Nepociano, dois senadores de nascimento nobre e dignidade consular. A sua terceira irmã, Constância, notabilizou-se tanto pela sua imensa grandeza como pela sua miséria. Ficou viúva do derrotado Licínio; e foi à força de súplicas que um rapaz inocente, o fruto do seu matrimónio, manteve,

durante algum tempo, a vida, o título de César e uma precária esperança de sucessão. Além das mulheres e dos aliados da casa flaviana, dez ou doze varões, aos quais a linguagem das cortes modernas daria o título de príncipes de sangue, pareciam, segundo a ordem do seu nascimento, destinados a herdar ou a apoiar o trono de Constantino. No entanto, em menos de trinta anos, esta numerosa e crescente família viu-se reduzida às pessoas de Constâncio e Juliano, os únicos que sobreviveram a uma série de crimes e calamidades, semelhantes às que os poetas trágicos lamentaram nas linhagens devotadas de Pélops e Cadmo.

Crispo, o filho mais velho de Constantino e herdeiro presuntivo do império, é representado pelos historiadores imparciais como um jovem amável e dotado. O cuidado da sua educação, ou pelo menos dos seus estudos, foi confiado a Lactâncio, o mais eloquente dos cristãos; um preceptor admiravelmente qualificado para moldar o gosto e desenvolver as virtudes do seu ilustre discípulo. Aos dezassete anos, Crispo foi investido do título de César e da administração das províncias das Gálias, onde as incursões dos Germanos lhe forneceram desde muito cedo a oportunidade de patentear a sua bravura militar. Na guerra civil que rebentou pouco depois, o pai e o filho repartiram os poderes; e esta história já celebrou tanto o valor como o comportamento tido pelo último ao forçar o estreito do Helesponto, tão obstinadamente defendido pela armada superior de Licínio. Esta vitória naval contribuiu para determinar o desfecho da guerra, e os nomes de Constantino e de Crispo foram associados nas alegres aclamações dos seus súbditos orientais, que proclamavam ruidosamente que o mundo havia sido subjugado e era, agora, governado por um imperador dotado de todas as virtudes e pelo seu ilustre filho, um príncipe bem-amado pelo céu e a imagem viva das perfeições do pai. O favor público, que raramente recai sobre a idade avançada, iluminou com o seu brilho a juventude de Crispo. Ele mereceu a estima e conquistou a simpatia da corte, do exército e do povo. O mérito experiente de um monarca reinante não é admitido senão com reticência pelos súbditos, sendo até muitas vezes negado por facciosos murmúrios de descontentamento; eles depositam, pelo contrário, as mais ilimitadas esperanças de felicidade pública e privada nas virtudes nascentes do herdeiro.

Esta perigosa popularidade não tardou a chamar a atenção de Constantino, que não tolerava um seu igual, tanto na qualidade de pai como na de rei. Em vez de tentar fortalecer a fidelidade do filho por meio de

generosos laços de confiança e gratidão, resolveu prevenir os prejuízos que se podem recear de uma ambição insatisfeita. Crispo não tardou a lamentar-se de que, enquanto o irmão ainda criança, Constâncio, era enviado com o título de César para reinar no seu departamento pessoal das províncias das Gálias, *ele*, um príncipe já adulto, que prestara serviços tão recentes e assinaláveis, em vez de ser elevado à categoria superior de Augusto, permanecia quase prisioneiro na corte do pai e exposto, sem poder nem defesa, a todas as calúnias que a malícia dos seus inimigos podia sugerir. Em circunstâncias tão penosas, o jovem príncipe talvez nem sempre se mostrasse capaz de moderar o seu comportamento ou reprimir o descontentamento; e podemos estar certos de que o rodeava um séquito de indiscretos ou pérfidos cortesãos, que assiduamente procuravam inflamá-lo e eram talvez instruídos para pôr a nu o irreflectido calor do seu ressentimento. Um edicto de Constantino, publicado por volta desta época, indica visivelmente as suas reais ou supostas suspeitas de que se formara uma conjura secreta contra a sua pessoa e o seu governo. Servindo-se do engodo das honrarias e das recompensas, convidava os delatores de todas as classes a acusar, sem excepção, os seus magistrados ou ministros, os seus amigos ou os seus mais íntimos favoritos, asseverando, com solene firmeza, que ele próprio escutará os depoimentos e vingará as ofensas; e conclui com uma prece, reveladora de uma certa noção do perigo, para que a providência do Ente Supremo possa continuar a proteger a segurança do imperador e do império.

Os delatores que obedeceram a um convite tão liberal eram suficientemente versados nas artes da corte para escolher os culpados entre os amigos e os partidários de Crispo; tão-pouco temos motivos para pôr em dúvida a palavra do imperador, que prometera em larga escala vingança e castigo. A política de Constantino mantinha, contudo, a mesma aparência de apreço e confiança em relação a um filho que ele começara a encarar como o seu mais figadal inimigo. Cunharam-se medalhas com os habituais votos de um longo e auspicioso reinado ao jovem César; e assim como o povo, privado do acesso aos segredos do palácio, continuava a amar as suas virtudes e a respeitar a sua dignidade, vemos um poeta, que solicita o regresso do exílio, louvar com igual devoção a majestade do pai e a do filho. Chegou então o momento de realizar a augusta cerimónia do vigésimo ano do reinado de Constantino, e o imperador, neste intuito, levou a sua corte da Nicomédia para Roma, onde se havia procedido aos mais

esplendorosos preparativos para a sua recepção. Todos os olhos e todas as línguas simulavam expressar o sentimento de uma felicidade geral, e o véu das formalidades e do fingimento cobriu, por algum tempo, os mais obscuros desígnios de vingança e homicídio. No meio da festa, o infeliz Crispo foi preso por ordem do imperador, o qual pôs de lado a ternura de um pai sem assumir a equidade de um juiz. O interrogatório foi breve e à porta fechada; e como se julgou decente esconder o destino do jovem príncipe aos olhos do povo romano, enviaram-no, sob uma forte escolta, para Póla, na Ístria, onde pouco depois lhe foi dada morte pela mão de um carrasco ou pela acção mais suave do veneno. O César Licínio, um jovem de modos gentis, viu-se envolvido na ruína de Crispo, e o implacável ciúme de Constantino mostrou-se insensível às preces e lágrimas da irmã favorita, que lhe pediu misericórdia para um filho cujo único crime era a sua alta condição, e a cuja perda ela não sobreviveu muito tempo. A história destes infelizes príncipes, a natureza e a prova da sua culpa, as formas do seu julgamento e as circunstâncias da sua morte ficaram sepultas numa misteriosa obscuridade; e o bispo palaciano que celebrou numa elaborada obra as virtudes e a piedade do seu herói mantém um prudente silêncio acerca destes trágicos acontecimentos. Um tão marcado desdém pela opinião da humanidade mancha indelevelmente a memória de Constantino, mas também serve para nos recordar o comportamento muito diferente de um dos maiores monarcas do presente século. O czar Pedro, na plena posse do seu poder despótico, submeteu ao julgamento da Rússia, da Europa e da posteridade os motivos que o haviam levado a subscrever a condenação de um filho criminoso ou, pelo menos, degenerado.

A inocência de Crispo foi tão universalmente reconhecida que os Gregos modernos, que veneram a memória do seu fundador, se vêem forçados a atenuar a culpa de um filicida a quem os sentimentos comuns da natureza humana os proíbem de justificar. Afirmam que, mal o aflito pai descobriu a falsidade da acusação pela qual a sua credulidade tinha sido tão fatalmente induzida em erro, logo transmitiu ao mundo o seu arrependimento e remorso; que ele deitou luto durante quarenta dias, nos quais se privou do banho e de todas as comodidades da vida; e que, para duradoura instrução da posteridade, erigiu uma estátua de ouro de Crispo com esta memorável inscrição: AO MEU FILHO, QUE INJUSTAMENTE CONDENEI. Um conto tão moral e interessante mereceria ser sustentado por uma autoridade mais credível; mas se consultarmos os escritores mais antigos e verídicos, eles informar-

nos-ão de que o arrependimento de Constantino apenas se manifestou em actos sanguinários e de vingança, e que ele expiou o assassínio de um filho inocente com a execução de uma esposa provavelmente culpada. Atribuem os infortúnios de Crispo aos artificios da sua madrasta Fausta, cujo ódio implacável, ou amor desdenhado, renovou no palácio de Constantino a antiga tragédia de Hipólito e Fedra. À semelhança da filha de Minos, a filha de Maximiano acusou o seu enteado de uma tentativa incestuosa contra a castidade da mulher do pai, obtendo facilmente do ciúme do imperador uma sentença de morte contra um jovem príncipe que ela considerava, com razão, o rival de maior peso frente aos seus próprios filhos. No entanto, Helena, a idosa mãe de Constantino, lamentou e vingou o finamento prematuro do seu neto Crispo; não passou muito tempo antes de se descobrir, verdadeira ou supostamente, que a própria Fausta mantinha uma ligação criminosa com um escravo pertencente às estrebarias imperiais. A sua condenação e castigo foram a consequência imediata da acusação, e a adúltera morreu sufocada pelo vapor de um banho que, com tal finalidade, fora aquecido a uma temperatura insuportável. Alguns julgarão, talvez, que a recordação de uma união conjugal de vinte anos e a honra da sua progénie comum, os herdeiros designados do trono, poderiam ter adoçado o duro coração de Constantino, persuadindo-o a deixar que a esposa, por mais culpada que fosse, pudesse expiar a falta numa prisão solitária. Parece, no entanto, esforço inútil ponderar a justeza deste singular acontecimento, tão envolto em circunstâncias dúbias e confusas que não podemos indagar a sua veracidade. Os que atacaram e os que defenderam o carácter de Constantino menosprezaram igualmente dois notáveis excertos de duas alocuções pronunciadas sob o reinado seguinte. A primeira celebra as virtudes, a beleza e a fortuna da imperatriz Fausta, filha, mulher, irmã e mãe de tantos príncipes. A segunda assevera, em termos explícitos, que a mãe do jovem Constantino, o qual foi morto três anos após o falecimento do pai, sobreviveu para poder chorar a perda do filho. Apesar do testemunho positivo de vários escritores, tanto da religião pagã como da cristã, podem restar motivos para acreditar, ou pelo menos suspeitar, que Fausta escapou à cega e desconfiada crueldade do marido. As mortes de um filho e de um sobrinho, juntamente com a execução de um grande número de respeitáveis e talvez inocentes amigos, que se viram implicados na queda deles, podem bastar, contudo, para justificar o descontentamento do povo romano e

explicar os versos satíricos afixados no portão do palácio, comparando os faustosos e sangrentos reinados de Constantino e de Nero.

Pela morte de Crispo, a herança do império parecia caber aos três filhos de Fausta, que já foram mencionados sob os nomes de Constantino, de Constâncio e de Constante. Estes jovens príncipes foram sucessivamente investidos do título de César e as datas das suas promoções podem ser reportadas ao décimo, ao vigésimo e ao trigésimo ano do reinado do seu pai. Esta atitude, embora tendesse a multiplicar os futuros senhores do mundo romano, podemos desculpá-la pelo alvedrio do afecto paterno; mas já não se torna tão fácil entender os motivos do imperador quando pôs em risco a segurança da sua família e do seu povo ao elevar desnecessariamente os seus dois sobrinhos, Dalmácio e Anibaliano. O primeiro foi promovido, mercê do título de César, a uma posição de igualdade com os primos. Em benefício do segundo, Constantino inventou a nova e singular designação de *Nobilissimus*, a que juntou a lisonjeira distinção de uma túnica de púrpura e ouro. Mas de toda a série de príncipes romanos, em qualquer época do império, Anibaliano foi o único distinguido com o título de Rei, um nome que os súbditos de Tibério teriam abominado como o mais profano e cruel insulto de uma caprichosa tirania. O uso deste título, até pelo modo como surge no reinado de Constantino, é um facto estranho e desconexo que dificilmente pode admitir-se apesar da autoridade conjunta das medalhas imperiais e dos escritores contemporâneos.

Todo o império se interessou profundamente pela educação destes cinco jovens, sucessores reconhecidos de Constantino. Os exercícios do corpo prepararam-nos para as fadigas da guerra e os deveres de uma vida activa. Os que tiveram ensejo de mencionar a educação ou os talentos de Constâncio declaram que ele sobressaía nas artes ginásticas do salto e da corrida; que era um hábil archeiro, um exímio cavaleiro e um mestre em todas as diversas armas usadas no serviço quer da cavalaria quer da infantaria. O mesmo adestramento assíduo foi dispensado, embora talvez com menos êxito, para cultivar o espírito dos filhos e sobrinhos de Constantino. Os mais famosos professores da fé cristã, da filosofia grega e da jurisprudência romana foram convidados pela liberalidade do imperador, que reservou para si a importante tarefa de instruir os jovens príncipes na ciência do governo e do conhecimento dos homens. No entanto, o próprio génio de Constantino formara-se graças à adversidade e à experiência. Fora na livre convivência da sua vida privada e no meio dos perigos da corte de

Galério que ele aprendera a dominar as suas paixões, a enfrentar as dos seus iguais e a depender, no tocante à sua segurança presente e grandeza futura, da prudência e firmeza do seu comportamento pessoal. Os seus sucessores designados tiveram a infelicidade de nascer e ser educados sob a púrpura imperial. Rodeados permanentemente por um séquito de bajuladores, passaram a juventude no gozo do luxo e na expectativa do trono; tão-pouco a dignidade da sua posição lhes permitia descer desse elevado plano donde os diversos traços da natureza humana parecem apresentar um aspecto ordenado e uniforme. A indulgência de Constantino ofereceu-lhes, desde muito novos, a partilha da administração do império; e eles estudaram a arte de reinar à custa do povo confiado aos seus cuidados. O jovem Constantino pôde estabelecer a sua corte na Gália; e o seu irmão Constâncio trocou este departamento, antigo património do pai, pelas mais opulentas, mas menos bélicas, regiões do Oriente. A Itália, a Ilíria Ocidental e a África estavam acostumadas a venerar Constante, o terceiro dos seus filhos, como representante de Constantino Magno. Ele colocou Dalmácio na fronteira gótica, à qual anexou o governo da Trácia, da Macedónia e da Grécia. A cidade de Cesareia foi escolhida para residência de Anibaliano; e as províncias do Ponto, da Capadócia e da Arménia Menor foram escolhidas para formar a extensão do seu novo reino. A cada um destes príncipes coube um rendimento adequado. Um número proporcionado de guardas, de legiões e de auxiliares foi atribuído às suas respectivas dignidades e exigências de defesa. Os ministros e generais colocados junto das suas pessoas tinham a confiança de Constantino, que os sabia capazes de auxiliar e até de vigiar estes jovens soberanos no exercício do seu poder delegado. Conforme eles avançavam em anos e experiência, os limites da sua autoridade iam sendo imperceptivelmente aumentados; no entanto, o imperador sempre reservou para si o título de Augusto; e embora exibisse os *Césares* aos exércitos e às províncias, manteve todas as partes do império numa situação de igual obediência ao chefe supremo. A tranquilidade dos últimos catorze anos do seu reinado só foi levemente interrompida pela desprezível revolta de um condutor de camelos na ilha de Chipre e pela parte activa que a política de Constantino o levou a assumir na guerra dos Godos e dos Sármatas.

Guerras inconclusivas com Sármatas e Godos preencheram os últimos anos de Constantino.

A morte de Constantino

Ao punir o orgulho dos Godos e ao aceitar a homenagem de uma nação suplicante, Constantino assegurou a majestade do Império Romano; e os embaixadores da Etiópia, da Pérsia e dos países mais remotos da Índia congratularam-se com a paz e a prosperidade do seu governo. Embora contasse entre os lances da fortuna a morte do filho mais velho, do sobrinho e talvez da mulher, ele desfrutou de uma contínua felicidade pública e privada até ao trigésimo ano do seu reinado; um período que nenhum dos seus antecessores, desde Augusto, conseguira celebrar. Constantino sobreviveu cerca de dez meses a esta solene festa; e, com a idade madura de sessenta e quatro anos, terminou, após uma curta doença, a sua memorável vida no palácio de Aquirion, nos subúrbios da Nicomédia, para onde se retirara a fim de beneficiar da pureza do ar e na esperança de reanimar a debilitada saúde por meio de banhos quentes. As excessivas demonstrações de dor, ou pelo menos de luto, ultrapassaram tudo o que ocorrera em anteriores ocasiões. Apesar das reclamações do Senado e do povo da antiga Roma, o corpo do falecido imperador foi transportado, de acordo com o seu último pedido, para a cidade destinada a perpetuar o nome e a memória do seu fundador. Os restos mortais de Constantino, adornados com os vãos símbolos da grandeza, a púrpura e o diadema, foram depostos numa cama de ouro, num dos aposentos do palácio que havia sido esplendorosamente mobilado e iluminado para esta finalidade. As cerimónias da corte foram estritamente mantidas. Todos os dias, a horas certas, os altos dignitários do Estado, do exército e do paço aproximavam-se da pessoa do imperador e, de joelhos e ar recolhido, prestavam-lhe as suas respeitosas homenagens tão seriamente como se ele estivesse vivo. Esta representação teatral continuou durante algum tempo por motivos políticos; tão-pouco a adulação podia deixar passar a oportunidade de salientar que Constantino tinha sido o único que, mediante um especial favor dos céus, reinara depois da morte.

No entanto, este reinado apenas poderia subsistir como um aparato vazio; e não tardou a perceber-se que a vontade do monarca mais absoluto raras vezes é obedecida quando os súbditos nada mais têm a esperar dos seus favores ou a temer do seu ressentimento. Os mesmos ministros e generais que se prosternavam com um terror tão reverencial diante do cadáver do falecido monarca conferenciavam em segredo para excluir os seus dois

sobrinhos, Dalmácio e Anibaliano, da parte que ele lhes destinara na sucessão do império. Não estamos suficientemente informados sobre a corte de Constantino para formar qualquer juízo acerca dos verdadeiros motivos que influenciaram os chefes da conspiração; a não ser que os suponhamos animados de um espírito de ciúme e de vingança contra o prefeito Ablávio, um orgulhoso favorito que durante muito tempo dirigira os conselhos e abusara da confiança do falecido imperador. Os argumentos que eles empregaram para obter a colaboração dos soldados e do povo são de natureza mais óbvia; e podiam com tanta decência como verdade insistir na superior hierarquia dos filhos de Constantino, no perigo de multiplicar o número de soberanos e nas desgraças iminentes que ameaçavam a coisa pública, devido à discórdia de tantos príncipes rivais que não se encontravam ligados pelos ternos laços de um afecto fraterno. A intriga foi conduzida com zelo e sigilo, até ser arrancada uma ruidosa e unânime declaração às tropas de que apenas permitiriam que fossem os filhos do seu saudoso monarca a reinar sobre o Império Romano. O jovem Dalmácio, que estava ligado aos primos por laços de amizade e de interesse, herdara, ao que se diz, uma parte considerável dos talentos de Constantino Magno; mas, nesta ocasião, não parece ter tomado nenhuma medida para apoiar, pela força das armas, os justos direitos que ele e o seu régio irmão tinham recebido da generosidade do tio. Surpreendidos e aturdidos pela torrente de fúria popular, ficaram, ao que parece, sem hipótese de fuga ou resistência, nas mãos dos seus inimigos implacáveis. O seu destino permaneceu incerto até à chegada de Constâncio, o segundo e talvez o mais favorecido dos filhos de Constantino.

A voz do imperador moribundo recomendara o cuidado do seu funeral à piedade de Constâncio; e este príncipe, dada a proximidade da sua residência no Oriente, podia facilmente obstar à diligência dos irmãos, que estavam nos seus distantes governos de Itália e da Gália. Mal se apoderou do palácio de Constantinopla, a sua primeira preocupação consistiu em dissipar as apreensões dos primos por meio de um solene juramento em que lhes garantiu a segurança. O seu segundo passo consistiu em descobrir um pretexto especioso que pudesse aliviar-lhe a consciência do peso de uma promessa tão imprudente. As artes da fraude vieram servir os desígnios da crueldade; e uma manifesta falsificação foi atestada por uma pessoa da mais sagrada condição. Constâncio recebeu das mãos do bispo da Nicomédia um rolo fatal, autenticado como o genuíno testamento de seu pai, onde o

imperador exprimia a suspeita de que tinha sido envenenado pelos irmãos e exortava os filhos a vingar-lhe a morte e a garantir a sua própria segurança pelo castigo dos culpados. Quaisquer que tenham sido as razões alegadas por estes infelizes príncipes para defesa da sua vida e honra contra uma tão inconcebível acusação, viram-se logo silenciados pelos furiosos clamores dos soldados, que se declararam, a um tempo, seus inimigos, seus juízes e seus carrascos. O espírito e até mesmo as formas de procedimento legal foram repetidas vezes violados numa chacina geral, que envolveu os dois tios de Constâncio, sete dos seus primos, dos quais Dalmácio e Anibaliano eram os mais ilustres, o patrício Optato, que desposara uma irmã do falecido imperador, e o prefeito Ablávio, cujo poder e riquezas o tinham levado a acalantar a esperança de obter o manto imperial. E se fosse necessário ampliar os horrores desta cena sangrenta, poderíamos acrescentar que o próprio Constâncio casara com a filha do seu tio Júlio e concedera a irmã em casamento ao seu primo Anibaliano. Estas alianças, que a política de Constantino, indiferente aos preconceitos públicos, formara entre os diversos ramos da casa imperial apenas serviu para convencer a humanidade de que estes príncipes eram não só desprendidos do afecto conjugal, mas insensíveis aos laços do sangue e aos comoventes rogos da juventude e da inocência. De uma família tão numerosa, Galo e Juliano, os dois filhos de Júlio Constâncio, foram os únicos a escapar às mãos dos assassinos, até a raiva deles, saciada pela carnificina, abrandar um pouco. O imperador Constâncio, que, na ausência dos irmãos, era o mais sujeito à culpa e à censura, deixou transparecer em posteriores ocasiões um leve e passageiro remorso pelas crueldades que os pérfidos conselhos dos seus ministros e a imparável violência das tropas haviam arrancado à sua inexperiente juventude.

À chacina da raça flaviana sucedeu-se uma nova divisão das províncias, que foi ratificada num encontro pessoal dos três irmãos. Constantino, o mais velho dos Césares, obteve, juntamente com uma certa preeminência hierárquica, a posse da nova capital, que tinha o seu nome e o do seu pai. A Trácia e as regiões do Oriente foram incluídas no património de Constâncio; e Constante foi reconhecido como legítimo soberano da Itália, de África e da Ilíria Ocidental. Os exércitos submeteram-se ao seu direito hereditário e os três príncipes condescenderam, decorrido algum tempo, em aceitar o título de *Augusto* concedido pelo Senado. Quando eles assumiram,

pela primeira vez, as rédeas do governo, o mais velho destes príncipes tinha vinte e um anos, o segundo vinte e o terceiro apenas dezassete.

A ascensão da Pérsia sob Sapor II

Enquanto as nações belicosas da Europa seguiam os estandartes dos seus irmãos, Constâncio, à cabeça das efeminadas tropas da Ásia, viu-se obrigado a arrastar sozinho com o peso da guerra da Pérsia. Por ocasião da morte de Constantino, o trono do Oriente era ocupado por Sapor, filho de Hormuz ou Hormisdas e neto de Narses que, depois da vitória de Galério, reconhecera humildemente a superioridade do poder romano. Se bem que Sapor se encontrasse no trigésimo ano do seu longo reinado, estava ainda em toda a pujança da juventude, pois a data da sua entronização, devido a uma estranha fatalidade, antecederia a do nascimento. A mulher de Hormuz estava grávida na altura da morte do marido, e a incerteza do sexo, bem como a do êxito do parto, excitou as ambiciosas esperanças dos príncipes da casa de Sássan. Os receios de guerra civil foram finalmente esconjurados graças à garantia dos magos de que a viúva de Hormuz concebera e daria ditosamente à luz um filho. Obedientes à voz da superstição, os Persas prepararam sem demora a cerimónia da sua coroação. Um leito real, onde a rainha estava deitada, foi exibido no meio do palácio; o diadema achava-se colocado no lugar que se supunha esconder o futuro herdeiro de Artaxerxes, e os sátrapas prosternados adoraram a majestade do seu invisível e insensível soberano. Se dermos crédito a esta narrativa maravilhosa que parece, de resto, ser corroborada pelos costumes do povo e pela extraordinária duração do seu reinado, devemos admirar não apenas a fortuna, mas também o génio de Sapor. Na amena e retirada educação de um harém persa, o jovem régio pôde descobrir a importância de exercitar o vigor do corpo e da mente, e, graças ao seu esforço pessoal, mereceu um trono, onde o tinham sentado quando ainda desconhecia os deveres e as tentações do poder absoluto. A sua menoridade ficou exposta às quase inevitáveis calamidades da discórdia intestina; a sua capital foi atacada de surpresa e saqueada por Tair, um poderoso rei do Iémen ou da Arábia, e a majestade da família real viu-se degradada pelo cativo de uma princesa, a irmã do falecido rei. No entanto, assim que Sapor atingiu a idade viril, o

arrogante Tair, a sua nação e o seu reino ruíram ao primeiro ataque do jovem guerreiro, o qual aproveitou a sua vitória com uma mistura tão equilibrada de rigor e clemência, que obteve do temor e da gratidão dos Árabes o título de *Dhulacnaf*, ou protector da nação.

Constantino II foi derrotado em Aquileia, em 340, por Constante, que se tornou o senhor do Ocidente. No seu governo do Oriente, Constâncio teve de enfrentar os ataques dos Persas sob Sapor II. A invasão persa da Arménia representava uma ameaça para o avanço do cristianismo no Oriente. A vitória em Síngaros, em 348, transformou-se, por descuido, numa derrota estrondosa. A fortaleza de Nísibis aguentou três cercos e a paz firmou-se em 350. Nesse mesmo ano, Constante foi afastado por Magnêncio, enquanto Vetrânio assumia a púrpura imperial em nome de Constâncio. Constâncio acabou por vencer Magnêncio em 351, em Mursa, no vale do Savo, e, por fim, em 353, Constâncio reinava sobre um império unido.

Capítulo 19

A elevação de Juliano. A sua administração civil na Gália. O seu amor à cidade de Paris

As províncias divididas do império voltaram a ficar unidas pela vitória de Constâncio; no entanto, dado este débil príncipe não possuir mérito pessoal tanto na paz como na guerra; dado ele recear os seus generais e desconfiar dos seus ministros, o triunfo dos seus exércitos apenas serviu para estabelecer o reino dos *eunucos* no mundo romano. Estas infelizes criaturas, antigo fruto do ciúme e do despotismo orientais, foram introduzidas na Grécia e em Roma pelo contágio do luxo asiático. O seu progresso foi rápido; e os eunucos que, no tempo de Augusto, tinham sido abominados como o monstruoso séquito de uma rainha egípcia, passaram a ser gradualmente admitidos nas famílias das matronas, dos senadores e dos próprios imperadores. Restringidos pelos severos edictos de Domiciano e de Nerva, apadrinhados pelo orgulho de Diocleciano, reduzidos a uma condição humilde pela prudência de Constantino, eles multiplicaram-se nos palácios dos seus degenerados filhos e adquiriram a pouco e pouco o conhecimento e, por fim, a direcção dos conselhos secretos de Constâncio. A aversão e desprezo que o género humano votou desde sempre a esta imperfeita espécie parecem ter degradado o seu carácter, tornando-os quase tão incapazes como se supunha de nutrir qualquer sentimento generoso ou de praticar qualquer acção digna. Os eunucos eram, contudo, versados nas artes da lisonja e da intriga; e dominaram alternadamente o espírito de Constâncio através dos seus medos, da sua indolência e da sua vaidade.

Enquanto ele observava num espelho enganador a imagem agradável da prosperidade pública, permitia-lhes tibiamente que interceptassem as queixas das províncias molestadas; acumulassem imensos tesouros pela venda da justiça e das honras; aviltassem os mais importantes cargos devido à promoção dos que lhes haviam comprado por bom dinheiro os poderes da opressão; e satisfizessem o seu ressentimento contra os poucos espíritos independentes que se recusavam arrogantemente a solicitar a protecção de escravos. Destes escravos, o mais notável foi o camareiro Eusébio, que governou o monarca e o palácio com um ascendente tão absoluto, que Constâncio, nas palavras sarcásticas de um historiador imparcial, dispunha de algum crédito junto do imperioso favorito. Mercê das suas ardilosas sugestões, o imperador foi convencido a assinar a condenação do infeliz Galo e a acrescentar um novo crime à longa lista de homicídios desnaturados que já haviam manchado a honra da casa de Constantino.

Quando os dois sobrinhos de Constantino, Galo e Juliano, foram salvos da raiva dos soldados, o primeiro tinha cerca de doze, e o segundo mais ou menos seis anos de idade; e como o mais velho era considerado de frágil constituição física, ambos obtiveram facilmente uma vida precária e dependente da fingida piedade de Constâncio, o qual sabia que a execução destes órfãos desprotegidos surgiria aos olhos do mundo inteiro como um acto da mais deliberada crueldade. Várias cidades da Jónia e da Bitínia foram destinadas para lugar do seu exílio e educação; mas assim que o seu crescimento suscitou a inquietação do imperador, este considerou mais prudente fechar os infelizes jovens na segura fortaleza de Macelo, próximo de Cesareia. O tratamento que receberam durante um cativo de seis anos foi, em parte, o que poderiam esperar de um cuidadoso tutor e, de outra parte, o que poderiam recear de um tirano desconfiado. A sua prisão era um antigo palácio, a residência dos reis da Capadócia; a vista era agradável, o edifício imponente e o recinto espaçoso. Continuaram a estudar e a praticar os exercícios sob a direcção dos mais competentes mestres; e o numeroso pessoal designado para acompanhar, ou melhor, guardar os sobrinhos de Constantino, não era indigno do seu nascimento. Não podiam, contudo, dissimular a si próprios que estavam privados de fortuna, de liberdade e de segurança; e isolados da convivência de todos aqueles em quem poderiam confiar, concedendo-lhes a sua estima, e condenados a passar uma vida melancólica junto de escravos fiéis às ordens de um tirano que já os ofendera para lá dos limites de uma possível reconciliação. No entanto, as

emergências do Estado compeliram por fim o imperador, ou melhor, os seus eunucos, a investir Galo, aos vinte e cinco anos, do título de César e a cimentar esta aliança política por meio do seu casamento com a princesa Constantina. Após uma entrevista formal em que os dois príncipes se comprometeram por juramento mútuo a jamais empreender algo em prejuízo um do outro, retiraram-se os dois sem demora para as suas respectivas moradas. Constâncio prosseguiu a marcha para o Ocidente, e Galo fixou residência em Antioquia; donde, com uma autoridade delegada, ele administrou as cinco grandes dioceses da prefeitura oriental. Nesta afortunada mudança, o novo César não se esqueceu do seu irmão Juliano, que obteve honras próprias da sua categoria, um simulacro de liberdade e a restituição de um vasto património.

Galo revelou-se inapto para governar e foi afastado por meio do homicídio. Juliano, embora não tivesse sido inicialmente visto como um possível imperador, adquiriu gradualmente experiência e poder; e, em 355, foi declarado César. Enquanto Constâncio combatia na fronteira do Danúbio, ele defendia a Gália contra as invasões dos Alamanos e dos Francos. Dedicou-se, logo a seguir, a reconstruir e restaurar as cidades da Gália, «uma obra mais adequada à sua índole humanitária e filosófica».

Administração civil de Juliano na Gália

Um benigno cuidado com a paz e a felicidade dos seus súbditos foi o princípio dominante que dirigiu, ou pareceu dirigir, a administração de Juliano. Dedicou os lares dos seus quartéis de Inverno aos deveres do governo civil; e deu mostras de desempenhar com mais prazer o papel de um magistrado que o de um general. Antes de partir para o campo de batalha, devolvia aos governadores provinciais a maioria das causas públicas e privadas que tinham sido apresentadas ao seu tribunal; mas, no regresso, revia cuidadosamente os autos deles, amenizava o rigor da lei e pronunciava uma segunda sentença sobre os próprios juízes. Não cedendo sequer à derradeira tentação dos espíritos virtuosos, um indiscreto e imoderado zelo pela justiça, reprimiu, com calma e dignidade, o calor de um advogado que acusava de extorsão o presidente da província

Narbonense. «Quem é que alguma vez será considerado culpado», exclamou o veemente Delfídio, «se basta negar?» «E quem», replicou Juliano, «será alguma vez inocente, se basta afirmar?» Na administração geral da paz e da guerra, o interesse do soberano coincide, normalmente, com o do povo; no entanto, Constâncio ter-se-ia sentido profundamente ofendido, se as virtudes de Juliano o defraudassem da mais pequena parte do tributo que ele extorquia a uma terra oprimida e exaurida. O príncipe, que detinha as insígnias da realeza, podia, algumas vezes, pretender corrigir a insolência ávida dos agentes inferiores, deslindar os seus corruptos ardis e introduzir um modo mais equânime e fácil de cobrança. Mas a administração das finanças era mais confiadamente entregue a Florêncio, prefeito do pretório das Gálias, um tirano efeminado e incapaz de piedade ou de remorso; e o arrogante ministro queixava-se da mais decente e suave oposição, enquanto Juliano se mostrava mais inclinado a censurar a fraqueza do seu próprio comportamento. O César rejeitara com horror um mandato para lançar um imposto extraordinário; uma nova indicação que o prefeito lhe pedira para assinar; e o fiel retrato da miséria pública, através do qual se vira obrigado a justificar a sua recusa, ofendeu a corte de Constâncio. Podemos entregar-nos ao prazer de ler os sentimentos de Juliano, pois ele expressa-os com arrebatamento e liberdade numa carta endereçada a um dos seus mais íntimos amigos. Depois de expor o seu comportamento pessoal, prossegue nos seguintes termos: «Seria possível a um discípulo de Platão e Aristóteles agir de maneira diferente da minha? Acaso poderia eu abandonar os infelizes súbditos confiados ao meu cuidado? Não era porventura chamado a defendê-los das repetidas injúrias destes insensíveis ladrões? Um tribuno que abandona o posto é punido com a morte e privado das honras de um funeral. Com que justiça poderia eu pronunciar a *sua* sentença se, na hora de perigo, eu próprio negligenciasse um dever muito mais sagrado e importante? Deus colocou-me neste elevado posto; a sua providência resguardar-me-á e apoiar-me-á. Se for condenado a sofrer, encontrarei conforto no sentimento de uma consciência pura e recta. Queira o céu que eu ainda venha a ter um conselheiro como Salústio! Se acharem por bem enviar-me um sucessor, acederei sem relutância; e preferia aproveitar uma breve oportunidade de praticar o bem a desfrutar de uma longa e duradoura impunidade fazendo o mal.» A precária e dependente situação de Juliano alardeou as suas virtudes e escondeu os seus defeitos. O jovem herói, que sustentava na Gália o trono de Constâncio, não

tinha autorização para reformar os vícios do governo; mas teve a coragem de minorar ou lamentar o sofrimento do povo. A menos que tivesse conseguido reanimar o espírito marcial dos Romanos, ou introduzir as artes da indústria e da civilização entre os seus selvagens inimigos, ele não podia acalentar quaisquer esperanças racionais de garantir a tranquilidade pública, quer pela paz, quer pela conquista da Germânia. No entanto, as vitórias de Juliano suspenderam por algum tempo as incursões dos bárbaros e adiaram a ruína do Império do Ocidente.

Juliano e a cidade de Paris

A sua influência salutar restaurou as cidades da Gália, que durante tanto tempo haviam estado expostas aos malefícios da discórdia civil da guerra dos bárbaros e da tirania interna; e o espírito de indústria foi vivificado com a esperança da fruição. A agricultura, a manufactura e o comércio voltaram a florescer sob a protecção das leis; e as *curiae*, ou corporações civis, encheram-se novamente de úteis e respeitáveis membros; a juventude deixou de encarar com apreensão o casamento; e as pessoas casadas deixaram de recear a procriação; as festas públicas e privadas eram celebradas com a pompa habitual; e a frequente e segura comunicação entre as províncias apresentava a imagem da prosperidade nacional. Um espírito como o de Juliano deve ter apreciado o bem-estar geral de que era autor; mas ele mirava com especial satisfação e complacência a cidade de Paris, a sede da sua residência de Inverno e objecto da sua particular afeição. Esta esplêndida capital, que abrange actualmente um vasto território de ambos os lados do Sena, estava então confinada à pequena ilha no meio do rio, onde os habitantes se abasteciam de água pura e potável. O rio banhava a base das muralhas; e o acesso à cidade fazia-se unicamente através de duas pontes de madeira. Uma floresta cobria o lado setentrional do Sena, mas, no sul, o terreno que tem agora o nome de Universidade, foi aos poucos povoado de casas e adornado com um palácio, um anfiteatro, banhos, um aqueduto e um campo de Marte destinado aos exercícios das tropas romanas. O rigor do clima era temperado pela proximidade do oceano; e mediante algumas precauções que a experiência ditara, cultivaram-se, com êxito, a vinha e a figueira. Havia, no entanto, Invernos inclementes em que

o Sena gelava profundamente; e os enormes pedaços de gelo que flutuavam ao sabor da corrente poderiam comparar-se, aos olhos de um asiático, aos blocos de mármore branco que eram extraídos das pedreiras da Frígia. A licenciosidade e corrupção de Antioquia trouxeram à memória de Juliano os hábitos simples e severos da sua amada Lutécia, onde as diversões do teatro eram desconhecidas ou desprezadas. Ele comparava, indignadamente, os efeminados Sírios à valorosa e honesta simplicidade dos Gauleses, e quase perdoou a intemperança que constituía a única mácula do carácter céltico. Se Juliano pudesse revisitar hoje a capital da França, teria o ensejo de conversar com homens de ciência e génio, capazes de compreender e instruir um discípulo dos Gregos; por certo que desculparia as animadas e graciosas loucuras de uma nação cujo espírito marcial nunca foi amolecido pelo gozo do luxo; e aplaudiria, sem dúvida, a perfeição dessa arte inestimável que adoça, refina e embeleza o convívio social.

O RECONHECIMENTO DO CRISTIANISMO. OS COMEÇOS DA HERESIA

Capítulo 20

A conversão de Constantino. O seu edicto de tolerância. A sua visão e o seu baptismo. O estabelecimento legal do cristianismo. Distinção entre poderes espirituais e temporais

O estabelecimento público do cristianismo pode ser considerado uma daquelas importantes revoluções internas que despertam a mais viva curiosidade e oferecem a mais valiosa instrução. As vitórias e a política civil de Constantino já não influenciam o estado da Europa; no entanto, uma parte significativa do globo conserva a marca que recebeu graças à conversão deste monarca; e as instituições eclesiásticas do seu reinado ainda se ligam, por uma cadeia indissolúvel, às opiniões, paixões e interesses da geração actual.

Na análise de um assunto que se pode debater com imparcialidade, mas nunca encarar com indiferença, surge de imediato uma dificuldade de natureza inesperada — a de fixar a data autêntica e precisa da conversão de Constantino. O eloquente Lactâncio, no meio da corte, parece impaciente

por proclamar ao mundo o exemplo glorioso do soberano das Gálias que, nos primórdios do seu reinado, reconheceu e venerou a majestade do verdadeiro e único Deus. O douto Eusébio atribuiu a fé de Constantino ao sinal milagroso que se mostrou no céu, enquanto ele meditava e preparava a expedição de Itália. O historiador Zósimo afirma maliciosamente que o imperador banhara as mãos no sangue do filho mais velho antes de renunciar, publicamente, aos deuses de Roma e dos seus antepassados. A perplexidade causada por estas autoridades discordantes resulta do comportamento do próprio Constantino. Segundo o rigor da linguagem eclesiástica, o primeiro dos imperadores *cristãos* foi indigno deste nome até à hora da morte, pois só na derradeira doença é que ele recebeu, como catecúmeno, a imposição das mãos, sendo em seguida admitido, pelo ritual iniciatório do baptismo, no número dos fiéis. O cristianismo de Constantino deve ser tomado num sentido muito mais vago e menos restrito; e torna-se necessária a máxima exactidão no traçado das lentas e quase imperceptíveis gradações através das quais o monarca se declarou o protector e, finalmente, o prosélito da Igreja. Era uma árdua tarefa erradicar os hábitos e preconceitos da sua educação, reconhecer o divino poder de Cristo e compreender que a verdade da *sua* revelação era incompatível com o culto dos deuses. Os obstáculos que provavelmente se lhe depararam no seu próprio espírito induziram-no a proceder com cautela na delicada mudança de uma religião nacional; e foi descobrindo a pouco e pouco as suas novas opiniões, consoante lhe era possível fazê-las valer com segurança e eficácia. Durante todo o curso do seu reinado, o rio do cristianismo fluíu num movimento suave, embora acelerado; mas a sua marcha geral era algumas vezes obstruída, e outras vezes desviada pelas circunstâncias acidentais da época e pela prudência, ou talvez pelo capricho do monarca. Os seus ministros tinham permissão para anunciar as intenções do amo nas várias linguagens que melhor se adaptavam aos seus respectivos princípios; e ele equilibrava habilmente as esperanças e os receios dos seus súbditos, publicando no mesmo ano dois edictos; o primeiro ditava a solene observância do domingo, e o segundo regia a consulta regular do Arúspice. Enquanto esta importante revolução ainda se mantinha em suspenso, os cristãos e os pagãos observavam o comportamento do seu soberano com igual ansiedade, mas sentimentos muito diversos. Os primeiros eram impelidos pelos móveis tanto do zelo como da vaidade a exagerar as marcas do seu favor e as provas da sua fé. Os segundos, até as suas justas

apreensões se transformarem em desespero e ressentimento, tentavam ocultar ao mundo, e a si próprios, que os deuses de Roma haviam deixado de poder contar com o imperador no número dos seus devotos. As mesmas paixões e preconceitos levaram os escritores parciais da época a ligar a profissão pública do cristianismo ao mais glorioso ou ao mais infame período do reinado de Constantino.

Quaisquer que fossem os indícios de piedade cristã discerníveis nos discursos ou nas atitudes de Constantino, ele perseverou até perto dos quarenta anos na prática da religião estabelecida; e o mesmo comportamento que, na corte da Nicomédia, podia ser imputado ao seu receio, devia apenas atribuir-se à inclinação ou à política do soberano das Gálias. A sua liberalidade restaurou e enriqueceu os templos dos deuses; as medalhas cunhadas na casa da moeda imperial estão gravadas com as figuras e os atributos de Júpiter e Apolo, de Marte e de Hércules; e a sua piedade filial aumentou o conselho do Olimpo com a solene apoteose de seu pai Constâncio. Mas a devoção de Constantino era mais especialmente dirigida pelo génio do Sol, o Apolo da mitologia grega e romana; e sentia prazer em ver-se representado com os símbolos do deus da Luz e da Poesia. As setas certas desta divindade, o brilho dos seus olhos, a sua coroa de louros, a sua beleza imortal e a elegância dos seus dons parecem indicá-lo como o patrono de um jovem herói. Os altares de Apolo eram cobertos com as oferendas votivas de Constantino; e a multidão crédula foi ensinada a acreditar que o imperador tinha licença para contemplar com os seus olhos de mortal a majestade visível da sua divindade tutelar; e que, já acordado, já na visão de um sonho, fora abençoado com o presságio auspicioso de um longo e vitorioso reinado. O Sol era universalmente celebrado como o invencível guia e protector de Constantino; e os pagãos tinham bons motivos para esperar que o deus ofendido perseguisse com a sua vingança implacável a impiedade do seu ingrato favorito.

Enquanto Constantino exerceu uma soberania limitada sobre as províncias da Gália, os seus súbditos cristãos encontravam-se protegidos pela autoridade, e talvez pelas leis, de um príncipe que deixava sabiamente aos deuses o cuidado de defenderem a sua própria honra. A acreditar nas declarações de Constantino em pessoa, ele fora um espectador indignado das selvagens crueldades infligidas, pelas mãos dos soldados romanos, aos cidadãos cujo único crime era a religião que professavam(*). Assistira, no Oriente e no Ocidente, aos diferentes efeitos da severidade e da

indulgência; e dado a primeira lhe ser tornada ainda mais odiosa pelo exemplo de Galério, seu implacável inimigo, ele era convidado à segunda pela autoridade e conselhos de um pai moribundo. O filho de Constâncio suspendeu ou anulou imediatamente os edictos de perseguição e garantiu o livre exercício das suas cerimónias religiosas a todos os que já se haviam declarado membros da Igreja. Em breve se sentiram encorajados a depender do favor e também da justiça do seu soberano, que se impregnara de um secreto e sincero respeito pelo nome de Cristo e pelo Deus dos cristãos.

O edicto de tolerância

Cerca de cinco meses após a conquista de Itália, o imperador fez uma solene e autêntica declaração dos seus sentimentos por intermédio do famoso Edicto de Milão, que devolveu a paz à Igreja Católica. Na entrevista pessoal dos dois príncipes do Ocidente, Constantino, pelo ascendente do seu brilho e do seu poder, obteve o imediato acordo do seu colega Licínio; a união dos nomes e da autoridade deles desarmou a fúria de Maximino; e após a morte do tirano do Oriente, o Edicto de Milão foi recebido como uma lei geral e fundamental do mundo romano.

A sabedoria dos imperadores providenciou a restituição de todos os direitos civis e religiosos de que os cristãos haviam sido tão injustamente privados. Ficou determinado que os lugares de culto e as terras públicas que tinham sido confiscados iriam de novo para as mãos da Igreja, sem querela, sem demora e sem despesa; e esta severa injunção fez-se acompanhar da agradável promessa de que, no caso de algum dos compradores ter pago um preço justo e adequado, seria indenizado pelo tesouro público. Os salutareos regulamentos que preservam a futura tranquilidade dos fiéis baseiam-se nos princípios de uma vasta e igual tolerância; e esta igualdade deve ter sido interpretada por uma seita recente como uma vantajosa e honrosa distinção. Os dois imperadores proclamam ao mundo que concederam um poder livre e absoluto aos cristãos, bem como a todos os outros, de seguirem a religião que cada indivíduo achar por bem preferir, que o coração lhe ditar e que considere mais apropriada à sua prática. Explicam cuidadosamente todas as palavras ambíguas, excluem todas as excepções e exigem aos governadores das províncias uma rígida obediência

ao verdadeiro e simples significado de um edicto que se destinou a estabelecer e garantir, sem limites, os direitos da liberdade religiosa. Condescendem em indicar dois motivos de peso que os levaram a outorgar esta tolerância universal: a humana intenção de atender à paz e felicidade do seu povo; e a piedosa esperança de que, mediante tal conduta, apaziguariam e tornariam propícia a *Divindade* que pontifica no céu. Reconhecem, agradecidos, os muitos sinais notórios que receberam do favor divino; e esperam que a mesma Providência continue a proteger eternamente a prosperidade do príncipe e do povo. Com base nestas vagas e indefinidas expressões de piedade, podem fazer-se três suposições de natureza diferente, mas não incompatível. O espírito de Constantino oscilava provavelmente entre as religiões cristã e pagã. Seguindo as complacentes e imprecisas noções do politeísmo, ele podia reconhecer o Deus dos cristãos como *uma* das *muitas* divindades que compunham a hierarquia dos céus. Ou talvez adoptasse a filosófica e sedutora ideia de que, apesar da variedade de nomes, ritos e crenças, todas as seitas e todas as nações da humanidade se unem no culto de um mesmo Pai e Criador do Universo.

Todavia, os conselhos dos príncipes são mais frequentemente influenciados por perspectivas de vantagem temporal do que por considerações sobre uma verdade abstracta e especulativa. O parcial e crescente favor de Constantino pode, naturalmente, relacionar-se com a estima que ele votava ao carácter moral dos cristãos e à convicção de que a difusão do Evangelho inculcaria a prática da virtude pública e privada. Por mais liberalidade que um monarca absoluto possa assumir no seu comportamento, e por mais indulgência que possa requerer para as suas paixões pessoais, é sem dúvida do seu interesse que todos os súbditos respeitem as obrigações naturais e civis da sociedade. A influência das mais sábias leis é, contudo, imperfeita e precária. Elas raramente inspiram virtude e nem sempre conseguem refrear o vício. A sua autoridade é insuficiente para proibir tudo aquilo que condenam, e nem sempre podem punir as acções que proíbem. Os legisladores da Antiguidade haviam chamado em seu auxílio os recursos da educação e da opinião. No entanto, todos os princípios que haviam outrora mantido o vigor e pureza de Roma e de Esparta tinham desaparecido havia muito num império em declínio e déspota. A filosofia continuava a dispor de uma suave preponderância sobre a mente humana, mas a causa da virtude tirava um fraco apoio da influência

da superstição pagã. Ante estas desanimadoras circunstâncias, um magistrado prudente observaria com prazer o avanço de uma religião que propagava entre o povo um puro, benevolente e universal sistema de ética, adaptado a todos os deveres e condições da vida, prescrito como a vontade e a razão da suprema divindade e sustentado pela sanção de recompensas ou castigos eternos. A experiência da história grega e romana não podia ensinar ao mundo até que ponto o sistema dos costumes nacionais deve ser reformado e melhorado pelos preceitos de uma revelação divina; e Constantino podia escutar com certa confiança as lisonjeiras e, de facto, razoáveis garantias de Lactâncio. O eloquente apologista parecia esperar firmemente, e quase se arriscava a prometer, *que* o estabelecimento do cristianismo restauraria a inocência e a felicidade da idade primitiva; *que* o culto do verdadeiro Deus eliminaria a guerra e a dissensão entre aqueles que se consideravam mutuamente filhos de um mesmo pai; *que* todos os desejos impuros, todas as paixões egoístas ou odientas seriam reprimidas pelo conhecimento do Evangelho; e *que* os magistrados poderiam embainhar o gládio da justiça entre um povo que fosse unanimemente movido por sentimentos de verdade e piedade, de equidade e moderação, de harmonia e amor universal.

A obediência passiva e submissa que se verga sob o jugo da autoridade, ou mesmo da opressão, deve ter surgido aos olhos de um monarca absoluto como a mais notável e útil das virtudes evangélicas. Os primeiros cristãos faziam derivar a instituição do governo civil, não do consentimento do povo, mas dos decretos do Céu. Embora o imperador reinante tivesse usurpado o ceptro por meio da traição e do crime, ele assumiu logo o papel sagrado de vice-regente da Divindade. Era somente à Divindade que ele tinha de prestar contas pelo abuso do poder: e os seus súbditos encontravam-se indissolivelmente ligados, pelo juramento de fidelidade, a um tirano que violara todas as leis da Natureza e da sociedade. Os humildes cristãos eram enviados para este mundo como cordeiros no meio dos lobos; e dado não lhes ser permitido usar a força, mesmo na defesa da sua religião, ainda seriam mais criminosos se sentissem a tentação de derramar o sangue do próximo na disputa dos vãos privilégios, ou dos sórdidos bens desta vida transitória. Fiéis à doutrina do apóstolo que no reinado de Nero tinha pregado o dever da submissão incondicional, os cristãos dos três primeiros séculos mantiveram a sua consciência pura e inocente da culpa da conspiração secreta ou da revolta declarada. Enquanto sofreram o rigor da

perseguição, nunca foram levados a pegar em armas contra os seus tiranos no campo da batalha, nem tão-pouco a fugir indignadamente para qualquer canto remoto e isolado do globo. Os protestantes de França, da Alemanha e da Inglaterra, que apregoaram com tanta intrepidez a sua liberdade civil e religiosa, foram injuriados pela odiosa comparação entre a conduta dos primeiros cristãos e a dos reformadores. Talvez se deva substituir a censura pelo aplauso à superioridade de bom senso e espírito dos nossos antepassados, que se tinham convencido de que a religião não podia abolir os direitos inalienáveis da natureza humana. Talvez a paciência da Igreja primitiva possa atribuir-se, em igual medida, à sua fraqueza e à sua virtude. Uma seita de plebeus avessos à guerra, sem chefes, sem armas, nem fortificações, seria indubitavelmente destruída numa precipitada e infrutífera resistência ao senhor das legiões romanas. Mas quando os cristãos desaprovaram a cólera de Diocleciano, ou solicitaram o favor de Constantino, podiam alegar, com verdade e confiança, que cumpriam o princípio da obediência passiva e que, durante três séculos, a sua conduta fora sempre conforme aos seus princípios. Podiam acrescentar que o trono dos imperadores assentaria em bases fixas e permanentes se todos os súbditos, ao abraçar a doutrina cristã, aprendessem a sofrer e a obedecer.

Na ordem geral da Providência, os príncipes e os tiranos são considerados os ministros do Céu, encarregados de governar ou castigar as nações da Terra. No entanto, a história sagrada fornece muitos exemplos célebres da mais imediata interposição da Divindade na condução do seu povo eleito. O ceptro e a espada foram entregues nas mãos de Moisés, de Josué, de Gedeão, de David e dos Macabeus: as virtudes destes heróis foram a causa ou o efeito do favor divino, e o êxito das suas armas destinava-se a consumir a libertação ou o triunfo da Igreja. Enquanto os juízes de Israel eram magistrados ocasionais e temporários, os reis de Judá retiravam da unção real do seu grande antepassado um direito hereditário e irrevogável, que não podia ser apagado pelos seus próprios vícios, nem anulado por capricho dos súbditos. A mesma extraordinária Providência, que já não se circunscrevia ao povo judaico, podia eleger Constantino e a sua família como os protectores do mundo cristão; e o devoto Lactâncio anuncia, num tom profético, as futuras glórias do seu longo e universal reinado. Galério e Maximino, Maxêncio e Licínio foram os rivais que partilharam as províncias do império com o favorito do Céu. As mortes trágicas de Galério e Maximino satisfizeram em breve o ressentimento dos

cristãos e confirmaram as suas confiantes esperanças. A vitória de Constantino sobre Maxêncio e Licínio afastou os dois poderosos adversários que continuavam a opor-se ao triunfo do segundo David, e a causa dele parecia ter direito à especial interposição da Providência. A índole do tirano romano degradava a púrpura e a natureza humana; e, embora os cristãos gozassem aparentemente do seu precário favor, encontravam-se expostos, juntamente com os restantes súbditos, aos efeitos da sua arbitrária e caprichosa crueldade. O comportamento de Licínio depressa revelou a relutância com que ele acedera às sábias e humanas disposições do Edicto de Milão. A convocação dos sínodos provinciais foi interdita nos seus domínios; os seus funcionários cristãos viram-se ignominiosamente demitidos; e se bem que ele evitasse o crime, ou melhor, o perigo de uma perseguição geral, os seus vexames parciais ainda se tornaram mais odiosos por causa da violação de um compromisso solene e voluntário. Enquanto o Oriente, segundo a vigorosa expressão de Eusébio, estava envolto nas sombras da treva infernal, os raios auspiciosos da luz celestial aqueciam e iluminavam as províncias do Ocidente. A piedade de Constantino era vista como uma prova excepcional da justiça da sua causa; e o uso que ele fez da vitória confirmou a opinião dos cristãos de que o seu herói era inspirado e conduzido pelo Senhor dos Exércitos. A conquista de Itália originou um edicto geral de tolerância; e, mal a derrota de Licínio proporcionou a Constantino o domínio total do mundo romano, logo ele exortou todos os seus súbditos, mediante cartas circulares, a imitar sem demora o exemplo do seu soberano e a abraçar a divina verdade do cristianismo.

A certeza de que a elevação de Constantino estava intimamente ligada aos desígnios da Providência inculcou no espírito dos cristãos duas opiniões que, por meios muito diferentes, serviam a realização da profecia. A sua calorosa e activa lealdade esgotou, em favor dele, todos os recursos da indústria humana; e esperavam confiantemente que os seus estrénuos esforços seriam secundados por qualquer divina e milagrosa ajuda. Os inimigos de Constantino atribuíram a motivos interesseiros a aliança que, a pouco e pouco, ele estabeleceu com a Igreja Católica e que parece ter contribuído para o êxito da sua ambição. No início do século iv, os cristãos formavam um número muito desproporcionado em relação aos habitantes do império; mas, no meio de um povo degenerado, que encarava a mudança de chefes com a indiferença de escravos, o ânimo e a união de um partido

religioso podia ajudar o popular soberano ao serviço do qual, por uma questão de consciência, os seus aderentes haviam dedicado as suas vidas e fortunas. O exemplo do pai ensinara Constantino a estimar e recompensar o mérito dos cristãos; e na distribuição dos cargos públicos, ele desfrutara da vantagem de consolidar o seu governo pela escolha de ministros ou generais em cuja lealdade podia depositar uma justificada e ilimitada confiança. A influência destes distintos missionários iria multiplicar os prosélitos da nova fé na corte e no exército; os bárbaros da Germânia, que enchiam as fileiras das legiões, possuíam um temperamento desprendido que aquiescia, sem resistência, à religião do seu comandante; e quando elas atravessaram os Alpes, pode supor-se razoavelmente que um grande número de soldados já haviam consagrado a sua espada ao serviço de Cristo e de Constantino. Os hábitos dos homens e o interesse da religião diminuíram gradualmente o horror à guerra e ao derramamento de sangue que, durante tanto tempo, prevalecera entre os cristãos; e nos concílios que se realizavam sob a benevolente protecção de Constantino, a autoridade dos bispos foi oportunamente utilizada para ratificar a obrigação do juramento militar e infligir a pena da excomunhão aos soldados que depusessem as armas durante a paz da Igreja. Enquanto, nos seus domínios, Constantino aumentava o número e o zelo dos seus fiéis partidários, ele também podia contar com o apoio de uma poderosa facção nas províncias que ainda eram possuídas ou usurpadas pelos seus rivais. Um secreto descontentamento difundia-se entre os súbditos cristãos de Maxêncio e Licínio; e o ressentimento que este último não tentou dissimular apenas serviu para os empenhar mais profundamente na causa do seu rival. A correspondência regular que ligava os bispos das províncias mais distantes permitia-lhes comunicar livremente os seus desejos e desígnios, e divulgar sem perigo qualquer informação útil, ou piedoso contributo, susceptível de prestar serviço a Constantino, que declarara publicamente haver pegado em armas em prol da libertação da Igreja.

A visão de Constantino

O entusiasmo que arrebatou as tropas, e talvez o próprio imperador, afiava-lhes as espadas ao mesmo tempo que lhes satisfazia a consciência.

Avançavam para o campo de batalha com a plena certeza de que o mesmo Deus que, outrora, abrira uma passagem aos Israelitas através das águas do Jordão e derrubara as muralhas de Jericó ao som das trombetas de Josué empenharia a sua visível majestade e o seu poder na vitória de Constantino. Os testemunhos da história eclesiástica tendem a afirmar que as suas expectativas foram justificadas pelo assinalável milagre ao qual tem sido atribuída quase unanimemente a conversão do primeiro imperador cristão. A causa imaginária ou real de um acontecimento tão importante merece e requer a atenção da posteridade; e tentarei fazer uma apreciação justa da célebre visão de Constantino, considerando uns após outros o *estandarte*, o *sonho* e o *sinal celestial*; ou seja, isolando o histórico, o natural e o maravilhoso desta narrativa extraordinária, os quais, na composição de um especioso argumento, foram habilmente confundidos num esplêndido e frágil conjunto.

I. Um instrumento de tortura que apenas se infligia a escravos e estrangeiros tornava-se um objecto de horror aos olhos dos cidadãos romanos; e as ideias de crime, dor e ignomínia ligavam-se intimamente à ideia de cruz(*). Foi mais a piedade do que a humanidade que levou Constantino a abolir rapidamente nos seus domínios o suplício que o Salvador do Mundo condescendera em suportar; no entanto, o imperador já devia ter aprendido a vencer os preconceitos da sua educação e os do seu povo quando mandou erguer no centro de Roma a sua estátua empunhando uma cruz na mão direita, com uma inscrição que atribuía a vitória dos seus exércitos e a libertação de Roma à virtude deste sinal salutar, o verdadeiro símbolo da força e da coragem. O mesmo símbolo santificou as armas dos soldados de Constantino; a cruz brilhava nos seus elmos; estava gravada nos seus escudos e tecida nos seus estandartes; e os emblemas consagrados que enfeitavam a pessoa do próprio imperador não se distinguiam senão por materiais mais ricos e um fabrico mais requintado. Mas a bandeira principal que atestava o triunfo da cruz era designada por *Labarum*, um obscuro, embora famoso nome, cuja origem tem sido procurada sem êxito em quase todas as línguas do mundo. É descrito como um comprido pique cruzado por uma barra transversal. O véu de seda pendente da trave era curiosamente lavrado com os retratos do monarca reinante e dos seus filhos. A ponta superior do pique era encimada por uma coroa de ouro que continha o misterioso monograma que representava simultaneamente a figura da cruz e as letras iniciais do nome de Cristo. A segurança do lábaro

era confiada a cinquenta guardas de comprovado valor e lealdade; o seu posto era recompensado por honras e ganhos; e vários ditos acontecimentos depressa divulgaram a ideia de que, enquanto os guardas do lábaro estivessem no desempenho das suas funções, ficavam seguros e invulneráveis no meio das setas do inimigo. Na segunda guerra civil, Licínio sentiu e receou o poder deste estandarte consagrado, cuja vista infundia nos soldados de Constantino um invencível entusiasmo e espalhava o terror e a desordem entre as fileiras das legiões inimigas. Os imperadores cristãos que respeitaram o exemplo de Constantino desdobravam em todas as suas expedições militares o pendão da cruz; mas quando os degenerados sucessores de Teodósio deixaram de aparecer pessoalmente à cabeça dos seus exércitos, o lábaro foi deposto, como uma venerável mas inútil relíquia, no palácio de Constantinopla. As suas honras ainda são observáveis nas medalhas da família Flaviana. A grata devoção dela colocou o monograma de Cristo entre as insígnias de Roma. Os solenes epítetos de «segurança da República», «glória do exército», «restauração da felicidade pública» são igualmente aplicados aos troféus religiosos e militares; e ainda existe uma medalha do imperador Constâncio onde o estandarte do lábaro se faz acompanhar destas memoráveis palavras: Com este sinal vencerás.

II. Em todas as ocasiões de perigo ou aflicção, os primitivos cristãos costumavam fortificar o corpo e a alma com o sinal da cruz, o qual utilizavam em todos os seus ritos eclesiásticos, em todas as ocorrências diárias da vida, como uma protecção infalível contra todo o tipo de males espirituais ou temporais. A autoridade da Igreja poderia, só por si, ter tido peso suficiente para justificar a devoção de Constantino que, numa prudente e gradual evolução, reconheceu a verdade e assumiu o símbolo do cristianismo. No entanto, o testemunho de um escritor contemporâneo, que num tratado formal defendeu a causa da religião, confere um carácter mais imponente e sublime à piedade do imperador. Ele afirma com a máxima certeza que, na noite anterior à última batalha contra Maxêncio, Constantino foi exortado num sonho a inscrever nos escudos dos soldados *o sinal celeste de Deus*, o monograma sagrado do nome de Cristo; que ele executou as ordens do Céu e que o seu valor e obediência foram recompensados com a decisiva vitória da Ponte Mílvia. Algumas considerações talvez possam levar um espírito céptico a suspeitar do critério ou da verdade do retor, cuja pena, por uma questão de zelo ou de

interesse, se dedicara à causa da facção dominante. Julga-se que publicou as suas *Mortes dos Perseguidores* na Nicomédia, cerca de três anos após a vitória romana; mas a distância de mil milhas e o intervalo de mil dias deixaram uma ampla latitude à invenção de declamadores, à credulidade de partido e à aprovação tácita do próprio imperador, que podia ouvir sem indignação a maravilhosa narrativa que exaltava a sua fama e promovia os seus desígnios. A favor de Licínio, que ainda dissimulava a animosidade contra os cristãos, este mesmo autor divulgou uma visão semelhante, sob forma de uma oração que foi transmitida por um anjo e repetida por todo o exército antes de defrontar as legiões do tirano Maximino. A frequente repetição de milagres serve para excitar, quando não a subjuga, a razão do género humano. No entanto, caso se considere em separado o sonho de Constantino, podemos naturalmente explicá-lo pela política ou o entusiasmo do imperador. Durante a sua ansiedade na véspera do dia que iria decidir o destino do império, se sobreveio uma breve e agitada sonolência, a venerável figura de Cristo e o conhecido símbolo da sua religião podem ter surgido febrilmente à activa imaginação de um príncipe que respeitava o nome e talvez implorasse, em segredo, o poder do Deus dos cristãos. E um estadista consumado poderia igualmente servir-se sem custo de um desses estratagemas militares, de uma dessas piedosas fraudes que Filipe e Sertório haviam utilizado com tanta arte e êxito. A origem sobrenatural dos sonhos era universalmente aceite pelas nações da Antiguidade, e uma parte significativa do exército gaulês já se encontrava predisposta a depositar toda a confiança no símbolo salutar da religião cristã. A secreta visão de Constantino só poderia ser contradita pelo desfecho; e o intrépido herói que atravessara os Alpes e os Apeninos podia encarar com a indiferença do desespero as consequências de uma derrota sob as muralhas de Roma. O Senado e o povo, exultantes pela sua libertação de um tirano odioso, reconheceram que a vitória de Constantino ultrapassava os poderes humanos, sem se atreverem a insinuar que fora conseguida graças à protecção dos *deuses*. O arco triunfal que foi erguido cerca de três anos após o acontecimento proclama, numa linguagem ambígua, que pela grandeza do seu próprio valor e por um *instinto* ou impulso da Divindade, ele tinha salvo e vingado a República Romana. O orador pagão que aproveitara antes de mais ninguém a oportunidade de celebrar as virtudes do conquistador supõe que apenas ele usufruía de um secreto e íntimo comércio com o Ente Supremo, o qual delegava o cuidado

dos mortais nas suas divindades subordinadas; e oferece, por conseguinte, um motivo muito plausível para que os súbditos de Constantino não se disponham a abraçar a nova religião do seu soberano.

III. O filósofo que, com uma calma suspeição, examina os sonhos e os presságios, os milagres e os prodígios da história profana ou mesmo eclesiástica concluirá provavelmente que, se os olhos dos espectadores foram, por vezes, enganados pela fraude, o entendimento dos leitores tem sido, com muito mais frequência, insultado pela ficção. Todos os eventos, ou aparências, ou acidentes que parecem desviar-se do curso normal da Natureza foram irreflectidamente atribuídos à acção imediata da Divindade; e a assombrada fantasia da multidão conferiu, por vezes, forma e cor, linguagem e movimento aos fugidios mas invulgares meteoros dos ares. Nazário e Eusébio são os dois mais celebres oradores que, em estudados panegíricos, se esforçaram por exaltar a glória de Constantino. Nove anos depois da vitória romana, Nazário descreve um exército de guerreiros divinos que pareciam cair do céu; salienta a sua beleza, o seu ânimo, a sua estatura gigantesca, a torrente de luz emanada das suas armaduras celestiais, a paciência deles em deixarem-se ouvir e ver pelos mortais; e também menciona a sua declaração de que tinham sido enviados, em pleno voo, para ajudar Constantino Magno. Para prova deste prodígio, o orador pagão invoca toda a nação gaulesa, diante da qual falava, e parece esperar que as antigas aparições passem a merecer crédito, devido a este recente e público acontecimento. A fábula cristã de Eusébio, que ao cabo de vinte e seis anos pode ter resultado do sonho original, é vazada num molde muito mais correcto e elegante. Ele conta que, numa das suas marchas militares, Constantino viu com os seus próprios olhos o troféu luminoso da cruz, colocado por sobre o Sol no ponto mais alto e tendo a seguinte inscrição: SÊ VENCEDOR COM ISTO. Um tão surpreendente objecto no céu provocou a admiração de todo o exército, bem como do próprio imperador, que ainda estava indeciso sobre a escolha de uma religião. No entanto, a sua surpresa converteu-se em fé graças à visão da noite seguinte. Cristo apareceu na sua frente; e mostrando o mesmo sinal celeste da cruz, aconselhou Constantino a arranjar um estandarte semelhante e a marchar, com a certeza da vitória, contra Maxêncio e todos os seus inimigos. O erudito bispo de Cesareia parece ter sentido que a tardia descoberta deste maravilhoso episódio podia suscitar alguma surpresa e desconfiança entre os mais piedosos dos seus leitores. Todavia, em vez de indagar as circunstâncias exactas de tempo e de

lugar que sempre contribuem para desmascarar a falsidade ou estabelecer a verdade; em vez de coligir e registrar os testemunhos de tantas pessoas ainda vivas, que deviam ter sido espectadoras deste assombroso milagre, Eusébio contenta-se em apresentar um estranho testemunho, o do falecido Constantino, que muitos anos depois do acontecimento e no decurso de uma conversa lhe relatara este extraordinário incidente da sua vida, cuja verdade atestara por meio de um juramento solene. A prudência e gratidão do douto prelado não lhe permitia suspeitar da veracidade do seu vitorioso senhor; mas ele sugere claramente que, num facto desta natureza, recusaria dar crédito a uma autoridade menor. Este motivo de confiança não deveria sobreviver ao poder da família Flaviana; e o sinal celeste, que os infiéis poderiam mais tarde ridiculizar, foi descurado pelos cristãos do século que se seguiu à conversão de Constantino. No entanto, a Igreja Católica, tanto a do Oriente como a do Ocidente, adoptou um prodígio que favorece, ou parece favorecer, o culto popular da cruz. A visão de Constantino manteve um lugar honroso na lenda das superstições, até que o ousado e sagaz espírito da crítica se dispôs a rebaixar o triunfo e contestar a verdade do primeiro imperador cristão.

O baptismo de Constantino

Os leitores protestantes e filosóficos da nossa época tenderão a acreditar que, na narrativa da sua conversão, Constantino sustentou uma falsidade intencional por meio de um perjúrio solene e deliberado. Não devem hesitar em afirmar que, na escolha de uma religião, o seu espírito só atendeu ao interesse; e que (segundo a expressão de um profeta profano) ele utilizou os altares da Igreja como um oportuno degrau para ascender ao trono do império. Uma conclusão tão severa e radical não é, contudo, autorizada pelo nosso conhecimento da natureza humana, de Constantino e do cristianismo. Em tempos de fervor religioso, tem-se observado que os mais hábeis estadistas sentem uma parte do entusiasmo que eles inspiram; e os santos mais ortodoxos assumem o perigoso privilégio de defender a causa da verdade pelas armas do embuste e da falsidade. O interesse pessoal constitui frequentemente a regra da nossa crença, bem como da nossa prática; e os mesmos motivos de conveniência temporal, que deviam

influenciar a conduta pública e as declarações de Constantino, poderiam imperceptivelmente ter disposto o seu espírito a aderir a uma religião tão propícia à sua fama e fortuna. A sua vaidade foi satisfeita pela certeza lisonjeira de que *ele* tinha sido escolhido pelo Céu para reinar na terra; o êxito justificara o seu direito divino ao trono, e este direito baseava-se na verdade da revelação cristã. Na medida em que a autêntica virtude é não raro estimulada por aplausos imerecidos, a piedade simulada de Constantino, se é que de início foi apenas simulada, pode ter amadurecido, a pouco e pouco, devido à influência da adulação, do hábito e do exemplo, tornando-se uma fé séria e uma ardente devoção. Os bispos e pregadores da nova seita, cujas vestes e maneiras não os qualificavam para residir numa corte, eram admitidos à mesa imperial; acompanhavam o monarca nas suas expedições; e o ascendente que um deles, um egípcio ou espanhol, adquiriu sobre o seu espírito, foi imputado pelos pagãos ao efeito da magia. Lactâncio, que adornou os preceitos do Evangelho com a eloquência de Cícero, e Eusébio, que consagrou a erudição e a filosofia dos Gregos ao serviço da religião, ganharam a amizade e a familiaridade do soberano; e estes hábeis mestres da controvérsia podiam esperar pacientemente pelos dóceis e complacentes momentos aptos à persuasão, e servir-se com destreza dos argumentos mais adequados à personalidade e ao entendimento do imperador. Independentemente das vantagens que podiam advir da aquisição de um prosélito imperial, ele distinguia-se dos muitos milhares de súbditos que haviam adoptado as doutrinas do cristianismo, acima de tudo pelo esplendor da púrpura e não tanto pela superioridade de discernimento e de virtude. De resto, não parece impossível que o espírito de um soldado iletrado tenha cedido ao peso das provas que, numa época mais esclarecida, satisfizeram ou subjugaram a razão de um Grócio, de um Pascal ou de um Locke. No meio dos incessantes labores do seu altíssimo cargo, este soldado passava, ou fingia passar, uma parte da noite a estudar diligentemente as Escrituras e a compor discursos teológicos que depois pronunciava na presença de uma numerosa e aprovadora assistência. Num longuíssimo discurso que ainda hoje existe, o pregador real discorre sobre as várias provas da religião; insiste, porém, com especial atenção, nos versos Sibilinos e na quarta écloga de Virgílio. Quarenta anos antes do nascimento de Cristo, o bardo mantuano, como que inspirado pela musa celestial de Isaías, celebrara, com toda a pompa da metáfora oriental, o regresso da Virgem, a queda da serpente, o próximo nascimento de uma

criança divina, filha do grande Júpiter, que expiaria as culpas do género humano e governaria o pacífico universo com as virtudes do seu pai; o advento e a manifestação de uma raça celeste, nação primitiva espalhada por todo o mundo; e a gradual restauração da inocência e da felicidade da idade do ouro. Talvez o poeta não tivesse consciência do sentido secreto e do objecto destas sublimes profecias, que foram tão indignamente aplicadas ao filho recém-nascido de um cônsul, ou de um triúnviro; mas se uma interpretação mais gloriosa e realmente especiosa da quarta écloga contribuiu para a conversão do primeiro imperador cristão, Virgílio merece ser colocado entre os mais bem-sucedidos missionários do Evangelho.

Os imponentes mistérios da fé e do culto cristãos eram ocultos aos olhos dos estranhos, e até mesmo dos catecúmenos, com um afectado sigilo que contribuiu para excitar a sua admiração e curiosidade. No entanto, as severas regras de disciplina, que a prudência dos bispos instituíra, foram abrandadas pela mesma prudência em benefício de um prosélito imperial que era tão importante atrair, por amável condescendência, para o seio da Igreja; e Constantino teve oportunidade, pelo menos através de uma licença tácita, de usufruir da *maioria* dos privilégios antes de contrair qualquer das obrigações de um cristão. Em vez de se retirar da congregação quando a voz do diácono mandava embora a multidão profana, ele rezava com os fiéis, debatia com os bispos, pregava sobre as mais sublimes e complexas questões teológicas, celebrava em rituais sagrados a vigília pascal e declarava-se publicamente, não só um participante, mas, em certa medida, um padre e um hierofante dos mistérios cristãos. O orgulho de Constantino poderia exigir, e os seus serviços talvez a merecessem, alguma distinção extraordinária; um rigor despropositado podia ter destruído os frutos ainda verdes da sua conversão; e se as portas da Igreja se houvessem fechado estritamente a um príncipe que desertara os altares dos deuses, o senhor do império teria ficado privado de qualquer forma de culto religioso. Na sua última visita a Roma, ele renegou piedosamente e insultou as superstições dos seus antepassados, recusando-se a conduzir o desfile militar da ordem equestre e a oferecer os votos públicos ao Júpiter do monte Capitolino. Muitos anos antes do seu baptismo e da sua morte, Constantino proclamara ao mundo que nem a pessoa nem a imagem dele voltariam a ser vistas no interior de um templo idólatra; e distribuiu ao mesmo tempo pelas províncias uma série de medalhas e de pinturas que representavam o imperador numa postura humilde e suplicante de devoção cristã.

O orgulho de Constantino, que recusou a qualidade de catecúmeno, não oferece uma explicação ou uma desculpa fáceis; mas a demora do seu baptismo pode ser justificada pelas máximas e pela prática eclesiásticas da Antiguidade. O sacramento do baptismo era regularmente administrado pelo próprio bispo, assistido pelo seu clero, na catedral da diocese, durante os cinquenta dias que separavam as festas solenes da Páscoa e do Pentecostes; e, durante este período sagrado, um grande número de crianças e adultos eram admitidos no regaço da Igreja. A sensatez dos pais levava-os frequentemente a suspender o baptismo dos filhos, até estes poderem compreender as obrigações que contraíam; a severidade dos antigos bispos exigia aos recém-convertidos um noviciado de dois ou três anos; e os próprios catecúmenos, por vários motivos de ordem temporal ou espiritual, raramente mostravam pressa em assumir o carácter de cristãos perfeitos e iniciados. O sacramento do baptismo continha, por princípio, uma total e absoluta remissão do pecado; e a alma era instantaneamente devolvida à sua pureza original e recebia a promessa de salvação eterna. Entre os prosélitos do cristianismo eram muitos os que consideravam uma imprudência precipitar um ritual salutar que não se podia repetir; desperdiçar um inestimável privilégio que era impossível recuperar. Ao atrasarem o baptismo, podiam atrever-se livremente a saciar as suas paixões no gozo deste mundo, ao mesmo tempo que conservavam os meios de uma segura e fácil absolvição(*). A sublime teoria do Evangelho causara uma impressão muito mais leve no coração do que no intelecto do próprio Constantino. Ele prosseguiu o grande objectivo da sua ambição pelos escuros e sangrentos caminhos da guerra e da política; e, depois da vitória, abusou sem moderação da sua fortuna. Em vez de afirmar a sua justa superioridade sobre o heroísmo imperfeito e a filosofia profana de Trajano e dos Antoninos, a idade madura de Constantino fê-lo perder a fama que adquirira na juventude. Enquanto avançava no conhecimento da verdade, ia descurando, em igual medida, o exercício da virtude; e o mesmo ano do seu reinado em que ele convocou o Concílio de Niceia ficou manchado pela execução, ou melhor, pelo homicídio do seu filho mais velho. Esta data, só por si, basta para refutar as ignorantes e maliciosas sugestões de Zósimo, o qual afirma que, depois da morte de Crispo, o remorso de pai o levou a aceitar dos ministros do cristianismo a expiação que ele solicitara inutilmente aos pontífices pagãos. Na altura da morte de Crispo, o imperador já não podia hesitar na escolha de uma religião; já não podia

ignorar que a Igreja possuía um remédio infalível, embora tivesse optado por adiar o seu uso até a aproximação da morte haver afastado a tentação e o perigo de uma recaída. Os bispos que chamou durante a sua derradeira doença ao palácio da Nicomédia regozijaram-se do fervor com que ele pediu e recebeu o sacramento do baptismo, da solene afirmação de que o resto da sua vida seria digna de um discípulo de Cristo, e da sua humilde recusa de usar o manto imperial, depois de ter envergado as vestes brancas de um neófito. O exemplo e a fama de Constantino pareceram sancionar o adiamento do baptismo. Tiranos futuros foram encorajados a acreditar que o sangue inocente que pudessem derramar num longo reinado seria, num ápice, lavado pelas águas da regeneração; e o abuso da religião minou perigosamente os fundamentos da virtude moral.

O estabelecimento legal do cristianismo

A gratidão da Igreja exaltou as virtudes e desculpou as fraquezas de um generoso patrono que instalou o cristianismo no trono do mundo romano; e os Gregos, que celebram a festa do santo imperial, raramente mencionam o nome de Constantino sem acrescentar o título de *igual aos apóstolos*. Se uma tal comparação se refere ao carácter destes divinos missionários, ela deve ser atribuída à extravagância da lisonja ímpia. Mas se o paralelo se limitar à extensão e número das suas vitórias evangélicas, o êxito de Constantino talvez possa igualar-se ao dos próprios apóstolos. Por meio dos edictos de tolerância, ele anulou as desvantagens temporais que até então haviam retardado os progressos do cristianismo; e os activos e inúmeros ministros da fé receberam livre permissão e um pródigo incentivo para recomendar as verdades salutareis da revelação, mercê de todos os argumentos susceptíveis de impressionar a razão ou a piedade dos homens. O fiel da balança não tardou a desequilibrar-se entre as duas religiões; e o olhar penetrante da avareza e da cobiça em breve descobriu que a prática do cristianismo podia contribuir tanto para o interesse da vida presente como da futura. As esperanças de riqueza e honrarias, o exemplo de um imperador, as suas exortações, os seus sorrisos irresistíveis incutiam convicção no seio das multidões venais e obsequiosas que geralmente enchem os aposentos de um palácio. As cidades que se assinalavam por um

zelo fervoroso na destruição voluntária dos seus templos eram distinguidas com privilégios municipais e recompensadas com dádivas ao povo; e a nova capital do Oriente gloriava-se da singular vantagem de Constantinopla nunca ter sido profanada pela adoração de ídolos. Dado as camadas mais baixas da sociedade se regerem pela imitação, a conversão dos que se distinguiam pelo seu nascimento, poder ou riqueza foi rapidamente seguida por turbas dependentes. A salvação da gente comum era comprada por baixo preço, a ser verdade que, num só ano, doze mil homens receberam o baptismo em Roma, além de um número correspondente de mulheres e crianças, e que uma veste branca, mais vinte moedas de ouro, haviam sido prometidas pelo imperador a todos os convertidos. A poderosa influência de Constantino não se circunscreveu aos estreitos limites da sua vida ou dos seus domínios. A educação que ele proporcionou aos filhos e sobrinhos garantiu ao império uma estirpe de príncipes cuja fé era ainda mais intensa e sincera por se terem imbuído desde a mais tenra infância do espírito, ou pelo menos da doutrina do cristianismo. A guerra e o comércio tinham propagado o conhecimento do Evangelho para lá das fronteiras das províncias romanas; e os bárbaros, que haviam desdenhado uma seita humilde e proscrita, aprenderam rapidamente a estimar uma religião que fora tão recentemente adoptada pelo maior monarca e pela nação mais civilizada do globo. Os godos e os germanos que se alistaram sob a bandeira de Roma respeitavam a cruz que brilhava à cabeça das legiões, e os seus ferozes compatriotas recebiam ao mesmo tempo as lições da fé e da humanidade. Os reis da Ibéria e da Arménia veneravam o Deus do seu protector; e os seus súbditos, que conservaram invariavelmente o nome de cristãos, formaram em breve uma aliança sagrada e perpétua com os seus irmãos romanos. Em tempo de guerra, os cristãos da Pérsia eram suspeitos de preferir a sua religião ao seu país; mas, enquanto a paz subsistiu entre os dois impérios, o espírito perseguidor dos magos foi eficazmente refreado pela interposição de Constantino. A luz do Evangelho iluminou as costas da Índia. As colónias de judeus que haviam penetrado na Arábia e na Etiópia opuseram-se ao avanço do cristianismo; no entanto, o esforço dos missionários foi, em certa medida, facilitado por um prévio conhecimento da revelação mosaica; e a Abissínia continua a venerar a memória de Frumêncio, que, no tempo de Constantino, dedicou a vida à conversão destas regiões distantes. Sob o reinado do seu filho Constâncio, Teófilo, por sinal de origem indiana, foi investido da dupla dignidade de embaixador e

de bispo. Embarcou no mar Vermelho com duzentos cavalos do mais puro sangue da Capadócia, que eram enviados pelo imperador ao príncipe dos Sabeus ou Homéritas. Também foram confiados a Teófilo muitos outros presentes úteis ou curiosos, susceptíveis de despertar a admiração e granjear a amizade dos bárbaros; e ele dedicou, com êxito, vários anos a uma visita pastoral às Igrejas da zona tórrida.

O poder irresistível dos imperadores romanos manifestou-se na relevante e perigosa mudança da religião nacional. O terror de uma força militar silenciou os leves e desapoitados murmúrios dos pagãos, e havia razões para esperar que a pronta submissão do clero, bem como do povo cristão, fosse o resultado do sentido do dever e da gratidão. Há muito se estabelecera como máxima fundamental da constituição romana que todas as categorias de cidadãos se encontravam igualmente sujeitas às leis e que o encargo da religião era tanto um direito como uma obrigação dos magistrados civis. Constantino e os seus sucessores não podiam convencer-se facilmente de que devido à conversão haviam perdido uma parte das prerrogativas imperiais, ou que não tinham competência para ditar leis a uma religião por eles protegida e adoptada. Os imperadores continuaram a exercer uma jurisdição suprema sobre a ordem eclesiástica; e o décimo sexto livro do Código de Teodósio enuncia, sob uma série de títulos, a autoridade que eles assumiram no governo da Igreja Católica.

Distinção entre os poderes espiritual e temporal

No entanto, a distinção entre os poderes espiritual e temporal, que nunca havia sido imposta ao espírito livre da Grécia e de Roma, foi introduzida e confirmada pelo estabelecimento legal do cristianismo. A dignidade de grande pontífice, que desde a era de Numa à de Augusto sempre fora exercida por um dos mais eminentes senadores, ligou-se, por fim, à missão imperial. O primeiro magistrado do Estado executava ele próprio as funções sacerdotais, tantas vezes quantas a tal era levado pela superstição ou pela política; tão-pouco existia qualquer ordem de sacerdotes, quer em Roma quer nas províncias, que reclamasse um carácter mais sagrado entre os homens, ou uma comunicação mais íntima com os deuses. Mas na Igreja cristã, que confia o serviço dos altares a uma sucessão perpétua dos

ministros consagrados, o monarca, cuja hierarquia espiritual é menos honrosa que a do mais insignificante diácono, colocava-se abaixo da balaustrada do santuário e confundia-se com o resto da multidão de fiéis. O imperador podia ser saudado como o pai do seu povo, mas devia obediência e respeito filiais aos padres da Igreja; e os mesmos sinais de veneração que Constantino tributara às pessoas dos santos e confessores não tardaram a ser exigidos pelo orgulho da ordem episcopal. Um conflito secreto entre as jurisdições civil e eclesiástica embaraçava as operações do governo romano; e um imperador piedoso assustava-se com o crime e o risco de tocar com mãos profanas na Arca da Aliança. A separação de homens em duas ordens, a do clero e a dos leigos, era em boa verdade familiar a muitas nações da Antiguidade; e os sacerdotes da Índia, da Pérsia, da Assíria, da Judeia, da Etiópia, do Egipto e da Gália atribuíram uma origem celestial aos poderes e bens temporais que haviam adquirido. Estas respeitáveis instituições tinham-se acomodado gradualmente aos costumes e ao governo dos seus respectivos países, mas a oposição ou o desprezo pelo poder civil serviu para cimentar a disciplina da Igreja primitiva. Os cristãos tinham sido obrigados a eleger os seus próprios magistrados, a angariar e distribuir um rendimento especial e a regular a política interna da sua comunidade por meio de um código de leis que eram ratificadas pelo consentimento do povo e por uma prática de trezentos anos. Quando Constantino abraçou a fé dos cristãos, pareceu firmar uma aliança perpétua com uma sociedade distinta e independente; e os privilégios concedidos ou confirmados por este imperador, ou pelos seus sucessores, foram aceites não como precários favores da corte, mas como justos e inalienáveis direitos da ordem eclesiástica.

A Igreja Católica era administrada pela jurisdição espiritual e legal de mil e oitocentos bispos; dentre eles, mil estavam colocados nas províncias gregas, e oitocentos nas províncias latinas do império. A extensão e os limites das suas respectivas dioceses haviam sido traçados de modo diverso e accidental pelo zelo e o êxito dos primeiros missionários, pelos desejos do povo e pela propagação do Evangelho. As igrejas episcopais situavam-se umas ao pé das outras ao longo das margens do Nilo, no litoral de África, na Ásia proconsular e através das províncias meridionais de Itália. Os bispos da Gália e de Espanha, da Trácia e do Ponto reinavam sobre um vasto território e delegavam a execução dos deveres subalternos do ofício pastoral nos seus sufragâneos rurais. Uma diocese cristã podia abranger

toda uma província ou reduzir-se a uma aldeia; todos os bispos possuíam, no entanto, uma hierarquia idêntica e indelével; todos derivavam os mesmos poderes e privilégios dos apóstolos, do povo e das leis. Ao passo que as profissões *civil* e *militar* eram separadas pela política de Constantino, uma nova e perpétua ordem de ministros *eclesiásticos*, sempre respeitável, por vezes perigosa, estabelecia-se na Igreja e no Estado. O importante quadro da sua situação e das suas atribuições pode repartir-se pelos seguintes capítulos: I. Eleição popular. II. Ordenação do clero. III. Propriedades. IV. Jurisdição civil. V. Censuras espirituais. VI. Exercício de pregação pública. VII. Privilégio de assembleias legislativas.

I. A liberdade das eleições subsistiu muito tempo após o estabelecimento legal do cristianismo, e os súbditos de Roma usufruíam na Igreja do privilégio que haviam perdido na República, o de escolherem os magistrados aos quais deviam obediência. Mal um bispo havia fechado os olhos, o metropolitano incumbia um dos seus sufragâneos de administrar a diocese vaga, e de preparar, num tempo limitado, a futura eleição. O direito de voto era conferido ao clero inferior, que aparecia como o mais qualificado para avaliar o mérito dos candidatos; aos senadores ou nobres da cidade, a todos aqueles que se distinguissem pela sua categoria ou bens; e, por fim, ao conjunto do povo, que, no dia indicado, acorria em massa das partes mais remotas da diocese e, por vezes, silenciava com as suas tumultuosas aclamações a voz da razão e as leis da disciplina. Estas aclamações podiam, acidentalmente, convergir para o concorrente mais valoroso: um antigo presbítero, um santo monge ou um leigo famoso pelo seu zelo e piedade. Todavia, a cadeira episcopal, especialmente nas grandes e opulentas cidades do império, era sobretudo solicitada como uma dignidade temporal e não tanto espiritual. Os métodos interesseiros, as paixões egoístas e odientas, as artes da perfídia e da dissimulação, a corrupção secreta, a declarada e até mesmo sangrenta violência que haviam, outrora, desacreditado a liberdade das repúblicas da Grécia e de Roma influenciavam, com demasiada frequência, a escolha dos sucessores dos apóstolos. Enquanto um dos candidatos se vangloriava das honras da sua família, um segundo aliciava os juizes com as iguarias de uma mesa farta, e um terceiro, mais culpado do que os rivais, prometia partilhar os despojos da Igreja com os cúmplices das suas sacrílegas esperanças. As leis, tanto civis como eclesiásticas, tentaram afastar a população deste solene e importante sufrágio. Ao exigirem várias qualificações episcopais de idade,

posição, etc., os cânones da antiga disciplina restringiam, em certa medida, o capricho indiscriminado dos eleitores. A autoridade dos bispos provinciais, que se encontravam reunidos na igreja vaga para consagrar a escolha do povo, foi usada para lhes moderar as paixões e corrigir os erros. Os bispos podiam recusar ordenar um candidato indigno, e o furor das facções rivais aceitava, não raro, a sua mediação imparcial. A submissão ou a resistência do clero e do povo estabeleceram, em várias ocasiões, diversos precedentes que se converteram, a pouco e pouco, em leis positivas e costumes locais; mas em todos os lados se admitia, como uma máxima fundamental da política religiosa, que nenhum bispo podia ser imposto a uma Igreja já ortodoxa sem o consentimento dos seus membros. Os imperadores, como guardiões da tranquilidade pública, e como primeiros cidadãos de Roma e Constantinopla, podiam, de facto, expressar o seu desejo na escolha de um primaz; mas estes monarcas absolutos respeitavam a liberdade das eleições eclesiásticas; e, se por um lado distribuíam e retomavam as honras do Estado e do exército, já por outro lado permitiam que mil e oitocentos magistrados perpétuos recebessem os seus importantes cargos por meio do sufrágio livre do povo. Parecia ser conforme à justiça que estes magistrados não se afastassem de uma prelatura honrosa, da qual não podiam ser privados; no entanto, a sabedoria dos concílios esforçou-se, sem muito êxito, por fixar a residência e impedir as deslocções dos bispos. A disciplina do Ocidente era, no fundo, menos frouxa que a do Oriente; todavia, as mesmas paixões que impunham a necessidade destas regras tornaram-nas ineficazes. As censuras que alguns prelados furiosos tão veementemente lançaram uns contra os outros apenas serviram para revelar a sua culpa comum e mútua indiscrição.

II. Os bispos eram os únicos que possuíam a faculdade de geração *espiritual*, e este extraordinário privilégio podia compensar, até certo ponto, o doloroso celibato que lhes foi imposto como uma virtude, como um dever e, por fim, como uma obrigação absoluta. As religiões da Antiguidade que estabeleceram uma ordem separada de sacerdotes dedicavam uma raça sagrada, uma tribo ou uma família ao serviço eterno dos deuses. Tais instituições destinavam-se mais a garantir a posse do que a conquista. Os filhos dos sacerdotes desfrutavam, com orgulhosa e indolente segurança, da sua herança sagrada; e o ardente espírito de entusiasmo extinguiu-se no meio dos cuidados, dos prazeres e do afecto da vida doméstica. O santuário cristão encontrava-se, ao invés, aberto a todos os candidatos ambiciosos que

aspirassem às suas promessas celestiais ou aos seus bens temporais. O emprego dos padres, tal como o dos soldados ou dos magistrados, era incansavelmente exercido pelos homens cujo temperamento e capacidades os haviam levado a adoptar a condição eclesiástica, ou que tinham sido escolhidos por um bispo sagaz como os mais bem qualificados para promover a glória e o interesse da Igreja. Os bispos (até o abuso ser restringido pela prudência das leis) podiam forçar os relutantes e proteger os necessitados, e a imposição das mãos concedia para sempre um dos mais valiosos privilégios da sociedade civil. Todo o corpo do clero católico, mais numeroso, talvez, do que as legiões, era dispensado pelos imperadores de qualquer serviço público ou privado, das funções municipais, dos impostos e das contribuições pessoais que representavam um peso intolerável para os seus concidadãos; e os deveres da sua santa profissão eram aceites como o pleno cumprimento das suas obrigações para com a República. Cada bispo adquiria um absoluto e irrevogável direito à obediência perpétua do clérigo que ele ordenava; o clero de cada igreja episcopal, com as suas paróquias dependentes, constituía uma sociedade permanente e regular; e as catedrais de Constantinopla(*) e de Cartago mantiveram a sua peculiar organização de quinhentos ministros eclesiásticos. A sua categoria e o seu número foram paulatinamente multiplicados pela superstição dos tempos, que introduziram na Igreja as esplendorosas cerimónias de um templo judaico ou pagão; e um longo séquito de padres, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores, chantres e porteiros contribuíram, nas suas respectivas funções, para aumentar a pompa e a harmonia do culto religioso. O nome de clérigo e os seus privilégios estenderam-se a muitas piedosas confrarias que sustentavam devotamente o trono eclesiástico. Seiscentos *parabolani*, ou aventureiros, visitavam os doentes em Alexandria; mil e cem *copiatæ*, ou coveiros, enterravam os mortos em Constantinopla; e os enxames de monges, que surgiram das margens do Nilo, cobriram e ensombraram a face do mundo cristão.

III. O Edicto de Milão garantiu o rendimento e também a paz da Igreja. Os cristãos não só recuperaram as terras e as casas que lhes tinham sido tiradas pelas leis perseguidoras de Diocleciano, como adquiriram pleno direito a todos os bens que até aí só haviam sido usufruídos graças à conivência do magistrado. Mal o cristianismo se tornou a religião do imperador e do império, o clero nacional pôde reivindicar uma existência decente e digna; e o pagamento de um imposto anual deveria ter libertado o

povo dos tributos opressivos que a superstição impõe aos seus adeptos. No entanto, conforme as necessidades e as despesas da Igreja aumentavam com a sua prosperidade, a ordem eclesiástica continuou a ser apoiada e enriquecida pelas oblatas voluntárias dos fiéis. Oito anos após o Edicto de Milão, Constantino concedeu a todos os súbditos uma livre e universal autorização para legarem as suas fortunas à santa Igreja Católica; e a devota prodigalidade, que ao longo das suas vidas fora travada pelo luxo ou a avareza, brotava em grande abundância à hora da morte. Os cristãos ricos eram encorajados pelo exemplo do soberano. Um monarca absoluto, rico sem património, pode ser caridoso sem mérito; e Constantino acreditou demasiado facilmente que compraria o favor do Céu se mantivesse os ociosos à custa dos laboriosos, e distribuísse pelos santos a riqueza do Estado. O mesmo mensageiro que levou a África a cabeça de Maxêncio pôde ser incumbido de uma epístola a Ceciliano, bispo de Cartago. O imperador comunica-lhe que os tesoureiros da província têm ordem para lhe pagar a soma de três mil fólis, ou mil e oitocentas libras esterlinas, e dar cumprimento às suas outras solicitações para amparo das Igrejas de África, da Numídia e da Mauritânia. A liberalidade de Constantino aumentou numa justa proporção com a sua fé e os seus vícios. Ele determinou em cada cidade uma distribuição regular de trigo para prover ao fundo da caridade eclesiástica, e as pessoas de ambos os sexos que abraçassem a vida monástica tornavam-se especiais favoritos do soberano. Os templos cristãos de Antioquia, Alexandria, Jerusalém, Constantinopla, etc., alardeavam a piedade faustosa de um príncipe ansioso, já perto do fim da vida, por igualar as obras perfeitas da Antiguidade. A forma destes edifícios religiosos era simples e oblonga, embora eles pudessem, por vezes, elevar-se em jeito de cúpula e, outras vezes, ramificar-se sob a figura de uma cruz. Os madeiramentos eram, na sua maior parte, feitos de cedros do Líbano; o telhado era coberto com telhas, ou talvez com folhas de bronze dourado; e as paredes, as colunas, o pavimento estavam incrustados de mármore variados. Os mais preciosos ornamentos de ouro e prata, de seda e pedras preciosas eram consagrados com profusão ao serviço do altar, e esta magnificência exterior tinha uma base sólida e perpétua na propriedade de terras. No espaço de dois séculos, desde o reinado de Constantino ao de Justiniano, as mil e oitocentas igrejas do império foram enriquecidas pelas frequentes e inalienáveis doações do príncipe e do povo. Um rendimento anual de seiscentas libras esterlinas pode ser razoavelmente atribuído aos

bispos, os quais se situavam a uma distância igual da riqueza e da pobreza, mas cujo nível de vida aumentou, a pouco e pouco, com a dignidade e a opulência das cidades que eles governavam. Um autêntico mas imperfeito rol de rendas^(*) especifica algumas casas, lojas, jardins e herdades pertencentes às três basílicas de Roma — São Pedro, São Paulo e São João de Latrão — nas províncias de Itália, África e do Oriente. Elas produziam, além de uma reserva de azeite, linho, papel, arómatas, etc., um rendimento líquido anual de vinte e duas mil moedas de ouro, ou doze mil libras esterlinas. Na época de Constantino e de Justiniano, os bispos deixaram de possuir — talvez já não a merecessem — a confiança cega do clero e do povo. Os rendimentos eclesiásticos de cada diocese eram divididos em quatro partes destinadas, respectivamente, ao uso do próprio bispo, do clero inferior, dos pobres e do culto público; e o abuso deste depósito sagrado foi rígida e repetidamente reprimido. O património da Igreja continuava sujeito a todas as imposições públicas do Estado. O clero de Roma, Alexandria, Tessalonica, etc., pôde solicitar e obter algumas isenções parciais; mas a tentativa prematura do grande Concílio de Rimini, que aspirava a uma franquia universal, foi repelida com êxito pelo filho de Constantino.

IV. O clero latino, que erigiu o seu tribunal sobre as ruínas do direito civil e consuetudinário, aceitou humildemente, como uma dádiva de Constantino^(**), a jurisdição independente que era fruto do tempo, do acaso e do seu próprio labor. No entanto, a liberalidade dos imperadores cristãos já lhe tinha então outorgado algumas prerrogativas legais que garantiam e dignificavam a função sacerdotal^(***). 1) Sob um governo despótico, apenas os bispos alcançaram e mantiveram o inestimável privilégio de não serem julgados senão pelos seus pares; e mesmo em casos de acusação capital, um sínodo dos seus irmãos constituía o único juiz da sua culpabilidade ou inocência. Um tribunal deste género, excepto quando era movido pelo ressentimento pessoal ou pela discórdia religiosa, devia ser favorável, ou mesmo parcial para com a ordem sacerdotal; no entanto, Constantino estava convencido de que a impunidade secreta seria menos nefasta do que o escândalo público, e o Concílio de Niceia foi elucidado pela sua declaração pública de que, se porventura surpreendesse um bispo no acto de adultério, lançaria o seu manto imperial sobre o pecador episcopal. 2) A jurisdição doméstica dos bispos servia simultaneamente de privilégio e de freio à ordem eclesiástica, cujos processos civis eram decentemente subtraídos ao conhecimento de um juiz secular. As suas faltas leves não eram expostas à

vergonha de um julgamento ou de um castigo público; e o suave correctivo que a fraqueza da juventude pode receber por parte dos pais ou dos preceptores era a medida da severidade moderada dos bispos. No entanto, se o clero se tornava culpado de um crime que não podia ser suficientemente expiado pela sua destituição de uma profissão digna e lucrativa, o magistrado romano desembainhava o gládio da justiça, sem atender às imunidades eclesiásticas. 3) A arbitragem dos bispos era ratificada por uma lei positiva; e os juízes recebiam instruções para executar, sem apelo nem demora, os decretos episcopais cuja validade dependera, até então, do consentimento das duas partes. A conversão dos próprios magistrados e de todo o império deve ter afastado gradualmente os receios e os escrúpulos dos cristãos. No entanto, ainda recorriam ao tribunal dos bispos, cuja capacidade e integridade apreciavam; e o venerável Agostinho queixava-se, cheio de complacência, de que as suas funções espirituais eram constantemente interrompidas pela desagradável ocupação de decidir sobre a reclamação ou a posse de prata e ouro, de terras e gado. 4) O antigo privilégio de santuário foi transferido para os templos cristãos e alargado, pela liberal piedade de Teodósio II, *o Moço*, a todo o recinto dos terrenos consagrados. Os fugitivos, até mesmo os criminosos suplicantes, podiam implorar a justiça ou a misericórdia da Divindade e dos seus ministros. A violência apressada do despotismo era suspensa pela branda interposição da Igreja, e as vidas ou as fortunas dos súbditos mais ilustres podiam ser protegidas pela mediação do bispo.

V. O bispo era o censor perpétuo dos hábitos do seu povo. A disciplina de penitência resumia-se num sistema de jurisprudência canónica, que definia cuidadosamente o dever da confissão pública ou privada, as condições da prova, os graus de culpa e a medida dos castigos. Era impossível executar esta censura espiritual se o pontífice cristão, que punia as obscuras faltas da multidão, respeitasse os vícios notórios e os crimes destrutivos do magistrado; mas também não era impossível inculpar a conduta do magistrado sem inspeccionar a administração do governo civil. Algumas noções de religião, ou lealdade, ou medo protegiam a pessoa sagrada dos imperadores do zelo ou do ressentimento dos bispos; no entanto, estes censuravam e excomungavam ousadamente os tiranos subordinados que não se encontravam revestidos da púrpura imperial. Santo Atanásio excomungou um dos ministros do Egipto, e o interdito que ele pronunciou do fogo e da água foi solenemente transmitido às Igrejas da Capadócia. Sob

o reinado de Teodósio II, o elegante e eloquente Sinésio, um dos descendentes de Hércules, ocupou a sé episcopal de Ptolemais, próximo das ruínas da antiga Cirene, e o bispo filósofo desempenhou dignamente o papel que assumira com relutância (*). Venceu o monstro da Líbia, o presidente Andronico, que abusava da autoridade de um cargo venal, inventava novos modos de rapina e de tortura e agravava o crime de opressão com o de sacrilégio. Após uma tentativa frustrada de emendar o arrogante magistrado por meio de uma suave e religiosa admoestação, Sinésio infligiu a última sentença da justiça eclesiástica, votando Andronico, juntamente com os cúmplices e as suas *famílias*, ao ódio da terra e do céu. Os pecadores impenitentes, mais cruéis do que Fálaris ou Senaquerib, mais destrutivos do que a guerra, a peste ou uma nuvem de gafanhotos, são privados do nome e dos privilégios dos cristãos, da participação nos sacramentos e da esperança do Paraíso. O bispo exorta o clero, os magistrados e o povo a renunciar a todo o convívio com os inimigos de Cristo, a excluí-los das suas casas e mesas, e a recusar-lhes as necessidades comuns da vida e os ritos decentes do enterro. A Igreja de Ptolemais, por mais desprezível e obscura que possa parecer, dirige esta declaração a todas as Igrejas, suas irmãs, do mundo; e os profanos que rejeitarem os seus decretos ver-se-ão implicados na culpa e no castigo de Andronico e dos seus ímpios seguidores. Estes terrores espirituais foram feitos valer mediante um hábil requerimento à corte bizantina; o apavorado presidente implorou a misericórdia da Igreja, e o descendente de Hércules teve a satisfação de ajudar a levantar um tirano prostrado no chão. Estes princípios e exemplos prepararam insensivelmente o triunfo dos pontífices romanos que puseram o pé no pescoço dos reis.

VI. Todos os governos populares sofreram os efeitos de uma rude ou artificial eloquência. A mais fria natureza é arrebatada, e a mais firme razão sente-se abalada, pela rápida comunicação do impulso dominante; e cada auditor é influenciado pelas suas próprias paixões e pelas da multidão circundante. A ruína da liberdade civil silenciara os demagogos de Atenas e os tribunos de Roma; o hábito da pregação, que parece constituir uma parte significativa da devoção cristã, não fora introduzido nos tempos da Antiguidade; e os ouvidos dos monarcas nunca suportaram o áspero som da eloquência popular, antes de os púlpitos do império serem ocupados por oradores sagrados que detinham algumas vantagens desconhecidas dos seus profanos antecessores. Os argumentos e a retórica do tribuno eram logo a

seguir contestados, com armas iguais, por hábeis e resolutos antagonistas; e a causa da verdade e da razão podia tirar um eventual benefício do conflito das paixões hostis. O bispo, ou qualquer distinto presbítero no qual ele delegava com precaução os poderes de pregar, arengava, sem risco de interrupção ou réplica, a uma multidão submissa cujos espíritos haviam sido preparados e subjugados pelas imponentes cerimónias da religião. A rígida subordinação da Igreja Católica era de tal ordem que os mesmos sons combinados podiam sair em simultâneo de cem púlpitos de Itália ou do Egipto, caso fossem afinados^(*) pela mão de mestre do primaz romano ou alexandrino. O objectivo desta instituição era louvável, mas os frutos nem sempre se revelaram salutareis. Os pregadores recomendavam a prática dos deveres sociais; mas exaltavam a perfeição da virtude monástica, que é penosa ao indivíduo e inútil à espécie humana. As suas exortações caridosas denunciavam o secreto desejo de que o clero obtivesse licença para dispor da riqueza dos fiéis em benefício dos pobres. As mais sublimes representações dos atributos e das leis da Divindade eram manchadas por uma vã mistura de subtilezas metafísicas, ritos pueris e milagres fictícios; e eles dissertavam, com o mais fervoroso zelo, sobre o mérito religioso de odiar os adversários e obedecer aos ministros da Igreja. Sempre que a tranquilidade pública era perturbada pela heresia e pelo cisma, os oradores sagrados faziam soar a trombeta da discórdia, e talvez da sedição. O entendimento das suas congregações ficava perplexo com os mistérios, e as paixões delas eram inflamadas por meio de invectivas; e todos saíam dos templos cristãos de Antioquia ou de Alexandria preparados para sofrer ou infligir o martírio. A corrupção do gosto e da linguagem acha-se profundamente assinalada nas veementes declamações dos bispos latinos; no entanto, as composições de Gregório e de Crisóstomo foram comparadas aos mais esplêndidos modelos da eloquência ática ou, pelo menos, asiática^(**).

VII. Os representantes da República Cristã reuniam-se regularmente todos os anos na Primavera e no Outono; e estes sínodos difundiam o espírito da disciplina e da legislação eclesiástica nas cento e vinte províncias do mundo romano. O arcebispo ou metropolitano era autorizado, por lei, a fazer comparecer os bispos sufragâneos da sua província; a examinar o seu comportamento, defender os seus direitos, atestar a sua fé e ponderar o mérito dos candidatos que eram eleitos pelo clero e pelo povo a fim de preencher as vagas do colégio episcopal. Os primazes de Roma,

Alexandria, Antioquia, Cartago e, posteriormente, Constantinopla, que exerciam uma jurisdição mais ampla, convocavam a numerosa assembleia dos bispos deles dependentes. Mas a convocação extraordinária dos sínodos gerais era uma prerrogativa exclusiva do imperador. Sempre que os momentos críticos da Igreja exigiam esta medida decisiva, ele enviava uma peremptória notificação aos bispos ou representantes de cada província, com ordem para a utilização de cavalos de posta e o devido pagamento das custas de viagem. Num período inicial, quando Constantino era mais o protector do que o prosélito do cristianismo, ele mandou julgar a controvérsia africana no Concílio de Arles, onde os bispos de Iorque, Tréveros, Milão e Cartago se reuniram como amigos e irmãos para discutir, nas suas línguas nacionais, os interesses comuns da Igreja latina ou ocidental. Onze anos depois, uma assembleia mais numerosa e célebre reuniu-se em Niceia, na Bitínia, a fim de solucionar, mediante uma sentença final, as disputas subtis que tinham surgido no Egipto sobre a questão da Trindade. Trezentos e dezoito bispos obedeceram à convocação do seu indulgente senhor; o número de eclesiásticos de todas as categorias, seitas e denominações foi estimado em duas mil e quarenta e oito pessoas; os gregos compareceram em pessoa; e o consentimento dos latinos exprimiu-se através dos legados do pontífice romano. A sessão, que durou cerca de dois meses, foi repetidas vezes honrada com a presença do imperador. Deixando os guardas à porta, ele sentava-se (com a permissão do concílio) num banquinho baixo, no meio da sala. Constantino escutava pacientemente e falava com modéstia; e ao mesmo tempo que influenciava os debates, declarava humildemente que era o ministro, e não o juiz dos sucessores dos apóstolos que tinham sido estabelecidos como sacerdotes e deuses sobre a Terra. Uma tão profunda reverência de um monarca absoluto para com uma fraca e desarmada assembleia dos seus próprios súbditos apenas se pode comparar ao respeito com que o Senado fora tratado pelos príncipes romanos que adoptaram a política de Augusto. No espaço de cinquenta anos, um espectador filosófico das vicissitudes dos assuntos humanos poderia ter contemplado o imperador Tácito no Senado de Roma e Constantino no Concílio de Niceia. Os padres do Capitólio e os da Igreja tinham decaído, em igual medida, relativamente às virtudes dos seus fundadores; como, porém, os bispos estavam mais profundamente enraizados na opinião pública, eles mantiveram a sua dignidade com um orgulho mais decente e opuseram-se por vezes, cheios de um espírito viril,

aos desejos do soberano. O avanço do tempo e da superstição apagou a lembrança das fraquezas, das paixões e da ignorância que desonraram estes sínodos eclesiásticos; e o mundo católico submeteu-se unanimemente aos decretos *infalíveis* dos concílios gerais.

Capítulo 21

Arianismo. O Concílio de Niceia e o *homoousion*. Os imperadores e a controvérsia ariana. O carácter e as aventuras de Atanásio. Os concílios de Arles e de Milão. O carácter geral das seitas cristãs

Desde os primeiros tempos do seu reinado, Constantino viu-se confrontado com o problema das heresias cristãs. Em África, os seguidores de Donato, um bispo rival de Cartago, iniciaram um cisma que iria prolongar-se nesta província por trezentos anos — tanto quanto o próprio cristianismo em África. No entanto, a mais difundida e importante disputa da época dizia respeito à Trindade, uma doutrina cujas origens remontam, pelo menos, à cosmologia de Platão. No século I, a questão da origem do Filho de Deus fez nascer as heresias opostas dos ebionitas e dos gnósticos. No final do século, estas duas heresias foram refutadas pelo quarto evangelista, São João, que deu uma interpretação cristã à cosmologia platónica: ele revelou que Jesus Cristo era a encarnação do Logos de Platão, ou Razão, que desde sempre estivera com Deus. Esta eterna relação entre o Logos e o Pai era agora controvertida por Ário. O arianismo, que iria durar até à época de Teodorico e de Clóvis, tornou-se uma das maiores facções no mundo cristão.

Depois de o edicto de tolerância ter devolvido a paz e o vagar aos cristãos, a controvérsia trinitária reacendeu-se na antiga sede do platonismo, a douda, opulenta e agitada cidade de Alexandria; e a chama da discórdia

religiosa propagou-se rapidamente das escolas ao clero, ao povo, à província e ao Oriente. A abstrusa questão da eternidade do *Logos* foi debatida em conferências eclesiásticas e em sermões populares; e as opiniões heterodoxas de Ário depressa se tornaram públicas devido ao seu próprio zelo e ao dos adversários. Os seus mais implacáveis opositores reconheceram a erudição e a vida irrepreensível deste presbítero eminente que, numa anterior eleição, abdicara, talvez por generosidade, das pretensões ao trono episcopal. O seu concorrente Alexandre assumiu o encargo de o julgar. A importante causa foi pleiteada na sua frente; e se inicialmente pareceu hesitar, ele acabou por ditar a sentença final como um artigo de fé fundamental. O destemido presbítero, que se atreveu a resistir à autoridade do seu irritado bispo, foi banido da comunhão da Igreja. O orgulho de Ário recebeu, no entanto, o apoio de um numeroso partido. Entre os seus imediatos seguidores contavam-se dois bispos do Egipto, sete presbíteros, doze diáconos e (o que pode parecer quase inacreditável) setecentas virgens. Uma larga maioria dos bispos da Ásia parecia defender ou favorecer a sua causa; e as decisões deles foram orientadas por Eusébio de Cesareia, o mais sábio dos prelados cristãos; e por Eusébio de Nicomédia, que tinha adquirido reputação de estadista, sem perder a de santo. Os sínodos da Palestina e da Bitínia opuseram-se aos sínodos do Egipto. A atenção do príncipe e do povo foi atraída por esta disputa teológica; e, ao cabo de seis anos, coube à suprema autoridade do concílio geral de Niceia dirimi-la.

Quando os mistérios da fé cristã foram perigosamente sujeitos a debate público, pôde concluir-se que o entendimento humano era capaz de formar três sistemas distintos, embora imperfeitos, sobre a natureza da Divina Trindade, e declarou-se que nenhum destes sistemas, num sentido puro e absoluto, se encontrava isento de heresia e erro. I. Segundo a primeira hipótese, defendida por Ário e os seus discípulos, o *Logos* era uma produção dependente e espontânea, criada a partir de nada pela vontade do Pai. O Filho, pelo qual todas as coisas foram feitas(*), havia sido engendrado antes de todos os mundos, e o mais longo dos períodos astronómicos apenas poderia comparar-se a um momento fugidio, face à duração da sua existência; esta duração não era, contudo, infinita, e tinha havido um tempo anterior à inefável geração do *Logos*. O Pai todo-poderoso transferira para este filho unigénito a sua vasta inteligência e imprimira-lhe o esplendor da sua glória. Imagem visível da perfeição, ele

avistava, a uma distância incomensurável abaixo de si, os tronos dos mais luminosos arcanjos; no entanto, brilhava tão-só com uma luz reflectida, e, à semelhança dos filhos dos imperadores romanos que eram investidos dos títulos de César ou de Augusto, governava o Universo em obediência à vontade do seu Pai e Monarca. II. Na segunda hipótese, o *Logos* possuía todas as inerentes e incomunicáveis perfeições que a religião e a filosofia atribuem ao Deus supremo. A Essência Divina compunha-se de três distintos e infinitos espíritos ou substâncias e de três seres coiguais e coeternos; e resultaria daí uma contradição se algum deles não existisse ou alguma vez cessasse de existir. Os defensores de um sistema que parecia estabelecer três Divindades independentes tentavam preservar a unidade de uma Primeira Causa, tão manifesta no desígnio e na ordem do mundo, por meio do acordo perpétuo da administração delas e da conformidade essencial das suas vontades. Pode enxergar-se uma leve semelhança desta unidade de acção na sociedade dos homens e até mesmo dos animais. As causas perturbadoras da sua harmonia provêm somente da imperfeição e da desigualdade das suas faculdades; mas a onnipotência, que é guiada por uma infinita sabedoria e bondade, tem infalivelmente de escolher os mesmos meios para a consumação dos mesmos fins. III. Três seres que, tirando de si próprios a necessidade da sua existência, possuem todos os atributos divinos no mais perfeito grau; sendo eternos em duração, infinitos em espaço e intimamente presentes uns aos outros e a todo o Universo, imprimem irresistivelmente na imaginação surpreendida a ideia de um único e mesmo ser que, na ordem da graça e na da Natureza, pode manifestar-se sob formas diferentes e ser considerado sob aspectos diferentes. Por esta hipótese, uma trindade real e substancial é reduzida a uma trindade de nomes e modificações abstractas, que só subsistem no espírito que as concebe. O *Logos* já não é uma pessoa, mas um atributo; e o epíteto de Filho só pode ser aplicado num sentido figurado à razão eterna que estava desde o início com Deus, e *pela qual*, mas não *por quem*, todas as coisas foram feitas. A incarnação do *Logos* já não passa de uma mera inspiração da Sabedoria Divina, que enchia a alma e dirigia todas as acções do homem Jesus. Assim, depois de termos percorrido o círculo teológico, ficamos surpreendidos ao concluir que os sabelianos acabam onde os ebionitas começam, e que o mistério incompreensível que suscita a nossa adoração se furta à nossa indagação.

O Concílio de Niceia e o Homoousion

Supondo que os bispos de Niceia eram livres de seguir os ditames desapaixonados da própria consciência, Ário e os seus adeptos dificilmente poderiam acalantar a esperança de obter uma maioria de votos a favor de uma hipótese tão marcadamente adversa às duas opiniões mais divulgadas no mundo católico. Os arianos depressa se deram conta do perigo da sua situação, e adoptaram prudentemente as humildes virtudes que, durante a fúria das dissensões civis e religiosas, raras vezes são praticadas, ou sequer enaltecidas, excepto pelo partido mais frágil. Recomendavam o exercício da caridade e da moderação cristãs, insistiam na natureza incompreensível da controvérsia, rejeitavam o uso de quaisquer termos ou definições que não pudessem ser encontrados nas Escrituras e propunham, mediante concessões muito liberais, satisfazer os adversários sem renunciar à integridade dos seus próprios princípios. A facção vitoriosa recebeu todas estas propostas com altiva suspeita e procurou ansiosamente algum irreconciliável sinal distintivo, cuja condenação pudesse implicar os arianos na culpa e nas consequências da heresia. Foi lida em público e rasgada desdenhosamente uma carta em que o patrono dos arianos, Eusébio de Nicomédia, admitia com candura que a aceitação do Homoousion ou Consubstancial, uma palavra já conhecida dos platónicos, era incompatível com os princípios do seu sistema teológico. O feliz ensejo foi avidamente aproveitado pelos bispos que determinavam as resoluções do sínodo e, segundo a enérgica expressão de Ambrósio, eles serviram-se da espada, que a própria heresia desembainhara, para cortar a cabeça do odiado monstro. A consubstancialidade do Pai e do Filho foi estabelecida pelo Concílio de Niceia e tem sido unanimemente aceite como um artigo fundamental da fé cristã, graças ao consentimento das Igrejas gregas, latinas, orientais e protestantes. No entanto, se a mesma palavra não tivesse servido para estigmatizar os heréticos e unir os católicos, ela mostrar-se-ia inadequada ao fito da maioria pela qual foi introduzida no credo ortodoxo. Esta maioria dividiu-se em dois grupos, caracterizados por tendências antagónicas para as opiniões dos triteístas, num caso, e dos sabelianos, no outro. Na medida, porém, em que estes extremos opostos pareciam deitar por terra as bases da religião natural ou então as da revelada, eles concordaram mutuamente em atenuar o rigor dos seus princípios e desaprovar as justas, mas abomináveis

consequências que podiam ser alegadas pelos seus adversários. O interesse da causa comum levou-os a unir as suas forças e a ocultar diferenças; a sua animosidade foi minorada pelos conciliantes conselhos de tolerância, e as disputas suspenderam-se mercê do uso do misterioso *Homoousion*, que cada partido era livre de explicar segundo os seus dogmas particulares. A interpretação sabeliana, que cerca de cinquenta anos antes obrigara o Concílio de Antioquia a proibir este famoso termo, tornava-o precioso aos teólogos que nutriam uma secreta mas parcial afeição por uma Trindade nominal. Mas os santos mais célebres da época ariana, o intrépido Atanásio, o erudito Gregório de Nazianzo e os restantes pilares da Igreja, que apoiaram com talento e êxito a doutrina nicena, pareciam considerar a expressão de *substância* como um sinónimo de *natureza*; e atreveram-se a ilustrar o seu significado declarando que três homens, na medida em que pertencem à mesma espécie comum, são consubstanciais ou homoousianos uns aos outros. Esta pura e distinta igualdade foi temperada, por um lado, pela conexão interna e pela penetração espiritual que une indissoluvelmente as pessoas divinas; e, por outro lado, pela preeminência do Pai, que era admitida enquanto fosse compatível com a independência do Filho. Tais eram os limites dos quais podia desdobrar-se com segurança o fio quase invisível e frágil da ortodoxia. De cada um dos lados, para lá deste terreno consagrado, os hereges e os demónios emboscavam-se para surpreender e devorar o infeliz que se extraviasse. Mas como os graus do ódio teológico dependem mais do espírito bélico que da importância da controvérsia, os heréticos, que diminuía a pessoa do Filho, eram tratados com mais severidade do que aqueles que negavam a sua existência. A vida de Atanásio consumiu-se numa irreconciliável oposição à *loucura* ímpia dos arianos, mas ele defendeu durante mais de vinte anos o sabelianismo de Marcelo de Ancira; e quando se viu, por fim, obrigado a mudar de opinião, nunca deixou de mencionar com um sorriso ambíguo os erros ligeiros do seu respeitável amigo.

A autoridade de um concílio geral a que os próprios arianos foram forçados a submeter-se inscreveu nas bandeiras do partido ortodoxo os misteriosos caracteres da palavra *Homoousion*, que contribuiu essencialmente, apesar de algumas obscuras disputas e de alguns combates nocturnos, para manter e perpetuar a uniformidade da fé ou, pelo menos, da linguagem. Os consubstancialistas, que graças ao seu êxito mereceram e conseguiram o título de católicos, gloriavam-se da simplicidade e

constância do seu credo e insultavam as repetidas variações dos seus adversários, que eram destituídos de uma regra de fé segura. A sinceridade ou a astúcia dos chefes arianos, o medo das leis ou do povo, a sua veneração por Cristo e o ódio a Atanásio, todas as causas humanas e divinas que influenciam e perturbam os projectos de uma facção teológica introduziram entre os sectários um espírito de discórdia e inconstância que, ao cabo de poucos anos, deu origem a dezoito modelos diferentes de religião e vingou a dignidade, por eles violada, da Igreja. O zeloso Hilário que, dada a sua situação particularmente difícil, se mostrou mais inclinado a minorar do que a acentuar os erros do clero oriental, declara que, na vasta extensão das dez províncias da Ásia para onde fora exilado, poucos prelados se podiam encontrar que tivessem conservado o conhecimento do verdadeiro Deus. A opressão que havia sentido, os tumultos de que fora espectador e vítima apaziguaram durante um breve intervalo as agastadas paixões da sua alma; e no seguinte trecho de que transcreverei algumas linhas, o bispo de Poitiers cai incautamente no estilo de um filósofo cristão. «É algo de igualmente deplorável e perigoso», escreve Hilário, «que existam tantas crenças quantas as opiniões entre os homens, tantas doutrinas quantas as tendências, e tantas fontes de blasfémia quantos os pecados entre nós; e tudo porque estabelecemos credos arbitrariamente e os explicamos arbitrariamente. O *Homoousion* é rejeitado, recebido e banido por sucessivos concílios. A semelhança parcial ou total do Pai e do Filho constitui um tema de disputa nestes tempos desafortunados. Todos os anos, não, todas as luas, estabelecemos novos credos para descrever mistérios invisíveis. Arrependemo-nos do que fizemos, defendemos os que se arrependem, anatematizamos aqueles que defendemos. Condenamos a doutrina dos outros em nós próprios, ou a nossa nos outros; e ao dilacerar-nos mutuamente uns aos outros, transformamo-nos na causa de uma recíproca ruína.»

Não será de esperar, nem seria provavelmente suportável, que eu empolasse esta digressão teológica mediante uma análise pormenorizada dos dezoito credos, cujos autores, na sua maioria, renegaram o odioso nome do seu mentor Ário. Torna-se bastante divertido esboçar a forma e traçar a vegetação de uma planta singular; no entanto, a monótona minúcia de folhas sem flores e ramos sem frutos não tardaria a esgotar a paciência e a desiludir a curiosidade do estudante aplicado. Pode, todavia, referir-se uma questão que se levantou gradualmente na controvérsia ariana, pois serviu

para originar e distinguir as três seitas cujo único laço residia na aversão comum que nutriam pelo *Homoousion* do Sínodo de Niceia. 1) Quando lhes perguntavam se o Filho era igual ao Pai, a resposta surgia resolutamente negativa na boca dos heréticos que aderiam aos princípios de Ário ou, em boa verdade, aos da filosofia, que pareciam estabelecer uma infinita diferença entre o Criador e a mais perfeita das suas criaturas. Esta óbvia consequência foi sustentada por Aécio, a quem o zelo dos adversários alcunhou de *o Ateu*. O seu espírito inquieto e empreendedor levou-o a experimentar quase todos os misteres da vida humana. Foi sucessivamente escravo, ou pelo menos jornaleiro, funileiro ambulante, ourives, médico, mestre-escola, teólogo e, por fim, apóstolo de uma nova Igreja que se difundiu graças às aptidões do seu discípulo Eunómio. Munido de textos da Escritura e dos silo-gismos capciosos da lógica de Aristóteles, o subtil Aécio adquirira fama de invencível contendor que era impossível calar ou convencer. Estes talentos granjearam-lhe a amizade dos bispos arianos, até eles se verem forçados a renegar, e inclusive a perseguir um perigoso aliado cuja argúcia de raciocínio era tão grande que prejudicava a sua causa aos olhos da opinião popular e ofendia a piedade dos seus mais devotos seguidores. 2) A onipotência do Criador sugeriu uma plausível e respeitosa solução da *semelhança* do Pai e do Filho; e a fé podia aceitar humildemente o que a razão não se atreveria a negar: que o Deus supremo podia comunicar as suas infinitas perfeições e criar um ser semelhante unicamente a si próprio. Estes arianos eram fortemente apoiados pelo peso e a competência dos seus chefes, que haviam arredado a supremacia dos pontos de vista eusebianos e ocupavam o trono principal do Oriente. Detestavam, talvez com alguma afectação, a impiedade de Aécio; declaravam acreditar, sem reservas ou segundo as Escrituras, que o Filho era diferente de todas as *outras* criaturas e apenas semelhante ao Pai. Negavam, contudo, que ele fosse da mesma ou de uma análoga substância; por vezes justificavam ousadamente o seu desacordo neste ponto, e, outras vezes, objectavam ao uso da palavra «substância», que parece implicar uma adequada ou, pelo menos, distinta noção da natureza da Divindade. 3) A seita que advogava a doutrina de uma substância similar era a mais numerosa, pelo menos nas províncias da Ásia; e, quando os chefes dos dois partidos se reuniram no Concílio de Selêucia, a opinião deles deve ter prevalecido por uma maioria de cento e cinco contra quarenta e três bispos. A palavra grega que foi escolhida para expressar esta misteriosa

semelhança tem uma tão estreita afinidade com o símbolo ortodoxo, que os profanos de todas as épocas ridiculizaram as arrebatadas disputas que a diferença de um simples ditongo suscitou entre os homoousianos e os homoiousianos. Dado acontecer frequentemente que os sons e os caracteres que mais se aproximam entre si representam por acaso as ideias mais opostas, a observação seria estulta se pudéssemos assinalar alguma real e palpável distinção entre a doutrina dos semiarianos, como eles foram impropriamente designados, e a dos católicos. O bispo de Poitiers, que durante o seu exílio na Frígia procurou sabiamente uma conciliação dos dois partidos, esforça-se por provar que, por meio de uma piedosa e fiel interpretação, o *Homoiousion* pode ser reduzido ao sentido de consubstancial. No entanto, confessa que a palavra tem algo de obscuro e suspeito; e, como se a obscuridade fosse congénita às disputas teológicas, os semiarianos, que avançavam para as portas da Igreja, assaltaram-nas com mais implacável furor que ninguém.

Os imperadores e a controvérsia ariana

As províncias do Egipto e da Ásia, que cultivavam a língua e os costumes dos Gregos, estavam profundamente impregnadas do veneno da controvérsia ariana. O estudo inusitado do sistema platónico, uma vã predisposição para a argumentação, um idioma abundante e maleável forneceram ao clero e ao povo do Oriente um caudal inesgotável de palavras e distinções; e, no meio das suas fogosas contendidas, eles esqueceram facilmente a dúvida que é recomendada pela filosofia e a submissão que é exigida pela religião. Os habitantes do Ocidente possuíam um espírito menos indagador; as suas paixões não eram tão violentamente desencadeadas por objectos invisíveis; as suas mentes estavam menos exercitadas pelos hábitos da disputa; e a feliz ignorância da Igreja galicana era de tal ordem, que, mais de trinta anos decorridos sobre o primeiro concílio geral, o próprio Hilário permanecia desconhecedor do credo de Niceia. Os Latinos haviam recebido as luzes da sabedoria divina através do obscuro e duvidoso meio de uma tradução. A pobreza e a rigidez da sua língua nacional nem sempre eram capazes de fornecer equivalentes correctos para os termos gregos e as palavras técnicas da filosofia platónica

que haviam sido consagrados pelo Evangelho ou pela Igreja para exprimir os mistérios da fé cristã, e uma falha verbal podia introduzir na teologia latina uma longa série de erros e perplexidades. Mas como as províncias ocidentais tiveram a sorte de beber a sua religião numa fonte ortodoxa, elas preservaram com constância a doutrina que tinham aceite com docilidade; e quando o contágio ariano se aproximou das suas fronteiras, dispunham da conveniente protecção do *Homoousion*, mercê dos cuidados paternos do pontífice romano. Os seus sentimentos e ténpera revelaram-se no memorável Sínodo de Rimini, que ultrapassou em participantes o Concílio de Niceia, visto ter contado com a presença de mais de quatrocentos bispos de Itália, África, Espanha, Gália, Bretanha e Ilíria. Logo a partir dos debates iniciais, só oitenta prelados aderiram ao partido de Ário, embora simulassem anatematizar o seu nome e a sua memória. Esta inferioridade numérica foi, no entanto, compensada pelas vantagens do engenho, da experiência e da disciplina; e a minoria dirigida por Valente e Ursácio, dois bispos da Ilíria que tinham passado a vida no meio das intrigas das cortes e dos concílios e sido adestrados sob o estandarte de Eusébio nas guerras religiosas do Oriente. À custa de argumentos e negociações, eles embaraçaram, confundiram e, por fim, iludiram a franca simplicidade dos bispos latinos, que deixaram que o paládio da fé lhes fosse arrebatado mais pela manha e pela impertinência do que por uma violência declarada. O Concílio de Rimini só foi autorizado a findar depois de os seus membros terem imprudentemente subscrito um credo capcioso onde várias expressões, susceptíveis de um sentido herético, acabaram inseridas no lugar do *Homoousion*. Foi nessa altura que, segundo Jerónimo, o mundo ficou surpreendido ao dar consigo ariano. No entanto, mal os bispos das províncias latinas chegaram às suas respectivas dioceses, logo descobriram o erro cometido e se arrependeram da sua fraqueza. A vergonhosa capitulação foi rejeitada com desdém e horror, e o preceito homoousiano, que tinha sido abalado mas não derrubado, ficou mais firmemente estabelecido em todas as Igrejas do Ocidente.

Tais foram o nascimento, o progresso e as naturais revoluções das disputas teológicas que perturbaram a paz da cristandade sob os reinados de Constantino e dos seus filhos. Mas como estes príncipes pretendiam estender o despotismo tanto à fé como às vidas e fortunas dos seus súbditos, o peso do seu alvedrio desequilibrava, por vezes, a balança eclesiástica; e as

prerrogativas do Rei do Céu eram estabelecidas, mudadas ou modificadas no gabinete de um monarca terreno.

O funesto espírito de discórdia que penetrara nas províncias do Oriente interrompeu o triunfo de Constantino; o imperador continuou, porém, durante algum tempo, a encarar com fria e despreocupada indiferença o objecto da disputa. Na medida em que ainda ignorava a dificuldade de apaziguar as querelas dos teólogos, dirigiu aos partidos antagónicos, a Alexandre e a Ário, uma epístola moderadora(*) que pode ser atribuída, com muito mais razão, ao bom senso inato de um soldado e estadista do que aos ditames de algum dos seus conselheiros episcopais. Ele vê a origem de toda a controvérsia numa frívola e subtil questão referente a um ponto incompreensível da lei, que foi insensatamente levantada pelo bispo e imprudentemente resolvida pelo presbítero. Lamenta que o povo cristão, tendo o mesmo Deus, a mesma religião e o mesmo culto, estivesse dividido por distinções tão pouco relevantes; e recomenda seriamente ao clero de Alexandria o exemplo dos filósofos gregos, que eram capazes de argumentar sem perder a calma e de preservar a sua liberdade de opinião sem violar os deveres da amizade. A indiferença e o desdém do soberano talvez tivessem sido o meio mais eficaz de pôr ponto final na disputa, se a torrente popular fosse menos rápida e impetuosa e se o próprio Constantino, no meio das facções e do fanatismo, pudesse manter a frieza de raciocínio. No entanto, os seus ministros eclesiásticos não tardaram a maquinar para apagar nele a imparcialidade do magistrado e acordar o zelo do prosélito. Ficou irritado com os insultos feitos às suas estátuas; sentiu-se alarmado com a grandeza real e ainda mais com a imaginária magnitude de um mal que alastrava; e aniquilou todas as esperanças de paz e tolerância, a partir do momento em que reuniu trezentos bispos dentro das paredes de um mesmo palácio. A presença do monarca aumentou a importância dos debates; a sua atenção multiplicou os argumentos; e ele expôs a sua pessoa com uma paciente intrepidez que animou a coragem dos combatentes. Apesar dos aplausos que têm sido prodigalizados à eloquência e sagacidade de Constantino, um general romano cuja religião devia constituir ainda matéria de dúvida, e cujo espírito não fora iluminado pelo estudo nem pela inspiração, era pouco qualificado para discutir, em língua grega, uma questão metafísica ou um artigo de fé. No entanto, o crédito de que desfrutava o seu favorito Ósio, que presidiu, segundo parece, ao Concílio de Niceia, pode ter predisposto o imperador a favor do partido ortodoxo; e a

oportuna insinuação de que o mesmo Eusébio de Nicomédia, que agora protegia os heréticos, favorecera anteriormente o usurpador deve tê-lo exasperado ainda mais contra eles. O credo de Niceia foi ratificado por Constantino; e a sua firme declaração de que todos os que resistissem ao divino julgamento do sínodo deviam preparar-se para um exílio imediato abafou os murmúrios de uma fraca oposição; a qual, de dezassete, baixou quase instantaneamente para dois bispos desaprovadores. Eusébio de Cesareia deu um consentimento relutante e ambíguo ao *Homoousion*; e a conduta vacilante de Eusébio de Nicomédia apenas serviu para protelar em cerca de três meses o seu desvalimento e exílio. O ímpio Ário foi banido para uma das remotas províncias da Ilíria; a sua pessoa e os seus discípulos foram estigmatizados, por lei, com o odioso nome de porfirianos; os seus escritos sofreram a condenação da fogueira, e uma pena capital ameaçava todos os que se encontrassem na posse deles. O imperador estava agora imbuído do espírito de controvérsia, e o estilo sanhoso e sarcástico dos seus edictos destinava-se a incutir nos súbditos o ódio que ele nutria contra os inimigos de Cristo.

Mas como se o comportamento do imperador tivesse sido ditado pela paixão e não pelos princípios, uns escassos três anos haviam passado sobre o Concílio de Niceia e já ele mostrava alguns indícios de piedade, e até mesmo de indulgência, para com a seita proscrita, que era protegida secretamente pela sua irmã predilecta. Os exilados foram mandados voltar e Eusébio, que retomou gradualmente a sua influência sobre o espírito de Constantino, reintegrou o trono episcopal do qual fora ignominiosamente destituído. O próprio Ário era tratado por toda a corte com o respeito que é devido a um homem inocente e oprimido. A doutrina dele foi aprovada pelo Sínodo de Jerusalém; e o imperador parecia impaciente por reparar a sua injustiça ao publicar uma ordem absoluta para que ele fosse solenemente admitido à comunhão na Catedral de Constantinopla. No próprio dia que havia sido marcado para o triunfo de Ário, este soltou o último suspiro; e as estranhas e terríveis circunstâncias da sua morte levaram a suspeitar que os santos ortodoxos tinham contribuído, por meios mais eficazes do que as orações, para libertar a Igreja do mais notório dos seus inimigos(*). Os três chefes principais dos católicos, Atanásio de Alexandria, Eustáquio de Antioquia e Paulo de Constantinopla, foram depostos, sob várias acusações, pelas sentenças de muitos concílios; e viram-se, mais tarde, banidos para províncias distantes pelo primeiro dos imperadores cristãos, o qual, nos

derradeiros momentos de vida, recebeu o baptismo do bispo ariano da Nicomédia. O governo eclesiástico de Constantino não pode ser ilibado da censura de levandade e fraqueza. No entanto, o crédulo monarca, pouco afeito aos estratagemas das pugnas teológicas, pode ter sido iludido pelos humildes e enganadores protestos formais dos heréticos, cujos sentimentos ele jamais entendeu completamente; e, enquanto protegia Ário e perseguia Atanásio, nunca deixou de considerar o Concílio de Niceia como o baluarte da fé cristã e a glória particular do seu reinado.

Os filhos de Constantino devem ter sido admitidos, desde a infância, nas fileiras dos catecúmenos, mas imitaram o exemplo do pai na demora do baptismo. Tal como ele, pretenderam pronunciar-se sobre mistérios nos quais nunca haviam sido regularmente iniciados; e a sorte da controvérsia trinitária dependeu, em grande parte, do sentimento de Constâncio, que herdou as províncias do Oriente e adquiriu a posse de todo o império. O presbítero ou bispo ariano que subtraía, para uso dele, o testamento do falecido imperador aproveitou a feliz ocasião que o introduzira na familiaridade de um príncipe cujos conselhos públicos eram sempre orientados pelos criados favoritos. Os eunucos e escravos espalhavam o veneno espi-ritual no palácio, e o perigoso contágio era propagado pelas aias aos guardas e pela imperatriz ao seu crédulo marido(**). A predilecção que Constâncio sempre demonstrara pela facção de Eusébio foi insensivelmente consolidada pelo hábil manejo dos chefes deste partido; e a sua vitória sobre o tirano Magnêncio aumentou o seu pendor, bem como a sua capacidade, para utilizar as armas do poder em prol da causa do arianismo. Enquanto os dois exércitos lutavam na planície de Mursa e o destino dos dois rivais dependia do desfecho da guerra, o filho de Constantino passou momentos de ansiedade numa igreja dos mártires, sob as muralhas da cidade. O seu consolador espiritual, Valente, o bispo ariano da diocese, tomava as mais ardilosas precauções a fim de obter antes de mais ninguém as informações que lhe assegurassem o favor dele, em caso de vitória, ou os meios de preparar uma fuga. Uma cadeia secreta de velozes mensageiros de confiança mantinha-o inteirado das vicissitudes da batalha; e enquanto os cortesãos rodeavam, trémulos, o seu aterrorizado senhor, Valente anunciou-lhe que as legiões gaulesas tinham debandado; e insinuou, com uma certa presença de espírito, que o glorioso acontecimento lhe fora revelado por um anjo. O agradecido imperador atribuiu a vitória aos méritos e à intercessão do bispo de Mursa, cuja fé lhe valera pública e

milagrosa aprovação do Céu. Os arianos, que consideravam como sua a vitória de Constâncio, puseram a glória dele acima da do pai(*). Cirilo, bispo de Jerusalém, compôs imediatamente a descrição de uma cruz celeste, envolta num esplendoroso arco-íris que, durante a festa do Pentecostes, cerca da terceira hora do dia, aparecera sobre o Monte das Oliveiras para edificação dos devotos peregrinos e do povo da cidade santa! O tamanho do meteoro foi gradualmente aumentado: e o historiador ariano atreveu-se a declarar que ele era visível aos dois exércitos nas planícies da Panónia; e que o tirano, que é propositadamente representado como um idólatra, fugiu diante do sinal auspicioso do cristianismo ortodoxo.

Os sentimentos de um estrangeiro judicioso, que analisou imparcialmente os progressos da discórdia civil ou eclesiástica, merecem-nos sempre atenção; e um breve trecho de Amiano, que serviu no exército e estudou a personalidade de Constâncio, é provavelmente mais valioso do que muitas páginas de invectivas teológicas. «A religião cristã, que é em si mesma clara e simples», afirma este historiador moderado, «foi por *ele* desfigurada devido aos devaneios da superstição. Em vez de reconciliar os partidos com o peso da sua autoridade, estimulou e propagou, mediante disputas verbais, os diferendos que a sua vã curiosidade suscitara. As estradas estavam sempre inçadas de chusmas de bispos que galopavam de todos os lados em direcção a assembleias a que eles chamam “sínodos”; e enquanto se esforçavam por reduzir toda a seita às suas opiniões particulares, as estações de muda de cavalos quase ficavam esgotadas devido às suas apressadas e repetidas viagens.» O nosso conhecimento mais pormenorizado dos acontecimentos eclesiásticos no reinado de Constâncio forneceria um vasto comentário a este notável trecho; o qual justifica os sensatos temores de Atanásio, para quem a agitada movimentação do clero, deambulando por todo o império em busca da verdadeira fé, podia suscitar o desdém e a troça do mundo descrente. Mal o imperador se viu liberto dos terrores da guerra civil, dedicou sem demora os lazes dos seus quartéis de Inverno em Arles, Milão, Sírmio e Constantinopla ao entretenimento ou à faina da controvérsia: o gládio do magistrado, e até mesmo do tirano, foi desembainhado para fazer valer as razões do teólogo; e ao opor-se à fé ortodoxa de Niceia, Constâncio deu mostras de que a sua incapacidade e ignorância igualavam a sua presunção. Os eunucos, as mulheres e os bispos que governavam o superficial e fraco espírito do imperador tinham-lhe incutido uma irreprimível aversão ao *Homoousion*; mas a sua timorata

consciência sentia-se alarmada pela impiedade de Aécio. O crime deste ateu fora agravado pelo suspeito favor do infeliz Galo; e as próprias mortes dos ministros imperiais, que tinham sido chacinados em Antioquia, eram imputadas às sugestões deste perigoso sofista. O espírito de Constâncio, impossível de ser moderado pela razão ou estabilizado pela fé, era cegamente impelido para um dos dois lados de um escuro e profundo abismo, pelo seu horror ao extremo oposto; ele adoptava e condenava alternadamente as mesmas opiniões, e exilava e voltava a chamar, sem descanso, os chefes das facções ariana e semiariana. Durante a temporada dos negócios públicos ou a das festas, ele passava dias inteiros, e até mesmo noites, a escolher as palavras e a pesar as sílabas que compunham os seus credos incertos. O tema das suas meditações perseguia-o constantemente, sem sequer lhe dar tréguas enquanto dormia; os sonhos incoerentes do imperador eram encarados como visões celestiais, e ele aceitou complacentemente o título majestoso de bispo dos bispos, conferido pelos eclesiásticos que esqueciam os interesses da sua ordem em troca da satisfação das suas paixões. O desígnio de estabelecer uma uniformidade doutrinária, que o levava a convocar tantos sínodos na Gália, Itália, Ilíria e Ásia, foi repetidamente frustrado pela sua própria inconstância, pelas divisões dos arianos e pela resistência dos católicos; e ele resolveu, num derradeiro e decisivo esforço, ditar imperiosamente os decretos de um concílio geral. O tremendo terramoto da Nicomédia, a dificuldade em encontrar um lugar apropriado, e talvez algumas secretas razões políticas determinaram uma alteração das convocações. Os bispos do Oriente receberam instruções para se reunir em Selêucia, na Isáuria; enquanto os do Ocidente emitiram as suas deliberações em Rimini, na costa do Adriático; e, em vez de dois ou três deputados por cada província, todo o corpo episcopal foi mandado comparecer. Depois de gastar quatro dias num violento e inútil debate, o concílio do Oriente separou-se sem ter chegado a conclusões definitivas. O concílio do Ocidente prolongou-se até ao sétimo mês. Tauro, o prefeito do pretório, recebeu ordens para não deixar partir os prelados antes de partilharem todos da mesma opinião; e os seus esforços foram sustentados pelo poder que tinha de exilar quinze dos mais renitentes e por uma promessa de ser nomeado cônsul se fosse bem-sucedido num empreendimento tão difícil. As suas solicitações e ameaças, a autoridade do soberano, a sofística de Valente e de Ursácio, a aflição do frio e da fome e a profunda melancolia de um exílio interminável arrancaram, por fim, o

relutante consentimento dos bispos de Rimini. Os deputados do Oriente e do Ocidente foram visitar o imperador no palácio de Constantinopla e ele teve a satisfação de impor ao mundo uma profissão de fé que estabelecia a *semelhança*, sem expressar a *consustancialidade*, do Filho de Deus. O triunfo do arianismo fora, contudo, antecedido do afastamento do clero ortodoxo, que se tornou impossível intimidar ou corromper; e o reinado de Constâncio achou-se manchado pela injusta e vã perseguição do grande Atanásio.

O carácter e as aventuras de Atanásio

Raras vezes temos oportunidade de observar, quer na vida activa quer na especulativa, os efeitos que pode produzir, ou os obstáculos que pode superar a força de um único espírito, quando se dedica inflexivelmente à concretização de um único objectivo. O nome imortal de Atanásio jamais será apartado da doutrina católica da Trindade, a cuja defesa ele consagrou todos os momentos e todas as faculdades do seu ser. Educado na casa de Alexandre, opusera-se vigorosamente desde o início ao surto da heresia ariana; exerceu as importantes funções de secretário deste idoso prelado, e os padres do Concílio de Niceia notaram, com surpresa e respeito, as virtudes nascentes do jovem diácono. Em tempos de perigo público, as triviais pretensões da idade e da hierarquia são algumas vezes suplantadas; e cinco meses decorridos sobre o seu regresso de Niceia, o diácono Atanásio sentava-se no trono arqui episcopal do Egipto. Ocupou esta eminente posição durante mais de quarenta e seis anos, e a sua longa administração volveu-se num permanente combate contra os poderes do arianismo. Atanásio foi afastado cinco vezes do seu trono; passou vinte anos no exílio ou em fuga; e quase todas as províncias do Império Romano testemunharam sucessivamente o seu mérito e os sofrimentos que padeceu pela causa do *Homoousion*, que ele considerava o único prazer e propósito, bem como o dever e a glória da sua vida. No meio das tormentas da perseguição, o arcebispo de Alexandria mostrou-se paciente nos esforços, cioso da sua reputação e indiferente aos perigos; e embora o seu espírito haja sido contaminado pelo fanatismo, Atanásio mostrou uma superioridade de carácter e talento que o teria qualificado, muito mais do que os

degenerados filhos de Constantino, para governar uma grande monarquia. Dispunha de uma erudição muito menos profunda e extensa que a de Eusébio de Cesareia, e a sua rude eloquência não podia comparar-se à retórica polida de um Gregório ou de um Basílio; mas, sempre que o primaz do Egipto era chamado a justificar os seus sentimentos ou o seu comportamento, o estilo espontâneo com que falava ou escrevia era claro, enérgico e convincente. Na escola ortodoxa foi sempre respeitado como um dos mais ponderados mestres da teologia cristã; e era versado, segundo se dizia, em duas ciências profanas menos apropriadas ao desempenho episcopal — o conhecimento da jurisprudência e o da adivinhação. Várias conjecturas afortunadas sobre acontecimentos futuros, que os analistas imparciais poderiam assacar à experiência e ao juízo crítico de Atanásio, foram atribuídas pelos seus amigos à inspiração divina, e imputadas pelos inimigos à magia infernal.

Na medida, porém, em que Atanásio estava constantemente a braços com os preconceitos e as paixões, o conhecimento da natureza humana constituiu a sua primeira e mais importante ciência. Mantinha um olhar lúcido e coerente sobre um palco que se encontrava em permanente mutação, e jamais deixava de aproveitar esses momentos decisivos que costumam passar irremediavelmente antes de serem apreendidos pelo senso comum. O arcebispo de Alexandria era capaz de distinguir até onde podia assumir uma chefia ousada, e o momento em que devia habilmente insinuar-se; quanto tempo podia lutar com o poder, e a altura em que era preferível fugir à perseguição; e enquanto dirigia as fulminações da Igreja contra a heresia e a rebelião, era capaz de conservar, no seio do seu partido, a atitude flexível e complacente de um chefe prudente. A eleição de Atanásio não havia escapado às censuras de irregularidade e precipitação; mas a dignidade do seu comportamento conquistou as simpatias tanto do clero como do povo. Os Alexandrinos mostravam-se impacientes por pegar em armas pela defesa de um pastor eloquente e liberal. Nos momentos de aflição sempre recebeu o apoio, ou pelo menos a consolação, do fiel apego do seu clero paroquial; e os cem bispos do Egipto aderiram com zelo inabalável à causa de Atanásio. Com o modesto aparato aconselhado tanto pelo orgulho como pela política, ele efectuava frequentes visitas episcopais às suas províncias, desde a foz do Nilo aos confins da Etiópia, conversando familiarmente com a arraia-miúda e saudando humildemente os santos e os eremitas do deserto. Não era somente nas assembleias eclesiásticas, entre

homens de educação e maneiras idênticas às suas, que Atanásio dava provas do ascendente do seu génio. Movia-se com à-vontade e respeitosa firmeza nas cortes dos príncipes; e ao longo de todas as vicissitudes da boa e da má sorte, nunca perdeu a confiança dos amigos nem o apreço dos inimigos.

Na sua juventude, o primaz do Egipto opôs-se a Constantino Magno, que manifestara repetidamente o desejo de que Ário fosse admitido na comunhão católica. O imperador respeitou e mostrou-se capaz de perdoar esta inflexível determinação; e a facção que considerava Atanásio o seu mais aceso inimigo viu-se forçada a dissimular o ódio e a preparar silenciosamente um ataque indirecto e distanciado. Espalharam-se boatos e suspeitas, descreveu-se o arcebispo como um orgulhoso e despótico tirano, e acusaram-no atrevidamente de violar o tratado que fora ratificado no Concílio de Niceia com os discípulos cismáticos de Melécio. Atanásio desaprovava abertamente uma paz tão ignominiosa, e o imperador foi induzido a acreditar que ele abusara do seu poder eclesiástico e civil para perseguir estes odiosos sectários; que ele quebrara, sacrilegamente, um cálice numa das igrejas de Mareótis; que chicoteara ou metera na prisão seis dos seus bispos; e que Arsénio, um sétimo bispo do mesmo partido, tinha sido assassinado, ou ao menos mutilado, pela mão cruel do primaz. Estas acusações, que ameaçavam a honra e a vida de Atanásio, foram referidas por Constantino ao seu irmão Dalmácio, *o Censor*, que residia em Antioquia; convocaram-se sucessivamente os sínodos de Cesareia e de Tiro; e os bispos do Oriente receberam instruções para julgar o caso de Atanásio antes de procederem à consagração da nova Igreja da Ressurreição, em Jerusalém. O primaz podia estar consciente da sua inocência, mas sabia que o mesmo espírito implacável que ditara a acusação iria dirigir o processo e pronunciar a sentença. Recusou prudentemente o tribunal dos seus inimigos, ignorou as intimações do Sínodo de Cesareia e, após uma longa e hábil dilação, submeteu-se às ordens peremptórias do imperador, que ameaçou punir a sua desobediência criminosa se ele se negasse a comparecer no Concílio de Tiro. Antes de zarpar de Alexandria, à frente de cinquenta prelados egípcios, Atanásio garantira sabiamente a aliança dos melecianos; e o próprio Arsénio, sua vítima imaginária e seu amigo secreto, ia escondido no séquito. O Sínodo de Tiro foi dirigido por Eusébio de Cesareia com mais paixão e menos engenho do que seria de esperar da sua sabedoria e experiência; a sua numerosa facção repetia os nomes de homicida e tirano; e os clamores dela eram encorajados pela aparente

paciência de Atanásio, que esperava o momento decisivo para apresentar Arsênio, vivo e sem uma beliscadura, no meio da assembleia. A natureza das outras acusações não permitia uma tão clara e satisfatória réplica; no entanto, o arcebispo conseguiu provar que, na aldeia onde era acusado de ter quebrado um cálice consagrado, não existiam afinal igreja, nem altar, nem cálice. Os arianos, que tinham secretamente decidido incriminar e condenar o inimigo, tentaram, no entanto, disfarçar a sua injustiça mediante um simulacro de formalidades judiciais: o sínodo nomeou uma comissão episcopal de seis delegados para reunir provas no local; e esta medida, à qual os bispos egípcios se opuseram vigorosamente, desencadeou novas cenas de violência e perjúrio. Quando os deputados regressaram de Alexandria, a maioria do concílio pronunciou a sentença final de destituição e exílio contra o primaz do Egipto. O decreto, expresso na mais feroz linguagem de perfídia e vingança, foi comunicado ao imperador e à Igreja Católica; e os bispos reassumiram de imediato uma postura plácida e devota, como convinha à sua peregrinação ao Santo Sepulcro.

A injustiça destes juízes eclesiásticos não fora, no entanto, sancionada pela submissão ou sequer pela presença de Atanásio. Ele decidiu fazer uma experiência ousada e perigosa para ver se o trono era inacessível à voz da verdade; e antes que a sentença final fosse pronunciada em Tiro, o intrépido primaz meteu-se numa barca que estava prestes a levantar ferro, rumo à cidade imperial. O pedido de uma audiência formal poderia ter sido rejeitado ou esquivado; mas Atanásio ocultou a sua chegada, espreitou o momento do regresso de Constantino de uma casa de campo próxima, e avançou ousadamente ao encontro do seu furioso soberano quando ele passava a cavalo na rua principal de Constantinopla. Uma aparição tão estranha suscitou a surpresa e a indignação dele; e os guardas receberam ordens para afastar o importuno requerente; mas o seu ressentimento foi vencido por um involuntário respeito, e o espírito ativo do imperador cedeu à coragem e à eloquência de um bispo que implorava a sua justiça e despertava a sua consciência. Constantino escutou as queixas de Atanásio com uma imparcial e mesmo afável atenção; os membros do Sínodo de Tiro foram compelidos a justificar os seus procedimentos; e os ardis da facção de Eusébio teriam sido frustrados, caso não houvessem agravado a inculpação do primaz por meio da engenhosa e infundada suposição de um crime imperdoável — um delituoso desígnio de interceptar e deter a frota carregada de trigo em Alexandria e que provia à subsistência da nova

capital^(*)). O imperador sentiu-se contente pelo facto de a paz do Egipto ficar assegurada devido à ausência de um chefe popular; recusou-se, no entanto, a preencher a vacatura do trono arquiépiscopal; e a sentença que, após uma longa hesitação, ele pronunciou assemelhou-se mais a um cauteloso ostracismo do que a um ignominioso exílio. Atanásio passou cerca de vinte e oito meses na remota província da Gália, mas na hospitaleira corte de Tréveros. A morte do imperador mudou a face dos assuntos públicos; e, no meio da indulgência geral de um novo reinado, o primaz pôde regressar ao seu país graças ao honroso edicto do jovem Constantino II, que manifestou uma profunda certeza na inocência e no mérito do seu venerável hóspede.

A morte deste príncipe expôs Atanásio a uma segunda perseguição; e o fraco Constâncio, o soberano do Oriente, tornou-se rapidamente o cúmplice secreto dos eusebianos. Noventa bispos desta seita ou facção reuniram-se em Antioquia, sob o especioso pretexto de consagrar a catedral. Formularam um credo ambíguo levemente matizado com uns laivos de semiarianismo, e vinte e cinco cânones que ainda hoje servem de regra à disciplina dos gregos ortodoxos. Ficou decidido, com uma certa aparência de equidade, que um bispo destituído por um sínodo não poderia retomar as suas funções episcopais antes de haver sido absolvido por um sínodo de igual relevância; a lei aplicou-se imediatamente ao caso de Atanásio; o Concílio de Antioquia pronunciou, ou melhor, confirmou a sua deposição; um estrangeiro, chamado Gregório, ocupou o seu trono; e Filágrio, o prefeito do Egipto, recebeu instruções para apoiar o novo primaz com os poderes civis e militares da província. Molestado pela conspiração dos prelados asiáticos, Atanásio retirou-se de Alexandria e passou três anos, como exilado e suplicante, na soleira sagrada do Vaticano. Estudando afincadamente a língua latina, não tardou a estar à altura de negociar com o clero ocidental; a sua delicada lisonja seduziu e dirigiu o altivo Júlio; o pontífice romano foi persuadido a considerar o seu apelo como do particular interesse da sede apostólica; e a sua inocência acabou por ser unanimemente declarada num concílio de cinquenta bispos de Itália. Decorridos três anos, o primaz viu-se chamado à corte de Milão pelo imperador Constante que, apesar de se entregar a prazeres ilícitos, continuava a nutrir uma profunda veneração pela fé ortodoxa. A causa da verdade e da justiça foi coadjuvada pela influência do ouro, e os ministros de Constante aconselharam o soberano a requerer a convocação de uma

assembleia eclesiástica que pudesse actuar como representante da Igreja Católica. Noventa e quatro bispos do Ocidente e setenta e seis do Oriente avistaram-se em Sárdica, no limite dos dois impérios, mas nos domínios do protector de Atanásio. Os seus debates degeneraram rapidamente em altercações hostis; os asiáticos, preocupados com a sua segurança pessoal, retiraram-se para Filipópolis, na Trácia; e os sínodos rivais trocaram entre si fulminações espirituais, condenando piedosamente os adversários como inimigos do verdadeiro Deus. Os seus decretos foram publicados e ratificados nas respectivas províncias; e Atanásio, que no Ocidente era venerado como santo, via-se exposto como criminoso à abominação do Oriente. O Concílio de Sárdica revela os primeiros sintomas de discórdia e cisma entre as Igrejas grega e latina, que se encontravam separadas pela diferença accidental da fé e pela distinção permanente da linguagem.

Durante o seu segundo exílio no Ocidente, Atanásio foi frequentemente admitido à presença imperial — em Cápua, Lodi, Milão, Verona, Pádua, Aquileia e Tréveros. O bispo da diocese assistia, regra geral, a estas entrevistas; o mestre dos ofícios postava-se diante do véu ou cortina do sagrado aposento; e a imutável moderação do primaz podia ser atestada por estas respeitáveis testemunhas, a cujo depoimento ele apela solenemente. A prudência sugeriria, decerto, o tom suave e respeitoso que convém a um súbdito e a um bispo. Nestas conversas familiares com o soberano do Ocidente, Atanásio pode ter lamentado o erro de Constâncio, mas apontava ousadamente a culpa dos seus eunucos e prelados arianos; deplorava o aperto e o perigo em que estava a Igreja Católica; e incitava Constante a imitar o zelo e a glória do seu pai. O imperador declarou a sua resolução de utilizar as tropas e os tesouros da Europa em prol da causa ortodoxa; e comunicou, por meio de uma concisa e peremptória epístola ao seu irmão Constâncio, que, se ele não consentisse na imediata reintegração de Atanásio, iria com uma armada e um exército sentar o arcebispo no trono de Alexandria. No entanto, esta guerra religiosa, tão contrária à Natureza, foi evitada pela oportuna condescendência de Constâncio; e o imperador do Oriente dignou-se solicitar uma reconciliação com um súbdito a quem ofendera. Atanásio aguardou com nobre orgulho até lhe serem enviadas três epístolas consecutivas cheias das mais categóricas garantias de protecção, favor e estima do soberano, que o convidou a reassumir a sua dignidade episcopal e acrescentou a humilhante precaução de fazer atestar pelos seus principais ministros a sinceridade das suas intenções. Elas foram

manifestadas de uma forma ainda mais pública pelas estritas ordens transmitidas ao Egito para chamar de novo os adeptos de Atanásio, restaurar os seus privilégios, proclamar a sua inocência e apagar dos registos públicos as prescrições ilegais que haviam sido ditadas durante a supremacia da facção eusebiana. Depois de todas as satisfações e salvaguardas exigidas pela justiça ou pela delicadeza terem sido dadas, o primaz atravessou em lentas etapas as províncias da Trácia, da Ásia e da Síria; e o seu avanço foi assinalado pela abjecta homenagem dos bispos orientais, que suscitaram o seu desprezo sem iludir a sua perspicácia. Em Antioquia, encontrou-se com o imperador Constâncio, recebendo com modesta firmeza os abraços e protestos de consideração do seu senhor; e esquivou-se à proposta de conceder aos arianos uma Igreja especial em Alexandria, exigindo, nas outras cidades do império, uma tolerância idêntica para o seu partido; uma resposta que poderia parecer justa e moderada na boca de um príncipe independente. A entrada do arcebispo na sua capital traduziu-se numa procissão triunfal; a ausência dele e a perseguição sofrida tinham-no tornado querido aos olhos dos Alexandrinos; a sua autoridade, que ele exercia com rigor, ficou mais solidamente estabelecida; e a sua fama propagou-se desde a Etiópia à Bretanha, ao longo de todo o mundo cristão. No entanto, um súbdito que leva o seu príncipe à necessidade de dissimular nunca pode esperar uma sincera e duradoura reconciliação; e o trágico destino de Constante não tardou a privar Atanásio de um poderoso e generoso protector. A guerra civil entre o assassino e o único irmão sobrevivente de Constante, que assolou o império durante mais de três anos, proporcionou um intervalo de repouso à Igreja Católica; e os dois partidos contendores mostravam-se desejosos de granjear a amizade de um bispo que, mercê do peso da sua autoridade pessoal, poderia determinar a incerta resolução de uma província importante. Ele deu audiência aos embaixadores do tirano, com o qual foi posteriormente acusado de manter uma correspondência secreta; e o imperador Constâncio garantiu repetidamente ao seu amado pai, o reverendo Atanásio, que, apesar dos boatos maldosos postos a circular pelos inimigos de ambos, tinha herdado os sentimentos, bem como o trono, do seu falecido irmão. A gratidão e a humanidade poderiam ter induzido o primaz do Egito a lamentar o trágico fim de Constante e a abominar o crime de Magnêncio; no entanto, dado compreender claramente que as apreensões de Constâncio eram a sua única salvaguarda, o fervor das suas preces pelo êxito da causa

mais justa talvez tenha diminuído um pouco. A perda de Atanásio deixou de ser maquinada pela obscura malícia de alguns bispos fanáticos ou furiosos que abusavam da autoridade de um monarca crédulo. O próprio monarca confessou a resolução, que durante tanto tempo havia reprimido, de vingar as suas injúrias pessoais; e o primeiro Inverno, logo a seguir à vitória, que ele passou em Arles, foi dedicado a lutar contra um inimigo que lhe era mais odioso do que o vencido tirano da Gália.

Os concílios de Arles e de Milão

Se o imperador tivesse caprichosamente decretado a morte do mais ilustre e virtuoso cidadão da República, a ordem cruel seria executada sem hesitações pelos agentes da violência aberta ou da especiosa injustiça. A cautela, a demora e o constrangimento com que ele agiu na condenação e no castigo de um bispo popular revelou ao mundo que os privilégios da Igreja já haviam reanimado um sentido da ordem e da liberdade no governo romano. A sentença pronunciada no Sínodo de Tiro, e subscrita por uma larga maioria dos bispos do Oriente, nunca fora expressamente anulada; e dado Atanásio já ter sido uma vez destituído da dignidade episcopal pelo julgamento dos seus irmãos, todos os actos subsequentes podiam ser considerados irregulares, ou mesmo criminosos. No entanto, a recordação do firme e eficaz apoio que o primaz do Egipto encontrara no apego da Igreja ocidental levou Constâncio a suspender a execução da sentença, até ganhar a concordância dos bispos latinos. Dois anos se gastaram em negociações eclesiásticas; e a importante causa do imperador contra um dos seus súbditos veio a ser solenemente debatida, primeiro no Sínodo de Arles e depois no grande Concílio de Milão, que contou com a presença de mais de trezentos bispos. A probidade deles foi gradualmente minada pelos argumentos dos arianos, pela astúcia dos eunucos e pelas prementes solicitações de um príncipe que satisfazia a sua vingança à custa da sua dignidade, e revelava as suas paixões enquanto influenciava as do clero. A corrupção, o indício mais infalível de uma liberdade constitucional, foi praticada com êxito; honras, presentes e imunidades eram distribuídos e aceites como o preço de um voto episcopal^(*); e a condenação do primaz alexandrino apresentou-se de modo ardiloso como a única medida capaz de

devolver a paz e a união à Igreja Católica. Os amigos de Atanásio não abandonaram, contudo, nem o seu chefe nem a sua causa. Com um espírito viril, que a santidade do seu múnus tornava menos perigosa, eles defenderam no debate público, e nas conferências privadas com o imperador, o eterno dever de religião e justiça. Declararam-lhe que nem a esperança do seu favor nem o medo do seu desagrado poderia levá-los a participar na condenação de um irmão ausente, inocente e respeitável. Afirmaram, segundo parece com razão, que os ilegais e obsoletos decretos do Concílio de Tiro tinham sido desde há muito tacitamente abolidos pelos edictos imperiais, pela honrosa reinstalação do arcebispo de Alexandria e pelo silêncio ou a retractação dos seus mais fervorosos adversários. Alegaram que a sua inocência fora confirmada pela unanimidade dos bispos do Egipto e reconhecida nos concílios de Roma e de Sárdica pelo juízo imparcial da Igreja latina. Lamentaram a amarga situação de Atanásio, que, depois de ter usufruído durante tantos anos do seu cargo, da sua reputação e da aparente confiança do soberano, era de novo chamado a refutar as mais infundadas e extravagantes acusações. A linguagem deles era razoável, e o comportamento honroso; no entanto, ao longo desta demorada e obstinada disputa, que fixava os olhos de todo o império num único bispo, as facções eclesiásticas estavam dispostas a sacrificar a verdade e a justiça ao objectivo cimeiro, que era o de defender ou afastar o intrépido campeão do credo de Niceia. Os arianos continuavam a achar prudente dissimular, sob uma linguagem ambígua, os seus verdadeiros sentimentos e desígnios; mas os bispos ortodoxos, estribados na simpatia do povo e nos decretos de um concílio geral, insistiram em todas as ocasiões, e particularmente em Milão, no facto de os seus adversários deverem lavar-se da suspeita de heresia, antes de se atreverem a julgar o comportamento do grande Atanásio.

No entanto, a voz da razão (se é que a razão se encontrava realmente do lado de Atanásio) acabou silenciada pelos clamores de uma maioria facciosa ou venal; e os concílios de Arles e Milão só foram dissolvidos depois de o arcebispo de Alexandria ter sido solenemente condenado e destituído pela sentença das duas Igrejas: a do Ocidente e a do Oriente. Os bispos oponentes viram-se forçados a subscrevê-la e a unir-se em comunhão religiosa com os chefes suspeitos do partido rival. Um formulário de consentimento foi levado pelos mensageiros do Estado aos bispos ausentes; e todos os que se recusaram a submeter a sua opinião privada à pública e inspirada sabedoria dos concílios de Arles e de Milão acharam-se, de

imediatos, banidos pelo imperador, a pretexto de dar cumprimento aos decretos da Igreja Católica. Entre os prelados que encabeçaram este honroso grupo de confessores e exilados merecem especial distinção: Libério de Roma, Ósio de Córdova, Paulino de Tréveros, Dionísio de Milão, Eusébio de Vercelas, LúCIFER de Cálaris e Hilário de Poitiers. A eminente posição de Libério, que governava a capital do império; o mérito pessoal e a longa experiência do venerável Ósio, que era respeitado como o favorito do grande Constantino e o pai do credo de Niceia, todos estes atributos colocavam os dois prelados à frente da Igreja latina; o seu exemplo, ou de submissão ou resistência, seria provavelmente imitado por uma multidão de prelados. No entanto, as repetidas tentativas do imperador para atrair ou intimidar os bispos de Roma e Córdova mostraram-se durante algum tempo infrutíferas. O espanhol declarou-se pronto a sofrer sob Constâncio o que já padecera sessenta anos antes sob o seu avô Maximiano. O romano sustentou, na presença do soberano, a inocência de Atanásio e a sua própria liberdade de consciência. Quando foi exilado para Bereia, na Trácia, devolveu uma elevada quantia em dinheiro que lhe fora oferecida para as necessidades da viagem; e insultou a corte de Milão ao comentar arrogantemente que o imperador e os seus eunucos poderiam ter falta deste ouro para pagar aos soldados e aos bispos. A firmeza de Libério e de Ósio acabou, todavia, por não resistir à dureza do exílio e do isolamento. O pontífice romano comprou o regresso por meio de várias concessões criminosas; e expiou mais tarde a sua culpa mediante um justo arrependimento. A persuasão e a violência foram postas em prática para arrancar a relutante assinatura do decrépito bispo de Córdova, cujas forças estavam esgotadas, e as faculdades provavelmente diminuídas pelo peso dos seus cem anos; assim, o insolente triunfo dos arianos levou alguns membros do partido ortodoxo a julgar com desumana severidade o carácter, ou antes, a memória de um infeliz velho, a cujos antigos serviços o próprio cristianismo tanto devia.

A fraqueza de Libério e de Ósio deu um brilho ainda maior ao ânimo dos bispos que continuaram a aderir, com uma fidelidade inabalável, à causa de Atanásio e da verdade religiosa. A engenhosa malevolência dos seus inimigos privava-os do benefício do mútuo conforto e conselho, dispersando estes ilustres exilados por províncias distantes e escolhendo com todo o cuidado os lugares mais inóspitos de um grande império(*). No entanto, eles depressa verificaram que os desertos da Líbia e as mais bárbaras regiões da

Capadócia eram menos inóspitos do que a residência em cidades onde um bispo ariano podia saciar, sem peias, o refinado rancor do ódio teológico. O seu consolo provinha da consciência da sua rectidão e independência, dos aplausos, das visitas, das cartas e das generosas esmolas dos seus adeptos; e também da satisfação que em breve os encheu ao observarem as divisões intestinas dos adversários da fé de Niceia. Era de tal ordem o critério delicado e caprichoso do imperador Constâncio ao seu modelo imaginário de verdade cristã, que perseguia com igual zelo os que defendiam a *consustancialidade*, os que sustentavam a *paridade de substância* e os que negavam a *semelhança* do Filho de Deus. Três bispos, desterrados e destituídos por causa destas opiniões contrárias, talvez viessem a encontrar-se no mesmo lugar de exílio; e, consoante a natureza dos seus temperamentos, podiam lastimar ou insultar o cego entusiasmo dos seus antagonistas, cujo sofrimento actual nunca seria compensado pela felicidade futura.

A desgraça e o exílio dos bispos ortodoxos do Ocidente foram planeados como medidas preparatórias da queda do próprio Atanásio. Vinte e seis meses tinham passado, durante os quais a corte imperial se afadigara secretamente mediante os mais insidiosos ardis, para o afastar de Alexandria e lhe retirar o amparo fornecido pela liberalidade dos cidadãos. Quando, porém, o primaz do Egipto, abandonado e proscrito pela Igreja latina, ficou privado de todo o apoio estrangeiro, Constâncio enviou dois dos seus secretários com a incumbência verbal de anunciar e executar a ordem de banimento de Atanásio. Dado a justiça da sentença merecer a pública concordância de todo o partido, o único motivo susceptível de impedir Constâncio de dar aos seus emissários a sanção de um mandado escrito só pode ser atribuído às suas dúvidas sobre o desenlace; e à percepção do risco a que poderia expor a segunda cidade e a mais fértil província do império, caso o povo persistisse na resolução de defender, pela força das armas, a inocência do seu pai espiritual. Esta extrema prudência ofereceu a Atanásio um subtil pretexto para contestar respeitosamente a verdade de uma ordem que lhe era impossível conciliar com a equidade ou com as anteriores declarações do seu benevolente senhor. Os poderes civis do Egipto acharam-se impotentes perante a tarefa de persuadir ou forçar o primaz a abdicar do seu trono episcopal; e foram obrigados a firmar um ajuste com os chefes populares de Alexandria, segundo o qual se estipulava que todos os procedimentos e hostilidades deviam ser suspensos, até a

vontade do imperador se dar a conhecer com mais clareza. Esta aparente moderação provocou nos católicos a ilusão de uma falsa e fatal segurança; ao mesmo tempo que as legiões do Alto Egito e da Líbia recebiam ordens secretas para avançar em marchas forçadas e cercar, ou antes, surpreender uma capital habituada à sedição e inflamada pelo zelo religioso. A posição de Alexandria, entre o mar e o lago Mareótis, facilitou a aproximação e a entrada das tropas, que chegaram ao centro da cidade antes que se pudessem tomar quaisquer medidas eficazes, quer fechando os portões, quer ocupando os postos de defesa cruciais. À meia-noite, vinte e três dias depois da assinatura do ajuste, Siriano, duque do Egito, à frente de cinco mil soldados armados e preparados para um assalto, investiu repentinamente contra a Igreja de São Teonas, onde o arcebispo, acompanhado por uma parte do seu clero e do povo, celebrava as devoções nocturnas. As portas do edifício sagrado cederam ao ímpeto do ataque, que se fez acompanhar de todas as terríveis circunstâncias do tumulto e da carnificina; mas, visto os cadáveres das vítimas e os pedaços de armas se acharem no dia seguinte, como uma prova incontestável, na posse dos católicos, o empreendimento de Siriano deve ser considerado antes de tudo uma incursão bem-sucedida, e não tanto uma conquista absoluta. As outras igrejas da cidade foram profanadas com ultrajes semelhantes; e ao longo de, pelo menos, quatro meses, Alexandria ficou exposta aos insultos de um exército licencioso, incentivado pelos eclesiásticos da facção hostil. Muitos dos fiéis sofreram a morte e puderam merecer o nome de mártires, se porventura não provocaram a sua sorte ou se ninguém a vingou; bispos e presbíteros viram-se assim tratados com cruel ignomínia; virgens consagradas foram despidas, chicoteadas e violadas; as casas de cidadãos abastados ficaram saqueadas; e, sob a máscara de zelo religioso, a lascívia, a cobiça e os ressentimentos privados saciaram-se com impunidade e até mesmo com aplauso. Os pagãos de Alexandria, que ainda constituíam um numeroso e descontente partido, consentiram facilmente em abandonar um bispo a quem temiam e respeitavam ao mesmo tempo. A esperança de algumas mercês particulares e a apreensão de se verem envolvidos no castigo geral da revolta levaram-nos a prometer apoio ao sucessor designado de Atanásio, o famoso Jorge da Capadócia. O usurpador, depois de receber a consagração de um sínodo ariano, foi colocado no trono episcopal pelo braço de Sebastião, que havia sido nomeado conde do Egito para executar este importante desígnio. No exercício, bem como na

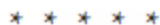
aquisição do seu poder, o tirano Jorge ignorou as leis da religião, da justiça e da humanidade; e as mesmas cenas de violência e escândalo que haviam ocorrido na capital repetiram-se em mais de noventa cidades episcopais do Egito. Encorajado por este êxito, Constâncio ousou aprovar o comportamento dos seus ministros. Por meio de uma pública e fogosa epístola, o imperador congratula-se com a libertação de Alexandria de um tirano popular, que iludia os seus cegos adeptos servindo-se da magia da sua eloquência; discorre em seguida sobre as virtudes e a piedade do reverendíssimo Jorge, o bispo eleito; e aspira, na qualidade de patrono e benfeitor da cidade, a ultrapassar a fama do próprio Alexandre. No entanto, declara solenemente a sua inabalável resolução de perseguir a ferro e fogo os sediciosos partidários do malvado Atanásio que, ao furtar-se à justiça, admitiu a sua culpa e escapou à morte ignominiosa que tantas vezes merecera.

Atanásio, de facto, escapara ao perigo mais iminente; e as aventuras deste homem extraordinário justificam um pouco da nossa atenção. Na memorável noite em que a Igreja de São Teonas sofrera a investida das tropas de Siriano, o arcebispo, sentado no seu trono, aguardava com calma e intrépida dignidade a hora da morte. Enquanto a devoção pública era interrompida por gritos de raiva e exclamações de terror, ele incitava a sua amedrontada congregação a exprimir confiança religiosa, entoando um dos salmos de David que celebra o triunfo do Deus de Israel sobre o arrogante e impiedoso tirano do Egito. As portas acabaram por ser arrombadas; uma chuva de setas foi disparada sobre a multidão; os soldados, de espada desembainhada, correram para o santuário; e o terrível brilho das armaduras era reflectido pelas luminárias sagradas que ardiam em redor do altar. Atanásio não cessou de rejeitar os piedosos rogos dos monges e presbíteros, que estavam afeiçoados à sua pessoa; e negou-se nobremente a abandonar a sua cadeira episcopal antes de ter mandado em segurança o último membro da congregação. A escuridão e o tumulto da noite favoreceram a retirada do arcebispo; e, embora se visse atropelado pelas vagas de uma multidão agitada, embora tivesse sido deitado por terra, ficando sem sentidos e paralisado, recuperou a sua indómita coragem e iludiu a ardente busca dos soldados, a quem os chefes arianos haviam informado que a cabeça de Atanásio seria o presente mais agradável ao imperador. A partir deste momento, o primaz do Egito desapareceu da vista dos inimigos e, durante mais de seis anos, manteve-se oculto numa impenetrável obscuridade.

O poder despótico do seu implacável inimigo abrangia toda a extensão do mundo romano; e o monarca, exasperado, diligenciara através de uma insistente epístola aos príncipes cristãos da Etiópia por fechar a Atanásio as mais remotas e isoladas regiões da Terra. Condes, prefeitos, tribunos, exércitos inteiros foram sucessivamente mandados em perseguição de um bispo fugitivo; a vigilância dos poderes civis e militares era animada pelos edictos imperiais; pródigas recompensas foram prometidas ao homem que entregasse Atanásio, vivo ou morto, e anunciaram-se os mais severos castigos contra os que ousassem proteger o inimigo público. Os desertos da Tebaida encontravam-se, contudo, nessa altura, povoados por uma raça de selvagens, mas submissos fanáticos, que preferiam as ordens do seu abade às leis do seu soberano. Os numerosos discípulos de Antão e Pacómio acolheram o primaz fugitivo como seu pai, admiraram a paciência e a humildade com que ele seguia as mais rígidas regras da sua instituição, recolheram todas as palavras da boca dele como genuínas efusões de uma sabedoria inspirada; e convenceram-se de que as orações, os jejuns e as vigílias valiam menos do que o zelo que manifestavam e os perigos que corriam na defesa da verdade e da inocência. Os mosteiros do Egipto situavam-se em lugares isolados e ermos, no cume das montanhas ou nas ilhas do Nilo; e a trombeta sagrada de Tabena era o bem conhecido sinal que reunia vários milhares de robustos e decididos monges, os quais, na sua maioria, haviam sido camponeses nas terras circunvizinhas. Quando os seus obscuros refúgios eram invadidos por uma força militar à qual se tornava impossível resistir, eles estendiam silenciosamente o pescoço ao carrasco; e faziam jus ao seu carácter nacional, pois as torturas jamais conseguiam arrancar a um egípcio a confissão de um segredo que ele resolvesse não trair. O arcebispo de Alexandria, a cuja segurança tinham fervorosamente devotado a vida, confundia-se no meio de uma multidão uniforme e disciplinada; e ante a ameaçadora aproximação do perigo, eles transportavam-no a toda a pressa, com solicitude, de um esconderijo para outro, até ele atingir os imensos desertos, que o sombrio e crédulo espírito supersticioso povoara de demónios e monstros selvagens. O retiro de Atanásio, que somente findou com a vida de Constâncio, decorreu quase sempre em convívio com os monges, que lhe serviam fielmente de guardas, secretários e mensageiros; mas a importância de manter uma ligação mais estreita com o partido católico tentava-o, sempre que a intensidade da perseguição diminuía, a sair do deserto, a entrar em Alexandria e a confiar a

sua pessoa à discrição dos amigos e seguidores. As suas diversas aventuras poderiam fornecer matéria para um interessantíssimo romance. Uma vez ficou escondido numa cisterna que estava seca e da qual acabara justamente de sair quando o refúgio foi denunciado por uma escrava; e, uma outra vez, elegeu asilo num lugar ainda mais extraordinário, a casa de uma virgem com apenas vinte anos de idade e que era famosa em toda a cidade pela deslumbrante beleza. À meia-noite, segundo ela contou muitos anos depois, foi surpreendida pela aparição do arcebispo com as roupas em desalinho e que, aproximando-se dela em passo apressado, lhe suplicou a protecção que uma visão celestial o mandara procurar sob o seu tecto hospitaleiro. A piedosa donzela acedeu e acobertou o penhor sagrado que era assim confiado à sua prudência e coragem. Sem revelar o segredo a ninguém, conduziu imediatamente Atanásio ao quarto mais recôndito e velou pela sua segurança com a ternura de uma amiga e a assiduidade de uma serva. Enquanto o perigo durou, ela forneceu-lhe com regularidade livros e alimento, lavou-lhe os pés, tratou-lhe da correspondência e ocultou habilmente do olhar da suspeita esta relação solitária e familiar entre um santo cujo carácter exigia a mais pura castidade e uma rapariga dotada de encantos capazes de provocar as mais perigosas emoções(*). Durante os seis anos de perseguição e exílio, Atanásio repetiu as visitas à sua bela e fiel companheira; e a declaração formal de que *viu* os concílios de Rimini e Selêucia obriga-nos a acreditar que ele esteve secretamente presente no tempo e lugar da reunião dos mesmos. A vantagem de negociar pessoalmente com os amigos, e de observar e fomentar as divisões dos inimigos, pode justificar, num avisado político, um tão ousado e perigoso cometimento; e Alexandria estava ligada, pelo comércio e a navegação, com todos os portos do Mediterrâneo. Lá do fundo do seu inacessível refúgio, o intrépido primaz travava uma permanente e ofensiva guerra contra o protector dos arianos; e os seus oportunos escritos, que eram diligentemente divulgados e lidos com avidez, contribuíam para unir e alentar o partido ortodoxo. Nas apologias públicas que dirigiu ao próprio imperador, ele simulava por vezes o elogio da moderação; enquanto, ao mesmo tempo, em secretas e veementes invectivas, mostrava Constâncio como um príncipe fraco e malévolo, o carrasco da sua família, o tirano da República e o Anticristo da Igreja. No auge da sua prosperidade, o monarca vitorioso, que castigara a temeridade de Galo e debelara a revolta de Silvano, que retirara o diadema da fronte de Vetrânio e vencera no campo

de batalha as legiões de Magnêncio, recebia de uma mão invisível um golpe que não lhe era possível curar nem vingar; e o filho de Constantino foi o primeiro dos príncipes cristãos a experimentar a força dos princípios que, em matéria de religião, podem resistir às mais violentas arremetidas do poder civil.



O carácter geral das seitas cristãs

A simples narrativa das divisões intestinas que perturbaram a paz da Igreja e desonraram o seu triunfo confirmará a observação de um historiador pagão e justificará as queixas de um venerável bispo. A experiência de Amiano convencerá-o de que a inimizade dos cristãos entre si ultrapassava a fúria de feras contra o homem; e Gregório de Nazianzo lamenta pateticamente o facto de o reino dos céus ter sido convertido pela discórdia na imagem do caos, de uma tempestade nocturna ou do próprio inferno. Os fogosos e parciais escritores deste tempo, ao atribuírem *todas* as virtudes a si próprios e ao imputarem *todas* as culpas aos adversários, retrataram a batalha dos anjos contra os demónios. O nosso raciocínio mais calmo recusa uns tão puros e perfeitos monstros de vício ou de santidade, e assaca uma igual, ou pelo menos indistinta porção de bem e de mal, aos sectários hostis que assumiram e imputaram as designações de ortodoxos e hereges. Tinham sido educados na mesma religião e na mesma sociedade civil. As suas esperanças e medos tanto da vida presente quanto da futura distribuíam-se em igual medida. Tanto de um como do outro lado, o erro podia ser inocente, a fé sincera e a prática meritória ou corrompida. As suas paixões eram suscitadas por desígnios idênticos; e podiam, alternadamente, abusar do favor da corte ou do povo. As opiniões metafísicas dos atanasianos e dos arianos não influenciavam o seu carácter moral; e todos eles eram movidos pelo espírito intolerante que havia sido extraído dos puros e simples princípios do Evangelho.

Um escritor moderno, que, com justa confiança, conferiu à sua própria história os honrosos epítetos de política e filosófica, acusa a tímida prudência de Montesquieu por não haver enumerado, entre as causas do declínio do império, uma lei de Constantino devido à qual o exercício do culto pagão foi totalmente suprimido, deixando uma parte considerável dos seus súbditos destituída de sacerdotes, de templos e de qualquer religião pública. O zelo do historiador filosófico em prol dos direitos da humanidade induziu-o a aceitar o ambíguo testemunho dos eclesiásticos que atribuíram com excessiva ligeireza ao seu herói favorito o *mérito* de uma perseguição generalizada. Em vez de alegar esta lei imaginária, que teria sido alardeada no frontispício dos códigos imperiais, podemos recorrer com segurança à epístola original que Constantino dirigiu aos seguidores da religião antiga, numa época em que deixara de disfarçar a sua conversão e já não temia o assalto dos rivais ao seu trono. Ele convida e exorta, em termos prementes, os súbditos do Império Romano a imitar o exemplo do seu senhor; mas declara que todos os que ainda recusarem abrir os olhos à luz celestial podem usufruir em liberdade dos seus templos e deuses fantasiosos. A notícia de que as cerimónias do paganismo foram suprimidas é formalmente desmentida pelo próprio imperador que invoca sabiamente, como princípio da sua moderação, a invencível força do hábito, do preconceito e da superstição. Sem violar a santidade da sua promessa, nem suscitar os receios dos pagãos, o sagaz monarca, com medidas lentas e cautelosas, ia minando o irregular e decadente edifício do politeísmo. Os actos parciais de severidade que ele exercia ocasionalmente, embora fossem secretamente determinados por um zelo cristão, eram coloridos com as mais sérias pretensões de justiça e de bem público; e enquanto Constantino planeava demolir os alicerces da antiga religião, dir-se-ia que apenas queria reformar-lhe os abusos. Seguindo o exemplo dos mais sábios dos seus antecessores, ele condenou, sob pena dos mais severos castigos, as ocultas e ímpias artes da adivinhação que faziam acalentar vãs esperanças e, por vezes, instigavam as tentativas criminosas dos que se encontravam descontentes com a sua presente condição. Um silêncio infamante foi imposto aos oráculos que haviam sido publicamente acusados de fraude e falsidade; os sacerdotes efeminados do Nilo foram abolidos; e Constantino cumpriu os deveres de um censor romano quando deu ordens para a demolição de vários templos da Fenícia, nos quais todos os tipos de prostituição eram devotamente praticados à luz do dia e em honra de Vénus.

A cidade imperial de Constantinopla foi, de certa maneira, erigida à custa dos opulentos templos da Grécia e da Ásia e adornada com os seus espólios; as propriedades sagradas foram confiscadas; as estátuas de deuses e heróis viram-se transportadas, com rude familiaridade, para o meio de um povo que as considerava meros objectos de curiosidade e não de adoração; o ouro e a prata foram repostos em circulação; e os magistrados, os bispos e os eunucos aproveitaram o afortunado ensejo de satisfazer, em simultâneo, o seu zelo, a sua cobiça e o seu ressentimento. Estas depredações ficaram, no entanto, limitadas a uma pequena parte do mundo romano; e as províncias há muito que se tinham acostumado a suportar a mesma sacrílega rapina, fruto da tirania de príncipes e procônsules sobre os quais não podia recair a suspeita de pretenderem a subversão da religião estabelecida.

Os filhos de Constantino seguiram as pisadas do pai com mais zelo e menos discricção. Os pretextos de rapina e opressão multiplicaram-se imperceptivelmente(*); deu-se mostras da maior indulgência ante o comportamento ilegal dos cristãos; apontaram-se todas as dúvidas em desfavor do paganismo; e a demolição dos templos foi celebrada como um dos mais auspiciosos eventos dos reinados de Constante e de Constâncio. O nome de Constâncio aparece no cabeçalho de uma lei concisa que pode ter tornado inútil a necessidade de futuras proibições. «É nossa vontade que em todos os lugares, e em todas as cidades, os templos sejam imediatamente encerrados e cuidadosamente vigiados para que ninguém tenha ocasião de transgredir. É igualmente nossa vontade que todos os súbditos se abstenham de sacrifícios. Se alguém for culpado de um tal acto, deve perecer pelo gládio da vingança, e, após a sua execução, os bens devem ser confiscados em benefício do público. Impomos iguais castigos aos governadores das províncias que descurarem punir os criminosos.» Existem, porém, os mais fortes motivos para acreditar que este tremendo edicto ou foi redigido e não publicado, ou então publicado e nunca posto em prática. A evidência de alguns factos e os monumentos ainda hoje existentes, de bronze e de mármore, vêm provar o exercício público do culto pagão durante todo o reinado dos filhos de Constantino. Tanto no Oriente como no Ocidente, nas cidades como no campo, um grande número de templos foi respeitado, ou pelo menos poupado; e a multidão devota continuou a desfrutar da pompa dos sacrifícios, festas e procissões, graças à permissão ou conivência do governo civil. Decorridos cerca de quatro anos sobre a suposta data do seu sangrento edicto, Constâncio visitou os templos de Roma; e a decência do

seu comportamento é recomendada por um orador pagão como um exemplo digno de imitação pelos príncipes seguintes. «Este imperador», afirma Símaco, «tolerou que os privilégios das virgens vestais permanecessem inviolados; conferiu as dignidades sacerdotais aos nobres de Roma, garantiu a habitual quantia para custear as despesas dos rituais e dos sacrifícios públicos; e, embora tivesse abraçado uma religião diferente, nunca tentou privar o império do culto sagrado dos Antigos.» O Senado ainda ousava consagrar, mediante decretos solenes, a memória *divina* dos seus soberanos; e o próprio Constantino foi associado, após a morte, aos deuses que tinha renegado e insultado durante a vida. O título, as insígnias e as prerrogativas de Grande Pontífice, que haviam sido instituídos por Numa e adoptados por Augusto, foram aceites sem hesitação por sete imperadores cristãos; os quais se viram investidos de uma autoridade mais absoluta sobre a religião que tinham abandonado do que sobre aquela que professavam.

As divisões da Cristandade suspenderam a ruína do *paganismo*(^{*}); e a guerra santa contra os infiéis era empreendida com menos vigor pelos príncipes e bispos, os quais se sentiam, de momento, mais alarmados com os crimes e os perigos de uma rebelião interna. A abolição da *idolatria* poderia justificar-se pelos princípios então vigentes de intolerância; mas as seitas hostis, que reinavam alternadamente na corte imperial, alimentavam um mútuo receio de alienar e talvez exasperar os espíritos de uma facção poderosa, ainda que em declínio. Todos os motivos de autoridade e moda, de interesse e razão, favoreciam agora o campo do cristianismo; no entanto, decorreram duas ou três gerações antes de a sua vitoriosa influência se fazer universalmente sentir. A religião que durante tanto tempo, e ainda recentemente, estivera estabelecida no Império Romano continuava a ser respeitada por um numeroso povo, em boa verdade menos apegado às opiniões especulativas do que aos velhos costumes. As honras do Estado e do exército foram indiferentemente concedidas a todos os súbditos de Constantino e de Constâncio; e uma apreciável parcela de conhecimento, riqueza e valentia foi ainda usada ao serviço do politeísmo. A superstição do senador e do camponês, do poeta e do filósofo tinha origens muito diferentes, mas eles reuniam-se com igual devoção nos templos dos deuses. O seu zelo era paulatinamente estimulado pelo ofensivo triunfo de uma seita proscrita; e as suas esperanças foram reavivadas pela fundamentada confiança de que o herdeiro presuntivo do império, um jovem e valoroso

herói que libertara a Gália dos bárbaros, abraçara secretamente a religião dos seus antepassados.

A CONTRA-REFORMA PAGÃ

Capítulo 22

A sucessão de Juliano. O seu carácter

Após um reinado despótico, Constâncio morreu em 361, em vésperas de uma guerra civil com Juliano, que se tornou assim o único imperador. O breve reinado de Juliano foi nortado por dois motivos resultantes dos seus primeiros estudos. Um deles consistia em realizar o ideal do rei-filósofo, em simbiose com reformas práticas, medidas de poupança e uma tentativa de trocar o orientalismo da corte do seu antecessor pela simplicidade dos costumes antigos. Acalentava, em segundo lugar, a ambição de rivalizar com Alexandre Magno nas conquistas orientais. O significado principal de Juliano aos olhos da posteridade foi a sua rejeição do cristianismo e a procura não só de reformar, mas também de restabelecer os cultos pagãos.

A sucessão de Juliano

Impaciente por visitar o lugar do seu nascimento e a nova capital do império, ele avançou de Naísso, através das montanhas de Hemo e das cidades da Trácia. Ao chegar a Heracleia, a sessenta milhas de distância, a

cidade de Constantinopla saiu toda dos muros para o receber; e ele fez a sua entrada triunfal no meio das reverentes aclamações dos soldados, do povo e do Senado. Uma multidão inumerável comprimia-se à sua volta, tomada de um ansioso respeito, e ficando talvez desiludida ao deparar com a baixa estatura e o traje simples de um herói cuja juventude inexperiente vencera os bárbaros da Germânia e atravessara agora, num percurso bem-sucedido, todo o continente da Europa desde a costa do Atlântico à do Bósforo. Alguns dias depois, quando os restos mortais do falecido imperador foram desembarcados no porto, os súbditos de Juliano aplaudiram a autêntica ou fingida sensibilidade do seu soberano. De pé, sem diadema e envergando um fato de luto, acompanhou o funeral até à Igreja dos Santos Apóstolos, onde o corpo foi deposto; e embora estes sinais de respeito possam ser interpretados como uma homenagem egoísta à estirpe e à dignidade do seu parente imperial, as lágrimas de Juliano demonstraram ao mundo que ele esquecera as ofensas e somente recordava os favores que recebera de Constâncio. Mal as legiões de Aquileia tiveram a certeza da morte do imperador, abriram as portas da cidade e, mercê do sacrifício de alguns chefes culpados, obtiveram um fácil perdão concedido pela prudência ou a clemência de Juliano, que, aos trinta e dois anos, adquiriu a posse incontestada do Império Romano.

A filosofia ensinara Juliano a comparar as vantagens da acção às do retiro; no entanto, o brilho do seu nascimento e os acasos da vida nunca lhe permitiram a liberdade de escolha. Talvez houvesse sinceramente preferido os bosquedos da Academia e a sociedade de Atenas; mas viu-se forçado, de início pela vontade e depois pela injustiça de Constâncio, a expor a sua pessoa e o seu renome aos perigos da grandeza imperial, e a tornar-se responsável aos olhos do mundo e da posteridade pela felicidade de milhões de pessoas. Juliano lembrou-se, horrorizado, de uma observação do seu mestre Platão, segundo a qual a condução dos nossos rebanhos é sempre confiada a seres de uma espécie superior ao gado; e, assim, o governo das nações exige e merece os poderes celestiais dos deuses ou dos génios. Com base neste princípio, ele concluiu justamente que o homem que ambiciona reinar deve aspirar à perfeição da natureza divina; deve purificar a sua alma da parte mortal e terrestre; deve eliminar os seus apetites, cultivar o seu entendimento, regulamentar as suas paixões e domar a besta-fera que, segundo a sugestiva metáfora de Aristóteles, raramente deixa de subir ao trono de um déspota. O trono de Juliano, que a morte de Constâncio

assentou numa base independente, foi a sede da razão, da virtude e talvez da vaidade. Ele desprezou as honras, renunciou aos prazeres e preencheu com permanente diligência os deveres da sua elevada posição; e poucos teriam sido os súbditos que consentiriam em libertá-lo do peso do diadema, se porventura se vissem obrigados a submeter o seu tempo e as suas acções às rigorosas leis que o seu imperador filósofo impunha a si próprio. Um dos mais íntimos amigos dele, que partilhara muitas vezes da simplicidade frugal da sua mesa, observou que a sua leve e parca dieta (em geral, composta de vegetais) lhe deixava sempre o corpo e a mente livres e activos para as diversas e importantes ocupações de um autor, de um pontífice, de um magistrado, de um general e de um príncipe. Num mesmo e único dia dava audiência a vários embaixadores, e escrevia ou ditava um grande número de cartas aos generais, aos magistrados civis, aos seus amigos particulares e a diversas cidades dos seus domínios. Escutava a leitura dos memorandos que haviam sido recebidos, ponderava a matéria das petições e indicava as suas intenções mais rapidamente do que a diligência dos secretários conseguia escrevê-las em abreviado. Possuía uma tal flexibilidade de pensamento e uma tão concentrada atenção, que era capaz de utilizar ao mesmo tempo a mão para escrever, os ouvidos para escutar e a voz para ditar; e seguir assim três encadeamentos diferentes de ideias sem hesitação nem erros. Enquanto os ministros repousavam, o príncipe corria desenvoltamente de um trabalho para outro; e, depois de uma refeição apressada, refugiava-se na biblioteca até os negócios públicos que marcara para a tardinha o levarem a interromper os estudos. A ceia do imperador era ainda mais leve do que o jantar; o seu sono nunca se via perturbado pelos vapores da indigestão; e, com excepção do curto intervalo de um casamento que foi mais o resultado da política que do amor, o casto Juliano jamais partilhou a sua cama com uma companhia feminina. Era acordado de manhã cedo pela entrada de secretários revigorados que haviam dormido no dia anterior; e os criados eram forçados a velar alternadamente, enquanto o seu infatigável amo raramente consentia em descansar de outra forma que não fosse a mudança de ocupações. Os antecessores de Juliano, o tio, o irmão, o primo, satisfizeram um gosto pueril pelos jogos do circo, sob o capcioso pretexto de se identificarem com as inclinações do povo; e ali permaneciam frequentemente a maior parte do dia como indolentes espectadores, mas também como parte do esplendoroso espectáculo, até as habituais vinte e quatro corridas chegarem ao fim. Nas festas solenes,

Juliano, que sentia e manifestava um antiquado desagrado por estes frívolos divertimentos, condescendia em aparecer no circo; e, depois de deitar um olhar indiferente a cinco ou seis corridas, retirava-se a toda a pressa com a impaciência de um filósofo que considerava perdidos todos os momentos que não fossem dedicados ao bem público ou ao aperfeiçoamento do seu próprio espírito. Mediante esta economia de tempo, ele pareceu alongar a breve duração do seu reinado; e se as datas não estivessem tão seguramente apuradas, recusar-nos-íamos a acreditar que apenas dezasseis meses decorreram entre a morte de Constâncio e a partida do seu sucessor para a guerra da Pérsia. As acções de Juliano só podem ser preservadas graças ao cuidado do historiador; mas a porção dos seus volumosos escritos ainda existentes impõe-se como um monumento da dedicação, e bem assim do génio do imperador. O Misopogon, os Césares, vários dos seus discursos e a sua elaborada obra contra a religião cristã foram redigidos nas longas noites de dois Invernos, o primeiro dos quais passou em Constantinopla, e o segundo em Antioquia.

O carácter de Juliano

A laboriosa administração dos assuntos militares e civis, que se multiplicaram proporcionalmente à extensão do império, exercitaram as capacidades de Juliano; mas ele também assumia frequentemente as duas funções de orador e juiz, que são quase desconhecidas dos modernos soberanos da Europa. A arte da persuasão, tão diligentemente cultivada pelos primeiros Césares, foi negligenciada pela ignorância militar e pelo orgulho asiático dos seus sucessores, que, embora condescendessem em arengar soldados que recebavam, tratavam com silencioso desdém os senadores a quem desprezavam. As assembleias do Senado, que Constâncio evitara, eram consideradas por Juliano como o lugar onde ele podia patentear mais adequadamente as máximas de um republicano e os talentos de um retórico. Praticava um após outros, como numa escola de declamação, os vários modos de elogio, de censura e de exortação; e o seu amigo Libânio observou que o estudo de Homero lhe ensinara a imitar o estilo simples e conciso de Menelau, a abundância de Nestor, cujas palavras desciam como os flocos de neve no Inverno, ou a patética e enérgica

eloquência de Ulisses. As funções de juiz, que são por vezes incompatíveis com as de um príncipe, eram exercidas por Juliano não apenas por dever, mas também como uma distração; e, embora pudesse confiar na integridade e no discernimento dos seus prefeitos do pretório, sentava-se frequentemente ao lado deles na cadeira do tribunal. A arguta perspicácia do seu espírito entretinha-se gostosamente a descobrir e fazer gorar a chicana dos advogados que se esforçavam por deturpar a verdade dos factos e perverter o sentido das leis. Esquecia, algumas vezes, a majestade do seu cargo, fazia perguntas indiscretas ou despropositadas e traía, pelo tom de voz elevado e pela agitação do corpo, a fogosa veemência com que defendia a sua opinião contra os juizes, os advogados e os clientes destes. No entanto, a consciência do seu próprio temperamento levava-o a encorajar, e até mesmo a solicitar, a reprovação dos amigos e dos ministros; e sempre que eles se aventuravam a opor-se aos seus ardentes acessos, os espectadores podiam observar tanto a vergonha como a gratidão do monarca. Os decretos de Juliano basearam-se quase sempre nos princípios da justiça, e ele teve suficiente firmeza para resistir às duas tentações mais perigosas que ameaçam o tribunal de um soberano sob as sedutoras formas da compaixão e da equidade. Apreciava a razão das causas sem atender à condição das partes; e os pobres, por muito que ele desejasse ajudá-los, eram condenados a satisfazer as justas exigências de um nobre e abastado adversário. Distinguia cuidadosamente o juiz do legislador; e, embora tivesse em mente a necessidade de reformar a jurisprudência romana, pronunciava as sentenças de acordo com a estrita e literal interpretação das leis que os magistrados estavam incumbidos de executar e os súbditos de cumprir. A maioria dos príncipes, se porventura os despojássemos das suas insígnias e os lançássemos desnudos no mundo, cairiam logo na camada mais baixa da sociedade, sem qualquer esperança de ressurgir da obscuridade. O mérito pessoal de Juliano, contudo, era até certo ponto independente da sua fortuna. Qualquer que fosse a sua opção na vida, ele obteria sempre, ou pelo menos mereceria, dada a sua coragem intrépida, a sua viva inteligência e a constância da sua aplicação, as mais elevadas honras da profissão; e Juliano poderia guindar-se à categoria de ministro ou general num país onde nascesse como simples cidadão. Se o capricho cioso do poder tivesse frustrado as suas expectativas; se ele tivesse prudentemente recusado as sendas da grandeza, o exercício destes mesmos talentos numa solidão estudiosa teria colocado fora do alcance dos reis a

sua felicidade presente e a sua fama imortal. Ao analisarmos com minuciosa, ou talvez malevolente atenção o retrato de Juliano, parece faltar algo à graça e perfeição de toda a sua figura. O génio dele foi menos poderoso e sublime que o de César, e tão-pouco igualou a prudência consumada de Augusto. As virtudes de Trajano parecem mais seguras e naturais, e a filosofia de Marco é mais simples e consistente. No entanto, Juliano enfrentou a adversidade com firmeza e a prosperidade com moderação. Após um intervalo de cento e vinte anos, desde a morte de Alexandre Severo, os Romanos viram aparecer um imperador que não fazia distinção entre os deveres e os prazeres, que se esforçava por mitigar a miséria e encorajar o ânimo dos súbditos, e que tentava sempre ligar a autoridade ao mérito, e a felicidade à virtude. Até mesmo as facções, incluindo as facções religiosas, se viram obrigadas a reconhecer a superioridade do seu génio, tanto na paz como na guerra, e a admitir, com um suspiro, que Juliano, *o Apóstata*, amava o seu país e merecia o império do mundo.

Capítulo 23

A religião de Juliano. O seu fanatismo. A sua restauração e reforma do paganismo. O seu comportamento para com os Judeus. A sua opressão dos cristãos. O templo e o bosque sagrado de Dafne. São Jorge. Juliano e Atanásio

O cognome de Apóstata prejudicou a reputação de Juliano; e a cegueira que tentou ensombrar as suas virtudes exagerou a real e aparente magnitude dos seus defeitos. A nossa ignorância parcial também pode representá-lo como um monarca filósofo, que se esforçou por proteger com equidade as facções religiosas do império e acalmar a febre teológica que inflamara os espíritos populares desde os edictos de Diocleciano ao exílio de Atanásio. Uma análise mais aprofundada da personalidade e do comportamento de Juliano arredará esta predisposição favorável a um príncipe que não escapou ao contágio geral da época. Desfrutamos da singular vantagem de poder comparar os retratos que foram delineados pelos seus mais entusiásticos admiradores e os seus mais implacáveis inimigos. As acções de Juliano são fielmente descritas por um criterioso e cândido historiador, além de espectador imparcial da sua vida e da sua morte. O testemunho unânime dos contemporâneos é confirmado pelas declarações públicas e privadas do próprio imperador; e os seus diversos escritos expressam o teor uniforme dos seus sentimentos religiosos, que a política o deve ter levado mais a dissimular do que a demonstrar. A paixão dominante de Juliano

residia numa devota e sincera afeição aos deuses de Atenas e Roma; as faculdades de uma mente esclarecida foram atraíoadas e corrompidas pela influência de preconceitos supersticiosos; e os fantasmas que apenas existiam na imaginação do imperador reflectiram-se, real e perniciosamente, no governo do império. O zelo veemente dos cristãos, que desprezavam o culto e derrubavam os altares destas divindades fabulosas, colocaram o seu defensor num estado de irreconciliável hostilidade com uma parte muito numerosa dos seus súbditos; e ele foi, por vezes, tentado pelo desejo de vitória, ou pela vergonha de um desaire, a violar as leis da prudência e até da justiça. O triunfo do partido que ele abandonou, e combateu, lançou uma marca de infâmia sobre o nome de Juliano; e o malsucedido apóstata tem sido submerso por uma torrente de piedosas invectivas, cujo sinal partiu da sonora trombeta de Gregório de Nazianzo. A interessante natureza dos acontecimentos que encheram o breve reinado deste dinâmico imperador merece uma narrativa justa e circunstanciada. Os seus motivos, conselhos e acções, na medida em que se ligam à história da religião, constituirão o tema deste capítulo.

A causa da estranha e fatal apostasia pode ser associada aos primeiros anos da sua existência, quando ficou órfão e nas mãos dos assassinos da sua família. Os nomes de Cristo e de Constâncio, as ideias de servidão e de religião caldearam-se rapidamente numa imaginação juvenil, aberta às mais vivas impressões. Na infância, foi confiado a Eusébio, bispo da Nicomédia, que era seu parente pelo lado da mãe; e, até aos vinte anos, Juliano recebeu dos seus preceptores cristãos a educação não de um herói, mas de um santo. O imperador, menos desejoso da coroa celeste que da terrena, satisfez-se com o grau imperfeito de catecúmeno, ao mesmo tempo que concedia as vantagens do baptismo aos sobrinhos de Constantino. Estes foram inclusivamente admitidos nas funções subalternas da ordem eclesiástica; e Juliano leu publicamente as Sagradas Escrituras, na igreja da Nicomédia. O estudo da religião, que eles cultivaram com assiduidade, produziu aparentemente os mais excelentes frutos da fé e da devoção. Rezavam, jejuavam, distribuíam esmolas aos pobres, dádivas ao clero e oferendas aos túmulos dos mártires; e o esplendoroso monumento de São Mamas, em Cesareia, foi construído, ou pelo menos iniciado, graças ao esforço conjunto de Galo e Juliano. Conversavam respeitosamente com os bispos célebres pela sua superior santidade e solicitavam a bênção dos monges e eremitas que haviam introduzido na Capadócia o rigor voluntário da vida ascética.

Conforme os dois príncipes se iam aproximando da idade adulta, iam revelando nos seus sentimentos religiosos a diferença das suas personalidades. O espírito lento e obstinado de Galo adoptou com um zelo cego as doutrinas do cristianismo, que nunca lhe influenciaram o comportamento ou moderaram as paixões. A índole doce do irmão mais novo acolhia melhor os preceitos do Evangelho; e a sua activa curiosidade podia sentir-se agradada com um sistema teológico que explica a misteriosa essência da Divindade e abre a perspectiva ilimitada de mundos invisíveis e futuros. O espírito independente de Juliano recusava-se, porém, a ceder à passiva e absoluta obediência que exigiam, em nome da religião, os imperiosos ministros da Igreja, cujas opiniões especulativas eram impostas como leis positivas e resguardadas pelos terrores de castigos eternos; mas, enquanto prescreviam um rígido formulário de pensamentos, de palavras e de acções ao jovem príncipe; enquanto silenciavam as suas objecções e reprimiam severamente a liberdade da sua indagação, eles levavam secretamente o seu espírito inquieto a negar a autoridade dos guias eclesiásticos. Foi educado na Ásia Menor, no meio dos escândalos da controvérsia ariana. As violentas disputas dos bispos do Oriente, as permanentes alterações dos seus credos e os motivos profanos por que aparentemente se regiam fortaleceram a pouco e pouco a opinião de Juliano de que eles não compreendiam nem acreditavam na religião pela qual lutavam com tanto ardor. Em vez de escutar as provas do cristianismo com essa atenção favorável que aumenta o peso dos testemunhos mais respeitáveis, ouvia desconfiado e refutava, com obstinação e argúcia, as doutrinas pelas quais já nutria uma invencível aversão. Quando os jovens príncipes eram mandados compor declamações sobre o tema das controvérsias em voga, Juliano apresentava-se sempre como advogado do paganismo, sob o especioso pretexto de que a sua sabedoria e o seu engenho poderiam exercer-se e desenvolver-se mais vantajosamente na defesa da causa mais fraca.

Assim que Galo foi investido das honras da púrpura imperial, Juliano teve ensejo de respirar a atmosfera da liberdade, da literatura e do paganismo. A multidão de solistas que eram atraídos pelo gosto e pela liberalidade do seu régio pupilo tinham formado uma estreita aliança entre a sabedoria e a religião da Grécia; e os poemas de Homero, em vez de serem admirados como as produções originais do génio humano, eram seriamente atribuídos à celestial inspiração de Apolo e das Musas. As divindades do

Olimpo, tal como foram pintadas pelo imortal bardo, impressionam até mesmo os espíritos menos propensos à credulidade supersticiosa. O nosso conhecimento familiar dos seus nomes e caracteres, das suas formas e atributos, parece conferir a estes seres etéreos uma existência real e substancial; e o agradável encantamento produz um imperfeito e momentâneo consentimento da nossa imaginação perante as próprias fábulas que mais repugnam à nossa razão e experiência. Na época de Juliano, todas as circunstâncias contribuíam para prolongar e fortalecer a ilusão: os magníficos templos da Grécia e da Ásia; as obras dos artistas que haviam traduzido na pintura ou na escultura as divinas concepções do poeta; a pompa das festas e dos sacrifícios; os artificios bem-sucedidos da adivinhação; as tradições populares dos oráculos e dos prodígios; e as práticas já antigas de dois mil anos. A fraqueza do politeísmo achava-se, em certa medida, desculpada pela moderação das suas pretensões; e a devoção dos pagãos não era incompatível com o mais licencioso cepticismo. Em vez de um sistema indivisível e regular, que preenchesse o espírito crente por inteiro, a mitologia dos Gregos compunha-se de milhentas partes soltas e flexíveis, e o adorador dos deuses era livre de definir o grau e a extensão da sua fé religiosa. O credo que Juliano adoptou para seu uso foi o de mais largas dimensões; e, por uma estranha contradição, desdenhava o jugo salutar do Evangelho, enquanto fazia a oferta voluntária da sua razão nos altares de Júpiter e de Apolo. Uma das prelecções de Juliano é consagrada em honra de Cibele, a mãe dos deuses, que exigia aos seus sacerdotes efeminados o sacrifício sangrento tão temerariamente consumado pela loucura do jovem frígio(*). O piedoso imperador condescende em relatar, sem corar nem sorrir, a viagem da deusa desde as costas de Pérgamo até à foz do Tibre; e o assombroso milagre que convenceu o Senado e o povo de Roma de que o pedaço de argila que os seus embaixadores haviam transportado por sobre os mares era dotado de vida, de sentimentos e de poder divino. E para atestar a verdade deste prodígio, invoca os monumentos públicos da cidade; e censura, com certo azedume, o gosto doentio e afectado dos homens que zombavam impertinentemente das tradições sagradas dos seus antepassados.

No entanto, o filósofo devoto, que abraçou com sinceridade e encorajou calorosamente a superstição do povo, reservava para si próprio o privilégio de uma interpretação liberal e retirava-se silenciosamente do pé dos altares para o santuário do templo. A extravagância da mitologia grega

proclamava, numa voz clara e audível, que o piedoso inquiridor, em vez de se escandalizar ou satisfazer com o sentido literal, deveria sondar diligentemente a sabedoria oculta que fora coberta, pela prudência da Antiguidade, com a máscara da loucura e da fábula(**). Os filósofos da escola platónica, Plotino, Porfírio e o divino Jâmblico, eram admirados como os mais argutos mestres desta ciência da alegoria, que se esforçava por suavizar e harmonizar os traços disformes do paganismo. O próprio Juliano, que foi guiado na misteriosa demanda por Edésio, o venerável sucessor de Jâmblico, aspirava à posse de um tesouro que, a acreditar nas suas solenes afirmações, ele estimava muito acima do império do mundo. Tratava-se, na realidade, de um tesouro cujo valor só derivava da opinião; e todo o artista que se vangloriasse de haver separado o metal precioso das escórias envolventes arrogava-se um igual direito de lhe imprimir o nome e a forma que mais agradasse à sua fantasia pessoal. A fábula de Átis e Cibele já tinha sido explicada por Porfírio; mas os seus trabalhos apenas contribuíram para incentivar o piedoso engenho de Juliano, que inventou e publicou a sua própria alegoria da antiga e mística fábula. Esta liberdade de interpretação, que podia satisfazer o orgulho dos platónicos, mostrava a vacuidade da sua arte. Sem entrar em fastidiosos pormenores, o leitor moderno não conseguiria fazer uma ideia exacta das estranhas alusões, das etimologias forçadas, da solene trivialidade e da impenetrável obscuridade destes eruditos que pretendiam desvendar o sistema do Universo. Visto as tradições da mitologia pagã serem narradas de várias maneiras, os intérpretes sagrados eram livres de escolher as particularidades que mais lhes convinham; e, ao traduzirem uma cifra arbitrária, podiam extrair de qualquer fábula qualquer sentido que se adaptasse ao seu sistema favorito de religião e filosofia. A forma lasciva de uma Vénus nua levava-os a torturar o espírito para nela descobrirem um preceito moral ou uma verdade física; e a castração de Átis representava a revolução do Sol entre os trópicos, ou o afastamento da alma humana do vício e do erro(*).

O sistema teológico de Juliano, ao que parece, continha os sublimes e importantes princípios da religião natural. No entanto, dado a fé que não se baseia na revelação permanecer destituída de qualquer apoio sólido, o discípulo de Platão reincidiu imprudentemente nos hábitos da vulgar superstição; e as noções populares e filosóficas sobre a Divindade parecem ter sido todas elas confundidas na prática, nos escritos e na própria mente de Juliano. O piedoso imperador reconhecia e adorava a causa eterna do

Universo, à qual atribuía todas as perfeições de uma natureza infinita, invisível ao olhar e inacessível à inteligência dos frágeis mortais. O Deus supremo tinha criado, ou melhor, na linguagem platónica, engendrado a sucessão gradual dos espíritos dependentes: os deuses, os demónios, os heróis e os homens; e todos os seres cuja existência derivasse imediatamente da causa primeira recebiam a inerente dádiva da imortalidade. Para que uma tão preciosa vantagem não fosse desperdiçada em objectos indignos, o Criador confiara à habilidade e ao poder de deuses inferiores a missão de formar o corpo humano e dispor a bela harmonia dos reinos animal, vegetal e mineral. Delegou no comportamento de tais divinos ministros o governo temporal deste mundo subalterno; mas a sua administração imperfeita não está isenta de discórdia ou erro. A Terra e os seus habitantes acham-se divididos entre eles, e os caracteres de Marte ou Minerva, de Mercúrio ou Vénus podem ser distintamente apontados nas leis e nos costumes dos seus adeptos particulares. Enquanto as nossas almas imortais estão encerradas numa prisão mortal, é do nosso interesse, sendo também nosso dever, solicitar o favor e esconjurar a fúria das potestades do céu, cujo orgulho fica lisonjeado com a devoção dos homens e cuja parte mais grosseira se supõe colher algum alimento no fumo dos sacrifícios. Os deuses inferiores condescendiam algumas vezes em animar as estátuas e habitar os templos erigidos em sua honra. Podiam ocasionalmente visitar a terra, mas os céus eram o verdadeiro trono e o símbolo da sua glória. A ordem invariável do Sol, da Lua e das estrelas foi apressadamente aceite por Juliano como uma prova da sua duração eterna; e esta eternidade constituía uma demonstração suficiente de que eles não eram obra de uma divindade inferior, mas do Rei Onnipotente. No sistema dos platónicos, o mundo visível é a figura do mundo invisível. Os corpos celestes, dado serem vivificados por um espírito divino, podiam considerar-se os mais dignos de culto religioso. O Sol, cuja influência genial impregna e sustenta o Universo, reclamava justamente a adoração do género humano enquanto esplendoroso representante do Logos, a imagem viva, racional e benéfica do Pai intelectual.

O fanatismo de Juliano

A ausência de inspiração genuína é suprida, em todas as épocas, pelas poderosas ilusões do entusiasmo e pelos artifícios imitativos da impostura. Se, no tempo de Juliano, estes embustes tivessem sido apenas praticados pelos sacerdotes pagãos para apoio de uma causa declinante, talvez pudéssemos dispensar uma certa indulgência aos interesses e aos hábitos da ordem sacerdotal. Pode, no entanto, constituir matéria de surpresa e escândalo que os próprios filósofos hajam contribuído para abusar da credulidade supersticiosa dos homens(*), e que os mistérios gregos tenham sido apoiados pela magia ou teurgia dos platônicos coevos. Eles gabavam-se arrogantemente de penetrar a ordem da Natureza, explorar os segredos do futuro, utilizar os serviços dos demónios inferiores, usufruir da visão e da conversa dos deuses superiores, e, libertando a alma dos seus laços materiais, reunir esta partícula imortal ao Espírito Infinito e Divino.

A devota e empreendedora curiosidade de Juliano encheu os filósofos com a esperança de uma conquista fácil, que, atendendo à situação do seu jovem prosélito, podia vir a ter as mais relevantes consequências. Juliano ouviu os primeiros rudimentos das doutrinas platônicas da boca de Edésio, que estabelecera a sua escola errante e perseguida em Pérgamo. Todavia, dado a força desfalecente deste venerável sábio não bastar ao ardor, à diligência e à rápida apreensão do aluno, dois dos seus mais doutos discípulos, Crisanto e Eusébio, ocuparam, por vontade de Juliano, o lugar do idoso mestre. Estes filósofos parecem ter preparado e distribuído entre si os papéis; e conseguiram habilmente, mediante obscuras alusões e fingidas disputas, suscitar a impaciente expectativa do aspirante, até o entregarem nas mãos do seu associado Máximo, o mais ousado e arguto mestre da ciência teúrgica. Por intermédio dele, foi iniciado secretamente em Éfeso, aos vinte anos de idade. A sua estada em Atenas confirmou esta anormal aliança da filosofia e da superstição. Teve o privilégio de uma solene iniciação nos mistérios de Elêusis que, no meio da decadência geral do culto grego, ainda conservava alguns vestígios da sua antiga santidade; e era tal o zelo de Juliano, que, mais tarde, convidou o pontífice eleusino para a corte da Gália, com o único propósito de completar, por meio de ritos e sacrifícios místicos, a grande obra da sua santificação. Na medida em que estas cerimónias se realizavam lá no fundo das cavernas e no silêncio da noite, e em que o inviolável segredo dos mistérios era preservado pela discrição dos iniciados, não me atreverei a descrever os sons horríveis e as flamejantes aparições que se ofereciam aos sentidos ou à imaginação do

crédulo aspirante(*), até as visões de conforto e conhecimento lhe surgirem envoltas no esplendor de uma luz celestial. Nas cavernas de Éfeso e de Elêusis, o espírito de Juliano imbuu-se de um sincero, profundo e inabalável entusiasmo; o que não o impediu, algumas vezes, de descambar nas vicissitudes da fraude piedosa e da hipocrisia que podem ser observadas, ou pelo menos suspeitadas, até mesmo na têmpera dos mais conscienciosos fanáticos. A partir desse momento, consagrou a sua vida ao serviço dos deuses; e, quando as ocupações da guerra, do governo e do estudo vieram a exigir todo o seu tempo, várias horas da noite foram invariavelmente reservadas ao exercício da devoção privada. A temperança, que nele adornava os costumes severos do soldado e do filósofo, ligava-se a algumas rígidas e frívolas regras de abstinência religiosa; e era em honra de Pã ou Mercúrio, de Hécate ou Ísis, que, em determinados dias, Juliano se coibia de alguns alimentos especiais que poderiam ser ofensivos para as suas divindades tutelares. Mediante estes jejuns voluntários, ele preparava os sentidos e o entendimento para as frequentes e familiares visitas com que era honrado pelos poderes celestiais. Apesar do modesto silêncio do próprio Juliano, sabemos por intermédio do seu fiel amigo, o orador Libânio, que ele viveu numa constante comunicação com os deuses e as deusas; que estes desciam à terra para fruir da conversa com o seu herói favorito; que eles lhe interrompiam afavelmente o sono, tocando-lhe na mão ou no cabelo; que o avisavam de todos os perigos iminentes e o dirigiam, mercê da sua infalível sabedoria, em todos os actos da vida; e que ele adquirira um íntimo conhecimento dos seus convidados celestes, a ponto de distinguir imediatamente a voz de Júpiter da de Minerva, e a forma de Apolo da figura de Hércules. Estas visões, estando ele acordado ou adormecido, simples efeitos da abstinência e do fanatismo, quase relegam o imperador para o plano de um monge egípcio. No entanto, as inúteis vidas de Antão ou de Pacómio consumiam-se nestas vãs ocupações. Juliano era capaz de sair do devaneio da superstição a fim de se armar para a batalha; e depois de vencer no campo os inimigos de Roma, retirava-se tranquilamente para a sua tenda, a fim de ditar as sábias e salutareis leis de um império, ou exercer o seu génio nas requintadas actividades da literatura e da filosofia.

O importante segredo da apostasia de Juliano foi confiado à discrição dos iniciados a quem ele estava ligado pelos laços sagrados da amizade e da religião. O agradável rumor começou cautelosamente a circular entre os adeptos do culto antigo; e a sua futura grandeza tornou-se o objecto das

esperanças, das preces e das predições dos pagãos em todas as províncias do império. Esperavam que a cura de todos os males e a restauração de todas as bênçãos viesse do zelo e das virtudes do seu régio prosélito; e, em vez de censurar o ardor destes piedosos desejos, Juliano confessava que ambicionava atingir uma situação em que pudesse ser útil ao seu país e à sua religião. Mas esta religião era encarada com hostilidade pelo sucessor de Constantino, cujas caprichosas paixões salvaram e ameaçaram alternadamente a vida de Juliano. As artes da magia e da adivinhação eram rigorosamente proibidas por um governo despótico que havia por bem temê-las; e embora aos pagãos fosse relutantemente permitido a prática das suas superstições, a posição de Juliano exceptuava-o da tolerância geral. O apóstata transformou-se rapidamente no herdeiro presuntivo da monarquia, e apenas a sua morte poderia apaziguar as justas apreensões dos cristãos. Mas o jovem príncipe, que aspirava acima de tudo à glória de herói e não à de mártir, garantiu a sua segurança dissimulando a sua religião; e a feição acomodatória do politeísmo permitiu-lhe tomar parte no culto público de uma seita que, no íntimo, ele desprezava. Libânio considerou a hipocrisia do amigo motivo de elogio e não de censura. «Da mesma maneira que as estátuas dos deuses», afirma este orador, «outrora manchadas pela sujidade, são novamente colocadas num templo magnífico, também a beleza da verdade se instalou no espírito de Juliano, depois de ter sido purificado dos erros e das loucuras da sua educação. Os seus sentimentos tinham mudado; mas como seria perigoso confessá-los, o seu comportamento manteve-se o mesmo. Muito diferente do burro de Esopo que se disfarçou com uma pele de leão, o nosso leão viu-se forçado a esconder-se sob a pele de um burro; e apesar de abraçar os ditames da razão, obedeceu às leis da prudência e da necessidade.» A dissimulação de Juliano durou mais de dez anos, desde a sua iniciação secreta em Éfeso até ao início da guerra civil, quando se declarou, simultaneamente, inimigo implacável de Cristo e de Constâncio. Este estado de constrangimento talvez haja contribuído para lhe fortalecer a devoção; e mal cumpria a obrigação de assistir, nos dias solenes, às assembleias dos cristãos, Juliano ia de novo, com a impaciência de um amante, queimar o seu livre e voluntário incenso nas capelas domésticas de Júpiter e de Mercúrio. Mas, dado que todos os actos de dissimulação se mostram obrigatoriamente penosos a um espírito franco, a prática do cristianismo aumentou a repugnância de Juliano por uma religião que oprimia a liberdade do seu espírito e o forçava a manter um comportamento

contrário aos mais nobres atributos da natureza humana: sinceridade e coragem.

A preferência de Juliano pendia naturalmente para os deuses de Homero e dos Cipiões e não para a nova fé que o seu tio estabelecera no Império Romano, e na qual ele próprio fora santificado com o sacramento do baptismo. Na qualidade de filósofo, competia-lhe, porém, justificar a sua discordância do cristianismo, o que era sustentado pelo número de convertidos, pela cadeia das profecias, pelo esplendor dos milagres e pelo peso das testemunhas. A elaborada obra que ele compôs no meio dos preparativos da guerra da Pérsia continha a substância dos argumentos que desde havia muito revolviam no pensamento. Vários fragmentos foram transcritos e conservados pelo seu adversário, o veemente Cirilo de Alexandria; e todos revelam uma singular mistura de argúcia e erudição, de sofística e fanatismo. A elegância do estilo e a condição do autor recomendavam os seus escritos à atenção pública; e, na ímpia lista dos inimigos do cristianismo, o nome célebre de Porfírio foi apagado pela superioridade do mérito e da reputação de Juliano. O espírito dos fiéis sentiu-se seduzido, escandalizado ou alarmado; e os pagãos, que por vezes se aventuravam a participar nesta disputa desigual, retiraram da popular obra do seu imperial missionário uma reserva inesgotável de falaciosas objecções. Ao prosseguir assiduamente estes estudos religiosos, o imperador dos Romanos contraiu, porém, os preconceitos e as paixões mesquinhas de um teólogo polémico. Achou-se na irrevogável obrigação de manter e divulgar as suas opiniões religiosas; e, enquanto aplaudia secretamente a força e a destreza com que manejava as armas da controvérsia, cedeu à tentação de suspeitar da sinceridade dos seus antagonistas, ou de desprezar o entendimento deles quando resistiam obstinadamente ao poder da razão e da eloquência.

Os cristãos, que encaravam com horror e indignação a apostasia de Juliano, tinham muito mais a recear do seu poder que dos seus argumentos. Os pagãos, cientes do seu zelo fervoroso, aguardavam, talvez impacientemente, que as chamas da perseguição fossem desde logo ateadas contra os inimigos dos deuses; e que a engenhosa malícia de Juliano investisse alguns cruéis refinamentos de morte e tortura ignorados pela fúria rude e inexperiente dos seus antecessores. Mas tanto as esperanças como os receios das facções religiosas ficaram, ao que parece, decepcionados com a prudente humanidade de um príncipe que prezava a sua reputação, a paz

pública e os direitos do género humano. Instruído pela História e pela reflexão, Juliano estava convencido de que, se as doenças do corpo podem não raro ser curadas por uma violência salutar, nem o ferro nem o fogo são capazes de arrancar da mente as opiniões erróneas. A vítima relutante pode ser arrastada até aos pés do altar, mas o seu coração continua a abominar e a renegar o sacrílego acto da sua mão. A obstinação religiosa é fortalecida e exacerbada pela opressão; e mal a perseguição amaina, os que cederam são readmitidos como penitentes, e os que resistiram vêm-se honrados como santos e mártires. Juliano tinha consciência de que, se adoptasse a infrutífera crueldade de Diocleciano e dos colegas dele, iria manchar a sua memória com o nome de tirano e oferecer novas glórias à Igreja cristã, que colhera força e incremento na severidade dos magistrados pagãos. Movido por estes motivos e receoso de perturbar a calma de um reinado pouco consolidado, Juliano surpreendeu o mundo com um edicto digno de um estadista ou de um filósofo. Estendeu a todos os habitantes do mundo romano os benefícios de uma livre e igual tolerância; e a única peia que impôs aos cristãos foi a de os privar do poder de atormentar os concidadãos a quem estigmatizavam com os odiosos nomes de idólatras ou hereges. Os pagãos receberam graciosa permissão, ou antes, ordem expressa para abrir todos os seus templos; e ficaram ao mesmo tempo libertos das leis opressivas e das humilhações arbitrárias que haviam sofrido sob o reinado de Constantino e dos seus filhos. Nessa mesma altura, os bispos e membros do clero que haviam sido banidos pelo monarca ariano foram chamados do exílio e reintegrados nas suas respectivas igrejas; eram os donatistas, os novacianos, os macedonianos, os eunomianos e aqueles que, mais afortunados, aderiram à doutrina do Concílio de Niceia. Juliano, que compreendia e ridiculizava as suas disputas teológicas, convidou para o palácio os chefes das seitas hostis, a fim de poder gozar do divertido espectáculo das suas furiosas querelas. O clamor da controvérsia levou, mais de uma vez, o imperador a exclamar: «Escutai-me! Os Francos escutaram-me, e os Alamanos também»; mas não tardou a descobrir que lidava agora com uns mais obstinados e implacáveis inimigos. E, conquanto se servisse dos poderes da oratória para os persuadir a viver em concórdia, ou pelo menos em paz, ficou persuadido, antes de os mandar embora, de que nada tinha a recear da união dos cristãos. O imparcial Amiano atribuiu esta fingida clemência ao desejo de fomentar as divisões internas da Igreja; e o insidioso desígnio de minar os alicerces do cristianismo ligava-se

indissoluvelmente ao zelo com que Juliano se dedicou a restaurar a antiga religião do império.

A restauração e a reforma do paganismo por Juliano

Mal subiu ao trono, assumiu logo, segundo o costume dos seus antecessores, a dignidade de grande pontífice; era não só o mais honroso título de grandeza imperial, mas também uma função sagrada e importante, cujos deveres ele estava resolvido a cumprir com piedoso zelo. Na medida em que os negócios do Estado impediam o imperador de participar diariamente na devoção pública dos súbditos, Juliano consagrou uma capela doméstica à sua divindade tutelar, o Sol; os seus jardins abundavam em estátuas e altares dos deuses; e cada aposento do palácio tinha o aspecto de um templo magnífico. Todas as manhãs se saudava com um sacrifício o pai da luz; o sangue de uma outra vítima era derramado no momento em que o Sol descia no horizonte; e a Lua, as Estrelas e os Génios da noite recebiam as suas respectivas e devidas honras, por via da infatigável devoção de Juliano. Nas festas solenes, ele visitava regularmente o templo do deus ou deusa a quem esse dia era especialmente consagrado, e esforçava-se por estimular a religião dos magistrados e do povo com o exemplo do seu próprio zelo. Em vez de manter a atitude pomposa de um monarca, distinguido pelo esplendor da púrpura e rodeado pelos escudos de ouro dos seus guardas, Juliano solicitava, com respeitoso fervor, os mais ínfimos ofícios que contribuíam para o culto dos deuses. Entre a multidão sagrada, mas licenciosa, dos sacerdotes, dos ministros inferiores e das bailarinas dedicadas ao serviço do templo, cabia ao imperador trazer a lenha, atear o lume, empunhar a faca, degolar a vítima e, enfiando as mãos cobertas de sangue nas entranhas de um animal agonizante, tirar de lá o coração ou o fígado e ler, com a habilidade consumada de um arúspice, os presságios imaginários de acontecimentos futuros. Os mais sábios dos pagãos censuravam esta extravagante superstição, que parecia desprezar as regras da prudência e da decência. Sob o reinado de um príncipe que obedecia aos rígidos princípios da economia, as despesas do culto religioso consumiam uma grande parte das receitas; um incessante sortimento das mais raras e belas aves era trazido de climas distantes, para serem imoladas nos altares

dos deuses; com bois eram frequentemente sacrificados por Juliano num único e mesmo dia; e depressa se tornou um gracejo popular dizer que, se acaso ele regressasse vencedor da guerra da Pérsia, a raça do gado vacum acabaria inevitavelmente por extinguir-se. Esta despesa pode, no entanto, parecer insignificante quando comparada com os esplêndidos presentes que eram oferecidos, pela mão ou por ordem do imperador, a todos os lugares famosos de devoção no mundo romano; e com as quantias destinadas a restaurar e decorar os antigos templos que tinham sofrido os estragos silenciosos do tempo ou os recentes ultrajes da rapina cristã. Incitadas pelo exemplo, pelas exortações e pela liberalidade do seu piedoso soberano, as cidades e as famílias retomaram a prática das cerimónias que haviam sido descuradas. «Todas as partes do mundo», exclama Libânio com devoto arrebatamento, «exibiam o triunfo da religião e o grato espectáculo de altares chamejantes, vítimas sangrentas, fumo de incenso e um solene cortejo de sacerdotes e profetas já sem receio nem perigo. O som das preces e da música era ouvido no topo das mais altas montanhas; e o mesmo touro proporcionava um sacrifício aos deuses e uma ceia aos seus alegres adoradores.»

No entanto, o génio e o poder de Juliano eram escondizentes com a empresa de restaurar uma religião destituída de princípios teológicos, de preceitos morais e de disciplina eclesiástica; uma religião que caminhava rapidamente para o declínio e a dissolução e não era susceptível de qualquer sólida ou consistente reforma. A jurisdição do grande pontífice, sobretudo depois de este cargo se ter juntado à dignidade imperial, abrangia toda a extensão do Império Romano. Juliano nomeou para seus vigários, nas várias províncias, os sacerdotes e os filósofos que considerava mais qualificados para cooperar na execução do seu importante projecto; e as suas cartas pastorais, se é que podemos empregar esta designação, ainda oferecem um esboço muito curioso dos seus desejos e intenções. Ele ordena que, em todas as cidades, a ordem sacerdotal seja composta, sem distinção de nascimento ou riqueza, pelas pessoas mais assinaláveis pelo seu amor aos deuses e aos homens. «Se forem culpadas de qualquer delito escandaloso», prossegue Juliano, «devem ser censuradas ou depostas pelo pontífice superior; mas enquanto conservarem a sua hierarquia, têm direito ao respeito dos magistrados e do povo. A sua humildade deve anunciar-se na simplicidade do seu traje doméstico; e a sua dignidade, na pompa das vestes sagradas. Sempre que forem chamados a officiar por seu turno diante

do altar, não devem, durante o número de dias indicado, afastar-se do recinto do templo; tão-pouco devem passar um único dia sem fazer as preces e os sacrifícios que são obrigados a oferecer em prol da prosperidade do Estado e dos indivíduos. O exercício das suas funções sagradas exige uma pureza imaculada, tanto do corpo como do espírito; e mesmo quando abandonaram o templo para retomar as obrigações da vida comum, cabelhes superar, em decência e virtude, os restantes concidadãos. O sacerdote dos deuses nunca deve ser visto em teatros ou tabernas. A sua conversa deve ser pura, a sua alimentação frugal, e os seus amigos de honrosa reputação; e se alguma vez visitar o Fórum ou o palácio, deve apresentar-se apenas como advogado dos que solicitaram inutilmente justiça ou misericórdia. Os seus estudos devem adequar-se à santidade da sua profissão. Contos licenciosos, comédias ou sátiras devem ser banidos da sua biblioteca, que só pode compor-se de escritos históricos ou filosóficos; de história que se baseie na verdade, e de filosofia que se relacione com a religião. As ímpias teorias dos epicúrios e dos cépticos merecem a sua repugnância e desprezo(*); deve, contudo, estudar diligentemente os sistemas de Pitágoras, de Platão e dos estóicos, que ensinam unanimemente que existem deuses; que o mundo é governado pela sua providência; que a sua bondade é a fonte de todas as bênçãos temporais; e que eles prepararam para a alma humana um futuro estado de recompensa ou castigo.» O pontífice imperial preconiza, na mais persuasiva linguagem, os deveres da benevolência e da hospitalidade; exorta o clero inferior e aconselhar a prática universal destas virtudes; promete socorrer a indigência dos sacerdotes por meio do tesouro público; e declara a sua resolução de estabelecer, em todas as cidades, hospitais onde os pobres sejam recebidos sem qualquer odiosa distinção de país ou religião. Juliano encarava com inveja os sábios e generosos regulamentos da Igreja; e confessa, com toda a franqueza, a sua intenção de privar os cristãos dos elogios, bem como das vantagens, que haviam adquirido graças à prática exclusiva da caridade e da beneficência(**). O mesmo espírito de imitação poderia dispor o imperador a adoptar diversas instituições eclesiásticas, cuja utilidade e importância eram confirmadas pelo êxito dos seus inimigos. Mas se estes imaginários planos de reforma se houvessem concretizado, a forçada e imperfeita cópia teria sido menos benéfica ao paganismo do que honrosa para o cristianismo. Os gentios, que seguiam placidamente os costumes dos seus antepassados, ficaram mais surpreendidos do que encantados com a introdução de hábitos

estrangeiros; e, durante o breve período do seu reinado, Juliano teve frequentes ocasiões de se queixar da falta de zelo do seu próprio partido.

O entusiasmo de Juliano levava-o a encarar os amigos de Júpiter como seus amigos pessoais e irmãos; e, embora a sua parcialidade o fizesse menoscar a constância dos cristãos, admirava e recompensava a nobre perseverança dos gentios que tinham preferido o favor dos deuses ao do imperador. Se porventura cultivavam a literatura, e não só a religião dos Gregos, adquiriam um direito suplementar à amizade de Juliano, que incluía as Musas no número das suas divindades tutelares. Na religião que ele adoptara, a piedade e o saber eram praticamente sinónimos; e uma multidão de poetas, retóricos e filósofos acorria à corte imperial para ocupar os lugares deixados vagos pelos bispos que tinham seduzido a credulidade de Constâncio. O seu sucessor considerava os laços da iniciação comum muito mais sagrados que os da consanguinidade; escolhia os seus favoritos entre os sábios que eram profundamente versados nas ciências ocultas da magia e da adivinhação, e todos os impostores que se declarassem capazes de revelar os segredos do futuro podiam estar certos de gozar de honras e riqueza no presente. Entre os filósofos, Máximo alcançou o lugar mais eminente na amizade do régio discípulo, que lhe comunicava sem reservas todas as suas acções, sentimentos e desígnios religiosos durante o inquietante clima de incerteza da guerra civil. Mal tomou posse do palácio de Constantinopla, Juliano enviou um honroso e instantâneo convite a Máximo, que nessa altura residia em Sárdis, na Lídia, com Crisanto, seu colega em artes e estudos. O prudente e supersticioso Crisanto recusou-se a fazer uma viagem que, segundo as regras da adivinhação, se mostrava sob os mais ameaçadores e funestos auspícios; mas o seu companheiro, dotado de um fanatismo mais temerário, perseverou nas interrogações até haver extorquido aos deuses uma aparente anuência aos seus desejos e aos do imperador. A viagem de Máximo através das cidades da Ásia alardeou o triunfo da soberba filosófica, e os magistrados rivalizavam entre si para preparar um digno acolhimento ao amigo do seu soberano. Juliano estava a discursar diante do Senado quando o informaram da chegada de Máximo. O imperador interrompeu de imediato a sua intervenção, avançou ao encontro dele e, após um amistoso abraço, levou-o pela mão até ao meio da assembleia, onde declarou publicamente os benefícios que colhera das instruções do filósofo. Máximo, que não tardou a obter a confiança de Juliano e a influenciar os conselhos imperiais, deixou-se corromper

insensivelmente pelas tentações de uma corte. O seu traje tornou-se mais faustoso e o seu comportamento mais altivo, vendo-se exposto, no reinado seguinte, a um vergonhoso inquérito sobre os meios pelos quais o discípulo de Platão acumulara, no breve período do seu valimento, uma fortuna tão escandalosamente elevada. Dos outros filósofos e sofistas que foram convidados para a residência imperial pela escolha de Juliano ou pelo êxito de Máximo, poucos conseguiram preservar a sua inocência ou a sua reputação. As pródigas dádivas de dinheiro, terras e casas mostravam-se insuficientes para saciar a sua voraz cobiça, e a indignação do povo era justamente suscitada pela recordação da pobreza deles e pelos seus protestos de puro desinteresse. A perspicácia de Juliano nem sempre terá sido iludida, mas ele não parecia disposto a desprezar os caracteres destes homens, cujos talentos lhe mereciam consideração; desejava escapar à dupla censura de imprudência e de inconstância, e sentia receio de degradar aos olhos dos profanos a honra das letras e da religião.

O favor de Juliano repartia-se de forma quase igual entre os pagãos que tinham mantido com firmeza o culto dos antepassados e os cristãos que adoptavam prudentemente a religião do seu soberano. A aquisição de novos prosélitos(*) satisfazia as paixões dominantes da sua alma: a superstição e a vaidade; e ouviram-no declarar, com o arrebatamento de um missionário, que se lhe fosse possível tornar todos os indivíduos mais ricos do que Midas, e todas as cidades mais esplendorosas do que Babilónia, jamais se consideraria o benfeitor da espécie humana, a não ser que, ao mesmo tempo, conseguisse demover os seus súbditos da ímpia revolta contra os deuses imortais. Um príncipe que estudara a natureza humana e possuía os tesouros do Império Romano estava à altura de adaptar os seus argumentos, promessas e recompensas a todo o tipo de cristãos; e o mérito de uma conversão oportuna podia suprir os defeitos de um candidato, ou até mesmo expiar a culpa de um criminoso. Visto que o exército é o mais eficaz agente do poder absoluto, Juliano dedicou-se, com especial diligência, a corromper a religião das tropas, sem cuja calorosa concordância todas as medidas corriam o risco de virem a revelar-se perigosas e inúteis; a disposição natural dos soldados tornou esta conquista tão fácil quanto importante. As legiões da Gália devotaram-se à fé, bem como à boa estrela, do seu vitorioso chefe; e mesmo antes da morte de Constâncio, ele teve a satisfação de anunciar aos amigos que elas assistiam, com ardente devoção e voraz apetite, aos sacrifícios de hecatombes inteiras de gordos bois que

repetidamente se ofertavam no seu acampamento. Os exércitos do Oriente, que tinham sido adestrados sob o estandarte da cruz e de Constâncio exigiam um mais hábil e dispendioso modo de persuasão. Nos dias de festa pública e solene, o imperador recebia a homenagem e recompensava o mérito das tropas. O seu trono estatal apresentava-se rodeado das insígnias militares de Roma e da República; o sagrado nome de Cristo fora apagado do Labarum; e os símbolos da guerra, da majestade e da superstição pagã encontravam-se tão habilmente confundidos, que o súbdito fiel incorria na pecha de idolatria quando saudava respeitosamente a pessoa ou a imagem do seu soberano. Os soldados iam passando sucessivamente em revista, e cada um deles, antes de receber das mãos de Juliano uma generosa dádiva proporcional à sua patente e aos seus serviços, tinha de lançar alguns grãos de incenso no lume que ardia sobre o altar. Alguns cristãos confessos resistiram, outros arrependeram-se; mas a maioria, fascinada pela visão do ouro e atemorizada pela presença do imperador, aquiescia ao criminoso compromisso, e a sua futura perseverança no culto dos deuses era assegurada por todas as considerações de dever e de interesse. Mediante a repetição frequente destes artifícios, e à custa de somas que bastariam para pagar o serviço de metade dos povos da Cítia, Juliano adquiriu gradualmente para as suas tropas a protecção imaginária dos deuses, e para si mesmo o firme e eficaz apoio das legiões romanas. É, aliás, mais do que provável que a restauração e o encarecimento do paganismo dessem a conhecer uma multidão de pretensos cristãos que, devido a vantagens temporais, se haviam submetido à religião do reinado anterior, voltando em seguida, com a mesma flexibilidade de consciência, à fé que foi professada pelos sucessores de Juliano.

Juliano e os Judeus

O devoto monarca, ao mesmo tempo que não se poupava a esforços para restaurar e propagar a religião dos seus antepassados, alimentava também o extraordinário desígnio de reconstruir o templo de Jerusalém. Numa epístola pública ao conjunto das comunidades de judeus dispersos pelas províncias, lamenta os seus infortúnios, condena os opressores, elogia-lhes a perseverança, declara-se seu gracioso protector e formula a piedosa

esperança de que, após o regresso da guerra da Pérsia, lhe será dado depor um voto agradecido ao Todo-Poderoso na cidade santa de Jerusalém. A cega superstição e a abjecta servidão destes infelizes exilados deveria suscitar o desprezo de um imperador filósofo, mas a verdade é que mereceram a amizade de Juliano devido ao ódio implacável que nutriam pelo nome cristão. A estéril sinagoga abominava e invejava a fecundidade da Igreja rebelde; o poder dos Judeus não igualava a sua maldade, mas os mais solenes rabis aprovavam o homicídio secreto dos apóstatas, e os seus clamores sediciosos tinham frequentemente despertado a indolência dos magistrados pagãos. Sob o reinado de Constantino, os Judeus tornaram-se súbditos dos seus próprios filhos sublevados e depressa experimentaram a amargura da tirania doméstica. As imunidades civis que tinham sido concedidas ou confirmadas por Severo foram, a pouco e pouco, anuladas pelos príncipes cristãos; e um imprudente tumulto, provocado pelos judeus da Palestina, justificou aparentemente as lucrativas formas de opressão inventadas pelos bispos e eunucos da corte de Constâncio. O patriarca judeu, que continuava a ter licença para exercer uma precária jurisdição, residia em Tiberíades, e as cidades vizinhas da Palestina eram habitadas pelos restos de um povo que se agarrava amorosamente à terra prometida. O edicto de Adriano foi, contudo, renovado e reforçado, e eles observavam de longe os muros da cidade santa, assim profanados a seus olhos pelo triunfo da Cruz e pela devoção dos cristãos.

No meio de uma rochosa e estéril região, os muros de Jerusalém encerravam os dois montes de Sião e de Acra, dentro de uma forma oval com cerca de três milhas inglesas. A sul, foram erguidas a parte alta da cidade e a fortaleza de David, na escarpada vertente do monte Sião; a norte, as construções da cidade baixa cobriam o espaçoso topo do monte Acra; e uma parte da colina, designada pelo nome de Moriá e aplanada pelo engenho humano, era coroada pelo majestoso templo da nação judaica. Após a destruição total do templo pelas armas de Tito e de Adriano, a relha do arado sulcou o solo consagrado, em sinal de interdição perpétua. Sião ficou deserto, e o espaço vazio da cidade baixa foi ocupado pelos edifícios públicos e privados da colónia Élia, que se espalhou pela colina contígua do Calvário. Os lugares sagrados acharam-se maculados por monumentos idólatras, e, de propósito ou acidentalmente, dedicou-se uma capela a Vénus no sítio que havia sido santificado pela morte e ressurreição de Cristo. Decorridos quase trezentos anos sobre estes singulares eventos, a capela

profana de Vénus foi demolida por ordem de Constantino, e a remoção de terra e pedras revelou o Santo Sepulcro aos olhos do mundo. Uma esplendorosa igreja erigiu-se então neste solo místico por vontade do primeiro imperador cristão, e os efeitos da sua piedosa munificência estenderam-se a todos os lugares que haviam sido consagrados pelos passos dos patriarcas, dos profetas e do Filho de Deus.

O desejo fervoroso de contemplar os monumentos originais da sua redenção atraía a Jerusalém uma ininterrupta multidão de peregrinos vindos das costas do oceano Atlântico e dos mais remotos países do Oriente; e a sua piedade foi abonada pelo exemplo da imperatriz Helena, que parece ter aliado a credulidade de uma idade avançada aos sentimentos calorosos de uma recente conversão. Os sábios e heróis que visitaram os memoráveis cenários da ilustração e da glória antigas admitiram a inspiração que o génio do lugar incutia; e o cristão que se ajoelhava diante do Santo Sepulcro atribuía a sua viva fé e a sua ardente devoção à influência mais imediata do espírito divino. O zelo e talvez a cobiça do clero de Jerusalém instigavam e multiplicavam estas frutíferas visitas. Os padres indicavam, com base numa incontestável tradição, o palco de cada memorável acontecimento. Mostravam os instrumentos utilizados na paixão de Cristo; os cravos e a lança que lhe tinham trespassado as mãos, os pés e o flanco; a coroa de espinhos que lhe haviam posto na cabeça; a coluna onde foi vergastado; e, sobretudo, a cruz onde ele sofrera e que fora desenterrada durante o reinado de um dos príncipes que inseriram o símbolo do cristianismo nos estandartes das legiões romanas. Os milagres que pareciam necessários para explicar a sua extraordinária conservação e oportuna descoberta propalaram-se aos poucos e sem encontrar oposição. A custódia da Vera Cruz, que em todos os Domingos de Páscoa era solenemente exibida ao povo, estava confiada ao bispo de Jerusalém; e apenas este podia satisfazer a curiosa devoção dos peregrinos, graças à dádiva de pequenos pedaços que eles incrustavam em ouro ou pedras preciosas e levavam triunfantemente para os respectivos países. Mas como este lucrativo ramo de comércio se esgotaria rapidamente, achou-se por bem supor que a madeira milagrosa possuía um poder secreto de vegetação e que a sua substância, embora incessantemente diminuída, permanecia inteira e incólume. Talvez fosse de esperar que a influência do local e a crença num milagre perpétuo produzissem alguns efeitos salutareis, tanto na moral como na fé do povo. No entanto, os mais respeitáveis autores eclesiásticos viram-se obrigados a

confessar, não só que as ruas de Jerusalém se enchiam com a permanente agitação do comércio e do prazer, mas também que todo o género de vícios — adultério, roubo, idolatria, envenenamento e homicídio — eram familiares aos residentes da cidade santa. A riqueza e a preeminência da igreja de Jerusalém excitaram a ambição dos candidatos à chefia dela, tanto arianos como ortodoxos; e as virtudes de Cirilo, que desde a sua morte tem sido honrado com o título de santo, revelaram-se mais no exercício do que nos meios para alcançar a dignidade episcopal(*).

O espírito pretensioso e ambicioso de Juliano podia aspirar a restaurar a antiga glória do templo de Jerusalém. Na medida em que os cristãos estavam firmemente convencidos de que uma sentença de destruição perpétua havia sido pronunciada contra todo o edifício da lei de Moisés, o sofista imperial transformaria o êxito do seu empreendimento num especioso argumento contra a fé nas profecias e a verdade da revelação(**). O culto espiritual da sinagoga desagradava-lhe, mas ele aprovava, por outro lado, as instituições de Moisés, que não desdenhara adoptar muitos dos rituais e cerimónias do Egipto. A divindade local e nacional dos Judeus era adorada sinceramente por um politeísta que somente desejava multiplicar o número de deuses; e era tal a avidez de Juliano pelos sacrifícios sangrentos, que a sua emulação pode ter sido aguilhoada pela piedade de Salomão que, na festa da consagração do templo, oferecera vinte e dois mil bois e cento e vinte mil carneiros. Este tipo de considerações talvez tenha influenciado os seus desígnios; mas a perspectiva de uma vantagem imediata e significativa não permitiu que o impaciente monarca aguardasse o longínquo e incerto desfecho da guerra da Pérsia. Decidiu erguer sem demora, na elevação dominante de Moriá, um templo magnífico, capaz de eclipsar o esplendor da Igreja da Ressurreição na colina confinante do Calvário; instituir uma ordem de sacerdotes cujo zelo interessado apontasse os artifícios e resistisse à ambição dos seus rivais cristãos; e convidar uma numerosa colónia de judeus cujo rígido fanatismo estaria sempre pronto para apoiar, e até mesmo para se antecipar às medidas hostis do governo pagão. Entre os amigos do imperador (se é que não são incompatíveis os nomes de imperador e amigo), o primeiro lugar foi atribuído pelo próprio Juliano ao virtuoso e douto Alípio. A humanidade de Alípio era temperada por um severo sentido de justiça e uma viril fortaleza; e enquanto exercitava as suas capacidades na administração civil da Bretanha, imitava, nas suas composições poéticas, a harmonia e a delicadeza das odes de Safo. Este ministro, a quem Juliano

comunicava sem reservas as suas mais despreocupadas fantasias e os seus mais sérios projectos, recebeu a extraordinária incumbência de restaurar, em toda a primitiva beleza, o templo de Jerusalém; e a diligência de Alípio requereu e obteve o constante apoio do governador da Palestina. Respondendo à chamada do seu grande libertador, os judeus de todas as províncias do império reuniram-se no monte sagrado dos seus antepassados; e o seu insolente triunfo alarmou e exasperou os habitantes cristãos de Jerusalém. O desejo de reconstruir o templo tem sido em todas as épocas a paixão dominante dos filhos de Israel. Neste momento propício, os homens esqueceram a sua avareza e as mulheres a sua fragilidade; pás e alviões de prata foram fornecidos pela vaidade dos ricos, e o entulho era transportado em mantos de seda e púrpura. Todas as bolsas se abriram em generosas dádivas, todas as mãos pediram para participar no piedoso labor; e as ordens de um grande monarca foram levadas a efeito pelo entusiasmo de um povo inteiro. Nesta ocasião, os esforços conjuntos do poder e do entusiasmo revelaram-se, porém, infrutíferos; e o sítio do templo judaico, hoje ocupado por uma mesquita maometana, continuou a apresentar o mesmo edificante espectáculo de ruína e desolação. Talvez a ausência e a morte do imperador, e as novas máximas de um reinado cristão, expliquem a interrupção de um trabalho árduo que apenas foi empreendido nos últimos seis meses da vida de Juliano. Os cristãos alimentavam, no entanto, uma natural e piedosa esperança de que, nesta luta memorável, a honra da religião fosse vingada por algum sinal milagroso. Um terramoto, um ciclone e uma erupção de fogo, que destruíram e lançaram pelos ares os novos alicerces do templo, são atestados, com algumas variantes, por testemunhos contemporâneos e respeitáveis. Este acontecimento público é descrito por Ambrósio, bispo de Milão, numa epístola do imperador Teodósio que deve suscitar a inexorável animadversão dos Judeus; pelo eloquente Crisóstomo, que podia apelar para a memória dos membros mais idosos da sua congregação em Antioquia; e por Gregório de Nazianzo, que publicou o seu relato do milagre antes do final do mesmo ano. O último destes autores declarou ousadamente que o acontecimento sobrenatural não foi contestado pelos infiéis; e a sua afirmação, por muito estranha que possa parecer, é confirmada pelo testemunho irrecusável de Amiano Marcelino. O soldado filósofo, que apreciava as virtudes do seu senhor sem lhe adoptar os preconceitos, registou, na judiciosa e cândida história da sua época, os extraordinários obstáculos que interromperam a restauração do templo de

Jerusalém. «Enquanto Alípio, ajudado pelo governador da província, instava com vigor e diligência ao apressamento da obra, terríveis bolas de fogo, rebentando junto aos alicerces com frequentes e repetidas investidas, tornavam de tempos a tempos o local inacessível aos obreiros, causticados e deitados por terra; e dado o elemento vitorioso continuar assim obstinada e resolutamente, como se quisesse afastá-los, o empreendimento foi abandonado.» Uma tal autoridade deveria satisfazer um espírito crente e surpreender um céptico. Um filósofo terá, contudo, pedido o testemunho original de espectadores imparciais e inteligentes. No meio desta importante crise, qualquer acidente estranho da Natureza tomava a aparência e produzia os efeitos de um verdadeiro prodígio. Esta gloriosa libertação seria rapidamente embelezada e exagerada pelo piedoso artifício do clero de Jerusalém e a intensa credulidade do mundo cristão; e, vinte anos depois, um historiador romano, indiferente às disputas teológicas, pôde adornar a sua obra com o especioso e esplêndido milagre.

A opressão dos cristãos por Juliano

A restauração do templo judaico estava secretamente ligada à ruína da Igreja cristã. Juliano continuava a manter a liberdade do culto religioso, sem distinguir se esta tolerância universal resultava da sua justiça ou da sua clemência. Ele simulava lamentar os infelizes cristãos que se iludiam sobre o objectivo mais importante das suas vidas; mas a piedade dele foi degradada pelo desprezo, e o desprezo azedado pelo ódio; os sentimentos de Juliano expressavam-se nesse estilo de humor sarcástico que inflige um profundo e mortal ferimento sempre que parte da boca de um soberano. Dado ter conhecimento de que os cristãos se glorificavam do nome do seu Redentor, ele permitiu e talvez haja mesmo ordenado o uso da designação menos honrosa de Galileus. Declarou que, devido à loucura dos galileus, os quais descreve como uma seita de fanáticos, desprezíveis aos homens e odiosos aos deuses, o império ficara à beira da destruição; e insinua num edicto público que um doente frenético pode, por algumas vezes, ser curado por meio de uma violência salutar. Os sentimentos e os propósitos de Juliano admitiram a mesquinha distinção de que, segundo a natureza das respectivas opiniões religiosas, uma parte dos súbditos merecia o seu favor

e amizade, enquanto a outra somente tinha direito aos benefícios comuns que a sua justiça não podia recusar a um povo obediente. De acordo com este princípio, fonte de malignidade e opressão, o imperador transferiu para os pontífices da sua religião a gestão das próprias somas da receita pública que a piedade de Constantino e dos filhos concedera à Igreja. O soberbo sistema de honras e imunidades clericais, que tinha sido edificado com tanto engenho e esforço, caiu por terra; as esperanças de doações testamentárias acharam-se goradas pelo rigor das leis; e os padres da seita cristã viram-se confundidos com a última e mais ignominiosa classe do povo. Os regulamentos aparentemente necessários para reprimir a ambição e avareza dos eclesiásticos foram, pouco depois, adoptados pela sabedoria de um príncipe ortodoxo. As distinções especiais que a política concedeu ou a superstição prodigou à ordem sacerdotal devem circunscrever-se aos padres que professam a religião do Estado. A vontade do legislador não se encontrava, porém, isenta de preconceito e paixão; e a insidiosa política de Juliano tinha por finalidade privar os cristãos de todas as honras e vantagens temporais que os tornavam respeitáveis aos olhos do mundo.

A lei que proibia os cristãos de ensinar as artes da gramática e da retórica foi alvo de uma justa e severa censura. Os motivos alegados pelo imperador para justificar esta medida sectária e opressiva puderam ditar, enquanto viveu, o silêncio dos escravos e o aplauso dos adutores. Juliano abusa do significado ambíguo de uma palavra que era possível aplicar indiferentemente à língua e à religião dos Gregos; ele observa, desdenhosamente, que os homens que exaltam o mérito de uma fé implícita não se encontram em posição de reclamar ou usufruir as vantagens da ciência; e argumenta presumidamente que, se eles recusam adorar os deuses de Homero e Demóstenes, devem contentar-se em comentar Lucas e Mateus nas igrejas dos galileus. Em todas as cidades do mundo romano, a educação da juventude era confiada a mestres de gramática e retórica nomeados pelos magistrados, mantidos a expensas do público e distinguidos com os mais lucrativos e honrosos privilégios. O edicto de Juliano parece ter incluído os médicos e os professores de todas as artes liberais; e o imperador, que reservava para si próprio a aprovação dos candidatos, era autorizado pelas leis a corromper ou a castigar a constância religiosa dos mais sábios dos cristãos. Mal a demissão dos mestres mais obstinados estabeleceu o domínio exclusivo dos sofistas pagãos, Juliano convidou logo a geração nascente a frequentar livremente as escolas

públicas, justamente convencido de que as suas mentes imaturas receberiam as impressões da literatura e da idolatria. Se a maioria da juventude cristã se abstivesse, devido aos seus escrúpulos ou aos dos pais, de aceitar este perigoso método de instrução, ela deveria, em simultâneo, abdicar dos benefícios de uma educação liberal. Juliano tinha bons motivos para esperar que, no espaço de alguns anos, a Igreja voltaria a cair na sua simplicidade primitiva, e que aos seus teólogos dotados de uma dose apreciável da erudição e da eloquência da época viria a suceder uma geração de fanáticos cegos e ignorantes, incapazes de defender a verdade dos seus próprios princípios ou de pôr a nu os diversos desvarios do politeísmo.

Juliano tinha, sem dúvida, o desejo e o propósito de privar os cristãos das vantagens da riqueza, do conhecimento e do poder; mas a injustiça de os afastar de todos os cargos de confiança e proveito foi, aparentemente, o resultado da sua política geral, e não tanto a imediata consequência de qualquer lei positiva. O mérito superior talvez haja valido e obtido algumas excepções extraordinárias; no entanto, a maioria dos dignitários cristãos viu-se gradualmente afastada das suas funções no Estado, no exército e nas províncias. As esperanças dos futuros candidatos foram desvanecidas pela declarada parcialidade de um príncipe que lhes recordou, maliciosamente, não ser legítimo a um cristão servir-se do gládio da justiça ou da guerra, e que mandou resguardar cuidadosamente os acampamentos e os tribunais com as insígnias da idolatria. Os poderes governamentais eram confiados a pagãos que professavam um ardente zelo pela religião dos antepassados; e, dado a escolha do imperador ser frequentemente orientada pelas regras da adivinhação, os favoritos que ele preferia, como os mais agradáveis aos deuses, nem sempre obtinham a aprovação pública. Os cristãos tinham muito que sofrer, e ainda mais que recear, sob a administração dos seus inimigos. O temperamento de Juliano era avesso à crueldade; e a preocupação com a sua reputação, que se encontrava exposta aos olhos do Universo, impediu o monarca filósofo de violar as leis da justiça e da tolerância que tão recentemente estabelecera. Mas os ministros provinciais nos quais delegava a sua autoridade estavam numa posição de menos realce. No exercício do poder arbitrário, eles consultavam mais os desejos do que as ordens do seu soberano; e aventuravam-se a praticar uma secreta e vexatória tirania contra os sectários a quem não tinham autorização para conferir as honras do martírio. O imperador, que dissimulou tanto quanto possível o conhecimento que tinha da injustiça cometida em seu nome,

expressava a real apreciação do comportamento dos seus dignitários mediante suaves censuras e substanciais recompensas.

O mais eficaz instrumento de opressão de que eles estavam munidos consistia na lei que obrigava os cristãos à inteira reparação dos templos que haviam destruído no reinado anterior. O zelo da Igreja triunfante nem sempre esperara a sanção da autoridade pública; e os bispos, seguros da impunidade, haviam frequentemente avançado à cabeça das suas congregações para atacar e demolir as fortalezas do príncipe das trevas. As terras sagradas, que tinham aumentado o património do soberano ou do clero, foram claramente demarcadas e facilmente restituídas. Mas, nestas terras e sobre as ruínas da superstição pagã, os cristãos haviam muitas vezes construído os seus edifícios religiosos; e como era necessário demolir a igreja antes de o templo poder ser reconstruído, a justiça e a piedade do imperador eram aplaudidas por uma facção, enquanto a outra abominava e deplorava a sua violência sacrílega. Depois de o terreno estar livre, o restabelecimento dos imponentes edifícios que haviam sido reduzidos a pó e a restituição dos preciosos adornos transformados para uso dos cristãos davam origem a um extenso rol de perdas e danos. Os autores do prejuízo não tinham meios nem disposição para saldar estas somas acumuladas; e a sabedoria imparcial de um legislador ter-se-ia revelado na ponderação das diversas reclamações e queixas através de uma arbitragem equitativa e moderada. No entanto, em todo o império, e em particular no Oriente, gerou-se a confusão devido aos precipitados edictos de Juliano; e os magistrados pagãos, excitados pelo zelo e a vingança, abusaram do rigoroso privilégio da lei romana que substitui a propriedade insuficiente pela pessoa do devedor insolvente. No reinado anterior, Marco, bispo de Aretusa, pugnara pela conversão do seu povo com armas mais eficazes que as da persuasão. Os magistrados exigiram o valor integral de um templo que havia sido destruído pelo seu zelo intolerante; mas, dado terem consciência da pobreza dele, somente pretendiam compelir o seu espírito inflexível à promessa de uma leve compensação. Aprisionaram o idoso prelado, vergastaram-no com desumanidade e arrancaram-lhe a barba; e o seu corpo nu, untado de mel, foi suspenso numa rede, entre o céu e a terra, e exposto às picadas dos insectos e aos raios do abrasador sol da Síria. E lá do alto, Marco continuava a gloriar-se do seu crime e a insultar a raiva impotente dos perseguidores. Foi, por fim, salvo das mãos deles e usufruiu da honra do seu divino triunfo. Os arianos celebraram a virtude do seu piedoso

confessor; os católicos reivindicaram ambiciosamente a filiação dele; e os pagãos susceptíveis de vergonha ou de remorso coibiram-se da repetição de uma tão inútil crueldade. Juliano poupou-lhe a vida; mas, se o bispo de Aretusa salvara, como dizem, a infância de Juliano, a posteridade condenará a ingratidão, em vez de louvar a clemência do imperador.

O templo e o bosque sagrado de Dafne

A cinco milhas de Antioquia, os reis macedónios da Síria tinham consagrado a Apolo um dos mais belos lugares de devoção no mundo pagão. Um magnífico templo erguia-se em honra do deus do dia; e a sua estátua colossal quase enchia o vasto santuário enriquecido de ouro e pedras preciosas e adornado pelo talento dos artistas gregos. A divindade estava representada numa atitude debruçada, com uma taça de ouro na mão, fazendo uma libação sobre o solo; como se suplicasse à venerável mãe que lhe depusesse nos braços a fria e bela Dafne; pois o lugar fora enobrecido pela ficção; e a fantasia dos poetas sírios transportara esta narrativa amorosa das margens do Peneu para as do Orontes. Os antigos ritos da Grécia eram imitados pela colónia real de Antioquia. Uma torrente de profecias, que rivalizava em verdade e reputação com o oráculo de Delfos, brotava da fonte castália de Dafne. Nos campos vizinhos fora construído um estádio, mediante privilégio especial comprado à cidade de Élis; celebravam-se jogos olímpicos a expensas da cidade; e uma soma de trinta mil libras esterlinas era anualmente destinada aos divertimentos públicos. A constante afluência de peregrinos e espectadores foi constituindo aos poucos, nas proximidades do templo, a imponente e populosa aldeia de Dafne, que se equiparava em esplendor, embora não possuísse o título, a uma cidade provincial. O templo e a aldeia escondiam-se nas profundezas de um espesso bosque de loureiros e ciprestes, que se estendia por um perímetro de dez milhas e oferecia, nos mais quentes Verões, uma fresca e impenetrável sombra. Mil córregos da mais pura água, jorrando de todas as colinas, preservavam a verdura da terra e a temperatura do ar; os sentidos eram deslumbrados por sons harmoniosos e odores aromáticos; e o tranquilo bosque estava consagrado à saúde e à alegria, ao prazer e ao amor. O jovem vigoroso perseguia ali, como Apolo, o objecto dos seus desejos; e

a donzela tímida era aconselhada, pela sorte de Dafne, a esquivar-se à tolice de um despropositado recato. O soldado e o filósofo evitavam sabiamente a tentação deste paraíso sensual, onde o prazer, assumindo uma feição religiosa, amolecia imperceptivelmente a firmeza das virtudes varonis. No entanto, o bosque de Dafne continuou durante muitos séculos a merecer a veneração dos nativos e dos estrangeiros; os privilégios do solo sagrado foram alargados pela magnanimidade de sucessivos imperadores; e cada geração acrescentava novos ornamentos ao esplendor do templo.

Quando Juliano, no dia da festa anual, se pôs a caminho para ir adorar o Apolo de Dafne, a sua devoção atingiu a culminância do ardor e da impaciência. A sua viva imaginação já entrevia a deleitosa pompa das vítimas, das libações e do incenso; uma longa procissão de moços e donzelas, vestidos de roupas brancas, o símbolo da sua inocência; e a tumultuosa afluência de uma inumerável multidão. Mas o zelo de Antioquia tomara, desde o advento do cristianismo, uma direcção diferente. Em vez de hecatombes de anafados bois, sacrificados pelas famílias de uma abastada cidade à sua divindade tutelar, o imperador queixa-se de que só encontrou um ganso, fornecido pelo desvelo de um sacerdote, pálido e solitário habitante deste templo em ruínas (*). O altar estava deserto, o oráculo fora silenciado e o solo sagrado estava profanado pela introdução de rituais fúnebres cristãos. Depois de Babiló (um bispo de Antioquia morto na prisão durante a perseguição de Décio) ter repousado durante cerca de um século no túmulo, o seu corpo, por ordem de César Galo, fora transportado para o meio do bosque de Dafne. Uma imponente igreja erguia-se sobre os seus restos mortais; uma parte das terras sagradas havia sido usurpada para a manutenção do clero e para servir de cemitério aos cristãos de Antioquia, desejosos de repousar aos pés do bispo; e os sacerdotes de Apolo tinham-se retirado juntamente com os seus assustados e indignados adeptos. Assim que uma outra revolução pareceu restabelecer a fortuna do paganismo, a Igreja de São Babiló foi demolida e novas construções vieram juntar-se ao decrépito edifício que havia sido erigido pela piedade dos reis sírios. No entanto, o primeiro e mais sério cuidado de Juliano consistiu em libertar a sua divindade oprimida da odiosa presença dos cristãos vivos ou mortos que tinham tão eficazmente extinguido a voz da fraude ou do entusiasmo. O lugar infectado sofreu uma purificação de acordo com as formas dos antigos rituais; os corpos foram decentemente removidos; e os ministros da Igreja viram-se autorizados a transladar os restos de São Babiló para a sua antiga

sepultura no interior das muralhas de Antioquia. Um humilde comportamento, que poderia ter mitigado a intolerância de um governo hostil, eis algo que foi desdenhado nesta ocasião pelo zelo dos cristãos. O carro grandioso que transportava as relíquias de Babiló teve o séquito, o acompanhamento e a recepção de uma numerosa turba que entoava, por entre estrondosas aclamações, os salmos de David, os mais reveladores de todo o desprezo por ídolos e idólatras. O regresso do santo constituiu um triunfo; e o triunfo era um insulto à religião do imperador, o qual lançou mão do orgulho para disfarçar o ressentimento. Durante a noite que pôs termo a esta indiscreta procissão, o templo de Dafne incendiou-se, a estátua de Apolo foi consumida pelas chamas e só as paredes do edifício ficaram como um despojado e terrível monumento da ruína. Os cristãos de Antioquia garantiram, com religiosa confiança, que a poderosa intercessão de São Babiló dirigira os raios do céu contra o nefasto tecto; no entanto, como Juliano estava reduzido à alternativa de acreditar num crime ou num milagre, achou melhor optar, sem hesitação, sem provas, mas com alguma aparência de probabilidade, por imputar o incêndio de Dafne à vingança dos galileus. O delito deles, se tivesse sido suficientemente provado, poderia justificar a retaliação que foi imediatamente exercida por ordem de Juliano, mandando fechar as portas e confiscar a riqueza da Catedral de Antioquia. Vários presbíteros foram torturados para se descobrir os criminosos que eram acusados do tumulto, do incêndio ou de ocultarem as riquezas da Igreja; e um presbítero, chamado Teodoreto, foi decapitado no seguimento da sentença do conde do Oriente. Este acto precipitado mereceu, porém, a reprovação do imperador, o qual lamentou, com verdadeira ou simulada mágoa, que o zelo imprudente dos seus minis-tros tivesse deslustrado o seu reinado com a infâmia da perseguição.

O zelo dos ministros de Juliano foi instantaneamente atalhado pelo sobrolho franzido do soberano; no entanto, sempre que o pai da pátria se declara chefe de uma facção, os desmandos do furor popular não podem ser facilmente refreados nem consistentemente punidos. Num escrito oficial, Juliano aplaude a devoção e a lealdade das cidades santas da Síria, cujos piedosos habitantes tinham destruído, ao primeiro sinal, os sepulcros dos galileus; e queixa-se levemente de eles terem vingado as ofensas aos deuses com menos moderação do que lhe parecia recomendável. Esta imperfeita e relutante confissão pode, de algum modo, confirmar os relatos eclesiásticos, segundo os quais, nas cidades de Gaza, Áscalon, Cesareia, Heliópolis, etc.,

os pagãos abusaram, sem qualquer prudência ou remorso, de um momento de prosperidade; além de que as infelizes vítimas da sua crueldade somente foram libertas da tortura pela morte; e, enquanto os corpos mutilados eram arrastados pelas ruas, ainda os trespassavam (tal a raiva geral) os espetos dos cozinheiros e as rocas de mulheres enraivecidas; até que, por fim, as entranhas dos padres e das virgens cristãs, depois de haverem sido provadas por estes sangrentos fanáticos, foram misturadas com cevada e lançadas desprezivelmente aos imundos animais da cidade. Estas cenas de loucura religiosa apresentam a imagem mais vil e odiosa da natureza humana; mas a chacina de Alexandria atrai ainda mais a atenção pela certeza do acontecimento, a categoria das vítimas e o esplendor da capital do Egito.

São Jorge

Jorge, cognominado o Capadócio, devido à origem dos seus pais e ao local da sua educação, nasceu em Epifania, na Cilícia, filho de um pisoeiro. Elevou-se a partir deste nascimento obscuro e servil por via dos talentos de um parasita; e os protectores, a quem lisonjeava assiduamente, arranjaram a este indigno valido uma comissão lucrativa, ou um contrato, para abastecer o exército de carne de porco salgada. Tinha um emprego mesquinho, e tornou-o infame. Acumulou riqueza lançando mão dos mais baixos meios da fraude e da corrupção; mas as suas malversações eram tão notórias, que Jorge se viu forçado a fugir às buscas da justiça. Depois desta peripécia em que parece ter salvo a fortuna à custa da honra, adoptou, com sinceridade ou hipocrisia, a profissão do arianismo. Mercê do seu amor verdadeiro ou fingido às letras, reuniu uma valiosa biblioteca de História, retórica, filosofia e teologia(*), e a escolha da facção dominante elevou Jorge da Capadócia ao trono de Atanásio. A entrada do novo arcebispo foi a de um conquistador bárbaro, e cada momento do seu reinado ficou manchado pela crueldade e a avareza. Os católicos de Alexandria e do Egito acharam-se abandonados a um tirano, qualificado por obra da Natureza e da educação para desempenhar o papel de perseguidor; oprimiu, no entanto, com toda a imparcialidade, os diversos habitantes da sua extensa diocese. O primaz do Egito alardeou a pompa e a insolência da sua alta posição; mas continuou a mostrar os vícios da sua baixa e servil extracção. Os mercadores de

Alexandria viram-se empobrecidos pelo monopólio injusto e quase universal que ele conseguiu do nitro, do sal, do papel, dos funerais, etc.; e o pai espiritual de um grande povo condescendeu em praticar os vis e perniciosos ardis de um delator. Os Alexandrinos jamais puderam esquecer, nem perdoar, o imposto que ele sugeriu sobre todas as casas da cidade, sob o obsoleto pretexto de que o régio fundador transmitira aos seus sucessores, os Ptolemeus e os Césares, a propriedade perpétua do solo. Os pagãos, que haviam sido seduzidos pela esperança da liberdade e da tolerância, excitaram a sua devota cobiça; e os ricos templos de Alexandria foram saqueados ou insultados pelo altivo prelado, que exclamava numa voz alta e ameaçadora: «Até quando se irá permitir que estes sepulcros subsistam?» Sob o reinado de Constâncio, foi expulso pela raiva, ou antes, pela justiça do povo; e só com uma violenta luta se conseguiu que os poderes civis e militares do Estado restaurassem a sua autoridade e satisfizessem a sua vingança. O mensageiro que proclamou em Alexandria a entronização de Juliano também anunciou a queda do arcebispo. Jorge, juntamente com dois dos seus obsequiosos ministros, o conde Diodoro e Dracôncio, intendente da casa da moeda, foram vergonhosamente conduzidos acorrentados para a prisão pública. Ao cabo de vinte e quatro dias, a prisão foi assaltada pela fúria de uma multidão supersticiosa, impaciente com a morosidade dos procedimentos judiciais. Os inimigos dos deuses e dos homens expiraram no meio de cruéis insultos; os corpos sem vida do arcebispo e dos seus companheiros foram transportados em triunfo pelas ruas, no dorso de um camelo; e a passividade da facção atanasiana pareceu a toda a gente um notável exemplo de paciência evangélica. Os restos destes miseráveis criminosos acabaram por ser atirados ao mar; e os cabecilhas populares do motim declararam que agiam assim para baldar a devoção dos cristãos e impedir as futuras honras destes mártires que haviam sido punidos, tal como os seus antecessores, pelos inimigos da sua religião. Os receios dos pagãos justificavam-se, mas as precauções deles revelaram-se ineficazes. A morte louvável do arcebispo apagou a memória da sua vida. O rival de Atanásio era estimado e venerado pelos arianos, e a aparente conversão destes sectários introduziu o culto dele no seio da Igreja Católica. O odioso estrangeiro, depois de se adúlterarem todas as circunstâncias de tempo e de lugar, assumiu a máscara de um mártir, de um santo e de um herói cristão(*); e o infame Jorge da Capadócia foi transformado(**) no famoso

São Jorge de Inglaterra, o patrono das armas, da cavalaria e da jarreteira^{***}).

Por volta da época em que Juliano foi informado do tumulto de Alexandria, chegaram-lhe notícias de Edessa, segundo as quais a arrogante e rica facção dos arianos insultara os fracos valentinianos e cometera desordens que não deveriam ficar impunes num Estado bem governado. Sem aguardar pelas morosas formalidades da justiça, o príncipe, irritado, enviou uma ordem aos magistrados de Edessa para se confiscarem todas as propriedades da Igreja; o dinheiro foi distribuído pelos soldados; as terras vieram juntar-se aos domínios; e este acto de opressão ainda se viu agravado pela mais cruel ironia. «Mostro-me», afirma Juliano, «como o verdadeiro amigo dos galileus. A sua admirável lei prometeu o reino dos céus aos pobres; e eles avançarão com mais diligência pelos caminhos da virtude e da salvação quando ficaram aliviados, com a minha ajuda, do peso dos bens temporais. Evitai», prosseguia o monarca num tom mais sério, «evitai abusar da minha paciência e humanidade. Se estas desordens continuarem, vingarei-me-ei nos magistrados dos crimes do povo; e tereis motivo para rezear não só a confiscação e o exílio, mas o ferro e o fogo.» Os tumultos de Alexandria eram, sem dúvida, de uma natureza mais sanguinária e perigosa; mas um bispo cristão tinha perecido às mãos dos pagãos; e a epístola pública de Juliano fornece uma prova muito flagrante do espírito parcial da sua administração. As suas censuras aos cidadãos de Alexandria entremeiam-se com expressões de estima e brandura; e lamenta que, nesta ocasião, eles se tenham desviado das maneiras gentis e generosas que atestavam a sua origem grega. Reprova gravemente a ofensa que haviam cometido contra as leis da justiça e da humanidade; mas recapitula com visível complacência os ultrajes intoleráveis que, durante tanto tempo, haviam sofrido sob a ímpia tirania de Jorge da Capadócia. Juliano admite o princípio de que um sábio e vigoroso governo deve castigar a insolência do povo; mas, em atenção ao seu fundador Alexandre e a Serápis, sua divindade tutelar, concede um inteiro e gracioso perdão à cidade culpada, pela qual volta a sentir o afecto de um irmão.

Juliano e Atanásio

Depois de o tumulto de Alexandria se ter apaziguado, Atanásio, no meio das aclamações públicas, sentou-se no trono de onde o seu indigno concorrente havia sido derrubado; e como o zelo do arcebispo era temperado pela discrição, o exercício da sua autoridade não tendeu a inflamar, mas antes a reconciliar os ânimos do povo. Os seus cuidados pastorais não se confinaram às estreitas fronteiras do Egipto. O seu espírito activo e aberto tinha a noção do estado do mundo cristão; e a idade, o mérito e a fama de Atanásio permitiram-lhe assumir, num momento de perigo, funções de ditador eclesiástico. Ainda não tinham decorrido três anos quando a maioria dos bispos do Ocidente subscreveram, por ignorância ou de má vontade, a confissão de Rimini. Arrependiam-se, acreditavam, mas temiam o rigor intempestivo dos seus irmãos ortodoxos; e se o seu orgulho fosse superior à sua fé, poderiam lançar-se nos braços dos arianos para escapar à infâmia de um castigo público que iria rebaixá-los à condição de obscuros leigos. Nessa mesma altura, as questões internas relativas à união e à distinção das pessoas divinas eram debatidas com algum calor pelos doutores católicos; e a evolução desta controvérsia metafísica fazia temer uma pública e duradoura cisão entre as Igrejas grega e latina. Graças à sabedoria de um sínodo escolhido, ao qual o nome e a presença de Atanásio conferiram a autoridade de um concílio geral, os bispos que tinham laborado imprudentemente em erro foram admitidos na comunhão da Igreja, com a simples condição de subscreverem o credo de Niceia, sem qualquer reconhecimento formal das suas faltas passadas, nem uma definição pormenorizada das suas opiniões escolásticas. O conselho do primaz do Egipto já tinha preparado o clero da Gália e de Espanha, da Itália e da Grécia, para a aceitação desta medida salutar; e apesar da oposição de vários espíritos ardentes, o receio do inimigo comum promoveu a paz e a harmonia dos cristãos.

A sagacidade e o dinamismo do primaz do Egipto tinham aproveitado o período de tranquilidade que veio a ser interrompido pelos edictos hostis do imperador. Juliano, que desprezava os cristãos, honrava Atanásio com o seu sincero ódio pessoal. E foi apenas para o visar que ele introduziu uma distinção arbitrária e discordante, pelo menos, com o teor das suas anteriores declarações. Sustentou que os galileus a quem chamara do exílio não deviam recuperar, mercê desta indulgência geral, a posse das respectivas igrejas; e mostrou-se surpreendido por um criminoso, já várias vezes condenado pelo juízo dos imperadores, se atrever a insultar o poder

das leis e a usurpar insolentemente o trono arcebispal de Alexandria, sem aguardar as ordens do seu soberano. Como castigo por um delito imaginário, voltou a banir Atanásio da cidade; e aprouve-lhe supor que este acto de justiça iria ser altamente agradável aos seus piedosos súbditos. As prementes solicitações do povo não tardaram a convencê-lo de que a maioria dos Alexandrinos eram cristãos; e de que a maior parte dos cristãos estavam firmemente empenhados na causa do seu oprimido primaz. Mas o conhecimento desta situação, em vez de o persuadir a anular o seu decreto, incitou-o a exilar Atanásio para lá das fronteiras do Egipto. O zelo da multidão tornou Juliano ainda mais implacável: sentia-se alarmado com o risco de deixar um chefe audaz e popular à cabeça de uma cidade insurgida; e as palavras ditadas pelo seu ressentimento revelam a opinião que ele tinha da coragem e das capacidades de Atanásio. A execução da sentença ainda foi protelada pela cautela ou pela negligência de Ecdício, prefeito do Egipto, que despertou finalmente da sua letargia devido a uma severa reprimenda. «Ainda que descureis», declara Juliano, «escrever-me sobre qualquer outro assunto, é pelo menos vosso dever informar-se da conduta adoptada para com Atanásio, o inimigo dos deuses. Há muito tempo que as minhas intenções vos foram comunicadas. Juro pelo grande Serápis que, se nas calendas de Dezembro Atanásio não tiver partido de Alexandria, ou melhor, do Egipto, os funcionários do vosso governo pagarão uma multa de cem libras em ouro. Conheceis o meu feitio: demoro a condenar, mas ainda demoro mais a perdoar.» Esta epístola foi reforçada com um breve pós-escrito redigido pelo punho do imperador. «O desprezo mostrado para com todos os deuses enche-me de dor e indignação. Não há nada que eu possa ver ou escutar com mais prazer do que a expulsão de Atanásio de todo o Egipto. É o maior dos miseráveis! Sob o meu reinado, várias damas gregas da mais elevada estirpe receberam o baptismo em resultado das suas perseguições.» A morte de Atanásio não era *declaradamente* ordenada; mas o prefeito do Egipto compreendeu que era mais seguro exceder do que negligenciar as ordens de um amo irritado. O arcebispo retirou-se prudentemente para os mosteiros do deserto; furtou-se, com a habitual destreza, às armadilhas do inimigo; e viveu para triunfar sobre as cinzas de um príncipe que, em palavras de formidável alcance, declarara que todo o veneno da escola galileia se encontrava concentrado na simples pessoa de Atanásio.

Esforcei-me por descrever fielmente o ardiloso sistema pelo qual Juliano se propunha conseguir os efeitos da perseguição sem incorrer na devida culpa ou censura. Mas se, por um lado, a chama mortal do fanatismo corrompeu o coração e o entendimento de um príncipe virtuoso, importa também admitir que os reais sofrimentos dos cristãos foram exagerados e especulados pelas paixões humanas e pelo entusiasmo religioso. A doçura e a resignação que haviam distinguido os primeiros discípulos do Evangelho eram mais objecto de louvor que de imitação por parte dos seus sucessores. Os cristãos, que exerciam então há mais de quarenta anos o governo civil e eclesiástico do império, tinham contraído os insolentes vícios da prosperidade e o hábito de acreditar que apenas os santos estavam autorizados a reinar na terra. Mal a inimizade de Juliano privou o clero dos privilégios que tinham sido conferidos pelo favor de Constantino, os padres queixaram-se da mais cruel opressão; e a ampla tolerância dada aos idólatras e aos heréticos constituiu motivo de pesar e escândalo para a facção ortodoxa. Os actos de violência, que já não eram aprovados pelos magistrados, continuavam a ser cometidos pelo zelo do povo. Em Pessinunte, o altar de Cibele foi derrubado quase na presença do imperador; e na cidade de Cesareia, na Capadócia, o templo da Fortuna, o único lugar de culto que fora deixado aos pagãos, acabou por ser destruído durante um tumulto popular. Nestas ocasiões, um príncipe sensível à honra dos deuses não estava disposto a interromper o curso da justiça; e o seu espírito ficou ainda mais profundamente exasperado ao saber que uns fanáticos que haviam sofrido e merecido o castigo dos incendiários eram recompensados com as honras do martírio. Os súbditos cristãos de Juliano não duvidavam dos desígnios hostis do seu soberano; e, para sua maior inquietação, todos os actos do governo imperial forneciam motivos de descontentamento e suspeita. Na administração corrente das leis, os cristãos, que formavam uma tão grande parte do povo, deviam frequentemente ser condenados; mas os seus indulgentes irmãos, sem sequer examinar a substância dos factos, presumiam a sua inocência, aceitavam as suas queixas e imputavam a severidade dos juízes à sectária malevolência da perseguição religiosa. Estas presentes tribulações, por mais intoleráveis que pudessem parecer, eram representadas como um ténue prelúdio de iminentes calamidades. Os cristãos consideravam Juliano um cruel e ardiloso tirano que adiava a consumação da vingança até regressar vitorioso da guerra da Pérsia. Esperavam que, mal triunfasse dos inimigos externos de Roma, ele retiraria

a penosa máscara do fingimento; que os anfiteatros ficariam inundados com o sangue dos eremitas e dos bispos; e que os cristãos que ainda perseverassem na profissão da fé seriam privados dos comuns benefícios da Natureza e da sociedade. Todas as calúnias susceptíveis de lesar a reputação do Apóstata foram credulamente aceites pelo receio e o ódio dos adversários; e os seus indiscretos clamores irritaram o ânimo de um soberano a quem deviam respeitar e que tinham todo o interesse em lisonjear. Continuavam a afirmar que as preces e as lágrimas eram as suas únicas armas contra o ímpio tirano, cuja cabeça votavam à justiça do Céu ofendido. Insinuavam, todavia, com sombria determinação que a submissão já não era uma consequência da fraqueza; e que, no estado imperfeito da virtude humana, a paciência baseada em princípios pode esgotar-se por causa da perseguição. É impossível dizer até que ponto o zelo de Juliano terá prevalecido sobre o seu bom senso e a sua humanidade; mas se reflectirmos seriamente na força e no brio da Igreja, ficaremos convencidos de que, antes de o imperador ter extinguido a religião de Cristo, seria preciso envolver o país nos horrores de uma guerra civil.

Capítulo 24

Eleição de Joviano. Reflexões sobre a morte de Juliano

Juliano entrou em campanha com algum êxito contra os Persas. Viu-se, no entanto, obrigado a retirar e, durante uma batalha decisiva para lá do rio Tigre, foi mortalmente ferido. Faleceu em 26 de Junho de 363.

A eleição de Joviano

O triunfo do cristianismo e as calamidades do império podem, em certa medida, ser atribuídos ao próprio Juliano, que negligenciara assegurar a futura consumação dos seus objectivos por meio da oportuna e judiciosa nomeação de um colega e sucessor. Mas a família real de Constâncio Cloro estava reduzida à sua pessoa; e se alguma vez ele pensou seriamente em revestir da púrpura imperial o mais digno dos Romanos, foi afastado desta resolução pela dificuldade de escolha, pela avidez de poderio, pelo receio da ingratidão e pela natural presunção que inspiram a saúde, a juventude e a prosperidade. A sua morte inesperada deixou o império sem um soberano e sem um herdeiro, num estado de perplexidade e perigo que, ao longo de oitenta anos, nunca havia sido experimentado desde a eleição de Diocleciano. Num governo que já quase esquecera a distinção do puro e nobre sangue, a superioridade de nascimento mostrava-se de pouca

importância; as pretensões fundadas nos cargos oficiais eram acidentais e precárias; e os candidatos que aspirassem a ocupar o trono vago somente podiam apoiar-se na consciência do mérito pessoal ou na esperança do favor popular. No entanto, a situação de um exército faminto, rodeado de todos os lados por uma hoste de bárbaros, abreviou os momentos de dor e deliberação. Neste cenário de terror e aflição, o corpo do falecido príncipe foi decentemente embalsamado, de acordo com as suas próprias instruções; e ao alvorecer, os generais convocaram um conselho militar ao qual os comandantes das legiões e os oficiais de cavalaria e de infantaria foram chamados a assistir. Três ou quatro horas da noite bastaram para formar algumas cabalas secretas; e, quando se propôs a eleição de um imperador, o espírito de facção começou a agitar a assembleia. Victor e Arinteu reuniram os militares que restavam da corte de Constâncio; os amigos de Juliano aliaram-se aos chefes gauleses Dagalaifo e Nevita; e podiam rezeir-se as mais fatais consequências da discórdia dos dois partidos, tão opostos no carácter e nos interesses, nas máximas governamentais e talvez mesmo nos princípios religiosos. Apenas as virtudes superiores de Salústio poderiam conciliar as divergências e unir os sufrágios; e o venerável prefeito teria sido imediatamente declarado sucessor de Juliano, se ele próprio, com modesta e sincera firmeza, não houvesse alegado a idade avançada e as doenças como inadequadas ao peso do diadema. Os generais, que ficaram surpreendidos e perplexos ante a sua recusa, mostraram-se de algum modo dispostos a aceitar o salutar conselho de um oficial subalterno, segundo o qual deveriam actuar como o fariam na ausência do imperador; cabia-lhes pôr em prática as suas capacidades para arrancar o exército à presente adversidade; e, se tivessem a sorte de chegar aos confins da Mesopotâmia, procederiam então num clima de harmonia e bom senso à eleição de um soberano legítimo. Enquanto discutiam, algumas vozes saudaram Joviano, que era somente o *primeiro* dos domésticos, com os nomes de imperador e de Augusto. A aclamação tumultuosa foi logo repetida pelos guardas que rodeavam a tenda, e propagou-se em poucos minutos até ao extremo do acampamento. O novo príncipe, surpreendido com a sua inesperada sorte, foi rapidamente revestido dos ornamentos imperiais e recebeu um juramento de fidelidade dos mesmos generais cujo favor e protecção ainda recentemente solicitava. A mais forte recomendação de Joviano consistia no mérito do pai, o conde Varroniano, que usufruía, num honroso retiro, do fruto dos seus prolongados serviços. Na obscura liberdade de uma condição

privada, o filho entregava-se ao seu gosto pelo vinho e pelas mulheres; no entanto, mostrava valor no seu comportamento de cristão e de soldado. Sem dar provas de qualquer das brilhantes qualidades que suscitam a admiração e a inveja dos homens, a figura agradável de Joviano, a sua jovialidade e o seu espírito vivo tinham conquistado a simpatia dos camaradas de armas; e os generais dos dois partidos anuíram na eleição popular que não fora conduzida pelas artimanhas dos seus inimigos. O orgulho desta inesperada nomeação era moderado pela justa apreensão de que um mesmo dia pudesse assistir ao fim da vida e do reinado do novo imperador. A voz premente da necessidade foi escutada sem demora, e as primeiras ordens ditadas por Joviano, poucas horas depois de o seu antecessor ter exalado o último suspiro, traduziram-se na continuação de uma marcha que era o único meio capaz de salvar os Romanos das suas presentes tribulações.

A estima de um inimigo manifesta-se do modo mais sincero nos seus receios; e o grau de receio pode ser correctamente medido pela alegria com que ele celebra a sua libertação. A ditosa notícia da morte de Juliano, que um desertor levava ao acampamento de Sapor, incutiu no desanimado monarca uma repentina confiança na vitória. Ele destacou imediatamente a cavalaria real, talvez os dez mil *Imortais*, para secundar e apoiar a perseguição; e descarregou todo o peso das suas forças unidas sobre a retaguarda dos Romanos, a qual foi desbaratada; as famosas legiões, cujos títulos provinham de Diocleciano e do seu belicoso associado, foram rompidas e esmagadas pelos elefantes; e três tribunos perderam a vida ao tentar sustentar a fuga dos seus soldados. A batalha acabou por mudar de rumo graças à perseverante coragem dos Romanos; os Persas foram repelidos após uma enorme carnificina de homens e de elefantes; e o exército, depois de marchar e combater durante um longo dia de Verão, chegou, à noite, a Samara, nas margens do Tigre, cerca de cem milhas acima de Ctesifonte. No dia seguinte, os bárbaros, em vez de flagelar a marcha de Joviano, atacaram o seu acampamento, que se instalara num fundo e isolado vale. Do alto das colinas, os arqueiros persas insultavam e molestavam os cansados legionários; e um corpo de cavalaria, que penetrara pela porta pretoriana num assomo de coragem infrene, foi aniquilado após uma peleja renhida próximo da tenda imperial. Na noite seguinte, o acampamento de Carhe ficou protegido pelos altos diques do rio; e o exército romano, embora continuamente exposto à fustigadora perseguição dos sarracenos, ergueu as suas tendas, perto da cidade de Dura, quatro dias após a morte de Juliano. O

Tigre continuava a surgir-lhes pela esquerda; as suas esperanças e os seus mantimentos encontravam-se quase no fim; e os impacientes soldados, que se tinham ingenuamente convencido de que as fronteiras do império não estavam distantes, pediram licença ao novo soberano para se aventurarem a atravessar o rio. Assistido pelos mais sensatos oficiais, Joviano esforçou-se por obstar à temeridade deles, declarando que, mesmo que possuísem a destreza e o vigor bastantes para vencer a torrente de um rio de águas profundas e rápidas, não fariam mais que entregar-se, nus e indefesos, aos bárbaros que haviam ocupado a margem oposta. Acabando por ceder ao seu clamor insistente, consentiu relutantemente que quinhentos gauleses e germanos, habituados desde a infância às águas do Reno e do Danúbio, tentassem o ousado empreendimento que poderia servir de encorajamento ou de aviso ao resto do exército. No silêncio da noite, eles atravessaram a nado o Tigre, surpreenderam um posto mal guardado do inimigo e, ao romper do dia, arvoraram o sinal da sua determinação e do seu êxito. Esta prova bem-sucedida predispôs o imperador a escutar as promessas dos seus arquitectos, os quais propunham construir uma ponte flutuante com peles sopradas de carneiros, bois e cabras, cobertas de terra e de faxinas. Dois importantes dias foram gastos nesta tarefa inútil; e os Romanos, que já padeciam os horrores da fome, lançaram um olhar desesperado ao Tigre e aos bárbaros, cujo número e sanha aumentavam ao mesmo ritmo que a perturbação do exército imperial.

Nesta situação desesperada, os espíritos esmorecidos dos Romanos foram reanimados por sons de paz. A efêmera presunção de Sapor diluíra-se: ele observou seriamente preocupado que, numa série de duvidosos combates, perdera os seus mais fiéis e intrépidos nobres, as mais valorosas tropas e a maior parte do seu esquadrão de elefantes; e o experiente monarca temeu provocar a resistência do desespero, as vicissitudes da fortuna e as forças exaustas do Império Romano, que de um momento para o outro poderiam avançar para ajudar ou vingar o sucessor de Juliano. O próprio Surena, acompanhado de um outro sátrapa, apareceu no acampamento de Joviano e declarou que a clemência do seu soberano se dignava expor as condições em que consentiria poupar e deixar partir César com os restos do seu exército cativo. A expectativa da salvação abalou a firmeza dos Romanos; o imperador viu-se compelido, pelo alvitre do conselho e pelos gritos dos soldados, a aceitar a oferta de paz; e o prefeito Salústio foi imediatamente enviado, com o general Arinteu, para escutar as intenções do Grande Rei. O

ardiloso persa protelou, sob vários pretextos, a conclusão do tratado; levantou dificuldades, pediu explicações, sugeriu expedientes, voltou atrás nas concessões feitas, aumentou exigências e gastou quatro dias em negociações, até se esgotar a reserva de provisões que ainda restavam no acampamento dos Romanos. Se Joviano fosse capaz de levar a cabo um projecto corajoso e prudente, teria continuado a marcha com perseverante diligência; a negociação do tratado suspenderia o ataque dos bárbaros; e, antes do expirar do quarto dia, ele poderia ter atingido em segurança a fértil província da Corduena, situada a umas escassas cem milhas. O indeciso imperador, em vez de romper os laços do inimigo, aguardou a sua sorte com paciente resignação; e aceitou as vexatórias condições de paz que já não se encontrava em posição de recusar. As cinco províncias para lá do Tigre, que haviam sido cedidas pelo avô de Sapor, foram devolvidas à monarquia persa. Ele obteve, por um único artigo do tratado, a inexpugnável cidade de Nísibis que aguentara, em três cercos sucessivos, o assalto dos seus exércitos. Síngaros e o Castelo dos Mouros, uma das mais fortificadas praças da Mesopotâmia, foram igualmente amputadas do império. Considerou-se uma benevolência a permissão concedida aos habitantes destas fortalezas para se retirarem de lá com as suas coisas; mas o conquistador insistiu em que os Romanos abandonassem para sempre o rei e o reino da Arménia. A paz, ou melhor, uma longa trégua de trinta anos, recebeu a assinatura das nações antagónicas; a validade do tratado foi ratificada por juramentos solenes e cerimónias religiosas; e reféns de alta categoria foram reciprocamente entregues como penhor do cumprimento das condições acordadas.

O sofista de Antioquia, que viu indignado o ceptro do seu herói na mão débil de um sucessor cristão, parece admirar a moderação de Sapor ao contentar-se com uma tão pequena porção do Império Romano. Se tivesse estendido até ao Eufrates os ditames da sua ambição, não se lhe depararia decerto uma recusa, afirma Libânio. Se impusesse, como fronteira da Pérsia, o Orontes, o Cidno, o Sangário ou mesmo o Bósforo da Trácia, não faltariam aduladores na corte de Joviano capazes de convencer o timorato monarca de que as restantes províncias ainda lhe forneceria as mais amplas fruições do poder e do luxo. Sem adoptar por inteiro esta maliciosa insinuação, devemos reconhecer que a conclusão de um tratado tão ignominioso foi facilitado pela ambição pessoal de Joviano. O obscuro doméstico, colocado no trono mais por sorte do que por mérito, ansiava por

escapar às mãos dos Persas, a fim de poder obviar aos desígnios de Procópio, que comandava o exército da Mesopotâmia, e estabelecer o seu inseguro reinado sobre as legiões e as províncias que ainda ignoravam a apressada e tumultuosa escolha feita no acampamento para lá do Tigre. Nas proximidades do mesmo rio, a pouca distância da funesta guarnição de Dura, é que os dez mil gregos, sem generais, sem guias e sem provisões se viram abandonados, a mais de mil e duzentas milhas do seu país natal, ao ressentimento de um monarca vitorioso. A diferença de comportamento e êxito entre estas tropas e as romanas dependeu muito mais do carácter que da situação de ambas. Em vez de se submeter docilmente às secretas deliberações e às opiniões particulares de uma só pessoa, o conselho unido dos Gregos foi inspirado pelo entusiasmo generoso de uma assembleia popular onde o espírito de cada cidadão estava cheio de amor à glória, orgulho da liberdade e desprezo pela morte. Conscientes da sua superioridade sobre os bárbaros, tanto em armas como em disciplina, eles envergonhar-se-iam de ceder e negaram-se a capitular; todos os obstáculos foram superados pela paciência, a coragem e o engenho militar; e a memorável retirada dos dez mil expôs e insultou a fraqueza da monarquia persa.

Em paga das suas vergonhosas concessões, o imperador talvez tenha requerido que o acampamento dos famintos romanos fosse abundantemente abastecido e que lhes permitissem passar o Tigre através da ponte construída pelas mãos dos Persas. No entanto, se Joviano se atreveu a solicitar estas condições equitativas, elas foram rotundamente recusadas pelo altivo tirano do Oriente, cuja clemência perdoara aos invasores do seu país. Os sarracenos interceptaram algumas vezes os que ficavam para trás; mas os generais e as tropas de Sapor respeitaram a trégua, e Joviano pôde procurar o sítio mais conveniente para a travessia do rio. Os pequenos barcos que tinham escapado ao incêndio da armada prestaram um serviço essencial, transportando em primeiro lugar o imperador e os seus favoritos, e em seguida, em muitas viagens sucessivas, uma grande parte do exército. Na medida, porém, em que todos os homens ansiavam pela sua segurança pessoal e receavam que os deixassem na margem hostil, os soldados, demasiado impacientes para aguardar o lento regresso dos barcos, aventuraram-se ousadamente em precárias jangadas ou em peles sopradas e, arrastando os cavalos atrás de si, tentaram, com algum êxito, atravessar assim o rio. Muitos destes temerários aventureiros foram engolidos pelas

vagas; muitos outros, levados pela violência da corrente, tornaram-se presa fácil para a cupidez ou a crueldade dos ferozes árabes; e a perda que o exército sofreu na passagem do Tigre não foi inferior à carnificina de um dia de batalha. Mal os Romanos acostaram à margem ocidental, viram-se libertos da hostil perseguição dos bárbaros; mas, numa custosa marcha de duzentas milhas ao longo das planícies da Mesopotâmia, padeceram as maiores aflições da sede e da fome. Viram-se obrigados a atravessar um deserto arenoso que, numa extensão de setenta milhas, não oferecia um único talo de erva tenra nem uma nascente de água fresca, e em todo o inóspito descampado não havia pisadas de criaturas amigas ou inimigas. Sempre que a mais pequena porção de farinha era descoberta no acampamento, por vinte libras dela pagavam-se avidamente dez moedas de ouro; as bestas de carga eram abatidas e devoradas, e o deserto ficava juncado de armas e bagagens dos soldados romanos, cujas roupas esfarrapadas e magreza indicavam os sofrimentos passados e a miséria presente. Um pequeno comboio de provisões veio ao encontro do exército até ao castelo de Ur; e o abastecimento foi tanto mais agradável quanto atestava a fidelidade de Sebastião e de Procópio. Em Tilsafata, o imperador recebeu com as maiores atenções os generais da Mesopotâmia, e o que restava de um outrora florescente exército descansou, por fim, sob as muralhas de Nísibis. Os mensageiros de Joviano já haviam proclamado, na linguagem da adulação, a sua eleição, o seu tratado e o seu regresso; e o novo príncipe tomara a medida mais eficaz para garantir a lealdade dos exércitos e das províncias da Europa, depositando o comando militar nas mãos dos oficiais que, por interesse ou inclinação, apoiariam firmemente a causa do seu benfeitor.

Os amigos de Juliano haviam anunciado, confiantes, o êxito da sua expedição. Tinham-se persuadido facilmente de que os templos dos deuses ficariam enriquecidos com os despojos do Oriente; de que a Pérsia seria reduzida ao humilde estado de uma província tributária, governada pelas leis e os magistrados de Roma; de que os bárbaros adoptariam o traje, os costumes e a língua dos seus conquistadores; e de que a juventude de Ecbátana e de Susa estudaria a arte da retórica sob a égide de mestres gregos. O avanço das armas de Juliano interrompeu toda a comunicação com o império, e, a partir do momento em que ele atravessou o Tigre, os seus fiéis súbditos ignoraram o destino e a sorte do príncipe. Os projectos de triunfos imaginários foram abalados pelo triste rumor da sua morte, e

eles continuaram a pô-la em dúvida, mesmo quando já não podiam negar a verdade deste fatal acontecimento. Os mensageiros de Joviano espalharam a enganosa notícia de uma paz prudente e necessária; a voz da fama, mais forte e sincera, revelou a ignomínia do imperador e as condições do vergonhoso tratado. O espírito do povo encheu-se de assombro e dor, de indignação e horror, ao saber que o indigno sucessor de Juliano abandonara as cinco províncias que tinham sido alcançadas pela vitória de Galério, e entregara desonrosamente aos bárbaros a importante cidade de Nísibis, o mais sólido baluarte das províncias do Oriente. A profunda e melindrosa questão de apurar até que ponto a fé pública deve ser observada sempre que se torna incompatível com a segurança do Estado foi livremente debatida em conversas populares e acalentavam-se certas esperanças de que o imperador redimisse o seu comportamento pusilânime por meio de um acto estrondoso de perfídia patriótica. O brio inflexível do Senado romano rejeitara sempre as condições iníquas que se impunham pela força ao infortúnio dos seus exércitos cativos; e se fosse necessário satisfazer a honra nacional pela entrega do general culpado nas mãos dos bárbaros, a maioria dos súbditos de Joviano seguiria de bom grado o exemplo dos tempos antigos.

No entanto, o imperador, independentemente dos limites da sua autoridade constitucional, era o senhor absoluto das leis e das forças do Estado; e as mesmas razões que o tinham constrangido a assinar o tratado de paz impeliam-no agora a pô-lo em prática. Estava impaciente por garantir a posse do império à custa de algumas províncias, e os nomes respeitáveis da religião e da honra dissimulavam os receios pessoais e a ambição de Joviano. Apesar das reverentes solicitações dos habitantes, a decência, tanto quanto a cautela, impediram o imperador de se instalar no palácio de Nísibis; mas na manhã seguinte à sua chegada, Bineses, o embaixador da Pérsia, entrou na praça, desfraldou do alto da cidadela o estandarte do Grande Rei e proclamou, em seu nome, a cruel alternativa do exílio ou da servidão. Os principais cidadãos de Nísibis, que até esse momento fatal tinham confiado na protecção do seu soberano, lançaram-se aos pés dele. Suplicaram-lhe que não abandonasse ou, pelo menos, não entregasse uma colónia fiel à raiva de um tirano bárbaro, exasperado pelas três derrotas sucessivas que sofrera sob as muralhas de Nísibis. Ainda possuíam armas e coragem suficientes para repelir os invasores do seu país; apenas pediam licença para as utilizar em defesa própria, e, mal

assegurassem a independência, implorariam o favor de voltar a ser admitidos no seio dos seus súbditos: os argumentos, a eloquência e as lágrimas mostraram-se inúteis. Joviano alegou, com certo embaraço, a santidade dos juramentos; e, dado a relutância com que ele aceitou o presente de uma coroa de ouro ter convencido os cidadãos da desesperada situação em que se encontravam, o advogado Silvano foi levado a exclamar: «Ó imperador! Assim pudésseis ser coroado por todas as cidades dos vossos domínios!» Joviano, que no espaço de poucas semanas já assumira os hábitos de um príncipe(*), ficou desagradado com a liberdade e ofendido com a verdade de tais palavras; e como achava, sensatamente, que o descontentamento do povo poderia levá-lo a submeter-se ao governo persa, publicou um edicto a ordenar-lhe, sob pena de morte, que deveria abandonar a cidade no prazo de três dias. Amiano descreveu em cores vivas o cenário de desespero geral que parece tê-lo enchido de compaixão. A juventude belicosa abandonou com indignada dor os muros que tão gloriosamente defendera; gente aflita e enlutada derramou uma última lágrima sobre o túmulo de um filho ou de um marido e que em breve seria profanado pela rude mão de um conquistador bárbaro; e o cidadão idoso beijou o limiar e agarrou-se às portas da casa onde passara os alegres e despreocupados tempos de infância. As estradas fervilhavam de uma assustada multidão; as distinções de classe, sexo e idade desvaneciam-se no meio da calamidade geral. Todos se esforçavam por levar qualquer destroço do naufrágio da sua fortuna; e dado não poderem dispor sem demora do serviço de um número adequado de cavalos e carroças, viam-se forçados a deixar para trás a maior parte dos seus valiosos bens. A crua insensibilidade de Joviano agravou, segundo parece, as dificuldades destes infelizes fugitivos. Foram, apesar de tudo, alojados num bairro recentemente construído de Amida; e esta cidade renascente, aumentada com uma tão considerável colônia, depressa recuperou o seu antigo esplendor e tornou-se a capital da Mesopotâmia. O imperador emitiu ordens semelhantes para a evacuação de Síngaros e do Castelo dos Mouros, e para a restituição das cinco províncias situadas além do Tigre. Sapor desfrutou da glória e dos frutos da sua vitória; e esta paz vergonhosa tem sido justamente considerada como uma época memorável no declínio e queda do Império Romano. Os antecessores de Joviano haviam, por vezes, renunciado ao domínio de longínquas e pouco proveitosas províncias; no entanto, desde a fundação da

cidade, o génio de Roma, o deus Termo, que guardava os limites da República, nunca havia recuado ante a espada de um inimigo vitorioso.

Reflexões sobre a morte de Juliano

Depois de haver cumprido os compromissos que a voz do povo poderia tê-lo tentado a violar, Joviano afastou-se rapidamente do palco da sua desonra e decidiu ir, na companhia de toda a corte, gozar o luxo de Antioquia. Sem atender aos ditames do zelo religioso, foi movido, pela humanidade e a gratidão, a prestar as últimas honras aos restos mortais do falecido soberano; e Procópio, que lamentava sinceramente a perda do seu parente, viu-se afastado do comando do exército, sob o decente pretexto de conduzir o funeral. O cadáver de Juliano foi transportado de Nísibis até Tarso, numa lenta procissão de quinze dias, e, ao atravessar as cidades do Oriente, era saudado pelas facções hostis com lamentos de dor ou clamorosos insultos. Os pagãos já colocavam o seu amado herói na categoria dos deuses cujo culto ele tinha restaurado, enquanto as invectivas dos cristãos votavam a alma do apóstata ao inferno e perseguiam o seu corpo na própria sepultura. Um partido deplorava a iminente ruína dos seus altares, e o outro celebrava a maravilhosa libertação da Igreja. Os cristãos aplaudiam, em termos grandiosos e ambíguos, a consumação da vingança divina que durante tanto tempo pendera sobre a cabeça culpada de Juliano. Afirmavam que a morte do tirano, no momento em que ele expirou para lá do Tigre, fora *revelada* aos santos do Egipto, da Síria e da Capadócia; e, em vez de admitirem que ele caíra vítima das setas persas, a sua indiscrição atribuía o heróico feito à mão obscura de algum mortal ou imortal paladino da fé. Estas levianas declarações foram avidamente adoptadas pela malícia ou a credulidade dos seus adversários, que insinuaram na sombra, ou apregoaram sem rodeios, que os chefes da Igreja haviam instigado e dirigido o fanatismo de um assassino doméstico. Mais de dezasseis anos após a morte de Juliano, esta acusação foi solene e veementemente reiterada num discurso público que Libânio endereçou ao imperador Teodósio. As suas suspeitas não se fundam em factos ou argumentos, e apenas podemos louvar o generoso zelo do sofista de Antioquia pelas frias e esquecidas cinzas do seu amigo.

Era um antigo costume, tanto nos funerais como nos triunfos dos Romanos, a voz do louvor ser em seguida corrigida pela da sátira e do ridículo; assim, no meio do quadro aparatoso que alardeava a glória dos vivos ou dos mortos, não se ocultavam as suas imperfeições aos olhos do mundo. Este costume não foi esquecido no funeral de Juliano. Os comediantes, ressentidos com o seu desprezo e aversão pelo teatro, exibiram, com o aplauso de uma audiência cristã, a espirituosa e exagerada representação dos defeitos e extravagâncias do defunto imperador. A sua personalidade multiforme e as suas maneiras singulares forneciam um vasto campo ao gracejo e ao ridículo. No exercício dos seus invulgares talentos, ele desceu muitas vezes abaixo da majestade do seu cargo. Alexandre transformara-se em Diógenes — e o filósofo degradara-se em sacerdote. A pureza da sua virtude era manchada por uma excessiva vaidade; a sua superstição perturbava a paz e punha em risco a segurança de um poderoso império; e os seus bruscos arrebatamentos não podiam ser encarados de forma indulgente, tanto mais que pareciam resultar de laboriosos esforços da arte, ou mesmo do fingimento. Os restos mortais de Juliano foram enterrados em Tarso, na Cilícia; mas o seu túmulo imponente, erigido nesta cidade à beira do límpido e frio Cidno, desagradava aos amigos fiéis que amavam e respeitavam a memória deste homem extraordinário. O filósofo manifestava o desejo muito aceitável de que o discípulo de Platão pudesse repousar no meio dos bosques da Academia, enquanto o soldado exclamava, num tom ousado, que as cinzas de Juliano deveriam misturar-se com as de César no Campo de Marte, e entre os antigos monumentos da virtude romana. A história dos príncipes não tem renovado frequentemente a ocorrência de semelhantes debates.

O REGRESSO DO CRISTIANISMO ÀS BOAS GRAÇAS

Capítulo 25

Os cristãos sob Joviano

A morte de Juliano deixara os assuntos públicos do império numa situação muito precária e perigosa. O exército romano foi salvo por um inglório, mas talvez necessário tratado(*); e os primeiros momentos de paz foram dedicados pelo piedoso Joviano a restaurar a tranquilidade interna da Igreja e do Estado. A imprudência do seu antecessor, em vez de apaziguar, havia ardilosamente fomentado a guerra religiosa; e o equilíbrio que ele simulava manter entre as facções hostis não serviu senão para perpetuar a controvérsia através de vicissitudes da esperança e do medo, e das pretensões rivais da antiga posse e do favor actual. Os cristãos tinham esquecido o espírito do Evangelho, e os pagãos absorvido o espírito da Igreja. Nas famílias particulares, os sentimentos da natureza haviam sido extintos pela raiva cega do zelo e da vingança; a majestade das leis foi violada ou atropelada; as cidades do Oriente ficaram manchadas de sangue; e os inimigos mais implacáveis dos Romanos estavam no seio do seu próprio país. Joviano fora educado nos princípios do cristianismo; e, quando marchou de Nísibis até Antioquia, o estandarte da cruz, o Labarum de Constantino, que voltou a ser desfraldado à cabeça das legiões,

anunciava ao povo a fé do novo imperador. Mal subiu ao trono, endereçou uma carta circular a todos os governadores das províncias, na qual professava a divina verdade e assegurava o estabelecimento legal da religião cristã. Os insidiosos edictos de Juliano foram abolidos, as imunidades eclesiásticas restauradas e alargadas, e Joviano condescendeu em lamentar que a penúria da época o obrigasse a reduzir o número de dádivas caritativas. Os cristãos juntaram-se todos no ruidoso e sincero aplauso que concederam ao piedoso sucessor de Juliano; mas continuavam a ignorar o credo ou o sínodo que ele escolheria como regra da ortodoxia; e a paz da Igreja reavivou sem demora as calorosas disputas que tinham ficado em suspenso durante os tempos da perseguição. Os chefes episcopais das seitas opostas, convencidos pela experiência de que a sua sorte dependeria das primeiras impressões que causassem no espírito de um soldado inculto, dirigiram-se rapidamente à corte de Edessa ou de Antioquia. As estradas do Oriente pululavam de bispos homoousianos, arianos, semiarianos e eunomianos, que se esforçavam por chegar à frente na corrida sagrada; os aposentos do palácio ressoavam com os seus clamores, e os ouvidos do príncipe eram assaltados e talvez se surpreendessem com a singular mistura de argumentos metafísicos e invectivas arrebatadas. A moderação de Joviano, que lhes recomendava entendimento e caridade e remetia os contendores para a sentença de um futuro concílio, foi interpretada como um sintoma de indiferença; no entanto, o seu apego ao credo de Niceia acabou por ser revelado e declarado por via do respeito que ele demonstrou pelas virtudes *celestiais* do grande Atanásio. O intrépido veterano da fé saíra do seu retiro, aos setenta anos, logo após as primeiras notícias da morte do tirano. As aclamações do povo voltaram a sentá-lo no trono arcebispal, e ele aceitou sabiamente, ou previu, o convite de Joviano. A venerável figura de Atanásio, a sua calma coragem e a sua persuasiva eloquência cimentaram a reputação que ele já adquirira na corte de quatro príncipes sucessivos. Assim que ganhou a confiança e garantiu a fé do imperador cristão, regressou triunfalmente à sua diocese e continuou, através de amadurecidos conselhos e de um vigor inalterado, a dirigir durante mais dez anos o governo eclesiástico de Alexandria, do Egipto e da Igreja Católica. Antes de partir da Antioquia, asseverou a Joviano que a sua devoção ortodoxa seria recompensada com um longo e tranquilo reinado. Atanásio tinha motivos para esperar que lhe fosse

atribuído o mérito de uma predição acertada, ou então a desculpa de uma grata, embora ineficaz prece.

Joviano morreu após um reinado de apenas oito meses. Depois dele, Valentiniano tornou-se imperador e associou a si o seu irmão Valente. As províncias ocidentais e orientais estavam agora formalmente divididas. Valentiniano manteve a tolerância religiosa no Ocidente. Valente professou o arianismo no Oriente.

A pressão dos bárbaros aumentava em diversas fronteiras: na Gália, a dos Alamanos e dos Burgúndios; na Bretanha, a dos Pictos e dos Escotos; no Danúbio, a dos Godos e dos Sármatas. Estes povos estavam agora a ser empurrados pelos Hunos. Como resultado de tal pressão, os Visigodos receberam autorização para se instalar nas margens do Danúbio. No entanto, aqui, eles revoltaram-se e ameaçaram Constantinopla. Valente enfrentou-os em Adrianópolis, sendo derrotado e morto numa batalha decisiva onde a tática assinalou a supremacia da cavalaria sobre a infantaria, a qual iria durar até à Batalha de Crécy, e onde se infligiram baixas em homens e danos em prestígio ao exército romano, de que ele nunca mais recuperou.

Nas calamidades gerais que se seguiram, a investidura de Teodósio como imperador do Oriente assinala um ponto de viragem no governo secular e eclesiástico. Derrotou os Godos e firmou tratados com eles que, apesar de tudo, implicaram mais estabelecimentos dentro do império. Alcançou o título de o Grande pelo seu contributo em prol da ortodoxia católica. Depois das mortes de Graciano, de Valentiniano II e de um usurpador, Eugénio, Teodósio foi o último soberano que governou ao mesmo tempo o império do Ocidente e o do Oriente. Estes acontecimentos são narrados no resto deste capítulo e no Capítulo 26().*

Capítulo 27

Ambrósio, arcebispo de Milão. Virtudes e defeitos de Teodósio. A sedição de Antioquia e a chacina de Tessalonica. A penitência de Teodósio. A personalidade e a morte de Valentiniano. A morte de Teodósio

Constantinopla mantivera-se um baluarte do arianismo durante quarenta anos. Teodósio foi o primeiro imperador a receber o batismo na fé ortodoxa da Trindade. Em 380, um bispo ortodoxo, Gregório de Nazianzo, foi colocado em Constantinopla, e o arianismo viu-se repelido do Oriente. No Concílio de Constantinopla, em 381, o sistema teológico da Trindade, que fora estabelecido pelo Concílio de Niceia, ficou completo. Entre 380 e 394, Teodósio promulgou uma série de rigorosos edictos contra os heréticos.

Entretanto, a natureza indolente de Graciano, imperador do Ocidente, suscitara o descontentamento entre as tropas romanas. Máximo, à frente de uma revolta da Bretanha, derrotou-o próximo de Lião, antes que Teodósio pudesse marchar em seu auxílio. Graciano foi assassinado e Teodósio concluiu uma aliança com Máximo, pela qual este reinava para lá dos Alpes, e Valentiniano, irmão de Graciano, era confirmado como soberano de Itália.

Ambrósio, arcebispo de Milão

Entre os eclesiásticos que ilustraram o reinado de Teodósio, Gregório de Nazianzo distinguiu-se pelos talentos de pregador eloquente; a reputação de ter dons milagrosos acrescentou peso e dignidade às virtudes monásticas de Martinho de Tours; mas os louros do vigor e da aptidão episcopal eram justamente pertença do intrépido Ambrósio. Descendia de uma nobre família de romanos; o pai exercera o importante cargo de prefeito do pretório da Gália; e o filho, depois de ter feito os estudos correspondentes a uma educação liberal, atingiu, na escala normal das honras civis, o posto de cônsul da Ligúria, uma província que incluía a residência imperial de Milão. Aos trinta e quatro anos, e antes de ter recebido o sacramento do baptismo, Ambrósio, com grande surpresa sua e do público, passou repentinamente de governador a arcebispo. Sem, ao que consta, a mínima ponta de manigância ou de intriga, todo o povo o designou unanimemente para a dignidade episcopal; o acordo e a perseverança das aclamações foram atribuídas a um impulso sobrenatural; e o relutante magistrado viu-se obrigado a aceitar um cargo espiritual para o qual os hábitos e as ocupações da sua vida anterior não o tinham preparado. No entanto, a vigorosa actividade do seu génio habilitou-o rapidamente a exercer, com zelo e prudência, os deveres da jurisdição eclesiástica; e, ao mesmo tempo que renunciava alegremente ao vão e brilhante aparato da grandeza temporal, dignou-se, em benefício da Igreja, dirigir a consciência dos imperadores e fiscalizar a administração do império. Graciano amava-o e respeitava-o como a um pai; e o elaborado tratado sobre a fé da Trindade era destinado à instrução do jovem príncipe. Após a sua trágica morte, numa altura em que a imperatriz Justina receava pela sua segurança pessoal e pela do seu filho Valentiniano, o arcebispo de Milão foi enviado em duas embaixadas sucessivas à corte de Tréveros. Exerceu com a mesma firmeza e sagacidade os poderes das suas funções espirituais e políticas; e talvez contribuisse, pela sua autoridade e eloquência, para travar a ambição de Máximo e proteger a paz da Itália. Ambrósio dedicara a sua vida e as suas faculdades ao serviço da Igreja. Cheio de desprezo pelas riquezas, renunciara ao seu património privado, e vendeu sem hesitar as pratas sagradas para resgate dos cativos. O clero e o povo de Milão tinham afeição ao arcebispo; e ele

mereceu a estima dos seus fracos soberanos, sem lhes solicitar o favor ou requeirer o desvalimento.

O governo de Itália e a tutela do jovem imperador couberam naturalmente à sua mãe Justina, uma mulher bela e corajosa, mas que, no meio de um povo ortodoxo, teve a desdita de professar a heresia ariana, a qual se esforçou por inculcar no espírito do filho. Justina estava convencida de que um imperador romano podia reivindicar, nos seus próprios domínios, o exercício público da sua religião; e propôs ao arcebispo, julgando tratar-se de um pedido moderado e sensato, que lhe cedesse o uso de uma simples igreja, quer na cidade, quer nos subúrbios de Milão. No entanto, o comportamento de Ambrósio regia-se por princípios muito diferentes. Os palácios da terra podiam, de facto, pertencer a César, mas as igrejas eram as casas de Deus; e, dentro dos limites da sua diocese, era ele, na qualidade de legítimo sucessor dos apóstolos, o único ministro de Deus. Os privilégios do cristianismo, tanto os temporais como os espirituais, estavam reservados aos verdadeiros crentes; e, no seu espírito, Ambrósio tinha a certeza de que as suas opiniões teológicas constituíam a regra da verdade e da ortodoxia. O arcebispo, que se recusou a conferenciar ou negociar com os instrumentos de Satanás, declarou com humilde firmeza a sua resolução de morrer como mártir, de preferência a ceder ao ímpio sacrilégio; e Justina, encarando a recusa como um acto de insolência e revolta, decidiu precipitadamente exercer a prerrogativa imperial do filho. Visto que ela desejava fazer as suas devoções públicas na já próxima festa da Páscoa, Ambrósio recebeu ordem para comparecer diante do conselho. Obedeceu à convocação com o respeito de um súbdito fiel, mas foi seguido, sem seu consentimento, por uma numerosa multidão; esta apinhou-se, com impetuoso zelo, em torno dos portões do palácio; e os aterrorizados ministros de Valentiniano, em vez de pronunciarem uma sentença de exílio contra o arcebispo de Milão, solicitaram humildemente que ele interpusse a sua autoridade para proteger a pessoa do imperador e restaurar a tranquilidade da capital. No entanto, todas as promessas que Ambrósio recebeu, e transmitiu em seguida aos cidadãos, foram em breve violadas por uma pérfida corte; e durante seis dos mais solenes dias que a piedade cristã destina à prática da religião, a cidade foi agitada pelas convulsões do tumulto e do fanatismo. Os servidores do palácio foram mandados preparar primeiramente a Basílica Pórcia, e em seguida a nova *Basílica*, a fim de ali se receber sem demora o imperador e a mãe. O majestoso dossel e os ornamentos do trono real

ficaram arranjados da maneira habitual; mas houve necessidade de os defender, mediante uma forte guarda, dos insultos da população. Os eclesiásticos arianos que se arriscavam a mostrar-se nas ruas faziam correr um alto risco às suas vidas; e Ambrósio teve o mérito e a glória de salvar os seus inimigos pessoais das mãos da multidão enraivecida.

Mas enquanto se esforçava por refrear os efeitos do zelo religioso, a veemência patética dos seus sermões inflamava sem cessar a colérica e sediciosa índole do povo de Milão. Comparações tiradas dos caracteres de Eva, da mulher de Job, de Jezabel e de Herodíade eram aplicadas indecentemente à mãe do imperador; e o desejo dela de obter uma igreja para os arianos era assimilado às mais cruéis perseguições que o cristianismo sofrera sob o reinado do paganismo. As medidas da corte apenas serviram para expor a magnitude do mal. Uma multa de duzentas libras de ouro foi imposta às comunidades de mercadores e manufactureiros; deu-se ordem, em nome do imperador, para que todos os oficiais e funcionários inferiores de justiça se mantivessem fechados em casa até ao fim dos tumultos públicos; e os ministros de Valentiniano confessaram imprudentemente que a parte mais respeitável dos cidadãos de Milão estava ligada à causa do arcebispo. Voltaram a solicitar-lhe que restabelecesse a paz no país, fazendo uma cedência à vontade do soberano enquanto ainda era tempo. A resposta de Ambrósio exprimiu-se nos mais humildes e respeitosos termos, que podiam, contudo, ser interpretados como uma grave declaração de guerra civil. «A sua vida e a sua sorte encontravam-se nas mãos do imperador; mas ele jamais atraçoaria a igreja de Cristo ou rebaixaria a dignidade do cargo episcopal. Por uma tão alta causa, estava disposto a suportar tudo o que a malícia do demónio pudesse infligir; e somente desejava morrer na presença do seu fiel rebanho e aos pés do altar; ele não contribuíra para excitar o furor do povo, mas apenas Deus tinha poder para o aplacar; desaprovava as cenas sangrentas e a confusão que provavelmente se seguiriam; e rezava ardentemente para não sobreviver à ruína de uma cidade próspera, ou talvez ao assolamento de toda a Itália.» O obstinado fanatismo de Justina teria feito perigar o império do filho se, nesta disputa com a Igreja e o povo de Milão, ela pudesse contar com a obediência activa das tropas do palácio. Um numeroso corpo de godos marchara para ocupar a *Basilica*, a qual estava no centro do conflito; e seria de esperar, atendendo aos princípios arianos e aos costumes bárbaros destes mercenários estrangeiros, que eles não tivessem o mínimo escrúpulo

em executar as mais sanguinárias ordens. Deparou-se-lhes no limiar sagrado o arcebispo, que, fulminando-os com uma sentença de excomunhão, lhes perguntou, num tom de pai e senhor, se fora para invadir a casa de Deus que tinham implorado a hospitaleira protecção da República. A hesitação dos bárbaros proporcionou umas horas de negociações mais frutíferas; e a imperatriz foi convencida pelas recomendações dos seus mais sábios conselheiros a deixar os católicos na posse de todas as igrejas de Milão; e a dissimular, até uma ocasião mais oportuna, as suas intenções de vingança. A mãe de Valentiniano nunca perdoou o triunfo de Ambrósio; e o jovem príncipe proferia em termos violentos que os seus próprios servidores estavam prontos a atraí-lo e a entregá-lo nas mãos de um padre insolente. As leis do império, algumas das quais eram subscritas por Valentiniano, ainda condenavam a heresia ariana e pareciam desculpar a resistência dos católicos. Sob a influência de Justina, promulgou-se um edicto de tolerância em todas as províncias sujeitas à corte de Milão; o livre exercício da sua religião foi garantido aos que professavam a fé de Rimini; e o imperador declarou que todas as pessoas que infringissem esta norma sagrada e salutar seriam punidas com a pena capital, enquanto inimigas da tranquilidade pública. O carácter e a linguagem do arcebispo de Milão podem levar-nos a pensar que a sua conduta em breve forneceu um motivo razoável, ou pelo menos um pretexto especioso, aos ministros arianos que aguardavam a oportunidade de o surpreender em qualquer acto de desobediência a uma lei que ele curiosamente refere como uma lei de sangue e tirania. Uma sentença de brando e honroso exílio foi pronunciada para impor que Ambrósio abandonasse imediatamente Milão, ao mesmo tempo que lhe permitia escolher o lugar de exílio e o número dos seus acompanhantes. Mas Ambrósio considerava a autoridade dos santos, os quais pregaram e praticaram as máximas de lealdade passiva, como menos ponderosa que o extremo e premente risco. Recusou-se audazmente a obedecer, e a sua recusa foi apoiada pelo unânime consentimento do seu fiel povo. Os cidadãos guardavam à vez a pessoa do arcebispo; os portões da catedral e do palácio episcopal estavam solidamente barricados; e as tropas imperiais, que haviam posto cerco, não se mostravam dispostas a atacar esta fortaleza inexpugnável. Os inúmeros pobres que tinham sido assistidos pela generosidade de Ambrósio aproveitaram este ensejo propício para demonstrar o seu zelo e gratidão; e, uma vez que a paciência da multidão podia vir a esgotar-se devido ao comprimento e à monotonia das vigílias

nocturnas, ele introduziu prudentemente na igreja de Milão o proveitoso hábito de cantar regularmente salmos em voz alta. Enquanto mantinha esta árdua pugna, o arcebispo foi avisado por um sonho de que devia escavar a terra no lugar onde os restos mortais de dois mártires, Gervásio e Protásio, tinham sido sepultos havia mais de trezentos anos. Logo por baixo do pavimento da igreja descobriram-se dois esqueletos inteiros, com as cabeças separadas dos corpos e a jorrar sangue abundantemente. As relíquias sagradas foram apresentadas com grande pompa à veneração do povo; e todas as circunstâncias desta afortunada descoberta contribuíram na perfeição para favorecer os desígnios de Ambrósio. Supôs-se que os ossos dos mártires, o seu sangue e as suas roupas eram dotados de um poder curativo; e que a influência sobrenatural se comunicava aos mais distantes objectos, sem perder qualquer parcela da sua virtude original. A cura extraordinária de um cego e as confissões forçadas de vários possessos pareceram comprovar a fé e a santidade de Ambrósio; e a verdade destes milagres é atestada pelo próprio Ambrósio, pelo seu secretário Paulino e por um seu prosélito, o célebre Agostinho, que nessa época ensinava a arte da retórica em Milão. A razão do nosso tempo talvez aprove o cepticismo de Justina e da corte ariana, que troçavam destas comédias representadas por sugestão do arcebispo e a expensas suas. O efeito produzido na imaginação popular foi, contudo, rápido e irresistível; e o fraco soberano de Itália viu-se na impossibilidade de querelar com o favorito do Céu. Os poderes terrenos também intervieram em defesa de Ambrósio; o conselho desinteressado de Teodósio foi o genuíno fruto da piedade e da amizade; e a máscara de zelo religioso dissimulou os hostis e ambiciosos desígnios do usurpador da Gália.

Máximo invadiu a Itália em 387. Valentiniano e a mãe fugiram para junto de Teodósio, em Tessalonica. Teodósio casou-se com a irmã de Valentiniano epôs cobro à guerra civil ao vencer e decapitar Máximo.

As virtudes e os defeitos de Teodósio

O orador que pode sem perigo manter-se silencioso pode também elogiar sem dificuldade nem relutância; e a posteridade admitirá que o carácter de

Teodósio oferece matéria para um sincero e vasto panegírico. A sabedoria das suas leis e o êxito das suas armas tornaram a sua administração respeitável tanto aos olhos dos súbditos como aos dos inimigos. Ele amava e praticava as virtudes da vida doméstica, que raramente elegem domicílio nos palácios dos reis. Teodósio era um homem casto e sóbrio; fruía, sem excessos, dos prazeres sociais e sensuais da mesa e o calor das suas paixões amorosas nunca o desviou dos afectos legítimos. Aos faustos títulos da grandeza imperial juntavam-se os ternos nomes de marido fiel e pai indulgente; o tio foi elevado, graças à sua afectuosa estima, ao plano de um segundo pai; Teodósio adoptou, como se fossem seus, os filhos do irmão e irmã, e as provas do seu desvelo estenderam-se aos ramos mais afastados e obscuros dos seus inúmeros parentes. Os seus amigos mais íntimos eram cuidadosamente seleccionados entre as pessoas que, no livre convívio da vida privada, se lhe haviam apresentado sem máscara; a consciência de um mérito pessoal e superior permitia-lhe desprezar as distinções acidentais da púrpura, e ele demonstrou pelo seu comportamento que esquecera todas as ofensas, enquanto recordava com gratidão todos os favores e serviços que recebera antes de subir ao trono do Império Romano. O tom sério ou leve da sua conversa adequava-se à idade, à categoria ou à personalidade dos súbditos que admitia no seu círculo; e as suas maneiras afáveis eram a imagem da sua alma. Teodósio respeitava a simplicidade dos bons e dos virtuosos: todas as artes, todos os talentos, de feição útil ou até mesmo inocente, eram recompensados pela sua judiciosa liberalidade; e, exceptuando os heréticos, aos quais perseguiu com um ódio implacável, a órbita da sua benevolência só conhecia as fronteiras da espécie humana. O governo de um vasto império pode, decerto, bastar para ocupar o tempo e as capacidades de um mortal; no entanto, este diligente príncipe, sem aspirar à indevida reputação de um profundo saber, reservava sempre alguns momentos de lazer ao instrutivo prazer da leitura. A História, que lhe dilatou a experiência, constituía o seu estudo favorito. Os anais de Roma, no longo transcurso de onze séculos, apresentavam-lhe quadros variados e notáveis da vida humana; e observou-se, em particular, que sempre que examinava as crueldades de Cína, de Mário ou de Sila exprimia veementemente a sua generosa abominação por estes inimigos dos homens e da liberdade. A sua opinião imparcial sobre os acontecimentos passados era utilmente aplicada como regra das suas acções, e Teodósio mereceu o singular louvor de que as suas virtudes davam sempre a impressão de

aumentar com a sua fortuna; o momento da prosperidade coincidia com o da moderação, e a clemência mostrou-se mais notoriamente após o perigo e o êxito da guerra civil. Os guardas mouros do usurpador haviam sido chacinados no primeiro calor da vitória, e um pequeno número dos mais odiosos criminosos sofreram o castigo da lei. O imperador revelou-se, contudo, muito mais preocupado em salvar os inocentes do que em castigar os culpados. Os súbditos oprimidos do Ocidente, que já se considerariam satisfeitos com a restituição das suas terras, ficaram admirados ao receber uma quantia em dinheiro equivalente aos seus prejuízos; e a generosidade do conquistador proveu ao sustento da idosa mãe e à educação das filhas órfãs de Máximo. Um carácter tão perfeito quase desculpa a extravagante suposição do orador Pacato, segundo o qual se Bruto, *o Antigo*, pudesse voltar à terra, este severo republicano abjuraria, aos pés de Teodósio, do ódio que votava aos reis; e admitiria que um tal monarca era o mais fiel guardião da felicidade e da dignidade do povo romano.

No entanto, o olhar penetrante do fundador da República teria discernido duas imperfeições capitais que talvez pudessem dissipar a sua recente simpatia pelo despotismo. O espírito virtuoso de Teodósio era frequentemente amolecido pela indolência e, outras vezes, arrebatado pela paixão. Na busca de um importante objectivo, a sua activa coragem era capaz dos esforços mais vigorosos; porém, mal alcançava o desígnio ou superava o perigo, o herói voltava a cair num inglório repouso, e, esquecido de que o tempo de um príncipe é propriedade do seu povo, entregava-se ao gozo dos inocentes, mas frívolos prazeres de uma corte faustosa. Teodósio possuía uma índole impetuosa e colérica; e numa posição onde ninguém podia resistir-lhe e poucos ousariam enfrentar as consequências fatais do seu ressentimento, o bondoso monarca sentia-se justificadamente preocupado com a consciência que tinha das suas fraquezas e do seu poder. Estudava, sem cessar, a forma de vencer ou temperar os ímpetos descomedidos da paixão; e o êxito dos seus esforços aumentava o mérito da sua clemência. No entanto, a penosa virtude que triunfa num permanente combate está sempre à mercê do perigo da derrota; e o reinado de um sábio e generoso príncipe foi maculado por um acto de crueldade que desdouraria os próprios anais de Nero ou de Domiciano. No espaço de apenas três anos, o perplexo historiador de Teodósio tem de relatar o clemente perdão concedido aos habitantes de Antioquia e a chacina desumana do povo de Tessalonica.

A sedição de Antioquia

A viva impaciência dos cidadãos de Antioquia nunca se sentiu satisfeita com a sua situação ou com o carácter e o comportamento dos seus sucessivos soberanos. Os súbditos arianos de Teodósio lamentaram a perda das suas igrejas; e quando três bispos rivais disputaram o trono de Antioquia, a sentença que dirimiu as suas pretensões suscitou os murmúrios das duas congregações malsucedidas. As exigências da guerra contra os Godos, e as inevitáveis despesas decorrentes do tratado da paz, haviam forçado o imperador a agravar o peso dos impostos públicos; e, dado não terem sido atingidas pelas mesmas desgraças, as províncias da Ásia eram as menos dispostas a contribuir para o alívio da Europa. Aproximava-se o período auspicioso do décimo ano do seu reinado; uma festa mais grata aos soldados, que recebiam um apreciável donativo, do que aos súbditos, cujas dádivas voluntárias tinham sido desde há muito transformadas num tributo extraordinário e esmagador. Os edictos fiscais interromperam a calma e os prazeres de Antioquia; e o tribunal do magistrado foi assediado por uma multidão suplicante que, em termos patéticos, mas de início respeitosos, solicitava a reparação de todos os gravames. O povo irritou-se aos poucos com a arrogância dos altivos comissários que viam nas suas queixas uma resistência criminosa; o seu espírito satírico degenerou em azedas e coléricas invectivas; e, começando pelos poderes subalternos do governo, as invectivas do povo elevaram-se insensivelmente até atingir a pessoa sagrada do próprio imperador. A sua fúria, animada por uma débil oposição, escolheu como alvo as imagens da família imperial que se erguiam, como objectos de veneração pública, nas mais belas praças da cidade. As estátuas de Teodósio, do seu pai, da sua mulher Flacila, dos seus dois filhos Arcádio e Honório foram insolentemente derrubadas dos pedestais, feitas em pedaços ou arrastadas com desprezo pelas ruas; e as afrontas cometidas contra as figuras da majestade imperial manifestaram suficientemente quais eram os ímpios e traiçoeiros desejos da população. O tumulto foi quase imediatamente abafado pela chegada de um corpo de arqueiros; e Antioquia dispôs de tempo para reflectir na natureza e nas consequências do seu crime. Em obediência aos deveres do seu cargo, o governador da província enviou um relatório exacto de todas as ocorrências, enquanto os inquietos cidadãos confiavam a confissão do seu crime e a garantia do seu

arrependimento ao zelo do bispo Flaviano e à eloquência do senador Hilário, amigo ou, mais provavelmente, discípulo de Libânio, cujo gênio, nesta sombria ocasião, se revelou útil à sua pátria. No entanto, as duas capitais, Antioquia e Constantinopla, distavam oitocentas milhas uma da outra; e apesar da diligência dos correios imperiais, a cidade culpada já foi severamente punida pelo longo e assustador intervalo de expectativa. O mínimo boato desencadeava as esperanças ou os receios dos habitantes de Antioquia; e eles ouviram dizer, aterrorizados, que o soberano, enraivecido com a ofensa feita às suas próprias estátuas, e mais particularmente às da sua amada esposa, havia decidido reduzir a pó a cidade injuriadora e chacinar, sem distinção de idade ou de sexo, os criminosos habitantes, muitos dos quais, realmente, foram levados pelo receio a buscar refúgio nas montanhas da Síria e no deserto circunvizinho. Por fim, decorridos vinte e quatro dias sobre o motim, o general Helébico e Cesário, mestre dos ofícios, comunicaram as ordens do imperador e a sentença de Antioquia. Esta orgulhosa capital viu-se degradada da categoria de cidade; e a metrópole do Oriente, despojada das suas terras, dos seus privilégios e dos seus rendimentos, ficou sujeita, sob a humilhante designação de aldeia, à jurisdição de Laodiceia. Os banhos, o circo e o teatro foram encerrados; e para que todas as fontes de abundância e de prazer ficassem simultaneamente estancadas, a distribuição de trigo foi suprimida pelas severas instruções de Teodósio. Os seus delegados procederam em seguida a averiguações sobre a culpabilidade dos indivíduos — os que haviam perpetrado e os que não haviam impedido a destruição das estátuas sagradas. O tribunal de Helébico e de Cesário, rodeado de soldados armados, ergueu-se no meio do Fórum. Os mais nobres e abastados cidadãos de Antioquia compareceram diante deles carregados de correntes; o interrogatório fez-se acompanhar de torturas, e as sentenças eram pronunciadas ou suspensas de acordo com o juízo destes magistrados extraordinários. As casas dos criminosos foram postas à venda, as suas mulheres e filhos passaram subitamente da riqueza e do luxo à mais terrível indigência; e esperava-se que uma sangrenta execução culminasse os horrores de um dia que o pregador de Antioquia, o eloquente Crisóstomo, descreveu como uma imagem viva do juízo final e universal do mundo. No entanto, os ministros de Teodósio realizavam com repugnância a cruel tarefa que lhes tinha sido destinada; derramaram lágrimas condoídas ante as desventuras do povo, e escutaram cheios de respeito as súplicas instantes

dos monges e eremitas que desciam em massa das montanhas. Helébico e Cesário foram convencidos a suspender a execução da sentença; e acordou-se em que o primeiro ficaria em Antioquia, enquanto o segundo voltaria o mais rapidamente possível a Constantinopla para se atrever a consultar novamente a vontade do soberano. O ressentimento de Teodósio já amainara; os representantes do povo, tanto o bispo como o orador, haviam conseguido uma audiência favorável; e as censuras do imperador eram muito mais as queixas da amizade ofendida do que as duras ameaças do orgulho e do poder. Um perdão geral e absoluto foi concedido à cidade e aos cidadãos de Antioquia; as portas das prisões abriram-se; os senadores, que já nem sequer esperavam salvar a vida, recuperaram a posse das suas casas e dos seus bens; e a capital do Oriente tornou a exhibir toda a sua antiga dignidade e esplendor. Teodósio condescendeu em elogiar o Senado de Constantinopla, que intercedera generosamente em favor dos seus infelizes confrades; recompensou a eloquência de Hilário com o governo da Palestina e, ao despedir-se dele, prestou ao bispo de Antioquia os mais calorosos testemunhos de respeito e gratidão. Mil novas estátuas foram erigidas à clemência de Teodósio; o aplauso dos súbditos ia de par com a íntima satisfação do imperador consigo mesmo; e ele admitiu que, se o exercício da justiça constitui o mais importante dever de um soberano, a indulgência é o seu mais requintado prazer.

A chacina de Tessalonica

A revolta de Tessalonica tem sido atribuída a uma causa mais vergonhosa e produziu consequências muito mais funestas. Esta grande cidade, a metrópole de todas as províncias da Ilíria, fora protegida dos perigos da guerra contra os Godos por meio de sólidas fortificações e de uma numerosa guarnição. Boterico, o general destas tropas e, a julgar pelo nome, bárbaro, contava entre os seus escravos um belo rapaz que excitou os impuros desejos de um dos cocheiros do circo. O insolente e brutal amante foi metido na prisão por ordem de Boterico; e este enjeitou asperamente os insistentes clamores da multidão que, no dia dos jogos públicos, lamentava a ausência do seu favorito, achando que a perícia de um cocheiro era algo de mais importante que a sua virtude. O ressentimento do povo já estava

atiçado por algumas disputas anteriores; e como o grosso da guarnição tinha sido destacado para o serviço da guerra de Itália, o escasso remanescente, reduzido pela deserção, mostrou-se incapaz de salvar o infeliz general da fúria de uma turba desenfreada. Boterico e vários dos seus principais oficiais acabaram por ser barbaramente assassinados; os corpos mutilados foram arrastados pelas ruas; e o imperador, na altura residente em Milão, ficou surpreendido ao receber a notícia da audaciosa e desvairada crueldade do povo de Tessalonica. A sentença do juiz mais imparcial infligiria sem dúvida um severo castigo aos autores do crime; e o mérito de Boterico podia contribuir para aumentar a dor e a indignação do seu amo. A índole ferosa e colérica de Teodósio não suportava as lentas formalidades de um inquérito judicial; e ele resolveu, sem mais tardar, que o sangue do seu lugar-tenente seria remido pelo sangue do povo culpado. O seu espírito, porém, ainda oscilava entre os ditames da clemência e os da vingança; o zelo dos bispos quase arrancara ao hesitante imperador a promessa de um perdão geral; mas a sua ira voltou a ser inflamada pelas sugestões adadoras do ministro Rufino; e, depois de ter enviado os emissários da morte, Teodósio ainda tentou, já demasiado tarde, atalhar a execução das suas ordens. O castigo de uma cidade romana foi cegamente confiado ao gládio discricionário dos bárbaros; e os preparativos hostis foram urdidos com os sombrios e pérfidos artifícios de uma conspiração ilegal. Os habitantes de Tessalonica viram-se traiçoeiramente convidados, em nome do soberano, a assistir aos jogos circenses; e tal era a sua insaciável avidez por este tipo de diversão, que todos os inúmeros espectadores menosprezaram qualquer motivo de receio ou desconfiança. Mal a assistência se reuniu, os soldados, que haviam sido secretamente colocados em volta do circo, receberam ordens não para dar início às corridas, mas a uma matança geral. A promíscua carnificina prolongou-se por três horas, sem discriminação de estrangeiros ou nativos, de idade ou sexo, de inocência ou culpa; os cálculos mais moderados avaliam o número de mortos em sete mil; e alguns escritores afirmam que mais de quinze mil vítimas foram sacrificadas aos manes de Boterico. Um mercador estrangeiro, que muito provavelmente nada tinha que ver com o assassinio dele, ofereceu a sua vida e todos os seus bens para ocupar o lugar de um dos seus dois filhos. Mas, enquanto o pai hesitava com igual ternura por ambos, mostrando-se relutante em escolher e incapaz de condenar um deles, os soldados puseram termo à sua ansiedade mergulhando os punhais ao mesmo

tempo no peito dos jovens indefesos. A desculpa dos assassinos, a de terem sido obrigados a apresentar um número fixo de cabeças, só contribui para aumentar, devido a este cunho de cálculo e premeditação, os horrores da matança que foi executada por ordem de Teodósio. A culpa do imperador é agravada pela sua prolongada e frequente residência em Tessalonica. A situação da desventurada cidade, o aspecto das ruas e dos edifícios, o vestuário e as feições dos habitantes, tudo isto lhe era familiar e estava mesmo presente no seu espírito; e Teodósio tinha uma intensa e viva imagem da existência do povo que destruiu. O respeitoso apego do imperador ao clero ortodoxo predispunha-o a amar e admirar a personalidade de Ambrósio, que reunia todas as virtudes episcopais no mais elevado grau. Os amigos e os ministros de Teodósio imitaram o exemplo do seu soberano; e este notava, com mais surpresa do que desagrado, que todas as suas deliberações secretas eram sem demora comunicadas ao arcebispo, o qual agia movido pela louvável convicção de que todas as medidas do governo civil podem ter alguma ligação com a glória de Deus e o interesse da verdadeira religião. Os monges e a população de Calinico, uma obscura cidade na fronteira da Pérsia, acicatados pelo seu próprio fanatismo e pelo do seu bispo, tinham incendiado, após um motim, um conventículo de valentinianos e uma sinagoga de judeus. O prelado sedicioso viu-se condenado pelo magistrado da província a reconstruir a sinagoga ou a pagar o prejuízo; e esta sentença moderada foi confirmada pelo imperador; o mesmo não aconteceu, todavia, por parte do arcebispo de Milão. Ele ditou uma epístola de censura e reprovação, que seria talvez mais adequada se o imperador houvesse recebido a marca da circuncisão e renunciado à fé do baptismo. Ambrósio considera a tolerância oferecida aos Judeus como uma perseguição à religião cristã; declara, ousadamente, que ele e todos os verdadeiros crentes rivalizariam ardentemente com o bispo de Calinico pelo mérito de tal acção e pela coroa do martírio; e deplora, nos termos mais patéticos, que a execução da sentença seja fatal para a fama e a salvação de Teodósio. Dado esta admoestação particular não ter produzido efeito imediato, o arcebispo dirigiu-se publicamente, do alto do púlpito, ao imperador sentado no seu trono; tão-pouco consentiria em fazer a oblação do altar até conseguir, através de uma declaração solene e positiva, que Teodósio garantisse a impunidade do bispo e dos monges de Calinico. Teodósio fez uma retractação sincera; e, durante o tempo da sua residência

em Milão, a afeição que tinha por Ambrósio aumentou incessantemente graças aos hábitos de uma conversa piedosa e familiar.

A penitência de Teodósio

Quando Ambrósio foi informado da carnificina de Tessalonica, a sua alma encheu-se de horror e angústia. Retirou-se para o campo a fim de se entregar à dor e de evitar a presença de Teodósio. Mas como o arcebispo estava convencido de que um tímido silêncio o tornaria cúmplice do acto culposos, expôs numa carta particular a imensidade do crime, que somente poderia ser apagado pelas lágrimas da penitência. O vigor episcopal de Ambrósio foi temperado pela prudência; e ele contentou-se em notificar uma espécie indirecta de excomunhão, dando a saber que fora avisado numa visão de que não devia voltar a apresentar a oblação em nome ou na presença de Teodósio, e aconselhando-o a limitar-se aos exercícios da oração, sem tentar aproximar-se do altar de Cristo nem receber a Santa Eucaristia com aquelas mãos que ainda estavam manchadas pelo sangue de um povo inocente. O imperador ficou profundamente atordoado com os seus remorsos e com as censuras do seu pai espiritual; e depois de ter lamentado as desastrosas e irreparáveis consequências do seu violento furor, dispôs-se, como habitualmente, a fazer as suas devoções na grande igreja de Milão. Foi travado sob o pórtico pelo arcebispo, que, adoptando o tom e a linguagem de um mensageiro do Céu, declarou ao seu soberano que a contrição íntima não bastava para expiar um crime público ou apaziguar a justiça da divindade ofendida. Teodósio alegou humildemente que, se de facto incorrera na culpa de homicídio, David, o homem dilecto ao coração de Deus, cometera não só o assassinio, mas igualmente o adultério. «Se haveis imitado David no crime, imitai-o então no arrependimento», assim respondeu o destemido Ambrósio. As rigorosas condições de paz e perdão foram aceites; e a penitência pública do imperador Teodósio ficou registada como um dos acontecimentos mais honrosos nos anais da Igreja. Segundo as regras mais suaves da disciplina eclesiástica estabelecida no século iv, o crime de homicídio era expiado por meio de uma penitência de vinte anos; e, sendo impossível no decurso da mais longa vida humana resgatar as múltiplas culpas da chacina de Tessalonica, o assassino deveria ser excluído

da sagrada comunhão até à hora da morte. No entanto, o arcebispo, seguindo as máximas da política religiosa, mostrou uma certa indulgência perante a posição do ilustre penitente, o qual humilhou a seus pés o orgulho do diadema; e a edificação pública daí resultante poderia ser considerada um motivo de peso para abreviar a duração do castigo. Bastava que o imperador dos Romanos, despojado das insígnias reais, aparecesse numa postura pesarosa e suplicante; e que, no meio da igreja de Milão, solicitasse humildemente, com lágrimas e suspiros, a remissão dos seus pecados. Nesta cura espiritual, Ambrósio utilizou os métodos variados da doçura e da severidade. Após uma delonga de cerca de oito meses, Teodósio foi admitido novamente na comunhão dos fiéis; e o edicto que ordena um salutar intervalo de trinta dias entre a sentença e a execução pode ser encarado como o valioso fruto do seu arrependimento. A posteridade aplaudiu a virtuosa firmeza do arcebispo; e o exemplo de Teodósio comprova a benéfica influência dos princípios que puderam compelir um monarca, elevado acima do receio do castigo humano, a respeitar as leis e os ministros de um juiz invisível. «O príncipe», declara Montesquieu, «que é movido pelas esperanças e pelos temores da religião pode comparar-se a um leão que apenas obedece à voz e se dobra à mão do seu tratador.» Os movimentos do régio animal dependerão, por conseguinte, da disposição e do interesse do homem que adquiriu uma tão perigosa autoridade sobre ele; e o padre que dirige a consciência de um rei pode inflamar ou moderar as suas paixões sanguinárias. A causa da humanidade e a da perseguição foram alternadamente defendidas por Ambrósio com a mesma energia e o mesmo êxito.

Após a derrota e a morte do usurpador da Gália, o mundo romano ficou na posse de Teodósio. Ele auferia, por escolha de Graciano, o honroso senhorio das províncias do Oriente; e adquirira o Ocidente pelo direito de conquista. Os três anos que passou em Itália foram empregados utilmente a restaurar a autoridade das leis e a corrigir os abusos que haviam prevalecido, impunes, sob a usurpação de Máximo e sob a menoridade de Valentiniano. O nome de Valentiniano surgia regularmente nos actos públicos, mas a tenra idade e fé duvidosa do filho de Justina pareciam exigir a prudência cuidadosa de um tutor ortodoxo, cuja insidiosa ambição podia ter excluído o infeliz jovem, sem luta e quase sem um protesto, da administração e até mesmo da herança do império. Caso Teodósio houvesse seguido os implacáveis ditames do interesse e da política, o seu

comportamento teria sido justificado pelos amigos, mas a generosidade do seu comportamento nesta memorável ocasião arrancou os aplausos dos seus mais inveterados inimigos. Sentou Valentiniano no trono de Milão e, sem requerer quaisquer vantagens presentes ou futuras, restituiu-lhe o domínio absoluto sobre todas as províncias que as armas de Máximo lhe haviam arrebatado. À devolução deste vasto património, Teodósio acrescentou a magnífica e generosa dádiva dos territórios para lá dos Alpes, que o seu bem-sucedido valor recuperara ao assassino de Graciano. Satisfeito com a glória que alcançara ao vingar a morte do seu benfeitor e ao libertar o Ocidente do jugo da tirania, o imperador regressou de Milão a Constantinopla e, na tranquila posse do Oriente, acabou por voltar a cair nos seus antigos hábitos de luxo e indolência. Teodósio cumpriu igualmente os seus deveres para com o irmão de Valentiniano e deu largas à sua ternura conjugal pela irmã dele; a posteridade, que admira a pura e singular glória da sua ascensão, aplaude de igual modo a sua ímpar generosidade no uso da vitória.

A personalidade e a morte de Valentiniano

A imperatriz Justina não sobreviveu muito tempo ao seu regresso a Itália, e, embora haja assistido ao triunfo de Teodósio, não teve ensejo de influenciar o governo do filho. O pernicioso apego à seita ariana, que Valentiniano bebera no exemplo e nos ensinamentos dela, não tardou a ser dissipado pelas lições de uma educação mais ortodoxa. O seu crescente zelo pela fé de Niceia e o seu filial respeito pelo carácter e pela autoridade de Ambrósio dispuseram os católicos a formar a mais favorável das opiniões sobre as virtudes do jovem imperador do Ocidente(*). Elogiavam a sua castidade e temperança, o seu desprezo pelos prazeres, a sua aplicação nos negócios públicos e o seu terno afecto pelas duas irmãs, as quais não conseguiam, todavia, levar a sua imparcial equanimidade a pronunciar uma sentença injusta, nem sequer contra o último dos súbditos. Mas este amável jovem, ainda antes de ter feito vinte anos, foi vítima de uma traição doméstica, e o império viu-se novamente envolvido nos horrores de uma guerra civil. Arbogastes, um valente soldado da nação dos Francos, ocupara a segunda posição nas tropas de Graciano. Depois da morte do seu senhor,

alistou-se sob o estandarte de Teodósio, contribuiu com o seu valor e a sua conduta militar para a derrota do usurpador e foi nomeado, após a vitória, comandante-chefe dos exércitos da Gália. O seu real mérito e a sua aparente fidelidade tinham conquistado a confiança do príncipe e do povo; as suas desmesuradas liberalidades corromperam a lealdade das tropas; e, ao mesmo tempo que era universalmente considerado o pilar do Estado, o temerário e ardiloso bárbaro estava intimamente resolvido a governar ou então a derrubar o Império do Ocidente. Os postos importantes do exército foram distribuídos pelos francos; os validos de Arbogastes acharam-se promovidos a todas as honras e cargos do governo civil; o progresso da conspiração ia afastando todos os súbditos fiéis da presença de Valentiniano; e o imperador, desprovido de poder e de meios de comunicação, soçobrou insensivelmente na precária e dependente situação de cativo. A indignação que ele manifestou, embora talvez adviesse tão somente da fogosa impetuosidade da juventude, pode ser atribuída ao espírito generoso de um príncipe que se sentia digno de reinar. Convidou secretamente o arcebispo de Milão a desempenhar o papel de mediador, tomando-o como garante da sua sinceridade e guardião da sua segurança. Arranjou maneira de informar o imperador do Oriente da sua situação desesperada e declarou que, a menos que Teodósio acesse rapidamente em seu auxílio, seria obrigado a tentar fugir do palácio, ou melhor, da prisão de Viena, na Gália, onde fixara imprudentemente residência no meio de uma facção hostil. As esperanças de socorro eram, contudo, longínquas e incertas; e, visto que cada dia dava azo a novas provocações, o imperador, privado de apoio e de conselho, decidiu precipitadamente arriscar-se a um confronto imediato com o seu poderoso general. Recebeu Arbogastes, sentado no trono, e, quando o conde se aproximou com algum simulacro de respeito, entregou-lhe um documento que o destituía de todos os cargos. «A minha autoridade», redarguiu Arbogastes com insultuosa frieza, «não depende do sorriso ou do olhar carregado de um monarca», e atirou desdenhosamente o papel ao chão. O indignado monarca puxou da espada de um dos guardas, esforçando-se por desembainhá-la, e só com alguma violência se logrou impedi-lo de usar a arma mortífera contra o seu inimigo ou contra si mesmo. Uns dias depois desta singular querela em que mostrara o seu ressentimento e a sua fraqueza, o infeliz Valentiniano foi encontrado estrangulado nos seus aposentos, e envidaram-se alguns esforços para disfarçar a manifesta culpabilidade de Arbogastes e convencer o mundo de

que a morte do jovem imperador mais não fora do que o efeito voluntário do seu próprio desespero. O corpo foi transportado com a pompa habitual para o sepulcro de Milão, e o arcebispo pronunciou uma oração fúnebre a fim de comemorar as virtudes e os infortúnios do falecido imperador. Nesta ocasião, a bondade de Ambrósio induziu-o a fazer uma curiosa ressalva ao seu sistema teológico e a consolar as chorosas irmãs de Valentiniano, garantindo-lhes com toda a certeza que o seu piedoso irmão, embora não tivesse recebido o sacramento do baptismo, seria admitido sem dificuldade no reino da eterna bem-aventurança.

A prudência de Arbogastes preparara o êxito dos seus ambiciosos desígnios; e os habitantes das províncias, em cujo peito se extinguiu qualquer sentimento de patriotismo ou lealdade, aguardavam com plácida resignação o senhor desconhecido que a escolha de um franco poderia colocar no trono imperial. No entanto, alguns resquícios de orgulho e preconceito ainda se opunham à entronização do próprio Arbogastes, e este sensato bárbaro achou por bem reinar sob o nome de qualquer protegido romano. Concedeu a púrpura imperial ao retor Eugénio, a quem já elevara do cargo de secretário particular à categoria de mestre dos ofícios. No decurso dos seus serviços públicos e privados, o conde sempre aprovara a dedicação e as capacidades de Eugénio; a sua erudição e eloquência, aliadas ao recato dos seus costumes, mereciam a estima do povo; e a relutância com que pareceu subir ao trono tende a dar-nos uma ideia favorável da sua virtude e moderação. Os embaixadores do novo imperador foram imediatamente enviados à corte de Teodósio a fim de comunicarem com fingido desgosto o funesto acidente da morte de Valentiniano, e, sem mencionar o nome de Arbogastes, solicitarem que o monarca do Oriente aceitasse, como legítimo colega, um respeitável cidadão que obtivera o sufrágio unânime dos exércitos e das províncias do Ocidente. Teodósio sentiu-se justamente irritado com a circunstância de a perfídia de um bárbaro ter destruído, num ápice, o fruto das suas canseiras e da sua anterior vitória; e foi incitado pelas lágrimas da sua amada esposa a vingar a morte do infeliz irmão dela e a restabelecer uma vez mais, pelas armas, a majestade violada do trono. Mas como a segunda conquista do Ocidente se afigurava uma tarefa difícil e perigosa, ele despediu-se, com sumptuosos presentes e uma resposta ambígua, dos embaixadores de Eugénio, e quase dois anos se gastaram nos preparativos da guerra civil. Antes de tomar uma resolução definitiva, o piedoso imperador estava ansioso por saber qual a

vontade do Céu; e visto que o avanço do cristianismo silenciara os oráculos de Delfos e de Dodona, consultou um monge egípcio que, na opinião dos coevos, possuía o dom dos milagres e o conhecimento do futuro. Eutrópio, um dos eunucos favoritos do palácio de Constantinopla, embarcou para Alexandria, de onde subiu o Nilo até à cidade de Licópolis, ou dos Lobos, na remota província da Tebaida. Nos arredores desta cidade e no cume de uma alta montanha, São João construíra por suas próprias mãos uma humilde cela onde residira durante mais de cinquenta anos sem abrir a porta, sem ver o rosto de uma mulher e sem provar qualquer alimento cozido ao lume ou preparado por qualquer arte humana. Passava cinco dias da semana a orar e a meditar, mas, aos sábados e domingos, abria pontualmente uma janelinha e dava audiência à multidão de suplicantes que acorria de todas as partes do mundo cristão. O eunuco de Teodósio aproximou-se da janela em passos respeitosos, formulou as suas perguntas relativas ao desfecho da guerra civil e voltou rapidamente com um oráculo favorável que animou a coragem do imperador graças ao anúncio de uma sangrenta mas infalível vitória. A consumação da profecia foi apoiada por todos os meios ao dispor da prudência humana. Todo o empenho dos dois chefes militares, Estilício e Timásio, se concentrou no recrutamento dos efectivos das legiões e na consolidação da sua disciplina. As temíveis tropas dos bárbaros marchavam sob as insígnias dos seus chefes nacionais. Os Iberos, os Árabes e os Godos, que se fitavam com mútua surpresa, foram alistados ao serviço do mesmo príncipe; e o famoso Alarico adquiriu na escola de Teodósio o conhecimento das artes bélicas que, em seguida, veio a aplicar tão fatalmente na destruição de Roma.

O imperador do Ocidente ou, melhor dizendo, o seu general Arbogastes aprendera com os erros tácticos e os reveses de Máximo quanto podia tornar-se perigoso estender a linha de defesa contra um inimigo hábil, capaz de intensificar ou suspender, restringir ou multiplicar os seus vários métodos de ataque. Arbogastes assentou arraiais nos confins da Itália; as tropas de Teodósio conseguiram ocupar, sem resistência, as províncias da Panónia até ao sopé dos Alpes Julianos; e até mesmo os desfiladeiros das montanhas estavam negligentemente, ou talvez ardilosamente, abandonados ao invasor. Desceu das montanhas e observou, com alguma surpresa, o imenso acampamento dos gauleses e dos germanos que cobria de armas e tendas o campo aberto que se estende até às muralhas de Aquileia e às margens do Frígido, ou rio Frio. Este estreito teatro de guerra, enquadrado

pelos Alpes e o Adriático, não dava muito ensejo ao exercício dos talentos militares; a índole de Arbogastes desdenharia o perdão; o seu crime tornava impensável qualquer esperança de negociações; e Teodósio sentia-se demasiado impaciente por assegurar a sua glória e tomar vingança por meio da punição dos assassinos de Valentiniano. Sem medir os obstáculos naturais e artificiais que se opunham aos seus esforços, o imperador do Oriente atacou sem delonga as fortificações dos antagonistas, atribuiu a missão de mais honroso perigo aos godos, e acalentou a secreta esperança de que o sangrento conflito diminuísse o orgulho e o número de tais conquistadores. Dez mil destes auxiliares, e Bacúrio, general dos Iberos, morreram com bravura no campo de batalha. A vitória, porém, não foi o preço do seu sangue; os gauleses mantiveram as suas posições defensivas e o cair da noite protegeu a fuga ou retirada desordenada das tropas de Teodósio. O imperador refugiou-se nas montanhas vizinhas, onde passou uma noite agitada, sem dormir, sem víveres e sem esperança(*), salvo a firme certeza que, no meio das circunstâncias mais desesperadas, uma alma forte consegue sempre tirar do seu desprezo pela fortuna e pela vida. O triunfo de Eugénio foi festejado com insolente e dissoluta alegria em todo o seu acampamento, enquanto o activo e vigilante Arbogastes destacava secretamente um numeroso corpo de tropas para ocupar os passos das montanhas e cercar a retaguarda do exército oriental. O alvorecer patenteou aos olhos de Teodósio a extensão e a seriedade do perigo; mas os seus receios não tardaram a ser dissipados por uma mensagem amistosa dos chefes destas tropas, que lhe manifestavam a intenção de trocar pela sua a bandeira do tirano. As honrosas e lucrativas recompensas que eles estipulavam como prémio da sua perfídia foram garantidas sem hesitação e, na falta de tinta e de papel, que não era fácil arranjar, o imperador assinou a ratificação do acordo nas suas próprias tabuinhas. O ânimo dos soldados foi reanimado por este oportuno reforço, e todos voltaram a avançar, confiantes, para surpreender o acampamento de um tirano cujos principais oficiais pareciam pôr em dúvida a justiça ou o êxito das suas armas. No auge da batalha, uma violenta tempestade, dessas que frequentemente açoitam os Alpes, levantou-se subitamente para os lados do Oriente. O exército de Teodósio ficou protegido, devido à sua posição, da impetuosidade do vento, o qual atirou uma nuvem de pó contra o rosto dos inimigos, desbaratou as suas fileiras, arrancou-lhes as armas das mãos e desviou os seus inúteis dardos. Esta vantagem accidental foi habilmente

aproveitada: a violência da tormenta era empolada pelo terror supersticioso dos Gauleses, e eles cederam sem vergonha aos invisíveis poderes do céu que pareciam combater ao lado do piedoso imperador. A vitória deste foi decisiva, e as mortes dos seus dois rivais apenas se distinguiram pela diferença dos caracteres deles. O retor Eugénio, que já quase alcançara o domínio do mundo, viu-se reduzido a implorar a misericórdia do conquistador, e os impiedosos soldados separaram-lhe a cabeça do tronco enquanto ele se prostrava aos pés de Teodósio. Arbogastes, depois de perder uma batalha na qual desempenhara o papel de soldado e general, vagueou alguns dias pelas montanhas. Mas quando chegou à conclusão de que a sua causa era desesperada, e a fuga impraticável, o intrépido bárbaro imitou o exemplo dos antigos romanos e mergulhou a espada no próprio peito. O destino do império decidiu-se num recanto de Itália; e o legítimo sucessor da casa de Valentiniano abraçou o arcebispo de Milão e recebeu graciosamente a submissão das províncias do Ocidente. Estas províncias estavam implicadas na trama da rebelião; em boa verdade, só a inflexível coragem de Ambrósio resistira às solicitações da bem-sucedida usurpação. Com viril independência, que teria sido fatal a qualquer outro súbdito, o arcebispo rejeitara as dádivas de Eugénio, devolvera a sua correspondência e abandonara Milão para evitar a odiosa presença de um tirano, cuja queda ele profetizou numa cautelosa e ambígua linguagem. O mérito de Ambrósio foi elogiado pelo conquistador, que garantiu a adesão do povo ao aliar-se à Igreja; e a clemência de Teodósio tem sido atribuída à bondosa intercessão do arcebispo de Milão.

A morte de Teodósio

Após a derrota de Eugénio, o mérito e a autoridade de Teodósio foram alegremente reconhecidos por todos os habitantes do mundo romano. O conhecimento do seu comportamento passado era de molde a inspirar as mais agradáveis expectativas quanto ao resto do seu reinado; e a idade do imperador, que não excedia os cinquenta anos, parecia aumentar as perspectivas de felicidade pública. A sua morte, escassos quatros meses após a vitória, foi considerada pelo povo um imprevisto e fatal acontecimento que destruiu num ápice as esperanças da geração nascente.

No entanto, a fruição do ócio e do luxo alimentara secretamente os germes da doença. A compleição de Teodósio não conseguiu resistir à súbita e violenta transição do palácio para as lides militares; e os crescentes sintomas de uma hidropisia anunciavam para breve a perda do imperador. A opinião, e talvez o interesse do público, tinham abonado a divisão dos Impérios do Oriente e do Ocidente; e os dois jovens príncipes, Arcádio e Honório, que já haviam recebido da ternura do pai o título de Augusto, estavam destinados a ocupar os tronos de Constantinopla e de Roma. Estes príncipes não tiveram oportunidade de partilhar do risco e da glória da guerra civil; no entanto, assim que triunfou dos seus indignos rivais, Teodósio mandou chamar o filho mais novo, Honório, para que se aproveitasse do fruto da vitória e recebesse o ceptro do Ocidente das mãos de um pai agonizante. A chegada de Honório a Milão foi celebrada com uma magnífica exibição de jogos de circo; e o imperador, embora afligido pela doença, contribuiu com a sua presença para o regozijo público. Porém, as forças que lhe restavam ficaram esgotadas com o esforço que a si mesmo impôs para assistir aos espectáculos da manhã. Honório ocupou o lugar do pai durante o resto do dia; e Teodósio, *o Grande*, expirou na noite seguinte. Apesar das recentes animosidades de uma guerra civil, a sua morte foi unanimemente lamentada. Os bárbaros que ele vencera, e os eclesiásticos a quem se submetera, todos eles celebraram com calorosos e sinceros elogios as qualidades do falecido imperador que se afiguravam mais valiosas a seus olhos. Os Romanos sentiam-se aterrorizados com os perigos iminentes de uma frágil e dividida administração; e cada acontecimento desagradável dos desafortunados reinados de Arcádio e de Honório veio reavivar a memória da perda irreparável do seu pai.

A fiel descrição das virtudes de Teodósio não nos levou a dissimular os seus defeitos: o acto de crueldade e os hábitos de indolência que embaciaram a glória de um dos maiores dos príncipes romanos. Um historiador permanentemente oposto à fama de Teodósio exagerou os seus vícios e as respectivas consequências perniciosas; ele declara atrevidamente que todas as classes de súbditos imitaram os costumes efeminados do soberano; que todo o género de corrupção poluía o curso da vida pública e privada; e que as fracas barreiras da ordem e da decência não bastaram para resistir ao avanço deste espírito degenerado que sacrificava, sem pudor, as noções de dever e de interesse ao baixo comprazimento na ociosidade e nos apetites desregrados. As críticas dos escritores contemporâneos que

deploram o aumento do luxo e a depravação dos costumes só traduzem, de modo geral, o seu temperamento e a sua situação pessoais. Poucos observadores possuem uma visão clara e lúcida das revoluções da sociedade e são capazes de descobrir os delicados e secretos móveis que impelem numa mesma e uniforme direcção as cegas e caprichosas paixões de uma multidão de indivíduos. Embora possa afirmar, com um certo grau de veracidade, que o luxo dos Romanos era mais impudico e dissoluto no reinado de Teodósio do que na época de Constantino ou de Augusto, a mudança não pode atribuir-se a qualquer melhoria benéfica que tivesse gradualmente aumentado o montante das riquezas nacionais. Um longo período de calamidade ou decadência deve ter tolhido a indústria e reduzido o desafogo do povo; e o seu profuso luxo terá sido o resultado do indolente desespero que goza o momento presente e evita pensar no futuro. A condição periclitante da propriedade desmotivou os súbditos de Teodósio de se empenharem nos úteis e laboriosos empreendimentos que exigem despesas imediatas e prometem um lento e distante benefício. Os frequentes exemplos de ruína e desolação tentava-os a não poupar os restos de um património que, de um momento para o outro, poderia tornar-se presa dos rapaces godos. E a louca prodigalidade que prevalece na confusão de um naufrágio, ou de um cerco, pode servir para explicar o progresso do luxo no meio dos infortúnios e terrores de uma nação prestes a soçobrar.

O luxo efeminado, que contaminou os hábitos das cortes e das cidades, instilou um secreto e destrutivo veneno nos acampamentos das legiões; e a degenerescência delas ficou assinalada pela pena de um escritor militar que estudou cuidadosamente os genuínos e antigos princípios da disciplina romana. Vegécio faz a justa e importante observação de que a infantaria sempre se cobrira de uma armadura defensiva desde a fundação da cidade até ao reinado do imperador Graciano. O afrouxamento da disciplina e a desabituação dos exercícios tornaram os soldados menos capazes e menos dispostos a suportar as fadigas do serviço; queixavam-se do peso da armadura, que raramente usavam; e obtiveram sucessivamente licença para abandonar as couraças e os capacetes. As pesadas armas dos seus antepassados, a curta espada e o formidável *pilum* que dominara o mundo, foram paulatinamente tombando das suas fracas mãos. Além do mais, como o uso do escudo é incompatível com o do arco, eles marchavam relutantemente para o campo de batalha, condenados a sofrer a dor dos ferimentos ou então a ignomínia da fuga, e estavam sempre prontos para

optar pela alternativa mais vergonhosa. A cavalaria dos Godos, dos Hunos e dos Alanos percebera as vantagens da armadura defensiva e adoptara o seu uso; e, visto serem mestres no manejo das armas de arremesso, desbaratavam facilmente as quase nuas e trémulas legiões, cujas cabeças e peitos se expunham, indefesos, aos dardos dos bárbaros. A perda dos exércitos, a destruição das cidades e a desonra do nome romano levaram inutilmente os sucessores de Graciano a tentar reimpor os capacetes e as couraças à infantaria. Os amolecidos soldados abandonavam a sua própria defesa e a da pátria; e a sua pusilânime indolência pode ser considerada a causa imediata da queda do império.

Capítulo 28

O fim do paganismo. A destruição do templo de Serápis. A proibição dos ritos pagãos. Culto dos mártires cristãos e ressurgimento de práticas politeístas

A ruína do paganismo na época de Teodósio talvez constitua o único exemplo da total extinção de uma antiga e popular superstição, merecendo, por conseguinte, ser considerada um acontecimento singular na história do espírito humano. Os cristãos, em especial o clero, tinham suportado impientemente as cautelosas dilações de Constantino e a universal tolerância de Valentiniano I; tão-pouco podiam julgar a sua conquista perfeita ou segura enquanto os seus adversários fossem autorizados a subsistir. A influência que Ambrósio e os seus confrades haviam adquirido sobre a juventude de Graciano e a piedade de Teodósio foi utilizada para incutir as máximas da perseguição na alma dos seus prosélitos imperiais. Estabeleceram-se dois especiosos princípios de jurisprudência religiosa, donde eles tiraram uma conclusão directa e rigorosa contra os súbditos do império que ainda se mantinham fiéis às cerimónias dos antepassados; o *de que* o magistrado é, em certa medida, culpado dos crimes cuja prevenção ou castigo negligencia; e o *de que* o culto idólatra das divindades fabulosas e dos demónios reais constitui o crime mais abominável contra a suprema majestade do Criador. As leis de Moisés e os exemplos da história dos Judeus foram rápida, e talvez erradamente, aplicados pelo clero ao doce e

universal reino do cristianismo. O zelo dos imperadores foi instigado a sustentar a sua própria honra e a da Divindade; e os templos do mundo romano já estavam todos destruídos cerca de sessenta anos após a conversão de Constantino.

Desde o tempo de Numa ao reinado de Graciano, os Romanos preservaram a sucessão dos vários colégios da ordem sacerdotal. Quinze PONTÍFICES exerciam a jurisdição suprema sobre todas as coisas e pessoas consagradas ao serviço dos deuses; e as várias questões que surgiam permanentemente neste sistema vago e tradicional eram submetidas ao julgamento do seu tribunal sagrado. Quinze graves e sábios ÁUGURES observavam o aspecto do céu e encaminhavam as acções dos heróis de acordo com o voo das aves. Quinze guardiões dos livros sibilinos (o seu nome, QUINDECÊNVROS, derivou do seu número) indagavam ocasionalmente a história do futuro e, ao que parece, a dos acontecimentos dependentes do acaso. Seis VESTAIS devotavam a sua virgindade à guarda do fogo sagrado e dos penhores desconhecidos da duração de Roma que nenhum mortal podia contemplar impunemente. Sete EPULÕES preparavam a mesa dos deuses, conduziam a procissão solene e organizavam as cerimónias da festa anual. Os três FLÂMINES de Júpiter, de Marte e do Quirino eram considerados os ministros particulares das três divindades mais poderosas dentre as que velavam pelo destino de Roma e do Universo. O REI DOS SACRIFÍCIOS representava a pessoa de Numa e dos sucessores nas funções religiosas que somente podiam ser exercidas por mãos reais. As confrarias dos SÁLIOS, dos LUPERCOS, etc., praticavam ritos susceptíveis de provocar um sorriso de desdém em qualquer homem sensato, imbuídos da firme confiança de captarem assim o favor dos deuses imortais. A autoridade que os sacerdotes romanos haviam anteriormente ganho nos conselhos da República foi, aos poucos, abolida pelo estabelecimento da monarquia e pela deslocação da sede do império. No entanto, a dignidade do seu carácter sagrado ainda era protegida pelas leis e costumes do país; e eles continuavam, especialmente o colégio dos pontífices, a exercer na capital, e por vezes nas províncias, os direitos da sua jurisdição eclesiástica e civil. As suas vestes de púrpura, os seus carros refulgentes e os seus festins sumptuosos suscitavam a admiração do povo; e eles recebiam, graças às terras consagradas e aos fundos públicos, um vasto estipêndio que sustentava prodigamente o fausto do sacerdócio e todas as despesas do culto religioso do Estado. Dado o serviço do altar não ser incompatível com o

comando dos exércitos, os Romanos, após os seus consulados e triunfos, aspiravam ao lugar de pontífice ou de áugure; as cadeiras de Cícero e de Pompeu foram ocupadas, no século iv, pelos mais ilustres membros do Senado; e o brilho do seu nascimento conferia ainda maior esplendor à dignidade sacerdotal. Os quinze sacerdotes que compunham o colégio dos pontífices usufruíam de um grau hierárquico mais elevada por serem companheiros do soberano; e os imperadores cristãos condescenderam em aceitar as vestes e as insígnias inerentes à dignidade de grande pontífice. Quando, porém, Graciano subiu ao trono, este príncipe, mais escrupuloso ou mais esclarecido, rejeitou asperamente os símbolos profanos; colocou os rendimentos dos sacerdotes e das vestais ao serviço do Estado ou da Igreja; aboliu as suas honras e os seus privilégios; e destruiu o antigo edifício da superstição romana assente nas opiniões e nos hábitos de onze séculos. O paganismo mantinha-se como a religião constitucional do Senado. A sala ou o templo em que ele se reunia estavam ornados com a estátua e o altar da Vitória: uma majestosa mulher de pé sobre um globo, de vestes flutuantes, asas abertas e uma coroa de louros na mão estendida. Os senadores juravam, sobre o altar da deusa, obedecer às leis do imperador e do império; e o prelúdio usual das suas deliberações públicas consistia numa solene oferta de vinho e incenso. A remoção deste antigo monumento havia sido o único ultraje que Constantino fizera à superstição dos Romanos. O altar da Vitória foi restabelecido por Juliano, tolerado por Valentiniano, e, uma vez mais, banido do Senado pelo zelo de Graciano. O imperador deixou, mesmo assim, as estátuas dos deuses que se achavam expostas à veneração pública: quatrocentos e vinte e quatro templos ou capelas continuavam a satisfazer a devoção do povo, e, em todos os bairros de Roma, a sensibilidade dos cristãos era ofendida pelo cheiro dos sacrifícios idólatras.

Os cristãos, no entanto, compunham a parte menos numerosa no Senado de Roma; e só pela sua ausência podiam expressar o seu desacordo com os actos legais, embora profanos, de uma maioria pagã. Nesta assembleia, as últimas centelhas da liberdade acharam-se momentaneamente reavivadas e inflamadas pelo sopro do fanatismo. Quatro respeitáveis deputações foram sucessivamente votadas e enviadas à corte imperial, a fim de apresentarem os agravos dos sacerdotes e do Senado, e solicitarem a restauração do altar da Vitória. A direcção desta importante incumbência foi confiada ao eloquente Símaco, um abastado e nobre senador que juntava as sagradas

funções de pontífice e de áugure às dignidades civis de procônsul de África e de prefeito da cidade. A alma de Símaco ardia com o mais inflamado zelo em prol da causa do paganismo moribundo; e os seus adversários religiosos lamentavam o desperdício do seu génio e a inutilidade das suas virtudes morais. O orador, cuja petição ao imperador Valentiniano ainda existe, tinha consciência da dificuldade e do perigo da missão que lhe cabia. Evita com cuidado qualquer tema susceptível de atingir a religião seguida pelo soberano; afirma, humildemente, que as preces e as súplicas constituem as suas únicas armas; e deduz habilmente os seus argumentos das escolas de retórica, de preferência às de filosofia. Símaco esforça-se por seduzir a imaginação do jovem príncipe enumerando os atributos da deusa da Vitória; insinua que a confiscação dos rendimentos consagrados ao serviço dos deuses é uma medida indigna do seu carácter liberal e desinteresseiro; e defende que os sacrifícios romanos ficariam privados de toda a força e influência se deixassem de ser celebrados a expensas e em nome da República. O próprio cepticismo lhe serve como desculpa para a superstição. O grande e incompreensível *segredo* do Universo escapa à indagação do homem. Sempre que a razão não pode esclarecer, o hábito deve ser erigido em guia; e todas as nações parecem consultar os ditames da prudência, mediante um fiel apego aos ritos e às opiniões que receberam a sanção dos séculos. Se estes séculos foram coroados de glória e prosperidade; se o devoto povo obteve frequentemente as bênçãos que solicitara diante dos altares dos deuses, deve parecer ainda mais aconselhável persistir na mesma prática salutar, sem correr o risco dos perigos desconhecidos que podem acompanhar inovações precipitadas. A prova da antiguidade e do êxito era aplicada com resultados muito favoráveis à religião de Numa; e a própria roma, o génio celeste que presidiu ao destino da cidade, é apresentada pelo orador a fim de advogar a sua própria causa diante do tribunal dos imperadores. «Mui excelentes príncipes», declara a venerável matrona, «pais da Pátria! Tende compaixão e respeito pela minha idade, que fluiu até aqui num curso ininterrupto de piedade. Visto não me arrependei, deixai que continue a prática dos meus antigos ritos. Visto que nasci livre, deixai-me desfrutar das minhas instituições domésticas. Esta religião submeteu o mundo ao meu domínio. Estes ritos repeliram Aníbal da cidade e os Gauleses do Capitólio. Será que os meus cabelos grisalhos estavam reservados para tão intolerável afronta? Nada sei do novo sistema cuja adopção me propõem; mas tenho a certeza

de que, ao pretender corrigir a velhice, se comete sempre um acto ingrato e ignominioso.» Os temores do povo suprimam o que a descrição do orador tinha omitido; e as calamidades que afligiam ou ameaçavam o império em declínio foram unanimemente imputadas pelos pagãos à nova religião de Cristo e de Constantino.

As esperanças de Símaco foram, contudo, repetidamente goradas pela firme e hábil oposição do arcebispo de Milão, que precaveu os imperadores contra a eloquência enganosa do advogado de Roma. Nesta controvérsia, Ambrósio condescende em servir-se da linguagem de um filósofo e em perguntar, com algum desdém, porque havia de ser necessário invocar um poder imaginário e invisível como causa de vitórias suficientemente explicadas pelo valor e disciplina das legiões. Ele escarnece justamente do absurdo preito à Antiguidade que tende a desencorajar os progressos das artes e a mergulhar de novo a raça humana na sua barbárie original. Elevando-se, a pouco e pouco, a um tom mais grandioso e teológico, afirma que só o cristianismo é a doutrina da verdade e da salvação, e que todas as formas de politeísmo conduzem os seus iludidos adeptos pelos caminhos do erro até ao abismo da perdição eterna. Argumentos como estes, pronunciados pela voz de um bispo favorito, foram capazes de impedir a restauração do altar da Vitória; mas os mesmos argumentos irromperam com muito mais energia e eficácia da boca de um conquistador, e os deuses da Antiguidade foram arrastados em triunfo atrás do carro de Teodósio. Numa assembleia completa do Senado, o imperador formulou, segundo as normas da República, a importante questão de saber se a religião dos Romanos deveria ser o culto de Júpiter ou o de Cristo. A liberdade dos sufrágios, que ele simulava permitir, foi anulada pelas esperanças e receios que a sua presença inspirava; e o arbitrário exílio de Símaco constituía um recente aviso de que poderia ser perigoso opor-se à vontade do monarca. Numa votação normal do Senado, Júpiter foi condenado e degradado por deliberação de uma larga maioria; e é bastante surpreendente que alguns membros ainda tivessem dado provas de coragem suficiente para declarar, nos seus discursos ou nos seus votos, que continuavam afeiçoados à adoração de uma divindade deposta. A apressada conversão do Senado deve ser atribuída a motivos sobrenaturais ou então ao interesse pessoal; e muitos destes relutantes prosélitos entremostravam, sempre que podiam, a sua secreta disposição para se desembaraçarem da máscara odiosa da simulação. Mas compenetraram-se da nova religião conforme a causa da

antiga se ia tornando mais desesperada; cederam à autoridade do imperador, à voga dos tempos, às solicitações das suas mulheres e filhos, que eram instigados e dirigidos pelo clero de Roma e pelos monges do Oriente. O exemplo edificante da família Anícia não tardou a ser seguido pelo resto da nobreza: os Bassos, os Paulinos e os Gracos aderiram à religião cristã; e «as luminárias do mundo, a venerável assembleia dos Catões (tais eram as empoladas expressões de Prudêncio) estavam impacientes por se despojar das vestes pontificais; por despir a pele da velha serpente; por envergar a túnica alva da inocência baptismal; e por humilhar o orgulho dos fasces consulares diante do túmulo dos mártires». Os cidadãos que subsistiam do seu próprio labor e a população que era sustentada pela generosidade pública encheram as igrejas de Latrão e do Vaticano com uma afluência permanente de devotos prosélitos. Os decretos do Senado que proibiam o culto dos ídolos foram ratificados pelo consentimento geral dos Romanos; o esplendor do Capitólio desvaneceu-se e os templos solitários ficaram abandonados à ruína e ao desprezo. Roma submeteu-se ao jugo do Evangelho; e as províncias conquistadas ainda não tinham perdido o respeito pelo nome e pela autoridade de Roma. A piedade filial dos próprios imperadores levou-os a proceder com certa prudência e brandura à conversão da Cidade Eterna. Estes monarcas absolutos mostraram menos indulgência pelos preconceitos dos habitantes das províncias. A piedosa tarefa, que tinha sido suspensa durante aproximadamente vinte anos após a morte de Constâncio, foi retomada com vigor e finalmente consumada pelo zelo de Teodósio. Se bem que este príncipe guerreiro ainda lutasse contra os Godos, não pela glória, mas pela segurança da República, ele arriscou-se mesmo assim a ofender uma parte considerável dos seus súbditos por meio de alguns actos que talvez garantissem a protecção do Céu, mas deviam parecer cruéis e insensatos aos olhos da prudência humana. O êxito das suas primeiras medidas contra os pagãos encorajou o piedoso imperador a reiterar e reforçar os edictos de proscricção; as mesmas leis que haviam sido inicialmente publicadas nas províncias do Oriente foram aplicadas, após a derrota de Máximo, a todo o Império do Ocidente; e cada vitória do ortodoxo Teodósio contribuiu para o triunfo da fé cristã e católica. Ele atacou a superstição na sua parte mais vital, proibindo o uso dos sacrifícios, os quais declarou criminosos e infames; e embora os termos dos seus edictos condenassem mais severamente a ímpia curiosidade que examinava as entranhas das vítimas,

todas as subseqüentes interpretações tenderam a envolver no mesmo crime a prática geral de imolação, que constituía a essência da religião dos pagãos. Dado os templos terem sido erguidos na mira do sacrifício, era dever de um príncipe benevolente afastar dos súbditos a perigosa tentação de infringir as leis que ele promulgara. Uma incumbência especial foi confiada a Cinégio, prefeito do pretório do Oriente, e em seguida aos condes Jóvio e Gaudêncio, dois oficiais de alta patente no Império do Ocidente, segundo a qual deviam encerrar os templos, apreender ou destruir os instrumentos da idolatria, abolir os privilégios dos sacerdotes e confiscar as terras consagradas em benefício do imperador, da Igreja ou do exército. O estrago poderia ter ficado por aqui, e os edifícios despojados, que já não eram usados ao serviço da idolatria, seriam protegidos da raiva destruidora do fanatismo. Muitos destes templos eram os mais sumptuosos e belos monumentos da arquitectura grega; e o próprio imperador não estava interessado em ensombrar o esplendor das suas cidades ou em diminuir o valor do seu património. Estas imponentes construções poderiam ter subsistido como outros tantos duradouros troféus da vitória de Cristo. No declínio das artes, teriam sido utilmente transformados em armazéns, fábricas ou lugares de reunião pública; e depois de as paredes dos templos haverem sido suficientemente purificadas por ritos sagrados, talvez o culto da verdadeira Divindade pudesse resgatar o antigo pecado da idolatria. Mas enquanto eles perduravam, os pagãos acalentavam a secreta esperança de que uma auspiciosa revolta, um segundo Juliano, pudessem reerguer os altares dos deuses; e o fervor com que eles dirigiam os seus inúteis rogos ao trono aumentou o zelo dos reformadores cristãos, apostados em arrancar sem misericórdia a raiz da superstição. As leis dos imperadores patenteiam vários indícios de uma disposição mais moderada; mas os seus frios e apáticos esforços não bastaram para sustentar a torrente de entusiasmo e rapina que foi conduzida, ou melhor, instigada pelos chefes espirituais da Igreja. Na Gália, São Martinho, bispo de Tours(*), marchava à frente dos seus fiéis monges para destruir os ídolos, os templos e as árvores sagradas da sua extensa diocese; e, na consumação desta árdua tarefa, o leitor avisado julgará se Martinho foi ajudado por poderes milagrosos ou por armas terrenas. Na Síria, o divino e excelente Marcelo, como é intitulado por Teodoreto, um bispo animado de fervor apostólico, resolveu arrasar todos os templos imponentes erguidos na diocese de Apameia. O engenho e a solidez que haviam presidido à construção do templo de Júpiter resistiram

ao seu ataque. O edifício situava-se num alto; cada uma das quatro vertentes do soberbo telhado era sustentada por quinze colunas maciças, com dezasseis pés de circunferência; e as grandes pedras de que elas se compunham estavam fortemente ligadas com chumbo e ferro. A potência das mais fortes e cortantes ferramentas foi experimentada sem resultado. Houve necessidade de minar os alicerces das colunas, que se desmoronaram assim que as escoras provisórias de madeira ficaram consumidas pelo fogo; e as dificuldades do empreendimento são descritas sob a alegoria de um demónio negro que atrasou, apesar de não conseguir impedi-los, os esforços dos engenheiros cristãos. Exultante com a vitória, Marcelo tomou pessoalmente a carga a luta contra os poderes das trevas; um numeroso bando de soldados e gladiadores avançou sob o estandarte episcopal, atacando sucessivamente os templos das aldeias e dos campos da diocese de Apameia. Sempre que se anunciava algum perigo ou resistência, o campeão da fé, que por ser coxo não podia combater nem fugir, punha-se a uma distância conveniente para lá do alcance das setas. Esta prudência esteve, todavia, na origem da sua morte; foi surpreendido e morto por um grupo de camponeses enfurecidos; e o sínodo da província declarou, sem hesitar, que o piedoso Marcelo sacrificara a vida pela causa de Deus. No apoio a esta causa, ocorrendo com tumultuosa fúria do deserto, os monges distinguiram-se pelo seu zelo e diligência. Suscitaram a inimizade dos pagãos e alguns deles mereceriam o anátema da avareza e da intemperança — da avareza que satisfaziam com a pilhagem; e da intemperança a que davam largas à custa do povo que lhes admirava, insensatamente, as roupas andrajosas, os cânticos ruidosos e a palidez artificial(*). Um pequeno número de templos foi defendido pelos temores, pela venalidade, gosto ou prudência dos governadores civis e eclesiásticos. O templo da Vénus Celeste em Cartago, cujo recinto sagrado formava um perímetro de duas milhas, foi judiciosamente transformado numa igreja cristã; e uma consagração semelhante preservou inviolada a majestosa cúpula do Panteão de Roma. Mas em quase todas as províncias do mundo romano, um exército de fanáticos, sem autoridade e sem disciplina, assaltou os pacíficos habitantes; e as ruínas dos mais belos monumentos da Antiguidade ainda atestam as devastações destes bárbaros que eram os únicos a ter vagar e disposição para executar um tão laborioso assolamento.

A destruição do templo de Serápis

Neste amplo e variado cenário de devastação, o espectador pode distinguir as ruínas do templo de Serápis, em Alexandria. Serápis não parece ter sido um dos muitos deuses ou monstros nascidos no solo fértil da superstição egípcia. O primeiro dos Ptolemeus recebera ordem, num sonho, para trazer o misterioso estrangeiro da costa do Ponto, onde havia muito era adorado pelos habitantes de Sinope; mas os seus atributos e o seu reino eram tão imperfeitamente compreendidos, que se tornou tema de controvérsia saber se ele representava a brilhante luz do dia ou o sombrio monarca das regiões subterrâneas. Os Egípcios, obstinadamente devotados à religião dos antepassados, negaram-se a receber esta divindade estrangeira dentro das muralhas das suas cidades. No entanto, os obsequiosos sacerdotes, seduzidos pela liberalidade dos Ptolemeus, submeteram-se sem resistência ao poder do deus do Ponto. Arranjou-se-lhe uma genealogia honrosa e nacional, e o afortunado usurpador tomou lugar no trono e na cama de Osíris, o marido de Ísis e monarca celeste do Egito. Alexandria, que reivindicava a sua especial protecção, vangloriou-se do nome de cidade de Serápis. O seu templo, que rivalizava em orgulho e magnificência com o Capitólio, foi erigido no amplo cume de um monte artificial, situado cem degraus acima do nível das redondezas da cidade; e a cavidade interior ficou solidamente sustentada por arcos e distribuída por abóbadas e aposentos subterrâneos. Os edifícios consagrados estavam rodeados de um pórtico quadrangular; as magníficas salas e as requintadas estátuas alardeavam o triunfo das artes; e os tesouros da antiga erudição foram conservados na famosa Biblioteca de Alexandria, que renascera com um novo esplendor das cinzas. Depois de os edictos de Teodósio terem proibido severamente os sacrifícios dos pagãos, eles continuaram a ser tolerados na cidade e no templo de Serápis; e esta singular indulgência era imprudentemente atribuída aos terrores supersticiosos dos próprios cristãos; como se estes receassem abolir ritos antigos que seriam os únicos capazes de assegurar as inundações do Nilo, as colheitas do Egito e a subsistência de Constantinopla.

Nesta época, o trono arquiépiscopal de Alexandria encontrava-se ocupado por Teófilo, perpétuo inimigo da paz e da virtude; um homem ousado e mau, cujas mãos se mancharam alternadamente de ouro e de

sangue. A sua piedosa indignação foi excitada pelas honras de Serápis; e os insultos que dirigiu a uma antiga capela de Baco convenceram os pagãos de que ele estava a planear um empreendimento mais importante e perigoso. Na tumultuosa capital do Egipto, a menor provocação bastava para atear uma guerra civil. Os adeptos de Serápis, cuja força e número eram muito inferiores aos dos seus antagonistas, pegaram em armas por instigação do filósofo Olímpio, que os exortou a morrer pela defesa dos altares dos deuses. Estes fanáticos pagãos barricaram-se no templo, ou melhor, na fortaleza de Serápis; repeliram os assaltantes por meio de ousadas surtidas e de uma firme defesa; e obtiveram uma derradeira consolação para o seu desespero, graças às desumanas crueldades que infligiram aos prisioneiros cristãos. Os esforços prudentes dos magistrados desdobraram-se utilmente, culminando no estabelecimento de uma trégua até a resposta de Teodósio decidir da sorte de Serápis. Os dois grupos reuniram-se, desarmados, na praça principal; e o rescrito imperial foi lido publicamente. Mas quando se pronunciou uma sentença de destruição contra os ídolos de Alexandria, os cristãos soltaram um grito de alegria e de triunfo, enquanto os infelizes pagãos, cuja raiva cedera lugar à consternação, se afastavam a toda a pressa em passos silenciosos e escapavam, mercê da fuga ou do recato, ao ressentimento dos inimigos. Teófilo empreendeu a demolição do templo de Serápis sem outra dificuldade a não ser a do peso e solidez dos materiais; estes obstáculos revelaram-se, contudo, tão insuperáveis, que ele se viu obrigado a deixar os alicerces e a contentar-se em reduzir o edifício a um montão de entulho, uma parte do qual foi pouco depois removido, a fim de se arranjar espaço para uma igreja erguida em honra dos mártires cristãos. A valiosa Biblioteca de Alexandria foi pilhada ou destruída; e, cerca de vinte anos depois, o aspecto das estantes vazias suscitava a tristeza e indignação de todos os espectadores cujo espírito não estava totalmente obscurecido por preconceitos religiosos. As obras do génio antigo, muitas das quais se perderam irremediavelmente, podiam decerto ter sido exceptuadas da ruína da idolatria, em vista do deleite e da instrução dos séculos vindouros; e o zelo ou a cobiça do arcebispo deveriam ter ficado satisfeitos com os ricos despojos que eram a recompensa da vitória. Enquanto as imagens e os vasos de ouro e prata eram cuidadosamente fundidos e se viam os de metal menos precioso quebrados com desdém e lançados à rua, Teófilo esforçava-se por desmascarar as fraudes e os vícios dos ministros dos ídolos: a sua destreza no manejo da pedra-íman; os seus

métodos secretos de introduzir uma criatura humana numa estátua oca; e o abuso escandaloso da boa-fé, dos maridos devotos e das mulheres confiantes(*). Acusações deste tipo merecem alguma credibilidade, visto serem conformes ao espírito ardiloso e interesseiro da superstição. Mas este mesmo espírito também é propenso à baixa prática de insultar e caluniar um inimigo derrotado; e a nossa crença é naturalmente contrariada pela reflexão de que é muito mais fácil inventar uma história fictícia do que operar uma fraude durante muito tempo. A estátua colossal de Serápis foi destruída juntamente com o seu templo e a sua religião. Uma enorme quantidade de placas de metais diversos, artificialmente unidas, compunham a majestosa figura da divindade que tocava de ambos os lados nas paredes do santuário. O aspecto de Serápis, a sua postura sentada e o cetro que empunhava na mão esquerda assemelhavam-se extraordinariamente às vulgares representações de Júpiter. Só se distinguia dele pelo cesto, ou alqueire, pousado na sua cabeça; e pelo monstro emblemático que segurava na mão direita; este monstro tinha a cabeça e o corpo de uma serpente com três caudas, as quais terminavam todas numa cabeça: a de um cão, a de um leão e a de um lobo. Afirmava-se confiantemente que, se uma mão ímpia ousasse violar a majestade do deus, o céu e a terra regressariam, acto contínuo, ao caos original. Um intrépido soldado, motivado pelo zelo e munido de uma pesada acha de armas, subiu a escada, e até a própria multidão cristã aguardava com certa ansiedade o desfecho do combate. O homem desferiu um violento golpe na face de Serápis, e a face caiu por terra; e o trovão não ribombou, e tanto o céu como a terra mantiveram a costumada ordem e tranquilidade. O vitorioso soldado continuou a bater; o enorme ídolo foi derrubado e desfez-se em pedaços; por fim, os membros de Serápis viram-se ignominiosamente arrastados pelas ruas de Alexandria. A mutilada carcaça dele foi queimada no anfiteatro, por entre os gritos da população, e muitas pessoas atribuíram a sua conversão a esta descoberta da impotência de uma divindade tutelar. Os modos populares de religião que propõem um objecto visível e material de adoração têm a vantagem de se adaptar aos sentidos do género humano e de se familiarizar com eles; esta vantagem é, porém, contrabalançada pelos vários e inevitáveis acidentes a que a fé do idólatra fica exposta. É quase impossível que, em todas as disposições do espírito, ele mantenha o seu implícito respeito pelos ídolos, ou pelas relíquias, que o olho nu e a mão profana não saberiam distinguir das mais comuns produções da arte ou da

Natureza; e se, no momento do perigo, a secreta e milagrosa virtude não opera a sua própria preservação, o adorador troca das vãs apologias dos sacerdotes e desdenha justamente o objecto e a loucura da sua adesão supersticiosa. Após a queda de Serápis, os pagãos ainda acalentaram algumas esperanças de que o Nilo recusasse o seu benefício anual aos ímpios senhores do Egipto; e o imenso atraso da inundação pareceu anunciar o desagrado do rio--deus. No entanto, esta demora não tardou a ser compensada pela rápida subida das águas. A cheia atingiu subitamente uma altura invulgar, como se quisesse reconfortar a facção descontente com a agradável expectativa de um dilúvio, até que o pacífico rio voltou a descer ao costumado e fértil nível de dezasseis côvados, ou cerca de trinta pés ingleses.

A proibição de ritos pagãos

Os templos do Império Romano estavam desertos ou destruídos: mas a engenhosa superstição dos pagãos continuava a tentar iludir as leis de Teodósio, pelas quais todos os sacrifícios haviam sido severamente proibidos. Os habitantes do campo, cujo comportamento estava menos exposto aos olhares da maliciosa curiosidade, dissimulavam as suas assembleias religiosas sob a aparência de encontros de *convívio*. Nos dias de festas solenes, eles reuniam-se em grande número à sombra densa de algumas árvores consagradas; ovelhas e bois eram abatidos e assados; e esta diversão rural era santificada pelo uso do incenso e por hinos cantados em louvor dos deuses. Alegava-se, no entanto, que, dado nenhuma parte do animal ser queimada em oferenda e não haver um altar para receber o sangue, além de se omitir cuidadosamente a preliminar oblação de bolos salgados e a cerimónia final das libações, estes encontros festivos não implicavam os convivas no crime ou no castigo de sacrifício ilegal. Independentemente da verdade dos factos ou da justeza da distinção, estes vãos pretextos foram varridos pelo último edicto de Teodósio, que desferiu um golpe mortal na superstição dos pagãos. Esta lei proibitiva exprime-se nos termos mais absolutos e inteligíveis. «É nossa vontade e desejo», afirma o imperador, «que nenhum dos nossos súbditos, quer magistrado quer simples cidadão, por mais elevada ou humilde que seja a sua categoria e

condição, se atreva em qualquer cidade ou lugar a adorar um ídolo inanimado através do sacrifício de uma vítima inocente.» O acto do sacrifício e a prática de adivinhação pelas entranhas da vítima são declarados (independentemente do motivo invocado) crimes de alta traição contra o Estado e que só podem ser expiados pela morte do culpado. Os ritos da superstição pagã que podiam parecer menos sangrentos e atrozes eram abolidos como altamente ofensivos à verdade e à honra da religião; as luminárias, as grinaldas, os incensamentos e as libações de vinho são particularmente enumerados e condenados; e até os inofensivos cultos dos génios domésticos e dos deuses penates estão incluídos nesta severa proscrição. A prática de qualquer destas cerimónias profanas e ilegais expunha o infractor à confiscação da casa ou da herdade onde elas tinham sido executadas; e se ele tivesse escolhido arditosamente a propriedade de outrem para palco da sua impiedade, ficava obrigado a pagar, de imediato, uma pesada multa de vinte e cinco libras de ouro, ou mais de mil libras esterlinas. Uma multa da mesma magnitude era imposta à conivência dos inimigos secretos da religião que negligenciassem o dever que lhes incumbia, consoante a sua posição, de denunciar ou punir o crime de idolatria. Era este o espírito perseguidor das leis de Teodósio, que foram frequentemente feitas valer pelos seus filhos e netos, com o ruidoso e unânime aplauso do mundo cristão.

Sob os cruéis reinados de Décio e de Diocleciano, o cristianismo tinha sido proscrito como uma revolta contra a antiga e hereditária religião do império; e as injustas suspeitas que se alimentavam sobre uma sombria e perigosa facção eram, de certa maneira, encorajadas pela indissolúvel união e pelas rápidas conquistas da Igreja Católica. No entanto, estas mesmas desculpas do medo e da ignorância não podem ser aplicadas aos imperadores cristãos que violaram os preceitos de humanidade e do Evangelho. A experiência de vários séculos patenteara a fraqueza e também a insensatez do paganismo; as luzes da razão e da fé já haviam demonstrado a vacuidade dos ídolos à maior parte dos homens; e a seita em declínio, que continuava a aderir ao seu culto, poderia ter sido autorizada a seguir em paz e na obscuridade os costumes religiosos dos seus antepassados. Se os pagãos fossem animados pelo zelo indomável que era apanágio da alma dos primitivos crentes, o triunfo da Igreja teria sido manchado pelo sangue, e os mártires de Júpiter e de Apolo aproveitariam a gloriosa oportunidade de sacrificar as suas vidas e os seus bens aos pés dos altares deles. Mas um

zelo tão obstinado não era conforme à frouxa e despreocupada têmpera do politeísmo. Os violentos e repetidos golpes dos príncipes ortodoxos foram amortecidos pelo objecto dúctil e mole contra o qual eram vibrados; e a pronta obediência dos pagãos protegeu-os dos sofrimentos e castigos do Código de Teodósio. Em vez de afirmarem que a autoridade dos deuses era superior à do imperador, eles desistiram, com um murmúrio de queixume, da prática dos ritos sagrados que o seu soberano condenara. E se algumas vezes eram tentados, por um ímpeto de paixão ou pela esperança de não serem descobertos, a satisfazer a sua superstição favorita, o humilde arrependimento por eles demonstrado desarmava a severidade do magistrado cristão; e raramente se negavam a remir a sua irreflexão, submetendo-se com alguma secreta relutância ao jugo do Evangelho. As igrejas enchiam-se com a crescente multidão destes indignos prosélitos, que se haviam acomodado por motivos temporais à religião vigente; e, enquanto imitavam devotamente as posturas e recitavam as orações dos fiéis, satisfaziam a consciência por meio da silenciosa e sincera invocação dos deuses da Antiguidade. Se aos pagãos faltava paciência para sofrer, o certo é que também não tinham coragem para resistir; e as dispersas miríades de idólatras que lamentavam a destruição dos templos submetiam-se sem luta ao triunfo dos seus adversários. A oposição tumultuosa dos camponeses da Síria e da populaça de Alexandria à fúria do fanatismo privado foi silenciada pelo nome e a autoridade do imperador. Os pagãos do Ocidente, embora não contribuindo para a entronização, desacreditaram, com o seu apego sectário, a causa e o carácter do usurpador. O clero clamou veementemente que ele agravara o crime de rebelião com o delito de apostasia; que, devido à sua autorização, o altar da Vitória fora restaurado; e que os símbolos idólatras de Júpiter e de Hércules eram exibidos no campo de batalha contra o invencível estandarte da cruz. No entanto, as vãs esperanças dos pagãos foram em breve dissipadas pela derrota de Eugénio; e eles ficaram expostos ao ressentimento do conquistador, o qual se esforçava por merecer o favor do Céu extirpando a idolatria. Uma nação de escravos está sempre pronta para aplaudir a clemência do seu senhor que, no abuso do poder absoluto, não vá até aos extremos da injustiça e da opressão. Teodósio podia indubitavelmente propor aos seus súbditos pagãos a alternativa do baptismo ou da morte; e o eloquente Libânio elogiou a moderação de um príncipe que nunca decretou, mediante uma lei positiva, que todos os seus súbditos abraçassem e praticassem sem demora a religião

do soberano. A profissão do cristianismo não constituía uma condição essencial para gozar dos direitos civis da sociedade, nem se levantaram quaisquer obstáculos especiais aos sectários que adoptaram credulamente as fábulas de Ovídio e rejeitavam, com obstinação, os milagres do Evangelho. O palácio, as escolas, o exército e o Senado pululavam de pagãos declarados e devotos; eles obtinham, sem discriminação, as honras civis e militares do império. Teodósio provou a sua estima generosa pela virtude e pelo génio ao conceder a dignidade consular a Símaco, e ao exprimir a sua amizade pessoal a Libânio; e jamais exigiu a estes dois eloquentes apologistas do paganismo que mudassem as suas opiniões religiosas. Os pagãos desfrutavam da mais larga liberdade de falar e escrever; os fragmentos históricos e filosóficos de Eunápio, de Zósimo e dos mestres fanáticos da escola de Platão denotam a mais ardente animosidade e contêm as mais violentas invectivas contra os sentimentos e comportamento dos seus vitoriosos adversários. Se estes audaciosos libelos eram públicos, devemos aplaudir o bom senso dos príncipes cristãos que encaravam com um sorriso desdenhoso os derradeiros assomos da superstição e do desespero. No entanto, as leis imperiais que proibiam os sacrifícios e as cerimónias do paganismo eram severamente executadas; e cada dia contribuía para destruir a influência de uma religião que se apoiava mais no hábito do que na argumentação. A devoção do poeta ou do filósofo pode ser secretamente alimentada pela prece, pela meditação e pelo estudo; mas o exercício do culto público parece constituir a única base sólida dos sentimentos religiosos do povo, que bebem a sua força na imitação e na rotina. A interrupção deste exercício público pode operar, no espaço de alguns anos, o importante efeito de uma revolução nacional. A lembrança de opiniões teológicas não pode ser preservada durante muito tempo sem a ajuda artificial dos padres, dos templos e dos livros. O ignorante vulgar, cujo espírito continua a ser agitado pelas cegas esperanças e temores da superstição, rapidamente será convencido pelos seus superiores a dirigir os seus votos para as divindades actualmente reinantes; e impregnar-se-á imperceptivelmente de um zelo ardente pela defesa e propagação da nova doutrina que a sede espiritual o compeliu inicialmente a aceitar. A geração que veio à luz após a promulgação das leis imperiais foi atraída para o seio da Igreja Católica; e a queda do paganismo mostrou-se tão rápida, e, no entanto, tão suave, que decorridos uns escassos vinte e oito anos após a

morte de Teodósio, os seus leves e fracos vestígios já não eram visíveis aos olhos do legislador.

Culto dos mártires cristãos e ressurgimento de práticas politeístas

A queda da religião pagã é descrita pelos sofistas como um terrível e assombroso prodígio que mergulhou a Terra na escuridão e restabeleceu o antigo domínio do caos e da noite. Eles relatam em estilo solene e patético que os templos foram transformados em sepulcros e que os lugares sagrados, outrora adornados com as estátuas dos deuses, foram vilmente maculados pelas relíquias dos mártires cristãos. «Os monges (uma raça de animais imundos a que Eunápio se sente tentado a recusar o nome de homens) são os autores do novo culto que, no lugar das divindades concebidas pela razão, pôs os mais mesquinhos e desprezíveis escravos. As cabeças salgadas e postas de conserva destes infames malfeitores, que, pela imensidade dos seus crimes, sofreram uma justa e ignominiosa morte; os seus corpos, ainda rasgados pela marca do chicote e pelas cicatrizes das torturas infligidas por ordem dos magistrados; tais são (continua Eunápio) os deuses que a Terra produz nos nossos dias; tais são os mártires, os árbitros supremos das nossas preces e súplicas à Divindade, e cujos túmulos se acham agora consagrados como objectos de veneração do povo.» Mesmo sem aprovar a malícia do sofista, constitui uma reacção natural partilhar da sua surpresa perante uma revolução de que ele foi espectador e que fez ascender estas obscuras vítimas das leis de Roma à categoria de celestiais e invisíveis protectores do Império Romano. O grato respeito dos cristãos pelos mártires da fé transformou-se, com o tempo e a vitória, em adoração religiosa; e os mais ilustres dos santos e profetas foram merecidamente associados às honras dos mártires. Cento e cinquenta anos depois das gloriosas mortes de São Pedro e de São Paulo, o Vaticano e a estrada de Óstia estavam adornados com os túmulos, ou melhor, os troféus destes heróis espirituais. No século que se seguiu à conversão de Constantino, os imperadores, os cônsules e os generais dos exércitos visitavam devotamente os sepulcros de um fabricante de tendas e de um pescador; e os seus

veneráveis ossos foram depostos sob os altares de Cristo, onde os bispos da cidade augusta ofertavam diariamente o sacrifício incruento. A nova capital do mundo oriental, incapaz de apresentar quaisquer troféus próprios e antigos, viu-se enriquecida com o espólio das províncias dependentes. Os corpos de Santo André, São Lucas e São Timóteo tinham repousado perto de trezentos anos nos obscuros túmulos de onde foram transportados, com solene pompa, para a Igreja dos Santos Apóstolos, que a magnificência de Constantino erguera nas margens do Bósforo da Trácia. Cerca de cinquenta anos depois, estas mesmas margens viram-se honradas com a presença de Samuel, juiz e profeta do povo de Israel. As suas cinzas, depositadas num vaso de ouro e cobertas com um véu de seda, circularam pelos bispos de mão em mão. As relíquias de Samuel foram recebidas pelo povo com a mesma alegria e reverência que teria testemunhado ao profeta vivo; as estradas, desde a Palestina até às portas de Constantinopla, estavam cheias de uma contínua procissão; e o imperador Arcádio em pessoa, à cabeça dos mais ilustres membros do clero e do Senado, avançou ao encontro deste hóspede excepcional que sempre havia merecido e reclamado a homenagem dos reis. O exemplo de Roma e de Constantinopla consolidou a fé e a disciplina do mundo católico. Após um débil e vão murmúrio por parte da razão profana, as honras dos santos e dos mártires foram universalmente estabelecidas; e na época de Ambrósio e de Jerónimo algo parecia ainda faltar à santidade de uma igreja cristã, até ela haver sido consagrada por uma parcela de santas relíquias que fixassem e inflammassem a devoção dos fiéis. No longo período de mil e duzentos anos que decorreu entre o reinado de Constantino e a reforma de Lutero, o culto dos santos e das relíquias corrompeu a pura e perfeita simplicidade do modelo cristão; e alguns sintomas de degeneração podem já observar-se, até mesmo nas primeiras gerações que adoptaram e fomentaram esta perniciosa inovação.

I. A satisfatória experiência de que as relíquias dos santos valiam mais do que o ouro ou as pedras preciosas incitou o clero a multiplicar os tesouros da Igreja. Sem muita atenção à verdade ou à probabilidade, os padres inventaram nomes para esqueletos e acções para nomes. A fama dos apóstolos e dos santos que tinham imitado as suas virtudes foi ensombrada por ficções religiosas. À invencível legião de mártires genuínos e primitivos, acrescentaram-se miríades de heróis imaginários, que jamais tinham existido, salvo na imaginação de alguns legendários artificiosos ou crédulos; e há mesmo motivos para suspeitar que Tours talvez não haja sido

a única diocese onde os ossos de um malfeitor foram adorados sob o nome dos de um santo(*). Uma prática supersticiosa que tendia a aumentar os ensejos de fraude e de credulidade apagou imperceptivelmente a luz da História e a da razão no mundo cristão.

II. Os progressos da superstição teriam, contudo, sido muito menos rápidos e vitoriosos caso a fé do povo não houvesse recebido a oportuna ajuda de visões e de milagres destinados a assegurar a autenticidade e as virtudes das mais suspeitas relíquias. No reinado de Teodósio II, *o Moço*, Luciano, presbítero de Jerusalém e ministro eclesiástico da aldeia de Cafargamala, a cerca de vinte milhas da cidade, relatou um sonho muito singular que, para afastar quaisquer dúvidas, se repetira em três sábados seguidos. Uma venerável figura surgiu diante dele, no silêncio da noite, com uma longa barba, vestes brancas e um bastão de ouro; anunciou-se sob o nome de Gamaliel e revelou ao surpreendido presbítero que o seu cadáver, juntamente com os corpos do seu filho Abibas, do seu amigo Nicodemo e do ilustre Estêvão, o primeiro mártir da fé cristã, estavam secretamente enterrados no campo vizinho. Acrescentou, com certa impaciência, que já era tempo de o libertar e aos companheiros da obscura prisão; que a sua aparição seria benéfica para o conturbado mundo; e que tinham escolhido Luciano para informar o bispo de Jerusalém da situação e do desejo deles. As dúvidas e dificuldades que atrasavam esta importante descoberta acabaram por ser sucessivamente removidas por novas visões; e o bispo escavou a terra na presença de uma numerosa multidão. Os caixões de Gamaliel, do filho e do amigo foram encontrados uns ao lado dos outros; mas quando o quarto caixão, que continha os restos do Estêvão, foi trazido à luz, a terra tremeu e espalhou-se uma fragância semelhante à do Paraíso, a qual curou instantaneamente as várias doenças de setenta e três dos espectadores. Os companheiros de Estêvão ficaram ali, na sua tranquila morada de Cafargamala; mas as relíquias do primeiro mártir foram transportadas, em solene procissão, para uma igreja construída em sua honra no monte Sião; e as mínimas partículas destas relíquias, uma gota de sangue(*), ou as raspas de um osso, deram provas em quase todas as províncias do mundo romano de possuir uma divina e milagrosa virtude. O grave e douto Agostinho(**), cujo intelecto só a custo admite a desculpa da credulidade, confirmou os inúmeros milagres que foram realizados em África pelas relíquias de Santo Estêvão; e esta maravilhosa narrativa está inserida na elaborada obra da *Cidade de Deus*, que o bispo de Hipona

apresentou como uma prova sólida e imortal da verdade do cristianismo. Agostinho afirma solenemente que não menciona senão os milagres publicamente certificados por pessoas que experimentaram a influência ou foram espectadores do poder do mártir. Omitiram-se ou esqueceram-se muitos prodígios, e Hipona havia sido bafejada menos favoravelmente do que as outras cidades da província. Todavia, o bispo enumera mais de setenta milagres, entre os quais se contam três ressurreições, operadas no espaço de dois anos e dentro dos limites da sua própria diocese(*). Se estendermos o nosso exame a todas as dioceses e a todos os santos do mundo cristão, será difícil fazer o cálculo de todas as fábulas e erros resultantes desta fonte inesgotável. Mas ser-nos-á seguramente permitido observar que um milagre, nesta época de superstição e credulidade, perdia o próprio nome de milagre e todo o mérito, pois dificilmente poderia ser considerado um desvio às leis comuns e estabelecidas da Natureza.

III. Os inúmeros milagres, dos quais eram constantemente palco os túmulos dos mártires, revelavam ao piedoso crente o estado actual e a constituição do mundo invisível; e as suas especulações religiosas pareciam fundar-se na base sólida dos factos e da experiência. Qualquer que fosse a condição das almas comuns no longo intervalo entre a dissolução e a ressurreição dos corpos, era evidente que os espíritos superiores dos santos e dos mártires não passavam esta porção da sua existência num silencioso e inglório sono. Era evidente (embora sem se pretender determinar o lugar onde habitavam ou a natureza da sua felicidade) que eles tinham a viva e activa consciência da sua felicidade, da sua virtude e do seu poder; e que já haviam assegurado a posse de uma recompensa eterna. A extensão das suas faculdades intelectuais ultrapassava a medida da imaginação humana, visto ter sido provado, pela *experiência*, que eram capazes de escutar e compreender os rogos dos seus inúmeros devotos que, no mesmo instante, nas mais remotas partes do mundo, invocaram o nome e o auxílio de Estêvão ou de Martinho. A confiança dos seus suplicantes baseava-se na convicção de que os santos, que reinavam com Cristo, lançavam olhares de compaixão sobre a terra; que eles se interessavam fervorosamente pela prosperidade da Igreja Católica; e que os indivíduos que seguiam o exemplo da sua fé e piedade eram o alvo particular e favorito da sua mais terna afeição. Em boa verdade, a sua estima podia algumas vezes ser influenciada por considerações de um género menos elevado; encaravam com especial predilecção os lugares que haviam sido consagrados pelo seu nascimento,

pela sua residência, pela sua morte, pelo seu enterro ou pela posse das suas relíquias. As mesquinhas paixões do orgulho, da avareza e da vingança deveriam parecer indignas de um espírito celestial; mas os próprios santos condescendiam em testemunhar a sua grata aprovação da liberalidade dos seus cultores; e os mais horríveis castigos eram brandidos contra os ímpios que violavam os seus magníficos relicários ou duvidavam do seu poder sobrenatural. O crime destes homens seria realmente atroz, e estranho o seu cepticismo, caso houvessem teimosamente resistido às provas de uma influência divina, a que os elementos, todas as espécies da criação animal e até mesmo as subtis e invisíveis operações da mente humana eram compelidos a obedecer. O imediato e quase instantâneo efeito que devia seguir-se à prece ou à ofensa persuadia os cristãos do elevado favor e da autoridade de que os santos usufruíam na presença do Deus Supremo; e quase parecia supérfluo indagar se eles eram permanentemente forçados a interceder aos pés do trono de misericórdia, ou se tinham licença para exercer, segundo os ditames da benevolência e da justiça, os poderes delegados do seu ministério dependente. A imaginação, que se elevava mercê de um penoso esforço à contemplação e ao culto da Causa Universal, apoderava-se avidamente de objectos inferiores de adoração, mais adequados às suas primitivas concepções e imperfeitas faculdades. A sublime e simples teologia dos primeiros cristãos sofreu uma corrupção gradual; e a monarquia do céu, já ensombrada por subtilezas metafísicas, foi desfigurada pela introdução de uma mitologia popular que tendia a restaurar o reino do politeísmo.

IV. Conforme os objectos da religião iam sendo a pouco e pouco reduzidos à bitola da imaginação, introduziram-se ritos e cerimónias que pareciam impressionar no mais alto grau os sentidos do vulgo. Se, no início do século v, Tertuliano ou Lactâncio saíssem repentinamente do seio da morte para assistir à festa de um santo ou mártir popular, teriam contemplado com surpresa e indignação o espectáculo profano que substituíra o culto puro e espiritual de uma congregação cristã. Mal as portas das igrejas se abrissem, eles ficariam ofendidos ante o fumo do incenso, o perfume das flores e o brilho de lamparinas e velas que espalhavam, ao meio-dia, uma luz supérflua e, em sua opinião, sacrílega. Se porventura se aproximassem da balaustrada do altar, abririam caminho por entre uma multidão prosternada, composta na sua maioria de estrangeiros e peregrinos acorridos à cidade na véspera da festa e já fortemente inebriados

pelo fanatismo e talvez pelo vinho. Os seus beijos devotos eram impressos nas paredes e no chão do edifício sagrado; e as suas preces fervorosas dirigiam-se, qualquer que fosse então a linguagem da Igreja, aos ossos, ao sangue ou às cinzas dos santos, que se encontravam geralmente escondidos dos olhares do vulgo por um véu de linho ou de seda. Os cristãos visitavam os túmulos dos mártires na esperança de obter, graças à sua poderosa intercessão, toda a espécie de bênçãos espirituais, mas acima de tudo benefícios temporais. Eles imploravam a conservação da saúde ou a cura de doenças; e bem assim a fertilidade das mulheres ou a segurança e a felicidade dos filhos. Sempre que empreendiam uma viagem distante ou perigosa, pediam aos santos mártires que lhes servissem de guias e protectores na estrada; e se regressavam sem ter sofrido nenhum acidente, apressavam-se a ir de novo aos túmulos dos mártires para celebrar, com orações de acção de graças, as suas obrigações face à memória e às relíquias destes patronos celestes. As paredes ostentavam de alto a baixo os símbolos dos favores que eles tinham recebido: olhos, mãos e pés de ouro e de prata; e imagens edificantes, que não podiam escapar por muito tempo ao abuso de uma devoção indiscreta ou idólatra, representavam a figura, os atributos e os milagres do santo protector. Um mesmo espírito uniforme e característico de superstição devia sugerir, nos mais remotos tempos e países, meios semelhantes de enganar a credulidade e impressionar os sentidos da humanidade; importa, no entanto, confessar com toda a sinceridade que os ministros da Igreja Católica imitaram o modelo profano que se mostravam impacientes por destruir. Os bispos mais respeitáveis estavam convencidos de que os camponeses ignorantes renunciariam de melhor grado às superstições do paganismo se encontrassem alguma semelhança, alguma compensação no seio do cristianismo. A religião de Constantino concluiu em menos de um século a conquista de todo o Império Romano, mas os vencedores deixaram-se paulatinamente subjugar pelos artifícios dos rivais a quem tinham levado a melhor.

Após o reinado de Teodósio, as metades ocidental e oriental do império foram finalmente separadas. Os seus filhos Arcádia e Honório governaram respectivamente o Oriente e o Ocidente. Honório tinha um carácter fraco, e as figuras dominantes no Ocidente eram o seu administrador Rufino e Estilício, um vândalo, tão hábil general como negociador. O desempenho

dele neste último papel é incerto, e, nas suas campanhas, viu-se prejudicado pela crescente antipatia entre o Oriente e o Ocidente.

De 395 a 398, os Godos, sob a chefia de Alarico, invadiram a Grécia e quase acabaram esmagados no Peloponeso. Alarico livrou-se com a conivência de Estilício, fez um acordo secreto com o governo do Oriente, foi nomeado comandante supremo das forças da Ilíria Ocidental e proclamado rei dos Visigodos. Alarico fez uma primeira incursão em Itália, mas foi repellido. Honório celebrou um triunfo em Roma, após o que fixou residência em Ravena. Em 406, Radagásio invadiu a Itália. O seu exército foi desbaratado por Estilício, que encetou negociações com Alarico, mas veio a ser derrubado por uma intriga palaciana e executado.

Estes acontecimentos são descritos por Gibbon nos capítulos 29 e 30.

FIM DO VOLUME I

Este livro foi publicado com o apoio dos leitores através de um mecanismo de financiamento colectivo.

As obras propostas pelos editores, padrinhos do projecto ou pelos leitores são, depois de avaliadas, apresentadas no sítio www.bookbuilders.net

Quando são anunciadas é também indicada a duração do período em que estarão em fase de apoio, bem como o número de apoios necessários para que um projecto se torne realidade. Durante esse período, qualquer leitor poderá apoiar um projecto, cujo valor será de aproximadamente 2/3 do valor que a obra terá no futuro, em livraria.

No final do período de apoio poderá passar-se uma das seguintes situações:

- a) atingiu-se o valor necessário e o projecto avança: quem tiver apoiado recebe o livro sem mais custos.
- b) não se atingiu o valor, mas a Bookbuilders decide completar o valor: quem tiver apoiado recebe o livro sem mais custos.
- c) não se atingiu o valor: quem tiver feito um apoio recebe um *e-mail* para decidir se quer receber o dinheiro de volta ou se prefere mantê-lo por novo período de apoio.

A edição deste livro resulta de uma proposta de **Pedro Bernardo**

Participe e construa esta editora connosco em www.bookbuilders.net

(*) O editor está, sem dúvida, ciente de que na altura em que os capítulos iniciais foram escritos, Gibbon não tencionava prolongar o seu relato até 1453. Esta consideração não deve diminuir a consciência perfeição do plano tal como o autor o ordenou finalmente.

(*) Para mais informações sobre questões textuais, consultar *A Bibliography of the Works of Edward Gibbon*, de J. E. Norton (Oxford, 1940), p. 40. A grande edição de J. B. Bury perpetuou infelizmente cerca de sessenta e oito erros existentes desde longa data. Uma reedição moderna contém graves deturpações da sua própria lavra.

(*) Chardin afirma que viajantes europeus divulgaram entre os Persas algumas ideias sobre a liberdade e a amenidade dos nossos governos. Prestaram-lhes um péssimo serviço.

(*) Serifo era uma ilhazinha rochosa no mar Egeu, cujos habitantes se viam desprezados pela sua ignorância e obscuridade. O lugar do exílio de Ovídio é sobejamente conhecido pelos seus justos, mas pusilânimes lamentos. Ao que parece, recebeu apenas uma ordem para abandonar Roma no prazo de uns dias e partir para Tomos. Não eram necessários guardas nem carcereiros.

(**) No reinado de Tibério, um cavaleiro romano tentou fugir para junto dos Partos. Foi detido no estreito da Sicília; mas o exemplo pareceu oferecer tão ínfimo risco, que o mais cioso dos tiranos não se deu ao trabalho de o punir.

(*) De Dionísio a Libânio, não existe, segundo creio, um único crítico grego que mencione Virgílio ou Horácio. Parecem ignorar que os Romanos possuíam bons escritores.

(*) É mais ou menos provável que Gibbon escrevesse ou pretendesse escrever «copiosa». — D. M. L.

(*) Os dois mais importantes pesqueiros de pérolas eram, tal como hoje, Ormuz e o cabo Comorim. Tanto quanto nos é possível estabelecer uma comparação entre a geografia antiga e a moderna, Roma era abastecida com diamantes da mina de Jumelpur, em Bengala, a qual nos é descrita nas *Viagens* de Tavernier.

(*) Também neste ponto se pode afirmar acerca de Longino que «o seu próprio exemplo sustenta todas as suas leis». Em vez de apresentar os seus sentimentos com viril ousadia, insinua-os com a mais cautelosa prudência; põe-nos na boca de um amigo e, tanto quanto nos é possível depreender com base num texto adulterado, faz gala em refutá-los pessoalmente.

(*) Um príncipe fraco será sempre governado pelos seus criados. O poder dos escravos agravava a vergonha dos Romanos; e o Senado bajulou um Palas ou um Narciso. Pode suceder que um favorito moderno seja um cavalheiro.

(*) Conforme Octávio avançava para o banquete dos Césares, a sua cor mudava tal qual a de um camaleão; pálida de início, depois vermelha e em seguida negra, adquiriu, por fim, a suave tonalidade de Vénus e das Graças. Esta imagem, utilizada por Juliano na sua engenhosa ficção, é correcta e elegante; ao considerar, todavia, esta mudança de carácter como real e ao atribuí-la ao poder da filosofia, presta uma excessiva homenagem à filosofia e a Octávio. (Juliano — *Césares*.)

(*) Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) O mundo troçou da credulidade de Marco; no entanto, a senhora Dacier garante-nos (e devemos acreditar numa senhora) que o marido será sempre enganado, se a mulher se der ao trabalho de dissimular.

(*) Os leões africanos, sempre que apertados pela fome, infestavam as aldeias abertas e as terras cultivadas; e infestavam-nas com impunidade. A fera real era reservada aos prazeres do imperador e

da capital; e o infeliz camponês que matasse um deles, ainda que em autodefesa, incorria num pesado castigo. Esta inacreditável lei venatória foi mitigada por Honório e finalmente abolida por Justiniano.

(*) Cómodo matou um camelopárdale ou girafa, o mais alto, o mais doce e talvez inútil dos grandes quadrúpedes. Este singular animal, apenas existente nas regiões interiores de África, não tornou a ser visto na Europa desde o renascimento das letras; e embora Buffon (*Histoire Naturelle*, vol. XIII) se tenha esforçado por descrever a girafa, não se arriscou a desenhá-la.

(*) Um dos seus actos mais ousados e cruéis foi a castração de cem romanos livres, alguns dos quais casados e até mesmo pais de família, com a mera finalidade de que a sua filha, ao casar-se com o jovem imperador, pudesse ir acompanhada de um séquito de eunucos dignos de uma rainha oriental.

(*) A invenção de um novo molho era recompensada prodigamente; no entanto, caso não fosse aprovado, o inventor era coagido a não comer mais nada, até ter descoberto um outro que agradasse mais ao gosto imperial.

(*) Pupieno ou Máximo. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Apolónio de Tiana nasceu praticamente na mesma altura de Jesus Cristo. A sua vida (a do primeiro) é relatada de uma forma tão fabulosa pelos discípulos, que nos é difícil concluir se ele era um sábio, um impostor ou um fanático.

(*) O uso de *braccae* ou bragas, calções, ou calças, ainda era considerado em Itália uma moda gaulesa e bárbara. Os Romanos tinham, contudo, dado grandes passos nesta direcção. Na época de Pompeu e Horácio, rodear as pernas e coxas de *fasciae*, ou faixas, era encarado como uma prova de pouca saúde ou efeminação. No tempo de Trajano, o costume limitava-se aos ricos e luxuosos. Foi gradualmente adoptado pelas mais baixas camadas populares.

(*) Marco Antonino: Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Gibbon refere-se a Antonino Pio e a Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Adam, «Antiguidades do palácio de Diocleciano em Espálatro», p. 6. Poderemos acrescentar uma ou duas circunstâncias do abade de Fortis: o ribeiro de Hyader, mencionado por Lucano, alberga excelentes espécimes de trutas que um sagaz escritor, talvez um monge, supõe ter constituído um dos principais motivos que determinaram a escolha do seu retiro por Diocleciano. O mesmo autor observa que o gosto pela agricultura renasce em Espálatro; e que uma herdade experimental foi recentemente estabelecida próximo da cidade por uma sociedade.

(*) «Por quanto tempo é que este povo continuará a irritar-me? E quanto tempo demorará até que acredite em mim, apesar de todos os *sinais* que lhe mostrei?» (*Números*, XIV, 11.) Seria fácil, mas despropositado, justificar a queixa da Divindade através de todo o conteúdo da história mosaica.

(*) O Senado romano reunia-se sempre num templo ou num local consagrado. Antes de darem início às sessões, todos os senadores derramavam vinho e queimavam incenso no altar.

(**) Cf. *De Spectaculis*, Tertuliano. Este severo reformador não mostra mais indulgência por uma tragédia de Eurípides do que por um combate de gladiadores. Sente-se particularmente ofendido pelo traje dos actores. Ao usarem altos borzeguins, eles esforçam-se, de forma ímpia, por acrescentar um côvado à sua estatura.

(*) Os antigos funerais (no caso de Miseno e de Palas) são tão exactamente descritos por Virgílio, quanto ilustrados pelo seu comentador Sérvio. A pira era ela própria um altar, as chamas alimentavam-se do sangue das vítimas e todos os assistentes eram aspergidos com água lustral.

(**) *De Idololatria*, Tertuliano. Se um amigo pagão (talvez no acto de espirrar) utilizasse a expressão familiar de «Júpiter te abençoe», o cristão via-se forçado a protestar contra a divindade de Júpiter.

(*) Pode parecer um tanto singular que Bernardo de Claraval, que relata tantos milagres do seu amigo São Malaquias, jamais mencionou os seus próprios milagres, que são, no entanto, por seu turno, cuidadosamente narrados pelos seus companheiros e discípulos. Na longa sequência da história eclesiástica, existirá porventura um único exemplo de um santo que se declare dotado do dom de fazer milagres?

(**) A conversão de Constantino é a época mais comumente fixada pelos protestantes. Os teólogos mais racionais não se mostram dispostos a admitir os milagres do século IV, enquanto os mais crédulos não querem negar os do século V.

(*) Apesar das honras e recompensas que eram concedidas a estas virgens, tornava-se difícil arranjar um número suficiente delas; tão-pouco o receio da mais horrível das mortes conseguiu refrear a sua incontinência.

(**) Antes de a celebridade de Orígenes ter suscitado inveja e perseguições, esta acção extraordinária foi mais admirada do que criticada. Como era seu hábito usar o método de interpretação alegórica da Escritura, parece desditoso que só nesta circunstância tenha adoptado o sentido literal.

(***) Algo de semelhante a esta temerária tentativa foi, muito mais tarde, imputado ao fundador da ordem de Fontevault. Bayle divertiu-se a si e aos seus leitores com este delicadíssimo tema.

(*) Tertuliano sugeriu-lhes o expediente da deserção; um conselho que, no caso de ter sido geralmente conhecido, não tenderia a atrair o favor dos imperadores para com a seita cristã.

(*) O partido aristocrático, em França, bem como na Inglaterra, manteve energicamente a origem divina dos bispos. No entanto, os presbíteros calvinistas não toleravam um superior; e o pontífice romano recusava reconhecer um igual.

(*) Ver a introdução ao Apocalipse. Os bispos, sob o nome de anjos, estavam já instituídos nas sete cidades da Ásia. E, no entanto, a epístola de Clemente (que data provavelmente de uma época não menos antiga) não nos proporciona a descoberta de nenhuns vestígios de episcopado, quer em Corinto quer em Roma.

(**) *Nulla Ecclesia sine Episcopo* constituiu um facto e bem assim uma máxima, desde a era de Tertuliano e de Ireneu.

(*) Depois de termos ultrapassado as dificuldades do século I, vamos encontrar o governo episcopal estabelecido universalmente, até ser interrompido pelo génio republicano dos reformadores suíços e alemães.

(*) Se Novato, Felicíssimo, etc., que o bispo de Cartago expulsou da sua Igreja e de África, não foram os monstros mais detestáveis de perversidade, o zelo de Cipriano deve, ocasionalmente, ter prevalecido sobre a sua veracidade.

(*) A famosa alusão ao nome de São Pedro é exacta apenas em francês. «Tu es *Pierre*, et sur cette pierre». — É imperfeita em grego, latim, italiano, etc., e completamente ininteligível nas línguas teutónicas.

(*) A distinção de *Clerus* e *Laicus* foi estabelecida antes da época de Tertuliano.

(*) A mesma opinião, que prevaleceu por volta do ano 1000, produziu os mesmos efeitos. A maior parte dos donativos expressam o respectivo motivo: «*Appropinquante mundi fine*.»

(*) Juliano parece mortificado por a caridade cristã manter não apenas os seus pobres, mas também os dos pagãos.

(**) Este foi, pelo menos, o louvável comportamento de missionários mais recentes em iguais circunstâncias. Mais de três mil recém-nascidos são anualmente expostos nas ruas de Pequim.

(*) Os montanistas e os novacianos, que aderiram a esta opinião com o maior rigor e obstinação, acabaram por se encontrar *eles próprios* entre os hereges excomungados.

(**) Os admiradores da Antiguidade lamentam a perda desta penitência pública.

(*) Tito Lívio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Os filósofos, que troçavam das mais antigas profecias das Sibilas, poderiam ter facilmente deslindado as contrafações judaicas e cristãs que foram tão triunfalmente citadas pelos padres, desde Justino, *o Mártir*, a Lactâncio. Assim que os versos sibilinos cumpriram a tarefa que lhes cabia, foram logo, à semelhança do sistema do milénio, discretamente postos de lado. A sibila cristã tinha, infelizmente, previsto a queda de Roma para o ano de 195, A. U. C. 948.

(*) Na época de Tertuliano e de Clemente da Alexandria, a glória do martírio era restringida a São Pedro, São Paulo e Sant'Iago. Foi, depois, gradualmente concedida aos restantes apóstolos pelos gregos mais recentes, que escolheram prudentemente, como cenário da sua pregação e dos seus sofrimentos, qualquer região remota para lá dos limites do Império Romano.

(*) São Judas Tadeu. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Jerónimo, na sua lenda de Paulo, *o Eremita*, conta a estranha história de um jovem que foi acorrentado, nu, a um leito de flores e assediado por uma bela e voluptuosa cortesã. Reprimiu a crescente tentação cortando a língua com os dentes.

(*) A conversão da mulher levou Cláudio Herminiano, governador da Capadócia, a tratar os cristãos com invulgar severidade.

(*) Se nos recordarmos de que nem todos os plebeus de Roma eram cristãos e de que nem todos os cristãos foram santos ou mártires, estaremos em condição de avaliar a certeza com que as honras religiosas podem ser atribuídas aos ossos ou urnas retirados indiscriminadamente dos cemitérios públicos. Dez séculos volvidos sobre um livre e aberto comércio, algumas suspeitas se têm levantado entre os católicos mais instruídos. Eles exigem agora, como prova de santidade e martírio, as letras B. M., um frasquinho cheio de licor vermelho que se supõe ser sangue, ou a figura de uma palmeira. Mas os dois primeiros sinais são de pouco peso, e quanto ao último, os críticos observam: 1) Que a figura, como se lhe chama, de uma palmeira é talvez a de um cipreste, ou talvez seja apenas um ponto, o ornamento de uma vírgula utilizado nas inscrições dos monumentos. 2) Que a palmeira era o símbolo da vitória entre os pagãos. 3) Que, entre os cristãos, ela servia de emblema, não só de martírio, mas em geral de ressurreição gloriosa.

(**) Como exemplo destas lendas, podemos contentar-nos com os 10 mil soldados cristãos crucificados num só dia, por ordem de Trajano ou Adriano, no monte Ararat. A abreviatura de MIL., que pode significar *soldados* ou *milhares*, ocasionou, ao que consta, alguns enormes enganos.

(*) O número de pretensos mártires tem sido bastante multiplicado devido ao hábito que se adquiriu de atribuir este nome honroso aos confessores.

(*) Tertuliano considera a fuga à perseguição como uma apostasia imperfeita, mas muito criminosa, como uma tentativa ímpia de iludir a vontade divina, etc., etc. E escreveu um tratado sobre este tema, que está cheio do mais insensato fanatismo e da mais incoerente declamação. É, no entanto, algo estranho que Tertuliano não tenha sofrido ele próprio o martírio.

(*) Marco Aurélio. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) A simonia não era desconhecida nestes tempos; e o clero comprava por vezes o que tencionava vender. O bispado de Cartago foi, ao que se diz, adquirido por uma abastada matrona, chamada

Lucila, para o seu servidor Majorino. O preço foi de 400 fólis. Cada fólis continha 125 moedas de prata, e a quantia global pode cifrar-se em cerca de 2400 libras esterlinas.

(**) Se pretendermos atenuar os vícios de Paulo, ver-nos-emos obrigados a supor que os bispos reunidos no Oriente publicaram as mais maldosas calúnias em epístolas circulares dirigidas a todas as Igrejas do império.

(*) Poderíamos citar, entre uma longa série de exemplos, o misterioso culto de Mitra e os Tauróbolos; estes últimos tornaram-se moda no tempo dos Antoninos. O romance de Apuleio está tão cheio de devoção como de sátira.

(**) É realmente de lamentar que os padres da Igreja, ao reconhecerem o cunho sobrenatural, destruam por suas próprias mãos a grande vantagem que, de outro modo, poderíamos retirar das liberais concessões dos nossos adversários.

(*) Termina o seu relato garantindo-nos que foram estes os martírios infligidos na Palestina durante todo o curso da perseguição. O 9.º capítulo do seu livro VIII, que se refere à província da Tebaida, no Egipto, pode aparentemente contradizer o nosso moderado cálculo; mas servirá apenas para nos fazer admirar a subtil precaução do historiador. Ao escolher o mais remoto e isolado país do Império Romano para cenário da mais requintada crueldade, ele narra que, em Tebas, de dez a cem pessoas haviam sido frequentemente martirizadas no mesmo dia. Mas quando, em seguida, procede ao relato da sua viagem pessoal ao Egipto, a sua linguagem torna-se insensivelmente mais prudente e moderada. Em vez de um número considerável e definido, fala de muitos cristãos e escolhe com grande astúcia duas palavras ambíguas que podem significar ou que ele tinha visto, ou então ouvido; ou a expectativa ou a execução do castigo. Depois de ter, por conseguinte, assegurado um bom subterfúgio, deixa o excerto equívoco aos seus leitores e tradutores; e parte acertadamente do princípio de que a piedade deles os levará a preferir o sentido mais favorável. Talvez haja uma certa malícia na observação de Teodoro Metoquita, ao afirmar que todos os que, como Eusébio, se tinham relacionado com os Egípcios se deliciavam num estilo obscuro e arrevesado.

(*) Marco Túlio Cícero. (*Nota da edição portuguesa.*)

(*) Na conspiração de Pisão contra Nero, Epícaris (*libertina mulier*) foi a única pessoa torturada; os restantes ficaram *intacti tormentis*. Seria supérfluo acres-centar um exemplo mais fraco, e difícil encontrar outro mais forte. Tácito. Anal., xv. 57.

(*) Poderia, no entanto, demonstrar-se facilmente que o tradutor grego remodelou o sentido do latim original; e o idoso imperador poderá relembrar a perseguição de Diocleciano com um horror mais intenso do que, na realidade, a sentira no tempo da sua juventude e do seu paganismo.

(*) Os escritores cristãos Justino, Minúcio Félix, Tertuliano, Jerónimo e Máximo de Turim procuraram, com um certo êxito, a forma ou a figura da cruz em quase todos os objectos da Natureza ou da arte; na intersecção do meridiano e do equador, na face humana, numa ave a voar, num homem a nadar, num mastro e na sua verga, num arado, num estandarte, etc.

(*) Os padres da Igreja que censuravam este criminoso adiamento não podiam negar a segura e vitoriosa eficácia do baptismo até mesmo num leito de morte. A engenhosa retórica de Crisóstomo somente conseguiu encontrar três argumentos contra estes prudentes cristãos.

1) Que devemos amar e praticar a virtude por amor dela, e não apenas pela recompensa.

2) Que a morte pode surpreender-nos sem nos dar a oportunidade do baptismo.

3) Que, embora sejamos colocados no céu, apenas lá brilharemos como estrelinhas, em comparação com os sóis de rectidão que percorreram o curso que lhes cumpria com esforço, êxito e glória. Creio que este adiamento do baptismo, embora acompanhado das mais nefastas consequências, nunca foi condenado por nenhum concílio geral ou provincial, nem por nenhum acto público ou declaração da Igreja. O zelo dos bispos inflamava-se facilmente em ocasiões muito mais triviais.

(*) Sessenta presbíteros ou padres, cem diáconos, quarenta diaconisas, noventa subdiáconos, cento e dez leitores, vinte e cinco chantres e cem porteiros; ao todo, quinhentos e vinte e cinco. Este número modesto foi decidido pelo imperador, a fim de minorar as dificuldades da Igreja, que se vira sujeita a dívidas e à usura pela despesa feita com um estabelecimento muito mais grandioso.

(*) Todos os registos provenientes do Vaticano são justamente suspeitos; no entanto, estes róis de rendas possuem uma cor envelhecida e autêntica; e é pelo menos evidente que, se foram forjados, isso aconteceu num período em que as *herdades*, e não os *reinos*, eram o objecto da cobiça papal.

(**) De Eusébio e Sozómenes recebemos a certeza de que a jurisdição episcopal foi alargada e confirmada por Constantino; no entanto, a falsidade do célebre edicto, que nunca esteve claramente inserido no Código Teodosiano, é demonstrado por Godefroy de uma forma muito satisfatória. É de estranhar que Montesquieu, o qual era simultaneamente jurisconsulto e filósofo, tenha citado este edicto de Constantino sem dar mostras de qualquer suspeita.

(***) O lema da jurisdição eclesiástica tem sido envolvido numa mescla de paixão, preconceito e interesse. Dois dos livros mais imparciais que me passaram pelas mãos são os *Institutos da Lei Canónica*, pelo abade de Fleury, e a *História Civil de Nápoles*, por Gianonne. A moderação deles devia-se tanto à sua situação como ao seu temperamento. Fleury era um eclesiástico francês que respeitava a autoridade dos parlamentos; Gianonne era um jurisconsulto italiano que temia o poder da Igreja. E permitam-me fazer notar que, dado as asserções gerais que proponho resultarem de *muitos* factos particulares e imperfeitos, só posso remeter o leitor para os autores modernos que trataram expressamente o assunto, ou multiplicar as notas desta obra de um modo desagradável e desproporcionado.

(*) Sinésio havia exposto previamente a sua falta de qualificações. Adorava os estudos e as diversões profanas; era incapaz de suportar uma vida de celibato; não acreditava na ressurreição; e recusava-se a pregar *fábulas* ao povo, excepto se lhe permitissem *filosofar* em casa. Teófilo, primaz do Egipto, que lhe reconhecia o mérito, aceitou este singular compromisso.

(*) A rainha Isabel servia-se desta expressão e praticava esta arte, sempre que desejava predispor o espírito do povo em favor de alguma medida extraordinária do governo. Os efeitos hostis de uma tal *música* foram temidos pelo seu sucessor e seriamente sentidos pelo filho deste. «Quando o púlpito, tambor eclesiástico...», etc.

(**) Estes modestos oradores reconheciam que, dado não possuírem o dom dos milagres, se esforçavam por adquirir a arte da eloquência.

(*) Como a doutrina da criação absoluta a partir de nada foi a pouco e pouco introduzida entre os cristãos, a dignidade do obreiro aumentou, muito natural-mente, com a da obra.

(*) Os princípios de tolerância e indiferença religiosa contidos nesta epístola foram considerados altamente ofensivos por Barónio, Tillemont, etc., os quais acham que o imperador tinha junto de si qualquer conselheiro malvado como Satã ou Eusébio.

(*) Colhemos a história original em Atanásio, que manifesta uma certa relutância em infamar a memória dos mortos. Ele podia exagerar; porém, a contínua correspondência entre Alexandria e Constantinopla tornaria perigoso inventar. Aqueles que acreditam na narrativa literal da morte de Ário (os intestinos saíram-lhe repentinamente com as fezes) devem optar entre o *veneno* e o *milagre*.

(**) Ele observa que os eunucos são os inimigos naturais do *Filho*. Comparar as *Notas Sobre História Eclesiástica* do Dr. Jortin, vol. IV, p. 3, com uma certa genealogia no *Candide* (cap. IV), que termina com um dos primeiros companheiros de Cristóvão Colombo.

(*) Cirilo declara expressamente que, no reinado de Constantino, a cruz fora encontrada nas entranhas da terra, mas que, no reinado de Constâncio, ela aparecera no meio dos ares. Esta oposição

prova, obviamente, que Cirilo ignorava o extraordinário milagre a que se atribui a conversão de Constantino; e esta ignorância é tanto mais surpreendente quanto não mais que uns escassos doze anos após a morte do monarca, Cirilo foi consagrado bispo de Jerusalém pelo sucessor imediato de Eusébio de Cesareia.

(*) Eunápio relatou um estranho exemplo da crueldade e credulidade de Constantino numa ocasião semelhante. O eloquente Sópatro, um filósofo sírio, usufruía da sua amizade e provocou o ressentimento de Ablávio, o prefeito do pretório. A frota de trigo ficou retida por falta de um vento de sul; o povo de Constantinopla mostrou-se descontente; e Sópatro foi decapitado, sob a acusação de que fizera parar os ventos pelo poder da magia. Suídas acrescenta que Constantino desejou provar, com esta execução, que renunciara totalmente à superstição dos gentios.

(*) As honras, os presentes e as festas, que seduziram tantos bispos, são mencionadas com indignação pelos que eram demasiado puros ou demasiado orgulhosos para os aceitar. «Nós combatemos (afirma Hilário de Poitiers) Constâncio, o Anticristo, que acaricia o ventre em vez de flagelar as costas», *qui non dorsa caedit, sed ventrem palpat*.

(*) Os confessores do Ocidente foram sucessivamente banidos para os desertos da Arábia ou da Tebaida, os ermos do monte Tauro, as partes mais bravias da Frígia, que se encontravam na posse dos ímpios montanistas, etc. Quando o herético Aécio recebeu um acolhimento excessivamente favorável em Mopsuéstia, na Cilícia, o seu lugar de exílio foi mudado, a conselho de Acácio, para Amblada, uma região habitada por selvagens e infestada pela guerra e a peste.

(*) Paládio, o autor original deste relato, conversara com a donzela, a qual, durante a velhice, ainda recordava com prazer uma tão piedosa e honrosa intimidade. Não posso partilhar da delicadeza de Barónio, Valésio, Tillemont, etc., que tendem a rejeitar uma narrativa tão indigna, segundo a qualificam, da seriedade da história eclesiástica.

(*) Amiano refere-se a alguns eunucos da corte que foram *spoliis templorum pasti*. Libânio afirma que o imperador oferecia frequentemente um templo, como poderia fazê-lo com um cão, um cavalo, um escravo ou uma taça de ouro; o devoto filósofo não deixa, contudo, de observar que estes sacrílegos favoritos raras vezes prosperavam.

(*) Na medida em que utilizei livremente, por antecipação, os termos «pagãos» e «paganismo», traçarei agora as singulares revoluções por que passaram estas conhecidas palavras, 1) Pagh, no dialecto dórico, tão familiar aos Italianos, significava uma fonte; e os vizinhos rurais que visitavam a mesma fonte recebiam daí a designação comum de *pagus* e *pagans*. 2) Mediante uma natural extensão da palavra, «pagão» e «rural» tornaram-se praticamente sinónimos; e os rústicos de mais baixa condição adquiriram este nome, que veio a dar *peasants* (camponeses) na língua inglesa. 3) O extraordinário aumento da ordem militar trouxe a necessidade de um termo correlativo; e todas as pessoas que não se encontravam alistadas ao serviço do príncipe foram estigmatizadas com o desdenhoso epíteto de *pagãos*. 4) Os cristãos eram os soldados de Cristo; os seus adversários, que recusavam o *sacramento* ou o juramento militar do baptismo, podiam merecer a designação metafórica de *pagãos*; e esta censura popular foi introduzida a partir do reinado de Valentiniano (365 d. C.) nas leis imperiais e nos escritos teológicos. 5) O cristianismo difundiu-se gradualmente pelas cidades do império: a velha religião, na época de Prudêncio, retirava-se e definhava nas aldeias obscuras; e a palavra «pagãos», com o seu novo significado, retornou à primitiva origem. 6) Desde que o culto de Júpiter e da sua família findaram, o título devoluto de *pagãos* tem sido sucessivamente aplicado a todos os idólatras e politeístas do velho e do novo mundo. 7) Os cristãos latinos atribuíram-no, sem escrúpulos, aos seus inimigos mortais, os maometanos; e os mais puros unitários não escaparam à injusta censura de idolatria e paganismo. (Gibbon enganou-se na sua suposição de que o *pagus* latino se relacionava com a palavra grega *phg* ou *pag*) (dórica), embora esta fosse uma crença muito antiga. D. M. L.)

(*) Átis, o pastor frígio amado de Cibele. (*Nota da edição portuguesa.*)

(**) Ver os «princípios da alegoria» em Juliano. O seu raciocínio é menos absurdo do que o de alguns teólogos modernos, os quais defendem que uma doutrina extravagante ou contraditória tem de ser divina, pois nenhum homem se lembraria de a inventar.

(*) Ver o quinto discurso de Juliano. No entanto, todas as alegorias saídas da escola platónica não são dignas do curto poema de Catulo sobre o mesmo extraordinário tema. A transição de Átis do mais arrebatado entusiasmo a um sóbrio e patético lamento, ante a sua perda irreparável, deve inspirar piedade a um homem e desespero a um eunuco.

(*) Os sofistas de Eunápio fazem tantos milagres como os santos do deserto; a única circunstância a seu favor consiste em terem uma índole menos sombria. Em vez de diabos com chifres e rabos, Jámblico invocava os génios do amor, Eros e Anteros, em duas fontes vizinhas. Dois belos jovens saíam da água, beijavam-no ternamente como a um pai e retiravam-se em obediência às suas ordens.

(*) Quando Juliano, assaltado certa vez por um pânico momentâneo, fez o sinal da cruz, os demónios desapareceram imediatamente. Gregório supõe que eles se assustaram, mas os sacerdotes declararam que os demónios estavam só indignados. O leitor tirará as conclusões sobre esta profunda questão de acordo com a medida da sua fé.

(*) O entusiasmo de Juliano, ao assistir à extinção destas seitas ímpias, e até mesmo dos seus escritos, pode ser compatível com a sua função sacerdotal; é, no entanto, indigno, por parte de um filósofo, desejar que todas as opiniões e os argumentos contrários aos seus sejam ocultados ao conhecimento dos homens.

(**) No entanto, insinua que os cristãos, a pretexto da caridade, arrebatavam as crianças à religião e aos pais, as transportavam em barcos e condenavam estas vítimas a uma vida de pobreza e servidão num país remoto. Caso a acusação se viesse a provar, cabia-lhe punir e não lamentar.

(*) Sob o reinado de Luís XIV, os súbditos de todas as categorias aspiravam ao glorioso título de *Convertisseur*, indicativo do seu zelo e êxito em fazer prosélitos. A palavra e a ideia estão a tornar-se obsoletas em França; oxalá nunca venham a ser introduzidas em Inglaterra!

(*) Renunciou à ordenação ortodoxa, oficiou como diácono e voltou a ser ordenado pelas mãos dos arianos. No entanto, Cirilo veio a mudar com o correr do tempo e submeteu-se prudentemente à fé de Niceia. Tillemont, que evoca afectuosa e respeitosamente a sua memória, colocou as suas virtudes no texto e os defeitos nas notas, relegadas para o fim do volume, numa decente obscuridade.

(**) As intenções secretas de Juliano são reveladas pelo último bispo de Gloucester, o erudito e dogmático Warburton, que, com a autoridade de um teólogo, traça os motivos e o comportamento do Ente Supremo. O discurso intitulado *Juliano* mostra-se fortemente marcado por todas as peculiaridades que são imputadas à escola warburtoniana.

(*) Juliano (*Misopogon*) revela o seu carácter com essa *naïveté*, essa simplicidade espontânea, que constitui sempre a disposição mais genuína do homem.

(*) Após a chacina de Jorge, o imperador Juliano enviou repetidas ordens para se conservar esta biblioteca, pois destinava-se ao seu uso pessoal, e para torturar os escravos que pudessem ser suspeitos de esconder alguns livros. Elogia o mérito da colecção, da qual requisitara e transcrevera vários manuscritos quando estudava na Capadócia. Desejava, na realidade, que as obras dos galileus perecessem, mas pedia uma lista exacta, até mesmo das obras teológicas, a fim de que outros tratados mais valiosos não se perdessem por engano.

(*) Os santos da Capadócia, Basílio e os dois Gregórios, ignoraram o seu santo companheiro. O papa Gelásio (494), o primeiro católico a reconhecer São Jorge, coloca-o entre os mártires «qui Deo magis quam hominibus noti sunt». Recusa os seus *Actos*, atribuindo-os a hereges. Alguns, talvez não os

mais antigos, destes Actos apócrifos ainda existem; e, por entre uma bruma de ficção, podemos entrever o combate que São Jorge da Capadócia travou, na presença da rainha Alexandra, contra o mágico Atanásio.

(**) Esta transformação não é apresentada como totalmente segura, mas como extremamente provável.

(***) A obra do Dr. Heylin (*História de São Jorge*) e os bolandistas fornecem uma curiosa história do culto de São Jorge desde o século VI (quando ele já era venerado na Palestina, na Arménia, em Roma e em Tréveros, na Gália). A sua fama e popularidade na Europa, e em especial em Inglaterra, proveio das Cruzadas.

(*) Em Nísibis, praticou um acto *régio*. Um valente oficial, seu homónimo, que havia sido considerado digno da púrpura imperial, foi arrebatado no meio de uma ceia, atirado a um poço e apedrejado até à morte, sem julgamento ou prova de culpa.

(*) As medalhas de Joviano adornam-no de vitórias, coroas de louros e cativos prostrados. A lisonja é um suicídio esquisito; ela destrói-se por suas próprias mãos.

(*) A origem dos Hunos, debatida por Gibbon no Capítulo 26, permanece um tanto obscura. A melhor descrição moderna surge em *Attila and the Huns*, de E. A. Thompson, 1948.

(*) Quando o jovem imperador dava um banquete, ele próprio jejuava; recusou-se a ver uma certa bonita actriz, etc. Dado ter ordenado a morte das suas feras destinadas ao prazer da caça, é pouco generoso da parte de Filostórgio censurar-lhe o pendor para este divertimento.

(*) Teodoreto afirma que São João e São Filipe apareceram ao imperador acordado ou adormecido, montados em cavalos, etc. Trata-se do primeiro exemplo de cavalaria apostólica, que veio a tornar-se tão popular em Espanha e nas Cruzadas.

(*) Cf. a *Vida de São Martinho*, por Sulpício Severo. O santo confundiu uma vez (como poderia ter acontecido a Dom Quixote) um inofensivo funeral com uma procissão idólatra, e fez imprudentemente um milagre.

(*) Libânio. Ele invectiva esses homens vestidos de negro, os monges cristãos, que comem mais que elefantes. Pobres elefantes! Eles são animais comidos.

(*) Rufino menciona o sacerdote de Saturno que, desempenhando o papel do deus, conversava familiarmente com muitas senhoras piedosas de alta posição; até que se traiu num momento de transporte e não conseguiu disfarçar o tom da voz. A narrativa autêntica e imparcial de Esquines e a aventura de Mundo provam que estas fraudes amorosas eram praticadas com êxito.

(*) Martinho de Tours arrancou esta confissão dos lábios de um morto. Concorde-se que o erro é natural, e a descoberta tem sido atribuída a um milagre. Qual dos dois deve acontecer com maior frequência?

(*) Um frasquinho com o sangue de Estêvão liquidificou-se anualmente em Nápoles, até haver sido substituído pelo de São Januário.

(**) Agostinho escreveu os vinte e dois livros da *De Civitate Dei* no espaço de treze anos, 413-426. A sua erudição é frequentemente bebida noutros autores, e os seus argumentos são muitas vezes demasiado pessoais; mas, a totalidade da obra tem o mérito de um magnífico desenho, executado com vigor e não sem engenho.

(*) Cf. Agostinho, *De Civitate Dei*, 1. xxii, c. 22; e o Apêndice, que contém dois livros dos milagres de Santo Estêvão, por Evódio, bispo de Uzális. Freculphus conservou um provérbio gaulês ou espanhol: «Quem disser que leu todos os milagres de Santo Estêvão, só pode estar a mentir.»